



MANUARIKAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM



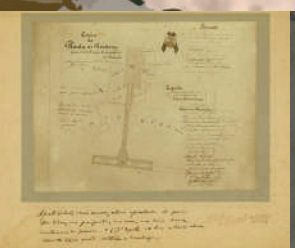
Dossiê

História

Patrimônio
Documental



MANAUS
VOLUME 4
NÚMERO 1
2020





MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM

DOSSIÊ HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Organizadores

Prof. M.e. Leandro Coelho Aguiar (UFAM)

Prof.^a. Dr.^a. Renata Regina Gouvea Barbatho (Arquivo Nacional)

Capa

Wenderson Lima

Imagens

Monumento abertura dos portos, Manaus/AM;

Imagens do arquivo Fundação de Casa Rui Barbosa RJ

APRESENTAÇÃO



O dossiê “História e Patrimônio documental”, da **Revista Manduarisawa**, foi organizado pelos historiadores e arquivistas, Leandro Coelho de Aguiar¹ e Renata Regina Gouvêa Barbatho². O presente número reúne diferentes olhares que envolvem a temática, conseguindo promover debates e reflexões em relação às práticas históricas e a concepção do conceito de patrimônio documental, que para além de sua materialidade, é um produto das dinâmicas sociais e das relações de poder.

Por ser fruto de uma temática que envolve diferentes áreas, o dossiê pode ser contemplado pela presença de autores não só da História, mas de profissionais que atuam em arquivos, bibliotecas e museus, o que permitiu enriquecer a experiência e diversificar os discursos. Composto por uma entrevista, onze artigos temáticos no dossiê, dezesseis artigos livres e um relato de experiência, o número da revista aqui apresentado pode ainda ter seu conteúdo subdividido em três categorias nos escritos sobre o “Patrimônio documental”, visto que foram abordados estudos sobre histórias de instituições custodiadoras de acervos, e dos próprios acervos, tanto como fonte de pesquisa, quanto como objeto da pesquisa.

As práticas dos profissionais que atuam no auxílio da organização, preservação e difusão dos acervos ganharam, neste dossiê, grande destaque, visto que foi permitido que o patrimônio documental ganhasse novo contorno, não só como fonte para “revelar” diferentes aspectos da nossa história, como também para serem vistos como objetos que carregam consigo suas próprias trajetórias, como já dito.

Outro elemento que ganhou destaque nesta edição foi a possibilidade de se promover uma entrevista com o historiador doutor Vitor Manoel Marques da Fonseca, atualmente coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e que atuou no Arquivo Nacional do Brasil por trinta anos, assim como representante do Brasil no Conselho Internacional de Arquivos e no Projeto Memórias do Mundo, da UNESCO. Compartilhar sua vivência nos permite

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFAM) e professor Assistente da Faculdade de Informação e Comunicação, na mesma Universidade.

² Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e servidora da Fundação Casa de Rui Barbosa, mas atualmente encontra-se cedida ao Arquivo Nacional do Brasil.



grande aprendizado e compreensão de que o universo dos acervos documentais é complexo e exige resiliência.

No mais, é necessário agradecer a toda equipe necessária para que este número fosse possível existir, à equipe editorial, pela confiança em aceitar tal empreitada, aos pesquisadores, que se propuseram a enveredar na temática e escrever acerca do assunto e aos pareceristas, que de forma profissional atuaram dentro dos prazos e nos ajudaram a apresentar um conteúdo de acordo com desejado.

Uma leitura proveitosa a todos.

Cordialmente

Organizadores:

Leandro Coelho de Aguiar

Renata Regina Gouvêa Barbatho

RECUPERANDO O FIO DE ARIADNE: A FUNDAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A ORGANIZAÇÃO DA SUA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA (1894 – 1906)



LEONARDO DA SILVA TORII¹

Resumo

Este artigo trata sobre a criação do Arquivo Público do Estado do Pará e todas as suas implicações históricas, que envolvem questões de cunho global e locais. O Arquivo Público foi oficialmente criado em 16 de abril de 1901, anexado à Biblioteca Pública do Estado do Pará. Sua principal função institucional era a preservação dos documentos históricos e o recolhimento sistemático da massa documental depositada nos arquivos das diversas repartições públicas estaduais. Isso atendia uma preocupação muito evidente com a questão da memória do Estado. Além dessa premissa, havia também uma inquietação muito latente nos planos dos gestores públicos que diz respeito a assuntos muito mais administrativos: proteger uma série de documentos que iriam resolver problemas ligados à terra de particulares e públicas, no que se refere à delimitação do tamanho e da legalidade, assim como solucionar conflitos pautados na questão de fronteiras entre municípios paraenses, de outros estados e com outros países.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado do Pará. Documentos Históricos. Amazônia.

Abstract

This article deals with the creation of the Public Archive of the State of Pará and all its historical implications, which involve global and local issues. The Public Archive was officially created on April 16, 1901, with the Public Library of the State of Pará. Its main institutional function was the preservation of historical documents and the systematic collection of the documentary mass deposited in the archives of the various state public agencies. It was a very evident concern with the question of State memory. In addition to this premise, there was also a very latent concern in the plans of public managers with respect to much more administrative issues: the protection of a series of documents that would solve the problems related to the land of the private and the public, regarding the delimitation of the size and legality, in addition to resolving conflicts based on the question of borders between municipalities in Pará, other states and with other countries.

Keywords: Public Archive of the State of Pará. Historical Documents. Amazon.

Introdução

Este texto é fruto da dissertação de mestrado intitulada “O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906)”, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: leotorii@yahoo.com.br.



Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. O objetivo dela era compreender os traços históricos que envolviam a criação da instituição arquivística. Tanto do ponto de vista mais abrangente, quanto filigranas mais locais. Basicamente foram utilizados os documentos administrativos da instituição, os relatórios dos governadores, os jornais da época e as publicações do Arquivo Público. E este artigo tem a finalidade de mostrar todos os resultados obtidos da pesquisa.

A criação do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) aconteceu no dia 16 de abril de 1901, através do decreto estadual N° 996. Desde a sua instalação, a instituição arquivística ficou anexada à Biblioteca Pública do Pará até o ano de 1986, quando esta foi transferida para outro espaço, ficando o APEP no prédio localizado à travessa Campos Salles, em pleno bairro da Campina. O acervo documental depositado no Arquivo Público sempre foi muito consultado por diversos pesquisadores dada a sua grande importância histórica que os mesmos retratam: a história colonial da Amazônia e a história imperial da Província do Grão-Pará. E o mais interessante é que esses documentos já apresentavam um valor extraordinário mesmo antes da criação do APEP, quando estavam depositados no arquivo da Secretaria do Governo. Hoje o Arquivo Público é um dos mais importantes arquivos históricos do Brasil: são cerca de 4 milhões de documentos, dispostos em aproximadamente 2 mil metros lineares. São documentos que apresentam uma data tópica de 1649 a 2008, ou seja, abrange uma temporalidade dos três períodos da história do Brasil: colonial, imperial e republicano. Sobre a proveniência do acervo são documentos dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Refletindo sobre a sua fundação algumas questões vem à tona: qual o interesse do Estado em criar um arquivo público? Qual o objetivo do mesmo estado em recolher/reunir a documentação histórica em um único espaço? Qual o contexto histórico no qual o APEP foi criado? Como se deu a organização do acervo nos primeiros anos de funcionamento do arquivo público?

As respostas a essas questões auxiliam a compreender não somente a história da instituição arquivística, mas colaboram também com a história da cidade de Belém, do início da República no Estado do Pará e com alguns problemas administrativos que o governo precisava resolver como a situação de terras e de fronteiras.

Sobre traçar o histórico de acervos documentais, vale citar Neves (1998), quando afirma que o sentido dos documentos é muito maior do que a compreensão do passado, cuja leitura positiva de uma fonte ali depositada pode enunciar. Ele acaba permeando questões do presente e do passado, situações que levam a considerar que cada acervo ou



cada documento tem uma história que começa antes dele ser recolhido. Trata-se de uma compreensão que deve ser tomada em consideração no momento de sua seriação o que seria seriação, organização e disponibilização. Todo este longo processo deve estar mergulhado por outras variantes, como a presença política de homens de Estado, projetos políticos, entre outras. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, p. 218).

Antes mesmo da disponibilização e uso de qualquer peça documental é primordial, contudo, garantir a sua integridade física, assim como a sua recuperação pela sistematização. É a partir dessa necessidade que os arquivos começam a atender as suas missões sociais, políticas e econômicas:

As batalhas por preservar memórias escritas, visuais e orais parecem distinguir o modo como sociedades passadas e sociedades presentes produzem, transmitem e recebem informações. À proporção que o mundo contemporâneo, especialmente a vida nos centros urbanos, foi distanciando-se das experiências sociais alicerçadas na tradição oral, aproximando-se e constituindo-se nos códigos no universo letrado, emergiu a necessidade de organizar seus registros em diferentes suportes. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, p. 220-221)

Para Nora (1993, p.15), a nossa sociedade coloca a memória como uma necessidade fundamental de sua existência. Essa memória deve ser entendida como a acumulação enorme de uma massa material daquilo que nos é impossível lembrar. Para ele, os arquivos, que podem ser considerados um lugar de memória, já que são ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais. E cuja finalidade é procurar um distanciamento da História, visto que tem a intenção de parar o tempo e o esquecimento. Numa memória arquivista, todo documento passa a ser sacralizado, porque deixa a entender uma memória perdida organizada (JARDIM, 1995, p. 30).

Enredos múltiplos que formam o fio da meada: um breve histórico da criação do APEP e da organização do seu acervo documental.

O Arquivo Público teve como marco o ano de 1901 quando o governador Paes de Carvalho autorizou a sua criação junto à Biblioteca Pública. No entanto a concepção de uma instituição com essa finalidade não é resultado da nascente República no Estado do Pará. Foram encontrados alguns indícios, ainda no período imperial, de uma preocupação com os documentos históricos através de críticas e denúncias nos veículos de comunicação, assim como sugestões indiretas da sua criação.

Como forma de corroborar tais indícios, cita-se o jornal *Diário de Belém*, do ano de 1882, no qual há uma nota publicada que denuncia o estado de abandono e de



desorganização dos documentos da Secretaria do Governo. A nota do jornal afirmava que para os “cumpadres” do governo as informações são dadas. O jornal também denunciava a perda ou o sumiço de documentos do respectivo arquivo, assim como a falta de segurança na sala em que estavam guardados. (DIÁRIO DE BELÉM, 17 mar. 1882, p. 1). Tais indícios também podem ser encontrados no jornal *O Agrário*, onde havia uma sugestão que a Associação Agrícola ficasse com os documentos da Comissão de Colonização. Esse pedido se deu em função de não haver um arquivo público com que pudesse ser depositada a documentação (O AGRÁRIO, 1 out. 1885, p. 2).

O objetivo das duas notícias não era sugerir a criação de um arquivo público para a província, mas é incontestável que há uma clara evidência da necessidade de uma sistematização de um órgão público que ficaria responsável por um possível recolhimento dessa documentação pública.

Vale lembrar que em termos de âmbito nacional, o Arquivo Nacional já existia desde 1848, e alguns outros arquivos públicos já tinham sido criados. Então os gestores públicos do estado, assim como os intelectuais na província do Grão-Pará, já tinham noção das finalidades de um arquivo público. O que, portanto, era de fácil entendimento que essa proposta de criação de um arquivo público não era uma exclusividade do período republicano.

No entanto, essa discussão não encontrou um campo fértil para se ampliar no período do Império. É somente na República que todo esse debate volta em cena, haja vista que o novo governo se propunha em realizar uma reforma administrativa no sentido de dotar o aparelho burocrático com ares de modernidade, iniciada pelo governador Lauro Sodré. É durante este mandato que o acervo histórico que estava depositado na Secretaria do Governo vai ser transferido para a Biblioteca Pública, através da Lei N°164 de 31 de maio de 1894. É também nesta gestão que o prédio que abrigava o Banco Comercial vai ser comprado pelo estado para abrigar a Biblioteca Pública e futuramente o Arquivo Público. Toda a reforma que o prédio sofreu durante esse período vai entrar no próximo governo republicano de Paes de Carvalho (TORII, 2016, p. 45-55).

A organização do acervo inicia-se ainda quando este estava depositado no arquivo da Secretaria do Governo. Esse trabalho técnico teve como coordenador o senhor Antônio Marcos Nunes, uma figura sem muitas informações. Nos documentos analisados a menção do nome de Antônio Marcos Nunes fica restrita somente para o período em que esteve na direção dos trabalhos de organização do acervo: final de 1890 e início de 1891. Pelo curto tempo de trabalho essa tarefa não foi concluída.



Depois, a organização só vai ser retomada quando Arthur Vianna assumiu a direção da Biblioteca Pública em 1899 e em 1901, quando é criada a Biblioteca e Arquivo Público, até o ano 1906 quando o mesmo deixará o cargo por motivos de saúde. No entanto, do período de 1899 a 1906, é nítido o grande avanço nos trabalhos de organização da documentação. A parte colonial foi quase toda concluída, disponibilizada, e principalmente, divulgada através de uma publicação que se tornou muito conhecida: *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*. É na sua gestão que vai haver uma preocupação muito manifesta: o recolhimento de novos documentos, principalmente de algumas repartições e do interior (TORII, 2016, p. 64-70).

Quando se busca informações acerca da criação de arquivos públicos no Brasil é muito comum uma prerrogativa: a influência do Arquivo Nacional francês, criado em 1789, logo depois do processo revolucionário. Na verdade, dentro de uma tradição da arquivologia como área do conhecimento, esse marco é extremamente importante porque funciona como uma baliza do entendimento dos chamados arquivos modernos. É a partir dele que a noção de cidadania fica atrelada ao arquivo quando o cidadão tem a oportunidade de consultar os mais diversos documentos depositados no arquivo público. O período pós-Revolução Francesa proporcionou uma centralização dos documentos dos arquivos na França no Arquivo da Nação. A partir desse momento os documentos passaram a conceber relações de poder, e o arquivo vai valorizar a descrição dos documentos para que fossem encontrados com mais facilidade. (SCHIMIDT, 2012).

A criação de arquivos é uma das propostas da modernidade, iniciada numa concepção iluminista francesa (SILVA, 2006, p. 56). Desde a formação do Estado Nacional Francês, a partir de 1789, fruto da Revolução Francesa, a sociedade ocidental viu-se obrigada a criar e mitificar três modalidades institucionais de preservação de memória: os arquivos, os museus e as bibliotecas nacionais (CAMARGO, 2006).

Acrescenta-se nessa teia de significados dos arquivos públicos, os valores republicanos e de modernidade muito comuns no início do século XX.

Para o movimento positivista, a documentação produzida pelo Estado tinha um caráter de veracidade. O que seria segundo eles, possível construir um passado inquestionável. Daí a necessidade de sistematização de arquivos públicos. No Pará, o nome que mais se destaca quando se discute Positivismo é o de Lauro Sodré. Ele, enquanto governador do Pará, implementou uma série de reformas administrativas para agilizar os trâmites burocráticos e modernizar a máquina estatal. Vale ressaltar que essas reformas administrativas englobavam também a criação do APEP, quando em 1894, o



Governador autorizou o recolhimento da documentação histórica do antigo Arquivo da Secretaria do Governo para a Biblioteca Pública. Esta ação de “juntar” os documentos de antigos arquivos de secretarias em uma biblioteca, e depois em um arquivo, dá a grandeza da importância deste acervo para políticos e gestores imbricados pelo positivismo, como Sodré. Contudo, por mais que os positivistas tivessem a ideia de guardar “tudo”, este “tudo” sempre era seletivo. A “seleção documental” que estes mesmos gestores fizeram foi uma realidade, e é resultado de algo que vai além de suas vontades filosóficas, sociológicas ou mesmo políticas.

A prerrogativa “República e reformas administrativas” não é uma característica dos políticos da região, e sim que os modos de pensar, organizar e publicitar a informação histórica presente nos arquivos brasileiros. Ela é tributária da modernidade que ganha novos aspectos com a República, já que, de acordo com Brandão (2013):

Mudanças institucionais importantes ocorreram na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Com a proclamação da República, uma nova elite de intelectuais, artistas, políticos e militares, com plataforma baseada em diretrizes científicas e técnicas, empreende a atualização das estruturas do Império com o objetivo de modernizar o país. (BRANDÃO, 2013, p. 162).

Dito desta forma, homens como Sodré, tinham um objetivo político em construir no Pará de 1894 uma memória histórica aos moldes de uma conservação estática dos mesmos. Contudo, neste caso, vale a pena discutir também sobre o domínio da memória pelo Estado. Isto é relevante, porque a memória sempre será um instrumento de poder, ou seja, o seu controle é uma garantia da manutenção de um domínio social e político (HOLLÓS, 2006). E não há como negar que os arquivos são lugares de memórias da qual os documentos podem mostrar-se, lembrar, recusar pontos de vista com potenciais impressionantes sobre uma gama de assuntos. E a maior parte deles, é revelador de interesses e conflitos políticos explícitos.

Mas citar todas essas influências não bastam para compreender a criação do APEP. Esse campo explicativo é válido, todavia não é suficiente para entender as filigranas do processo de reunião e organização do acervo do Arquivo Público. Essa preocupação latente atendia os preceitos rigorosos de uma modernidade muito pautada nas referências europeias, mas havia uma situação muito peculiar que deveria ser posta em questão e solucionada. Por enquanto vale a pena manter o suspense.

Nas últimas décadas do período imperial e nos primeiros anos da república no estado do Pará surgiu, na imprensa e em relatórios governamentais, um quadro de abandono e desorganização dos acervos em arquivos nas diversas repartições públicas.



Mas as críticas maiores eram para o arquivo da Secretaria do Governo, no qual a situação física estava dificultando os trabalhos administrativos e colocaria em risco a memória da região contada através dessa documentação.

No jornal *O Democrata* há uma denúncia contra a desorganização e o estado de abandono de que se encontrava o arquivo da Secretaria do Governo. Esse problema foi apontado quando a Administração Pública não conseguiu dar resposta de uma carta de sesmaria para um particular (O DEMOCRATA, 15 jan., p. 2). No projeto de lei – debatido e aprovado na Câmara do Senado e na Câmara dos Deputados sobre a anexação da documentação que estava no Arquivo da Secretaria de Governo para a Biblioteca Pública – fica muito evidente esse quadro de extrema desorganização dos documentos.

Na redação do projeto nº 32, da Câmara do Senado, que autorizava o recolhimento dos documentos históricos até o ano de 1840, fica bem nítida as justificativas dessa ação de recolher: o abandono e o acesso extremamente difícil dessa documentação².

Esse quadro físico do acervo também era muito comum nos arquivos do interior, apontados diversas vezes por Arthur Vianna, já como diretor da Biblioteca e Arquivo Público. Em várias correspondências oficiais, ele se queixava em relação a documentação que se encontrava no interior do estado, nos cartórios, na Igreja Católica e das repartições públicas estaduais e municipais. E uma sugestão apontada era o recolhimento dessa documentação para o Arquivo Público, colaborando dessa forma para a preservação dos documentos e da memória.

A principal preocupação com o descaso dessa documentação histórica era o quanto ela serviria para resolver alguns problemas ligados à ordem administrativa do Estado. A principal emergência era com relação à questão de terras no estado que se mostrava crítica desde o período imperial. Desde a Lei de Terras de 1850, o Estado pautou uma série de regras para a aquisição de terras o que causou certa confusão no momento de sua legalização, principalmente na reunião de documentos probatórios tanto da parte do solicitante quanto da parte do governo devido aos arquivos das repartições públicas estarem desorganizados. A República também vai herdar essa problemática que vai se tornar mais crítica com algumas legislações que visam deixar a legislação fundiária mais rigorosa para a posse de terras devolutas. E mais uma vez a questão dos documentos se sobressaem, mostrando a real necessidade de sua urgente reunião e organização.

² Câmara do Senado, série Projetos, ano: 1894, número da caixa: 55 e Câmara dos Deputados/ série Projetos, ano: 1894, número da caixa: 33.



Pode-se compreender a criação do Arquivo Público sob essa perspectiva também. O recolhimento da documentação histórica de Belém e do interior poderia ajudar o Estado a realizar esse processo de legalização e regularização fundiária. Era de conhecimento dos gestores públicos a real importância dessa documentação. Tanto é que logo após a criação do APEP, o diretor da instituição, Arthur Vianna, reuniu todas as cartas de data e sesmaria em vinte livros e tratou de fazer um índice onomástico dos sesmeiros para facilitar a busca pelos documentos. Outro dado importante que deve ser lembrado é que foram muitas as tentativas de Vianna em recolher a documentação dos cartórios do interior do Estado e da Secretaria de Obras Públicas. Nesses dois lugares a documentação que mais interessava para o diretor eram os documentos relacionados à posse de terra.

Após a criação do APEP em 1901, as principais solicitações ao diretor Arthur Vianna eram para conseguir documentos relacionados à posse de terra de particulares. Entre 1901 e 1906 foram localizados 14 pedidos de documentos que provassem a ocupação fundiária. Isso denota de forma muito clara a importância dessa documentação que deveria estar protegida e disponível para governo conseguir resolver problemas de cunho administrativo.

Outras solicitações ao Arquivo Público também devem ser lembradas podendo ser sintetizadas na procura de documentos históricos que demonstrassem os limites territoriais entre os municípios paraenses, dos estados com o Pará e do Brasil com os países vizinhos. Aqui é posto outro problema administrativo que deveria ser resolvido pelos primeiros governos republicanos: a questão dos limites territoriais, principalmente com os outros países.

Essa procura por documentos para fins de prova foi muito constante ao longo dos primeiros anos de funcionamento do APEP. E o estado sabia da importância desse acervo histórico tanto para fins da história quanto da parte burocrática/administrativa. Não é à toa que o mesmo vai financiar a compra de um prédio e sua adaptação para o funcionamento da Biblioteca e Arquivo Público, e também de material permanente (estantes, mesas, cadeiras). Essa contribuição veio também na organização do acervo quando foram encadernados aproximadamente 600 volumes de documentos no intervalo de tempo de 1901 a 1906.

Terras devolutas e públicas, terras de sesmarias: a questão territorial e de povoamento do presente republicano valorizava a volta aos documentos do Arquivo e gerava mais funcionários e mais recursos para publicação e compra de estantes. Contudo, o interesse de se unir os acervos e de se criar uma instituição com pessoas zelosas e hábeis



para sua preservação era algo comum nos Estados republicanos recém-criados, e era algo central na criação do APEP.

Os trâmites burocráticos da Biblioteca e Arquivo Público revelaram que as operações de recolhimento, identificação e difusão não eram propriamente “técnicas”. Havia a necessidade de guardar toda a documentação produzida e expedida pelo Estado? Quais documentos deveriam ser priorizados no momento de tratamento técnico e colocados à disposição? Quais documentos deveriam ter uma publicação específica? Quais procedimentos mais “técnicos” se tinham para realizar a classificação documental? Lendo o texto até este momento já se tem algumas respostas em mente.

Houve uma mudança de comportamento no que diz respeito à documentação que estava sendo alvo de organização. Desde que foi transferida para a Biblioteca, ela foi aos poucos recebendo uma importância e ganhando destaque por parte do Governo no sentido de organizá-la.

O número revelado anteriormente, 600 encadernações, deixa claro tudo isso. Vale destacar, também, a reforma que o prédio do antigo Banco Comercial do Pará recebeu para abrigar o acervo da biblioteca e do arquivo. Essa importância ganhou destaque cada vez mais quando algumas contendas administrativas, que se alastravam por décadas, começaram a ficar insustentáveis, como os limites, além dos problemas fundiários entre particulares já apontados ao longo do texto.

Já em 1904, a Biblioteca e Arquivo Público publicam o tomo 3 dos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*. Esta sempre foi a principal publicação da instituição e ganhou muita notoriedade graças a sua periodicidade e servindo de propaganda governamental. E este tomo é específico para o catálogo de posseiros de sesmarias do período colonial. Nele, Arthur Vianna organizou 2.158 registros catalogados e reunidos em 20 (vinte) volumes dispostos em uma ordem cronológica. Vale ressaltar que essa separação não iniciou com Arthur Vianna, mas com Antônio Marcos Nunes, em 1891. Todavia, é na gestão de Vianna que se reúnem esses documentos e dá-se uma lógica a eles. Nesta publicação, há a seguinte estrutura para apresentar todas as cartas de datas e sesmarias encontradas pela equipe de Vianna: o nome do posseiro, a localização geográfica, a denominação do lugar e as datas de concessão e de confirmação da sesmaria. (ANNAES, 1904).

Numa rápida apresentação do volume, Vianna deixa muito evidente a importância dessa documentação para as questões administrativas ligadas à regularização de terra. Segundo ele, estes eram documentos extremamente requisitados e consultados antes do



recolhimento efetuado pela Biblioteca Pública, ou seja, no período em que estavam no arquivo da Secretaria do Governo. Há uma denúncia clara do Diretor sobre o sumiço de algumas cartas durante o período em que esteve no Arquivo da Secretaria do Governo. (ANNAES, 1904).

O que fontes apresentadas denotam é a grande importância que a documentação histórica que trata de ocupação fundiária possuía no início da República e da criação do Arquivo Público. Essa procura, contudo, vem bem antes, mas é somente quando ocorre a reunião de toda documentação colonial e imperial na Biblioteca e Arquivo Público é que a demanda começa a ser documentada.

Considerações finais

A criação do Arquivo Público do Estado do Pará atendia preceitos muito claros de modernidade experimentada pelos primeiros governos republicanos no Estado. Somados a tudo isso, tem-se as transformações que a cidade de Belém experimentava no final do século XIX, advento da riquíssima extração de látex da seringueira. A criação de lugares de memória³, como museus, bibliotecas e arquivos sintetizaria o gosto apurado de uma elite que desejava os ares de uma civilização localizada na Europa. Todavia essa compreensão não consegue dar conta por completo quando se problematiza a criação do APEP. O estado republicano vinha enfrentando um problema muito grave arrastado desde o período imperial, que era a questão dos documentos que estavam se perdendo devido às péssimas condições de armazenagem. Com isso muitas questões sérias estavam sendo aditadas como a regularização fundiária e a questão de fronteiras entre os municípios paraenses, dos estados da Amazônia e com outros países. Por isso, era fundamental a reunião desses documentos em um só lugar com a finalidade de sua organização e divulgação que iria contribuir para a preservação da memória histórica da região e facilitar os trâmites administrativos do Estado.

Data de Submissão: 11/05/2020

Data de Aceite: 14/07/2020

Referências

³ Para Nora (1993), os arquivos são lugares de memórias, ou seja, lugares cuja responsabilidade reside no fato de guardar para não perder, mas que naturalmente passa a ser esquecido por justamente estar num lugar de memória.



Diário de Belém, 17 mar. 1882, p.1.

O Agrário, 1 out. 1885, p.2.

O Democrata, 15 jan. 1890, p.2.

APEP, Fundo: Câmara do Senado, Série: Projetos, Ano: 1894, Caixa: 55.

APEP, Fundo: Câmara dos Deputados, Série: Projetos, Ano: 1894, Caixa: 33.

Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Terceiro. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.

Referências Bibliográficas

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 26, N. 2, jul. a dez. 2013, 2013. Disponível em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/45>, acessado em 01 de agosto de 2020.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. “Patrimônio arquitetônico e documental: referências da institucionalização da assistência em saúde na Bahia e no Brasil”. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n. 4, p. 1761-1766, 2013.

CAMARGO, Célia Reis. **A construção da memória na sociedade global: identidades sociais: local x global.** 2006. Disponível em: http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:ojs.cedap:article/28&oai_iden=oai_revista787>. Acesso em: 20 out. 2013.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Unirio, Rio de Janeiro, 2006.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação**, v. 25, n 2, 1995. Disponível em: www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=818&article=480&mode=pdf>. Acesso em: 1 nov. 2016.

NEVES, Margarida de Souza. “Os Jogos da Memória”. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Orgs.). **Ler e escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro: Acess, 1998. p. 203-220.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.



SARRAF-PACHECO, Agenor; TORII, Leonardo. “Um guardião em teias: caminhos e sentidos na criação do Arquivo Público do Estado do Brasil”. **Americania**, Sevilha, v. 2, p. 216-258, 2015.

SCHIMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção de seu objeto científico: trajetórias, concepções, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA. Armando. **Arquivo, direito e poder: para uma desconstrução construtiva**. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2006.

TORII, Leonardo. **O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906)**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.

PATRIMONIALIDADE, RECONHECIMENTO E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE CONJUNTOS EPISTOLARES

CRISTIÉLE SANTOS DE SOUZA¹
CARLA RODRIGUES GASTAUD²



Resumo

O presente artigo propõe discutir os processos de patrimonialização e salvaguarda de acervos epistolares a partir das noções de valor, patrimonialidade e reconhecimento. Buscando, assim, compreender e expor a importância desses valores socialmente difundidos e atribuídos a acervos epistolares em diferentes contextos de preservação, em especial, nas ações do Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental acerca das relações entre patrimônio e acervos epistolares em diferentes contextos, apontando a influência das instituições para a efetivação de políticas de preservação, bem como para a definição do que é ou não preservado.

Palavras-chave: Cartas. Patrimônio. Documento. Memória.

Abstract

This article proposes to discuss the processes of patrimonialization and safeguarding epistolary collections from the notions of value, patrimony and recognition. Thus, seeking to understand and expose the importance of these socially disseminated values and attributed to epistolary collections in different contexts of preservation, especially in the actions of the National Committee of Brazil - Memory of the World Program. To this end, a bibliographic and documentary study was carried out on the relationships between heritage and epistolary collections in different contexts, pointing out the influence of institutions for the effectiveness of preservation policies, as well as for the definition of what is or is not preserved.

Keywords: Letters. Patrimony. Document. Memory.

Introdução

A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens. No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda.

Roger Chartier, 2007.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas/RS. E-mail: cristiele.hst@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas.



O desenvolvimento de caracteres escritos, de modo mais ou menos simultâneo, em diferentes regiões do planeta respondeu à necessidade que homens e mulheres tinham de registrar as suas experiências no mundo, representando para diferentes populações ao longo da História, uma profunda mudança na sua relação com o tempo e com a memória. Ainda que, inicialmente, a habilidade de escrever e de compreender os textos escritos estivesse restrita a poucos indivíduos ligados ao Estado ou à religião, com o tempo a prática da escrita rompeu os limites institucionais e ocupou os espaços de intimidade, principalmente, por meio das escritas autobiográficas, cujos exemplares mais conhecidos são os diários íntimos e as correspondências.

A ampliação dos espaços de escrita e de leitura trouxe consigo outras problemáticas, que de forma direta ou indireta, refletiram as relações sociais, políticas e econômicas vividas por seus autores, isto é, a distribuição das capacidades de ler e escrever, a difusão e a preservação dos textos produzidos e os suportes e materiais mobilizados para a sua produção. Nesse contexto, a escrita passou a representar um marcador de distinção social, bem como a sua preservação ou o seu descarte passaram a garantir que determinadas narrativas históricas se sobrepusessem a outras.

Para garantir a legitimidade e a continuidade de suas ações, o Estado fez do gesto de arquivar seu imperativo, mas, também, forneceu meios de perpetuar relações de poder e hierarquias sociais. Da mesma forma, as três grandes crenças monoteístas fizeram da escrita a base de divulgação de suas doutrinas e firmaram políticas de preservação e de difusão não apenas de seus textos fundadores, mas da produção escrita de seus membros. Como parte de um mesmo fluxo de desenvolvimento, a escrita firmou seu lugar entre as formas artísticas e eternizou personagens e seus autores garantindo-lhes um lugar na memória social e nas narrativas históricas.

No entanto, a prática da escrita não se restringiu ao lugar dos grandes feitos e da produção criativa, ela se difundiu nas práticas cotidianas de correspondência e, por vezes, foi preservada pelo desejo de memória dos seus guardadores. Do mesmo modo, a prática da escrita autobiográfica esteve entre aqueles que tiveram suas vidas atravessadas por instituições como os tribunais de justiça e os hospitais psiquiátricos. Autores de cartas, diários e testemunhos, essas pessoas tiveram a sua produção escrita preservada em decorrência de exigências legais, ou ainda, como parte do esquecimento dirigido aqueles que vivem à margem da sociedade. Nesses casos, assim como nos conjuntos documentais que integram espólios familiares, a pouca importância atribuída a esses documentos acabou por lhes garantir a preservação.



Se como afirma Roger Chartier (2007, p. 9) no texto em epígrafe, “a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda”, a preservação dos documentos resultantes dessa prática, inaugura um outro movimento de luta contra o esquecimento, um movimento que precisa reconhecer o complexo jogo de poderes que envolve a produção, a circulação e a preservação de correspondências, diários e demais formas de escrita autobiográfica. Esse jogo de poderes, resultante das relações entre indivíduos, instituições, costumes e práticas socialmente estabelecidas interfere diretamente na construção de políticas de preservação.³ Não se trata, portanto, de pensar a escrita como a fonte de uma única categoria de acervo documental/arquivístico, mas de compreender que a escrita de foro íntimo pode trazer consigo uma outra rede de valores que pode ou não lhe conferir o status de patrimônio.

Diante das considerações acima apresentadas, este artigo propõe um olhar sobre as políticas de reconhecimento e registro de acervos epistolares entre os conjuntos documentais nomeados pelo Comitê Nacional do Brasil - Programa Memória do Mundo. Discutindo os critérios do programa em diálogo com as noções de valor e patrimonialidade que envolvem a institucionalização da salvaguarda desses bens. Do mesmo modo, propõe um olhar sobre a necessidade de se pensar os diferentes contextos de preservação dessa tipologia de acervo, os quais estão sujeitos à imprevisibilidade de diferentes discursos de memória e de reconhecimento.

Escrita epistolar: Patrimonialidade e Reconhecimento

Para discutir as noções de patrimonialidade e de reconhecimento no âmbito da escrita epistolar, é preciso antes compreender a natureza complexa do principal documento resultante dessa prática: a carta. Situada entre o diálogo e a narrativa, a carta é, antes de mais nada, um instrumento de comunicação que estabelece um vínculo de reciprocidade entre remetente e destinatário. Partes singulares de um todo indissociável, as cartas devem ser pensadas como artefatos culturais, tal como defende Martyn Lyons (1999, p. 59), isto é, objetos cuja compreensão exige um olhar não apenas sobre o conteúdo do texto, mas sobre a geografia da escritura, a frequência e a circulação das cartas, as redes de sociabilidade que mantém ou integram e a distribuição das capacidades

³ Cabe ressaltar que por “complexo jogo de poderes” entende-se, aqui, questões como censura, regulamentação dos correios, acesso e distribuição das capacidades de leitura e escrita, normativas institucionais para a guarda de correspondências, entre outros.



de leitura e escrita em diferentes contextos. No mesmo sentido, Richard J. Cox (2017, p. 79) chama a atenção para o fato de que “manchas no papel, rasgados e borrões, frases rabiscadas ou erros de ortografia, talvez causados pela pressa, tudo isso tem algo a nos dizer, tanto quanto as palavras na carta, a respeito dos eventos passados e das vidas congeladas para nós.”

As cartas são, portanto, objetos multifacetados capazes de ensejar reflexões sobre hábitos, costumes e modos de viver, além de serem vestígios do desenvolvimento tecnológico e econômico de diferentes períodos e lugares, mas seu evidente potencial como fonte para a História e para os estudos da sociedade, não configura o motivo pelo qual elas são inicialmente preservadas. O primeiro gesto de preservação e, conseqüentemente, de reconhecimento destinado às cartas pessoais é resultado do valor a elas atribuído por seus correspondentes, seja no ato de guardar cópias das cartas enviadas ou no de guardar as cartas recebidas. Nesse sentido, a utilidade de uma carta se esgota assim que ela cumpre o seu dever de comunicar, mas permanecem os muitos sentidos atribuídos a esse documento que faz presente a pessoa ausente.

Com o passar dos anos as cartas pessoais guardadas informalmente em gavetas e escrivaninhas vão se tornando estranhas aos seus guardadores, sejam eles gestores de instituições como a Igreja ou o Estado, ou familiares que herdaram esses documentos como parte de espólios pessoais. Nessas circunstâncias, os motivos pelos quais as cartas sobrevivem ao tempo podem variar de um “dever de memória” (CANDAU, 2012) até o mero acaso. Um bom exemplo para pensar a guarda de correspondências pessoais no interior de uma instituição, é o caso do epistolário de Dom Joaquim Ferreira de Mello⁴, bispo de Pelotas entre os anos de 1921 e 1940. Dom Joaquim copiou e organizou sua correspondência ativa por mais de 20 anos, contudo, o Código de Direito Canônico prevê que apenas as cartas pastorais ou correspondências consideradas relevantes para a instituição devem ser arquivadas, assim, as cartas pessoais de Dom Joaquim não receberam qualquer tratamento institucional. Com a sua morte em 1940, seus bens de natureza pessoal ficaram sob guarda do Seminário São Francisco de Paula, sem qualquer sistematização ou política de preservação. Em 1983, o Seminário inaugurou um museu

⁴ Informações compiladas de: SOUZA, C. S. Escrever, Guardar, Lembrar: Os Copiadores de Cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.



dedicado à memória de Dom Joaquim, cujo acervo reunia paramentos litúrgicos, fotografias, objetos pessoais e o conjunto de aproximadamente 7 mil cópias de cartas.

A chave de leitura para compreender os diferentes caminhos percorridos pelas correspondências pessoais pode estar no próprio conjunto documental, visto que as cartas expõem as redes de sociabilidade que as sustentam e indiciam os possíveis vínculos estabelecidos ao longo do comércio epistolar. Os mais de 40 anos que separam a morte de Dom Joaquim, da primeira iniciativa de institucionalização da salvaguarda de suas cartas foram marcados por mudanças na política institucional da Igreja Católica e por diferentes gestões no Seminário São Francisco de Paula, mas os sentidos e valores atribuídos à memória de Dom Joaquim, enquanto fundador do Seminário, contribuíram para que o acervo não fosse descartado, uma vez que não havia qualquer obrigação legal para a sua preservação.

Os motivos pelos quais as cartas são guardadas por seus correspondentes e herdeiros, podem ser os mais variados, como também são diversos os motivos pelos quais eles empreendem diferentes formas de organização e seleção desses conjuntos documentais, relacionando-os com outros objetos e lugares. Os valores e sentidos atribuídos às cartas durante esses primeiros gestos de preservação interferem diretamente no modo como esses acervos epistolares são redescobertos e ressignificados como parte de acervos museológicos, arquivísticos ou, até mesmo, como objetos de curiosidade em feiras de antiguidades.

Em sua obra *Uma História do Patrimônio no Ocidente*, Dominique Poulot (2009, p. 28) utiliza o termo patrimonialidade “para designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo”. Nesse sentido, pensar o potencial de patrimonialidade de conjuntos epistolares implica pensar as narrativas construídas sobre eles e com eles, isto é, questionar o que faz com que uma carta pessoal, resultado de uma relação de intimidade, passe a compor um conjunto documental de interesse coletivo. Em outras palavras, quais são os valores atribuídos e mobilizados em relação a esses conjuntos documentais para que seja possível pensá-los como Patrimônio?

Quando a questão é pensada no âmbito dos valores, cabe lembrar que eles são atribuídos ou reconhecidos como parte de um conjunto de fatores que são essencialmente contextuais, ou seja,

El valor es una cualidad añadida que los individuos atribuyen a ciertos objetos que los hacen merecedores de aprecio. Estamos, pues, ante un concepto

relativo que aparece y desaparece en función de un mareo de referencias intelectuales, culturales, históricas y psicológicas, que varia según las personas, los grupos y la épocas. (HERNÁNDEZ et al.1996, p. 215)



O que significa dizer que o valor de um bem patrimonial não é inerente a ele, mas resultado dos discursos construídos sobre ele. No caso específico dos conjuntos epistolares, esses discursos estão, na maioria das vezes, relacionados aos seus remetentes e destinatários, seja pela excepcionalidade de suas vidas ou pela estereotipização de suas ações no mundo. Assim, as cartas de artistas e escritores são pensadas como a antessala da produção criativa, bem como as cartas de apenados e internos em instituições de saúde mental são compreendidas como uma massa homogênea de sofrimento e devaneios.

Diante dessas premissas, é possível pensar que os valores atribuídos aos bens culturais conformam as práticas de reconhecimento, que por sua vez alimentam discursos sobre a memória e a sua relevância histórica e social. Esses discursos influenciam diretamente os processos de atribuição de valores, fechando o ciclo que resulta ou não na preservação desses bens culturais.

O que configura, então, o potencial de patrimonialidade de conjuntos epistolares? É possível falar em Patrimônio Documental em relação a escritas de foro íntimo? A resposta para essas questões está nas diferentes concepções de valor atribuídas ao Patrimônio Histórico, bem como na escolha teórico-metodológica de considerar o potencial histórico desses conjuntos como o seu principal atributo de interesse.

De acordo com Joseph Ballart Hernández (2008, p. 105), “*nuestro mundo moderno sigue experimentando una difusa conciencia patrimonial conservacionista que progresa de una forma u otra*”. Essa consciência patrimonial reflete, segundo o autor, os valores atribuídos pela coletividade a alguns bens culturais. Ainda que o autor não esteja tratando de conjuntos documentais, a sua reflexão acerca dos tipos de valores atribuídos ao patrimônio histórico pode contribuir para uma melhor compreensão das políticas de preservação e de gestão de acervos epistolares. De acordo com o autor, é possível pensar ao menos três tipos de valores atribuídos ao patrimônio histórico (HERNÁNDEZ, et al., 1996, p. 216): o valor de uso, que corresponde a uma dimensão utilitária do objeto; o valor formal, que é inerente ao objeto; e o valor simbólico comunicativo, que se refere ao potencial comunicacional/representacional do objeto.

O mesmo autor afirma que a atribuição de valores aos bens culturais não é fundamental apenas para a sua constituição como patrimônio, mas também para a organização das políticas de gestão desse patrimônio, isto é, as oscilações das noções de



raro, autêntico e belo, por exemplo, podem interferir diretamente na elaboração e na manutenção de políticas de preservação de bens culturais. No que concerne aos conjuntos epistolares, essas oscilações são constantes e determinantes para a sua salvaguarda. Um bom exemplo para compreender esse processo de atribuição de valores e de gestão patrimonial, é a saga das cartas de Luís Carlos Prestes e Olga Benário, que figurou entre os principais noticiários do país nos anos de 2018 e 2019⁵.

O lote com cerca de 300 cartas remetidas a Luís Carlos Prestes entre os anos de 1936 e 1945, período em que o militante comunista esteve preso, foi anunciado como parte de um leilão com lance mínimo de 350 mil reais. As cartas escritas por sua companheira Olga Benário, por sua mãe Leocádia e por sua irmã Lígia, entre outros correspondentes, passaram por diferentes processos de guarda e de atribuição de valores até o derradeiro leilão. Inicialmente, as cartas tiveram um evidente valor de uso, ou seja, serviram para garantir a comunicação entre Luís Carlos Prestes e seus entes queridos. No entanto, por serem remetidas a um prisioneiro, essas cartas ficaram sob guarda do Estado, configurando o seu valor de documento comprobatório. Após a soltura de Prestes em 1945, parte do conjunto de cartas foi levado à sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio de Janeiro. Segundo Anita Leocádia Prestes (2019, p. 276), essas cartas teriam sido saqueadas da sede do PCB em 29 de outubro de 1945, pela polícia. De acordo com as notícias veiculadas sobre o caso, em 2018 as cartas teriam sido encontradas em uma lata de lixo no Rio de Janeiro e vendidas a um comerciante da região, que mais tarde as colocou à venda no referido leilão.

A importância histórica de seus correspondentes, assim como os critérios de autenticidade e de raridade fizeram com que o valor formal dessas cartas fosse reconfigurado, convertendo-se em valor pecuniário, mas também, ressaltaram o valor simbólico e comunicacional desse acervo, fato que levou ao embargo do leilão em decorrência de uma ação judicial movida pela filha de Luís Carlos Prestes e Olga Benário. Na decisão, em primeira instância, favorável à filha do casal, o Juiz responsável pela questão declarou:

Ademais, entendo que as cartas, muitas delas escritas por Olga Benário, como também asseverado pelo APERJ, possuem caráter estritamente pessoal, pois redigidas por uma mulher ao homem que amava, em momentos de insofismável tristeza e angústia por conta do encarceramento de ambos, e pela filha deles ao pai, dentre outras. Portanto, não obstante a inegável carga

⁵ A título de exemplo: <https://theintercept.com/2018/11/20/cartas-prestes-leilao-acervo-publico/>
<https://oglobo.globo.com/brasil/tj-do-rio-suspende-leilao-das-cartas-de-olga-benario-prestes-23249930>
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/cartas-olga-benario-luis-carlos-prestes.phtml>

histórica, entendo que o conteúdo das cartas dizem respeito somente à parte autora, única filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, que as trará a público se assim lhe aprouver. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sentença de 11/03/2019)



O exemplo discutido acima levanta uma série de questões que envolvem as noções de patrimonialidade e de reconhecimento, tais como: O valor histórico/ simbólico dessas cartas garante a sua publicização visando o interesse coletivo? O direito à memória e ao esquecimento daqueles que viveram ou estão intimamente vinculados aos fatos narrados nas cartas lhes garante o direito de posse sobre elas? É possível falar de Patrimônio Documental em relação a bens de natureza privada, ainda que sejam de interesse público?

Se a presente discussão tivesse como objeto uma edificação ou uma obra de arte, é possível que essas questões não fossem levantadas, ou ainda, que o interesse coletivo que configura a razão de ser dos processos de patrimonialização fosse o ponto central das discussões. No entanto, o potencial de patrimonialidade que recai sobre conjuntos epistolares está, justamente, na proximidade que esses escritos proporcionam entre a sociedade que os preserva e os homens e mulheres que fazem parte de sua História. Nesse sentido, quando Hernández (2008, p. 105) afirma que a chave para uma boa gestão do patrimônio está em garantir o seu valor social e o seu uso para o bem da comunidade, cabe indagar se a gestão responsável dos acervos epistolares, garantindo o direito à memória e à ampla representatividade dos diferentes sujeitos históricos, seria um viés possível para o reconhecimento do valor social desses acervos.

Nas palavras de Hernández e Tresseras (2007, p. 12):

Si como hemos visto la idea de patrimonio se asocia a cosa de valor y al mismo tempo comprendemos que este valor sirve para establecer algún tipo de vínculo entre individuos, es decir, que genera un nexo entre transmisor e receptor, podemos resumir diciendo, al menos, que patrimonio es un activo valioso que transcurre del pasado al futuro relacionando a las distintas generaciones.

Nessa perspectiva, o reconhecimento da patrimonialidade de conjuntos epistolares pode ser pensado em consonância com políticas de memória e identidade para fortalecer os vínculos existentes entre as gerações atuais, responsáveis pela gestão de diferentes tipologias de patrimônio, e as gerações passadas, as quais construíram, utilizaram e atribuíram sentido a muitos dos bens hoje patrimonializados.

Para além das diretrizes e políticas de gestão empreendidas nos arquivos, os quais possuem uma base teórica sólida voltada para os princípios de organicidade, procedência e legalidade nos processos de preservação de conjuntos epistolares, existe a necessidade de se pensar medidas de preservação para cartas e outras formas de escritos



autorreferenciais que estão salvaguardados em diferentes instituições e acervos privados. Dentre as muitas formas de garantir essa preservação estão o reconhecimento de sua patrimonialidade e as políticas de patrimonialização.

Patrimonialização e preservação de conjuntos epistolares: a atuação do Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo

De acordo com Fonseca (2017, p. 35), foi na Constituição de 1934 que a temática do patrimônio histórico foi mencionada pela primeira vez como um objeto de interesse jurídico no Brasil. Mas foi apenas com o decreto-lei nº 25 de 1937, que foi instituída uma política de reconhecimento e de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, prevendo diferentes categorias de bens patrimoniais a serem registradas em livros tomo correspondentes. Desde então, a política brasileira para o reconhecimento e para a gestão de bens culturais passou por diversas fases, demarcando as fronteiras de entendimento acerca das diferentes tipologias de patrimônio e organizando programas e metodologias de registro e de preservação para esses bens.

Não foram criados programas ou políticas específicas para a preservação de documentos provenientes da escrita de foro íntimo mas, assim como outras tipologias de documentos escritos e iconográficos, as cartas, os cartões-postais e os diários íntimos podem ser reconhecidos como patrimônio na categoria “coleção ou acervo” e inscritos em um dos quatro livros tomo previstos pela legislação⁶. Usualmente, o reconhecimento dos acervos epistolares como patrimônio, se dá como parte integrante de grandes coleções museológicas, ou vinculadas a instituições, cujo acervo é diversificado, em muitos casos sem um inventário sistematizado dos documentos, ou ainda, em função da notoriedade de seus correspondentes, dificultando o reconhecimento de conjuntos isolados e/ou de cartas cujos correspondentes não figuram entre os personagens destacados pela História.

Além do tombamento, outra possibilidade de reconhecimento e de salvaguarda de acervos documentais é a Declaração de Interesse Público e Social - estabelecida pela Lei nº 8.159 de 1991 (BRASIL, 1991), que integra a Lei de Arquivos - segundo a qual devem ser protegidos documentos que “sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Assim como na política de

⁶ Desde 2010 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desenvolve ações de preservação e digitalização do seu Arquivo Central, como a finalidade de facilitar o acesso aos documentos que integram a Rede de Arquivos do Iphan. No entanto, essa medida configura uma medida interna de gestão dos acervos documentais da instituição e não uma política de patrimonialização dessa tipologia de acervos.



tombamento, os interesses público e social são pontos fundamentais para o argumento que sustenta esse instrumento legal de salvaguarda, fato que está diretamente relacionado aos processos de atribuição de valores discutidos no tópico anterior, ou seja, sujeitos às concepções de historicidade, estética, uso e representatividade, entre outras.

Em 2004, com a criação do Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo, houve a abertura de uma nova frente de atuação no sentido de construir políticas de preservação de acervos documentais arquivísticos e bibliográficos no Brasil, permitindo, também, que a salvaguarda de acervos epistolares pudesse ser pensada em outros contextos. Porém, antes de discutir a atuação do Programa Memória do Mundo no Brasil, cabe conhecer um pouco mais desse programa que demarcou o campo da salvaguarda de acervos documentais no âmbito da Unesco.

De acordo com Pereira Filho (2018, p. 43-44), foi a destruição da Biblioteca Nacional de Saravejo em 1992 que impulsionou a criação do Programa Memória do Mundo, com o propósito de mapear e proteger coleções raras de documentos que estivessem em risco de desaparecer. Teve início, então, uma parceria entre o Setor de Comunicação e Informação da Unesco, que já vinha desenvolvendo projetos na área de preservação de acervos documentais em risco desde o final da década de 1980, o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA).

Ainda de acordo com Pereira Filho, na primeira reunião do Comitê Consultivo Internacional do Programa Memória do Mundo, foram definidos os critérios a serem utilizados na identificação dos acervos documentais em risco. Os critérios foram divididos em quatro categorias:

“I. Critérios intelectuais”, que assinalam os interesses literário e linguístico da obra, assim como a antiguidade da mesma, além de indicar qual característica a torna insubstituível em caso de desaparecimento; “II. Critérios físicos”, que destacam o documento como testemunha de uma tecnologia, acrescido da avaliação se o mesmo necessita de uma intervenção rápida para garantir sua salvaguarda; “III. Critérios ligados a um contexto”, os quais estabelecem o interesse por um conjunto de documentos arquivísticos ou bibliográficos num determinado local; “IV. Critérios ligados a uma situação de risco”, responsáveis por apontar quais acervos estariam em condições de grande ameaça por qualquer tipo de sinistro. (PEREIRA FILHO, 2018, p. 45)

Ainda que a primeira definição de critérios não trouxesse o princípio de patrimonialidade de forma explícita, havia nas noções de “insubstituível” e “testemunha” os evidentes gestos de distinção e de atribuição de valores. Da mesma forma, a criação dos “critérios ligados ao contexto”, expôs a preocupação com a imprevisibilidade dos



diferentes contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que incidem sobre a preservação de conjuntos documentais.

Inicialmente não havia um instrumento de chancela ou patrimonialização, de modo que as atuações do Programa Memória do Mundo, durante os primeiros anos, se restringiram ao fomento de projetos de salvaguarda e de acessibilidade. Em 1995, foi instituída a prática do registro e/ou nomeação dos conjuntos documentais, fato que aproximou as ações do programa de uma noção de patrimonialização, mesmo que, na estrutura administrativa da Unesco, o Programa Memória do Mundo não estivesse situado no Setor de Cultura, responsável pela política de Patrimônio, mas no Setor de Comunicação e Informação.

Ao longo dos anos, o Programa foi sendo reestruturado e, de certa forma, acompanhou as mudanças ocorridas nas políticas de reconhecimento e salvaguarda do Patrimônio Mundial, tais como: a importância das populações relacionadas aos bens patrimonializados, a interdisciplinaridade nos processos de patrimonialização e o reconhecimento da diversidade cultural, entre outros fatores que contribuíram para a reelaboração dos critérios de seleção e identificação dos conjuntos documentais a serem nomeados. Pereira Filho (2018), ressalta que o Programa Memória do Mundo publicou, ao menos dois documentos fundamentais para a compreensão dos critérios de avaliação dos conjuntos documentais, são eles: as “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental” (1995/2002), e o “Companheiro do Registro do Memória do Mundo” (2012). Houve, portanto, uma ampliação dos critérios definidos pelo Programa, tal como listado abaixo:

- (1) Influência: o patrimônio documental é de importância mundial se tiver influência essencial sobre a história do mundo, sem se limitar às fronteiras de uma cultura nacional.
- (2) Época: o patrimônio documental é de importância global se reflete de forma singular um período de mudanças decisivas na situação mundial ou constitui uma contribuição significativa para a nossa compreensão do mundo num momento particularmente importante da sua história.
- (3) Lugar: o patrimônio documental é de importância global se contiver informações sobre uma localidade ou região que tenha desempenhado um papel decisivo em eventos essenciais na história ou cultura mundial.
- (4) Pessoas: o patrimônio documental é de importância mundial se estiver especialmente associado à vida ou ao trabalho de uma pessoa ou grupo de pessoas que contribuiu de forma significativa para a história ou cultura mundial.
- (5) Assunto ou Tema: o patrimônio documental é de importância mundial se documentar de forma proeminente uma questão importante ou tema essencial da história ou cultura mundial.
- (6) Forma e Estilo: o patrimônio documental é de importância global se constituir um exemplo significativo de uma forma ou estilo proeminente.



Também pode ser importante porque representa um suporte ou técnica que desapareceu ou está desaparecendo rapidamente.

(7) Valor Social: o patrimônio documental é de importância global se tem um valor excepcional, seja social, cultural ou espiritual, que ultrapassa os limites de uma cultura nacional. (PEREIRA FILHO, 2018, p. 91-92)

Ainda que estes critérios estejam permeados por uma forte tendência globalista e abertos a interpretações etnocêntricas, trazem em si uma abordagem mais ampla no que se refere à origem e à tipologia de documentos possíveis de nomeação. Os aspectos sociais, históricos, estéticos e, até mesmo políticos, são declarados como elementos fundamentais para a avaliação desses bens. No entanto, o aspecto mais relevante na elaboração desses novos critérios foi o uso do termo “patrimônio documental” com toda a carga simbólica que ele encerra.

Nessa perspectiva, a noção de “valor” (HERNÁNDEZ et al., 1996) como um elemento fundamental para a construção discursiva, simbólica e política de Patrimônio, é instrumental para que se possa compreender o Programa Memória do Mundo como uma política internacional de proteção ao Patrimônio documental arquivístico e bibliográfico, sem, contudo, ignorar a tensão existente entre memória, esquecimento e poder político-discursivo que envolve a sua gestão.

O formato da estrutura organizacional do Programa Memória do Mundo em Secretaria Geral, Comitês internacionais, regionais e nacionais, assim como as muitas parcerias com setores governamentais, profissionais e empresariais, fez com que a tendência globalista fosse aos poucos se dissolvendo em demandas locais, constituindo outras frentes de atuação para o Programa. De modo que na edição revisada das “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental” em 2002, há a seguinte definição das finalidades do Programa:

O Programa Memória do Mundo reconhece patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional; mantém registros dele e lhe confere uma logomarca que o identifica. O Programa facilita a preservação e o acesso a este Patrimônio sem discriminação. Trabalha para despertar a consciência sobre o patrimônio documental; para alertar governos, o público em geral e os setores industriais e comerciais sobre a necessidade de preservação e para arrecadar recursos. (UNESCO, 2002, p. 5)

Há, portanto, uma preocupação em garantir que a preservação do Patrimônio Documental se dê em diálogo com os diferentes segmentos da sociedade, desconstruindo a ideia de que a preservação de documentos de valor histórico e artístico é, apenas, um gesto demonstrativo de erudição.



No que concerne ao contexto brasileiro e a sua abrangência diante da preservação de conjuntos documentais de ordem epistolar, cabe ressaltar que o Comitê Nacional do Brasil, hoje sob a guarda do gabinete da direção geral do Arquivo Nacional⁷, foi criado por meio da portaria MinC n. 259 (BRASIL, 2004), a qual trazia como principal objetivo:

[...] assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo.

O desafio estava, portanto, em selecionar entre as coleções documentais preservadas no Brasil, as que fossem consideradas de “importância mundial”. Para isso o Comitê tinha como base os critérios estabelecidos pelo Programa Memória do Mundo e a orientação teórico-metodológica das instituições que o compunham. Nos primeiros nove anos o Comitê foi formado por representantes das seguintes instituições: Arquivo Nacional, Comissão Nacional da Unesco, Conselho Nacional de Arquivos, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ministério da Cultura, Arquivos Eclesiásticos, Arquivos Militares, Arquivos Privados, Arquivos Públicos Municipais, Arquivos Públicos Estaduais, Arquivos Audiovisuais, Entidades de Ensino e Pesquisa e Notório Conhecimento em Preservação do Patrimônio Documental Brasileiro. Em 2013 a portaria MinC n. 84 (BRASIL, 2013) incluiu a representação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Ainda que os arquivos fossem, evidentemente, as instituições com maior representação, o Comitê ampliou os espaços de discussão para a salvaguarda de acervos documentais/arquivísticos no Brasil, considerando o IPHAN e o IBRAM como instituições interessadas. Se por um lado, o formato de constituição e representatividade, demonstrou que o Comitê reconhecia o potencial de patrimonialidade desses acervos e que não limitava a sua salvaguarda a um único modelo de instituição, por outro lado, o fato de estar abrigado na estrutura do Arquivo Nacional, lhe conferiu um caráter institucional mais próximo do campo teórico da gestão arquivística, do que da gestão patrimonial proveniente dos processos de patrimonialização.

Em 2018, o Comitê Nacional do Brasil divulgou a tabela de “Bens de patrimônio brasileiros nominados no registro nacional do Brasil no Programa Memória do Mundo

⁷ De acordo com Pereira Filho (2008, p. 136), o processo de criação do Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo se dá de modo emblemático, pois tem início no Ministério da Cultura, tramita para o Iphan e termina sob guarda do Arquivo Nacional.



(MOW) da Unesco”⁸, contendo uma listagem com o nome do acervo, o período de produção dos documentos, a entidade custodiadora e uma pequena descrição dos conjuntos documentais nomeados entre 2007 e 2018. A tabela, mais do que um levantamento das atividades desenvolvidas pelo Comitê Nacional, é uma forma de divulgação dos acervos nomeados, uma vez que para cada item listado há um *link* que direciona o leitor para a página da entidade custodiadora. Dessa forma, é possível buscar, ainda que de forma incipiente, dados sobre os acervos epistolares que integram os conjuntos documentais nomeados.

No que concerne aos conjuntos epistolares, os dados divulgados pelo Comitê Nacional do Brasil expõem questões importantes para se pensar o lugar ocupado pelos acervos epistolares em meio às políticas de preservação de acervos documentais arquivísticos e bibliográficos no contexto brasileiro. A lista apresenta apenas os processos deferidos, de modo que não é possível ter acesso ao número e à tipologia de processos indeferidos, tampouco aos argumentos que garantiram ou não a nomeação de diferentes conjuntos documentais.

Entre 2007 e 2018 foram nomeados um total de 111 conjuntos documentais, incluindo desde fotografias, mapas e partituras, até acervos bibliográficos e manuscritos. Do total de acervos nomeados, apenas três são formados exclusivamente por conjuntos epistolares, são eles: Cartas Andradinas, custodiadas pela Fundação Biblioteca Nacional, Cartas Régias (1648-1821), custodiadas pelo Arquivo Público do Estado da Bahia e Correspondência Original dos Governadores do Pará com a Corte, custodiada pelo Arquivo Nacional.

Nos três casos, as cartas que compõem o acervo estão relacionadas à história política do Brasil e tem como origem instituições públicas e formais de salvaguarda. Há, ainda, quinze acervos de constituição mista que declaram possuir correspondências de ordem pessoal como parte de seus bens, são eles: Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Arquivo João Guimarães Rosa (USP), Arquivo Machado de Assis (ABL), Inconfidência em Minas – Levante Tiradentes (AN), Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (PUC – SP), Fundo Carlos Chagas (FIOCRUZ), Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo (MI), Arquivo Roquette Pinto (ABL), Coleção Carlos Gomes (MI), Fundo Plínio Salgado (Arquivo Público do Município de Rio Claro), Acervo documental e iconográfico de Abdias

⁸ http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MOW_tabela_acervos_2007_2018_com_links.pdf



Nascimento (IPEAFRO), Acervo de Jean-Pierre Chabloz: referente à Batalha da Borracha (Museu de Arte da UFC), Arquivo Arthur Ramos (FBN), Arquivo Lima Barreto (FBN), Acervo de quatro fortificações da Capitania de Mato Grosso/1768-1822 (Arquivo Público do Estado do Mato Grosso).⁹

No entanto, em muitas das descrições dos acervos nomeados em que não aparecem documentos de natureza epistolar, há a utilização de expressões genéricas para descrever documentos que podem ser provenientes da escrita de foro íntimo, tais como: “documentos espontâneos”, “documentos privados”, “manuscritos”, “documentos textuais”, entre outras. Essas descrições genéricas são recorrentes em acervos vinculados a instituições e a acervos resultantes de pesquisas etnográficas, mas também, aparecem em descrições como a do Acervo Rui Barbosa, onde provavelmente há documentos epistolares.

Neste breve estudo dos dados divulgados pelo Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo, foi possível observar que, em sua maioria, os conjuntos epistolares são preservados como parte de outros acervos e como elementos biográficos relacionados a figuras notáveis na História brasileira, como políticos, escritores e artistas. Há, contudo, ainda que em menor número, cartas de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas por tragédias ou por instituições, como no caso das cartas que integram o acervo do “Fundo Comitê de defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul”.

Nesse sentido, é possível perceber que, embora a inserção do Programa Memória do Mundo no contexto de políticas de preservação de acervos documentais arquivísticos e bibliográficos no Brasil, tenha ampliado as possibilidades de reconhecimento e de preservação de conjuntos epistolares, há certa continuidade nos processos de atribuição de valores que definem o que deve ou não ser patrimonializado. As cartas continuam tendo sua preservação associada à notoriedade de seus correspondentes, e não à sua relevância como um documento/ testemunho de práticas, hábitos, valores e modos de viver que nem sempre são legíveis em outras fontes.

Considerações finais: por uma epistolografia dos “homens infames”

⁹ Siglas: CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas; USP – Universidade de São Paulo; ABL – Academia Brasileira de Letras; AN – Arquivo Nacional; PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz; MI – Museu Imperial; IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros; FBN – Fundação Biblioteca Nacional.



Na introdução à obra “A vida dos homens infames”, Michel Foucault (2003) chama a atenção para a invisibilidade de homens e mulheres cujas vidas foram atravessadas por diferentes instâncias de poder e, sobre os quais só conhecemos o que deles se diz em prontuários, processos judiciais, notícias de jornal, entre outras formas de registro. A patrimonialização de conjuntos epistolares provenientes de instituições de educação e saúde, de acervos privados, de acervos de projetos de colonização e/ ou imigração e de acervos do judiciário, entre outros espaços que abrigam cartas de “homens infames”, pode significar a oportunidade de preservar fragmentos de narrativas feitas por essas pessoas sobre o mundo em que viviam. No entanto, os motivos pelos quais conjuntos epistolares são preservados, quando esgotadas as exigências legais, estão diretamente relacionados aos valores atribuídos a eles pelas pessoas e instituições que, até então, os preservaram.

Ao longo deste artigo procurou-se compreender e expor a importância de valores socialmente difundidos e atribuídos a acervos epistolares em diferentes contextos de preservação, como elementos fundantes de políticas públicas de salvaguarda e patrimonialização. Nessa perspectiva, as noções de valor, reconhecimento e patrimonialidade foram pensadas em relação a conjuntos epistolares em diferentes situações, seja como um epistolário privado mantido no interior de uma instituição como a Igreja Católica, seja como cartas pessoais que passaram a integrar um lote de leilão.

Partindo dessas questões foi possível pensar os instrumentos de patrimonialização e de salvaguarda de acervos epistolares no contexto brasileiro, com ênfase nas ações do Comitê Nacional do Brasil – Programa Memória do Mundo para o reconhecimento de acervos tradicionalmente ignorados por outros instrumentos. No entanto, um estudo preliminar dos dados divulgados pelo Comitê Nacional mostrou que os conjuntos epistolares estão entre os acervos reconhecidos, mas, em sua maioria, como parte de outros acervos e em função da notoriedade de seus correspondentes. De outra forma, a nomeação de acervos como os Processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região e a Coleção Memória da Psiquiatria Brasileira, demonstram que há outras possibilidades de preservação de acervos epistolares, quiçá um espaço de reconhecimento para uma epistolografia dos “homens infames”.

Data de Submissão: 10/05/2020

Data de Aceite: 11/07/2020



Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm Último acesso em 25/04/2020

BRASIL. Portaria MinC nº 259 de 2 de setembro de 2004. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/PortariaMinC259de2004_cria_e_compo_e_MOWBrasil.pdf Último acesso em 18/04/2020

BRASIL. Portaria MinC nº 84 de 1 de outubro de 2013. Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Portaria_MinC_84_de_01.10.2013_-_altera_a_composiçao_do_Comitê_MOWBrasil.pdf Último acesso em 18/04/2020

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LYONS, Martyn. Cartas de amor e escritas íntimas – França e Austrália, século XIX. In: LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. **A palavra escrita: Histórias da leitura no século XIX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional**. Leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça – Comarca da Capital. Procedimento do Juizado Especial Cível/Fazendário - Antecipação de Tutela E/ou Obrigação de Fazer Ou Não Fazer Ou Dar. Processo: 0275434-76.2018.8.19.000. Autor: Anita Leocádia Prestes. Juiz Tutelar: Fernando Rocha Lovisi. Sentença. 11 de março de 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/3/art20190318-06.pdf>. Último acesso em 14/03/2020

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart et al. El valor del patrimonio histórico. *Complutum Extra*, 6(11), 1996. P. 215-224.

<https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/CMPL9696330215A/29835>

Último acesso em 05/05/2020



HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimônio cultural**. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

HERNÁNDEZ, Joseph Ballart. Usos del patrimonio, acción social y turismo: Hacia um necesario consenso. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 103-117, 2008.

Disponível em: <http://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38207>
Último acesso em 12/04/2020

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. **Memórias em disputa**: a Unesco e a patrimonialização de acervos documentais. 2018. Tese (doutoramento em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. **Viver é tomar partido**: Memórias. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

SOUZA, C. S. **Escrever, Guardar, Lembrar**: Os Copiadores de Cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

UNESCO. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. 2002.

Disponível em:

http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrimônio_documental.pdf Último acesso em 20/04/2020.

PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO, UMA ABORDAGEM PRELIMINAR DAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO

OZANNA HANNESCH¹



Resumo

O artigo apresenta alguns marcos na trajetória dos arquivos até o seu reconhecimento como patrimônio documental, fazendo uma relação com as políticas e práticas da conservação de documentos. O tema é desenvolvido por meio de uma análise realizada a partir da literatura arquivística e das discussões e recomendações sobre a proteção dos bens culturais, publicadas entre os séculos XIX e XX, e disseminadas em nível internacional por profissionais e organizações. Como resultado, apresenta que a Arquivologia percebida de forma inter e transdisciplinar, mediante os cuidados e atenção com os aspectos da materialidade (documento-informação) e da imaterialidade (representação-contexto), possibilita a inclusão dos documentos de arquivo como patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Documental. Conservação de Arquivos. Preservação de Arquivos. Salvaguarda Documental.

Abstract

The article presents some milestones in the trajectory of the archives until their recognition as documentary heritage, making a relationship with the policies and practices of document conservation. The theme is developed through an analysis carried out from the archival literature and from the discussions and recommendations on the protection of cultural assets, published between the 19th and 20th centuries, and disseminated internationally by professionals and organizations. As a result, it presents that Archivology perceived in an inter and transdisciplinary way, through the care and attention with the aspects of materiality (document-information) and immateriality (representation-context), allows the inclusion of archival documents as cultural heritage.

Keywords: Documentary Heritage. Conservation of Archives. Preservation of Archives. Documentary Safeguard.

Introdução

Apesar de hoje (2020) os documentos de arquivo terem seu reconhecimento como patrimônio cultural, eles não possuem o apelo dos monumentos de ‘pedra e cal’ nem tão pouco das obras de arte. Tal condição se deve ao fato de os arquivos serem sempre valorizados por sua informação administrativa e histórica, sendo muitas vezes radicados nos trâmites burocráticos e jurídico-legais ou tratados ainda e apenas como memórias auxiliares à gestão e consolidação governamental. Por certo, parte do

¹ Doutoranda em Conservação e Restauração na Universidade Católica Portuguesa (UCP). E-mail: ozana@mast.br.



elemento fundamental da noção de documentos de arquivo ainda é, por essência, ser evidência de um fato, fenômeno ou atividade humana, embora na segunda metade do século XX, enquanto patrimônio cultural, lhe foram agregados novos aspectos qualificativos (atributos de valor). Esta circunstância foi incorporada por meio das adjetivações que recebe o patrimônio em razão de sua classificação como histórico, artístico, científico, religioso, cultural etc., e no âmbito de sua representação: individual, coletiva, institucional, local, regional, nacional, mundial. Os reflexos das instituições de memória resvalaram no aporte de atributos aos acervos arquivísticos.

O embrião dessa mudança de olhar teve sua origem em dois grandes movimentos do final do século XIX, que contribuíram para ampliar os limites do conceito de patrimônio cultural de tal maneira que modificaram também a potencialidade de uso dos arquivos e a sua inserção no âmbito das políticas culturais durante o século XX: 1) a utilização da informação em todos os níveis (ultrapassando seu caráter puramente administrativo e histórico); e 2) a crítica à história positivista fundada em documentos que se impõe por si próprios, e que favoreceu o uso de outras fontes informativas (LE GOFF, 1984, p. 96). Nesse universo contribuiu o crescimento exponencial das novas formas de registro da memória individual e coletiva (meios fotográficos, sonoros, ópticos, eletrônicos e digitais), que passaram a permear todas as atividades humanas, bem como a ampliação do conceito de cultura, disseminado pela Antropologia. Em acréscimo, verifica-se a constatação da ‘finitude’ dos suportes, o medo do esquecimento, o reforço de identidades e o desejo de lembrança. Esses elementos de mudança tiveram papel fundamental nas práticas e teorias no campo disciplinar arquivístico, e na necessidade de incorporar conhecimentos de conservação na formação e capacitação dos profissionais que atuam em arquivos.

Fato é que o tema patrimônio arquivístico foi pouco explorado tanto na literatura da área de Conservação quanto na de Arquivologia. Uma das razões para isto é que apenas nas duas últimas décadas do século XX os documentos textuais, impressos, iconográficos, cartográficos, sonoros, audiovisuais, e os multimeios ganharam um olhar mais abrangente de valorização no contexto das ações de conservação do chamado patrimônio cultural em nível mundial. Isto ocorreu também na esfera dos governos, em especial, nas políticas públicas nacionais de diferentes países, através da atuação de organismos internacionais como a ONU e a UNESCO.

Este artigo é parte de um estudo realizado no âmbito do mestrado em Museologia e Patrimônio da UNIRIO, realizado em 2013. Como particularidade deste



texto se dá destaque à identificação das práticas que nortearam a preservação de documentos arquivísticos em suporte de papel a partir do século XIX. Assim, a contribuição da pesquisa se refere às ações de conservação dos arquivos, relacionando-as ao campo disciplinar da Arquivologia e ao reconhecimento desses acervos como categoria do patrimônio documental. Tal perspectiva implica na compreensão de atividades e do papel desempenhado pelos arquivos no âmbito da representação, que lhes inseriu definitivamente no contexto do patrimônio cultural.

Os marcos da preservação do patrimônio arquivístico

Entre o final do século XVIII e início do século XIX se propagam as primeiras legislações em países europeus sobre proteção de acervos arquivísticos dentro de uma base teórica ainda embrionária e decorrente de motivações distintas. Identifica-se na transição da perspectiva patrimonial-administrativa para a ênfase na perspectiva historicista-social, uma mudança de paradigma que irá se refletir nas práticas e na formulação teórica da Arquivologia (COOK, 1997, p. 14, 28), bem como na inserção definitiva da preocupação com a conservação dos documentos nos arquivos.

A primeira legislação de proteção de patrimônio cultural em âmbito de governo surge com a Revolução Francesa, com os ideais *liberté, égalité, fraternité* sob a ‘bandeira’ da cidadania. Segundo Silva e colaboradores (2002, p, 100), as mudanças formam parte de um processo “atravessado por um verdadeiro terremoto político e cultural, que deitou por terra os alicerces do Antigo Regime, na generalidade dos países europeus e com reflexo na própria América”. Para Gagnon-Arguin (1998, p. 31), a perspectiva de novo uso político do arquivo se traduziu tanto na capacidade de criar a partir dele uma identidade nacional como nos argumentos de fornecer garantias de livre acesso ao cidadão de toda informação custodiada, enfatizando ser esta uma missão importante dos governos.

No campo arquivístico a mudança que ocorreu pode ser resumida em três realizações importantes: a primeira, a criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; a segunda, o estabelecimento do princípio do seu acesso público; e a terceira, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor que são do passado (SCHELLENBERG, 1974, p.5). Gagnon-Arguin (1998, p. 31) indica que o surgimento do nacionalismo e do movimento Romântico proporcionou ao documento um tratamento de valor testemunhal (evidência)



na concretização de “(re)construção” da história. Houve uma revalorização da pesquisa em fontes originais, com foco no entendimento do contexto de sua produção. Essa valorização dos documentos gerou frutos para a criação da *École de Chartes* (fundada em fevereiro, 1821), que tinha como um dos seus objetivos a formação e capacitação de profissionais para atuar nos documentos de arquivo e de biblioteca. Para Silva e colaboradores (2002, p. 114 e 216) é na segunda metade do século XIX que os arquivos passam a ser identificados como “laboratórios da história”, e a Arquivologia passa a figurar como uma disciplina auxiliar. A aproximação com a disciplina História trouxe uma revitalização à compreensão dos arquivos como instrumento de ligação com o passado, embora a construção histórica utilizada fosse de valorização dos grandes personagens e eventos comemorativos, no intuito de construir e reforçar em muitos países a identidade da nação.

Entretanto, o método histórico não reduziu a matriz jurídico-administrativa dos arquivos, ao contrário, agregou novas perspectivas ao que se chamou de Arquivística. Segundo Gagnon-Arguin (1998, p. 34) o papel do arquivo foi reforçado como construtor de memória, não aquela necessária ao uso imediato, mas a que seria útil para uso futuro. Tal circunstância apresenta uma visão do arquivo como elo do passado e futuro. Assim, as práticas arquivísticas do final do século XIX incorporaram as relações do passado, presente e futuro por meio dos movimentos de conformação dos arquivos como resultado da seleção objetiva ou subjetiva, reflexo de um indivíduo, grupo, sociedade ou cultura. Esse entendimento atinge seu auge quando os arquivos são incorporados definitivamente e reconhecidamente ao conjunto de patrimônio da humanidade, numa visão integral que acontece a partir da segunda metade do século XX. Deste modo, o patrimônio cultural incorpora o patrimônio arquivístico, constituído como um patrimônio documental.

A práxis arquivística na preservação dos documentos

Na França de então, o documento de 18 de Brumário, publicado em 9 de novembro de 1789, instituiu o patrimônio cultural francês. E na Assembleia Nacional constituída em 12 de setembro de 1790, se cria o arquivo nacional francês, o qual estabelece a Lei de 7 Messidor ano II, de 25 de junho de 1794, que organiza uma rede de arquivos e um depósito central de documentos (FLIEDER; DUCHEIN, 1993, p. 33-34). A centralização administrativa de documentos governamentais, e também daqueles



de interesse do Estado, evidenciou nos arquivos os problemas de uma incorporação compulsória e de reunião de diferentes arranjos e classificações de documentos sob responsabilidade de uma mesma instituição.

Na Inglaterra do século XIX, Schellenberg (1974, p. 5) aponta que a institucionalização do *Public Record Office* – PRO, em 14 de agosto de 1838, ocorreu por motivações de ordem administrativa e cultural. A partir dele, iniciaram as primeiras ações de mapear a situação dos arquivos ingleses, com a identificação de problemas não apenas referentes à segurança, mas também à conservação. Durante o século XIX, os Estados Unidos seguem o exemplo inglês. Por este motivo é possível afirmar que essas iniciativas foram resultado do reconhecimento da importância histórica dos arquivos e, nos EUA, isso se caracterizou por uma particularidade: a criação, entre os anos de 1800 e 1850, de inúmeras sociedades e associações históricas. Segundo Schellenberg (1980, p. 21-22), essas instituições promoveram a valorização de documentos públicos e privados através de uma atuação na constituição de arquivos das próprias entidades, bem como no incentivo à publicação de guias, repertórios e inventários. A partir da centralização e criação de instituições representativas surgem os primeiros problemas de preservação relacionados ao volume e, posteriormente, ao acesso.

No caso dos documentos em depósito, em função das grandes massas documentais acumuladas² compulsoriamente, se observaram problemas quanto à ausência de fundamentação e critérios de organização que considerassem o contexto de acumulação de cada arquivo na sua forma original. Como solução para este problema, em 1841 se implementa na França um novo caminho metodológico: o princípio de respeito aos fundos ou princípio da proveniência (pertinência, cf. GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 49), que vem de encontro às junções de arquivo utilizadas até então. Segue-se a esse embate, em 1867, o princípio do respeito à ordem original³, que propunha um novo procedimento: considerar a ordem de acumulação natural dos documentos para estabelecimento do plano de classificação do conjunto documental.

Estes recursos metodológicos se dirigiram mais à garantia do acesso e consulta; contudo, refletiram na preservação do arquivo, posto que os documentos seriam mantidos dentro do contexto em que foram criados e não como itens individualizados.

² O conceito de massa documental refere-se ao conjunto de documentos de grande proporção, sem qualquer tipo de tratamento ou preocupação quanto à sua organização, e que estão depositados em áreas, galpões, porões, corredores etc. para atender à legislação ou que foram guardados pelo zelo de funcionários.

³ Este princípio foi introduzido por Francesco Bonaini em 1867 (Ribeiro, 1998, p. 27).



Essa condução pode ser observada nas preocupações relatadas pelo manual dos arquivistas holandeses (MANUAL, 1973). Assinala-se que neste momento a noção de preservação ligada aos arquivos se configurou na manutenção do contexto da produção orgânica dos documentos (cuja importância e valoração foram se tornando cada vez mais claras), e não mais na reunião de um conjunto de documentos per se (rearranjados, por exemplo, por outros métodos como o tipológico). Neste sentido é possível perceber o quanto esses princípios valoraram a representação do conjunto de documentos arquivísticos, não apenas como reflexo de uma estrutura (orgânica), mas como vestígios de uma realidade retratada, seja ela objetiva ou idealizada. Essa perspectiva conforma o simbólico do arquivo.

Para Silva e colaboradores (2002, p. 122) a aplicação desses princípios arquivísticos não foi adotada completamente, sendo possível encontrar conjuntos de documentos que seguiram uma classificação temática. O exemplo disso pode ser observado quando instituições arquivísticas de diferentes países passam a privilegiar a organização física de seus documentos através de métodos como o cronológico (por ordem de data) e o tipológico (por tipo de documento – por exemplo: correspondências, ofícios etc.). Essas ações foram reforçadas nos documentos em fase corrente de forma mais ampla. Por esse motivo, vários autores afirmam que durante o século XX o arquivo de uso corrente se distanciou da forma natural de acumulação para se tornar um serviço especializado, cuja função foi fazer acessível qualquer informação a quem a procure (SCHELLENBERG, 1974; SILVA *et al.*, 2002; ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

O final do século XIX marcou também uma nova forma de administração dos arquivos: aquela que buscava acompanhar uma visão crítica da história (LE GOFF, 1984). Essa nova circunstância se apresenta quando a Historiografia se emancipa das suas fontes tradicionais, e os intelectuais e acadêmicos passam a utilizar novos tipos de documentos para reflexão e crítica sobre as políticas públicas e a sociedade. Essa situação ocorre sobretudo após o advento da *École des Annales*⁴ e a incorporação de disciplinas como a estatística, a sociologia, economia, entre outras nesse campo (LE GOFF, 1984, p. 102, 104; SILVA *et al.*, 2002, p.124-25). Nos arquivos esta fase vai

⁴ Marota (1991, p. 9, 11, 16 e 35) afirma que as transformações ocorridas no século XIX foram radicais nos aspectos teórico-metodológicos de todas as ciências ainda apoiadas na exatidão positivista. No caso da História, a perspectiva historiográfica é alterada a partir da Escola Francesa, com a publicação da Revista Internacional *Annales*, cujos fundadores, Marc Block e Lucien Febvre, trabalham numa linha mais holística, que busca um olhar mais abrangente da sociedade ao tratarem do cotidiano, dos desprovidos de posse etc.



repercutir em uma crise na instituição, que se volta mais para apoiar a História do que a Administração, o que irá representar um distanciamento dos arquivistas das atividades que geram arquivos (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 46).

Com a intensificação do uso desses acervos surgem as primeiras salas de consulta pública, no intuito de dar acesso às pesquisas e às atividades administrativas (SILVA *et al.*, 2002, p. 102). Essa situação, descortinada nas primeiras décadas do século XX, permite identificar arquivos públicos de diferentes proporções e diversos tipos, ao mesmo tempo em que se observa a intensificação e dispersão dos conjuntos em vários espaços (SILVA *et al.*, 2002, p. 123). Essas mudanças teórico-metodológicas promovidas na abordagem arquivística na organização do arquivo corrente e do permanente na consolidação do arquivo intermediário, introduzido no campo disciplinar da Arquivologia através da teoria das “três idades”⁵. A figura do arquivo intermédio, surgida por razões de ordem prática e técnica, passou a responder por uma função própria. Para Moreno (2004, p. 88), ele representou o entendimento da concepção de gestão integral do documento arquivístico, arraigada e intrínseca, qual seja: desde a origem de sua produção até sua conservação definitiva nos arquivos permanentes.

De fato, a criação dos depósitos intermediários rompeu com a prática de tramitação e guarda dos arquivos mantidas até então. Isto criou um fluxo encadeado. A sistematização dos procedimentos de guarda e destinação, de certo modo, favoreceu o distanciamento entre os arquivos históricos (*archive*) e os arquivos administrativos (*records*), como se tratasse de duas realidades diversas: os primeiros, a serviço da História e da Cultura, os segundos a serviço das administrações (SCHELLENBERG, 1974). Isso foi em parte coberto pelo arquivo intermediário, embora este cenário ainda hoje (2020) exista. Uma das razões para esta permanência se refere às exigências diferenciadas de técnicas e métodos de trabalho, que resultam em profissionais com vocações distintas.

Como é possível observar, as ações de preservação empreendidas tiveram seus prós e contras no que se refere à conservação: se por um lado promoveram a reunião e proteção de conjuntos documentais, por outro lado possibilitaram alguma perda, por razões de suscetibilidade dos materiais, armazenamento em ambientes inadequados, dissociação dos conjuntos ou por acumulação sem método. Os grandes incêndios e as

⁵ Representa uma importante ferramenta de origem metodológica para o controle da circulação, acumulação e destinação dos documentos do início de sua produção até sua fase final de vida, quando se decide por sua eliminação ou permanência (CAMARGO *et al.*, 1996, p. 359).



pragas tiveram sua parcela de efeito, do mesmo modo que a impossibilidade de leitura dos documentos em letra antiga ou em tinta corrosiva fizeram com que eles fossem considerados inúteis ou relegados ao descuido. Como consequência das incorporações de novos suportes e tecnologias de reprodução surgem os problemas de conservação, que não mais são solucionados pela reprodução, transcrição ou reparo. Fez-se urgente, pois, a necessidade de uma seleção adequada do que deveria ser preservado ou eliminado e do que precisava ser tratado, conservado e restaurado.

No aspecto relativo às preocupações de conservação se verifica que as primeiras iniciativas surgem na Alemanha (CASANOVA, 1928, p. 79) ainda no século XVIII. Estas tiveram como propósito estabelecer uma regulamentação para a melhoria da qualidade de produção do papel, que passou a ser tema de estudos pela indústria papelreira naquela ocasião (devido ao aumento da demanda e à falta de matéria-prima).

O manual de Casanova (1928) informa que em 28 de maio de 1888 foi publicada na Prússia a primeira instrução governamental sobre o uso de critérios para escolha de papéis apropriados para a produção de documentos. A instrução prussiana distinguiu duas classes de papéis para uso na confecção de documentos de caráter permanente: a primeira, referente à composição da massa (materiais), e a segunda, à concentração de elementos (quantidade na composição). A partir delas se qualificava o papel para adoção ou não pelo governo (CASANOVA, 1928, p. 83). Assim o tema da qualidade do papel, naquele país, teve uma aproximação com as práticas de classificação e destinação dos documentos. Segundo Casanova (1928), foi proposto prescrever a escolha de papéis com características de permanência como fator de auxílio na predefinição de documentos a serem eliminados ou conservados, tendo isso ocorrido na Prússia e na França.

Sob o aspecto da eliminação e descarte de documentos, Jenkinson (1922, p. 118) assinala que até 1840 não havia uma crítica sobre a destruição de documentos, porque as necessidades de preservação tinham um propósito muito prático, relacionado com maior ênfase ao uso administrativo e aos problemas de conservação (por ex.: insetos, e tintas corrosivas). Por certo, é possível observar que no manual dos arquivistas holandeses os primeiros critérios descritos de avaliação se relacionam com o fato dos documentos preservados serem originais de “natureza formal”, diga-se, oficial (os quais jamais deveriam ser destruídos) ou com à ideia de antiguidade⁶,

⁶ A noção de antiguidade aqui citada se refere a uma data limite no passado até a qual todo documento é considerado como de guarda permanente.



acrescentando, entretanto, que qualquer documento somente poderia ser descartado se houvesse um parecer de peritos (MANUAL, 1973, p. 74 e 75).

O tema da eliminação de documentos tem destaque em outras obras de referência. No texto de Jenkinson (1922, p. 115) e igualmente de Schellenberg (1974, p. 113) é informado que, na Inglaterra, a regulamentação sobre a seleção de documentos públicos para guarda permanente ocorreu com a publicação do *Public Record Act*, em 1877. Schellenberg (1980, p. 113) complementa, contudo, que essa lei inglesa inicialmente conferiu apenas ao Arquivista-Mor a responsabilidade de formulação das regras de descarte e eliminação dos documentos depositados no *Public Record Office* – PRO. Este autor descreve ainda que nos Estados Unidos a regulamentação sobre o descarte de documentos foi instituída por lei elaborada pelo Congresso americano em 16 de fevereiro de 1899. Nela se previa a eliminação por meio do preparo de listas de descarte (SCHELLENBERG 1974, p. 114). Entretanto, naquele país as normativas e técnicas de auxílio à decisão quanto à destinação de documentos públicos se consolidaram apenas em 1943, com a publicação da *Record Disposal Act* (SCHELLENBERG, 1974, 115; 1980, 105-106).

Casanova (1928, p. 113) afirma que na Itália a regulamentação da eliminação de documentos, cuja conservação era considerada inútil, ocorreu na primeira década do século XX, utilizando-se para isso de princípios regulados pelo Estado através de leis nacionais e a critério da Comissão Central de Descarte. Na França foram os arquivistas que decidiram sobre a eliminação ou permanência de documentos nos arquivos, também se apoiando em leis específicas. E na Alemanha, os primeiros princípios de avaliação foram estabelecidos pelo Arquivo Privado do Estado da Prússia, em 1901 (SCHELLENBERG, 1974, p. 156), os quais se definiam a partir de debates nos encontros anuais de classe dos profissionais arquivistas (SILVA *et al.*, 2002, p. 130). Assim, é possível afirmar que nas primeiras décadas do século XX ainda haviam diferentes normativas de seleção, avaliação e descarte para os documentos arquivísticos, sendo elas igualmente subjetivas, posto que dependiam meramente de critérios de classe e do zelo dos profissionais que se encarregavam ou eram nomeados para tais tarefas, especialmente para aqueles documentos referidos como de caráter histórico⁷.

Na segunda metade do século XX surgem novos formatos e tipos de documentos e se alarga o uso de distintos meios de reprodução, visando o acesso e a

⁷ Sobre esta afirmação, verificar as observações de Rousseau e Couture (1998, p. 157).



preservação. O impacto das novas formas de produção e reprodução de documentos criou um paradigma nos arquivos que é chamado por alguns autores de “explosão documental” (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 112). Esses novos suportes utilizados foram mais claramente associados aos sistemas de tratamento da informação e também direcionados notadamente ao “recurso” da pesquisa e do acesso (WYTHE, 2010). Tal circunstância foi favorecida, inicialmente nos Estados Unidos e depois em inúmeros países, pela nova abordagem implementada já mencionada, qual seja: a teoria das três idades, incluída aí a chamada *records management*⁸. E seu desdobramento igualmente se efetivará no campo da conservação-restauração de documentos até o final daquele século, mais nos princípios e práticas da área e menos na teoria, cuja mudança ocorre apenas na virada para o século XXI.

As práticas da conservação de documentos nos arquivos

Reafirma-se aqui que as mudanças na Arquivística influenciaram as abordagens relativas à conservação de documentos. Para ratificar a apropriação e manutenção desta prática no universo dos arquivos, recorre-se à análise de alguns manuais e livros de referência da área da Arquivologia – são dois manuais e dois livros que, apesar de não serem manuais, são referidos como tal, a saber: o *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven* (Manual de Descrição e Arranjo de Arquivos⁹) de Sammel Muller, J. A. Feith e R. Fruin, publicado em 1898; o *A Manual of Archive Administration* de Hilary Jenkinson, publicado em 1922; o livro *Arquivística* de Eugenio Casanova, publicado em 1928; e o livro *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*¹⁰ de Theodoro R. Schellenberg, publicado em 1956. Estas publicações possibilitam traçar um quadro das iniciativas de preservação do patrimônio arquivístico, que têm relação com o que se identifica como aspectos da conservação preventiva ou da restauração de documentos, como se poderá verificar.

A partir do final do século XIX começam os debates em nível internacional¹¹ sobre vários aspectos do “fazer” arquivístico, tratando de legislações sobre eliminação, intervenções de reparo e da formação dos profissionais das diferentes especialidades.

⁸ Este termo define o modo de gestão que se direciona ao tratamento e estudo dos documentos de uso corrente, isto é, aqueles que se encontram ainda na fase de produção, circulação e guarda pelos setores produtores (SCHELLENBERG, 1974, p. 51).

⁹ Tradução em língua portuguesa publicada pelo Arquivo Nacional do Brasil em 1973.

¹⁰ Neste estudo foram utilizadas as triagens de edições brasileiras de 1974 e 2006.

¹¹ Em 1899, por exemplo, é realizado o primeiro Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, em Dresden, Alemanha.



Pouco mais de um século depois da França institucionalizar o patrimônio (e com isto reconhecer os arquivos como parte deste), se realizou em 30 de setembro de 1898, na Abadia de San Gallo (Suíça), a primeira Conferência Internacional sobre Conservação e Restauração de Manuscritos, um marco nas iniciativas de promoção do tema da conservação em arquivos e bibliotecas. A Conferência de San Gallo, como ficou conhecida, trouxe para o debate as reflexões do Cardeal Franz Ehrle sobre o estado de conservação de muitos documentos danificados por tintas ácidas e sobre o uso de procedimentos interventivos danosos para “reavivar” escritas esmaecidas (BELTRAME, 2000, p. 21). Entre os argumentos motivadores do evento foram apresentados: a necessidade de estudos sobre os agentes patológicos dos acervos, a sensibilização dos responsáveis pelos acervos para o problema da degradação, a restauração com métodos perigosos e outras discussões em torno de técnicas de tratamento. Estavam presentes dezoito representantes de treze países, e foi a primeira vez que se introduziu o tema da necessidade de uma abordagem científica e interdisciplinar para a conservação de documentos (BELTRAME, 2000, p. 23).

No I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, realizado em Bruxelas em 1910, sob a presidência de Samuel Muller, foram discutidos temas como: a necessidade de legislação, a construção de depósitos resistentes, os problemas de conservação e restauração inadequadas, a preparação de inventários para acesso aos arquivos e a educação profissional (CONGRES, 1912). É possível notar o quanto esses assuntos permeavam as preocupações em diferentes países. Por certo, de forma implícita ou explícita, as regulamentações e orientações publicadas nos textos do início do século XX, que abordam os princípios básicos envolvidos na preservação e na conservação de acervos arquivísticos, foram resultados de um trabalho de compilação, pelos arquivistas, de procedimentos e métodos, mas também de produção científica efetiva, visando responder às demandas de acesso e uso dos arquivos administrativos e históricos.

O surgimento desses debates e publicações especializadas incluindo o tema da conservação sob inúmeras formas foi determinante para a inserção da preservação como um aspecto da gestão arquivística sob responsabilidade dos profissionais da área, assim como o foram nas bibliotecas e museus. Muitas das preocupações identificadas foram incorporadas aos primeiros manuais publicados. No caso dos arquivos, entretanto, se observa que já havia uma nítida separação entre as ações de responsabilidade dos arquivistas, daquelas mencionadas como de responsabilidade de profissionais



especializados, geralmente denominados conservadores (CASANOVA, 1928). Para estes últimos podem ser mencionadas as intervenções diretas no documento e o uso de produtos químicos para controle de pragas.

As informações pontuadas acima permeiam um contexto mais amplo de tomada de consciência da responsabilidade dos profissionais de diferentes áreas dentro de um quadro mais geral de profissionalização, que se constitui na primeira metade do século XX, no sentido da individualização profissional e sua hierarquização. Ainda que não claramente apresentada sob a forma como é entendida hoje (2020), essa mudança no sentido da concepção de uma percepção autônoma da Arquivística trouxe embutida uma abordagem mais estruturada para a gestão do acervo, não só de método, mas também das práticas de conservação, visto que estas pressupõem a estruturação de políticas e programas. Verifica-se que sua caracterização se encontrava embrionária, especialmente quando consideradas as proposições temáticas dos eventos mencionados e assuntos incluídos nos manuais de Jenkinson (1922) e de Casanova (1928), como apresentado neste artigo.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) novos rumos são estabelecidos nos trabalhos de conservação, os quais exigiram outras posturas quanto à proteção e salvaguarda dos acervos e quanto à inserção dos métodos científicos na abordagem aos documentos. Segundo Kathpalia (1973, p. 19), entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial a disseminação de uma consciência dos problemas de conservação resultou em pesquisas e cooperação entre diferentes instituições e indivíduos, que possibilitaram desenvolver naquela época novos processos e técnicas de trabalho na Inglaterra, Estados Unidos, Itália, França, Rússia, Suécia, Alemanha e Índia. No campo disciplinar arquivístico, como anteriormente mencionado, ocorre a produção dos primeiros textos e manuais, onde são reunidos os princípios e práticas arquivísticas, os quais chamam atenção para o papel exercido pelos arquivos na construção da identidade e memória e na garantia de autenticidade para história. A partir disso se pode observar os argumentos e justificativas que promovem o “saber preservar”.

Foi Jenkinson (1922) o primeiro a apresentar temas de conservação em um manual arquivístico, tendo ele feito uma descrição bastante completa sobre muitos aspectos envolvidos na preservação como, por exemplo, as condições necessárias aos edifícios para alcance da salvaguarda de documentos. Este autor escreveu sobre a importância de se definir e seguir recomendações quanto à garantia de solidez da construção e de seu isolamento de outros imóveis próximos (JENKINSON, 1922, p.



47). Essa última preocupação, escreveu o autor, responderia aos problemas de segurança contra sinistros, principalmente incêndios, que tornava importante o provimento de equipamentos de combate e alarmes e de comunicação telefônica com o corpo de bombeiros bem como a realização de treinamentos e simulações com a equipe (JENKINSON, 1922, p. 47). O autor tratou também do tema da acessibilidade e da disposição adequada das áreas de serviço, que deveriam se refletir na segurança dos documentos e na diminuição de sua circulação, numa clara preocupação com a funcionalidade da edificação (JENKINSON, 1922, p. 48).

Voltado para as condições do ambiente, o tema da qualidade do ar também foi abordado como premissa para a melhor conservação do acervo. Jenkinson (1922, p. 47-48) descreve que a intensidade de iluminação seria prejudicial às encadernações de couro expostas e que o dano referente à sujeira diferiria em intensidade conforme a situação de manutenção do depósito, sendo menor se os documentos estivessem acondicionados. Ao tratar deste mesmo tema, seis anos depois, Casanova (1928, p. 34-36) abordou mais detalhadamente as preocupações que se deveria ter com a construção de edifícios, direcionando o foco para orientações sobre a observação das condições do solo e do subsolo, do relevo e disposição da construção (em função dos ventos e da iluminação). Explicou que esta atenção deveria ser dada pelo enorme peso relativo aos papéis compactados.

Verifica-se, assim, que apesar de a construção e de as condições do ambiente não serem responsabilidade direta do profissional de arquivo, este deveria estar ciente dessas necessidades, a fim de requerer o cumprimento das exigências de adequação da edificação. A respeito destes aspectos Casanova (1928, p. 37-42) faz menção também à necessidade de preocupação quanto ao acesso e ligação entre as áreas de serviço e depósito e as de público, explicitando sua relação com questões de segurança, ao mesmo tempo em que assinala o equilíbrio dos espaços para as diferentes funções, em consonância com as recomendações de Jenkinson (1922). Contudo, Casanova (1928, p. 43 e 44) acrescenta dois itens específicos em seu manual: o ar e a iluminação, onde discorre sobre a importância de a construção ter ambientes bem ventilados e iluminados. Chamou atenção para situações que deveriam ser evitadas e outras que deveriam ser providas, tais como: o aproveitamento da luz natural difusa, o uso de claraboias e iluminação elétrica de complementação.

O tema da melhoria de condições ambientais dos espaços construídos foi tratado no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, realizado em



novembro de 1933, em Atenas, e veio ao encontro dessa abordagem explicitada pelos profissionais de arquivo, neste caso, a preocupação com a construção e adequação de espaços urbanos (COLETÂNEA, 2006, p. 21). Apesar da *Carta de Atenas* ser vista como um marco no tratamento do urbanismo, sob um olhar mais atento se observa que estas mesmas inquietudes podem ser relacionadas à perspectiva de conservação dos inúmeros patrimônios culturais sob a guarda das instituições-memória, da qual não se exclui o arquivo. Como mencionado acima, Jenkinson (1922) já havia pautado recomendações sobre condições ambientais, e no manual de Casanova, no capítulo sobre Archiveconomia, é possível encontrar outras advertências relativas à luz e ao ar:

Tal como acontece com todo ser humano, até mesmo documentos precisam de ar e luz. [...] a entrada de ar e, em seguida, a ventilação [são] muito necessárias ao local do arquivo por remover o ar velho e a condensação de vapor de água que penetra a partir das paredes, e, em seguida, o perigo de um fungo e deterioração do mobiliário. (CASANOVA, 1928, p. 43 – tradução nossa).

Assim, a ausência de condições adequadas de aeração e iluminação natural vai causar mal-estar e doenças nos habitantes, do mesmo modo que nos arquivos a ausência de insolação e ventilação vai favorecer o aparecimento de agentes biológicos daninhos e a degradação por efeitos químicos. É particularmente interessante identificar como estas constatações pelos profissionais de Arquitetura podem ter influenciado a melhoria do ambiente dos arquivos em períodos anteriores e posteriores às recomendações (cf. expõe RIBEIRO, 1998; BANDEIRA, 1995). Chama-se aqui atenção para o fato de que o texto do Congresso de Atenas sobre urbanismo (1933) foi produzido cinco anos depois do livro de Casanova (1928).

No que se refere ao tema dos agentes de deterioração biológica, é possível apontar que Casanova (1928) tratou do problema dos insetos e microrganismos de forma mais explícita do que Jenkinson (1922). Nota-se inclusive uma quase ausência do tema neste último autor. Para o primeiro, o foco das preocupações eram as pragas, as quais dividiu em duas classes: flora e fauna, cujos tratamentos de eliminação poderiam aplicar-se por meio mecânico (limpeza), biológico (predadores), físico (aquecimento ou resfriamento) e químico (uso de produtos aromáticos, irritantes e tóxicos) (CASANOVA, 1928, p. 72-77). Esse autor fez ainda recomendações sobre a higienização e manutenção dos espaços e mobiliários como forma de prevenir problemas de preservação, citando a necessidade de se ter uma área de recepção destinada exclusivamente aos arquivos recém recolhidos.



O problema dos agentes biológicos, como os insetos biodeterioradores de papel, é observado como um dos que acompanham a trajetória da custódia de documentos arquivísticos ao longo dos séculos. Tendo esta afirmação como referência, é sintomático questionar a falta de alguma nota sob este tema no manual de Jenkinson (1922) deixando a possibilidade para exploração e aprofundamento futuro sobre as razões que o levaram a isso. Por outro lado, é possível reconhecer que Casanova (1928) não só incluiu informações sobre dois tipos de agentes patológicos de deterioração, como também descreveu as possibilidades de tratamento, indicando suas vantagens e desvantagens. Conclui-se que o autor possuía (e sugeria que o profissional de arquivo deveria ter) esclarecimentos específicos de conservação, embora não atuasse na referida área.

As orientações de Jenkinson (1922) e de Casanova (1928) não se limitaram aos aspectos referentes ao ambiente e edifício, foram dirigidas também ao uso do acervo. Estes autores descreveram o homem como um agente de deterioração pelo descuido no manuseio e uso, e em função de sua negligência aos aspectos da segurança, às boas práticas de reprodução e às perdas por dissociação de documentos. Observa-se que a abordagem de Jenkinson (1922) tem um direcionamento mais contundente de indicar que essas preocupações deveriam estar incorporadas às responsabilidades do profissional encarregado pelos documentos arquivísticos. Já Casanova (1928) apresenta esses aspectos como informações, descrevendo-os na forma de recomendações a serem seguidas.

Nos manuais de Jenkinson (1922), Casanova (1928) e no de Schellenberg (1974), bem como no manual dos arquivistas holandeses (MANUAL, 1973), o tema da armazenagem e do acondicionamento como fator da conservação é observado com forte presença, refletindo o contexto identificado nas publicações, conferências e congressos da área de preservação de arquivos e bibliotecas por todo o século XX. No item que tratou dos invólucros Jenkinson (1922, p. 50 e 51) descreveu a confecção de algumas embalagens, sugerindo utilização de cartões robustos e a padronização do tamanho e de formatos, para que pudessem ser produzidas em grandes quantidades. Casanova (1928, p. 48-57), por seu lado, se dedicou mais a descrever sobre a qualidade e tipos de mobiliários de armazenagem, especialmente às estantes, sendo muito detalhista. No manual de Schellenberg de 1956 (1974, p. 201), o assunto do armazenamento e acondicionamento é pouco explorado, tendo o autor feito apenas algumas recomendações sobre características relativas a equipamentos para depósito, tais como a



adoção de mobiliário específico, que fosse conversível, permitisse flexibilidade de uso e protegesse os documentos. Porém em outro livro, publicado também na década de 1950¹², intitulado ‘*Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*’, Schellenberg (1980, p. 172) abordou esse tema com mais cuidado, considerando que o acondicionamento teria a função de proteção física dos documentos, ou seja, apartá-los dos agentes agressores que lhes diminuam o tempo de vida. Neste sentido, o autor definiu o invólucro como uma barreira, chamando atenção para sua importância e, como consequência, necessária qualidade.

Observa-se que Muller, Feith e Fruin (MANUAL, 1973, p. 64) haviam feito uma estreita relação entre os sistemas de guarda e o arranjo dos arquivos, cuja estrutura era e vinha sendo definida pelas necessidades de proteção e acesso dos documentos. Os autores holandeses sugeriram a prática da encadernação e a utilização de mobiliários do tipo escaninho, armários fechados e gavetas como formas de proteção, organização e guarda que respeitariam o formato dos documentos (MANUAL, 1973, p. 64). Jenkinson (1922, p. 50) fez semelhante afirmação, considerando a inter-relação do arranjo com o acondicionamento; por outro lado, apontou a dificuldade de se conciliar a proteção com a necessidade de aeração dos documentos, o que era de fundamental aspecto para ele.

Ao tratar da encadernação como prática de proteção, Jenkinson (1922, p. 52) mostrou concordância com os autores holandeses, sendo esta assertiva compartilhada também por Casanova (1928, p. 86) quando este autor afirmou que, durante anos, a encadernação foi vista como um cuidado especial de preservação de atos importantes, e que muitos papéis avulsos foram considerados menos necessários por não estarem encadernados. A isso Schellenberg (1980, p.175) informa que foi no século XIX que a encadernação recebeu a atribuição de elemento de proteção. Entretanto, para este autor as vantagens desta proteção eram ilusórias, visto que caixas podiam garanti-la, talvez até mais, pois seriam mais eficientes no que se refere a amortizar os efeitos prejudiciais do calor, umidade e poluição atmosférica (SCHELLENBERG, 1980, p. 175).

A partir desta revisão, argumenta-se que os manuais já mostram o momento embrionário de introdução dos princípios da conservação preventiva de documentos arquivísticos, e que os autores se mantinham na vanguarda desse movimento dentro de sua área (JENKINSON, 1922; CASANOVA, 1928; SCHELLENBERG, 1974). Nas referências apresentadas são reconhecidos aspectos da gestão de conservação, que

¹² Do original *Public and Private Records: their arrangement and description*; neste estudo, utilizada a segunda edição publicada no Brasil, em 1980.



podem ser verificados pela inclusão de temas como: requisitos para construção de edifícios de arquivo e armazenagem de documentos, menção aos métodos e produtos de desinfestação de acervos, e orientações sobre a atenção e escolha de materiais de qualidade para uso na produção e guarda de documentos arquivísticos de importância administrativa e histórica.

É importante notar que algumas orientações e informações não caducaram, se apresentando como práticas atuais em ações de preservação e conservação preventiva descritas em manuais e obras de referência para arquivistas, que foram editados a partir segunda metade do século XX¹³. E, ao nos distanciarmos das recomendações propriamente ditas e analisarmos o conteúdo de tais relatos, é possível verificar que há nos manuais uma preocupação quanto à prospecção (a sua época) de procedimentos e normativas de âmbito científico, observada pelas referências de artigos sobre fenômenos de degradação, como por exemplo em Jenkinson (1922) páginas 59, 62, 136, em Casanova (1928) páginas 71,72, 80, 81, 90, e em Schellenberg (1974) páginas 203, 205.

Nos textos de Schellenberg (1974; 1980), a afirmação acima pode ser ratificada quando o autor informa que nos Estados Unidos os primeiros estudos sobre os agentes externos e internos de deterioração surgem em 1931, a partir da constatação da precariedade de conservação das principais bibliotecas daquele país pelo *National Bureau Standards* – NBS (EUA). Outra menção é sobre o relatório do mesmo órgão, publicado em 1937, que identificava como elemento de degradação a poluição atmosférica e a umidade e temperatura desfavoráveis, e recomendava providências de acomodação apropriada e de limpeza dos documentos e espaços (SCHELLENBERG, 1974, p. 200 e 202). Esse autor se refere também aos métodos de intervenção de laminação adotados por algumas instituições americanas, como a Biblioteca do Congresso. Contudo, coloca que o *Public Record Office* (Inglaterra) questionava a garantia de permanência dos materiais e procedimentos utilizados – notadamente o tratamento de velatura.

Recomendações internacionais e o rumo ao patrimônio documental

¹³ No âmbito internacional podem ser citados: os estudos do RAMP/UNESCO (1970-1980); o manual *La pratique archivistique française* (FAVIER; NEIRINCK, 1993) e, no Brasil, as *Recomendações para a Construção de Arquivos* (CONSELHO, 2000).



Fato é que, entre as décadas de 1920 e 1930, se estabeleceu um novo marco na trajetória de valorização dos documentos arquivísticos. A Sociedade das Nações¹⁴, por meio da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual¹⁵, cria em 1928 um Comitê Consultivo de Especialistas em Arquivos, embrião do que posteriormente se tornaria o Conselho Internacional de Arquivos – CIA. Sob a presidência de Eugênio Casanova, esse órgão teve como principal ação realizar um estudo sobre a terminologia utilizada pelos arquivos, visando uma unificação e equivalência para publicação de um léxico (SILVA *et al*, 2002, p. 128).

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) eclode, levando devastações maiores aos países. Sociedades e grupos, refletindo sobre as perdas generalizadas, aderem ao conceito de patrimônio universal e consolidam ações de manutenção dos órgãos internacionais de representação como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO¹⁶ e, posteriormente, as entidades específicas como o Conselho Internacional de Museus – ICOM¹⁷, o Conselho Internacional de Arquivos – CIA, Federação Internacional de Bibliotecas Associadas – IFLA e o Centro Internacional de Estudos de Preservação e Restauração de Bens Culturais – ICCROM¹⁸. O movimento se espalha pelos países Latino-Americanos, influenciando nas políticas de proteção do patrimônio cultural. Essas instituições internacionais começam a promover recomendações globalizantes e padronizadas, tendo grande papel no debate e formulação de políticas de proteção e na ética da preservação do patrimônio dos diferentes países.

Assim, a partir da década de 1950 assiste-se à disseminação de ações preservacionistas, tanto por parte dos diferentes profissionais de campos autônomos do patrimônio como de cientistas de diversas áreas de atuação, que se debruçaram sobre os problemas de degradação de materiais e sobre a ação dos agentes agressores. A partir de então, a temática da conservação é globalizada, especialmente na crescente realização de eventos internacionais, na publicação de livros e revistas especializadas e nos

¹⁴ Criada em junho de 1919, foi precursora da Organização das Nações Unidas – ONU, criada em 1945.

¹⁵ Instituída em 1921, foi precursora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

¹⁶ Instituída em 1945 com o término da guerra. Apenas em 1946 começa a funcionar através da assinatura da Constituição pelos países-membros fundadores.

¹⁷ Criado em 1946 para atividades de: cooperação e intercâmbio profissional; difusão de conhecimentos; aumento da participação do público em museus; formação de pessoal; prática e promoção de ética profissional; atualização de padrões profissionais; preservação do patrimônio mundial; e combate ao tráfico de bens culturais (fonte: www.icom.org).

¹⁸ É uma organização não-governamental vinculada a UNESCO e criada em 1956 com o propósito de estudar e aperfeiçoar os métodos de restauração do patrimônio cultural (fonte: www.iccom.org).



movimentos de migração temporária de profissionais, dos países onde não havia formação para aqueles com formação e pesquisa mais consolidadas. A título de exemplo, se menciona que após o 2º Congresso Internacional de Arquivos realizado em 1953 surgem na França e na Alemanha iniciativas de reforma nos processos de organização, classificação e, mesmo, conservação dos documentos arquivísticos, que buscavam implementar uma ação mais racionalista e de referência para uniformizações em nível internacional. Nesse evento se reforçaram os debates para criação de diretrizes para enfrentamento de problemas comuns ao patrimônio arquivístico nos vários países-membros, especialmente os relacionados ao tratamento de grandes massas documentais acumuladas e às apropriações de acervos ocorridas por toda a Europa nos períodos de guerra e nas expedições (DUCHEIN, 1953).

Em 1956, como parte das políticas internacionais, o tema das descobertas de objetos arqueológicos e a necessidade de se regulamentar o comércio e a evasão de antiguidades foi debatido na 9ª Conferência Geral das Nações Unidas (COLETÂNEA, 2006, p. 69). O documento que ficou conhecido como Recomendação de Nova Delhi trouxe uma reflexão sobre as ações empreendidas para incorporação de espólios de guerra e conquistas, ocorrida em muitos países durante a formação das nações e as grandes guerras. Incluiu também ponderações sobre as expedições de pesquisa e exploração de campo ocorridas por todo o século XVIII e primeira metade do século XIX, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o tráfico ilegal de objetos e documentos¹⁹ (COLETÂNEA, 2006, p. 69). A situação era delicada e o tema foi tratado em eventos e questionamentos na UNESCO e na ONU, sendo até os dias atuais um assunto polêmico e de difícil complexidade. No campo dos arquivos se observam reflexos na legislação dos países membros, através de normativas específicas contra a evasão de documentos e obras bibliográficas de valor cultural ou excepcional²⁰.

A conjuntura de 1960 com a explosão e extrema valorização do patrimônio cultural e a enchente do Rio Arno em Veneza acarretou a constatação da insuficiência de recursos técnicos e humanos para a recuperação de enormes quantidades de documentos danificados nos arquivos e bibliotecas (ZUÑIGA, 2005, p. 40 e 41; HÓLLOS, 2006, p. 35; BECK, 2006). Nesse cenário, a conservação passou a ser vista sob duas vertentes: a reparadora ou curativa (associada à restauração), e a preventiva,

¹⁹ Podgorny escreveu um artigo interessante sobre a circulação de manuscritos ibero-americanos na primeira metade do século XIX no qual trata deste tema (2011, p. 47-60).

²⁰ No Brasil são exemplos a Lei 4.845 de 19 de novembro de 1965 e a Lei 5.471, de 9 de julho de 1968.



que abarca a administração da preservação e a conservação preventiva²¹ propriamente dita.

Em 1964 o conceito de patrimônio cultural é ampliado no texto da Recomendação de Paris (COLETÂNEA, 2006, p. 97), fruto da 13ª Conferência Geral da UNESCO, conhecida como Conferência de Paris. Esse documento definiu o que são bens culturais, considerando estes um elemento importante à compreensão e aprendizado sobre um povo. Pela primeira vez em uma recomendação da UNESCO os arquivos e bibliotecas foram explicitamente incluídos como constituintes do patrimônio cultural. Entretanto, se observa que esses acervos são qualificados tendo por critério a importância. Assim, ao final da década de 1960, não é todo arquivo e toda biblioteca que se entende como patrimônio cultural, mas aqueles que se justificam pelo seu valor, sendo este a excepcionalidade (COLETÂNEA, 2006, p. 98). Além das ideias iluministas e ocidentais, no documento mencionado se legitima o modelo hierárquico de preservação, isto é, aquele que reconhece a existência de acervos que devam ser valorados e outros que não têm importância que justifique a sua preservação (COLETÂNEA, 2006, p. 98). Esse modelo reflete a ideia de estruturação dos valores em alto, médio ou baixo na priorização e tomada de decisão em ações de conservação-restauração. Também irá converter-se na hierarquia das esferas de representação de âmbito local, regional, nacional e mundial. Esta última perspectiva, será apropriada pelo Programa Memória do Mundo, da UNESCO.

De outra parte, as atenções voltam-se também, de uma forma mais caracterizada e integrada, aos espaços (edifícios e salas) como invólucro de proteção, a partir dos estudos sobre a climatização de áreas de guarda e seu impacto na longevidade do acervo. Notadamente aumenta em número a literatura de referência dirigida aos acervos arquivísticos, especialmente a publicada entre as décadas de 1970 e 1990. No campo da conservação, elas foram incorporadas, igualmente, nos estudos relativos a museus, como o livro de Gary Thompson, *The Museum Environment*, de 1978. A partir desse período o foco recai sobre o comportamento dos materiais em diferentes temperaturas e umidades, o efeito cumulativo da luz e dos poluentes e a identificação dos processos de degradação dos materiais de suporte e tintas, determinados mais por bases científicas oriundas de diferentes especialidades, e não por observações empíricas e genéricas que caracterizam o final do século XIX e início do XX (VALLE, 1991).

²¹ Atualmente o termo ‘conservação preventiva’ tem seu uso consolidado, sendo mantido e reafirmado na 15ª Conferência Trienal do ICOM-CC realizada em Nova Delhi, em 2008 (TERMINOLOGY, 2008).



As discussões no universo da salvaguarda do patrimônio cultural agregam dois importantes aspectos referentes à participação e ao diálogo com o público nas políticas que envolvem a proteção: 1) o uso e as intervenções sobre o patrimônio cultural, e 2) a noção de conservação integrada. Estes se mostram refletidos na Declaração de Amsterdã, de 1975 (COLETÂNEA, 2006, p. 199). Segundo o documento, a participação da sociedade deveria ser considerada a fim de garantir ações de preservação e proteção adequadas, o que trouxe para o foco as complexas relações que se instauram a partir de meados do século XX e início do século XXI. Tais relações são o que Atkinson (2000, p. 25) descreve como um problema do final do século XX: que os valores utilizados nas decisões de preservação estão permeados de uma rede altamente desenvolvida e abrangente de relativismo ético e epistemológico, de tolerância humanística. Por isso, as políticas de preservação têm sido cada vez mais dirigidas por um ideal de “inclusão”, relacionado à característica social do patrimônio, cujas recomendações e normativas buscam objetivar.

A partir de 1977 no âmbito da UNESCO se publicam os estudos do *Records and Archives Management Programme* – RAMP com o propósito de auxiliar os países em desenvolvimento a resolverem problemas na esfera da administração de acervos arquivísticos e bibliográficos. Esse programa se compunha de projetos e análises com o objetivo de apresentar e fornecer informações sobre os agentes de degradação bem como sobre os métodos, práticas e instrumentos para promoção das ações de preservação na esfera nacional dos países-membros. Propunha ainda fomentar a uniformização da capacitação e formação dos profissionais para o cuidado com o patrimônio documental. Durante os dez anos seguintes à criação do RAMP foram editados em torno de 150 textos²² produzidos por profissionais especializados de variados países. Essas publicações abrangeram desde o tratamento de arquivos pessoais e cartográficos até a restauração de documentos; desde o planejamento de formação em preservação e em conservação-restauração até a identificação das necessidades de organização de serviços especializados de reprodução do acervo.

Na década de 1980 a comunidade de conservadores de arquivos e bibliotecas dos Estados Unidos deram luz a novas preocupações: a constatação de que a maior parte dos documentos em suporte de papel nas Américas foi produzida sobre papel ácido, de curta duração (VALLE, 1991, p. 39; ZUÑIGA, 2005, p. 41 e 42). Beck avalia que esta

²² Os textos encontram-se listados e disponíveis em <https://unesdoc.unesco.org/>.



alarmante notícia “trouxe a constatação de que uma enorme quantidade de livros e documentos com informação essencial poderia se perder em curto período” (2006, p. 38). Por um lado, tal situação suscitou a pesquisa de métodos de tratamento em larga escala, denominados “desacidificação em massa” e, por outro, a promoção do microfilme (processo considerado mais estável) como estratégia de duplicação, especialmente dos documentos em papel jornal e dos produzidos a partir de 1850.

Em 1992 se observa o início dos primeiros estudos para o estabelecimento do Programa Memória do Mundo – PMM, nos mesmos moldes do Programa Patrimônio Mundial da Humanidade instituído em 1972 pela UNESCO. O PMM publicou as primeiras normativas em 1995 (EDMONDSON, 2002, p. 4), propondo cancelar o patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional; mantendo registros dele e lhe conferindo uma logomarca que o identifica (EDMONDSON, 2002, p. 5).

Entre os anos de 1990 e 2000, dentro do Conselho Internacional dos Arquivos – CIA pode se verificar a ênfase no tema de acesso à informação, com uma grande discussão sobre a necessidade de tratamento dos acervos acumulados, a criação de base de dados informacionais e a reprodução visando a difusão e o acesso. Por outra parte, se observa o início dos estudos que culminaram no Código de ética²³ do profissional de arquivo aprovado pelo Comitê Executivo do CIA no XIII Congresso Internacional de Arquivos realizado em Beijing em setembro de 1996. Termos como integridade, autenticidade, salvaguarda e conservação permeiam o documento, dando ênfase às responsabilidades dos profissionais quanto a essa garantia.

Na conjuntura do final século XX há a consolidação dos arquivos como espaços de exercício de cidadania e de memória, pelo qual ingressa formalmente no rol dos patrimônios culturais. No âmbito do CIA, outra importante iniciativa acontece na Assembleia Geral (realizada durante da 42ª Conferência da Mesa Redonda de Arquivos – CITRA) quando a instituição aprova e publica a Declaração Universal sobre os Arquivos, em 17 de setembro de 2010. Seu teor reconhece os arquivos com patrimônio único e insubstituível, e declara que “o livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida” (DECLARAÇÃO, 2010). Foi uma etapa importante no reconhecimento do seu papel junto à sociedade, porque ampliou e

²³ Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethicsPT.pdf.



redimensionou toda a sua trajetória, permitindo encontrar muitos indícios de que esta consolidação tem seu início nos ideais da Revolução Francesa. O fato é que a visão trazida por uma Arquivologia integrada de forma inter e multidisciplinar, mediante os cuidados e atenção com os aspectos da materialidade (documento-informação) e da imaterialidade (representação-contexto), possibilita a inclusão dos documentos de arquivo como patrimônio cultural. Neste sentido, o patrimônio arquivístico está contido no patrimônio documental, que está contido no patrimônio cultural.

Considerações finais

Segundo Schellenberg (1974, p. 37), as definições formuladas sobre o termo arquivo e a relação estabelecida deste com fatores concretos, que o autor caracteriza como material, e com fatores abstratos, que identifica como imaterial, já haviam sido apresentadas por teóricos como Muller, Feith, Fruin (MANUAL, 1973), Jenkinson (1922) e Casanova (1928). Mas, para Schellenberg (1974, p. 15) é no imaterial que se encontram os elementos essenciais de caracterização do arquivo. O autor se refere ao conteúdo e a representatividade do arquivo enquanto elemento definidor e identificador de símbolos, que irão interferir no seu processo de valorização, sendo o principal aporte utilizado para essa assertiva o fato de os arquivos refletirem o contexto.

Do mesmo modo, o reconhecimento dos documentos arquivísticos enquanto patrimônio documental e de sua conseqüente conservação dentro de ações criteriosas vão se construindo aos poucos a partir do final do século XIX, na medida em que a Conservação e a Arquivologia vão se afirmando como campos disciplinares autônomos, mas inter-relacionados. Contudo, essa inserção dos arquivos como patrimônio também sofre influência das políticas de proteção e ações reguladoras das práticas de manutenção e intervenção do patrimônio cultural, que se estabelecem ao longo do século XX, especialmente após a criação de organismos internacionais como a UNESCO e o CIA.

Ainda assim, é possível reconhecer que inúmeros documentos que chegaram aos dias atuais são resultado da falta de políticas, da ausência de avaliação e de iniciativas individualizadas de proteção. Desta maneira eles representam o que “sobreviveu”, por um lado, ao descaso e ao sinistro e, por outro lado, à legislação ou à conscientização de alguns poucos profissionais que, não concordando com as eliminações acríicas ou trabalhando dentro da legislação existente, preservaram os



conjuntos documentais que nos permitem conhecer o passado. Nas palavras de Lisboa, fazendo uma referência a Bourdieu:

Fala-se de descarte de documentos como se fosse um dado muito natural e esquece-se que, às vezes, somos conformados com o estabelecido e não fazemos uma reflexão mais profunda de nossas certezas. E, esquecemos que essas certezas são construções sociais do real, ou seja: “princípio coletivo da construção da realidade coletiva”. Princípio esse socialmente construído, sendo um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que nos foi inculcada por meio de um trabalho de socialização que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, contribuindo, desta forma, para criar a realidade que evocam (LISBOA, 2006, p. 83).

A autora direciona a atenção para aqueles documentos ditos administrativos, fazendo uma crítica a que sejam vistos apenas pelo aspecto jurídico-legal, e menos por uma abordagem histórico-cultural. Sugere assim uma reflexão sobre ‘o fazer’ dessa seleção nomeadamente apoiada somente em Tabelas de Temporalidade e Códigos de Classificação de Documentos de atividades, isto é, apenas considerando leis e procedimentos metodológicos, sem a realização de uma investigação e uma apreciação mais profunda (LISBOA, 2006). Deixamos aqui essa reflexão para os leitores.

Data de Submissão: 18/05/2020

Data de Aceite: 16/07/2020



Referências Bibliográficas

ATKINSON, R. W. Seleção para preservação: uma abordagem materialística. In: HAZEN, Dan *et al.* **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. p.17-29. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 33-36).

BANDEIRA, A. M. L. **Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação**. Lisboa: CEPAL: BAD, 1995.

BECK, I. **O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BELTRAME, R. Il restauro librario verso l'era moderna: la conferenza internazionale di san gallo del 1898. **Kermes**, Itália, ano XIII , n. 37, p. 15-21, genn./mar. 2000.

CAMARGO, A. M. A. *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CASANOVA, E. **Archivistica**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928 . Livro digitalizado.

COLETÂNEA de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898 and the future paradigm shift. **Archivaria**. Ottawa, n. 43, p. 1-47, 1997. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/What-is-Past-is-Prologue%3A-A-History-of-Archival-and-Cook/a8865883750b1cda66ffba53e209ea696408246b>. Acesso em: maio de 2020.

CONGRES INTERNATIONAUX DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTECAIRES, 1910. Bruxelles. **Acts du [...]**. Bruxelles : Comission Permanente, 1912. Disponível em : <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910/page/n3/mode/2up> . Acesso em maio de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf. Acesso em maio de 2020.

DECLARAÇÃO Universal sobre os arquivos: declaração adotada na 36. Sessão da Conferência Geral da UNESCO. [S. L;]: International Council on Archives, 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf . Acesso em: maio de 2020.

DUCHEIN, M. Proceedings of the Second International Congress on Archives. **Archivum**, v. 3, dec. 1953.

EDMONDSON, R. (org.). **Memoria del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental**. París: UNESCO, 2002. (CII-95/WS-11Rev.)

FAVIER, J.; NEIRINK, D. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993. p. 19-39 e 594-606.

FLIEDER, F.; DUCHEIN, M. **Livros e documentos de arquivo: preservação e conservação**. Lisboa: ABAD, 1993.



GAGNON-ARGUIN, L. A história dos arquivos. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 20-53.

HÓLLOS, A. L. C. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

JENKINSON, H. **A Manual of archive administration**. Oxford: Clarendon, 1922. Livro digitalizado.

KATHPALIA, Y. P. **Conservation and restoration of archive materials**. Paris: UNESCO, 1973. (Documentation, libraries, and archives: studies and research, 3).

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v.1, p. 95-106. (Memória-história).

LE GOFF, J. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984b. v.1, p. 11-49. (Memória-História).

LISBOA, A. G. Reflexões acerca da avaliação de documentos em C & T. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2., 2005, Rio de Janeiro. *Anais do [...]*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 75-83.

MANUAL de Arranjo e descrição de arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: maio de 2020.

MAROTTA, C. O. de A. **História das mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MORENO, A. V. El tempo de la Archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ver ciência da informação**, Brasília, v. 3, n. 3, p.76-96, set.-dez. 2004.

PODGORNY, I. Las rutas del saber: el tráfico de manuscritos iberoamericanos en la primera mitad del siglo XIX. In: LOPES, M. M.; HEIZER, A. (org.). **Colecionismo, práticas de campo e representações**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 47-60.

RIBEIRO, C. F. A. **O acesso à informação nos arquivos**. Parte 1: o acesso à informação no quadro do desenvolvimento dos arquivos em Portugal. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística) –Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 1998.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SILVA, A. M. da *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002, v.1. p. 23-201. (Biblioteca das Ciências do Homem; Série Plural, 2).

TERMINOLOGY to characterize the conservation of intangible cultural heritage: resolution adopted by the ICCOM-CC membership at the 15th Triennial Conference.

New Delhi, 22-26 Sep., 2008. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/ceroart/2794?file=1> . Acesso em: maio de 2020.

VALLE, C. A. **Subsídios para uma política de preservação e conservação de acervos em bibliotecas universitárias brasileiras**. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação, Universidade de Brasília. Brasília, 1991.

WYTHE, D. Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA**, 1., 2009. São Paulo. São Paulo: MAC-USP, 2010. p. 28-59.

ZUÑIGA, S. S. G. de. **Documentos como objetos de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.



OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO E O DIREITO À MEMÓRIA COLETIVA E A IDENTIDADE: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR ACERCA DAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS JUNTO AO ACERVO PERMANENTE DO FÓRUM DA COMARCA DE BRAGANÇA-PA VISANDO SUA PRESERVAÇÃO



MAGDA NAZARÉ PEREIRA DA COSTA¹

FILIPE DE SOUSA MIRANDA²

Resumo

O presente artigo parte do pressuposto de que os documentos, constituídos bens patrimoniais pela Constituição Federal de 1988, representam importantes instrumentos para a administração, a construção do conhecimento científico, o acesso a informação e a garantia do direito à memória coletiva e a identidade. Neste sentido, objetiva-se propor uma reflexão preliminar acerca das medidas implementadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, junto ao acervo permanente da Comarca de Bragança-PA, como resposta ao grave problema de gestão documental vivenciado por esta comarca nos últimos anos. São estas: a assinatura do convênio de cooperação técnica N° 021/2017 e a transferência de parte do acervo a unidade do Arquivo Regional de Belém. A metodologia proposta perpassa: a discussão de uma bibliografia, que tangencia aspectos relacionados a gestão documental e a preservação de documentos de arquivo no Brasil e no Judiciário brasileiro; análise da legislação nacional, que disciplina a preservação de documentos de arquivo, bem como das resoluções e portarias promulgadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que instituem seus respectivos programas de gestão documental. Neste percurso foi possível ponderar sobre até que ponto as diretivas estabelecidas pelos programas e recomendações estudados são efetivamente aplicadas pelas diversas unidades judiciárias espalhadas pelo país. Ao passo em que se problematiza a eficiência das ações implementadas junto ao acervo permanente da Comarca de Bragança-PA, no que diz respeito o acesso dos cidadãos bragantinos as informações e as diversas memórias, registradas nesses documentos.

Palavras-chave: Documento. Judiciário. Preservação. Memória coletiva. Identidade.

Abstract

This article is based on the assumption that documents, constituted as patrimonial goods by the Federal Constitution of 1988, represent important instruments for administration, the construction of scientific knowledge, access to information and the guarantee of the

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: sem informação no lattes.

² Mestrando em Ciências do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: filipesousamyraanda@gmail.com.



right to collective memory and identity. In this sense, the objective is to propose a preliminary reflection on the measures implemented by the Court of Justice of the State of Pará, together with the permanent collection of the Comarca de Bragança-PA, in response to the serious problem of document management experienced by this comarca in recent years. These are: the signing of technical cooperation agreement No. 021/2017 and the transfer of part of the collection to the Regional Archive of Belém unit. The proposed methodology runs through: the discussion of a bibliography, which touches aspects related to document management and preservation archival documents in Brazil and the Brazilian judiciary; analysis of national legislation, which governs the preservation of archival documents, as well as the resolutions and ordinances promulgated by the National Council of Justice and the Court of Justice of the State of Pará, which institute their respective document management programs. Along this path, it was possible to consider the extent to which the guidelines established by the programs and recommendations studied are effectively applied by the various judicial units spread across the country. At the same time, the efficiency of the actions implemented with the permanent collection of the Comarca de Bragança-PA is questioned, with regard to the access of Bragantine citizens to the information and the various memories, recorded in these documents.

Keywords: Document. Judiciary. Preservation. Collective memory. Identity.

Introdução

Instituída pela lei provincial nº 17 de 09 de setembro de 1839, a Comarca³ de Bragança-PA, caracterizou-se, como uma das maiores em extensão, e uma das mais dinâmicas em atividade da então Província do Pará, sustentando-se ainda como tal, posteriormente, com o advento do regime republicano e a criação do atual Estado do Pará.

Constituída a partir de uma subdivisão da então Comarca do Grão-Pará, que elevou a condição de comarca os Termo⁴ de Bragança e Turiaçú, sua jurisdição original englobava um vasto território formado pela Vila de Bragança, cabeça do termo⁵, e

³Neste contexto de vigência do Império do Brasil, a administração judiciária do Estado Brasileiro era regida pelo Código de Processo Criminal de Primeira Instância, promulgado em 1832, que definia uma Comarca como: “circunscrições judiciárias compreendendo um Termo ou mais, e podiam ser gerais e especiais. Eram a sede das Relações. Na Comarca havia um Juiz de direito, e nas cidades mais habitadas poderiam haver até três juízes com jurisdição cumulativa, ficando a cargo de um deles a Chefia de Polícia” (PEREIRA, 1998, p.19).

⁴Unidades judiciárias que, neste contexto, subdividiam as Comarcas. Reuniam um ou mais municípios, e contavam com um Conselho de Jurados, um Juiz Municipal, um Promotor Público, um escrivão de execuções e oficiais de Justiça (PEREIRA, 1998, p.19).

⁵Usava-se a expressão “cabeça do termo” para fazer alusão a localidade que dentro do Termo possuía, entre outras coisas, maior densidade populacional e em consequência uma estrutura administrativa mais complexa (PEREIRA, 1998, p.19).



freguesias de São José do Piriá, Gurupi, Vizeu e povoação do Turiaçú, fazendo fronteira com a antiga Província Maranhão.

Ernesto Cruz ressalta que este período de estabelecimento da Comarca de Bragança-PA é marcado por intensos debates por parte das autoridades provinciais, no que tange a revisão dos moldes em que o poder judiciário estava estruturado na Província do Pará e sua real capacidade de cumprir suas atribuições legais (CRUZ, 1974, p. 39). No mais, tratando-se especificamente da região, havia a necessidade de se definir um centro de poder mais próximo da já mencionada povoação de Turiaçú, que reivindicava sua anexação a Província do Maranhão. A justificativa utilizada perpassava as dificuldades geográficas de acesso a Belém.

Em discurso proferido na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1839, o Presidente da Província Doutor Bernardo de Souza Franco solicita:

Podeis porem decretar a criação de mais duas outraz Commarcas na Provincia, e eu vos requizito com particularidade a elevação dos Termos de Bragança, e Turi-assú, á Commarca.

Esta medida he da primeira necessidade para dár um centro judiciário mais poximo ao Termo de Turri-assú, e para tirar aos pouquissimos habitantes deste Districto os pretextos com que requerendo a Assembléa Geral o desmembração do seu território do da Província do Pará (1839, p.06).

Com a anuência da Assembleia Legislativa Provincial, em 1840, é empossado o primeiro Juiz de Direito da recém-criada Comarca de Bragança, Doutor Agostinho Moreira Guerra. Em 1852, a comarca perde a jurisdição sobre o território de Turiaçú, por conta da sua anexação a Província do Maranhão, mediante decreto imperial.

Tendo completado no ano de 2019, 180 anos de funcionamento, a Comarca de Bragança-PA, em sua inegável importância para a compreensão da história do Judiciário Paraense e dos sujeitos que a ele recorriam em busca de sua assistência, reúne um vasto acervo documental de proporções ainda desconhecidas em sua totalidade. Este acervo é caracterizado pela incidência de uma pluralidade de tipos documentais, podendo ser apontados dentre estes, processos de natureza cível e criminal, escrituras de compra e venda de propriedades, correspondências trocadas entre autoridades locais, plantas de edifícios, fragmentos de jornais locais e estatutos de associações e irmandades.

Tomando por base o texto constitucional de 1988, art. 216 inciso IV, estes documentos inserem-se no rol de bens que constituem o Patrimônio Cultural da Nação. Configurando-se, deste modo, importantes instrumentos, no que tange ao direito à memória e à identidade por parte dos cidadãos brasileiros. Sua preservação configura-se como responsabilidade do poder público com a colaboração da comunidade (BRASIL,



1988).

Ademais, produzidos ou reunidos pelo Poder Judiciário no exercício de suas funções, estes registros documentais também dispõem de uma série de mecanismos e normativas estruturadas no seio desta instituição, a nível nacional, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e estadual, por meio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), pensadas com o objetivo de assegurar sua preservação, enquanto receptáculos de uma memória institucional.

No entanto, apesar da existência de todo um aparato legal, o acervo documental da Comarca de Bragança-PA, sobretudo a parcela que corresponde ao acervo permanente, sobre a qual este trabalho irá centrar-se, até recentemente jamais havia sido contemplado por qualquer tipo de política de gestão documental que assegurasse sua preservação.

Como consequência, o Fórum da Comarca de Bragança-PA, vivencia um grave problema de gestão documental, que atualmente busca superar. O mesmo compromete grande parte da sua capacidade de recuperar informações e de disponibilizar a comunidade em geral os registros existentes em seu arquivo, seja no que se refere ao acervo permanente, normalmente procurado por pesquisadores locais pela riqueza e singularidade das fontes históricas ali contidas, ou às peças processuais mais recentes, tecnicamente, pertencentes aos acervos corrente e intermediário. Para além disso, o acúmulo deste grande quantitativo de documentos em um espaço pequeno, sem qualquer mecanismo de segurança ou controle ambiental, originou um alarmante quadro de deterioração que, caso não fosse interrompido, incorreria em sua perda irreversível.

Diante deste cenário, em 2017, surgiu o Projeto Preservação Documental e Organização do Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança (PRODOC)⁶, oficializado pelo convênio de cooperação Nº 021/2017, celebrado entre o TJPA e a Universidade Federal do Pará (UFPA), via Faculdade de História do *Campus* Universitário de Bragança. Este fora idealizado com o objetivo inicial de assegurar a preservação, mediante a implementação de atividades técnicas de conservação preventiva, de parte daquele acervo datada de meados do século XIX até a década de 1970.

No final de 2018, com o início das atividades do Arquivo Regional de Belém

⁶Em função da aditativação do convênio ocorrida em 26 de outubro de 2018, as atividades de conservação preventiva realizadas pelo PRODOC, estenderam-se também à Comarca de Ourém, município localizado à 98,6 km de Bragança, provocando assim uma mudança na identificação do projeto, o qual passou a se chamar “Projeto Preservação Documental e Organização dos Arquivos Históricos das Comarcas de Bragança e de Ourém no Nordeste do Pará”.



(ARB) no município de Ananindeua (região metropolitana de Belém-PA), a outra parcela dessa massa documental que não estaria contemplada pela temporalidade de atuação do PRODOC, passou a ser gradativamente transferida aquele Arquivo. Iniciando um processo de desterritorialização da mesma, por ação do próprio TJPA.

Tais ações, pensadas como maneira de dar destino a um imenso acervo, que se acumulara nas dependências do Fórum da Comarca de Bragança-PA por décadas, como resultado da ausência de uma política efetiva de gestão documental, ocasionam uma série de impactos a instituição produtora, as instituições de guarda e, sobretudo, aos cidadãos em geral, que encontram no acervo permanente de uma instituição tão importante para a ordenação da sociedade, instrumentos de suporte ao acesso à informação, a produção do conhecimento científico e ao direito à memória e à identidade.

O acervo permanente do Fórum da Comarca de Bragança-PA e as medidas implementadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará visando sua preservação

O processo de consolidação e estruturação dos Estados Modernos nos séculos XVIII e XIX trouxe consigo uma intensa produção de um tipo documental específico, os documentos considerados oficiais. A preservação destes documentos torna-se logo imprescindível para o processo de legitimação destes nascentes Estados, pois ali, viam-se registrados feitos, atos e acontecimentos essenciais para o processo de construção de uma memória institucional de forte cunho nacionalista.

É com esse objetivo que Jacques Le Goff no livro *História e Memória* (2003), ressalta a criação na Europa, mais especificamente na França do século XVIII, dos primeiros depósitos para a guarda desses documentos, que posteriormente viriam a constituir os Arquivos Nacionais. No bojo desta discussão, José Maria Jardim (1995) analisa a relação existente entre o desenvolvimento no Velho Mundo oitocentista, desta concepção de memória, talhada a partir da ideia de pertencimento a uma determinada nação, e o surgimento de uma noção de patrimônio histórico/cultural que materializará em elementos visíveis esta memória e identidade coletivas. Dentre estes elementos, estarão os registros documentais, que passarão a ser visualizados como testemunhas fiéis e inquestionáveis de grandes feitos, atos e acontecimentos que marcaram a genealogia deste Estado-Nação.

A partir do século XIX, no interior do projeto de Estado Nacional, desenham-se concepções de memória e inventam-se tradições para uma nação que reserve um passado comum aos seus integrantes. A noção de patrimônio

histórico/cultural insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria. A construção desse patrimônio pressupõe valores, norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais (JARDIM, 1995, p.03).



No caso do Brasil, Aloisio Arnaldo Nunes de Castro (2010) aponta que a análise da trajetória da preservação documental nacional, perpassa o entendimento de que esta configura-se enquanto “construção cultural”, sendo, em sua historicidade, pensada, interpretada, apropriada, praticada e legitimada de diferentes maneiras pela sociedade ao longo dos séculos. De acordo com o autor, as primeiras preocupações para com a preservação de documentos que possuíam o papel como suporte, datam do século XIX e dos primeiros anos da Primeira República, e concentraram-se principalmente, na identificação dos agentes biológicos, tais como insetos, que poderiam contribuir para a degradação do papel. Ao longo do século XX, as práticas brasileiras de preservação documental adotaram diversos enfoques, concepções e metodologias, influenciadas por diferentes campos, como a Museologia, a Biblioteconomia e a Arquivologia. Castro afirma que a década de 1990 foi marcada por mudanças de paradigmas conceituais, a partir da adesão à prática da conservação preventiva e do uso de referenciais bibliográficos norte-americanos.

É também no final do século XX, no contexto político de redemocratização do Estado brasileiro após a ditadura civil-militar, que a preservação dos documentos passa a ser uma obrigação legalmente instituída. Estes são elevados à condição de bens patrimoniais, em menção específica no texto constitucional de 1988, no já referido artigo 216 inciso IV.

Nesta conjuntura, em 8 de janeiro de 1991, publica-se a Lei 8.159, que ficou conhecida como “Lei de Arquivos” e que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos públicos e privados. Esta configura-se um marco no reconhecimento legal da proteção aos documentos de arquivo e da necessidade da implementação de políticas de gestão documental, junto às instituições públicas e privadas, para a preservação e disponibilização à sociedade de seus acervos documentais. Acervos, que neste contexto, passam a ser visualizados como importantes instrumentos para a garantia do acesso à informação e do direito à memória, em oposição a ferrenha censura levada a cabo pelo regime ditatorial nos anos precedentes.

A concepção de gestão de documentos, introduzida pela legislação, surgiu nos Estados Unidos, no contexto do pós-Segunda Guerra, sobre o termo *Record Managment*:



A gestão de documentos surgiu nos Estados Unidos, denominada naquele país de (Record Management). O aumento progressivo da produção documental a partir da segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, fez com que as organizações criassem métodos de controle sobre a produção de documentos, a fim de aumentar a eficácia no tratamento das informações. Garantindo desta forma, suporte para as decisões político administrativas (REIS, 2015, p. 11).

A Lei de Arquivos versa sobre diversos pontos de suma importância, no que tange a preservação e salvaguarda dos documentos de arquivo. Entre outras coisas, delega ao Poder Público a função de protegê-los, reforçando o que a Constituição de 1988 já estabelecia; define o que é arquivo e gestão documental, além de criar o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que vinculado ao Arquivo Nacional, terá por função definir os parâmetros de uma política Nacional de Arquivos.

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 26 - Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (BRASIL, 1991).

De acordo com Maria Cristina Caixeta e Maria Aparecida Cunha a Lei de Arquivos, ao definir de maneira contundente diretrizes para a implementação de uma política de gestão de Arquivos públicos e privados, a nível nacional, instituindo, inclusive, sanções para o descumprimento destas, passou a representar um “marco significativo e imprimiu novos rumos à preservação e à relevância dos setores de arquivo dentro das organizações” (CAIXETA; CUNHA, 2013, p. 33.).

No que diz respeito ao Poder Judiciário, as referidas autoras defendem que o processo de consolidação dos princípios democráticos, inaugura um novo tipo de relação entre a Justiça e os cidadãos por ela assistidos. Demanda daí uma sensibilização para com o resgate da trajetória do Poder Judiciário ao longo da história do Brasil, com o intuito de consolidar sua memória, enquanto uma instância de notória importância para a legitimação e manutenção de um Estado democrático de direito.

As diretrizes para a aplicação de políticas de gestão documental junto aos acervos



arquivísticos judiciais brasileiros são promulgadas pelo CNJ. Em dezembro de 2008, a partir de Termo de Cooperação celebrado entre o CNJ e o Conarq, lançam-se as bases para a criação do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), que terá por função desenvolver mecanismos de gestão de documentos que atendam às peculiaridades dos acervos judiciais.

Em 2011, por meio da Recomendação nº 37 de 15 de agosto, posteriormente alterada pela Recomendação nº 46 de dezembro de 2013, o CNJ vai recomendar aos Tribunais de Justiça a observância das normas de funcionamento do Proname e de seus instrumentos. Sem, contudo, perderem suas autonomias, as quais lhes permitem implementar seus planos de gestão documental, levando em conta as especificidades de cada região e realidade.

A mesma recomendação estabelece algumas diretrizes básicas a respeito de uma política de gestão documental, definindo, inclusive seu significado no âmbito do Poder Judiciário, bem como os meios e instrumentos necessários para sua realização. Assim, de acordo com o item II:

II) A Gestão Documental no Poder Judiciário é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos institucionais produzidos e recebidos pelas instituições do Judiciário no exercício das suas atividades, independente do suporte em que a informação encontra-se registrada (CNJ, 2011, p. 02).

Logo, apreende-se a partir do texto da recomendação nº 37/2011, que qualquer política efetiva de gestão documental para ser exitosa deve ser aplicada ao documento desde o momento de sua produção, até a sua destinação final, que pode ser a eliminação ou a guarda permanente, conforme define também o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística que apresenta o seguinte conceito para a expressão “gestão de documentos”:

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos (BRASIL, 2005, p. 100).

Nessa lógica a gestão documental deve ser aplicada a cada estágio do ciclo de vida do documento, iniciando-se na sua fase corrente, perpassando a intermediária, onde se assim for definido, este será em seguida destinado à eliminação ou a guarda permanente, conforme define Theodoro Schellenberg (2007, p. 68): “Os objetivos de uma administração eficiente de arquivos só podem ser alcançados quando se dispensa atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um



arquivo de custódia permanente ou são eliminados”.

Em 2011, o CNJ publicou o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário, que em sua apresentação se dispõe a trazer uma coletânea dos diversos instrumentos de gestão promulgados pelo Proname ao longo dos anos, conforme está descrito:

O exemplar contém uma série de procedimentos para a gestão de documentos institucionais desde sua produção, durante o tempo de guarda que houver sido definido até a guarda permanente ou o descarte, com o objetivo de racionalizar o ciclo documental, isto é, a produção ordenada; a tramitação e a guarda segura; a localização rápida e precisa; a preservação da documentação considerada permanente e histórica e a eliminação sistemática dos documentos que já perderam a sua importância para a instituição (CNJ, 2011, p.05).

Concomitante a isso, em 2010, o TJPA promulga a Resolução Nº 011/2010 – GP, que disciplina o Programa de Gestão de Documentos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Esta reconhece o valor dos documentos produzidos no cotidiano de suas atividades, enquanto instrumentos que fornecem importantes subsídios para a tomada de decisões, o exercício de direitos constitucionais, além de indispensáveis aportes no que tange a preservação da memória do próprio órgão. A resolução, em 13 páginas, estabelece as diretrizes e instrumentos para a implementação de uma política de gestão documental, que acompanhe todo o ciclo de vida do documento.

O texto, entre outras coisas, estabelece o que é gestão documental no âmbito do TJPA, utilizando do mesmo conceito encontrado na Lei 8.159/1991; classifica seu Arquivo em: corrente, intermediário e permanente, definindo-os de maneira objetiva; institui o Comitê de Gestão Documental e a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental, além de delimitar como função da Divisão de Documentação e Arquivo a execução do Programa de Gestão Documental. Assim dispõe o seu art. 2º:

Art. 2º. O Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem a finalidade de assegurar a proteção, a destinação, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades jurisdicionais e administrativas (TJPA, 2011, p. 02).

Assim, se tais diretrizes começaram a ser postas em prática na Comarca da Capital do Estado do Pará, o mesmo não se pode dizer de grande parte das comarcas do interior, dentre elas, a Comarca de Bragança-PA. No que diz respeito a esta, mesmo após a promulgação da Resolução Nº 011/2010– GP, até o ano de 2017, quando se iniciaram, por meio do convênio de cooperação celebrado entre a UFPA- Campus de Bragança, via Faculdade de História e o TJPA, as atividades do Projeto Preservação Documental e Organização do Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança (PRODOC), seu arquivo nunca tinha sido objeto de qualquer tipo de proposta que primasse pela sua



organização e preservação.

Tal realidade pode ser apontada como indício da ausência de uma política institucional de gestão documental eficiente em sua completude. Carlos Bacellar aponta, salvaguardando-se as devidas peculiaridades locais, que tal situação é observável em grande parte dos arquivos brasileiros:

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como "arquivo morto", como que ignorando a preciosidade de muitos dos documentos ali esquecidos (BACELLAR, 2008, p. 49).

Como consequência, o referido arquivo era composto, na verdade, por um universo de registros acumulados desordenadamente em uma pequena sala, localizada no térreo do prédio onde funciona o Fórum da Comarca de Bragança-PA. A ausência de qualquer tipo de instrumento de gestão de documentos tornava praticamente impossível a localização em tempo hábil de qualquer registro, mesmo os mais atuais, e em consequência, a disponibilização das informações ali registradas aos usuários que as solicitassem. Problemática apontada por Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2003, p. 264): “A disposição da documentação existente nos setores de trabalho dos órgãos é invariavelmente abandonada nesses depósitos de massas documentais acumuladas. Perde-se o controle sobre o acervo e, por consequência, torna-se difícil acessar as informações nele contidas”.

Os acervos corrente, intermediário e permanente aglomeravam-se no mesmo espaço sem qualquer meio de identificação e de classificação, junto a objetos como computadores, fitas e disquetes; materiais e instrumentos apreendidos, usadas como elementos comprobatórios em processos judiciais de ordem criminal, como armas, roupas, e equipamentos e mídias eletrônicas comercializados ilegalmente, dentre outras coisas.

Logo, não havia também qualquer tipo de controle ambiental de temperatura e umidade, facilitando assim a proliferação da ação de insetos ou roedores, levando muitos registros a um alarmante e avançado estado de deterioração, que poderia culminar na perda definitiva das informações ali registradas, conforme ressalta em seu manual Norma Cianflone Cassares (2000, p. 17).

Além disso, o Fórum da Comarca de Bragança-PA não dispõe de nenhum servidor



que seja efetivamente responsável pelo setor de Arquivo, de modo, que o “arquivamento” dos autos é feito aleatoriamente por qualquer servidor ou estagiário, que simplesmente ao encontrar um espaço vazio em alguma das estantes, ali justapõe mais uma caixa, sem qualquer identificação. Problemática esta, que não se configura uma peculiaridade do TJPA, e tampouco da unidade judiciária de Bragança, pois, segundo Priscila Lucrécio Duarte, no que diz respeito à situação vivenciada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul:

A acumulação dos autos nos fóruns trouxe diversos problemas ao longo do tempo. Armazenar esses documentos requeria além de espaços físicos, recursos humanos e financeiros, isso acabou por sobrecarregar as administrações dos fóruns. A falta de pessoal especializado acarretou em um número enorme de documentação que nunca sofreu um tratamento arquivístico adequado, não tiveram nenhum tipo de classificação, descrição ou até mesmo avaliação sendo somente acumulada de forma improvisada e precária. Toda essa situação prejudicou a preservação deste acervo bem como o seu efetivo acesso por cidadãos (DUARTE, 2016, p.181).

Obviamente este cenário acarretou uma série de contratempos à instituição, que já não dispunha de mecanismos eficientes para fornecer informações que estivessem contidas nestes registros, quando solicitadas. Janice Gonçalves (2013) disserta que para a efetividade do acesso aos documentos públicos, é imprescindível, para além dos dispositivos legais existentes, como o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988⁷ e a Lei nº 12.527/2011⁸, condições adequadas de organização e conservação física dos documentos. Na concepção da autora, o acesso está intimamente imbricado a implementação da gestão documental:

É, contudo, impossível garantir convenientemente acesso a algo que não se controla, não se conserva, não se conhece, não se compreende: o adequado tratamento técnico dos conjuntos documentais arquivísticos é condição fundamental de sua acessibilidade. Daí a extrema relevância da gestão documental; daí, particularmente, a importância dos procedimentos de classificação e avaliação documental, todos supondo sua realização por pessoal preparado para tarefas tão complexas (o que remete, inevitavelmente, à sua qualificação e ao problema da formação dos profissionais de arquivo) (GONÇALVES, 2013, p. 282).

Paralelo ao problema da disponibilização de informações, surge também um grave problema de espaço, visto que, acumulada desordenadamente, sem qualquer

⁷ XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1988).

⁸ Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2011).



procedimento de avaliação, que poderia levar ao descarte adequado de parte destes registros, a massa documental que crescia a cada dia, demandava um espaço cada vez maior. De modo que, não sendo mais possível empilhar caixas na sala em que funcionava o arquivo, estas começaram a ser retidas nas salas onde funcionavam as secretarias das varas do Fórum de Bragança-PA, também ali causando vários problemas de logística e administração.

Neste cenário, é que surgiu em 2017, o Projeto Preservação Documental e Organização do Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança (PRODOC), contemplado com uma bolsa de extensão financiada pela Pró-reitoria de Extensão da UFPA. Posteriormente, em junho de 2017, as ações do projeto são oficializadas, mediante a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica TJPA Nº 021/2017, celebrado entre este Tribunal e a UFPA, campus de Bragança, via Faculdade de História (FAHIST). O texto estabelece em sua cláusula primeira, como finalidade da coligação entre as instituições:

[...] a disponibilização da documentação que compõe o Acervo Histórico de documentos judiciais do TJ/PA, localizado na Comarca de Bragança, anterior ao ano de 1970, para que seja tratado, catalogado, controlado e preservado, garantindo o acesso e a manutenção da memória social às gerações futuras, além da realização de pesquisas científicas na construção do conhecimento da história das relações sociais e culturais da Amazônia (TJPA, 2017, p. 01).

Esta não foi a primeira vez que o TJPA se utilizou de alternativa semelhante para lidar com problemas acarretados pela falta de uma política efetiva de gestão documental nas Comarcas. No ano de 2007, a partir da assinatura do convênio Nº 005/2007, celebrado entre o TJPA e a UFPA, foi cedida à universidade a guarda da documentação de natureza cível e criminal, localizada na Comarca de Belém-PA, datada até o ano de 1970. Este ato deu origem, posteriormente, ao Centro de Memória da Amazônia (CMA).

Em seguida, em 2013, o TJPA também firmou o convênio de cooperação Nº 035/2013 com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a fim de garantir a preservação e salvaguarda dos documentos históricos da Comarca de Santarém datados até a década de 1970. Tais atos estão respaldados na Recomendação Nº46 de 2013, emitida pelo CNJ, que alterando a Recomendação Nº 37 de 2011, em seu artigo 2º estabelece à alínea “h”:

h) no caso de estabelecimento de convênios com órgãos ou entidades de caráter histórico, cultural e universitário, para auxílio nas atividades do Poder Judiciário de gestão documental, que tal se dê em coordenação com as comissões permanentes de avaliação documental existentes nos Tribunais e nas suas unidades subordinadas (CNJ, 2013, p. 02).

Ademais, algo a ser analisado no texto que compõe a primeira cláusula do



convênio de cooperação, em questão, é a relação que este estabelece entre a preservação do acervo documental e a garantia ao acesso e à manutenção da memória social às gerações futuras.

No que concerne a importância dos registros documentais para o processo de constituição da memória social de determinado grupo, Franciele Merlo e Glaucia Vieira Ramos Konrad ressaltam:

Portanto, os documentos arquivísticos são a própria construção de uma memória social de um determinado grupo de indivíduos, pode-se dizer então, que a memória da sociedade, registrada nos documentos de arquivo formam um patrimônio documental (2015, p.10).

Para Jacques Le Goff (1990), a memória, instância dinâmica que permeia a vida em sociedade, sujeita a retraimentos e transbordamentos, configura-se enquanto componente indelével daquilo que se entende por identidade, seja ela individual ou coletiva.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 1990, p.476).

Michael Pollak (1989), também discute este dialogismo existente entre memória coletiva e identidade. Em sua concepção, a memória apresenta-se enquanto importante aspecto da vida em sociedade, pelo seu reconhecido potencial de incutir nos indivíduos que dela compartilham um sentimento de pertencimento para com determinada coletividade:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 09).

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva sempre vai estar ancorada em um grupo. Compartilhada pelos seus membros, esta atua como elo de ligação, identificação e pertencimento para com o coletivo, influenciando até mesmo suas percepções e memórias individuais. Estas últimas são concebidas pelo autor, como diferentes pontos de vista a respeito da memória coletiva. Conservando elementos que remetem ao passado do grupo, a memória coletiva cria um sentimento de permanência, que culmina na tomada de consciência de sua identidade ao longo do tempo.



A partir destas concepções é possível inferir que outra característica da memória coletiva é a multiplicidade. Em vista disso, torna-se mais adequado a utilização da expressão no plural. Posto que, “as memórias coletivas” serão tantas quantos são os grupos que coexistem em uma determinada sociedade.

Deste modo, as memórias coletivas, preservadas a partir destes documentos, representam dimensão constituinte das identidades dos diversos grupos que compõem a sociedade bragantina. Passíveis de atuar como instrumentos de afirmação e legitimação evocados na busca por reconhecimento.

Ademais, considerando a memória coletiva, arena de conflitos e disputas, bem como potencial dispositivo de manipulação, poder e dominação, capaz de promover também silenciamentos, (LE GOFF, 1990; POLLAK, 1989), faz-se necessário problematizar qual concepção é cultivada ao promover a preservação destes registros documentais, sob a égide do acesso e da manutenção da memória social. Visto que, estes documentos podem ser potencialmente utilizados tanto para ratificar uma “memória oficial”, centrada na figura de grandes personalidades e acontecimentos que marcaram a instituição TJPA, quanto para dar vazão as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) dos diversos grupos humanos que coexistem na vasta espacialidade que compôs a Comarca de Bragança-PA ao longo de sua atuação. A própria Constituição Federal de 1988, ao definir os bens de natureza material e imaterial que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro, dentre os quais, conforme já mencionado, estão situados os acervos documentais, estabelece no *caput* do artigo 216 a importância de levar-se em conta os diversos grupos formadores da sociedade brasileira no processo de constituição e preservação destes bens patrimoniais (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, o conhecimento científico produzido a partir das informações contidas neste acervo (segundo ponto frisado pela primeira cláusula do convênio), pode atuar diretamente neste processo de questionamento ou reafirmação de determinadas práticas memorialísticas enraizadas.

Em nível de exemplo, os diversos trabalhos surgidos na Faculdade de História do Campus Universitário de Bragança-PA, movidos pelos ares revisionistas de uma História Social que “proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história” (SHARPE, 1992, p. 59), tem demonstrando justamente, o potencial deste acervo documental, para se trazer à luz as memórias silenciadas dos diversos sujeitos e grupos tradicionalmente invisibilizados pela “memória oficial” local.



O historiador brasileiro Sidney Chalhoub (2005) em texto intitulado “O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais”, a partir de uma série de exemplos práticos, ressalta precisamente a relevância dos Arquivos Judiciários enquanto testemunhos materiais (por vezes os únicos) do cotidiano e das relações sociais construídas por mulheres, órfãos, escravos, LGBTQI+s, operários, agricultores, e demais estratos, que tornaram-se protagonistas desta História, que recebeu a alcunha de História Social.

Partindo da ótica de que este acervo documental pode vir a ser efetivamente um instrumento para a democratização do acesso a memória coletiva por parte dos múltiplos grupos que constituem a sociedade bragantina, a segunda medida implementada pelo TJPA para lidar com o problema de gestão documental na Comarca de Bragança-PA e em todas as outras comarcas do interior que vivenciam quadro semelhante, torna-se no mínimo, problemática.

Em dezembro de 2018, o TJPA inaugurou no município de Ananindeua, o segundo Arquivo Regional de Belém (ARB), sendo o primeiro localizado na Comarca de Santarém. Conforme proposto, este deve concentrar o acervo documental de 50 comarcas, dentre estes a Comarca de Bragança-PA, abrigando um quantitativo de 2.705.873 processos (MONTENEGRO, 2018).

De acordo com a administração do TJPA, o ARB representa uma relativa economia aos cofres públicos, visto que está sediado em prédio do próprio Tribunal, possibilita uma otimização do espaço nos Fóruns, que manterão em seus prédios somente o Arquivo Corrente, e uma alternativa efetiva para o controle e preservação dos documentos produzidos no âmbito do poder Judiciário, trabalharão no trato para com essa documentação 60 colaboradores, entre servidores, terceirizados, estagiários, reeducandos do Programa Começar de Novo e socio educandos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e militares do exército brasileiro (ibid.).

No que tange a Comarca de Bragança-PA, por conta do 1º termo aditivo ao Convênio de Cooperação TJPA N°021/2017, promulgado em outubro de 2018, ficará sob a custódia da UFPA os documentos datados até o ano de 1988, sendo os demais encaminhados ao ARB seguindo as recomendações dadas pela equipe técnica.

Este processo de transferência de parte significativa do acervo documental da Comarca a um Arquivo localizado em uma cidade que fica a 195 Km de distância, representa um processo de desterritorialização desses registros documentais, promovido pela própria instituição, a partir de mecanismos legais.

De antemão, já é possível inferir, as dificuldades que serão impostas aos habitantes



de Bragança e região, sejam pesquisadores ou não, que buscarem acessar esses registros documentais. Podem ser citadas, a relativa distância geográfica, que importa em custos de transporte, e quando for preciso, estadia, e a complexa burocracia necessária a administração de um Arquivo de tão vasta dimensão. Tais elementos podem acarretar um distanciamento, quase que incontornável, entre os cidadãos e considerável parcela dos documentos que compõe o Acervo da Comarca de Bragança-PA.

Considerações Finais

Conforme ressalta Heloisa Liberalli Belotto (2014), o arquivo possui um sentido para a sociedade no qual está inserido, uma “função social”. Esta função diz respeito ao seu reconhecimento enquanto instrumento de promoção da cidadania, a partir do direito à informação, a produção do conhecimento científico e a memória e a identidade:

A identidade, como tal, está imbricada a cidadania. E é com este sentido, o do acesso pleno do cidadão ao universo da informação, seja a de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade. Sejam públicos, de nível federal, estadual ou municipal, sejam privados, de organizações e entidades, eles podem e devem estar a serviço da sociedade que integram e que, afinal, possibilita sua existência. São completamente interdependentes as necessidades e os benefícios entre arquivos e sociedades (BELOTTO, 2014, p. 134).

Nesta perspectiva, qualquer ação de preservação que preze somente pela conservação do suporte físico onde a informação está registrada e sua eventual organização, negligenciando essa “função social”, que diz respeito aos usos e apropriações que os usuários fazem do arquivo no exercício de sua cidadania, tende a ser ineficaz.

Sabendo da importância dos registros documentais que compõe o acervo permanente do Fórum da Comarca de Bragança-PA, enquanto receptáculos de diversas memórias coletivas essenciais, a constituição identitária de grupos historicamente marginalizados e a construção de uma história local plural e multifacetada, que rompa os paradigmas de uma “memória oficial”, é inquietante, e ao mesmo tempo imprescindível, problematizar daqui para a frente as consequências que estas duas ações, a assinatura do convênio de cooperação Nº 021/2017 e a transferência ao ARB, geram para os cidadãos bragantinos, e os significados que revelam sobre as políticas de gestão documental e preservação da memória implementadas pelo TJPA.

Neste ínterim, é possível também refletir sobre a importância, apontada por

Belotto (2014), da promoção de ações educativas e culturais, que objetivam despertar na sociedade o sentimento de pertencimento para com o arquivo. Sentimento este aparentemente ausente na maioria dos cidadãos bragantinos em relação ao acervo permanente do Fórum da Comarca de Bragança-PA. Caso contrário, o mencionado processo de desterritorialização documental, que os alija de parte de seu Patrimônio Cultural, celebrado por muitos servidores do Fórum da Comarca de Bragança-PA como uma solução para o seu problema de acúmulo documental e ignorada pela maior parte da população, seria marcado pelo timbre de vozes em protesto e oposição.

Data de Submissão: 08/05/2020

Data de Aceite: 09/07/2020



Referências Bibliográficas:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e Mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org).

Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 08 mar. 2020.

CAIXETA, Maria Cristina Diniz; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais. Gestão documental e resgate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado. In: **Cadernos de História**, v. 14, n. 20, p. 32-46, 2013.

CASSARES, Norma Cianflone et al. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

CASTRO. Aloisio Arnaldo Nunes de. A Preservação Documental no Brasil: Notas para uma reflexão histórica. In: **Acervo**, v. 23, n. 2, p. 31-46, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais**. Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate,



preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2014/02/manual_gestao_documental_poder%20judiciario.pdf. Acesso em: 07 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação N° 37, de 15 de agosto de 2011. Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2011. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=846>. Acesso em: 07 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação N° 46, de 17 de dezembro de 2013. Altera a Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_46_17122013_08042014134629.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Portaria N° 105, de 18 de setembro de 2015. Revoga a Portaria N° 616 de 10 de setembro de 2009. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2182>. Acesso em: 06 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Portaria N° 616, de 10 de setembro de 2009. Constitui Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2009. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=734>. Acesso em: 06 mar. 2020.

CRUZ, Ernesto. **O Poder Judiciário do Pará: Três períodos políticos**. Belém: Edição do Governo do Estado do Pará, 1974.

DUARTE, Priscila Lucrécio. Preservar! O que preservar? – Uma análise do projeto de gestão documental e das políticas de memória no Tribunal de Justiça do Rio grande do Sul. In: **Revista Analisando em Ciência da Informação – RAC**, v. 4, n. especial, p. 177-196, 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp. Acesso em: 08 mar. 2020.

FRANCO, Bernardo de Souza. Discurso recitado pelo Exm°. Snr. Doutor Bernardo de



Souza Franco Presidente da Província para quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839. Center for Research Libraries, 1939. Digitalizado.

GONÇALVES, Janice. A recusa do segredo: exercício de direitos e acesso a documentos públicos. In: **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n.9, p. 266 – 287, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed.Vértice, 1990.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. In: **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. In: **Informação & informação**, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015.

MONTENEGRO, Will. **TJPA inaugura novo Arquivo**. Portal TJPA. 13/12/2018.

Disponível em:
<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/919847-tjpainaugura-novo-arquivo.xhtml>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PEREIRA, Almir de Lima. **A História do Poder Judiciário do Pará**. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, Erlon da Fonseca Teffé. **Gestão de documentos: a importância dos seus aspectos legais no Brasil**. 2015. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquivologia) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8766/1/TCC%20FINAL.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SCHELLENBERG, Theodore. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). **Organização e Representação do Conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Resolução Nº 011/2010-GP, de



16 de junho de 2010. Disciplina o Programa de Gestão de Documentos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2010. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=8661>. Acesso em: 07 mar. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Convênio de Cooperação N° 005/2007, de 31 de janeiro de 2007. Tem por finalidade a cessão e guarda da documentação que compõe o Acervo do Arquivo Inativo do T. J. E./PA, especificamente cível, criminal, obedecendo a data limite de 1970. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2007. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828806>. Acesso: 09 mar. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Convênio de Cooperação N° 035/2013, de 28 de agosto de 2013. Tem por finalidade a cessão e guarda da documentação que compõe o Acervo Histórico do Arquivo do TJ/PA, localizado na Comarca de Santarém, anterior ao ano de 1970. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2013. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828246>. Acesso: 09 mar. 2020.

RIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Convênio de Cooperação N° 021/2017, de 07 de junho de 2017. Tem por finalidade a disponibilização da documentação que compõe o Acervo Histórico de documentos judiciais do TJ/PA, localizado na Comarca de Bragança, anterior ao ano de 1970. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2017. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828899>. Acesso em: 09 mar. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação N° 021/2017, de 26 de outubro de 2018. Tem por objetivo incluir no Convênio de Cooperação N° 021/2017 a ampliação do período cronológico dos documentos requeridos até o ano de 1988 e os documentos históricos localizados na Comarca de Ourém. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2018. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828900>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ICONOGRAFIA E PERTENCIMENTO: A EXPERIÊNCIA DAS PALESTRAS TEMÁTICAS NO ARQUIVO HISTÓRICO JUAREZ MIGUEL ILLA FONT

HENRIQUE ANTÔNIO TRIZOTO¹



Resumo

A presente pesquisa surgiu de inquietações do autor ao longo dos anos 2013/2016 quando coordenou o Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font – Erechim / RS e era responsável por produzir apresentações temáticas para serem utilizadas ao longo do ano nas escolas que visitavam o Arquivo ou eram visitadas pelo autor. Suscitando recorrentemente a questão: por que a baixa aceitação das temáticas que fogem do óbvio e do “mais do mesmo” sobre a história de Erechim? A partir do exposto e da pergunta supracitada, o objetivo geral é analisar de que forma a iconografia disponível no local representa as noções de pertencimento da comunidade regional. Transversalmente, como objetivo específico visamos compreender papel da iconografia enquanto documento memorialístico. Para atender a proposta o presente artigo foi dividido em três partes: Primórdios Históricos e Geográficos, que apresentam uma breve reconstrução da trajetória da cidade, Apontamentos Teóricos e Metodológicos que compreendem o escopo conceitual da pesquisa, que culminam na terceira parte em que se apresentam os resultados a partir das vivências do autor dentro do espaço Arquivo Histórico. E como resultado, deparamo-nos com a visão estratificada pela historiografia oficial, que dificulta a análise, discussão apresentação de temas que fujam desta perspectiva.

Palavras-chave: Fontes Iconográficas. Arquivo Histórico. Memória. Experiência.

Abstract

This research arose from the author's restlessness over the years 2013/2016 when he coordinated the Juarez Miguel Illa Font Historical Archive - Erechim / RS and was responsible for producing thematic presentations to be used throughout the year in schools that visited the Archive or were visited by the author. Recurrently raising the question: why the low acceptance of themes that escape the obvious and the “more of the same” about Erechim's history? Based on the above and the aforementioned question, the general objective is to analyze how the iconography available on the place represents the notions of belonging to the regional community. Crosswise, as a specific objective, we aim to understand the role of iconography as a memorial document. To comply with the proposal, this article was divided into three parts: Historical and Geographical Beginnings, which present a brief reconstruction of the city's trajectory, Theoretical and Methodological Notes that comprise the conceptual scope of the research, which culminate in the third part in which the results from the author's experiences within the Historical Archive space. As a result, we are faced with the view stratified by official

¹ Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: riquetrizoto@gmail.com.



historiography, which makes it difficult to analyze, discuss and present themes that escape this perspective.

Keywords: Iconographic Fonts. Historical Archive. Memory. Experience.

Introdução

O presente artigo é fruto da tabulação das experiências deste autor enquanto coordenador do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font – Erechim / RS , entre os anos de 2013 e 2016. No período citado, o autor elaborou cinco intervenções aplicáveis às escolas visitantes e visitadas: a primeira trabalhando com os monumentos e sua história, a segunda com a colonização de Erechim, a terceira sobre a revolução de 1923, a quarta sobre a construção da religiosidade em Erechim e por fim, o início e desenvolvimento de Erechim a partir de imagens do acervo. Constatou-se que a primeira e a última intervenção foram as mais aceitas pelos professores e pelas escolas. Neste sentido, a principal questão que nos remeteu foi o porquê da baixa aceitação das temáticas que fogem do óbvio e do “mais do mesmo” sobre a história de Erechim?

As fontes iconográficas e os jornais arquivados no local são os elementos mais procurados por pesquisadores a fim de dar escopo às suas pesquisas ou mesmo para serem objetos de pesquisa para artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e até mesmo teses de doutorado. A cidade de Erechim Rio Grande do Sul é caracterizada por um forte senso de ufanismo e pertencimento. A criação do Arquivo em um primeiro momento serve para guardar essas memórias e a história oficial do município e de suas personagens mais tradicionais.

A contextualização serve para entender o papel do Arquivo Histórico na sociedade local, e sua “necessidade” de atender aos ensejos de grupos sociais específicos. Ele pode ser compreendido então como um espaço de Memória, de acordo com Dosse (2017):

Definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e História, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, uma nova concepção da operação historiográfica (p.17).

Hartog por sua vez, tece comentário que norteou a gestão do autor frente ao Arquivo Histórico:



Se os arquivos são "a memória da nação", o dever de memória e a exigência (democrática) de transparência implicam que eles estejam em condições de ser facilmente pesquisados e não apenas por investigadores licenciados. Para questionar os arquivos, vem, desde então, ao primeiro plano, um vocabulário que se apoia tanto na crítica tradicional das fontes quanto na linguagem judicial. O arquivo é, com efeito, uma testemunha, uma prova; fala-se de sigilo, de dissimulação e de confissão (2011, p. 234).

A partir do exposto e da pergunta supracitada, buscamos analisar de que forma a iconografia disponível no local representa as noções de pertencimento da comunidade regional. Transversalmente, buscamos também compreender papel da iconografia enquanto documento memorialístico.

Para atender a proposta o presente artigo está dividido em três partes: Primórdios Históricos e Geográficos, que apresentam uma breve reconstrução da trajetória da cidade, Apontamentos Teóricos e Metodológicos que compreendem o escopo conceitual da pesquisa, que culminam na terceira parte em que se apresentam os resultados a partir das vivências do autor dentro do espaço Arquivo Histórico.

Primórdios geográficos e históricos

O que conhecemos por Colônia Erechim foi a última região a ser colonizada no estado do Rio Grande do Sul, e foi fruto de uma política positivista do governo que buscava lotear e povoar a região de maneira ordenada baseando-se no modelo das pequenas propriedades, para assentar o maior número possível de famílias que vinham das Colônias Velhas (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Nova Bassano, São Leopoldo, Antônio Prado) e dos países da Europa (Itália, Alemanha, Polônia, Rússia, Romênia, Ucrânia, Checoslováquia, França, Espanha, Portugal, Lituânia...).

De acordo com Pellanda (1925),

O principal núcleo colonial da região serrana é incontestavelmente este, criado em 6 de Outubro de 1908, pelo Estado, e instalado em 1910 com os primeiros 36 colonos, sendo 4 famílias com 28 pessoas e 8 solteiros. O seu desenvolvimento não tem ponto de comparação dentro ou fora de nosso Estado, posto que apenas em 8 anos a sua população aumentou de 32.000 habitantes e a produção, que era nenhuma, se elevou no mesmo espaço de tempo a 3.600:000\$000, dos quais foram exportados 2.574:000\$000. Dez anos apenas depois de fundada, e com oito anos somente de colonização efetiva, foi elevada à categoria de vila em 30 de Abril de 1918 (p. 189).

O estabelecimento destes grupos étnicos ficou a cargo de figuras influentes na política sul rio-grandense, onde podemos destacar Torres Gonçalves (projetista da Colônia) e Severiano de Almeida (primeiro diretor da Inspetoria de Comissão de Terras em Erechim). Economicamente falando, a colônia teve como eixo central de



desenvolvimento econômico, o extrativismo de madeira, afinal, neste primeiro momento era necessário “limpar o território para que se pudessem estabelecer as culturas agrícolas na região bem como a construção de casas, armazéns, casas de pasto e demais estabelecimentos de moradia / negócios”.

Com a evolução econômica, política e social, a cidade passou a modernizar-se e seus habitantes a buscar formas de transparecer esse desenvolvimento, surgindo uma cultura de valorização do status quo. De maneira que as relações sociais que foram se estabelecendo, caracterizavam-se pela criação de sociabilidades, construídas através das interações sociais entre os indivíduos nos grupos sociais, provocando várias combinações entre os envolvidos, essa produção de conteúdos distintos cria efeitos que alteram estas relações sociais. Combinações, que nos fazem refletir que, “além das redefinições das relações sociais, as interações fazem com que os atores sociais redefinam suas experiências sociais a partir da incongruência de suas lógicas de ação” (SILVA, 2009, p. 279).

Neste cenário a representação imagética constitui uma ferramenta interessante para os grupos sociais demonstrarem tudo aquilo que lhes convém e por consequência os diferencia dos outros indivíduos da comunidade.

Apontamentos teóricos e metodológicos

Analisar apenas a representação imagética de uma sociedade não é capaz de dar conta dela em todos os seus aspectos e nexos causais da construção de sua cultura. A construção de uma cultura ou mentalidade histórica “não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores (LE GOFF, 1994, p. 27).

Por outro lado, as fontes iconográficas enquanto elementos constitutivos da memória, “são importantes na medida em que nos ajudam a compreender sua força e o seu poder, pois, a partir desses elementos, ela realiza um esforço de unidade física dos membros que compartilham lembranças singulares” (POLLAK, 1992, p. 204). Em uma sociedade como a erechinense, esses elementos podem ser compreendidos também como “fenômeno socialmente construído, o que também nos permite afirmar que a memória e a identidade “são valores disputados em conflitos sociais” (POLLAK, 1992, p. 204).



As fontes iconográficas cumprem seu papel de elemento que possibilita rememorar acontecimentos e situações que constituíram a construção da memória do grupo social que por hora controla o que deve ser lembrado ou esquecido.

Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente (MOTTA, 2012, p.28).

Para Certeau:

De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema onde é elaborada a pesquisa. Hoje como ontem, ela é determinada pelo fato de uma fabricação localizada nesse ou naquele ponto desse sistema. Assim, só a consideração desse lugar onde é produzida essa relação permite ao saber historiográfico escapar à inconsciência de uma classe que desconhecia a si própria enquanto classe no interior das relações de produção e que, por isso, desconhecia a sociedade onde está inserida (1976, p.27).

A partir do exposto, analisaremos elementos das apresentações desenvolvidas ao longo dos anos de 2013/2016, utilizaremos uma foto contida na apresentação “Primórdios de Erechim” e uma foto contida na apresentação: “Subindo a avenida e lendo a sua história: o que contam os monumentos nas praças e canteiros do centro de Erechim” organizadas pelo autor a partir de fotos do acervo público do Arquivo Histórico, por serem as imagens que mais possuíam comentários e burburinhos: a Consulado Alemão (nesta foto, aparece desfocada uma bandeira com uma suástica, e é datada da década de 1930) e da igreja Matriz São José:

Figura1: Consulado alemão em Erechim década de 1930 (construção em primeiro plano)



Fonte: Acervo público Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font



Figura 2: Igreja Matriz São José década de 1960



Fonte: Acervo público Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font

A partir das imagens, promovíamos um debate acerca da questão de pertencimento (abordaremos seus desdobramentos no próximo item) e do ressentimento pelo fato da igreja acima ter sido demolida de maneira unilateral pela cúria.

Neste sentido, utilização de fontes iconográficas, Segundo Burke (2004, p. 17):

(...) nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vivida. (...) nossa posição face a face com uma imagem nos coloca face a face com a história. O uso de imagens em diferentes períodos como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais na vida religiosa e política de culturas passadas.

Em Erechim, esses registros ficavam a cargo dos fotógrafos Tomazzoni, Zardo e Bernd, que retratavam a sociedade e o status quo a partir de suas lentes e contatos. Essa cultura de valorização do status quo permanece no cerne da sociedade erechinense, e as fotografias continuam sendo uma forma de demonstrá-la, principalmente após o advento das redes sociais e com a popularização dos celulares com câmeras de boa qualidade. Para Hilário Franco Jr.,

[...] uma imagem nunca é autônoma, pois seu significado está ao menos em parte relacionado com o conjunto no qual ela se encontra inserida, isto é, com sua localização física e com a utilização social que recebe; Apenas em conexão



com outras, cumprindo seu papel de instituidoras de discursos, de sistemas semiológicos, é que as imagens – exteriorizadas sob forma verbal, plástica ou sonora – ganham sentido e, conscientemente ou não, expressam determinadas cosmovisões (FRANCO JR. 1996, p. 202, 2003b, p. 100).

Mas como utilizar-se destas imagens se, conforme Kossoy (1999, p. 54) elas sempre “foram vulneráveis às alterações de seus significados em função do título que recebem, dos textos que “ilustram”, das legendas que as acompanham, da forma como são paginadas, dos contrapontos que estabelecem quando diagramadas com outras fotos etc?”.

Nessa mesma linha:

A fotografia é interpretada como fruto do trabalho humano de produção signica, pautado sobre códigos convencionalizados socialmente; como uma mensagem segmentada em plano da forma da expressão e da forma do conteúdo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções signicas diferenciadas de acordo, tanto como o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da mensagem (ESSUS, 1994, p. 04).

Essa problematização é interessante, afinal, de acordo com Fatorelli:

Os comentários, via de regra, não surgem a partir de indagações dirigidas às imagens, referem-se a preconceitos adquiridos em outros momentos e se utilizam das imagens, compreendidas como imparciais, para validar um ponto de vista sobre o tema retratado: validar um ponto de vista, neste caso, não como um entre outros, mas como verdadeiro e único (2003, p.27).

Enquanto Kossoy e Essus generalizam as interferências externas para a análise de fotografias, Fatorelli envia para os comentários, Dubois (1992), traz para o debate, a figura do fotógrafo, tendo em vista que:

O fotógrafo decide antes de fotografar (o que já não é absolutamente “natural”) pois escolhe o tema, o tipo de aparelho, a película, a objetiva, determina o tempo da pose, calcula a abertura do diafragma, foca, posiciona-se num ângulo de visão (...). Depois na revelação todas as escolhas se repetem (formato, papel, operações químicas, eventuais trucagens); em seguida, a prova tirada entrará em todas as espécies de redes e circuitos, sempre todos “culturais” (em diversos graus), que definirão o uso da fotografia (p.80).

Nessa seara, deparamo-nos com o que Chauí (1981) chama de discurso competente, aquele que é instituído, no “qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro, qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (p. 7). Gerando uma relativa confusão, pois, a “linguagem institucionalmente permitida ou autorizada [...] no qual os lugares e circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência” (CHAUÍ, 1981, p. 7). Para Gutiérrez (1995, p. 239): “existirão



tantas interpretações quantos os olhares, porém a capacidade unificadora da imagem faz com que se identifiquem entre si aqueles que compartilham uma mesma imagem cultural”. Nesta mesma linha,

[...] a multiplicidade de cumplicidades que faz o olhar único ser compartilhado como olhares simultâneos e próximos necessários à prática de uma sociabilidade. Revela, enfim, a sensibilidade do olhar que captura recortes e ângulos da multifacetada face do cotidiano fazer dos homens. Cotidianidade onde se debruçam outras sensibilidades em olhares que observam o produto capturado. Remetido a novas singularidades expressivas da reflexão, onde se estabelecem as bases da compreensão e do pensamento (KOURY, 1999, p. 64).

“Ler imagens” constitui-se como uma tarefa de classificar seus sentidos, ler o seu nexos. Para ter-se sucesso, é necessário se aproximar delas, e detalhar seus sinais através de outras fontes: “o trajeto do olhar, as impressões visuais globais, as rupturas ou contradições entre o que é percebido e o que é compreendido... E isso é muito mais amplo do que uma simples leitura” (PEIXOTO, 1998, p. 9). Cabendo aqui uma ideia de revisão acerca dos conceitos, “ler” e “imagem”, pois esta expressão só é dotada de sentido se lembrarmos que a “imagem não é um texto sem palavras e que “ler imagens” é diferente da leitura de um texto onde decodificamos cada signo buscando seu sentido; é, principalmente, a análise do conjunto desses signos e de sua produção” (PEIXOTO, 1998, p. 9).

O pareamento dessas duas formas de linguagem não é uma tarefa simples; “por isso é preciso refletir sobre a melhor forma para se tratar determinado tema num filme, já que elas são abordagens complementares e não maneiras diferentes de se dizer/ler a mesma coisa.”. Nesta mesma linha, Margaret Mead, afirma que “com esses dados visuais e sonoros anotados, conservados e reproduzidos, poderemos analisar cuidadosamente e inúmeras vezes as mesmas informações” (1979, p. 20). E segue: “da mesma forma que os instrumentos de alta precisão enriqueceram nosso conhecimento sobre o universo, uma melhor maneira para preservar esses preciosos documentos culturais pode ampliar nosso conhecimento e nossa apreciação sobre a humanidade” (Mead, 1979, p. 20).

Resultados

Didaticamente falando, das cinco intervenções aplicáveis às escolas visitantes e visitadas: a primeira trabalhando com os monumentos e sua história, a segunda com a colonização de Erechim, a terceira sobre a revolução de 1923, a quarta sobre a construção da religiosidade em Erechim e por fim, o início e desenvolvimento de Erechim a partir de



imagens do acervo, apenas as apresentações compostas apenas as fotos chamavam a atenção dos alunos.

Como resultado, a primeira e a quinta intervenções foram remodeladas e passaram a conter apenas imagens. Slides de textos, apontamentos e curiosidades foram suprimidos, o que surtiu mais efeitos no quesito participação e envolvimento dos alunos, tendo em vista que as apresentações ficaram mais claras e de fácil compreensão por trazerem elementos e locais vistos cotidianamente.

Com relação à questão pertencimento, ficou claro que a sociedade local preza muito pelas “origens”, pois após a projeção da primeira foto e sua explicação os alunos eram perguntados “o que eles eram?”, e a grande maioria citava a etnia de seus pais e avós raramente diziam ser “brasileiros”. Algo corriqueiro na cidade de Erechim, afinal, sempre que alguém se insere em um grupo é questionado “de que família tu é?”. Isso passou de geração em geração.

Quando explicado o contexto da segunda foto sempre surgia o “porquê demoliram?”, afinal é uma contradição visível: a cidade tem caráter ufanista, memorialista, mas demoliu um de seus símbolos. A historiografia oficial diz que a igreja iria cair, os fiéis que frequentavam por sua vez afirmam que a igreja foi dinamitada por interesses econômicos de empresários locais.

Portanto, o debate funcionava para as crianças e adolescentes, mas colocava os professores em uma situação complexa, pois normalmente seus conhecimentos eram oriundos da metodologia memorialística tradicional, algo combatido pelo autor.

Considerações finais

O presente artigo buscava analisar de que forma a iconografia disponível no Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font de Erechim – RS representa as noções de pertencimento da comunidade regional. De maneira que ficou claro que o mesmo era historicamente constituído para rememorar um passado ufanista, quase mítico dos imigrantes. Todavia durante a gestão do autor, esse paradigma foi rompido.

A utilização das apresentações com fontes iconográficas que fugiam dessa lógica, não era bem aceita. Acredita-se que isso seja fruto do fato de muitas famílias pioneiras ainda apresentarem descendentes em solo erechinense. Podemos ainda inserir a constatação que ao longo de sua história a cidade construiu e estratificou um passado comum (imigração / migração) que interliga famílias e etnias.

Com relação às apresentações, podemos afirmar que a utilização de imagens agrega mais elementos para o debate e diminui os índices de dispersão dos alunos, pois a cidade preserva traços quase centenários que são cotidianamente visualizados por eles. Em suma, a utilização de fontes iconográficas se configura como uma excelente ferramenta para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem acerca da história regional, todavia exige do pesquisador um planejamento estratégico para que o trabalho não fique extenso nem complexo para o público alvo.

Data de Submissão: 31/05/2020

Data de Aceite: 20/07/2020





Referências Bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL. Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos. Rio de Janeiro: o Arquivo, 1985.
- BARTHES, R. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 58, 1984. Tradução de Júlio Castañon Guimarães.
- BURKE, P. Testemunha Ocular: história e imagem. Bauru: SP/EDUSC, 2004. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos.
- CERTEAU, M. A. Operação Histórica. In: NORA, P., & LE GOFF, J. História: novos problemas. 3. ed. [s/n.]: Rio de Janeiro, 1976.
- DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. In: Diálogos do tempo presente: historiografia e história. [recurso eletrônico] / LAPUENTE, R. S.; GANSTER, R.; ORBEN, T. A. (org.), Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- DUBOIS, P. O acto fotográfico. Lisboa, Vega, 1992.
- DUCATTI NETO, A. O Grande Erechim e sua história. Porto Alegre, Grafosul, 1981.
- ESSUS, A. M. M. de S. A. Através da Imagem I: Possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso midiático, uma experiência acadêmica. In: LABHOI, Primeiros Escritos, nº 1, julho-agosto de 1994.
- FATORELLI, A. Fotografia e Viagem: entre a natureza e o artifício. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.
- FAVARIN, R. A importância do arquivo histórico Juarez Miguel Illa Font nas produções literárias e historiográficas de Erechim. 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3626>. Acesso em 10, maio 2020.
- FRANCO JR., H. A Eva barbada: ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Edusp, 1996.
- FRANCO JR., H. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e o imaginário. Signum 5, 2003b
- FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores associados: Cortez: 2011.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GUTIÉRREZ, M. R. Testimonio y poder de la imagen. In: BAZTÁN, A. Aguirre. Etnografia. Barcelona: Marcombo, 1995.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. SP: Vértice, 1990.
- HARTOG, F. Evidência da história: o que os historiadores veem. SP: Autêntica, 2011.



KOURY, M.G. P. Imagem e narrativa ou, existe um discurso da imagem? Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS. Ano 5, n.12, p. 59-68, dez.1999.
LE GOFF, J. “Memória”. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

MEAD, M. - "L'anthropologie visuelle dans une discipline verbale". In: De France Pour une anthropologie visuelle, Mouton Editeur, 1979.

MOTTA, M. M. M., História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs) Novos Domínios da História. RJ: Elsevier, 2012.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani.

PEIXOTO, C. Caleidoscópio de imagens: o uso das imagens e a sua contribuição à análise das relações sociais. Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

PELLANDA, E. Colonização germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1925.

PIRAN, N. Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim, EdiFAPES, 2001.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, RJ, v.2, n.3, p.3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, R. M. D. da. O conceito de experiência social em François Dubet: possibilidades analíticas. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 1, p. 275-290, 2009.

SONTAG, S. Sobre fotografia. Editora Companhia das Letras, 2004.

REFLEXÕES SOBRE O FUNDO DOCUMENTAL DA ALFÂNDEGA DE MANAUS

RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO¹
THAIANA CAROLINE PIRES DOS SANTOS²



Resumo

A Alfândega de Manaus foi durante o final do século XIX e início do século XX a porta de entrada para produtos e pessoas advindas de todos os cantos do mundo, e também a porta de saída de produtos locais que movimentaram por décadas a economia do Amazonas e do Brasil. Esse movimento ficou registrado no arquivo da Alfândega, que hoje encontra-se disperso em vários locais na cidade de Manaus. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre parte desse acervo que se encontra custodiado no Arquivo Público do Estado do Amazonas, trazendo resultados parciais do projeto de extensão do curso de Arquivologia que tem por objetivo organizar o acervo. Para alcançar os objetivos foi realizado uma pesquisa bibliográfica para contextualizar o objeto, bem como uma análise tipológica do próprio acervo. Espera-se que tal reflexão possa contribuir para difusão do fundo documental da Alfândega de Manaus e fomentar novos trabalhos sobre o tema.

Palavras-chave: Fundo Documental. Alfândega de Manaus. História.

Abstract

Manaus Customs was, during the late 19th and early 20th centuries, the gateway for products and people from all corners of the world, and also the gateway for local products that have driven the Amazon economy for decades and of Brazil. This movement was registered in the Customs archive, which today is dispersed in several places in the city of Manaus. The present work aims to reflect on part of this collection that is kept in the Public Archive of the State of Amazonas, bringing partial results of the project of extension of the Archivology course that aims to organize the collection. To achieve the objectives, a bibliographic research was carried out to contextualize the object, as well as a typological analysis of the collection itself. It is hoped that such reflection can contribute to the dissemination of the documentary background of the Customs of Manaus and to encourage new works on the theme.

Keywords: Documentary Fund. Manaus Customs. History.

Introdução

¹ Egresso do Curso de Licenciatura Plena em História e Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. Docente do Curso de Arquivologia - UFAM, coordenador do Laboratório de Organização e Representação de Documentos e Informação - LORDI/UFAM. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Arquivologia - NuPeArq/UFAM. E-mail: Rodolfoazevedo@Ufam.Edu.Br

² Egressa do curso de Licenciatura Plena em História, Discente do Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: thaiana.ps@hotmail.com



A Alfândega de Manaus marcou um tempo áureo na história da capital amazonense, refletindo um contexto que ficou conhecido por *belle époque*, cuja economia advinda da extração da borracha chegou a movimentar a economia do Brasil. Tratava-se do contexto do final do século XIX e início do século XX, onde se registravam nos livros do porto toda vida de uma cidade, informações que iam muito além de listas de produtos que saíam e entravam na cidade Manaus.

Esses livros encontram-se, em parte, custodiados no Arquivo Público do Estado do Amazonas, atualmente localizado na Rua Bernardo Ramos, 265 – Centro de Manaus, e estão sofrendo intervenção arquivística pelo projeto de extensão do curso de Arquivologia da UFAM intitulado *Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no Sistema de Arquivos e Documentos do Estado do Amazonas – SAGED*.

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a trajetória dessas fontes históricas, ressaltando o papel do arquivo público que custodia parte do acervo, bem como a própria documentação que pouco foi pesquisada, em virtude de as mesmas ainda não terem sido organizadas, arranjadas e catalogadas para facilitar o acesso.

Para tanto, utilizar-se-á de uma abordagem bibliográfica e documental, onde através de análise dos próprios documentos da Alfândega, pretende-se ressaltar alguns potenciais temáticos que o referido acervo contém, por registram um momento da história que ficou marcado na arquitetura, cultura, economia, entre outros aspectos da sociedade amazonense e brasileira.

Compreende-se que tais documentos arquivísticos, apesar de serem produzidos com uma finalidade administrativa, são produtos de um contexto, refletindo as intencionalidades e subjetividades do mesmo, no entanto, a presente reflexão não se atenderá a esse aspecto, cabendo ao historiador, futuramente, passar pelos filtros da crítica histórica.

Em suma, o presente trabalho pretende contribuir para a difusão do fundo documental da Alfândega de Manaus, que por décadas ficou guardado nos porões do Arquivo Público do Estado do Amazonas e pouco foi consultado, configurando-se enquanto fonte de pesquisa para se revelar uma parte da história do Amazonas.

O Arquivo Público do Amazonas como custodiador do patrimônio documental

O Arquivo Público do Estado do Amazonas é certamente uma instituição guardiã da chamada memória oficial, mas é também um receptor de documentos oriundos de uma



coletividade, a sociedade amazonense, que peticiona e demanda ao Estado sobre diversos assuntos que ficam registrados em processos administrativos e outros tipos documentais.

Guardar registros da história da sociedade brasileira não é uma preocupação recente no país. Tão logo o Estado Nacional Brasileiro começou a se estruturar – a partir de 1822, com a proclamação da Independência – as reflexões sobre o que seria uma *identidade nacional* começou a se desenhar e, conseqüentemente, iniciaram-se as proposições sobre a necessidade de criar instituições para guarda de documentos reveladores dessa identidade. Não abordaremos aqui as divergências sobre tal reflexão, mas é importante realçar a relevância da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838, e suas filiais nas Províncias, como no caso no Amazonas, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, em 1917.

Logo mais adiante, quase cem anos depois, em 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que será reestruturado e passará a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quando haverá visibilidade e discussões sobre os patrimônios do país, que “se dedica às ações de identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro” (PRIORI, 2009, p.80), que, nascido no seio do movimento modernista, ampliou a noção de patrimônio tornando-se um marco na salvaguarda das memórias coletivas.

O mesmo instituto, por meio do Decreto-lei de nº 25, de 30 de novembro de 1937, definiu o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (LEMOS, 1982, p.29). Com base nessa definição os documentos são também de interesse público por estarem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, apesar do órgão não possuir políticas de preservação para o patrimônio documental.

O conceito de patrimônio documental no Brasil ainda encontra-se em fase de definição, mas considerando que patrimônio é tudo aquilo vinculado a memória e o conceito atual de documento, podemos correlaciona-lo com o estabelecido pelo Arquivo Nacional, para melhor visualização, o qual afirma que “documento é uma unidade de registro de informação de qualquer que seja o suporte ou formato” (Arquivo Nacional, 2005, p. 73).



Avançando para o século XX e em termos de democratização da informação, merece destaque outro marco jurídico e político importante para a preservação do patrimônio documental nacional: a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, que em seu art. 216 define como patrimônio todos os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (LEMOS,1982, p.29). Em seu parágrafo IV, exemplifica o patrimônio como: obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (GRIFOS NOSSOS)

Na Constituição de 1988, aparece o termo documento como patrimônio nacional, e como patrimônio nacional, deve conter informações sobre a memória coletiva da sociedade brasileira, neste caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem por obrigação protegê-los.

Um outro dispositivo constitucional merece realce nessa reflexão. Trata-se do artigo 5º, inciso XXXIII, que assim determina, que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Esse dispositivo deu origem a uma ação formal do Estado Brasileiro rumo à organização de seus arquivos, o que resultou na criação do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos, em 1991, e na expedição de legislação e atos normativos voltados à organização arquivística a fim de dar cumprimento ao comando constitucional de acesso à informação.

Assim, além de instituições como o IPHAN e os Institutos Históricos, os Arquivos Públicos e até mesmos os privados, enquanto instituição, adquiriram um novo status diante desse novo contexto histórico e passaram a ser identificados como lugar da democratização da informação. E a recente expedição da Lei nº 12.527/11 ou como ficou conhecida Lei de Acesso à Informação (LAI) reitera esse movimento rumo à revalorização dos arquivos e coloca em pauta a necessidade de conhecê-los e reorganizá-los para cumprir a sua missão que é dar acesso aos documentos neles custodiados.



Compreendendo os Arquivos públicos como lugares de memórias, que tem por objetivo principal preservar a memória patrimonial do Estado é que o Arquivo Público do Estado do Amazonas preservou os documentos provenientes da Alfândega de Manaus, que haviam sido eliminados. Este acervo foi entregue à instituição em meados da década de 2000 e até recentemente não havia tido nenhum tipo de tratamento arquivístico, configurando assim uma massa documental acumulada, em que tudo estava por fazer, desde a retirada do porão do arquivo, higienização, ainda que superficial, além de identificação das tipologias, arranjo e catalogação.

Com o projeto de extensão intitulado *“Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no Sistema de Arquivo e Gestão de Documentos do Estado do Amazonas- SAGED”* teve-se um primeiro contato com a documentação que foi retirada do porão, higienizadas e passou a ser separada segundo as tipologias que foram sendo identificadas.

História da Alfândega de Manaus

Com a elevação do Amazonas de capitania a província pela lei imperial 582 de 05 de setembro de 1850, e instalação em 1852 com Manaus sendo sua capital, a cidade começa a passar por uma série de mudanças para que pudesse cumprir a sua função de sede administrativa, de modo que as melhores casas passam a ser alugadas para servir de sede aos prédios que abrigariam a estrutura burocrática para gerir a nova capital.

Elizabeth Agassiz registrou em *Viagem ao Brasil 1865-1866* (2000, p. 196), sua impressão sobre a recém-capital:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir aos ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade na junção do Rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação

No trecho acima, destaca-se dois pontos: a primeira é que de fato, a partir da década de 1870 a exportação da borracha começa a progredir e Manaus passa a ser o principal polo exportador do Brasil, com os cofres começando a ser abastecidos a cidade passará por uma série de transformações paisagísticas e urbanísticas se adequando aos ideais de civilidade da época; a segunda é quando Elizabeth cita o termo ‘alfândega’, pois



a mesma ainda não existia na época, o que tínhamos era uma mesa de renda, que será explanado mais adiante.

Em relação a porto e alfândega devemos esclarecer a diferença entre esses termos. No que concerne a *porto* este designa o local no qual há embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, já a Alfândega é a repartição federal instalada no porto, segundo o Dicionário Básico Portuário, há o termo *porto organizado* que consistiria no “porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de *mercadorias*, concedido ou explorado pela União” (OGMO, 2020) na passagem a qual Elizabeth Agassiz se reporta, no ano de 1865-1866, Manaus possuía um porto, pois havia o local para embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, mas este não era organizado e não possuía alfândega.

Manaus só contará com alfândega a partir de 1869, segundo o presidente Wilkens Matos no seu relatório de presidente de província (1869, p. 66) em 1867 foi promulgado o regulamento que cria a alfândega na cidade, em virtude do estabelecimento do regulamento de 31 de dezembro de 1863 que autorizou a navegação de barcos peruanos no rio Amazonas. No entanto, o presidente da província afirma que apesar dos regulamentos, o seu predecessor não nomeou gente competente para que os trabalhos alfandegários fossem iniciados com sua respectiva normativa, de modo que os trabalhos se iniciaram em 25 de março de 1869, extinguindo-se assim a mesa de rendas até então existente, pois segundo o Guia da administração pública brasileira (ARQUIVO NACIONAL, 2017, p, 128), as mesas de rendas seria instaladas em locais que não houvesse uma alfândega.

Mas antes de 1860 outras providências já haviam sido tomadas em relação a navegação na região norte, pois a navegação a vapor no rio Amazonas foi aberta pelo lei 586 de 06 de setembro de 1856, e tal medida foi ampliada com o decreto 3.749 de 07 de dezembro de 1866 que permitia a entrada de navios estrangeiros, deste modo era imprescindível que a cidade tivesse uma alfândega que cumprisse com suas obrigações de fiscalizar, monitorar e registrar a entrada e saída de navios, pessoas e mercadorias.

Assim, a alfândega de Manaus passará a funcionar até a virada do século XIX para o XX, sempre sendo retratada nos relatórios de presidentes de província como necessitada de reparos e melhoramentos, assim como o porto que aparecerá na mesma situação, com constantes necessidades de reparos na rampa, na escadaria e em várias outras partes que demandem restaurações.



Com a entrada de navios estrangeiros, e escoamento de mercadorias, principalmente a borracha, o orçamento da província começa a decolar e o dinheiro passa a ser investido numa série de obras públicas. Na virada do século XIX, Manaus passará pelo período denominado *belle époque*, em que a grande demanda de látex pela Europa irá encontrar mercado abastecedor no Brasil, principalmente na Região Norte.

A Manaus vislumbrada por Elizabeth Agassiz na década de 1860, estará completamente diferente nos anos 1900, pois se antes a cidade contava com casas modestas que serviam de prédios para administração pública, agora haverá uma explosão de construções, surgiram: Igreja Matriz da Nossa Senhora da Conceição, Palacete Provincial, Mercado Adolpho Lisboa, Liceu Provincial (atua Colégio Dom Pedro II), Igreja de São Sebastião, Ponte de Ferro dos Remédios, Teatro Amazonas, serviço de aterro de igarapés, serviço de iluminação pública, abastecimento de água, bondes³ e obras no porto e a construção do prédio da alfândega.

A cidade passa por uma transformação espacial devido a atenção voltada para a exportação do látex, como também sofre com um aumento populacional num curto espaço de tempo. Dias (2007, p. 35) afirma que se em 1852, quando a província foi instalada, contava apenas com 8.500 habitantes, em 1890 esse número saltará para 50.300, sendo o principal responsável para esse salto a migração, principalmente nordestinos, que ansiavam por oportunidade de trabalho e melhores condições de vida.

Com todo esse processo ocorrendo o porto era a principal entrada de pessoas e mercadorias, tanto para a capital, quanto para adentrar o restante do tráfego no rio Amazonas, se fazia mais do que necessário e urgente que o porto passasse por melhoramentos e a alfândega recebesse um prédio adequado para sua finalidade.

No entanto, as obras do porto e da alfândega se arrastam a passos lentos no final do século XIX e quando deslancha no século XX ainda enfrenta muitos percalços, sejam pelo fato dos governantes voltarem atenção para a transformação urbanística que a cidade passa, seja por disputas políticas e também acrescente o fato de que, apesar do governo fechar contrato para o início das obras, estas não se iniciam até a década de 1900.

A partir de 1900 é que as obras começa a se concretizar, segundo Mesquita (2006, p. 307) um contrato foi firmado neste mesmo ano com Bromistau Rymkiewicz, que

³ Há vários trabalhos que exploram essa fase da história amazonense, aqui nos baseamos nas seguintes obras: MESQUITA, Otoni. Manaus: História e Arquitetura (1852-1910), 3ª edição, Manaus: Valer, 2006. E no livro: DIAS, Ednea, Mascarenhas. A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920, 2ª edição, Manaus: Valer, 2007



organizou a companhia denominada Manaós Harbour Limited, os trabalhos de fato se iniciaram em 1902, e no ano seguinte já haviam sido construídos quatro trapiches e um flutuante com torres movimentadas pela eletricidade. Ao longo da década serão construídos: a Casa de Máquinas (que atualmente abriga o Museu do Porto), dois armazéns, o prolongamento da plataforma de madeira, e a ponte flutuante em forma de T (que alguns habitantes ainda hoje chamam de “cais do Roadway” ou apenas “Roadway”), o que tornaria o porto manauara único no mundo, pois a rampa flutua conforme o nível das águas do Rio Negro no período de cheia e vazante.

Figura 1 Vista do flutuante com as torres movimentadas a energia elétrica



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional⁴

A imagem acima nos mostra o flutuante com as torres movimentadas a energia elétrica, uma ostentação para a época, as torres funcionavam como guindastes que levavam por cabos toda a mercadoria para o interior dos navios e transatlânticos (DIAS, 2007, p. 51)

⁴ Tracção aérea por electricidade da M.H.Ltd. fluctuante das Torres. Manaus, AM: Huebner & Amaral, [1909]. 1 cartão-postal, colotipia, 9 x 14 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464422/icon1464422.jpg. Acesso em: 27 de abril de 2020.



Em relação ao prédio da alfândega as obras começam no ano de 1906, e o seu prédio é considerado um dos primeiros prédios pré-fabricados do mundo, pois o mesmo veio em blocos da Inglaterra e foram montados em Manaus, segundo Mesquita (2006, p. 251) o prédio da alfândega não foge a ostentação que os governantes queriam demonstrar à época, seu estilo é caracterizado como eclético pois “revela uma nostalgia típica do Romantismo e remete a construções do período medieval italiano e até mesmo da Renascença” e sua inauguração se deu em 1909, pouco antes da crise da exportação da borracha causada pela introdução do látex asiático no mercado internacional.

Diagnóstico do Fundo Documental da Alfândega de Manaus

Parte do fundo documental da Alfândega de Manaus encontra-se custodiado no Arquivo Público do estado do Amazonas, estavam acondicionados no subsolo, em estantes de aço, sem temperatura e umidade adequados, conforme pode ser visualizado na figura abaixo.

Figura 2: Livros da Alfândega de Manaus no porão do Arquivo Público



Fonte: Acervo Particular do Projeto de Extensão Políticas Arquivísticas

Conforme observado na imagem não havia nenhuma organização nos acervos, os documentos encontravam-se apenas depositados nas estantes. Devido a característica dos documentos, por estarem encadernado, em sua maioria encontram-se em bom estado, conforme pode ser observado na imagem abaixo:



Figura 3: Capa e contracapa do livro Registro das Guias



Fonte: Acervo Particular do Projeto de Extensão Políticas Arquivísticas

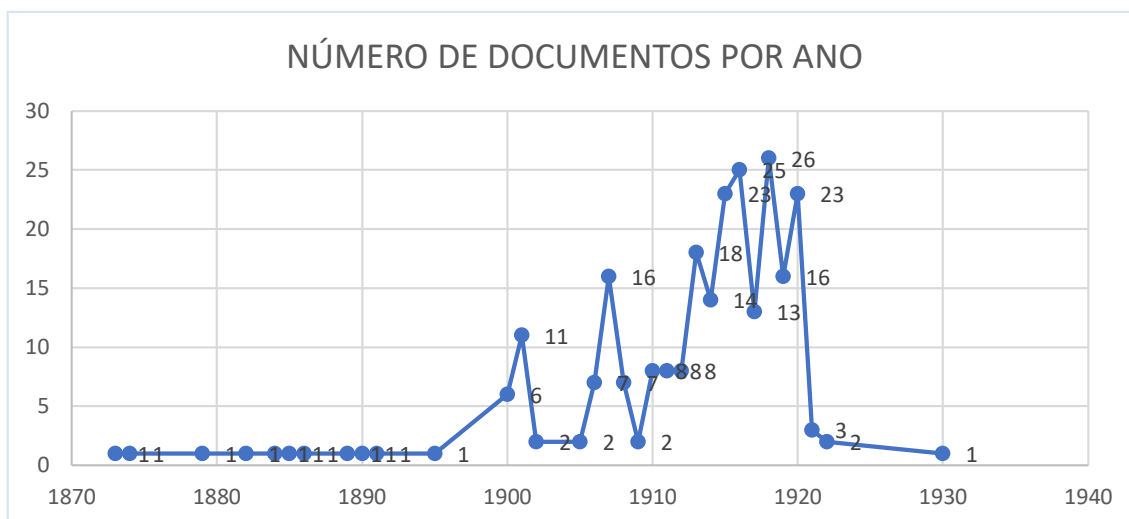
O projeto *Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no Sistema de Arquivos e Documentos do Estado do Amazonas – SAGED*, iniciado no primeiro semestre de 2019 encontra-se em fase de conclusão. Este contou com uma equipe de discente do curso de arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, o qual primeiramente transferiu o acervo do subsolo do arquivo público para a sala de tratamento na mesma instituição, realizou processo higienização da documentação, onde foram retirados objetos metálicos que oxidam e prejudicam a documentação. Também foi realizado a identificação tipológica da documentação, o qual foram levantados os seguintes itens: tipo documental (sendo muitas vezes necessário ler o conteúdo do documento, pois não é clara qual a tipologia na capa) ano de abertura, ano de exercício (visto que existem diversos documentos que registram atividades de vários anos), número de folhas e a situação quanto a preservação, para futuramente ser submetido a restauração ou outra intervenção, se for necessário.

Até o momento, foram identificados 290 documentos, sendo o livro mais antigo encontrado trata-se de Livro de Resumo de Ponto dos empregados da Alfândega de Serpa, aberto em 26 de dezembro de 1873, ano de exercício 1874, contendo 34 folhas,



identificado como em bom estado de conservação. O documento mais recente identificado foi um livro caixa geral, aberto em 01 de janeiro de 1930, ano de exercício 1930 e 1931 contendo 286 folhas, em bom estado de conservação. Dos documentos catalogados, 38 não possuem data de abertura, os 258 podem ser visualizados as quantidades e os respectivos anos no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Número de documentos do Fundo da Alfândega por ano.



Fonte: os autores, 2020.

Como pode ser observado no gráfico 1, até o início dos anos de 1900 há pouca documentação preservada no Arquivo Público, sendo identificado apenas um documento por ano, a partir do século XX, percebe-se um aumento desses documentos com ápice de 26 documentos no ano de 1920. Há hipótese de que a quantidade de documentos possa representar uma demanda maior de atividades, o qual geraria, consequentemente maior produção documental, no entanto, somente uma pesquisa histórica poderia comprovar essa afirmação.

Quanto a preservação foram identificados apenas 21 documentos com problemas, sendo: 2 livros que estavam em branco, 2 livros que contêm folha solta, 7 livros com páginas coladas devido a umidade, 1 livro sem capa e termo de abertura, 2 livros com folhas rasgadas, 1 livro sem capa, 1 livro sem identificação na capa ou cabeçalho de páginas, 5 livros faltando páginas e 1 livro deteriorado: capa quebrada, páginas coladas pela umidade, sem condições de manuseio.

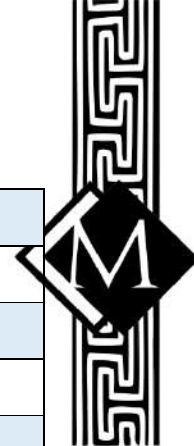
Quanto a tipologia documental, foram identificados 111 tipos documentais diferentes, os quais podem ser observados no quadro abaixo:



LISTA DOS DOCUMENTOS DO FUNDO ALFÂNDEGA DE MANAUS	
Quant.	TIPOLOGIA
1	Livro de armazenagens
3	Livro de Arqueações e Procurações da Alfândega de Manaus
1	Livro de Barca de Registro
3	Livro de Cadastro Geral dos Estabelecimentos e Indivíduos registrados para o comércio e fabrico de produtos sujeitos ao imposto de consumo
5	Livro de Caixa de Cintas de Consumo Nacional
3	Livro de Caixa de Cintas do Imposto de Consumo Estrangeiro
1	Livro de Caixa de Depósito de diversas origens. Mesa de Rendas da Alfândega de Porto Velho
10	Livro de Caixa de Estampilhas de selo adesivo
3	Livro de Caixa de Receita e Despesa
8	Livro de caixa de selo do imposto de consumo nacional
5	Livro de Caixa de selos de imposto do consumo estrangeiro
4	Livro de caixa discriminativo dos depósitos escriturados nos diversos livros de receita
1	Livro de caixa especial das cintas dos impostos de consumo de vinhos de frutas
5	Livro de Caixa especial dos selos do imposto de consumo estrangeiro para tecidos, fumo em corda ou folha, peixe a granel, louças ou vidros e sal comum
11	Livro de caixa geral
1	Livro de Caixa Geral - Posto Fiscal Federal do Japurá (Alfândega de Manaus)
1	Livro de Caixa Geral do Posto Fiscal de Itacoatiara
2	Livro de Caixa Geral do Posto Fiscal Federal do Içá Brasileiro. Alfândega de Manaus
1	Livro de Carga e Descarga de Armamento
1	Livro de cintas (sic) nacionais especiais para álcool e aguardente de cana ou cachaça. Posto Fiscal Federal de Itacoatiara
3	Livro de Conta Corrente de exactores (sic)
1	Livro de Contrato de Marinheiros, Remadores e Patrões da Repartição de Itacoatiara (Alfândega de Itacoatiara)
1	Livro de Controle de Marinheiros Luiz Leopoldo de Bulhões

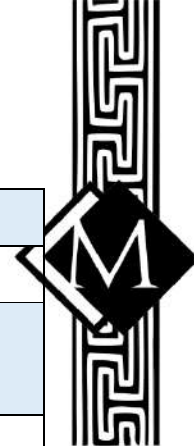


1	Livro de Crédito da Alfândega
1	Livro de demonstração das rendas arrecadadas
1	Livro de Depósito e Estatística. Alfândega de Manaus
1	Livro de Designações, comissões e armazéns
1	Livro de Despacho do despachante geral Raimundo Pinto Magalhães
11	Livro de Despacho
1	Livro de Despesas da Renda Alfandegada de Porto Velho. Receitas dos Despachos Importados da Alfândega de Manaus
1	Livro de distribuição de serviços do pessoal das embarcações da Alfândega de Manaus e de Posto Fiscal do Japurá do Içá
1	Livro de Distribuição do serviço diário do pessoal das embarcações, aviso, lancha, barca e escaleres da Alfândega de Manaus
1	Livro de Entrada de Navios Nacionais
1	Livro de Entrada e Saída de Carvão
1	Livro de entrada e saída de navios estrangeiros
1	Livro de escrituração do caixeiro despachante Luiz Augusto de Azevedo
1	Livro de escrituração do imposto sobre juros dos empréstimos hipotecários e anthircéticos (sic)
1	Livro de escrituração dos despachos de carga do despachante geral Candido Machado
1	Livro de estampilhas do imposto de gênero estrangeiros
2	Livro de estampilhas do imposto de gênero nacionais
1	Livro de exportação de mercadoria estrangeira por cabotagem
1	Livro de Índice dos Termos de Responsabilidade de Trânsito e outros
1	Livro de isenções de direitos. Registro das Ordens Concessivas
1	Livro de Lançamento de selos por verba
1	Livro de mapa do movimento de consumo de estampilhas das fábricas de fumo e seus preparados
1	Livro de Matrícula das sociedades sujeitas ao imposto sobre dividendos
1	Livro de Mesa de Rendas Federais de Itacoatiara - Registro de embarcações
1	Livro de mesas de rendas alfandegadas de Porto Velho
1	Livro de Movimento da Borracha de Procedência do Território do Acre
5	Livro de Ocorrência



1	Livro de ponto de pessoal da Guarda-Moria. Alfândega de Manaus
1	Livro de ponto dos empregados do Posto Fiscal Federal de Itacoatiara
1	Livro de ponto e pagamento de funcionário da Alfândega de Manaus
1	Livro de Pontos dos Marinheiros de Itacoatiara
1	Livro de Porta Encargo
29	Livro de Protocolo
1	Livro de Razão
7	Livro de Receita de Diversos Impostos da Alfândega de Manaus
1	Livro de Receita de exportação do território do Acre
1	Livro de Receita Discriminada
10	Livro de Receita do selo por verba
6	Livro de Receita dos despachos marítimos
4	Livro de Receita e Despesa
5	Livro de Receita Geral
1	Livro de Receitas de exportação do território do Acre
6	Livro de Receitas de Importação
1	Livro de receitas do selo por verba
1	Livro de Receitas e despesas a cargo do Tesouro. Alfândega de Manaus
1	Livro de Registo de Comunicações do Guarda-Maria do Inspetor de Alfândega de Manaus
5	Livro de registro das guias de consumo
1	Livro de Registro das ordens e telegramas de isenção de direito
2	Livro de Registro das Patentes de Impostos de Consumo
2	Livro de Registro de Despacho de borracha em trânsito da Alfândega de Manaus
2	Livro de Registro de despachos de exportação para o estrangeiro
3	Livro de Registro de Despachos de Exportação por cabotagem
1	Livro de Registro de Despachos, Guias de diferenças e outros documentos re Receita. Alfândega de Manaus
4	Livro de Registro de Detalhes
1	Livro de Registro de fórmulas de isenções
3	Livro de Registro de ocorrência
1	Livro de registro de ordens e telegramas concedendo favores de isenção dos direitos aduaneiros





1	Livro de Registro de saída de volumes despachados
1	Livro de Registro de Telegramas recebidos
1	Livro de Registro de Termos de entradas das embarcações vindas de fora da República
1	Livro de Registro dos mercadores de chapéus
1	Livro de registro dos ofícios a delegacia fiscal
1	Livro de registro para a matrícula das companhias que gozaram da isenção de direitos de acento
1	Livro de Registros Comerciais em Itacoatiara
2	Livro de Registros da guias de consumo
2	Livro de Registros de Detalhes/ Registro das distribuições dos serviços diários
1	Livro de Registros de Entrada e Saída de produtos estrangeiros do Trapiche Alfandegão Fernandes
1	Livro de Registros de Exportação do Território do Acre. Alfândega de Manaus
1	Livro de Registros de ordens do dia do comando da Força dos Guardas
1	Livro de Registros de Títulos de Despachantes seus ajudantes e canoieiros despachantes de Manaus
1	Livro de Registros para entradas e saídas de objetos do depósito existente na Alfândega Velha a cargo do servente Joaquim Oliveira Solano
1	Livro de Responsabilidade (Beneficiamento da Borracha)
1	Livro de Resumo de Ponto dos empregados da Alfândega de Serpa
1	Livro de Termo de arrematação
1	Livro de Termo de Consumo de Mercadorias condenadas na forma da lei
5	Livro de Termo de entrada de navios
1	Livro de Termo de fiança de despachante
1	Livro de Termo de Leilão procedido no armazém de mercadorias retardadas e abandonadas
28	Livro de Termo de Responsabilidade
2	Livro de Termos de Arrematação
1	Livro de Termos de Fiança dos despachantes, ajudantes de despachantes e caixeiros despachantes
2	Livro de Termos de retificação das entradas dos navios nacionais



1	Livro de trânsito reexportação ou baldeação e embarque. Mesa de Rendas Alfandega de Porto Velho
3	Livro Diário de máquinas
1	Livro Índice de Portarias da Inspetoria da Alfândega Registrados na Guarda-Moria
1	Livro Mapa do movimento e consumo de estampilhas da fábrica de calçado
1	Livro para distribuição do serviço diário do pessoal das embarcações, aviso, lanchas, barcas e escaleres da Alfândega de Manaus
2	Livro Termo de Depósito

Quanto aos termos apresentados no quadro anterior foi mantido os mesmo descritos nos próprios documentos, resguardando a escrita da época. A maior quantidade de tipos encontrados foi de livro de protocolo, totalizando 29, seguido por livro de termo de responsabilidade 28. A maioria das tipologias encontradas possuem apenas 1 documento, totalizando 73.

A análise tipológica configura-se enquanto uma atividade bastante complexa, tendo que ter um conhecimento profundo da estrutura administrativa da instituição, atividades meio e finalística, bem como as funções e atividades desempenhadas pela mesma. Tais informações estariam disponíveis em documentos políticos normativos da própria instituição, que, infelizmente não foi possível encontrar. Diante disso, partiu-se diretamente da análise da documentação executiva, o qual muitas vezes não deixa clara a sua origem.

O presente trabalho ressalta o potencial temático que a referida documentação pode proporcionar aos pesquisadores, revelando assuntos que vão muito além de listas de mercadorias, mas a própria relação de trabalho que se dava no ambiente portuário, a relação cultural, ou melhor, a imposição cultural advinda de outros estados ou países, visualizadas não apenas na arquitetura que permanece mas nos próprios hábitos culturais.

Destaca-se também o problema enfrentado para acessar as fontes sobre a estrutura administrativa do estado brasileiro nos referidos contextos, onde percebe-se lacunas na literatura que trate sobre história administrativa, pensar essa estrutura governamental que não é linear, mas permeada por reformas que ocasionam descontinuidades, refletindo diretamente nas funções e atividades que geram os documentos.



Considerações Finais

O presente texto traz resultados parciais do projeto de extensão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), intitulado *Políticas Arquivísticas: ações de gestão e preservação documental no sistema de arquivos e documentos do Estado do Amazonas – SAGED*.

A situação dos arquivos no Brasil, particularmente no estado do Amazonas ainda se assemelha a depósitos, são exceções e muitas vezes ações individuais que objetivam preservar e salvaguardar o patrimônio documental. No caso específico, observa-se que os referidos documentos só conseguiram ser preservados em virtude da própria características dos mesmos, visto que foram produzidos em um suporte encadernado que os mantiveram preservados.

Durante a primeira fase do projeto, que se desenvolveu no primeiro semestre de 2019, foram identificados 290 livros do fundo documental da Alfândega de Manaus, que abrangem um recorte temporal de 1873 (o livro mais antigo) até 1930 (o livro mais recente), sendo este período situado na virada do século XIX para o XX, fase em que o Amazonas vive o período áureo da borracha e todas as transformações que provém de sua exportação, além de ser também, o período de queda da produção da borracha. Nota-se pelas tipologias dos livros a preocupação em se controlar a entrada e saída de produtos, exportação e importação, bem como a entrada e saída de navios, sejam nacionais ou estrangeiros. Há livros de pontos, livros de ocorrências, livro de caixa, enfim há todo um controle por parte da administração que controla e administra a rotina portuária.

Data de Submissão: 29/05/2020

Data de Aceite: 01/07/2020



Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000071.pdf>> Data de acesso em 15 de abril de 2020

ARQUIVO NACIONAL. **Guia da administração brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)**. Organização: Angélica Ricci Camargo e Dilma Cabral. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** — 2. ed. rev. e ampl. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)**, 3ª edição, Manaus: Valer, 2006.

DIAS, Ednea, Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920**, 2ª edição, Manaus: Valer, 2007

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1982

MATOS, João Wilkens de. **Relatório com que o presidente da província abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 04 de abril de 1869**. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/164/items>>. Data de acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

OGMO. **Órgão Gestor de Mão de Obra do Porto de Itajaí**, c2020, Pagina: Dicionário, Disponível em: <http://www.ogmoitajai.com.br/portal/info/indice.asp>> Data de acesso em: 24 de abril de 2020

PRIORI, Ângelo (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.

POR DENTRO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO COLÉGIO PEDRO II: FONTES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

TATYANA MARQUES DE MACEDO CARDOSO¹



Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar parte do patrimônio documental do Colégio Pedro II, a partir dos acervos que constituem a Biblioteca Histórica e o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes. Reforça a aproximação entre História e Arquivo destacando a importância dos documentos para a prática da pesquisa histórica e para a preservação da memória. Ressalta os desafios encontrados pelos pesquisadores diante do universo documental e, por fim, revela a importância da preservação dos documentos nos ambientes escolares para o desenvolvimento de diferentes pesquisas e divulgação científica.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Colégio Pedro II. Biblioteca Histórica. Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

Abstract

The present work aims to present part of the documentary heritage of Colégio Pedro II, from the collections that constitute the Historical Library and the Center for Linguistic Studies and Antenor Library of Veras Nascentes. It reinforces the approximation between History and Archive, highlighting the importance of documents for the practice of historical research and for the preservation of memory. It highlights the challenges faced by researchers in the face of the documentary universe and, finally, reveals the importance of preserving documents in school environments for the development of different research and scientific dissemination.

Keywords: Documentary heritage. Colégio Pedro II. Historical Library. Center for Linguistic Studies and Antenor de Veras Nascentes Library.

Introdução

O Colégio Pedro II é uma instituição federal de ensino, localizada no Rio de Janeiro, com 182 anos de existência. Ao longo desses anos, a instituição foi protagonista de vários acontecimentos que marcaram a história em nosso país. Ao atravessarmos as marcas do tempo, veremos que o Colégio adquiriu uma cultura escolar própria, repleta de significados, valores, rituais, normas, bem como um valioso patrimônio voltado para a história da educação brasileira. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar parte deste patrimônio, a partir dos acervos que constituem a Biblioteca

¹ Mestra em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: tatyana_marques@yahoo.com.br.



Histórica e o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes. A metodologia se apresenta como uma pesquisa bibliográfica, com características de pesquisa teórica, uma vez que busca apresentar parte das coleções que formam o patrimônio documental do Colégio Pedro II, atentando-se para os “lugares de memória” (NORA, 1993) presentes na instituição.

Os arquivos, bibliotecas e centros de documentação, na sua concepção de difundir a memória através dos seus documentos, configuram-se como “*lugares de memória*” (NORA, 1993). Esses lugares, de acordo com Pollack (1992), devem ser estabelecidos para que os fatos não sejam esquecidos e permaneçam na história. Além disso, esses espaços proporcionam aos pesquisadores a realização de suas investigações históricas e, por conseguinte, geram conhecimento através da socialização da informação. Nessa perspectiva, Barros e Neves (2009, p. 59) asseguram que o arquivo como lugar de “construção do saber é o mediador que permite o acesso do pesquisador ao objeto da pesquisa ampliando, dessa forma, as possibilidades de avanço para o exercício da produção do conhecimento”.

Assim, cabe ressaltar, no presente artigo, a importância desses espaços de guarda, verdadeiros palácios do conhecimento que, através do tempo, são capazes de reunir vestígios para tornar tangível o passado vivido, contribuindo para a preservação da memória e disseminação do conhecimento. A partir de seus acervos, vários objetos de pesquisa podem ser construídos, ampliando, por exemplo, a compreensão sobre os processos de escolarização no Brasil, até a descoberta de práticas administrativas e pedagógicas dos diferentes sujeitos educativos pertencentes ao Colégio Pedro II.

História, Memória e Arquivo: pontos de ligação para a transmissão do conhecimento

A reflexão que pretendemos apresentar nesta seção reforça a aproximação entre a História e o Arquivo, destacando a importância dos documentos para a prática da pesquisa histórica e para a preservação da memória. A ida aos arquivos tem um significado dentro da prática do historiador, pois sem pesquisa arquivística inexistiria a historiografia. De acordo com Nunes e Carvalho (2005, p. 32),

sucumbe ao risco de girar ao redor de ideias mal esclarecidas e de estereótipos cristalizados, que se reproduzem em artigos e livros. É evidente que a frequência aos arquivos não constitui por si só a solução para as dificuldades presentes na produção existente, uma vez que a renovação da interpretação histórica exige também o debate sistemático no campo da historiografia e o

aprofundamento de certas questões teórico-metodológicas. (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32).

A vinculação entre os arquivos e a história é mediada pelos documentos. Assim, Le Goff (2003), em um dos clássicos dos estudos historiográficos, *Documento/Monumento*, lembra aos que produzirão trabalho histórico ou utilizar-se-ão da história como método de pesquisa de algum outro objeto, que é indispensável o documento, porém, é preciso diferenciar o documento do monumento. O primeiro é “o resquício acidental do passado, que o tempo se esqueceu de corroer por completo, que ninguém possuía a intenção de guardá-lo como objeto de memória, porém, contingencialmente ele sobreviveu” (LE GOFF, 2003, p. 537). Teoricamente, pode-se dizer que Le Goff via no documento uma fonte mais provável de verdade, pois este fazia parte da natureza das coisas que existiram, e não de um construto da memória. Já o monumento, liga-se “à tentativa voluntária das sociedades históricas de perpetuar-se”, quando criam algo para serem lembradas como tais. As pirâmides não são acidentais no presente, mas, antes, foram construções de um povo que queria ser lembrado como grande, criando para tanto uma obra memorial, isto é, com a finalidade de memória. O monumento, de certa forma, liga-se ao poder.

Le Goff (2003) afirma que:

O documento é monumento. Resulta das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...). Todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque um monumento é em primeiro lugar, uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta roupagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos – monumentos. (LE GOFF, 2003, p.538).

É a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história é construída/reconstruída. O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e, também, das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir.

O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. O que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados em relação, constituídos em conjunto. O novo





documento alargado, transformado deve ser tratado como um documento-monumento, segundo Le Goff (2003).

Diante do exposto, colocamo-nos diante da articulação entre história, memória e arquivos. Ao historiador compete se informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, bem como fazer a leitura crítica dos documentos. Do arquivista se espera que evite a formação das lacunas ocasionadas pela dispersão/destruição dos acervos, organizando os documentos de arquivo. Com relação à memória, a ela compete a consolidação de uma história, de uma versão, do papel de determinado grupo social, na preservação ou no esquecimento de certos fatos e seus significados.

Portanto, história, memória e arquivo estão vinculados uns aos outros por meio dos documentos. “Se o documento é o ponto de partida para se conhecer um fato histórico é, também, através dele que podemos revisitar o passado e reinterpretá-lo sob nova ótica” (FÁVERO, 2000, p.103). Os documentos revelam-se como um conjunto de provas/testemunhos da história, constituindo-se em matéria prima essencial para o exercício da pesquisa.

O universo documentário é rico de sujeitos, fatos e contingências. Cabe ao historiador/pesquisador desvendar esse universo através da prática da pesquisa. Tal prática nos permite mapear as fontes documentais disponíveis nas instituições detentoras dos acervos, colaborando para a construção do conhecimento por meio dos múltiplos objetos de pesquisas.

A ida dos pesquisadores aos arquivos: os desafios da pesquisa

De acordo com Nunes e Carvalho (2005), o historiador, ao ir aos arquivos, se depara com dois tipos de dificuldade: uma de ordem mais geral, que compromete a existência das instituições-memória da sociedade e outra, mais específica, que se refere à lógica das instituições que os guardam. Do ponto de vista mais geral, apesar dos esforços em contrário, ainda nos deparamos com a sistemática destruição de fontes históricas e dos suportes da memória coletiva. Do ponto de vista mais específico, as instituições portadoras de acervos impregnam a documentação recolhida com práticas classificatórias diferenciadas das fontes. Sob esses aspectos, é grande a dificuldade encontrada pelo historiador e demais pesquisadores em lidar com uma vasta e diversificada documentação, que muitas vezes se encontram dispersas ou fragmentadas. Sendo assim, o trabalho do pesquisador/historiador se inicia quando diante dos documentos, ele é capaz



de “operar novos recortes, de estabelecer ‘suas fontes’ e criar um espaço de investigação que inclui o tratamento e a interpretação documental” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 33).

O tratamento e a interpretação documental já fazem parte das tarefas executadas pelos profissionais da informação em seu dia a dia. Para organizar o “caos documentário” é imprescindível a atuação dos arquivistas e profissionais da informação, como os bibliotecários, em uma determinada instituição detentora de acervos (arquivos, bibliotecas, centros de documentação). Sem essa organização inicial, as informações ficam desconexas, desarrumadas, e, conseqüentemente, encontrar o que é preciso para a pesquisa torna-se uma tarefa extremamente difícil. “No trabalho com as fontes, aprendemos que, quando penetramos num arquivo, dialogamos com os documentos, procurando compreender o não dito ou aquilo que foi esquecido ou silenciado” (FÁVERO, 2000, p.105). No contato com os documentos, sentimos o prazer de inúmeras descobertas, ou, a angústia de não localizarmos uma informação que nos é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, tendo, que optar, muitas vezes, por outros caminhos de pesquisa. Assim, é fundamental que os acervos das instituições, através dos seus arquivos e coleções, estejam organizados, catalogados, classificados para facilitar a busca do documento e o acesso às informações contidas nos mesmos.

De acordo com Nunes e Carvalho (2005), ir aos arquivos, para o historiador/pesquisador tem um significado, que está vinculado ao poder polivalente de que nos fala Jacques Le Goff: “o poder do doador, do organizador dos acervos e do usuário que os manipula” (LE GOFF, 1984, p. 104 *apud* NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32). Segundo as autoras, o poder do doador vincula-se ao da pré-seleção e das exigências impostas pela instituição receptora do acervo doado. O do organizador refere-se aos mecanismos institucionais de acolhimento, preservação e/ou restauração, classificação e/ou identificação dos conteúdos e estabelecimento das condições de acesso à documentação sob sua guarda. Por fim, o poder do usuário, que está atrelado ao pesquisador, na medida em que a ele existe um vínculo direto com as imposições e os privilégios estabelecidos na instituição que lhe dá sustentação profissional.

Apesar dos documentos serem de suma importância para a realização das pesquisas e para o conhecimento histórico, os pesquisadores ainda se deparam e lidam com muitas dificuldades para desenvolver suas pesquisas. Como podemos observar, Nunes e Carvalho (2005) apontam para algumas barreiras, como as próprias exigências das diferentes instituições detentoras de acervos, que, muitas vezes, impedem ou



restringem o acesso a determinados documentos, seja por serem confidenciais para a instituição, seja para a realização de alguma medida de preservação, tais como higienização, digitalização e microfilmagem.

Inúmeros trabalhos já apontaram para questões que envolvem a preservação do patrimônio documental, e, ainda assim, poucas iniciativas como esta são encontradas, especialmente em lugares como escolas, por exemplo. A ideia de que os arquivos públicos representam “lugares de memória”, posta no século XIX, ainda não chegou em muitas instituições escolares, uma vez que essas instituições ainda sofrem com a falta de recursos, sejam eles humanos, materiais ou financeiros, para preservar seu patrimônio documental. Mas, apesar das dificuldades encontradas com relação à documentação escolar, algumas instituições vêm se preocupando em preservar a sua documentação. É o caso do Colégio Pedro II através do seu Centro de Documentação e Memória (CEDOM).

A criação do CEDOM, por meio da Portaria n. 4231, de 4 de agosto de 2014, ocorreu com o intuito de reunir os setores que concentram um acervo documental sobre a memória/história do Colégio existentes na instituição. São eles: o Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM); a Biblioteca Histórica; o Museu Histórico e a Biblioteca e Centro de Estudos Linguísticos Antenor de Veras Nascentes. O CEDOM está localizado no *Campus* Centro do Colégio Pedro II, na Av. Marechal Floriano, porque três de seus quatro setores constituintes ali já se encontravam e, porque o *Campus* Centro é um “lugar de memória”, um lugar histórico, pois, seu prédio é repleto de uma “aura simbólica”, nas palavras de Nora (1993), além de ter sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1983. Dessa maneira, apresentaremos, a seguir, dois desses setores que integram o CEDOM, repleto de fontes inéditas e ainda inexploradas para a escrita da história da educação brasileira.

A Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II

A Biblioteca Histórica corresponde a Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, sendo fundada no mesmo ano da inauguração do Colégio. Sua menção pode ser localizada no Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838, que contém vários estatutos que tratam da estrutura organizacional da escola. Dentre eles, citamos os seguintes artigos:

Art. 146 - Haverá no Collegio uma bibliotheca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com aprovação do Ministro do Imperio.

Art. 147 – O catálogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando hum dos exemplares em mão do Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Império.



Art.148 – Hum empregado debaixo da direção imediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.

Art. 149 - Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos empregados, debaixo de sua responsabilidade, e aos alunos, por licença escrita do Vice-Reitor.

Art.150 - Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, a não ser renovado o pedido. Quem tomar emprestado um volume fica responsável pela obra inteira. (BRASIL, 1838, p.83).

Como podemos observar na citação acima, era atribuída à Biblioteca um lugar de destaque na estrutura organizacional da instituição, uma vez que estava inserida no processo de ensino aprendizagem dos discentes. Além disso, o Reitor que estava à frente do estabelecimento no ano de 1838, considerado a autoridade máxima do educandário, era o franciscano Frei Antonio de Arrábida, Bispo de Anemúria, que curiosamente, foi o primeiro bibliotecário da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro.

Tendo em vista que a Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II teve o seu acervo escolhido pelo Reitor, podemos inferir que as obras que a constituíram eram preciosas, uma vez que seu acervo deu suporte ao ensino das seguintes disciplinas: “línguas latina, grega, francesa e inglesa, além de retórica e dos princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astronomia” (BRASIL, 1837, p. 60). Esse acervo constitui, atualmente, à Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II, sendo considerada, portanto, um “lugar de memória”.

Para Castro (2006, p. 4) “a biblioteca é um espaço de memória e fonte de inspiração e objeto dos homens em todas as civilizações e em todos os tempos”. Esses espaços de guarda desempenham o papel fundamental de salvaguardar e preservar a memória individual e coletiva de uma sociedade, permitindo a evocação de lembranças através dos diferentes tipos de suportes.

Composta por um Acervo Antigo, a Biblioteca Histórica reúne obras raras e/ou preciosas do século XVI ao século XX, que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio Pedro II. Abrange uma vasta coleção de obras de assuntos gerais, nos diversos ramos do conhecimento, sendo grande parte delas escrita no idioma francês. A obra mais antiga da coleção é de Joannes Scapula, de 1580, intitulada *Lexicon Graecolatinun Nouum*. Além de obras diversas, esse acervo reúne, também, diversos periódicos, perfazendo um total aproximado de 20.000 volumes. Incluem-se aí textos e coleções que fundamentam a educação no Brasil desde o século XIX.



O acervo antigo está dividido em seções, destacando-se: Astronomia, Atlas, Biografia, Biologia, Botânica, Brasileira (coleção), Ciências (incluindo história natural, paleontologia, oceanografia, meteorologia, antropologia), Coleção Labor, Dicionários, Direito, Discursos, Documentos brasileiros, Economia, Educação, Filosofia, Física, Geografia, Geologia, Geometria, Matemática, Medicina, Mineralogia, Política, Psicologia, Química, Religião, Sociologia, Tecnologia, Zoologia.

A seção “História” está dividida em: Antiga; da América do Norte; da América do Sul; da Espanha; da França; da Grécia; da Inglaterra; da Itália; de Outros países da Europa; de outros países do mundo; de Portugal; de Roma; do Brasil; dos países asiáticos; geral/universal; medieval; moderna. Há, também, uma vasta coleção sobre a história do Rio de Janeiro.

A seção “Línguas” está dividida em: alemã; espanhola; francesa; italiana; portuguesa; línguas exóticas (incluindo orientais, arcaicas e mortas).

Por fim, a seção “Literatura” está dividida em: alemã; americana; brasileira; de língua espanhola; de outras línguas; francesa; grega; inglesa; italiana; latina; portuguesa.

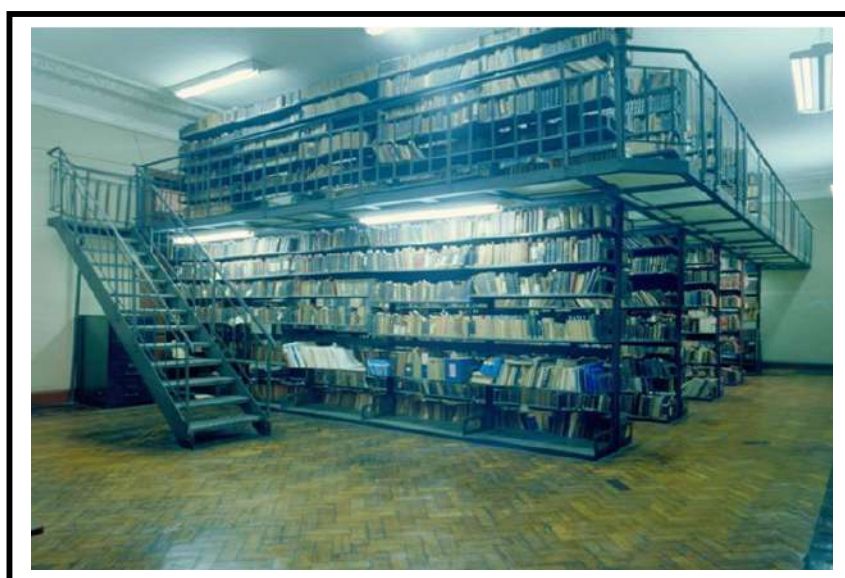
Desde o momento em que o antigo Imperial Colégio de Pedro II foi dividido em duas instalações físicas, por meio do Decreto n. 2.006, de 24 de outubro de 1857, a Biblioteca Histórica é considerada a Biblioteca do antigo Externato do Imperial Colégio. Configura-se, hoje, no mais antigo espaço de preservação da memória institucional do Colégio Pedro II.

Em Relatório concernente ao ano de 1918, pelo então Diretor da instituição, Carlos de Laet, a Biblioteca do Externato encontrava-se desamparada, sem que os livros estivessem catalogados e arrumados. Em virtude do falecimento do bibliotecário Dr. Eutropio Pereira de Faria, foi nomeado ao cargo Cecílio de Carvalho, Bacharel em Letras, que desempenhava a função de inspetor suplementar de alunos. Neste período, a Biblioteca do Externato contabilizava 9.524 livros, dos quais a metade, segundo informou Laet (1918), necessitava de reencadernação. O serviço de catalogação foi então iniciado e o responsável pela reorganização da biblioteca providenciara a arrumação da biblioteca.

Em 1922, no 1º andar do edifício no *Campus* Centro, foram armadas estantes de aço mandadas vir da Alemanha, por intermédio da Casa Hermann Stoltz, fornecedora do mobiliário. Após assentamento das peças metálicas que deveriam constituir a armação das estantes da Biblioteca do Externato, a nova dependência garantiu melhoramentos para a Biblioteca, uma vez que foi ampliada a sua capacidade de receber e acomodar mais livros.



Figura 1 – Estante de aço que compõe o acervo da Biblioteca Histórica



Fonte: Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II

Um ajudante de bibliotecário, o Sr. Tancredo França Junior, também se verificou no período de 1922. Além de aquisição por compra, a Biblioteca recebeu inúmeras doações, sejam elas feitas por professores, autores, sociedades científicas e literárias, assim como editoras. (LAET, 1922).

O último inventário realizado na Biblioteca Histórica ocorreu entre o ano de 1988 e 1991. Fizeram parte da equipe os seguintes funcionários: as bibliotecárias Carolina Lane Cortes Brasília e Maria de Fátima Prôa Melo; o redator Ângelo Gil Pereira Coelho; a técnica administrativa Ana Maria Lentini; o administrador Carlos Alberto Esmeraldo de Melo; os assistentes em administração Edno Dagne, Alberto de Mattos Júnior e Hélio José de Oliveira Fonseca, à época estudante de Letras. Optou-se pela separação das obras



por assuntos, de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), respeitando a ordem que já constava no acervo.

No andar térreo encontram-se as coleções de Filosofia, Religião, Política, Economia, Economia Política, Psicologia, Direito, História (Geral, Universal, Antiga, de Roma, da Grécia, Medieval, Moderna, da Inglaterra, da França, de Portugal, da Espanha, de outros países da Europa, da América do Norte, da América do Sul, do Brasil, dos países asiáticos, de outros países), Dicionários, Discursos, Sociologia, Periódicos, Matemática, Geometria.

No mezanino, segundo andar, estão as seguintes coleções: Documentos Brasileiros, Brasileira e Labor, Literatura e Língua Alemãs, Literatura e Língua Portuguesas, Literatura Brasileira, Literatura e Língua Italianas, Línguas Exóticas, Literatura Grega, Literatura Latina, Literatura e Língua Inglesas, Literatura Americana, Literatura e Língua Espanholas, Literatura e Língua Francesas, Literatura de outras línguas, Física, Química, Mineralogia, Geologia, Biologia, Botânica, Zoologia, Ciências, Astronomia, Tecnologia, Medicina, Artes, Geografia, Biografia, Diversos, Atlas. (VIANNA, 2016).

A Biblioteca Histórica foi dirigida, por uma mesma Bibliotecária, durante longos anos. Porém, no ano de 2017, após o seu falecimento, seu lugar foi ocupado por uma nova Bibliotecária pertencente ao quadro de servidores do Colégio Pedro II. Até o momento, a Biblioteca Histórica não conta com uma equipe de funcionários e, de forma lenta e gradual, está sendo reorganizada, passando por higienização, inventário, catalogação e classificação.

O envolvimento de todos em prol da preservação do patrimônio documental do Colégio Pedro II é estritamente necessário e recentemente estamos iniciando um Projeto intitulado “*Bibliothope*” que reunirá docentes e discentes para garantir novamente o seu pleno funcionamento, assim como da Biblioteca e Centro de Estudos Linguísticos Antenor de Veras Nascentes, conscientizando-os sobre a importância desses patrimônios (educação patrimonial) e relacionando os mesmos as disciplinas que lhes são ofertadas diariamente na instituição.

A Biblioteca e Centro de Estudos Linguísticos Antenor de Veras Nascentes



A coleção de Antenor Nascentes possui um acervo de aproximadamente 13.000 itens, entre livros, artigos de periódicos, postais raros, correspondências ativas e passivas, periódicos diversos, obras de referência etc.

Segundo a Revista da Academia Brasileira de Filologia (2014, p. 10) “[...] Antenor Nascentes foi um dos maiores nomes dos estudos linguísticos e filológicos do país [...]”. Além de ex-aluno do Colégio Pedro II, foi também professor Emérito da referida instituição de ensino. Em 1919, foi vencedor no concurso para ocupar a cadeira de Espanhol, tendo obtido o 1º lugar. Foi o primeiro professor catedrático de Espanhol do Colégio Pedro II e, nove anos depois, transferiu-se da cátedra de Espanhol para a de Português, através do Decreto de 23 de janeiro de 1928.

Romanista, professor, autor, gramático, dicionarista, tradutor, dentre tantos outros atributos que lhe podem ser dados, Antenor possui uma vasta trajetória de estudos, sendo o seu acervo de grande relevância para pesquisas nos diversos ramos do conhecimento. Algumas de suas publicações tiveram destaque, tais como: *Idioma Nacional*, *O Linguajar Carioca*, *Estudo da Fraseologia Brasileira*, *Efemérides Cariocas*, *Bases para Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* e seus diversos Dicionários, dentre eles o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*.

Figura 2 – Professor Antenor Nascentes



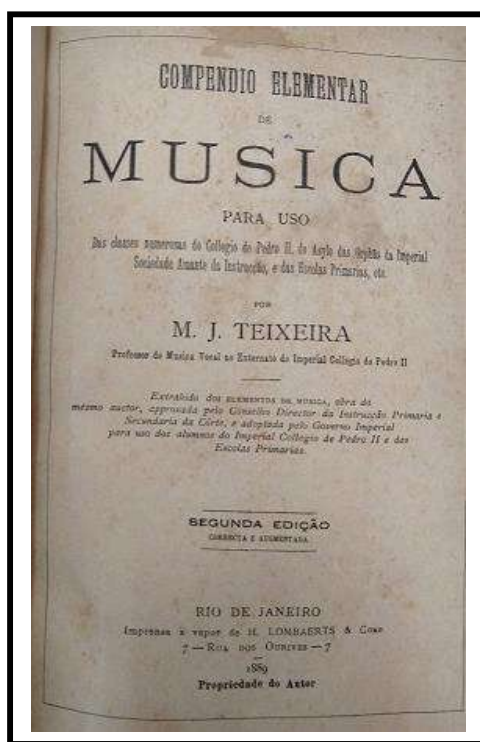
Fonte: Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II



A Biblioteca e Centro de Estudos Linguísticos Antenor de Veras Nascentes, além de reunir livros, periódicos, obras de referência, tais como Dicionários, Almanques e Enciclopédias, contém objetos pessoais do autor, tais como máquinas de escrever, objetos de arte e móveis.

A seguir, destacamos a imagem de um manual didático, que foi adotado pelo Colégio Pedro II durante as aulas de Música. O compêndio de Música utilizado, foi, inclusive, escrito por um dos docentes da referida disciplina, o professor M. J. Teixeira.

Figura 3 – Acervo Antenor Nascentes



Fonte: Biblioteca e Centro de Estudos Linguísticos Antenor Nascentes

O professor Mathias José Teixeira (1829-1909), baiano, foi o quarto mestre de Música do Colégio Pedro II e o que permaneceu por mais tempo na instituição durante o século XIX, atuando entre 1866 e 1899. Em 07 de fevereiro de 1866, substituiu José Joaquim Goyano, sendo nomeado em 28 de agosto de 1867. Desde 1866 atuou simultaneamente como professor do Internato e do Externato até 1875, quando passou a



lecionar somente neste último. Na imagem acima, podemos visualizar o compêndio de Música, que, faz parte da Coleção de Antenor Nascentes.

Considerações Finais

O presente trabalho apresentou parte do patrimônio documental presente no *Campus* Centro do Colégio Pedro II, especialmente, o que está sob a guarda da Biblioteca Histórica e do Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes. Com um acervo vasto e valioso, suas fontes são fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação. Por meio dos documentos ali reunidos é possível compreendermos, por exemplo, como o currículo era constituído, as normas de conduta estabelecidas, dentre outras temáticas. Esse acervo torna-se central para a construção da memória social da referida instituição de ensino, devendo, portanto, ser preservado para as futuras gerações.

Como guardiões de fontes de informações únicas, esses espaços de memória institucional possibilitam a construção de diferentes pesquisas, em todos os ramos do conhecimento, sendo capazes de fornecerem elementos significativos sobre o passado da instituição, sobre a história da educação brasileira, os sujeitos que lá circularam, além das práticas sociais e educativas que foram lá exercidas.

Ressaltamos a importância de as instituições escolares preservarem seus acervos, pois, esses documentos de origens diversas ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas na reconstrução da memória histórica da instituição escolar e, também, da escrita da história da educação brasileira em seus múltiplos aspectos.

A memória se apresenta, portanto, como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente a manutenção da coletividade, e para a identificação individual dos sujeitos. Neste contexto, destacam-se os espaços representativos de informação que comumente são denominados de “lugares de memória”. Esses “lugares de memória” são representados pelas instituições detentoras de acervos diversos, tais como as bibliotecas, os arquivos, centros de documentação/informação.

Por meio desses acervos, constituídos de documentos diversos, o historiador/pesquisador vai tecendo a sua história, uma vez que um determinado



documento é capaz de desvelar inúmeros problemas, práticas, enfim, é capaz de “contar” inúmeras histórias. O documento deve ser visto, por conseguinte, como objeto de construção histórica. Ele possibilita problematizar certas categorias sociais, determinados grupos e delinear a especificidade do objeto a ser pesquisado.

As instituições detentoras de acervos buscam ampliar a sua posição unilateral de guardiões da memória a espera dos cientistas/pesquisadores e de suas respectivas pesquisas. Estes espaços servem a toda sociedade, independentes de interesses particulares. Consubstanciar a relação arquivo e sociedade é um dos grandes desafios para os profissionais da informação.

Data de Submissão: 07/04/2020

Data de Aceite: 28/07/2020



Referências Bibliográficas:

- BARROS, Dirkene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Revista TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1 p. 55-61, 2009.
- BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. **Coleção das leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, v.1, pt. 2, p. 59-61, 1837.
- BRASIL. Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838. *In: Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1838.
- CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco do conhecimento: um olhar sobre “O nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2026>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- CHOERI, Wilson. Antenor Nascentes. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, n.14, p. 8-21, 2014. Disponível em: <http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, Memória e Documentação: desafios de novas tecnologias. *In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. p.101-116.
- LAET, Carlos de. **Relatório concernente ao anno lectivo de 1918 apresentado ao Exmo. Snr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1919.
- LAET, Carlos de. **Relatório concernente ao anno lectivo de 1922 apresentado ao Exmo. Snr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1923.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: LE GOFF, Jacques. História e Memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003. p.525 -539.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História. v.10, 1993.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.17-62.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

VIANA, Glória. **Leitores e livros no Imperial Colégio Pedro II**. Disponível em: http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/abralic/leitores_livros.doc. 2016. Acesso em: 20 jun. 2019.



PESQUISA DOCUMENTAL: DIÁLOGOS E CAMINHOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA CULTURAL

MANUELA CICONETTO BERNARDI¹



Resumo

O artigo busca contribuir com o debate das investigações documentais sob a ótica da História Cultural. O levantamento teórico-metodológico tem como base autores da História Cultural, como Burke (1992, 2008), Chartier (1990, 1991, 2001), Certeau (1982), Febvre (1989), Le Goff (1990a, 1990b) e demais pesquisadores que dialogam com a temática. Ao longo do trabalho, é realizada a conceituação e importância dos documentos, o desenvolvimento da História Cultural, discussão sobre os elementos que emergem nas pesquisas para, por fim, elencar os possíveis caminhos ao realizar a investigação. As discussões mostram que o pesquisador deve cuidar ao selecionar e coletar as fontes, realizando uma busca ampla e focada, levando em conta a seletividade, organização dos documentos, o abandono da veracidade documental, com uma pesquisa que possa elencar as várias perspectivas, problematizando o *corpus* e tendo ciência da atuação mediadora que fará. Elementos que darão suporte para a validação científica da pesquisa documental através da História Cultural.

Palavras-chave: História. História Cultural. Pesquisa documental.

Abstract

The article seeks to contribute to the debate on documentary investigations from the perspective of Cultural History. The theoretical-methodological survey is based on authors from Cultural History, such as Burke (1992, 2008), Chartier (1990, 1991, 2001), Certeau (1982), Febvre (1989), Le Goff (1990a, 1990b) and other researchers that dialogue with the theme. Throughout the work, the conceptualization and importance of documents is carried out, the development of Cultural History, discussion of the elements that emerge in the research to, finally, list the possible paths when carrying out the investigation. The discussions show that the researcher must be careful when selecting and collecting the sources, carrying out a broad and focused search, taking into account the selectivity, organization of the documents, the abandonment of the documentary veracity, with a research that can list the various perspectives, problematizing the corpus and being aware of the mediating performance it will perform. Elements that will support the scientific validation of documentary research through Cultural History.

Keywords: History. Cultural History. Documentary research.

Considerações iniciais

A História Cultural, abordagem do campo da História, teve o campo historiográfico revisto nas últimas décadas, com fontes ampliadas aos interessados por

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação de Caxias do Sul (UCS) e bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: mcbernardi1@ucs.br.



esta forma de investigação, que emergiu de diversas áreas (BURKE, 1992), tanto a nível de Graduação como de Pós-Graduação, apoiados, em partes, pelas Linhas de Pesquisa. Uma das possibilidades de investigação é a utilização de fontes documentais e seu diálogo com a História Cultural abre diversas possibilidades e olhares ao pesquisador.

O objetivo deste estudo é discutir a investigação documental sob a perspectiva da História Cultural, justificado em virtude das possibilidades que os documentos oferecem, além disso, a ênfase de discussão se situa na maneira como o pesquisador se põe diante das fontes documentais. Em se tratando do aporte teórico-metodológico, o estudo é desenvolvido por meio de bibliografias², objetivando a coleta de informações para a discussão da temática proposta, sendo apoiada pelos autores³ da História Cultural, como Burke (1992, 2008), Chartier (1990, 1991, 2001), Certeau (1982), Febvre (1989), Le Goff (1990a, 1990b) e demais interessados em investigações documentais e/ou na História Cultural que produziram diálogos profícuos para a temática.

Por conseguinte, o estudo inicia-se na discussão conceitual de documento e na sua importância, sob o ponto de vista da documentação, léxico da língua portuguesa e arquivologia. Na sequência, é tratado o desenvolvimento da História Cultural e como é realizada a investigação pelos pesquisadores atualmente para, em seguida, pensar no documento sob esta perspectiva e quais elementos emergem desta ótica, tais como as possibilidades de investigações advindas da tecnologia, o trabalho na seleção e organização das fontes, o olhar do pesquisador sob elas, o confronto e o diálogo entre as diferentes fontes, como se dá a análise dos documentos e atuação do investigador na pesquisa.

As discussões realizadas levam, ao fim do estudo em que são elencadas, os possíveis caminhos ao pesquisador na investigação documental, sendo que a pesquisa deve ser realizada através da seleção de fontes com vistas à resolução do problema de

² A seleção dos autores que embasam este trabalho ocorreu por dois motivos: pensando nos que contribuíram com a mudança do discurso historiográfico para a investigação documental e por eles serem constantemente referenciados quando a temática se trata da História Cultural. Apesar disso, a seleção não esgota as fontes e não visa uma revisão exaustiva da literatura, tendo em vista a necessidade de recorte para a discussão, o mesmo foi realizado com a ciência de que muito já escrito e desenvolvido, tanto no que concerne à pesquisa documental quanto à História Cultural mas que a questão da investigação documental sob a ótica da História Cultural ainda apresenta lacunas, como é o caso da maneira do pesquisador se pôr diante das fontes documentais, fator que possibilita e justifica a existência desse estudo.

³ A recuperação das obras foi realizada através da verificação de trabalhos (periódicos, dissertações e teses) que utilizam a abordagem da História Cultural. Desta verificação conforme já citado, foram priorizados autores referenciais.



pesquisa, com uma busca ampla e ao mesmo tempo focada, levando em conta a seletividade dos documentos, cuidado na organização do *corpus* selecionado, elencando, na produção do trabalho, as inúmeras facetas do objeto, sendo necessário o abandono da veracidade e supremacia documental, além de uma pesquisa que possa incluir o objeto sob diferentes perspectivas, sem esquecer, ao longo do trajeto de pesquisa, de problematizar os documentos e, por fim, o pesquisador deve ter ciência da sua atuação mediadora. Elementos que são considerados como suportes para a validação do conhecimento científico em uma pesquisa documental que utiliza a História Cultural.

A pesquisa documental em diálogo com a História Cultural

Tendo como ponto central a investigação documental, pensa-se, inicialmente, no conceito de documento, que para Cellard (2008, p. 296) “representa em si um desafio”. Sob a ótica da documentação, ainda na década de 1930, para o autor Otlet (2018), um dos precursores do estudo da documentação e ciência da informação, documento era o que retratava por sinais gráficos os objetos, feitos e ideias. A amplitude do termo pode ser percebida quando ele afirma que “as coisas materiais em si (objetos) podem ser consideradas documentos quando se colocam como elementos de estudos ou provas de uma demonstração” (OTLET, 2018, p. 217), desta forma, para ele, tudo o que representasse algo, seria considerado documento.

O que não difere se compararmos ao léxico, já que, de acordo com o dicionário Houaiss e Villar (2001, p. 1069), documento será “[...] qualquer escrito usado para esclarecer determinada coisa; qualquer objeto de valor documental (fotografias, peças, papéis, filmes[...]) que elucide, instrua, prove ou comprove cientificamente algum fato [...]”. Tendo ciência da amplitude conceitual, reflete-se sobre a importância da investigação documental em uma pesquisa científica,

[...] não só porque é com relação a eles [documentos] que o problema das fontes é mais complexo, mas também por que contém informações inestimáveis (muitas vezes inéditas!), necessárias ao cotejo e crítica de informações provenientes de outras fontes e da própria historiografia [...] já produzida. Sem a pesquisa arquivística, essa historiografia, no limite, inexistente. Sucumbe ao risco de girar ao redor de ideias mal esclarecidas e estereótipos cristalizados que se reproduzem em artigos e livros (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 26).

Sob a perspectiva assumida pelas autoras, é possível afirmar que o documento se põe como importante fonte, possuindo informações valiosas, por vezes únicas, também pontuado por Cellard (2008, p. 295), que acrescenta o seu valor à pesquisa histórica



quando afirma que “não é raro que ele [documento] represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas”. Ademais, Nunes e Carvalho (1993) explicam que os documentos devem ser utilizados no confronto com outras fontes, ação que também é explicada por Toledo e Gimenez (2012) como um fator necessário para o embasamento com vistas à produção do conhecimento científico.

Porém, ao tratarem da arquivística como ponto central da investigação, ao relegarem artigos e livros, Nunes e Carvalho (1993), trazem de maneira sutil a possibilidade de discussão da classificação das fontes (primárias, secundárias...) ⁴, também abordadas por Toledo e Gimenez (2012, p. 110), sendo que estes ⁵, a trazem como uma volta “necessária e urgente” às pesquisas históricas, que irá diferir da visão assumida pela História Cultural. A autora Saliba (2009), dialogando com as proposições da História Cultural, alerta que esta discussão é inócua, pois a importância dependeria do ponto de vista de cada pesquisador.

Concordando que, perante a História Cultural, a discussão em relação à classificação seria insignificante, explica-se que independente da mesma não é possível desconsiderar que existem inferências, mas, sob o viés da História Cultural, o pesquisador é que irá selecionar e ver a importância do documento a depender do problema de pesquisa, o que Toledo e Gimenez (2012) também pontuam como um dos fatores para a seleção das fontes, estas inferências poderão inclusive servir para a análise dos documentos de forma crítica.

É possível observar ainda, o documento como suporte da “memória”, o autor Nora (1993) explica que a memória, ao ser registrada, passa a fazer parte da História e que seria a “constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15), enfatizando o armazenamento dela por meio do suporte, aqui trabalhados como documentos, porém é necessário ter ciência que são “memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade” (LUCHESE, 2014, p. 149), já que são vestígios de uma memória, de um

⁴A classificação de fontes é utilizada em outras áreas como na Biblioteconomia, e tem como função, mostrar a proximidade com a fonte de “origem”, e é justamente neste ponto que entra em confronto com as proposições da História Cultural, que investe na desconstrução da visão da “origem” e vê no que o pesquisador objetiva a coleta das fontes, e assim tende a desconsiderar as classificações previamente postas.

⁵Para a compreensão, Toledo e Gimenez (2012), explicam que as fontes primárias remeteriam à problematização da pesquisa, no caso de documentos, seriam fontes originais que foram arquivadas ou digitalizadas; Já como fontes secundárias, os autores explicam serem produzidas de maneira indireta, e que apesar de importantes, abrem brechas de interpretações.



indivíduo e de um tempo ligado ao contexto e registrado por uma determinada visão, elementos que serão discutidos mais à frente.

Fica evidente, até o momento, a amplitude do conceito de documento e a importância de uma investigação documental para a historiografia, sendo, por vezes, fundamental quando outra fonte não é passível de investigação. Desta forma, ela deve ser debatida constantemente e sob a abordagem da História Cultural relacionada ao movimento realizado pelo pesquisador, tanto ao longo do percurso metodológico como a posição dele diante das fontes investigadas.

Em se tratando da História Cultural, pode-se dizer que a partir da primeira metade do séc. XX emergiu a necessidade de uma visão crítica acerca da veracidade do conhecimento científico (LE GOFF, 1990b), passando pelo movimento realizado pela Escola dos *Annales*⁶, seguido do giro linguístico, que impôs aos pesquisadores questionamentos acerca do fazer historiográfico e o estabelecimento de novos debates e abandono de concepções antes comuns à área, propiciando, posteriormente, o surgimento da chamada “nova” História Cultural.

Se antes uma pesquisa seria construída a partir da descrição dos documentos, agora sob o olhar da “nova” história cultural sua produção se dá através de uma representação histórica, articulada a um lugar social (CERTEAU, 1982), por inúmeros caminhos (CHARTIER, 1990) incluindo a análise do social, do cultural (REVEL, 2009; CERTEAU, 1982), do popular, do que não foi dito (CERTEAU, 1982), do escrito também nas entrelinhas (BURKE, 1992), por meio de representações (CHARTIER, 1991) e de elementos que agora são vistos ou, então, revistos sob outra ótica, isto é, “ressignificando e produzindo novas matizes historiográficas” (LUCHESE, 2014, p. 148), com novos métodos (BURKE, 1992; CERTEAU, 1982; CHARTIER, 2001) e em relação aos documentos, assim como defendido por Febvre, ao longo de *Combates pela História*, há um movimento para a ampliação conceitual, transpondo novas perspectivas para a área.

Saber, mesmo que de forma breve esse processo e ter o período como complexo com a produção de pontos positivos e negativos para a redefinição da própria história, de acordo com Revel (2009), é fundamental para compreender a transição entre a escola historiográfica clássica para a abordagem assumida pela “nova” História Cultural. A expansão e renovação da História Cultural ampliou as possibilidades de pesquisas, essa

⁶ Girou em torno do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch.



transição emergiu de uma história nascida “contra a história positivista do século XIX” (LE GOFF, 1990b, p. 28) e sobre a utilização de documentos. O mesmo autor complementa que “ela substituiu a história [...] fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos [...]”, mudança que estabelece um diálogo com a conceituação de documentos já explorada do autor Otlet (2018) e do léxico, complementando o autor Cellard (2008, p. 296) sintetiza que “de fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte, como é mais comum dizer, atualmente”.

Diante destas questões, pensando na investigação documental, a história agora não será mais escrita baseada unicamente no que os documentos constam e na “escrita em registros oficiais” (BURKE, 1992, p. 13), mas analisada de forma complexa com todo e qualquer documento, atentando para a produção, guarda, caso seja um documento escrito, a análise da escrita através do questionamento e relações com outras fontes, investigação acerca do autor, do contexto, e mesmo do que não foi escrito (FEBVRE, 1989), além de tantos outros elementos, antes desconsiderados, que irão dialogar para que a produção seja feita no âmbito desta “nova” História Cultural. Ao assumir este tipo de investigação, sob a amplitude do que é e como analisar este documento, atualmente muitos obstáculos se põem à frente do pesquisador que deve realizar a chamada “operação historiográfica”⁷, de forma cautelosa e com apoio teórico-metodológico que a suporte e a valide como conhecimento científico.

Um destes obstáculos é a busca em acervos e bases de dados. É preciso ter ciência que a produção de informações cresce de modo substancial e em uma velocidade constante, já que “nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume [...] [e] meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio” (NORA, 1993, p. 15). O que o autor alerta é a ênfase dada por uma necessidade de existirem vestígios, certamente este acúmulo estaria ligado à preservação do passado e de certa forma de querer salvaguardar a memória.

Atualmente, “o armazenamento de grandes volumes de informação [...] tem facilitado os acessos, usos e cruzamento de informações” (LUCHESE, 2014, p. 151) e a *internet*, com a digitalização, possibilita a recuperação de informações que antes não estavam disponíveis ou que o acesso era difícil (TOLEDO; GIMENEZ, 2012), o que,

⁷ Termo pontuado por Certeau (1982) que a compreende como uma investigação que combina um lugar social, práticas e a escrita.



consequentemente, possibilita a recuperação de forma facilitada e de modo ágil. Apesar de existirem custos devido à guarda e ao acesso, os pontos positivos ao utilizar este recurso se sobressaem, como é o caso da conservação dos documentos, já que os originais não serão manipulados, além da ampliação e democratização de acesso da população. Contudo emerge a questão da limitação do pesquisador pelas bases de dados, condição que o faz crer ter um *corpus* documental satisfatório quando outras e diferentes fontes encontradas dentro e fora da *internet* podem trazer novas perspectivas e olhares sobre a temática investigada. Duas vias que parecem contraditórias, mas não são, ambas devem ser levadas em conta na investigação.

A ida aos acervos, apesar de todas as possibilidades advindas da tecnologia, é destacada por Luchese (2014), como fundamental em algumas pesquisas. Bibliotecas e acervos pessoais também são fontes riquíssimas em informações, mas o processo de consulta e a coleta provenientes desses acervos devem ser respaldados, principalmente, nas instruções advindas da instituição mantenedora ou dos indivíduos que os possuem, no caso de acervos públicos e bibliotecas, geralmente existem políticas que orientam o manuseio, permissão e forma de coleta das informações, cabendo ao pesquisador segui-las, além de, zelar pela preservação dos documentos quando são examinados.

Outro elemento, é a quantidade de informações, já que o excesso pode ser um problema. A disponibilidade de documentos pode levar o pesquisador à coleta de um *corpus* documental extenso demais, o que não se limita às pesquisas que utilizam recursos tecnológicos. O cuidado na quantidade de documentos coletados é fundamental para que o pesquisador se dirija ao problema de pesquisa e às questões que emergem dele, sem desviar o assunto. Na produção *O sabor do Arquivo*, a autora Farge (2009, p. 66) explica que “não há como dispensar informações” na coleta e, apesar dela, utilizar uma abordagem acurada e interdisciplinar sobre as aventuras de pesquisar em arquivos, é necessário cuidado com o recolhimento de todo e qualquer material, pois o pesquisador deve estar atento ao excesso que pode levar a perda de foco, entretanto, o objetivo é a coleta de todas as pistas que tragam informações relevantes (CELLARD, 2008) e que respondam ao problema que o pesquisador se propôs.

Quanto a seletividade documental, é preciso ter ciência de uma seleção prévia dos documentos e que o pesquisador precisa levar em conta a razão de sua permanência no acervo, motivo também sobre o qual inúmeras outras fontes foram descartadas. Também, é preciso levar em conta que a escolha dos documentos que o pesquisador fará, será outra e uma nova seleção, já que ele decide o que irá entrar ou não como



corpus (CHARTIER, 1991; BURKE, 2008). Essas duas perspectivas, levam à síntese que mesmo antes de pesquisar há uma seleção e que irá ocorrer outra pelo pesquisador para, por fim, constituir o *corpus* documental da pesquisa.

Com o *corpus* de pesquisa selecionado, é necessário realizar a organização dos documentos. De acordo com Cellard (2008), o erro dos pesquisadores é a urgência em analisar os documentos sem antes fazer um inventário e uma seleção mais rigorosa, o que, de fato, corrobora para uma pesquisa dispersa. A urgência pontuada por Cellard (2008) requer o oposto, paciência do pesquisador nesta etapa com a leitura e análise de todos os documentos, inventário do que foi coletado, interpretação e reelaboração deles, “precisam ser montados e desmontados e nesse processo emergem categorias de análise” (LUCHESE, 2014, p. 150), por meio de agrupamentos, anotações, esquemas, sínteses ou quaisquer outras formas escolhidas a depender dos pesquisadores que irão apoiar a sua investigação. Estes registros serão a base para o processo de confronto de dados, aprofundamento e, por fim, tornar-se-ão subsídios à narrativa final. Porém, devemos compreender que existem elementos que o pesquisador deve levar em conta no processo. Le Goff (1990a) propõe a reflexão quando afirma:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990a, p. 547).

Fica evidente a questão da seletividade dos documentos sua escrita, mas também cabe pontos levantados por Le Goff (1990a), como o contexto, o lugar e quem produziu a fonte. Estes mesmos elementos são elencados por Luchese (2014) quando os situa como norteadores da análise documental ao pesquisador, adicionando também a finalidade, os interlocutores, informações, opiniões, discursos e elementos discursivos que a fonte apresenta. Quanto à produção, o autor Chartier (1991) explica que as fontes serão marcadas de representações, são interpretações, logo, se cada produtor deixa marcada a sua interpretação do fato, existem diversas versões sobre um mesmo acontecimento, a depender da fonte utilizada e o resultado é a representação do fato pela visão dos sujeitos que a narraram, seja de forma consciente ou não (LE GOFF, 1990a), mas que trará a intenção deste sujeito (CHARTIER, 1991).

Se há marcas a depender da fonte, também não é possível dizer que ela possui uma única verdade, de acordo com o autor Burke (2008), os pesquisadores devem olhar as fontes com cuidado, ao analisar esta “veracidade”. A ausência de verdade absoluta



torna o olhar amplo pois “não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador” (LE GOFF, 1990b, p. 32), porém cabe a atenção que “a busca da verdade e da autenticidade pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e de nossa cultura” (SALIBA, 2009, p. 325), mas tendo o pesquisador, ciência que este caminho não é único, nem produzido por um ponto de vista, como uma árvore que se ramifica, devem ser elencadas as diversas “verdades” do objeto investigado.

Em se tratando das questões ligadas à veracidade, é preciso tomar cuidado com a visão positivista na pesquisa documental, que ainda se encontra muito presente nos estudos da área, da qual os documentos são levados à supremacia e à veracidade por si só (TOLEDO; GIMENEZ, 2012). É o caso das pesquisas mais antigas, ligadas ao paradigma tradicional com base na descrição de fatos e investigações ligadas à História Política (BURKE, 1992), sobre sujeitos influentes, fatos marcantes, que não abordavam situações comuns do cotidiano, do social, entre tantos outros elementos antes não investigados. Porém, o compromisso com a verdade permanece, mas agora voltando-se a uma compreensão diferenciada.

A história a partir dos documentos, sob a História Cultural, conforme apontado por Le Goff (1990a), deve ser vista do plural, pois muitas são as histórias, entre elas a história administrativa, política, biográfica, intelectual, religiosa e econômica. Sendo que a produção discursiva resultante da investigação destas histórias mostram o caráter multifacetado da investigação (NUNES; CARVALHO, 1993) e estes elementos devem ser interligados para a compreensão dos fatos, o que também reafirma a característica atual da História Cultural e seu diálogo interdisciplinar (LE GOFF, 1990b), iniciada pelas ideias manejadas por Lucien Febvre ainda na emergência dos *Annales*.

Outro ponto fundamental de discussão, em se tratando da História Cultural, é a problematização, elemento que se tornou uma marca das pesquisas da abordagem. De acordo com Febvre (1989, p. 31) o questionamento se torna necessário porque “se não há problemas, não há história” (FEBVRE, 1989, p. 31), explicado pela noção que os registros “não falam por si” (TOLEDO; GIMENEZ, 2012, p. 116), o que, de certa maneira, coloca a proposição de questionar como uma nova forma de fazer história e que vê na antiga uma delimitação ao narrar os acontecimentos, esta questão é claramente evidenciada em *Combates pela história*. A compreensão das várias perspectivas de um fenômeno, então, só é realizada com base nas possibilidades que emergem ao pesquisador problematizar as fontes, ou como explica Farge (2009, p. 19)



“sua história existe apenas no momento em que são confrontados com certo tipo de indagações, e não no momento em que são recolhidos...”, mostrando a importância da problematização ao realizar a investigação sob esta ótica. Essa problematização é elencada através de inúmeros termos entre os pesquisadores, como “criticidade”, “questionamento” e “críticas”. A autora Saliba (2009) explica que ao falar em “análise documental” já seria esta uma forma sofisticada de explicar a “crítica das fontes”, apesar de compreender sua acepção, observa-se que a análise documental estaria direcionada à reelaboração do documento, não só pela problematização, mas na sua construção, de forma ampla para utilizá-lo como fonte de pesquisa, ademais, a utilização dos termos não é consensual e também depende das áreas e abordagens. Independente do termo, ainda em se tratando da problematização, o autor Le Goff (1990a) sinaliza que

É preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as suas lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos (LE GOFF, 1990a, p. 109).

O que Le Goff (1990a) propõe é a problematização, não só com base no que é dado, mas com vista ao que inexistente, ao que permanece oculto ou nas entrelinhas da pesquisa documental. Diálogos análogos podem ser percebidos com o autor Certeau (1982) quando explica os passos de uma pesquisa, por primeiro isolar um documento, para então desconfigurá-lo e constituir novamente as peças, já Farge (2009, p. 91) explica que “trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersões, forjam-se perguntas a partir de silêncios e balbucios”. Visões que se encontram de forma sutil ou enfática, mas permanecem constantemente presentes em diversos autores da área e que embasam a continuidade da problematização dos documentos

Por fim, Le Goff (1990a, p. 535) explica que os “materiais da memória” apresentam-se como documentos e monumentos, sendo o primeiro “herança do passado” e o segundo “escolha do pesquisador”, compreende-se, diante destas acepções, que a tomada deles como monumento marca a ação do pesquisador ao realizar a investigação, o que também reafirma o rigor no processo de investigação dos mesmos, não somente pela junção, mas pela necessária inferência e análise já que “todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado” (LE GOFF, 1990a, p. 110).



Desta forma, também cabe pontuar a questão da transcrição e junção de documentos, que se admitidas, advindas da ideia deles como fontes principais e o pesquisador, como um meio “neutro”, transformam o mesmo em um copista ou como pontuado por Saliba (2009, p. 312) “compilador disciplinado de grandes conjuntos documentais e arquivos”, a sua interpretação muito menos deve se resumir à paráfrase (TOLEDO; GIMENEZ, 2012). Logo, é necessário existir a problematização, o confronto de fontes e a interpretação dos documentos, efetivamente há uma atuação direta do pesquisador, o tornando, desta forma, um “mediador”, termo de Gomes e Hansen (2016), sendo um agente que irá ressignificar o que já passou e imprimir nos escritos a sua ideia do ocorrido (GOMES; HANSEN, 2016). A percepção da ação mediadora é primordial para a construção do conhecimento científico que se apoie nas fontes e nos pares e que seguirá diante de uma nova produção pela mediação que o pesquisador fará.

Caminhos possíveis ao realizar a pesquisa documental

Ao longo deste trabalho foram discutidos inúmeros elementos para a reflexão da pesquisa documental com base na História Cultural e diante das discussões produzidas é possível elencar alguns caminhos ao pesquisador, situados como parâmetros para suporte e validação da pesquisa científica documental

- a) diante das perspectivas trazidas pela História Cultural, compreendendo que independente da classificação das fontes, o pesquisador deve ter ciência que existem diferentes graus de inferências, podendo utilizá-las para a análise do *corpus*, porém a seleção das fontes devem ser com vista a auxiliar o pesquisador a responder o problema de pesquisa ao qual ele se propôs;
- b) as fontes devem ser verificadas em vários locais, sendo que a investigação deve ser ampla, mas não a ponto de perder-se do problema de pesquisa. A *internet* facilitou o acesso, mas não deve ser o único meio investigado, tendo o pesquisador a parcimônia entre a temática investigada e a seleção de um *corpus* documental suficiente e amplo sob o ponto de vista da tipologia e do local pesquisado, que responda ao problema proposto, levando em conta o tempo, as disposições do local que pesquisa, cuidado na coleta de documentos, recursos que dispõe para a investigação e a obtenção de uma conclusão satisfatória;



- c) levar em consideração que toda e qualquer pesquisa documental é um processo seletivo. Antes de qualquer inferência do pesquisador há uma seletividade das fontes, seja pela produção e guarda, sobre os quais muitos documentos foram descartados pelas diversas razões e que esta seletividade irá ocorrer novamente pela escolha do pesquisador ao fazer inferências sobre o acervo ou base em que se encontra para compor o *corpus*, de forma a ser visto como “monumento” (LE GOFF, 1990a);
- d) ao organizar os documentos é necessário calma. Essa etapa de organização requer do pesquisador um tempo maior para a leitura dos documentos, análise, seguida de inventário, organização e registro do que foi coletado e do que irá compor o *corpus* de investigação. O que vale pontuar é o cuidado nesta etapa com a análise e leitura acurada para que independente da escolha ao organizar as informações (categorias, agrupamentos, anotações, esquemas, sínteses...) ela seja realizada da melhor forma possível para a recuperação e acesso posterior das informações;
- e) compreender que em cada fonte consultada se encontram as marcas do sujeito que a produziu, independente se realizada de forma consciente ou inconsciente. Dessa forma existem inúmeras versões sobre o mesmo acontecimento a depender do *corpus* consultado, o que impõe ao pesquisador trazer à discussão as diferentes perspectivas que o objeto assume, o que também enriquecerá a discussão final, ademais, mesmo as lacunas e entrelinhas dos documentos devem entrar nesta compreensão;
- f) tendo em vista que a produção é uma interpretação do produtor sobre o objeto investigado, emerge a veracidade ou verdade absoluta assumida por alguns pesquisadores ao investigar os documentos. Ela deve ser deixada de lado, como a verdade não é dada conforme pontuado por Le Goff (1990b), será através da verificação e do confronto entre as fontes que será possível a produção de um conhecimento do objeto que não assuma uma única linha, mas que possa trazer os diversos elementos de cada fonte para que sejam elencadas as possibilidades que emergem ou não dos vestígios investigados, expondo “as verdades”;
- g) se torna também necessário o distanciamento do pesquisador de uma visão positivista ao assumir esta forma de investigação, devendo a produção partir de uma visão no plural, que traga os vestígios das várias histórias ligadas ao



- contexto e que desta conexão surjam indícios para a produção de um conhecimento que compreenda o fenômeno investigado;
- h) a problematização do *corpus* documental deve ser realizada pelo pesquisador e independente do termo utilizado, ao debruçar-se e questionar o documento, a compreensão do objeto é realizada de forma mais efetiva. O questionamento deve ser feito com base no que está posto e no que não está, e o resultado da sua pesquisa deve ser apoiado na desconstrução e conversa crítica com o *corpus*, confronto e diálogo com outras fontes;
- i) a posição que o pesquisador assume ao problematizar, confrontar e interpretar os documentos fará dele um mediador e não um copista de documentos, agente que com a História Cultural constrói e ressignifica o objeto pesquisado. Ele deve ter a ciência que a sua marca fará parte do resultado da investigação, produzida a partir dele, das fontes documentais e dos pares.

Através da “nova” História Cultural foi possível ampliar o campo de pesquisa e analisar os fatos e objetos de diversas formas, a conceituação ampla de documento advinda de diversas áreas também admitida agora pela História Cultural trouxe infinitas possibilidades, porém de forma concomitante emergem obstáculos aos pesquisadores, que devem assumir fundamentos e cuidados para a realização deste tipo de investigação, porém é preciso fazer jus às questões que ao mesmo tempo se tornam difíceis na pesquisa documental sob a perspectiva da História Cultural também fazem com que a mesma se torne rica, pois agregam infinitas possibilidades de análises.

Os elementos listados como “caminhos possíveis” podem servir como parâmetros para a validação do conhecimento científico, porém, não limitam a discussão, e sim são algumas das possibilidades que o pesquisador pode optar no trajeto de investigação percorrido. O rigor é necessário para que as fontes sejam selecionadas, investigadas e tratadas de forma a produzir conhecimento científico qualificado e suportado pelos pares, assim, as discussões produzidas visam dar aporte nesse caminho.

Cada produção utilizada para a discussão, trouxe um ponto de vista que deve ser considerado dentro do contexto e período em que foi realizado, nesse sentido, vê-se um constante deslocamento e refinamento das ideias dos autores ao longo das décadas, que calcados em produções de interessados e pesquisadores que emergiam na área, construíram, expandiram noções, conceitos, modos e afazeres ao realizar a investigação documental sob a ótica da História Cultural. A incorporação e solidificação de alguns deles, permaneceram como marcas da investigação proposta na atualidade e traduziu-se



aqui pelos “caminhos” listados até então. Porém, percebe-se que as discussões devem permanecer, e carecem sobretudo de diálogos análogos ao proposto para a concretização das pesquisas na área.

Considerações finais

Com o objetivo de contribuir com a temática e produzir reflexões sobre investigações documentais realizadas pela História Cultural, nesse trabalho, foram realizadas discussões sobre o conceito e importância dos documentos, o desenvolvimento da abordagem supracitada, a trajetória de realização em pesquisas documentais e elementos que dela emergem, para, pôr fim, mostrar possíveis caminhos, sob essa ótica, para a realização das pesquisas.

Das discussões realizadas ao longo do trabalho, elencadas como “caminhos”, é possível concluir que a seleção de fontes deve ser com base no problema de pesquisa; a investigação deve ser ampla, mas também focada; a seletividade é um componente que estará presente em toda e qualquer pesquisa documental; o pesquisador deve expor as diversas facetas do objeto investigado; cabe também o abandono da veracidade e supremacia documental; o resultado da pesquisa deve trazer elementos que mostrem uma visão no plural, em diálogo com o contexto e com outros elementos para a compreensão do fato ou fenômeno investigado; também, para ser uma pesquisa científica sólida e como característica marcante, é necessário a problematização do *corpus*; e, por fim, o último elemento exposto foi a ciência do pesquisador e de sua ação mediadora na pesquisa.

As reflexões produzidas não esgotam os elementos que emergem ao realizar uma pesquisa documental em consonância com a História Cultural, além dos caminhos possíveis para a pesquisa, o diálogo desta temática é profícuo e deve se estender para que a produção do conhecimento científico utilizando documentos ganhe mais espaço e utilize pressupostos teórico-metodológicos sólidos que o suportem e o validem no meio acadêmico.

Por fim, o autor Le Goff (1990b) expõe como tarefa para a “história nova” criar uma concepção renovada de documento e é, por meio desta reflexão, que encerra-se a discussão deste trabalho. Passados trinta anos da sua escrita, a forma que o documento é selecionado, tratado, utilizado pelos pesquisadores em suas investigações se renova constantemente, sendo ocasionado pela permanente discussão de pesquisadores da área,

esse diálogo deve permanecer, a fim de que cada vez a noção de documento amplie, emergindo parâmetros para a realização da pesquisa, amparada pelos pares e renovada com o tempo.

Data de Submissão: 23/04/2020

Data de Aceite: 17/07/2020





Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. As práticas da história. *In*: CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, p.173-191. Jan./abr. 1991. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2019.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro e HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, Angela Maria de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. UNICAMP, 1990a.
- LE GOFF, Jacques. A história nova. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990b. p. 25-64.
- LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **His. Educ.** 2014, v. 18, n. 43, p. 145-161. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/09.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.



NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, São Paulo, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 22 abr. 2020.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cad. ANPED**, Caxambu, p.7-64, 13-17 set. 1992. Trabalho apresentado na 15ª reunião anual da ANPED. Porto Alegre: 1993. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**.

Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos / Livros,

2018. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVROTratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. *In*: REVEL, Jacques. **Proposições**. Ensaios de História e Historiografia. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento. Aventuras modernas e as desventuras pós-modernas *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 309-328.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; GIMENEZ, José Carlos. Educação e Pesquisa: fontes e documentos. *In*: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 109-126.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL SOBRE ESCRAVIDÃO: O ELEMENTO SERVIL NA PETRÓPOLIS DO OITOCENTOS

LUCAS VENTURA DA SILVA¹



Resumo

O presente trabalho pretende discutir questões relacionadas ao patrimônio documental sobre escravidão em Petrópolis, bem como problematizar por quais motivos há poucos estudos sobre o elemento servil em um local tão estratégico para o Império brasileiro como a “cidade de Pedro”. Nesse sentido, iniciaremos o debate colocando em questão a ideia de Cidade Imperial e de que maneira essa proposta contribuiu para o apagamento da memória negra em Petrópolis. A partir disso, norteados pelo conceito de “paradigma indiciário”, discutiremos o patrimônio documental enquanto fonte para pesquisa, focando nossa análise em duas instituições, o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis e o Museu Imperial. Vamos aqui explorar as especificidades e potencialidades das tipologias documentais na pesquisa histórica, em especial os registros eclesiásticos (livros de batismo, casamento e óbito) da freguesia de São Pedro de Alcântara e a ata da solenidade de libertação dos últimos escravizados de Petrópolis.

Palavras – chave: Patrimônio documental. Escravidão. Petrópolis. Fontes eclesiásticas. Museu Imperial.

Abstract

This paper aims to discuss issues related to documentary heritage on slavery in Petropolis, as well as to discuss why there are few studies on the servile element in a place as strategic for the Brazilian Empire as the "city of Pedro". In this sense, we will start the debate by questioning the idea of the Imperial City and how this proposal contributed to the erasure of black memory in Petropolis. Based on this, guided by the concept of “indiciary paradigm”, we will discuss the documentary heritage as a source for research, focusing our analysis on two institutions, the Archives of the Diocesan Curia of Petropolis and the Imperial Museum. We will here explore the specificities and potentialities of documentary typologies in historical research, especially the ecclesiastical records (baptism, marriage and death books) of the parish of São Pedro de Alcântara and the minutes of the solemnity of liberation of the last enslaved people in Petropolis.

Keywords: Documentary heritage. Slavery. Petropolis. Ecclesiastical sources. Imperial Museum.

Introdução

O presente artigo busca discutir questões relacionadas ao patrimônio documental sobre escravidão em Petrópolis, tendo como campo de reflexão a História Social.

¹ Graduando em História pela Universidade Católica de Petrópolis. Integra os grupos de pesquisa “Fontes Eclesiásticas e História Social”, e “A cidade de Petrópolis: múltiplas formas de estudo”, vinculados ao CNPq. Estagiário do Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.



Como toda pesquisa começa com problemáticas e interrogações, aqui não foi diferente. Este estudo se iniciou com uma grande inquietação: por qual ou quais motivos há poucos estudos sobre escravidão em uma cidade tão estratégica para o Império do Brasil como Petrópolis? A partir disso, surgiram outras questões: isso acontece por falta de fontes ou existem outros motivos que desconhecemos? Com base no exposto, nosso interesse é discutir essas interrogações e apresentar alguns documentos que contribuem para a reflexão e pesquisa da experiência escrava em Petrópolis, assim como o processo de abolição.

Nessa perspectiva, algumas perguntas, além das mencionadas acima, norteiam nosso debate: o que são essas fontes? Pertencem a quais instituições e acervos? Quais as suas potencialidades? Como compreender a escravidão a partir delas? Posto isso, a partir dessas questões, analisamos acervos de duas instituições, o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis e o Museu Imperial.

Um ponto importante para nós e indispensável para a nossa discussão é a própria noção de patrimônio documental. A professora Marcia Carvalho Rodrigues (2016), em seu texto *Patrimônio Documental: conceitos e definições*, argumenta que no Brasil não há uma definição clara da ideia, enfatizando a necessidade de elaborar uma conceituação em nível nacional. Todavia, podemos inserir essa categoria de patrimônio na noção de patrimônio cultural material, que “por sua vez, pode ser constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental” (RODRIGUES, 2016, p. 111).

Nosso objetivo é perceber e trabalhar essa categoria de patrimônio como fonte de pesquisa, isto é, suas potencialidades na produção de conhecimento. Neste caso, voltado para o estudo em História Social.

Os documentos são fontes para a historiografia há bastante tempo. Contudo, a partir do século XX, com outras demandas e problemáticas sociais, um grupo de historiadores, liderados por Marc Bloch e Lucien Febvre, percebeu que as fontes deveriam ser tratadas de outra maneira e que fossem, também, estabelecidas novas questões. Nesse sentido, surgiu a necessidade de uma espécie de alargamento no entendimento das fontes históricas para que, assim, pudessem compreender dinâmicas e nuances do mundo social que se manifestavam no bojo do século XX.

Esses empreendimentos, no campo da pesquisa nas ciências humanas e sociais, foram propagados principalmente pelo movimento intelectual francês dos *Annales*, sendo fundamental para o debate acerca da ampliação na compreensão das fontes históricas.



Dessa forma, a interdisciplinaridade na produção histórica foi uma tônica defendida, estabelecendo parcerias com outras áreas para o entendimento da sociedade, como a antropologia, sociologia, economia, geografia e psicologia. É nesse ambiente de discussão e circulação de conhecimento que o universo das fontes foi se ampliando e, também, a História Social foi se consolidando como um campo de atuação e pesquisa na historiografia.

Buscamos direcionar a pesquisa por meio do arcabouço metodológico proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), o “paradigma indiciário”. Sendo assim, entendemos estes acervos, o patrimônio documental, como uma grande reunião de indícios, isto é, um emaranhado de marcas do passado, de rastros que possibilitam os pesquisadores costurarem a narrativa histórica. São os sinais apresentados nas fontes que nos dão subsídios, contribuindo para a compreensão do processo histórico por meio da análise dos documentos primários.

Dito isso, é importante destacar um princípio básico na análise histórica. A fonte não é o passado em si, e sim sua marca. Quando estamos diante de um documento histórico, deparamo-nos com indícios e sinais do período de sua produção, período este que não experimentamos em sua materialidade, o qual se apresenta nas fontes por meio de nossas questões. Nesse sentido, é necessário relativizá-las e problematizá-las, uma vez que não falam por si só.

Posto isso, uma das possibilidades de perceber o passado, no sentido de refletir sobre o problema proposto, acontece uma vez que nos colocamos dispostos a entender as marcas deixadas. Nessa perspectiva, perceber as particularidades de cada documento se apresenta como uma tarefa indispensável e de fundamental importância no processo de pesquisa histórica.

O que será apresentado nas próximas páginas, são resultados de uma pesquisa que está começando a dar seus primeiros passos com uma proposta ainda pouco discutida: o patrimônio documental sobre escravidão em Petrópolis. O presente trabalho não tem por objetivo encontrar resultados fechados, concretos e inquestionáveis, visto que, existem outros acervos, além dos que serão apresentados, que contribuem para a compreensão do elemento servil na “cidade de Pedro”. Portanto, os parágrafos seguintes estão permeados por propostas e problemáticas, trazendo mais questões à reflexão do que respostas prontas. No processo de pesquisa, seguindo os passos de Ginzburg (2007), se existe a verdade, ela, por sua vez, não pode ser o ponto de partida, mas o ponto de chegada.



O mito da Cidade Imperial: o problema do estudo da escravidão em Petrópolis

É bem verdade que o estudo sobre escravidão em Petrópolis é bastante incipiente, uma vez que, há poucas pesquisas de fôlego sobre o assunto. As análises sobre a presença escrava na “cidade de Pedro”, bem como o processo de abolição, foi se apresentando como um assunto ainda a ser abordado.² Nesse sentido, problematizando essa questão, apontamos algumas reflexões que julgamos importantes para pensarmos: por que não estudar o elemento servil em Petrópolis? Assim, percebemos que as construções de memória, que ocorreram na sociedade, fizeram com que houvesse uma espécie de apaziguamento da existência de escravizados na cidade, isto é, o apagamento da memória negra, sustentado em uma idealização de Cidade Imperial. Portanto, vamos neste tópico analisar a construção dessa ideia e como isso contribuiu para uma noção de cidade livre de escravizados.

Petrópolis recebeu o título de Cidade Imperial, em tese, com o Decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981, assinada pelo presidente João Figueiredo, no contexto de incentivo ao turismo histórico, apresentando-se como ponto fundamental para consolidação da idealização Cidade Imperial. No entanto, essa ideia foi sendo articulada muito antes do presidente Figueiredo. Podemos dizer que Getúlio Vargas, e sua tentativa de aproximação a imagem do imperador d. Pedro II, foi um agente importante nessa construção de memória na cidade.

Percebemos que a partir da extinção da Lei do Banimento, pelo Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920, houve um processo de reabilitação da memória do Império, além de ir ao encontro da afirmação da nacionalidade brasileira, na criação de uma identidade nacional. Nesse sentido, iniciou-se um projeto cultural, com intuito da construção de um nacionalismo sustentado na noção de coesão social. No contexto, surgiu uma instituição significativa para a construção de memória em Petrópolis, já nascendo como instituição nacional, o Museu Imperial.

Neste contexto, há uma confluência de interesses políticos e historiográficos. Por um lado, ainda que desde os primeiros momentos da República houvesse vozes defendendo as políticas de preservação da memória do período imperial, como as que lutaram pela revogação da Lei do Banimento, percebemos que a política cultural implementada durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) favoreceu e coadunou-se com a revitalização da memória do Império, personificado na figura de d. Pedro II. (FRAGUAS, 2019, p. 45-46)

² Referimo-nos a trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.



Nesse período, outras instituições de memória foram criadas com o intuito de serem museus nacionais, como o Museu das Missões, em 1940, e o Museu da Inconfidência, em 1944. Dessa maneira, a cidade criada pelo imperador d. Pedro II, aquela que Getúlio Vargas passava longos verões, que se deu a criação de um museu dedicado à memória do Império.

O Museu Imperial nasceu por meio do Decreto-Lei nº 2.096, de 29 de março de 1940, e inaugurado em 16 de março de 1943, no centenário de criação da Povoação-Palácio de Petrópolis, Decreto Imperial nº 155. Esse fator tem que ser levado em consideração. A data de inauguração do museu é bastante significativa, pois traz à tona outra discussão de memória em conflito sobre a fundação de Petrópolis. No entanto, não aprofundaremos o debate a respeito, pois caberia uma reflexão mais aprofundada acerca das disputas pela memória na fundação da cidade.³

Os museus nacionais, como o Museu Imperial, teriam servido à intenção de repensar a história, mas também aos projetos políticos do Estado Novo. Além disso, como se depreende da leitura dos periódicos das décadas de 1930 e 1940, vislumbra-se no projeto político varguista a atenção a anseios pessoais, que visavam atrelar a sua imagem à do ex-imperador, enquanto representação do “Pai da Nação”, o que consistia em considerável capital simbólico e político. (FRAGUAS, 2019, p. 46)

Getúlio Vargas estava tão envolvido com a criação do Museu Imperial que acompanhou todo o processo de construção da instituição, desde a aquisição do Palácio Imperial, até a formação de acervo. Por meio de análises em fotografias e processos no Acervo Institucional do museu, percebemos que Vargas esteve presente ativamente na construção da instituição, desde sua concepção.

³ As discussões sobre as disputas pela memória da fundação de Petrópolis giram em torno de duas datas: 16 de março de 1843, data do Decreto Imperial nº 155 sobre a fundação da Povoação-Palácio de Petrópolis; e 29 de junho de 1845, data da chegada e início da colonização germânica na cidade. Entre a década de 1930 e 1940, foi criada, pelo poder público, a Comissão do Centenário de Petrópolis, composta por intelectuais locais, que tinha por objetivo a publicação de uma obra referencial sobre a história do município. Os trabalhos da comissão resultaram na publicação de uma obra fundacional, em sete volumes, editada pela Diretoria de Educação e Cultura de Petrópolis. Fica perceptível, em diversos artigos, a intenção de resolver as discussões que dividiam as comemorações do centenário entre 16 de março e 29 de junho. A pesquisadora Paola Vanessa Gonçalves Dias (2016), em sua dissertação intitulada *Do apagamento à fala pública*, referenciada na bibliografia, defende que entre as memórias narradas pelos remanescentes luso-imperiais e aquelas narradas pelos descendentes de colonos alemães, os *Trabalhos da Comissão do Centenário*, optou pela vitória do primeiro sobre o segundo, reproduzindo, como fórmula geral, o silenciamento quase total acerca de outros grupos. Um ponto interessante é que o então diretor do recém criado Museu Imperial, Alcindo Sodré, fazia parte da Comissão do Centenário fazendo com que o museu fosse inaugurado no dia 16 de março de 1943, exatamente cem anos após o Decreto Imperial nº 155 sobre a fundação Povoação-Palácio de Petrópolis. Nesse sentido, a abertura do Museu Imperial ao público reforçou e reafirmou a posição da Comissão do Centenário nas discussões sobre as disputas pela memória da fundação da cidade.



Nessa perspectiva, a criação do Museu Imperial foi um fator de relevância na formação da memória de uma Cidade Imperial, uma vez que Vargas criava um museu pensado para narrar a história do Império brasileiro, no entanto, não para formar uma narrativa do Império em si, mas sim, o Império idealizado pela República. Nesse ponto de vista, deparamo-nos com uma contradição: uma cidade que insistia em ser corte com a eminência da República, com a presença de um presidente que tentava se aproximar da figura de liderança de d. Pedro II. A partir disso, a ideia da Cidade Imperial foi se consolidando ao lado do próprio Museu Imperial, pensado para uma narrativa própria, tal qual Vargas pretendia, narrar um Império idealizado pela República.

A proposta de criar um museu, não foi e não veio ao acaso. Um museu é lugar de memória, espaço de discussão pública e de construção de identidades. Para o historiador francês Pierre Nora (1984), lugares de memória são locais não só físicos, mas simbólicos que carregam significados e memória coletiva do espaço ao qual se constitui. Nesse sentido, faz parte da construção de identidades, pois, a memória para Nora, está ligada nesses lugares por meio da história, significada e (re)significada ao longo do tempo. O historiador salienta ao trabalhar o conceito, só é possível estabelecer um local dentro desta descrição se o mesmo estiver imbuído, por meio do imaginário, de significados que são dados pelos agentes sociais em relação constante com o objeto. Contudo, os museus além de lugares de memória, são também lugares de poder. Sobre isso:

A identificação da origem grega e mítica do termo museu não tem nada de novo. Múltiplos são os textos de museologia que trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (*Mnemósine* é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder. Assim, os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica. (CHAGAS, 2006, p. 31)

Em virtude disso, Getúlio Vargas criou uma instituição para narrar a história de um Império ideal, e esse museu não poderia estar localizado em qualquer cidade e sim em um local que fizesse jus a proposta. Dessa maneira, defendemos que essa idealização de Cidade Imperial ideal e sem defeitos, fez com que a memória da experiência escrava em Petrópolis não fosse efetivamente explorada e pesquisada, gerando o apagamento da memória negra sustentado na noção de cidade livre de escravizados.

Fontes paroquiais e História Social: o Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis



Neste tópico, discutiremos alguns tipos documentais⁴ importantes para o estudo da escravidão no Brasil, sobretudo na perspectiva da História Social, as fontes eclesiásticas ou registros paroquiais. A partir disso, exploraremos as potencialidades dessas fontes, bem como os resultados preliminares do grupo de pesquisa “Fontes eclesiásticas e História Social”, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado à Universidade Católica de Petrópolis - UCP, sob liderança da professora Dr^a Janaína Christina Perrayon Lopes, que trabalha diretamente com o acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis.

As fontes eclesiásticas são registros dos sacramentos da Igreja Católica, o qual tem por objetivo inserir os sujeitos de determinada sociedade na religião. Tendo como recorte o escravismo no Brasil, os livros da freguesia de São Pedro de Alcântara, sob a guarda do Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis, possuem registros de 1842 a 1887, totalizando 133 livros de assentamentos, incluindo batismo, crisma, casamento e óbito; sendo parte deles de escravizados.

A utilização de registros paroquiais como fonte na construção de uma História Social tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito acadêmico. Por meio do trabalho com os documentos paroquiais da freguesia de São Pedro de Alcântara, foram observados possíveis caminhos de pesquisa, principalmente com o cruzamento dos dados recorrentes contidos nesse tipo de documentação. Nosso objetivo é buscar apresentar esses caminhos, na pesquisa histórica, a partir dessas fontes com foco em elucidar a importância desses documentos na compreensão da dinâmica social dos sujeitos em determinado tempo e espaço. Nesse caso, no estudo sobre escravidão em Petrópolis.

Na historiografia, desde o advento da História Social, muito se discutiu sobre novas possibilidades de reconstituição da trajetória histórica das sociedades. No entanto, os historiadores, desde então, se deparavam com problemas relativos às fontes. Dessa maneira, suscitaram diversas questões: como compreender o sistema de relações sociais, alianças e compadrio no século XVIII? Como pensar o estudo do cotidiano de escravizados e forros no século XIX? São inúmeros os questionamentos levantados. Uma

⁴ Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras. TIPO DOCUMENTAL. In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



das possibilidades de pesquisa na área é o uso das variáveis contidas nos registros paroquiais. Quando nos deparamos desse tipo de documentação, precisamos perceber que

estamos diante de sociedades católicas, cujas populações eram tementes a Deus ou, o que é o mesmo, cuja disciplina social passava pelos sacramentos da Igreja Católica, o que transformava as fontes paroquiais, insisto, em massivas e reiterativas. (FRAGOSO, 2014, p. 23)

O uso do conteúdo presente nesses registros só foi possível, pois os mesmos fizeram parte da própria história da Igreja que padronizou e tornou obrigatório. Através do Concílio de Trento, os assentamentos de casamento e batismo, e posteriormente por meio do *Rituale Romanum*, os de óbito, tornaram-se essenciais na organicidade da Igreja.

Cada tipologia de fonte paroquial possui peculiaridades, a qual nos ajuda dimensionar como utilizá-las para tentarmos compreender a sociedade que as produziu e todo o seu tecido social. No documento de batismo, por exemplo, os dados encontrados foram: a data do evento; o nome do batizando; filiação; a legitimidade e naturalidade; nome dos padrinhos. Já no caso dos registros de casamento, além de data e local de nascimento, encontra-se também: data do evento; local da cerimônia; nome dos cônjuges e filiação, estatuto jurídico, naturalidade, local da residência dos noivos; nome das testemunhas. Os registros de óbito encontrados, por sua vez, possuem: data e local do falecimento; nome do morto e sua filiação, nome do cônjuge, estatuto jurídico, naturalidade, estado civil, tipo e condição do sepultamento; causa da morte.

Visto isso, pensar as fontes paroquiais é pensar em um material genuinamente rico em possibilidades de pesquisa e produção de conhecimento, sobretudo pelo fato de encontrarmos, de forma reiterada no tempo, as informações descritas acima.

No que diz respeito ao campo metodológico, os documentos eclesiásticos podem ser tratados com as abordagens da História Serial, que por sua vez está lidada ao conceito de série.⁵

Trata-se de considerar os documentos ou as fontes históricas não mais em sua perspectiva singular, como documento único, a ser analisado em seus próprios limites, mas sim como partes constituintes de uma grande cadeia de fontes de mesmo tipo. (BARROS, 2012, p.286)

⁵ O campo da História Serial refere-se ao tipo de fonte e ao modo de tratamento das fontes. Trata-se neste caso de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades. Cf. BARROS, J. D. “Abordagens”. In:_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 132-179.



Esse caráter seriado nos dá margem para outra abordagem, a micro-história, onde opta pela observação de um *locus* delimitado (uma prática social, trajetória individual, uma comunidade, uma cidade). Sendo assim, a microanálise possibilita o historiador empreender estudos sobre as estratégias e mudanças dos agentes, compreendendo, assim, os complexos sistemas de relações sociais existentes nas diferentes freguesias, em nosso caso, a de São Pedro de Alcântara.

Portanto, a partir dessas mesmas informações podemos, também, inferir questões relativas aos ciclos de vida dos envolvidos e suas relações parentais e estados sociais. Nos livros de batismo e de casamento, por exemplo, fica claro todo um sistema de alianças entre famílias, além de relações de vizinhança e política, principalmente quando observamos as escolhas de testemunhas e padrinhos, que em muitos casos podemos encontrar repetições, sobretudo nos registros de escravizados. Nos livros de óbito, em contrapartida, é interessante percebermos as representações de morte e suas diferenças, por exemplo, quando as mortes de crianças eram representadas como inocentes, indivíduos puros e livres de pecado. Com isso, todo esse material nos ajuda a pensar, taxas de natalidade e mortalidade, doenças, idade recorrente para o casamento, compadrio, quem era escravizado (e de que senhor), casos de adultério, relações de poder, entre tantas outras possibilidades.⁶

Percebemos que, a partir do exposto, os documentos que colocamos em debate viabilizam analisar a trajetória histórica de agentes, famílias escravas e grupos sociais, acompanhar, portanto, todo o ciclo de vida, desde o nascimento até a morte: iniciando no batismo, passando pelo casamento e terminando no óbito. Assim, ficam evidentes as várias possibilidades de procedimento com os registros paroquiais no estudo do elemento servil em Petrópolis, bem como o processo de abolição, tendo como pilar sustentador as problemáticas levantadas pela História Social. Essas por sua vez, são fontes muito ricas que nos ajudam apreender não só o complexo sistema de relações, mas, sim, toda uma estrutura hierárquica de poder e dominação nas diferentes camadas sociais. Contribuindo potencialmente à atualização, produção e sistematização do conhecimento histórico.

⁶ Sobre trabalhos acadêmicos realizados com fontes eclesiásticas ver: BASSANEZI, M. S. C. B.; BOTELHO, T. R. (orgs.). **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paróquias dos setecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: Editora PUC- Minas/ FAPEMIG, 2009.; FARIA, S. C. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. RJ: Nova Fronteira, 1998.; _____. “A morte de livres e escravos em registros católicos, séculos XVIII e XIX”. In: **População e família**, São Paulo, CEDHAL/USP/Humanitas, n.3, p. 181- 206, 2000.; SILVA, M. B. N. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1984.



A corte e a abolição: o acervo do Museu Imperial

A partir daqui discutiremos sobre uma instituição, localizada em Petrópolis, que ao longo de sua trajetória acumulou acervos significativos para a pesquisa sobre escravidão no Brasil, o Museu Imperial⁷. É interessante percebermos, como já discutido anteriormente, que a mesma instituição criada pelo presidente Getúlio Vargas, que fora fundamental para a construção da ideia de Cidade Imperial, adquiriu no decorrer de sua existência um importante patrimônio documental que nos fala sobre o elemento servil em Petrópolis. Visto isso, trabalharemos aqui um documento específico, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão⁸ dos últimos escravizados da cidade, datada de 1º de abril de 1888.

O documento é um manuscrito que contém duas folhas duplas. Na parte superior esquerda, possui o carimbo da instituição à qual pertence, Arquivo Histórico do Museu Imperial. Traz no cabeçalho uma breve descrição do documento e por quem foi lavrado, o conselheiro José da Silva Costa.⁹ Da primeira página até a metade da segunda, é texto corrido e, logo após, as assinaturas de alguns dos presentes na solenidade, iniciando com os membros da família imperial.

O referido documento está sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial desde 1945 e se encontra disponível para pesquisa desde então. É interessante observar que todos os itens da instituição possuem um processo de entrada e, a partir disso, fomos em busca do dossiê da ata para que pudéssemos encontrar alguma informação que contribuísse à pesquisa e, sobretudo, conhecer a história do documento e sua chegada à instituição. Por meio da análise do processo 147/1945, detectamos que o item foi doado à instituição em abril de 1945, pela filha do conselheiro José da Silva Costa, Elisa da Silva Costa. É importante destacar a carta, anexada ao processo, encaminhada ao então diretor

⁷ Atualmente, o Museu Imperial conta com quatro títulos concedidos pela UNESCO de Patrimônio da Humanidade. São eles, “Documentos relativos às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo”, em 2013; “A Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas”, em parceria com outras instituições brasileiras, em 2013; “Coleção Sanson - Fotografias estereoscópicas de vidro pelo fotógrafo amador Octávio Mendes de Oliveira Castro”, em 2013; e a “Coleção Carlos Gomes do Museu Imperial (1855-1942)”, em 2012. Disponível em: <<http://museuimperial.museus.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade>>. Acesso: 28 fev. 2020.

⁸ Podemos dizer que um título de remissão consistia em uma espécie de carta de liberdade. Do ponto de vista do Direito, remissão é a forma de extinguir uma obrigação previamente estabelecida, sendo assim, aquele que recebia um título deixava sua condição de escravo, passando à condição de liberto. Assim, não tendo mais a obrigação de servir ao seu senhor.

⁹ José da Silva Costa foi um importante advogado durante o período imperial no Brasil. cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1860. Durante o período imperial ocupou posições de destaque, tendo sido Juiz Municipal da Corte, advogado da família imperial e presidente do Conselho da Ordem dos Advogados.



do recém-criado Museu Imperial, Alcindo Sodré, demonstrando o interesse da doadora de que o documento fizesse parte de um arquivo público, destacando sua importância e relevância para o estudo da história da cidade de Petrópolis.

De fato, a doadora estava certa. A ata da solenidade de 1º de abril se apresenta como fonte fundamental para a compreensão dos momentos finais da escravidão, não somente em Petrópolis, mas, principalmente, no Brasil, o que possibilita o cruzamento de fontes e o estabelecimento de uma série de questionamentos. Por meio das assinaturas, percebemos que a elite social e política estavam presentes, juntamente com os membros da família imperial. A partir disso, podemos traçar algumas questões que contribuem para a reflexão do problema. Além do que, é interessante perceber e problematizar os atores sociais que se fizeram presentes na solenidade, a partir da análise das assinaturas. Estavam no ato pessoas de destaque no espectro político e social da época. São eles: princesa d. Isabel, conde d'Eu e seus filhos d. Pedro, d. Luiz e d. Antônio (na época, com sete anos de idade, não sabia escrever e assinou apenas com a inicial de seu nome); os mais eminentes integrantes do movimento abolicionista do período, André Rebouças e José do Patrocínio; o presidente do Conselho de Ministros, que viabilizou a aprovação da Lei Áurea poucas semanas depois, conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira; o ministro de Negócios do Império, conselheiro José Fernandes da Costa Pereira; o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que apresentou o projeto da Lei Áurea no Senado e assinou juntamente com a princesa regente d. Isabel, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva; entre outros. No total, são 43 assinaturas.

Analisando as atas da Câmara Municipal de Petrópolis, também acervo do Museu Imperial, vimos que, na sexta sessão ordinária, presidida por José Ferreira da Paixão, no dia 20 de abril de 1888, o conselheiro José da Silva Costa encaminhou uma pública-forma¹⁰ da ata da solenidade em nome da comissão emancipadora.

Um ofício do dr. José da Silva Costa, em nome da Comissão Emancipadora, enviando a pública-forma da ata da solenidade da entrega dos títulos de emancipação aos escravos, cujos serviços foram remidos, ato realizado no dia 1º do corrente. Oficie-se à comissão que a Câmara Municipal se regozija pelo fato estrondoso que se deu e que ficará agradavelmente consignado na história desta imperial cidade (CMP-9, p. 153).

O evento de que estamos tratando foi uma solenidade que aconteceu no dia 1º de abril de 1888, no Pavilhão Hortícola, atual Palácio de Cristal, em Petrópolis, com a

¹⁰ Cópia autêntica que, feita e reconhecida por tabelião, é usada para substituir o documento original. PÚBLICA-FORMA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/publica-forma/>. Acesso em: 14/01/2020.



entrega de 103 títulos de remissão, ou cartas de liberdade, aos últimos escravizados da cidade. Com base na análise da documentação, percebemos que esses títulos foram proporcionados, por meio do Fundo de Emancipação¹¹ da cidade, aos escravizados devidamente registrados na matrícula.

É importante ressaltar que a festa da emancipação só foi possível com a participação e o intermédio da própria família imperial. O Correio Imperial, gazeta de notícias editada pelos filhos da princesa d. Isabel com o auxílio de seus preceptores, trouxe, em sua edição nº 8, de 1º de fevereiro de 1888, uma espécie de programação sobre os festejos de carnaval que seriam dedicados à arrecadação de fundos para a emancipação em Petrópolis. A publicação traz uma evidente dinâmica social e política para a cidade, naquele período, da elite e para a elite. O texto diz que um baile aconteceria em 11 de fevereiro de 1888, no Hotel Bragança; no dia seguinte, uma batalha de flores; no dia 14, um baile para as crianças no Pavilhão Hortícola, seguindo os dias com concertos apresentados por eminentes músicos da época, como Cécile Silberber, Arthur Napoleão e o cubano Joseph White.

O Museu Imperial possui em seu acervo o roteiro da batalha de flores realizada em fevereiro, contendo toda a movimentação do evento. Os bilhetes das arquibancadas, que custavam 2\$000 (dois mil réis) por pessoa, seriam direcionados para a compra de liberdades.

A movimentação presente na cidade nesse período pode ser confirmada nos diários de André Rebouças (1938), que também assinou a ata de 1º de abril. Em suas anotações, um dos mais notáveis articuladores do movimento abolicionista brasileiro registrou uma série de acontecimentos que precederam a festa de entrega dos títulos de liberdade: em 12 de fevereiro ocorreu a batalha de flores; em 26 do mesmo mês, o primeiro concerto promovido pela princesa d. Isabel; no dia 11 de março, a primeira conferência sobre abolição, no Hotel Bragança, com a presença do ministro das relações exteriores do Império, Antônio Prado; e, no dia 17, o segundo concerto. Finalmente, no dia 1º de abril, a solenidade da libertação dos últimos escravizados.

¹¹ Criado pela Lei nº 2.040, a Lei do Ventre livre, e aprimorado pela Lei nº 3.270, Lei dos Sexagenários, o Fundo de Emancipação consistia em recursos pecuniários com o objetivo de promover a emancipação gradual do elemento servil, por meio de indenização aos respectivos senhores proprietários de escravos, de acordo com os critérios de classificação estabelecidos.

Cf. ASSIS, C. C. L. **Fundo de Emancipação e Famílias Escravas: o Município Neutro na Lei de 1871**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.



Essas informações podem ser pensadas e problematizadas de diversas formas. Elas nos mostram e confirmam a dinâmica de festas e comemorações em prol da abolição em Petrópolis, demonstrando também que André Rebouças acompanhou ativamente o passo a passo desse processo. É indispensável destacar que todas essas festividades foram direcionadas para angariar recursos para o Fundo de Emancipação da cidade, com a participação dos membros da comissão emancipadora envolvidos ativamente em todo o processo. Assim, a partir de uma matéria publicada no periódico *Pequena Ilustração*, de 9 de maio de 1937, intitulada *A emancipação em Petrópolis*, as festividades arrecadaram cerca de 24:495\$000 (vinte e quatro contos, quatrocentos e noventa e cinco mil réis) para o Fundo, permitindo a indenização de proprietários de 92 escravizados, sendo libertos mais 11 gratuitamente. Dessa maneira, a solenidade de 1º de abril de 1888 se manifesta como a culminância dessa movimentação.

É bem verdade que estamos falando dos momentos finais da escravidão no Brasil, onde a presença do elemento servil não mais se sustentava. No entanto, devemos problematizar uma questão. Foram 103 títulos no total, porém esse é o quantitativo dos últimos escravizados da cidade. Luiz Aranha Corrêa do Lago (2014, p. 146-147) traz em seu livro, *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900*, alguns dados que nos mostram a presença de 626 escravizados na cidade de Petrópolis, no ano de 1882. Isto é, já existia um processo de contestação e emancipação do elemento servil que já estava em andamento, assim como no âmbito nacional.

Vale ressaltar, também, que se compararmos a quantidade de escravizados presentes em Petrópolis com os existentes em outras cidades da província do Rio de Janeiro, perceberemos uma diferença significativa, ao passo que Petrópolis possuía 626, Sapucaia, município da região do Vale do Paraíba, possuía 7.377, no mesmo período. Isso se dá pela própria construção da cidade, Petrópolis foi ocupada majoritariamente por imigrantes europeus, não tendo forte presença da produção de café, na qual se encontrava a maior parte dos escravizados da região.

Um dos caminhos possíveis para a análise é perceber a rede de sociabilidades que envolveu esses agentes sociais. O evento do 1º de abril era de caráter abolicionista, assim, aqueles que ali se achavam, podemos dizer, demonstravam significativa simpatia à causa. Não estavam ali à toa. Direcionar a atenção para os presentes configura-se como um trabalho importante, uma vez que pode nos mostrar a dinâmica do processo de emancipação e seus agentes.



Outra possibilidade existente, ainda dentro da proposta de perceber a rede de sociabilidades, é ir em busca das correspondências entre esses agentes. Essa etapa requer um trabalho de fôlego, que demanda mais tempo e condições, não cabendo no espaço do presente texto. É necessário ressaltar que o trabalho com correspondências é de suma importância, visto que nos possibilita apreender o que se apresentava por trás das discussões parlamentares e oficiais.

Mais um ponto interessante para reflexão está no próprio envolvimento da família imperial na emancipação, sobretudo, na sua participação nesse evento. Todavia, não pretendemos reiterar a imagem da princesa d. Isabel como a protagonista primeira do processo, como fora construído no pós-abolição, mas sim iniciar uma reflexão e um debate sobre a efetiva participação e envolvimento da família imperial no processo de emancipação da escravidão no Brasil.¹²

O Livro de Ouro da Câmara Municipal de Petrópolis, pensado para recolher recursos para o Fundo de Emancipação, teve suas primeiras doações realizadas pelos integrantes da família imperial. Nas duas primeiras linhas com relação aos doadores são discriminados os seguintes nomes: “Um Brasileiro”; “S.S A.A Conde e Condessa d’Eu”. A segunda linha, certamente, refere-se ao conde d’Eu e à princesa d. Isabel, que juntos doaram a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis); no entanto, quanto à primeira, arriscamos uma hipótese de que, possivelmente, faria referência a d. Pedro II. A partir disso, analisando os documentos avulsos da Mordomia da Casa Imperial, no Arquivo Grão Pará¹³, deparamo-nos com uma ordem de pagamento que comprova nossa suposição: “Um Brasileiro” era de fato d. Pedro II. O documento, datado de 10 de março de 1884, pede, em nome do imperador, ao tesoureiro da Casa Imperial que entregasse ao presidente da Câmara de Petrópolis a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) para auxiliar na emancipação dos escravizados da cidade. A quantia citada é a mesma discriminada no Livro de Ouro. No entanto, por que “Um Brasileiro” em vez de “d. Pedro II, imperador do Brasil”? Os livros da Mordomia da Casa Imperial, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional, ajudam-nos a compreender essa questão.

¹² Defendemos que deve haver um equilíbrio entre as forças para a compreensão da abolição no Brasil. Uma vez que a emancipação dos escravos, tal qual se apresentou em terras brasileiras, isto é, a alteração da condição jurídica de africanos aqui escravizados, só foi possível com todo um movimento de contestação que se manifestava em diversas frentes. Assim, podemos destacar a própria posição da família imperial, as diferentes possibilidades e signos de resistência escrava e, sobretudo, as inúmeras formas de ativismo do movimento abolicionista.

¹³ O Arquivo Grão Pará é um acervo pertencente aos descendentes da família imperial, no entanto, parte dele se encontra em regime de comodato sob a guarda do Museu Imperial.



Ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, encaminha, por ordem de S. M. o Imperador, a portaria autorizando ao Tesoureiro da Casa Imperial, conselheiro João Batista da Fonseca, a entregar 500\$000 [quinhentos mil réis], contribuição do Mesmo Augusto Senhor para redenção dos escravos daquele município. Lembra que S. M. não pretendendo seja Seu nome inscrito no Livro de Ouro da Municipalidade, não há necessidade de publicação. (ARQUIVO NACIONAL, p. 267)

Portanto, por meio dos indícios apresentados, percebemos que era de vontade do próprio imperador que seu nome não fosse publicado no Livro de Ouro, optando pelo anonimato. Essas são apenas algumas das pistas que nos mostram que, de fato, os integrantes da família imperial estavam envolvidos com as pautas relacionadas à abolição.

Por fim, vale reiterar a importância deste documento, a ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão. A fonte aqui pensada é rica em potencialidades e possibilidades de reflexão e discussão sobre a emancipação, não só em Petrópolis, mas também no Brasil. A solenidade aconteceu nos momentos finais da escravidão, em âmbito nacional, e ali estavam agentes importantes para a dinâmica de aprovação da Lei Áurea, envolvendo família imperial, movimento abolicionista, presidente do Conselho de Ministros (conselho responsável por viabilizar a aprovação da Lei), diplomatas, membros da comissão emancipadora e simpatizantes pela causa. Ou seja, não foi um acontecimento qualquer e merece a devida atenção dos historiadores e estudiosos da área.

Considerações finais

Defendemos que pensar o patrimônio documental sobre a escravidão em Petrópolis, apresenta-se como um exercício de fundamental importância para instigar a própria pesquisa sobre o assunto. É importante destacar novamente que a proposta foi trabalhar o patrimônio documental como fonte para pesquisa, bem como explorar suas potencialidades. Sendo assim, norteados pelo “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg (1989), tratamos as fontes no presente debate como indícios, rastros, sinais, aquilo que possibilita o historiador costurar a narrativa histórica.

A partir do exposto, percebemos que o problema do estudo sobre escravidão na “cidade de Pedro” não está na falta de fontes, mas sim em outra instância, na construção de memória. A ideia de uma Cidade Imperial, consolidada pelo presidente Getúlio Vargas, gerou um processo de apagamento da memória da experiência escrava em Petrópolis. Com isso, os estudos relativos à história da cidade foram deixando a pesquisa sobre o elemento servil com um assunto ainda a ser explorado.



Percebemos, também, a existência de várias possibilidades de pesquisa sobre a escravidão em Petrópolis, por meio de acervos localizados na própria cidade. Um deles são os registros paroquiais do Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis. Vimos que as tipologias documentais das fontes eclesiais dão margem ao historiador perceber toda dinâmica da sociedade que as produziu. Como por exemplo, analisar a taxa de natalidade e mortalidade de dado grupo social em dado período de tempo, por meio dos livros de batismo e óbito; pensar sistemas de alianças entre famílias, relações de vizinhança e política, compadrio, com os livros de casamento; entre tantas outras possibilidades. Ademais, com os registros paroquiais podemos analisar trajetória de agentes sociais, famílias e grupos, todo o ciclo de vida, desde o nascimento até a morte.

Além disso, iniciamos uma breve análise do acervo do Museu Imperial, em especial, com foco na ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão aos últimos escravizados de Petrópolis. Esse documento é de fundamental importância ao nosso trabalho, pois é perceptível o quão simbólico foram os momentos finais da escravidão. A partir da análise das assinaturas, destacamos que, agentes importantes para a aprovação da Lei Áurea, estiveram presentes no ato, envolvidos na rede de debates sobre a emancipação do elemento servil no Brasil.

É fundamental, também, ressaltar que existem diferenças significativas entre os acervos das instituições que analisamos. O Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis é uma instituição privada aberta ao público pesquisador, um exemplo de arquivo como uma entidade independente. No entanto, o Museu Imperial, uma instituição pública, na condição de museu, tem sob sua guarda um patrimônio cultural museológico, dividido em seus respectivos setores técnicos. Essas duas instituições possuem patrimônios com particularidades específicas e que necessitam de tratamentos diferentes por parte dos pesquisadores, como mostramos nos tópicos anteriores.

Temos por objetivo ressaltar a importância dos acervos aqui analisados para estudos relacionados à história da escravidão em uma cidade tão estratégica para o Império brasileiro, como Petrópolis. Uma vez que nos oferecem uma gama de documentos, das mais diversas tipologias, apresentando-se como fontes singulares para a compreensão do período.

Por fim, queremos destacar a importância do estudo da escravidão, e assuntos relacionados, no Brasil. A pesquisa acerca da problemática escravista não está e não pode ser esgotada, muito ainda temos para construir. Vimos que o patrimônio documental sobre escravidão é vasto e basta o nosso olhar cuidadoso para com as fontes. Estudar o elemento

servil no Brasil é iniciar um processo de compreensão da nossa própria identidade. Perceber essas dinâmicas na Petrópolis do oitocentos é apreender o movimento das relações sociais e raciais na cidade na contemporaneidade. Portanto, ressaltamos a importância de sempre questionar a memória na história. Compreender as particularidades das sociabilidades, bem como problematizá-las, caracteriza-se como o grande objetivo da investigação em História Social.

Data de Submissão: 03/05/2020

Data de Aceite: 14/07/2020





Fontes documentais:

Arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis

Registros de batismo, 1844 – 1887.

Registros de casamento, 1847 – 1887.

Registros de óbito, 1842 – 1887.

Arquivo Grão Pará

AGP. Arquivo C34. 1ª gaveta. Pasta 134. Mordomia. Ordens de pagamento. Para cumprir ordens do imperador. 1884 a 1888. 17 docs.

Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo

CMP-9. Atas da Câmara Municipal de Petrópolis, 9ª legislatura. 20.01.1883/31.12.1889.

CMP-17. Livro de Ouro da Câmara Municipal de Petrópolis.

Correio Imperial. Anno II. Petrópolis. 1 fev.1888. N°8. Petrópolis: Typ. Imperial, 1888.

I-DLC- [12.02.1888] - CI.BR.d. Programa da [1ª] Batalha de Flores em Petrópolis a ser realizada no domingo de Carnaval [12/02/1888].

I-DMI-01.04.1888-IB.at. Ata da solenidade de entrega dos títulos de remissão dos estados-livres de Petrópolis, lavrado pelo dr. José da Silva Costa. Petrópolis, 01/04/1888. 1 fl. dupla. Pequena Ilustração. Ano VI - n. 297. 1937. Proc.147/1945.

Referências bibliográficas

ALONSO, A. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Dom Pedro II e a Cultura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BARROS, J. D. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 132-179

_____. **Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História**. v. 5. Petrópolis: Vozes, 2012.

BASSANEZI, M. S. “Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história”. In: PINSKY, C; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-172.

BORGES, L. C.; CAMPOS, M. D.; RANGEL, M. F. “Museologia e patrimônio: uma introdução”. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 7, n. 1, 2012.



BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Decreto-Lei no 4.120, de 3 de setembro de 1920. Revoga os arts. 1º e 2º do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889 e autoriza a trasladar para o Brasil os despojos mortaes do ex-Imperador D. Pedro II e de sua esposa, D. Thereza Christina, abrindo para tal fim os necessários créditos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 14809, 5 set. 1920.

_____. Decreto-Lei no 2.096, de 29 de março de 1940. Cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 5426, 30 mar. 1940.

_____. Decreto no 85.849, de 27 de março de 1981. Atribui à cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Cidade Imperial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5858, 27 mar. 1981.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA DO LAGO, L. A. **Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, E. V. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2010.

DIAS, P. V. G. **Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do quilombo da Tapera**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DOSSE, F. **A História**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 2012.

FRAGOSO, J. “Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, Séculos XVII e XVIII)”. In: _____; GUEDES, R.; JUCÁ, A. C. (Orgs.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa**:



métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um *corpus* documental. Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p. 21-32.

FRAGUAS, A. B. F. **Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de D. Pedro II: um agente no campo científico (1871 – 1891)**. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução: Rosa Freire d’Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACOMBE, L. L. **Biografia de um palácio**. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

LIMA, D. F. C. “Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão”. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v.7, n.1, p.31-50, 2012.

MENDONÇA, J. M. N. “Legislação emancipacionista, 1871 e 1885”. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

MUAZE, M.; SALLES, R. (Orgs.). **O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

NEVES, M. S. “Pierre Nora (1931-)” In: PARADA, M. (Org.). **Os historiadores clássicos da história**. v. 3. Petrópolis: Vozes: PUC-Rio, 2013. p. 202-223.

NORA, P. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. Tradução: Yara AunKhoury. In: **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

REBOUÇAS, A. **Diário e notas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

RODRIGUES, M. C. “Patrimônio documental nacional”. In: **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 110-125, 2016.

SANTOS, M. S. **A Escrita do Passado nos Museus Históricos**. Rio de Janeiro: Garamond/Minc, Iphan, Demu, 2006.

_____. **Memória coletiva e Identidade Nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SILVA, M. C. S. M. “Arquivos de museus: características e funções”. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 4, p. 35-47, 2013.

O ARQUIVO JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO: UM POTENCIAL A SER EXPLORADO

ISABEL CRISTINA SABOIA VARÃO¹



Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar a experiência de pesquisa com os processos judiciais trabalhistas salvaguardados em arquivo permanente no Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região. Nesse sentido, buscamos apresentar a tipologia das documentações presente nos arquivos, destacando a potencialidade dessas fontes para o desenvolvimento de pesquisas a fim de entender os Mundos do Trabalho da Amazônia. A partir disso, pontuamos como o descarte - com amparo legislativo - atingiu essas memórias e, em contrapartida, como as lutas travadas nos últimos anos em nome da preservação e manutenção dessas documentações tem resultado em saldos positivos.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Processos Trabalhistas; Preservação de memórias.

Abstract

This article aims to set forth a research experience with the labor lawsuits safeguarded in a permanent file at the Labor Justice Memory Center of the 11th Region (*Centro de Memória da Justiça do Trabalho – 11ª Região*). In this sense, it is sought to show the typology of the documentation present in the archives, highlighting the potential of these sources for research development in order to understand the worlds of work in the Amazon. From this point, it is drawn attention how the disposal - with legislative support - reached these memories and, on the other hand, how the struggles in recent years in the name of preserving and maintaining these documents have resulted in positive balances.

Keywords: Labor Justice; Labor Proceedings; Preservation of historical memory.

Introdução

Estudos que estabelecem diálogos entre História, Cidadania e Direito, a partir das fontes do judiciário, vem sendo encaminhados desde a década de 1980, momento em que as ciências sociais e humanas, sobretudo a ciência história, ampliaram seus campos de estudos, reestruturando seus aportes teóricos e metodológicos (LARA, MEDONÇA, 2006, p. 09-12). Nesse ensejo, emergiu os arquivos policiais e jurídicos com fontes de indispensável valor histórico para pensar o cotidiano das pessoas comuns, dando enfoque para outros meandros de articulações de lutas e reivindicações, visualizando, através de perspectivas que envolvem leis, justiça e direitos, os modos pelas quais agentes históricos

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: issabelcris21@gmail.com.



se apropriam desses campos, quebrando, assim, a visam vertical de que as leis e direitos eram feitas para o controlar os de baixo (NEGRO, 2006, p. 196-197).

Dessa maneira, importantes trabalhos foram pensados a partir desses tipos de fontes, como aqueles que versam sobre os estudos da escravidão no Brasil e sobre os trabalhadores livres do século XX. No que tange aos arquivos que salvaguardam, sobretudo, documentações cartoriais, processos criminais e civis, tratando-os como fontes fundamentais para entender o Brasil escravista.

Nesse ínterim, o ensaio *Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?*, de Robert Slene (1983) há um considerável estudo acerca da importância histórica dos arquivos cartoriais para estudos da escravidão, para isso, o autor põem em questão a normativa, do então ministro da Fazenda Rui Barbosa – 1980 - para incinerar todas as documentações do Ministério da Fazenda, onde - dentre essas - havia matrículas de escravos, assim como outras informações que pautavam as relações escravistas.

Para tanto, apesar da clara tentativa de apagar essas memórias, outras documentações escaparam, passando a compor “os arquivos da escravidão”, de modo que os arquivos cartoriais se tornaram um potencial a ser explorado. Assim, Slene apresenta um breve estudo sobre a abundância de informações contidas nessas documentações.

Neste ensaio, examino primeiro os manuscritos das duas matrículas de escravos – ou seja, aquilo que era o alvo principal da portaria de 1890, mas que escapou, em parte, da fogueira. Em segundo, focalizo a outra documentação sobre escravos que se encontram nos cartórios, mostrando a importância desse material para o historiador. (ibidem, 1983, p. 168)

Isto posto, o autor tece críticas contundentes a respeito da eliminação dessas documentações, buscando entender o que é postulado pelas comissões arquivistas como parâmetro para eliminação às “documentações de valores históricos”, apontando, assim, métodos de políticas de preservação dessas memórias; tudo a fim de enveredar estudos sistemáticos dessas fontes que possibilitem entender períodos históricos de épocas mais remotas.

Em relação aos arquivos do judiciário trabalhista, salientamos, a princípio, a instalação das primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) em 1932 – ligadas ao poder executivo – onde as questões trabalhistas eram tidas como caso de polícia, e, posteriormente, a partir da Constituição de 1934, a criação da Justiça do Trabalho, passando a funcionar em 1º de maio de 1941. Esta Justiça configurando-se como um amplo campo de lutas e reivindicações de conflitos entre empregados e empregadores,



dirimindo conflitos legitimar-se enquanto instituição (GOMES, SILVA, 2013, p. 20-26). Nesse sentido, o uso das documentações produzidas nesses espaços emergem a partir de um movimento que se deu em um processo de significativas mudanças epistemológicas nos modelos interpretativos, em que novos estudos foram cunhados na área da história social do trabalho e em diálogos com a história cultural, ampliando as categorias de análises que iam de “classe social” e “ideologias” para estudos que abarcam gênero, raça, regionalidades, pactos e negociações, cultura política etc. Com efeito, os estudos saltam de percepções generalizantes para análises que visualizam o protagonismo dos agentes históricos como sujeitos e sujeitas de sua própria história (GOMES, 2004, p. 158-162).

Com efeito, a exponencial documentação que retrata dessas disputas vem sendo amplamente explorada, pelo menos nas últimas três décadas, buscando entender as relações dos trabalhadores livres a partir do século XX. Esses estudos buscam apresentar diferentes trajetórias, destacando as táticas de resistências, usos e apropriação das leis, aspectos do cotidiano dos trabalhadores (as), bem como as trocas de experiências que, por vezes, transgrediam o ambiente de trabalho, assim como os modos de sociabilidade dos movimentos operários e atuações de outras categorias de trabalho de sujeitos e sujeitas que se articulavam para além das lutas sindicais e grevistas (GOMES; SILVA, 2013, p. 31).

Em suma, novos objetos foram visualizados, portanto novas problemáticas formuladas e, conseqüentemente, novas fontes exploradas; dentre elas, a documentação administrativa e jurídica da Justiça do Trabalho que se destacou como um corpo documental a ser estudado. Paralelo a isso, uma questão saltou aos olhos dos historiadores: *quais medidas tomar para lutar pela preservação das memórias do judiciário trabalhista?* Considerando que eliminação sistemática dessas documentações tem como pano de fundo o amparo legislativo da lei 7.627 de 1987, dando aval para eliminação dos autos findos após 5 anos de arquivamento.

A respeito das políticas de preservação dessas memórias, lutas vêm sendo articuladas nas últimas décadas, onde órgãos e instituições produzem em eventos, fóruns, reuniões, sancionando resoluções e implantando medidas com intuito de salvaguardar tais documentações.² Assim, destaca-se que um dos primeiros aparatos legais a pensar nas

² Sobre isso, ver: CAIXETA, M. C. D; CUNHA, M. A. C. **Gestão documental e resgate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado.** Cadernos De História. v.14, n, 20, 2013. ; NEGRO, Antonio Luigi. **O que a Justiça do Trabalho Não Queimou: Novas Fontes e Questões para a História Social.** Politeia. v. 6, n. 1, 2006. ; SILVA, Fernando Teixeira da.



políticas de preservação das documentações públicas e privadas foi o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ – implantado pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o conselho conta com um corpo gerido de arquivistas, historiadores, bem como outros profissionais a fim de estabelecer os critérios de eliminação que, dentre eles, está estipulado o “o valor histórico” como parâmetro para incineração e/ou eliminação mecânica desses materiais. No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça, em 2008, aplicou métodos de Gestão Documental através do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) propondo, igualmente, normativas para resguardar as documentações do judiciário trabalhista brasileiro.

Muito embora essas medidas, em certo sentido, apontem métodos de preservação, a comunidade de historiadores e historiadoras vem tecendo constantes críticas sobre o que é considerado, por parte desses regimentos, documentações de valor histórico. Esta questão faz-se necessária à medida em que vemos a continua eliminação dessas documentações.³

Em virtude disso, essas problemáticas têm sido motivo para debates nos Encontros Nacionais da Justiça do Trabalho, que se encontra em sua IX edição. Eles discorrem sobre articulações em defesa da memória da Justiça do Trabalho. Em suma, foi através desses momentos que se criou, em 2006, o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – MEMOJUTRA – importante instância que buscou fomentar a criação de centros de memórias da justiça do trabalho em cada um dos 24 Tribunais do Trabalho distribuídos em todo território brasileiro.⁴

Observa-se ainda que a luta em defesa das memórias é uma prática recente, assim como seu uso para fins de estudos da história social do trabalho (GOMES; SILVA, 2013, p. 31). Assim, a Associação Nacional de Historiadores – ANPUH – tem se articulado, desde 2000, em encontros, seminários, simpósios etc, com o intuito de apontar a importância dessas documentações; ressaltando seu valor administrativo, assim como o direito social de acesso à informação – direito dos cidadãos garantidos por lei - bem como a relevância para comunidade historiográfica, tudo a fim de cunhar importantes pesquisas para o entendimento de nossa história.

Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

³ SILVA (2016).

⁴ Disponível em: <<https://www.memojutra.com.br/centro-de-memoria/>>



Diante desse cenário, Magda Barros Biavaschi (2010) fez parte da comissão organizadora e presidiu o MEMOJUTRA. Ela ressalta a seguinte consideração a respeito de tal assunto:

Os processos são fontes de inegável valor histórico e que, além de seus aspectos jurídicos e dos documentos que contém – os quais podem se constituir em meio de prova para os cidadãos em outras demandas -, contam, entre outros enredos do passado (mas com desdobramento no presente e para o futuro), as relações que se estabelecem na sociedade, o contexto sócio-econômico em que foram produzidos, os modos e modas de cada época, os vínculos entre trabalhadores e empresas, a vida cotidiana e de uma comunidade em determinado momento. Eliminá-los é eliminar a sua história (IBIAVASCHI, 2010, p. 7).

Considerando a abundância de informações contidas nessas documentações, bem como periódica eliminação delas, em concomitância com as lutas em defesas dessas memórias, buscaremos apresentar como se deu os meandros da nossa experiência de pesquisa no Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região CEMEJ11, ressaltando os tipos de documentações salvaguardadas, os métodos utilizados para o processamento das fontes, assim como possíveis temáticas a serem exploradas.

Sobre as memórias da justiça do trabalho da 11ª região: o que sobrou?

O Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região (CEMEJ11) foi inaugurado em 1º de dezembro de 2010, fruto da resolução administrativa nº 27/2008, idealizado em meados de 2006. Com objetivo de guardar e preservar a memória e história da instituição, assim como a produção de pesquisas científicas, o CEMEJ11 contém um corpo documental presente no arquivo permanente, e é composto por documentações de cunho jurídico e administrativo; além disso, o centro de memória comporta também a gestão museológica que expõe muito da história material da Justiça do trabalho do TRT11.⁵

Localizado na sede do TRT11, em Manaus, suas documentações são dispostas em outros prédios; visto que não há um espaço específico que tenha a capacidade para a guarda de todas as documentações. Nesse sentido, foram nesses espaços em que pudessem ser extraídas as fontes que serviram de base para a construção da monografia durante a graduação e, concomitantemente, o projeto de mestrado que ora desenvolvemos. Aqui, destaca-se, que este artigo parte da problemática central de analisar

⁵ Dados retiradas do site oficial do CEMEJ11, onde contém informações sobre as atividades arquivistas e museológica desenvolvidas, bem como eventos organizados. Disponível em: <<https://memorial.trt11.jus.br/index.php>> acesso em 14 de Maio de 2020.



sistematicamente as recorrências processuais das trabalhadoras de Manaus nas décadas finais do século XX. Sem nos alongar nos pormenores de tal pesquisa, mas buscando, através da experiência no arquivo, expor a tipologia das fontes, a riqueza de informações contida nelas, reiterando, assim, o seu valor histórico e social.

Nossas pesquisas no CEMEJ11 iniciaram em 2017, na ocasião, assim como nos dias atuais, o arquivo recebe quantidades consideráveis de processos trabalhistas das varas do interior do Amazonas. A gestão dos processos trabalhistas individuais e coletivos seguem um padrão organizacional; isto é, quando os recebe esses são higienizados, tirados os materiais cortantes, sendo dispostos em caixas plásticas e sinalizados com o ano que foi ajuizado, a vara no qual tramitou a ação trabalhista, o número do processo e a instância.

O arquivo permanente contém em torno de 50 mil processos Judiciais trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Manaus, do interior do Amazonas e das JCJ de Boa Vista-RR. Essas documentações correspondem às Juntas jurisdicionadas, entre 1941 - momento da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil e inauguração da 1º JCJ de Manaus - e 1995, no qual 13 JCJ foram instaladas em Manaus, 9 no interior do Amazonas e 1 em Boa Vista. Daqueles que não foram eliminados, hoje segue um tramite de gestão para guarda permanente e compõe documentações que datam de 1974 a 2006.⁶

Aqui interessa salientar que em 1981, com a Lei nº 6.915, criou-se o TRT da 11ª Região, gerando com isso o desmembramento que subordinava as Varas do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre ao Tribunal Regional do Pará (TRT8). Em 1986, através da Lei nº 7.523, o TRT da 14ª Região foi criado passando a jurisdicionar o Acre e Roraima. Com efeito, o TRT11 passou a atender apenas as JCJ do Amazonas e Roraima. Nesse sentido, hoje, no que diz respeito às documentações que correspondem às JCJ de Manaus, o arquivo salvaguarda àquelas que datam o momento da instalação do Tribunal Regional da 11ª Região, até a implementação da Lei nº 11.419 que prevê o uso de meios eletrônicos para tramitação de processos judiciais.

Em síntese, o arquivo da Justiça do Trabalho da 11ª Região dispõe de 249 caixas, contendo aproximadamente 1364 processos trabalhistas de 1ª instância de Manaus, todos tramitados nas JCJ (1988 a 2000) e 707 caixas com processos trabalhistas de 2ª instância

⁶ COSTA, Francisca Deusa Sena da (Org) TRT da 11ª Região: 37 anos atuando na Amazônia Ocidental / TRT da 11ª Região, CEMEJ11; – Manaus: TRT da 11ª Região, 2018. 390p.: Il. Disponível em: <<https://drive.trt11.jus.br/index.php/s/fyda8na8opgdt3z#pdfviewer>> acesso em 14 de Maio de 2020.



de Manaus, havendo dissídios individuais e coletivos (1982 a 2000). De Boa Vista-RR, há 661 caixas com aproximadamente 9925 processos trabalhistas (1999-2006).⁷

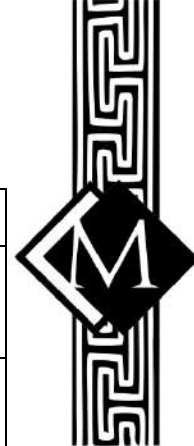
Sobre os processos judiciais trabalhistas das JCI do interior do Amazonas (Presidente Figueiredo, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Coari, Lábrea, Tabatinga, Parintins, Manacapuru e Tefé) continuam sendo encaminhados para o CEMEJ11, lugar onde passaram por avaliação dos critérios para catalogação e higienização a fim de mantê-los em guarda permanente.

Vale ressaltar que o arquivo também resguarda Diários Oficiais da União e da Justiça, Acórdãos, livros de termo de abertura, livros de audiências das juntas de conciliação de julgamento de Manaus, livros de protocolo especial de registros de reclamações, livros de registro de requisição de pagamentos - essas documentações, especificamente, transpassam as décadas de 1950 a 1990 – além dessas, há documentações de cunho administrativo do TRT11, como portarias da presidência e da diretoria-geral, resoluções administrativas do tribunal pleno etc.

A seguir, demonstramos um quadro que sintetiza as documentações que hoje compõem o arquivo permanente da Justiça do Trabalho da 11ª Região:

ARQUIVO PERMANENTE DO CEMEJ DO TRT 11ª REGIÃO AMAZONAS/RORAIMA	
JURISDIÇÕES DO TRT11	DOCUMENTAÇÕES E ANO DE ORIGEM
Manaus – Amazonas	Processos individuais (Varas – 1ª instância) 1988 a 2000
	Processos individuais/coletivos (Tribunal do trabalho - 2ª instância) 1981 a 2000
Itacoatiara	Processos individuais (Varas – 1ª instância) 1973 a 2004
Lábrea	Processos individuais (Varas – 1ª instância) 1990 a 2004
Tabatinga	Processos individuais (Varas – 1ª instância) 1990 a 2005
Humaitá	Processos individuais (Varas – 1ª instância)

⁷ Atualmente o Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região segue recebendo processos trabalhistas das varas de sua purificação. Além disso, as documentações têm passado por processo de catalogação para guarda e preservação, portanto, os dados apresentados neste artigo tendem a se alterar.



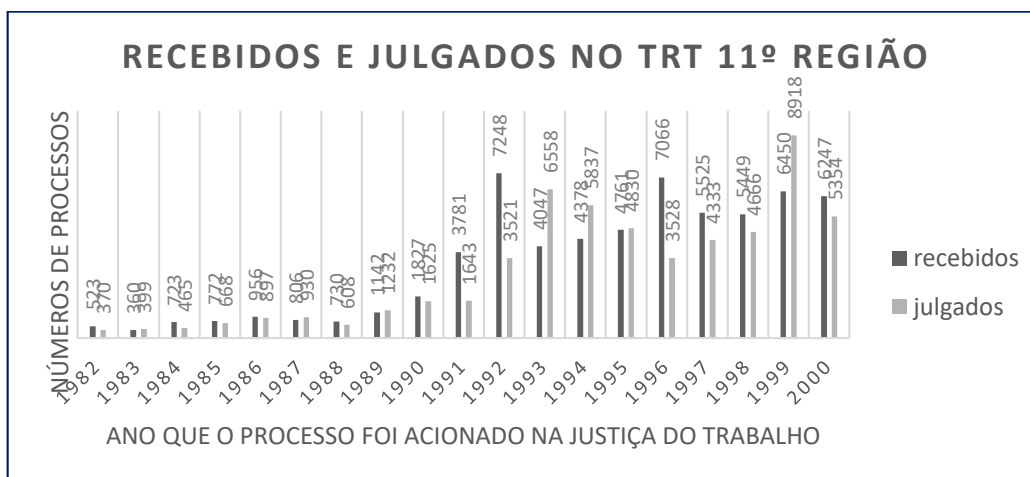
	1990 a 2005
Parintins	Processos individuais (Varas – 1º instância) 1994 a 2000
Presidente-Figueiredo	Processos individuais (Varas – 1º instância) 1994 a 2000
Manacapuru	Processos individuais (Varas – 1º instância) 1995 a 2005
Boa Vista – Roraima	Autos findos (Varas – 1º instância) 1999 a 2006
<p>Documentações administrativas do TRT11º Região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diário Oficial da União – 1982 a 2000; • Diário Oficial da Justiça (período impreciso); • Acórdão; • Portaria da presidência e da diretoria geral (coleção incompleta); • resoluções administrativas do tribunal pleno (coleção incompleta). 	
<p>Outras documentações jurídicas das varas e do tribunal do trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Livros de termo de abertura; Livros de audiências das juntas de conciliação de julgamento de Manaus; • Livros de protocolo especial de registros de reclamações; • Livros de registro de requisição de pagamentos. 	

Durante o manuseio dessas documentações, no qual observamos essas informações, uma questão em especial nos chamou atenção: a eliminação maciça dos processos trabalhistas das JCJ de Manaus. Hoje o CEMEJ11 contém, como dito acima, mais ou menos 1364 autos findos de 1º instância, sendo esses de 1988 a 2000. Observamos que todos os processos provocados entre 1982 (momento que o TRT11 foi instalado) e 1988 foram eliminados, e boa parte daqueles que foram recebidos e julgados entre 1988 e 2000 igualmente passaram pōe eliminação mecânica.

O Superior Tribunal do Trabalho (TST), ao realizar uma série histórica a partir de relatórios anuais de movimentações processuais dos TRTs, desde sua fundação em 1941 aos dias atuais, demonstra a quantidade de processos recebidos e julgados em todos os



tribunais regionais do trabalho distribuídos pelo Brasil. Assim, ao analisarmos esses relatórios, atentamos para a quantidade de processos que foram tramitados no Tribunal do Trabalho do Amazonas/Roraima.



Fonte: Relatório anual e estatístico dos recebidos e julgados dos Tribunais Regionais do Trabalho – Tribunal Superior do Trabalho.

Esses dados evidenciam duas importantes questões. Primeiro, o significativo aumento de ações que tramitaram na Justiça do Trabalho do Amazonas/Roraima, demonstrando que esta justiça foi amplamente usada pelos trabalhadores (as) da Amazônia. Apesar de apontarmos isso a partir da instalação do TRT11, isto é, em 1982, os trabalhadores (as) dessa região recorriam já às J CJ que eram subordinadas ao Tribunal Regional do Pará/Rondônia (TRT8), como também aos livros de termos de abertura e livros de protocolo especial de registros de reclamações, bem como aos acórdãos das décadas de 1940, 1950 e 1960. Em síntese, todos demonstram essas informações.

A segunda observação é sobre a quantidade de processos trabalhistas julgados dos quais muitos foram eliminados. Das memórias que versam sobre as relações de trabalho da Amazônia, as que mais sofreram os impactos das eliminações foram aquelas que dizem respeito aos trabalhadores e trabalhadoras que recorreram as J CJ de Manaus, sobretudo os processos trabalhistas individuais, restando, como bem observado acima, em torno de 1364. Nesse sentido, perguntamo-nos por que pouco sobrou dessas memórias e, principalmente, porque os processos das J CJ de Manaus foram os mais atingidos.

Analisamos seis resoluções administrativas do Tribunal do trabalho do AM/RR, acionadas entre 1996 e 2008, dando autorização para eliminação dos autos findos de Manaus e arquivados há mais de 5 anos, conforme prevê a Lei nº 7627/87. Desse modo,



a Resolução Administrativa nº 004/2008 chamou especialmente nossa atenção, pois nesta consta que por unanimidade foi acordado a eliminação de 113.317 processos, de 1996 a 1999, das Varas do Trabalho de Manaus, considerando, a partir disso, “que os magistrados tiveram a oportunidade de indicarem alguns para guarda permanente” nota-se que o ano dessa resolução é o mesmo do Conselho Nacional de Justiça.⁸

Fernando Teixeira observa que a disputa entre o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) pela gestão documental do Poder Judiciário ocasiona “formas desastrosas de eliminação documental”, isto porque os critérios de descartes estabelecidos pelo CNJ dispõe de recomendações para fins de eliminação e em consonância com a “tabela da temporalidade”, subscrevendo que os critérios devem compensar as documentações de valor histórico, o desmembramento dos processos e selecionando aquelas documentações consideradas essenciais, como também ao que se refere aos métodos de amostragem, estes que mantém aqueles processos com as informações que seriam representativas de outras ações trabalhistas “semelhantes.”

Apesar das problemáticas que envolvem esses critérios de descartes, essas mesmas não são postuladas nas Resoluções de Tribunais Regionais do Trabalho, como bem colocado pelo autor e, igualmente, observamos nas Resoluções Administrativas lançadas pelo TRT da 11ª Região, nas últimas duas décadas, a contar a promulgação da lei de eliminação dos autos findos da justiça do trabalho. Essa questão indica que a ação institucional em detrimento a preservação dessas memórias gerou, como buscamos demonstrar, a eliminação quase que completa dos processos trabalhistas do judiciário trabalhistas da justiça do trabalho do Amazonas/Roraima, sobretudo os processos trabalhistas individuais.

É fato que as lutas travadas em nome da manutenção e preservação dessas documentações têm gerado impactos significativos. Nesse sentido, o Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, em parceria com o CONARQ, tornou-se um projeto desenvolvido pelos próprios magistrados desta justiça, endossando debates em torno da preservação das memórias e as políticas de organização dos arquivos da Justiça do Trabalho que deveriam ser empregadas. No decorrer das edições dos encontros anuais, os debates foram sendo ampliados de forma que as instituições acadêmicas passaram a fazer parte dos encontros, fomentando o debate ao que se refere a relevância dessas documentações para fins, também, de pesquisas científicas; além disso, os encontros

⁸ Resoluções administrativas, para eliminação dos autos findos, lançadas pelo TRT11 durante as décadas de 1990 e 2000. Disponível em: <<https://bd.trt11.jus.br/xmlui/discover>> acesso em 16 de Maio de 2020.



aprovaram resoluções para integrar em Tribunais Regionais arquivistas e historiadores (CASTELLINI, 2017, p. 5-7).

Por conseguinte, embora muitas documentações do TRT da 11ª Região tenham sido perdidas, é inegável as recentes articulações do CEMEJ11 reiterando sua funcionalidade e importância, assim como a preservação e manutenção do que sobrou. Nesse sentido, o centro de memória promove eventos integrados, como a Semana Nacional de Museus em parceria com as universidades públicas e particulares, assim como oficinas e cursos sobre o trato com as documentações do judiciário trabalhistas; além de fóruns, exposições, projetos itinerários, visitas às escolas, promovendo gincanas e outras atividades culturais.⁹

Recente e ainda escassos são as pesquisas acadêmicas que utilizam as documentações do CEMEJ como escopo central de estudos¹⁰. Cremos que um dos efeitos disso se dê pela ausência de um centro de documentação sobre a Justiça do Trabalho nas universidades do Amazonas. Diante do exposto, Luigi Negro aponta que a emergência dos centros de documentações nas universidades tem impedido a maciça eliminação dessas documentações, pois tem se mostrado um importante potencial para disseminação de pesquisas nos programas de pós-graduação.

Ainda assim, em 2017, foi lançado o artigo *Histórias e justiça em processos trabalhistas: cultura de resistência de trabalhadores na Amazônia Brasileira*, de Nelson Tomelin e Maria do Rosário¹¹, ele é resultado do projeto intitulado “Cidade, Cultura e Saúde: processos trabalhistas, modos de vida, trabalho e resistência de trabalhadores em Itacoatiara (1973/2004)”, onde pesquisadores da UFAM/PUCSP/UFCG, através do Procad/Capes desenvolvem o projeto “Trabalho, Cultura e Cidade”. O objetivo é estudar as relações de trabalho e a cultura de resistência na Amazônia brasileira, sobretudo no município de Itacoatiara, a partir dos processos trabalhistas provocados pelos trabalhadores daquela localidade.

⁹ Essas informações foram adquiridas, em partes, pela vivência que tivemos diretamente com magistrados que administram o CEMEJ11. O centro de memória também dispõe de um site informativo, assim como redes sociais que promovem as atividades. Disponível em: <<https://memorial.trt11.jus.br/index.php/acervo/processos-trabalhistas.html>>

¹⁰ Quando nos referimos a utilização dos processos com escopo de análise central em pesquisas acadêmicas nos referimos a pesquisas que explorem diretamente essas documentações, buscando estudá-las em sua totalidade. Atualmente pesquisas nesse sentido tem sido desenvolvida na graduação em História no Programa de Pós-Graduação em história da UFAM.

¹¹ TOMELIN JR, Nelson; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Histórias e justiça em processos trabalhistas: cultura de resistência de trabalhadores na Amazônia brasileira**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 58, abr. 2017.



No mesmo ano, ocorreu a *I Jornada de Debates em História: memórias, fontes históricas e Justiça do Trabalho*, reunindo pesquisadores (as) envolvidos e interessados com a temática. O evento foi promovido em parceria com departamento do curso de História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM) e Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região (CEMEJ11), representado pela historiadora e servidora federal do TRT11, Francisca Deusa Sena Costa. O evento gerou um artigo publicado pela mesma historiadora com o título *Novas incursões da pesquisa histórica: o uso do processo judicial trabalhista como fonte*, publicado em 2017.

Com efeito, o projeto tornou-se um pontapé inicial para influenciar o desenvolvimento de outras pesquisas que se utilizam dos processos trabalhistas como fonte central. Nota-se que a aproximação dos centros acadêmicos com o CEMEJ11 potencializa os debates teóricos-metodológicos em torno dessas documentações, fazendo com que se desperte entre os pesquisadores o interesse em desenvolver pesquisas com tais documentações. Em outras palavras, possibilitando com que essas documentações sejam preservadas, também, em nome da construção da história dos trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia.

Seguindo os caminhos de Nelson Tomelin e Maria do Rosário (2017), os processos judiciais trabalhistas emergem como uma fonte de inegável valor histórico à medida em que, através deles, podemos visualizar experiências vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia, buscando compreender, por meio de uma leitura sistemática das fontes, a formação do chão social, bem como as táticas de resistência forjadas nos espaços de trabalho e, conseqüentemente, nos tribunais da Justiça que se instalavam nessas localidades. Nesse sentido percebe-se que a manutenção de direitos, bem como a formação do aparato legislativo são resultados das lutas travadas por esses sujeitos e sujeitas. Além disso, estudar essas relações por intermédios das fontes aqui mencionadas é atentar, também, às mudanças estruturais observando as contradições e ambigüidades na luta por direitos sociais, como também à constituição da cidadania plena.

Tais apontamentos evidenciam que os processos trabalhistas, assim como as demais fontes salvaguardadas no CEMEJ11, são um potencial a ser explorando, considerando a riqueza informativa contida nelas; assim, a possibilidade de explorá-las desnudará outras faces da Amazônia - que de uma outra forma ou através de outras fontes - não seria possível.



Nas entrelinhas do rito processual

A funcionalidade da Justiça do Trabalho se firma na sua oficialidade ante a jurisprudência sobre as reclamações provocadas, pois seu objetivo é solucionar as ações com maior celeridade possível, visto que sua eficácia está em conciliar e julgar imparcialmente e com maior celeridade os processos trabalhistas. Dessa maneira, a Justiça do Trabalho divide-se em Varas do Trabalho integrando a 1º instância; Tribunais do Trabalho correspondente a 2º Instância e Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal, compondo as instâncias extraordinárias da Justiça do Trabalho – 3º instância. Quando a sentença é dada, não havendo concordância com a mesma, a Vara tramita um recurso ou acórdão – pedido de revisão da reclamação – sendo deferido, o processo passa para as instâncias superiores.

É interessante frisar que a instrumentalização de um processo trabalhista prescreve o tramite de uma ação, denominada como reclamação, tanto por parte de um trabalhador (a) ou por parte do empregador. A Justiça prevê, ainda, que o trabalhador tem dois anos de prescrição – tempo para acionar a justiça do trabalho – do momento em que o contrato de trabalho é rompido; além disso, há também a possibilidade de reclamação durante a vigência do contrato. Quando seu direito é transgredido, tem até cinco anos para pleitear uma reclamação.

Os processos trabalhistas, especificamente, prescrevem um rito processual, portanto, sua organização tem caráter homogêneo conforme as burocracias do aparato administrativo da Justiça do Trabalho, assegurado por seu caráter mais dinâmico em comparação com as demais justiças, isto porque a vista de um menor vigor processual garante menor complexidade para solução dos casos em menos tempo possível. Segundo o Manual do Processo Trabalhista, as características gerais da Justiça do Trabalho se espraiam em três finalidades. Primeiramente, a finalidade social, pois visa julgar e conciliar de forma justa as partes envolvidas e sem prejuízos para os envolvidos. Segundo, a oralidade, onde prevaleça o testemunho para fins de conciliação e acordo e, por fim, a celeridade que se firma na agilidade para solucionar os casos, tendo em vista as necessidades que envolvem a vida de um trabalhador (a).¹²

¹² Essas informações gerais sobre os objetivos gerais da Justiça do Trabalho e seu rito processual foram extraídas do Manual da Justiça do Trabalho escrito pelo advogado Sergio Ferreira Pantaleão “Justiça do trabalho – processo do trabalho” disponível em http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/processo_trabalho.htm acesso em 20 de Maio de 2020.



Nos últimos anos a justiça do trabalho tem ampliado sua competência. A emenda constitucional nº 45/2004 alterou o Artigo 144 da Constituição Federal passando a conceder poderes para julgar conflitos não somente nas relações empregatícias, mas a facultar reclamações de qualquer relação de trabalho envolvendo as modalidades de trabalho temporário, avulso, autônomo, prestação de serviços, dentre outros.

Dessa maneira, destaca-se que há duas formas de acionar uma reclamação, são elas: O Dissídio coletivo, em que se faz a partir de um conjunto de trabalhadores que pleiteiam direitos de interesse coletivo. O dissídio individual que corresponde às reclamações pessoais acionada por um trabalhador (a), especificamente. Grosso modo, um processo trabalhista composto por petição inicial, acordo ou conciliação, contestação, audiências, defesa do mérito, sentenças, recursos ordinários, contrarrazões, mandado de penhora, conclusão e arquivamento. Em suma, em meio a essas documentações, visualiza-se relatórios que versam sobre o encaminhamento conflitivo entre trabalhador (a) e empregador, provas materiais e orais, apresentando depoimentos das partes envolvidas na ação, julgamentos e posicionamentos dados pelas vozes jurídicas, dentre outros.

As vozes que compõem os processos distribuem-se em juízes dos tribunais, juízes classistas¹³, vítimas, réus, desembargadores, advogados, escrivão, representantes dos empregadores, representantes dos trabalhadores (as), patronos sindicais, testemunhas das partes envolvidas nas ações. Nesse ínterim, Sidney Chalhoub (1986, p. 22-23) considera que a diversidade de vozes envolvidas nessas ações permite que visualizemos “diferentes versões” de sujeitos históricos inseridos em lugares sociais permeados de símbolos e significados.

Assim, é importante considerar que essa organização administrativa não monopoliza o litígio das reclamações acionadas, isto é, de modo que venha a inviabilizar uma ação direta e autônoma por parte dos trabalhadores e trabalhadoras. Observa-se que, embora essa organização se mostre metódica, as fontes apresentam diferentes experiências de homens e mulheres que se apropriaram das leis e da justiça para pleitear direitos, transgredindo toda e qualquer forma de imposição hegemônica.

Lembre-mos que o *domínio das leis* está imbricado nas diferentes esferas da vida social, tanto nos campos ideológicos dos dominantes, quanto na lógica cotidiana das

¹³ A Emenda Constitucional nº 24 de 1999 extinguiu os Juízes Classistas. No geral, eram pessoas, intituladas como juízes não togados, no qual eram indicadas pelos sindicatos para representar os trabalhadores nos tribunais.



pessoas comuns – dominados. Portanto, o campo do Direito e Justiça nas relações sociohistóricas é formado por uma arena de forças conflitantes entre si e não pode ser vista hierarquicamente como um fenômeno da classe dominante.

A lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm uma relação ativa e definida (muitas vezes um campo de conflito) com as normas sociais; e, por fim, pode ser vista simplesmente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios – isto é, simplesmente enquanto lei (THOMPSON, 1987, p. 351).

Vê-se com isso que a emergência das documentações da Justiça do Trabalho enseja os estudos da história social dos mundos dos trabalhos, dando suporte à linha de pensamento e quebrando a lógica tradicionalista em que a formação da consciência de classe parte de lutas organizadas em movimentos grevistas, sindicais e partidários. Assim, teses e dissertações¹⁴ desenvolvidos nos últimos anos apontam que o uso e apropriações das leis apreendido e instrumentalizado pelas pessoas comuns é também uma forma de compreender a constituição da consciência de classe.

Lembremo-nos que organização da classe trabalhadora, quer seja aquelas de cuja experiências se materializaram no chão da fábrica, quer seja aquelas que se organizam em outras formas e categorias de trabalho, não são fenômeno acabado em si, mas processos de construções e desconstruções históricas no quais os chãos sociais modificam-se no tempo e no espaço. Para Hobsbawm (2015, p. 327), portanto, “as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, de terem adquirido sua feição definidas. Elas continuam a mudar”. A compreensão desse pressuposto teórico conduz-nos a pensar como as ações trabalhista individuais e coletivas que evidenciam elementos da cultura de um tempo carregadas de simbolismos, costumes e hábitos, tornando-se parâmetro para a percepção de justiça e direitos que os trabalhadores (as) levam consigo.

Dessa maneira, interpretar sistematicamente o papel dos trabalhadores (as), assim como dos magistrados da justiça e demais vozes que compõem essas ações, é revelar também como a institucionalização das estruturas socioeconômicas atingem diretamente não só o cotidiano dos trabalhadores, mas também a forma como os empregadores lidam com isso, sabendo que estas são um dos esteios das relações econômicas da sociedade. No mesmo sentido, é interessando perceber a jurisprudência da Justiça do Trabalho em meio a esses conflitos buscando legitimar-se como mediadora desses conflitos. Em

¹⁴ Sobre isso, ver: VARUSSA (2012); SPERANZA (2012); CORRÊA (2007). Fernando Teixeira em **Trabalhadores no Tribunal** (Silva, 2016) analisa como a Justiça do Trabalho se consolidou, durante o golpe de 1964, como instituição que dirimiu muitos dos conflitos trabalhistas num momento de forte repressão dos direitos sociais.



síntese, as leituras em série dessas documentações desvelam as estruturas do chão social de diferentes temporalidades.

Não obstante, uma leitura crítica e analítica, especificamente dos processos trabalhistas, quer seja uma catalogação por décadas, quer seja por categorias de trabalhos, tipos de reclamações ou, ainda, eixos temáticos que transpassam questões de gênero, raça, regionalidades etc, possibilita resgatar as experiências vividas pelos trabalhadores, materializando nos processos trabalhistas e demais fontes do judiciário reclamatórias que versam as dificuldades inerentes às vivências no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, o uso dessas fontes tornou-se fundamental, uma vez que nos possibilitaram *alcançar* sujeitos sociais que, dadas às condições, suas vivências não poderiam ser registradas senão pelas estruturas burocráticas dos processos da Justiça do trabalho.

Conclusão

As questões discutidas neste artigo não são de forma alguma um fim último sobre a potencialidade que os processos judiciais trabalhistas comportam. No mesmo sentido - pouco explorado neste estudo - a riqueza informativa contida nas demais fontes salvaguardadas no CEMEJ11. Nosso objetivo central foi apresentar o trabalho importantíssimo que tem sido desenvolvido pelos e pelas magistradas do CEMEJ11, assim como a luta travada em defesa das memórias que hoje estão em guarda permanente, pois sabe-se que a eliminação dessas memórias ainda é uma luta em pleno vapor.

De igual forma, buscamos problematizar possíveis temática de pesquisas, a partir de um suporte teórico e metodológica que auxilia sobremaneira a interpretar as diversas relações do mundo do trabalho na Amazônia brasileira, pois, como pontuado, no que diz respeito a nossa região, ainda é um corpo documental ainda pouco explorado.

Data de Submissão: 28/05/2020

Data de Aceite: 30/06/2020



Fontes consultadas:

<http://www.tst.jus.br/web/estatistica/trt/recebidos-e-julgados>

<https://portal.trt11.jus.br/>

<https://memorial.trt11.jus.br/>

Referências Bibliográficas

CAIXETA, M. C. D; CUNHA, M. A. C. Gestão documental e resgate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado.

Cadernos De História. v,14. n, 20, 2013.

CASTELLINI, Isabelle da Rocha Brandão. **Arquivos na Justiça do Trabalho:** Perspectivas a partir do Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores Têxteis e Metalúrgicos a Caminho da Justiça do Trabalho:** leis e direitos na cidade de São Paulo, 1953 a 1964. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. Novas incursões da pesquisa histórica: O uso do processo judicial trabalhista como fonte. **Revista Manduarisawa.** v. 1 n. 1 (2017).

GOMES, Ângela Maria de Castro; SILVA, Fernando Teixeira. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: A título de apresentação. *In:* GOMES, Ângela Maria de Castro; SILVA, Fernando Teixeira. **A Justiça do Trabalho e sua história.** Campinas: Editora Unicamp, 2013.

GOMES, Ângela. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n. 175-176, jul./dez. 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho.** 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LARA, Silva; MENDOÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs). **Direitos e justiça no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2006.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais. **Revista Métis: História&Cultura.** v. 12, n. 23, 2013.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho Não Queimou: Novas Fontes e Questões para a História Social. **Politeia.** v. 6, n. 1, 2006. p. 193-209.



SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil:** pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da. Da Urgência do Passado: Entre a Destruição e a preservação dos autos da Judiciais. *In:* SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal:** conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal:** conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

SLENES, R. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos.** v. 13, n. 1, p. 117-149, 1983.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos:** As leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954). Porto Alegre: ANPUH, Oikos, 2014.

THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMELIN JR, Nelson; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Histórias e justiça em processos trabalhistas: cultura de resistência de trabalhadores na Amazônia brasileira. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,** [S.l.], v. 58, abr. 2017.

VARUSSA, R. J. **Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil, décadas de 1940 a 1960.** v,1. São Paulo: LTR, 2012.

O POTENCIAL DE PESQUISA HISTÓRICA DOS ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO AMAZONAS: PROJETOS DE LEI E OS DEPUTADOS PROVINCIAIS (1852-1888)



JULIANA MOURA NEGREIROS¹

Resumo

Pretende-se chamar a atenção para o potencial de pesquisa histórica dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, uma documentação pouco explorada e muito rica, fundamental aos que se dedicam à Amazônia Imperial e, especificamente, ao período provincial no Amazonas. Para tanto, dois itens serão abordados mais detidamente: os projetos de lei e sua tramitação e a atuação dos deputados provinciais na Comissão de Instrução Pública.

Palavras-chave: Anais da Assembleia. Província do Amazonas. Deputados Provinciais.

Abstract

It is intended to draw attention to the historical research potential of the Annals of the Provincial Legislative Assembly of Amazonas, a little explored and very rich documentation, fundamental to those dedicated to the Imperial Amazon and, specifically, to the provincial period in Amazonas. To this end, two items will be discussed in more detail: the bills and their processing and the role of provincial deputies in the Public Instruction Commission.

Keywords: Proceedings of the Assembly. Amazonas Province. Provincial Deputies.

Introdução

Este artigo tem por objetivo chamar a atenção para o potencial de pesquisa histórica presente nos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, uma rica documentação ainda pouco explorada e que traz possibilidades de pesquisa as mais variadas, principalmente aos que se dedicam a investigar a Amazônia Imperial e, especificamente, o período provincial no Amazonas. As primeiras incursões em busca deste acervo iniciaram-se durante o curso de Especialização *Latu Senso* em Historiografia e Ensino de História (2017-2018), ofertado pelo Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas e já no primeiro contato, percebe-se nesse manancial inúmeras e frutíferas propostas de pesquisa, muitas ainda por serem

¹ Licenciatura e Especialização em História pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: julianamnn.historia@gmail.com.



feitas ou a serem aprofundadas. A quase totalidade dessa documentação foi digitalizada na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, no Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA), bem como o Conjunto de Leis Provinciais, referentes ao mesmo recorte temporal. De posse do acervo, foram feitos alguns mapeamentos – que ainda se encontram em construção – possibilitando a coleta de dados que mais adiante serão apresentados e abordados de acordo com os limites permitidos por este trabalho. Desta forma, almeja-se inspirar nos leitores e leitoras o interesse por esta documentação e, talvez, o desejo em conhecê-la mais de perto. Aqui, serão abordados mais detidamente dois itens: os projetos de lei e sua tramitação e a atuação dos deputados provinciais na Comissão de Instrução Pública.

Conhecendo a Documentação

Normalmente definido como “publicação periódica de ciências, letras ou artes, organizada ano a ano” (HOLANDA, 2010, p.43), este acervo traz consigo uma infinidade de informações que podem ser exploradas a partir de diversos pontos de vista. Inicialmente, é importante conhecer brevemente a tipologia dessa documentação a fim de visualizar o quanto ela pode atender a interesses de pesquisa os mais variados. Trata-se dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, uma ampla documentação ainda pouco utilizada e que se apresenta como uma fonte fundamental aos que se dedicam à Amazônia Imperial e, especificamente, ao período provincial no Amazonas.

Com a posse do primeiro presidente de província, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, as instâncias políticas e administrativas aqui instaladas pelo poder imperial começaram a produzir a documentação pertinente à rotina desses setores, incluindo os trabalhos da assembleia legislativa. Este acervo tem seu recorte temporal iniciado em 05.09.1852, quando foi realizada a primeira sessão preparatória e de instalação da assembleia provincial, tendo como seu primeiro presidente o cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo². Com a proclamação da república, encerra-se o Segundo Reinado no Brasil, finalizando também o recorte temporal desta documentação em 1889.

Esses anuários são compostos pelo registro da rotina legislativa e dos debates entre os deputados provinciais acerca da propositura, discussão, rejeição ou aprovação

² AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Annos de 1852 e 1853, p.3.



de projetos de lei, envolvendo os mais diferentes temas que faziam parte dos assuntos econômicos, sociais, eclesiásticos e políticos da província. Além disso, citam um amplo corpo documental que transitava pelos mais variados setores administrativos como ofícios, requerimentos, petições, abaixo-assinados e regulamentos. Grande parte da mobilidade desses documentos se dava, principalmente, entre a Secretaria da Presidência da Província e as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. Várias solicitações também partiram dos próprios deputados, quando enviavam à mesa da assembleia diversos requerimentos e indicações para serem apreciados pelos demais membros da Casa. Desta forma, temos acesso aos interesses de particulares e da população em geral por meio dos pedidos enviados ao presidente de província ou aos deputados provinciais, revelando uma gama de demandas individuais e coletivas bastante expressivas.

Quantitativamente, a documentação está disposta em 31 tomos, sendo que 22 estão organizados em biênios e 9 em anuários. Do total, 25 encontram-se em formato físico e 6 estão em formato PDF³. Os tomos apresentam uma estrutura padrão de publicação, descritos em sequência cronológica e estão constituídos pelos seguintes itens: capa; sessão preparatória, sessão de instalação ou sessão solene de abertura e sessão ou sessão ordinária⁴. A **capa** exibe os elementos básicos do material, como o nome da instituição, biênio ou ano e fonte bibliográfica. Em seguida, temos a **sessão preparatória**, momento onde são realizados três procedimentos: 1º. Conferência da legalidade dos diplomas eleitorais, quando em ano de eleições ou convocação de suplentes, a Comissão de Poderes era instituída provisoriamente para conferir legalidade ou não aos diplomas dos deputados eleitos; 2º. Votação dos membros da Mesa, formada pelo presidente, vice-presidente, secretários e suplentes; 3º. Juramento dos deputados em “Missa Votiva do Espírito Santo”, que foi realizada na capela do Seminário Episcopal, entre 1852 a 1860, na capela da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de 1861 a 1875 e na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de 1876 a 1889.

Em seguida, ocorria a **sessão de instalação**, destinada ao início dos trabalhos da legislatura anual com a recepção do presidente de província ou vice-presidente para seu juramento, posse e leitura do relatório pertinente, este geralmente do presidente anterior

³ A documentação foi consultada na Biblioteca Mario Ypiranga Monteiro, no Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA). A sessão extraordinária de 1889 está localizada na Biblioteca Pública do Amazonas. Os tomos em formato físico não estão digitalizados e podem ser consultados apenas localmente.

⁴ Na documentação, estas nomenclaturas podem ser encontradas em diversos tomos de uma ou outra forma.



(não há descrição do conteúdo dos relatórios presidenciais). Estas duas sessões aconteciam apenas no início da legislatura anual. Somente na primeira sessão após à instalação, realizava-se a eleição dos membros das onze comissões permanentes, cada uma constituída por três deputados⁵. Então, a partir do que eles chamavam de “procedimentos de estilo” cumpridos, iniciavam-se as atividades legislativas.

Normalmente, as **sessões** aconteciam diariamente, exceto nos domingos, dias santos ou festas nacionais, a não ser que houvesse alguma necessidade pendente, por exemplo, quando não era possível votar projetos importantes, como os orçamentos provinciais. Essas sessões eram divididas em: **Expediente**, onde eram lidos requerimentos e ofícios enviados pela Secretaria da Presidência da Província ou à Secretaria da Assembleia, quando havia; **Ordem do Dia**, dividida em 1ª parte, com leitura de projetos, requerimentos, indicações, etc., e 2ª parte, onde aconteciam a leitura e discussões sobre os projetos de lei – que passavam, rigorosamente, por três discussões – além de votações para rejeitá-los ou aprová-los. Era o momento onde aconteciam os debates entre os deputados; e após o levantamento da sessão, era dada a **Ordem do dia seguinte**, com o anúncio da continuação dos trabalhos e o que seria tratado. No caso dos dias em que não havia sessão, era lavrado um termo constando o nome dos deputados presentes e a indicação de “não haver sessão por falta de número”. Todos estes procedimentos estavam previstos nos dois regimentos internos adotados pela assembleia provincial: Resolução A de 05.10.1852 da Província do Gram-Pará e Resolução nº 245 de 24.05.1872 da Província do Amazonas, a serem comentados em momento oportuno.

Quanto à descrição das falas dos deputados, 14 tomos não disponibilizam as publicações na íntegra. Elas aparecem de forma breve antes da proposição de projetos de lei e requerimentos ou de forma indireta. Contudo, apesar da descrição limitada dos testemunhos nesses tomos, é possível identificar diversos indícios, exigindo do pesquisador um esforço maior na busca de dados mais específicos. Estes estão circunscritos aos anos de 1852 a 1877. Felizmente, 17 tomos apresentam a descrição das falas dos deputados sobre projetos de lei e requerimentos, inclusive de forma indireta, dispostos entre os anos de 1878 a 1889⁶. Percebe-se um aumento em quantidade de páginas e no volume de informações advindas dessas falas, trazendo consigo uma

⁵ AMAZONAS, Coleção das Leis da Província do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo VI, Art. 44; Art. 46. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.77-78.

⁶ Destes, no tomo referente ao biênio de 1870-1871, a descrição das falas dos deputados aparece ocasionalmente.



multiplicidade de testemunhos voluntários e involuntários⁷ bastante expressivas. Eis a mina à disposição dos pesquisadores e pesquisadoras. A intenção aqui é explanar sobre dois itens disponíveis neste acervo que podem despertar o interesse de pesquisa, além de divulgar sua importância para os estudos sobre o Amazonas Provincial: a tramitação dos projetos de lei e a atuação dos deputados provinciais na Comissão de Instrução Pública.

Explorando a Documentação: Os Projetos de Lei e sua tramitação

Primeiramente, o mais evidente neste acervo são os **projetos de lei** (PDL) que, considerando neste estudo os que foram propostos entre 1852 a 1888, totalizam 1.312 projetos⁸ e cuja tramitação obedeceu a procedimentos regimentais previstos em lei. No ato de sua criação, a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas adotou a “Resolução A de 05.10.1852”, o Regimento Interno da Assembléa Legislativa do Gram-Pará para seu funcionamento, de 1852 a 1872 e, posteriormente, votou a “Resolução nº 245 de 24.05.1872”, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, aplicado de 1872 a 1889 e bastante semelhante ao regimento anterior. Neles constam todos os procedimentos a serem cumpridos pelo presidente da assembleia, secretários, funcionários e deputados provinciais durante o exercício da função e do processo legislativos. Para efeito de citação neste trabalho, será considerada a Resolução nº 245 de 24.05.1872.

Normalmente, após as leituras – que podiam ser até três – o projeto passava por três discussões até ser votado, onde poderia ser rejeitado ou aprovado. Quando aprovado, era encaminhado ao presidente de província para ser sancionado e transformar-se em lei⁹, correspondendo a 913 projetos aprovados. Ainda assim, havia a possibilidade de que os projetos aprovados não fossem sancionados pelo presidente de província e isso pode ser conferido no “Conjunto de Leis Provinciais” apenas em seis

⁷ Sobre os aspectos voluntários e involuntários das fontes, ver BLOCH, Marc. Os testemunhos. In: **Apologia da história**, ou, Ofício de historiador. Tradução: André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.76-81.

⁸ O mapeamento dos projetos de lei ainda está em construção, faltando apenas os tomos referentes à 2ª sessão ordinária e a sessão extraordinária de 1889 para serem incluídos na análise. Portanto, o quantitativo utilizado corresponde ao período de 1852 a 1888.

⁹ AMAZONAS, Coleção das Leis da Província do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo XII, Art. 137. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.89. “Depois de aprovada a redacção de um projecto de lei ou resolução, o 1.º secretario a mandará passar a limpo, e assignada pela mesa, será submettida á sanção”.



tomos¹⁰; os demais exibem somente as leis sancionadas. Dentre os projetos não sancionados, destaca-se o PDL nº 25-K/1878, autorizando uma verba para a reimpressão do dicionário topográfico de Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, além de “*auxiliar a publicação da grammatica e dictionario da lingua indigena de Pedro Luiz Sympson, com a quantia de 5:000\$ rs*”¹¹, aprovado em 1879. A justificativa para a não sanção deste projeto aparece no Conjunto de Leis Provinciais de 1879, assinada pelo presidente da província, Barão de Maracaju:

Nego sanção á esta Resolução por parecer que são excessivos os auxilios que ella marca para a reimpressão da primeira das obras á que se refére a Resolução e publicação da segunda, e quando apenas acaba a provincia de libertar-se do deficit que por annos pesou sobre ella. **Accresce mais que o vice-presidente da Provincia Brigadeiro Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães já negou sancção á lei que autorizou o auxilio de tres contos de reis para a referida publicação**¹².

Curiosamente, a “Grammatica e Diccionario da Lingua Indigena” organizados pelo deputado provincial Pedro Luiz Sympson também foi tema de um projeto de lei em 1876 e 1887 e, apesar de aprovados, não foram sancionados. Ainda assim, a gramática foi impressa na “Typographia do Commercio do Amazonas” em 1877, ao que tudo indica às expensas do próprio deputado. Sobre isso, comentou ele no prólogo de seu opúsculo:

A Assembléa Legislativa Provincial que, em sua quazi unanimidade e muito expontaneamente dignou-se votar uma verba para a impressão da minha – Grammatica e Diccionario –, dando por esta forma um subido apreço a este trabalho, o que é já uma distincta honra para mim, consigno aqui o meo agradecimento. Este acto patriotico, prova já o interesse que os illustrados Deputados tomam pela cultura da lingua nacional, que caminhava a passos largos para sua total degradação e destruição. Mas, como tudo n’este mundo é contingente, a lei votada n’este sentido, foi em acto successivo anniquilada!... **Dentre os deputados houve um o Sr. Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, que assumindo, poucos dias depois de encerrada a Assembléa, á administração da Provincia, como seo 2.º Vice-Presidente e querendo dar uma prova senão do seo patriotismo, mas do seo amor, as letras, condemnou a obra ao auto de fé e á fogueira – não sancionando a lei sob o frivolo pretexto de ser uma mercê o acto da Assembléa e que, como tal, só o poder executivo geral podia conceder!** [...] Mão grado porem, a este acto

¹⁰ Nem todo conjunto de Leis Provinciais trazem em seu conteúdo os projetos de leis não sancionados. Estes aparecem apenas nos tomos referentes aos anos de 1879, 1881, 1882, 1885, 1887 e 1888.

¹¹ AMAZONAS, Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do. 1878. Manáos, Impresso na Typ. do Commercio do Amazonas, 1879, p.131.

¹² AMAZONAS, Collecção das Leis da Provincia do. 1879 – Tomo XXVII, parte segunda. Manáos, Impresso na typ. Amazonas á rua de Marcilio Dias n.º 12, por M. Clarismundo do Nascimento, 1879, p.73-74. (Grifo nosso).



de S. Exc., a minha Grammatica será impressa, com sacrificios que não posso fazer actualmente [...]¹³.

As razões apresentadas pelo Barão de Maracaju e pelo deputado Pedro Luiz Sympson indicam uma relação conflituosa entre este e Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, apesar dos motivos não estarem claramente expostos. Esta é uma indicação peculiar das relações entre esses agentes públicos que necessita de maiores investigações. Até que ponto essas diferenças tiveram influência direta no processo legislativo? De que forma esses conflitos interpessoais impediram o andamento de tantos outros projetos? São questões que podem fomentar uma reflexão não somente sobre as características da nossa política provincial, como também sobre aspectos específicos sobre os agentes públicos locais. Afinal, eles foram os responsáveis em conduzir os destinos da província por meio do processo legislativo. Por outro lado, este exemplo coloca em evidência a necessidade do cruzamento de dados entre as fontes para a obtenção de uma variedade mais ampla de informações. Aliás, é de suma importância ler os Anais da Assembleia em conjunto com as Leis Provinciais e os Relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes de Província: é a trilogia básica do período provincial no Amazonas. Quantitativamente, os projetos não sancionados equivalem a 135 itens.

Os projetos não considerados objetos de deliberação eram rejeitados e isso poderia acontecer após à 2ª leitura ou em qualquer uma das três discussões¹⁴. O PDL nº 02/1852, apresentado pelo Pe. João Antônio da Silva, trouxe o seguinte texto:

Fica livre a todo o morador poder ir contractar a troca dos indigenas bravios com os principaes das nações selvagens; Art. 2.º Feita a troca o individuo apresentar-se-ha com os indigenas perante o Juiz de Paz mais visinho, para assignar um termo de educação por espaço de dez annos; Art. 3.º Concluidos os dez annos, de que trata o artigo antecedente poderá o indio ser aldeano; Art. 4.º Impor-se-ha a multa de cem mil réis, e vinte dias de prisão a todo solicitador de indios de casa de seos amos; e os aliciados serem obrigados, por qualquer autoridade judiciaria ou militar, a voltarem para a casa dos referidos amos [...]¹⁵.

¹³ AMAZONAS, Provincias do Pará e. Prologo. In: **Grammatica da Lingua Brazilica Geral**, fallada pelos aborigenes das Provincias do Pará e Amazonas por Pedro Luiz Sympson. Manáos, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, propriedade de Gregorio José de Moraes, 1877, p.XIV-XV. (Grifo nosso).

¹⁴ AMAZONAS, Collecção das Leis da Provincia do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo VIII, Art. 82; Art. 83. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.82. “Art. 82. Depois da segunda leitura d’um projecto, o presidente consultará á assembléa se é ou não objecto de deliberação; resolvido affirmativamente entrará na ordem dos trabalhos, ao contrario ficará regeitado; Art. 83. Quando algum projecto fôr regeitado não poderá ser novamente apresentado nas sessões do mesmo anno”.

¹⁵ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Annos de 1852 e 1853, p.5.



Com o objetivo de facilitar o acesso à mão de obra indígena para a agricultura, o autor do projeto apresentou a seguinte justificativa:

A agricultura, primeira riqueza dos Estados civilizados e fecundo manancial das rendas publicas reclama energicas medidas na nova Provincia. A falta de braços que soffrem os lavradores tem sido a causa de um grande numero buscar recursos á vida humana no trafico da permuta, ou para melhor dizer, no de regatão. A necessidade de auxiliar aquelle primaz ramo persuade que é mais que conveniente o seguinte Projeto de Lei [...]¹⁶.

Contudo, não foi considerado objeto de deliberação pela casa em sua 2ª leitura, sendo então rejeitado¹⁷. Aliás, este é um tema que causou amplas preocupações para os presidentes de província durante todo o período provincial: o uso da força de trabalho indígena. A rejeição deste projeto indica que a forma de captação pretendida não atendeu aos interesses dos legisladores ou mostrou-se inviável por contrariar diversas recomendações do Decreto nº 426 de 24.07.1845, mais conhecido como Regulamento das Missões. Essa legislação orientava que o trato com os índios deveria ser feito “*por meios lícitos, brandos e suaves*” (SAMPAIO; ERTHAL, 2006, p.301), o que não está claro no texto do projeto e nem especifica como a “troca” deveria ser realizada. Além disso, o autor do projeto aponta um elemento que causava preocupação aos agentes públicos: o “regatão”, comumente citado por explorar os índios durante a permuta ou troca de mercadorias. Desta forma, este projeto nos apresenta elementos bastante frutíferos a serem investigados, porque coloca em questão as relações entre índios, agentes políticos e regatão. Ademais, nos permite ter contato mais profundo com a documentação por meio do cruzamento de dados, trazendo uma visibilidade maior para compreender essas interações. Quanto aos projetos rejeitados, estes correspondem a 113 propostas.

Alguns projetos simplesmente deixaram de ser tratados pelos deputados, caíram no esquecimento e raramente foram chamados à discussão novamente. Foi o caso do PDL nº 49/1854 apresentado pelo deputado Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, decretando que “*Fica prohibido em todas as aguas da Provincia do Amazonas a navegação das embarcações de qualquer parte declarada de regatão, commercio a retalho, commercio licito ou de qualquer titulo que seja [...]*”, trazendo como justificativa ser a “*mais poderosa causa do abandono dos povoados, da falta de*

¹⁶ *Ibidem*, p.5.

¹⁷ *Ibidem*, p.5; 9. José Ribamar Bessa Freire tece comentários sobre este projeto no artigo “**Quanto vale um índio no Amazonas? (em francês)**”, no site www.taquiprati.com.br Acesso: 29.04.2020 às 23:24.



civilização, carestias nos mercados e desfalque nos cofres Provinciaes; abusos e completo menoscabo das leis e das autoridades”¹⁸. Após a 3ª leitura, o projeto entrou em 1ª discussão e não foi mais debatido. Temos aí mais uma fonte de informações sobre o “regatão”, apontado anteriormente. É importante frisar que sobre o “comércio a retalho” haviam deputados que o apoiavam, outros que o condenavam completamente e por ter sido tema de intensos debates, ele fez parte da pauta de discussões entre os deputados durante todo o período provincial.

Dentre os projetos raramente chamados à discussão, destaca-se o PDL nº 19/1860 tratando sobre a marcação dos limites das freguesias da província, apresentado por um membro da Comissão de Estatística, Catequese e Civilização dos Indígenas mediante um Parecer, deputado José de Carvalho Serzedello¹⁹. Ele foi proposto em 1860, chamado à discussão novamente em 1862 e aprovado somente em 1865 sob a Lei nº 132 de 29.07.1865, sendo o projeto que por mais tempo tramitou na assembléia legislativa. Estes totalizam um quantitativo de 248 projetos “esquecidos”.

Outra situação bastante recorrente era a “refusão”, ou seja, processo em que alguns projetos que tratavam de temas semelhantes eram reorganizados em um único texto por uma comissão especial eleita entre os deputados²⁰. A refusão também acontecia quando eram propostas emendas ou aditivos ao projeto. Foi o que aconteceu com o Projeto de Lei nº 02/1872, formulado pelos deputados Pe. Daniel Pedro Marques de Oliveira e Damaso de Souza Barriga, autorizando “[...] a conceder um premio de um conto de réis ao individuo que, das altas florestas, trazer para os povoados ou seus arrebaldes tribus selvagens de indios [...]”²¹. Após ser considerado objeto de deliberação e aprovado em 1ª discussão, os deputados Pe. Daniel Pedro Marques de Oliveira e Henrique Barbosa de Amorim apresentaram aditivos ao projeto, gerando o pedido de refusão pelo deputado Antonio Augusto Alves. A comissão especial formada

¹⁸ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1854 á 1855. Manáos, Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á praça 28 de Setembro. Impressor Hildebrando Luiz Antony, p.12.

¹⁹ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1860 a 1861. Manáos, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, propriedade de Luiz M. de L. Marães, 1881, p.20.

²⁰ AMAZONAS, Collecção das Leis da Provincia do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo XII, Art. 144. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.89. “Se houverem dous ou mais projectos sobre um só objecto, serão todos remetidos a uma comissão, que se nomeará por escrutinio secreto para refundil-os”.

²¹ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1872-1873. Manáos, Imp. Por H. Luiz Antony na Typ. do Amazonas de J. Carneiro dos Santos, á praça vinte e oito de setembro, 1882, p.8.



pelos mesmos reformulou o projeto original e os aditivos, dando origem ao PDL nº 27/1872, com um texto totalmente diverso:

Art. 1.º O Presidente da Provincia é autorisado a contractar até 15 sacerdotes da ordem dos franciscanos observantes ou carmelitas descalços que se incumbam da catechese dos indios selvagens da provincia, além dos que actualmente se empregam neste mister por conta do Governo Imperial [...].

Art. 6.º Fica garantido o prêmio de dous contos de réis a todo aquelle que por meios amigaveis e suazorios trazer das mattas dez familias aborigenes, propriamente gentias sem vislumbre de civilisação; formando taes familias ao todo um pessoal nunca menos de cincoenta individuos, e aldeal-as o mais proximo possivel dos povoados, fazendo inspirar-lhe o amor ao trabalho, de modo que offereçam condições de permanencia e estabilidade no lugar em que se estabelecerem [...]²².

O projeto seguiu o seu trâmite normalmente até ser aprovado e sancionado pela Lei nº 239 de 25.05.1872. Esta foi a maneira encontrada para reduzir o quantitativo de projetos semelhantes e facilitar a tramitação dos mesmos. Contudo, se após a refusão aprovassem a preferência de algum dos projetos, este continuaria tramitando normalmente; caso contrário, optava-se pelo texto refundido²³. Isso se deu com o PDL nº 13/1872, proposto pelo deputado Thomaz Luiz Sympson, que previa a contratação do abastecimento de carnes verdes para a capital da província²⁴. No mesmo sentido, o deputado Pe. Daniel Pedro Marques de Oliveira ofereceu o PDL nº 30/1872²⁵. Mas durante a tramitação destes projetos, o deputado José Coelho de Miranda Leão leu um parecer sobre as propostas de dois concorrentes – José Paulino von Hoonholtz e José Bento da Cruz – e optou por oferecer um projeto em favor do primeiro, originando o PDL nº 32/1872. Como tratavam sobre o mesmo tema – fornecimento de carnes verdes – foi eleita uma comissão especial para refundir os projetos nº 13, 30 e 32. No entanto, o parecer da comissão especial decidiu “*que seja preferido o de nº 32, sobre que versa a*

²² *Ibidem*, p.39.

²³ AMAZONAS, Collecção das Leis da Provincia do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo XII, Art. 145. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.89-90. “Mas se algum deputado depois da refusão insistir na preferencia de um dos projectos e a assembleia a acceitar, entrará esse projecto em discussão ordinaria, ficando os demais prejudicados; ao contrario seguirá seus tramites o refundido”.

²⁴ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1872-1873. Manáos, Imp. Por H. Luiz Antony na Typ. do Amazonas de J. Carneiro dos Santos, á praça vinte e oito de setembro, 1882, p.17.

²⁵ *Ibidem*, p.43-44.



proposta de José Paulino von Hoonholtz”. Com isso, o PDL nº 32/1872 teve prosseguimento, enquanto os demais deixaram de ser discutidos²⁶.

O abastecimento de “carnes verdes” na província foi um tema bastante recorrente nos debates entre os deputados provinciais e pode ser assim definida:

A carne verde era, ao lado do charque, a forma mais comum de alimentação a partir da rês bovina, constituindo-se da carne proveniente do animal recém-abatido, que era retalhado e tinha suas partes vendidas pelos açougues da cidade. A carne verde, também chamada de carne fresca, tinha que ser consumida rapidamente após a compra, já que em pouco tempo ficava inadequada ao consumo (CAMPOS, 2007, p.2).

O tema “carnes verdes” foi objeto de avaliação em 17 projetos de lei e enfrentou diversas dificuldades na busca de soluções e melhorias para seu abastecimento na capital da província. A falta de fornecedores para suprir o consumo da capital motivou a busca por concorrentes e até facilitou condições contratuais. Ainda assim, é um assunto que coloca em evidência as alternativas econômicas e comerciais pensadas para alcançar um nível de consumo mais condizente com os “ideais civilizados”, condição que se tornou um diferencial diante das opções de alimentação mais comuns à maioria da população, baseadas em pescados e quelônios em geral. Por outro lado, incentivou a criação de gado bovino e abertura de estradas e campos para criação, principalmente na região do rio Branco. São questões que nos levam a interligar dados e compreender as motivações e objetivos dos interesses existentes nesses projetos. Numericamente, os projetos refundidos equivalem a 32 itens.

Uma situação menos frequente era a “retirada” do projeto proposto, onde o autor solicitava à Mesa da assembleia a retirada do projeto chamado em 1ª discussão²⁷. Este fato se deu com o PDL nº 21/1875, apresentado pelo deputado Manoel Rodrigues Checks Nina, que previa a criação de escolas rurais nos termos das comarcas da província:

Art. 1.º Em cada comarca do interior da provincia haverá uma escola rural, com internato para os meninos que pela distancia de suas residencias não poderem frequental-a diariamente. Art. 2.º Alem do

²⁶ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1872-1873. Manáos, Imp. Por H. Luiz Antony na Typ. do Amazonas de J. Carneiro dos Santos, á praça vinte e oito de setembro, 1882, p.49.

²⁷ AMAZONAS, Collecção das Leis da Provincia do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo XII, Art. 159. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.91. “Tambem lhe será permitido que retire requerimentos, indicações ou projectos que estejam na primeira discussão, precedendo votação da assembléa; porém se outro deputado tomar o negocio como seu, seguir-se-ha a respeito d’elles os tramites ordinarios”.



ensino primario elementar, haverá em cada uma das escolas ruraes um curso prático de agricultura. § Unico. Si o governo da provincia julgar conveniente fará addicionar alguma ou algumas das officinas de carpina, carpinteiro, calafate, ferreiro ou serralheiro [...]»²⁸.

Após ser considerado objeto de deliberação e dispensado da 3ª leitura, ao ser chamado à 1ª discussão o autor do projeto solicitou sua retirada, que foi aprovada sem apresentar justificativas para tal²⁹. A proposta das escolas rurais assemelhava-se com o tipo de ensino oferecido pelo Estabelecimento de Educandos Artífices que, curiosamente, nesse mesmo ano sofreu a sua primeira tentativa de extinção por meio do PDL nº 20/1875, também apresentado pelo deputado Manoel Rodrigues Checks Nina, mas foi rejeitado. Percebe-se que o autor do projeto pretendia estender o modelo de ensino praticado no Estabelecimento de Educandos para o interior da província, algo que ficaria claro na fala de José Paranaguá, em 1883:

Pouca esperança tenho nos trabalhos escolares dos meninos, dizia ha pouco tempo um dos missionários do Uaupés, se elles são habeis para aprenderem alguns officios mechanicos os julgo incapazes para aquillo que não lhe causa impressão. Estabeçam-se, pois, officinas, abram-se asylos nas localidades mais proximas dos aldeamentos do gentio, onde se recebam exclusivamente orphãos e menores indigenas. Descentralise-se a instrucção, creando pequenos institutos de proporções mais modestas do que o que existe na capital, em Barcellos, em Teffé, no Andirá, em Canumã, em alguma localidade mais apropriada do Purús e do Madeira, procurando de preferencia attrahir o gentio para essas povoações, ou formar outras em logares de facil acesso ao contacto com a gente civilisada; e os beneficios futuros serão incalculaveis³⁰.

Percebe-se que promover a inserção dos índios em estruturas de ensino que os habilitassem ao mundo do trabalho fazia parte das preocupações desses agentes políticos e a melhor alternativa encontrada para isso, era por meio dos ofícios mecânicos. Contudo, o deputado Manoel Rodrigues Checks Nina expressou-se de forma contraditória por meio desses dois projetos, já que também fazia parte da Comissão de Instrução Pública em 1875: no PDL nº 20/1875 propôs a extinção do Estabelecimento de Educandos Artífices e no PDL nº 21/1875, autorizava a criação de escolas rurais no interior da província, mas pediu sua retirada da discussão. Como membro de uma das comissões mais importantes da assembleia, esperava-se que o mesmo trabalhasse em

²⁸ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. 1875. Manáos, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas de Gregório J. de Moraes, 1876, p.62.

²⁹ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. 1875. Manáos, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas de Gregório J. de Moraes, 1876, p.97.

³⁰ AMAZONAS, Província do. Catechese e Civilisação de Indios. In: Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos – Impresso na Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, Praça Vinte e Oito de Setembro, 1883, p.45.



prol da instrução pública, o que não fica claro por meio dos exemplos citados. Acrescente-se que, ainda sobre a primeira tentativa de extinção do Estabelecimento de Educandos, o deputado Checks Nina enviou dois requerimentos à Mesa da Assembleia pedindo informações ao secretário da presidência sobre a instituição: o primeiro no dia 02.04.1875 e o segundo no dia 08.05.1875. Pediam informações sobre receitas e despesas, funcionamento das oficinas, quantidade e aproveitamento dos alunos, contratação de mestres às oficinas, etc.

Ainda sobre o Estabelecimento de Educandos, outras duas tentativas de extinção foram apresentadas: a segunda pelo PDL nº 08/1876 por meio do deputado Estevão José Ferraz – que foi rejeitado – e a terceira, com o PDL nº 12/1877 pelo deputado Pe. Daniel Pedro Marques de Oliveira, sendo este aprovado e sancionado pela Lei nº 364 de 07.07.1877³¹. Os três projetos apresentaram como justificativa o mau estado das finanças da província, que não conseguia dar conta das despesas e nem obtinha o retorno almejado com aquele estabelecimento de ensino. Cinco anos depois, sob a administração do liberal José Lustosa da Cunha Paranaguá, foi restabelecido sob o nome de Instituto Amazonense de Educandos Artífices com o PDL nº 32/1882, proposto pelo deputado Pe. José Henrique Félix da Cruz Dácia e sancionado pela Lei nº 564 de 08.05.1882.

O assunto “instrução pública” é bastante amplo, complexo e necessita de análises que contemplem esses aspectos retóricos, principalmente sobre o alcance dessa legislação e da atuação dos deputados provinciais em promovê-la ou não. Comparar o adequado exercício da função legislativa com as ações desses agentes também é fundamental, a fim de avaliarmos se de fato estavam cumprindo com os propósitos do cargo e quais interesses pretendiam atender. Eis uma fecunda proposta de pesquisa a ser ainda mais explorada. Quanto aos projetos retirados, estes casos se deram apenas com 6 projetos de lei.

A partir das situações apresentadas acima é possível identificar o nível de importância concedido pelos deputados aos assuntos mais e menos relevantes para a província. O ato de aprovar, rejeitar, refundir ou retirar um projeto indica as variadas intencionalidades envolvidas, que vão além de simples procedimentos regimentais.

³¹ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. 1875. Manáos – Impresso na Typographia do Commercio do Amasonas de Gregorio J. de Moraes, 1876, p.60-61; 65; 66; 94. AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. 1876. Manáos – Impresso na Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á rua de Marcilio Dias, 1877, p.12; 14; 16-17; 23. AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. 1877. Manáos – Impresso na Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á rua de Marcilio Dias, 1877, p.12; 13; 15; 16; 18; 19-20; 21.



Além disso, acompanhando a tramitação dos projetos, é possível observar aspectos da realidade local que, complementados com outras fontes – relatórios dos presidentes de província e leis provinciais, por exemplo – fornecem diversos elementos voluntários e involuntários para compreendermos melhor o período provincial no Amazonas. Para ilustrar esta situação, em 1852 houve um caso polêmico envolvendo o frei Pedro de Ceriana, missionário responsável pela Missão do Andirá e que causou repercussão nas instâncias legislativa e executiva da província, bem como na freguesia de Vila Nova³². Pedro de Ceriana enviou um ofício ao vice-presidente da província, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, descrevendo uma série de irregularidades e abusos que vinham sendo cometidos contra os índios na Missão do Andirá e que ele, como diretor³³ da mesma, sentia-se no dever de denunciá-los. Contudo, Corrêa de Miranda encaminhou uma cópia do documento à assembleia e, durante a análise do ofício pela comissão especial formada pelos deputados Clementino José Pereira Guimarães, José Bernardo Michilles e José Coelho de Miranda Leão, chegaram à seguinte conclusão:

Conhecendo pois a comissão, que sem controversia é o Revmd. Fr Pedro de Ciriana máo Missionario, que de suas doutrinas, os indios nada podem aproveitar, senão as idéias de desordem e desmoralisação; que por mais de uma vez se tem elle desviado da senda do justo e honesto, derramando, sem respeito á Lei, ás convicções alheias, e sem piedade nem delicadesa, sua bilis sobre as classes mais illustradas da Provincia: Conhecendo mais a commissão que essas injurias, passando dos particulares (parte civilisada da população) espalhou-se pelos funcionarios publicos sem excepção, e afinal tocou de maneira positiva aos representantes da Provincia; é de parecer: 1.º Que á vista de tantas denuncias e accusações deve o Governo ouvir aos denunciados a respeito dos factos, que o Missionario faz pesar sobre elles. 2.º Que uma vez não provados esses factos tem o Missionario incorrido na pena de calumnia, por uns, e na de injuria que não admite provas, por outros, pelo que deve ser responsabilisado. 3.º Que deve o presente parecer ser enviado ao Governo da Provincia, para que delle tomando conhecimento, possa ter lugar a punição que por crimes tão atrozes merece o Missionario do Rio Andirá Fr. Pedro de Ciriana³⁴.

Apesar da aprovação do parecer, Corrêa de Miranda manteve Pedro de Ceriana como missionário e diretor na Missão do Andirá, conforme consta no relatório de Henrique Ferreira Penna, em 1853: “*Frei Pedro de Ceriana, que tem exercido tambem*

³² AMAZONAS, Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do. Anos de 1852 e 1853, p.25-27.

³³ SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (org.). Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845 – Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios. In: **Rastros da Memória**: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006, p.304-307. “Art. 2.º: Haverá em todas as Aldeias um diretor, que será de nomeação do Presidente da província, sobre proposta do diretor Geral. Compete-lhe [...]”. Nesse caso específico, Pedro de Ceriana acumulava as funções de missionário e diretor de aldeia, devido à falta de religiosos na província para exercer apenas a função religiosa nas mesmas.

³⁴ AMAZONAS, Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do. Anos de 1852 e 1853, p.27.



as funções de Director, no Aldeamento do Andirá [...]''³⁵. Entretanto, o PDL nº 28/1853 demonstra que houve uma movimentação por parte dos deputados para retirar do Frei Ceriana a sua autoridade e a solução encontrada por eles foi transformar a Missão do Andirá em freguesia. Nesse sentido, este projeto foi apresentado pelo deputado Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães com a seguinte justificativa:

Reclamando os interesses dos habitantes do rio Andirá, no município da Villa Bella da Imperatriz, que uma freguesia ali seja creada, á não continuarem os mesmos habitantes na degradação, em que tem vivido, desde que foram considerados missionados pelo Reverendo Missionario, que tem dirigido a Missão do referido rio, por este principio convem adoptar-se o seguinte projecto: Art. 1.º A Missão do rio Andirá, elevada a capella filial pela Resolução n.º 6 de 23 de Outubro de 1852 fica desde já elevada á cathegoria de freguezia de N.S. da Conceição; e o Governo da Provincia autorisado a marcar seus limites³⁶.

Sancionado por meio da Resolução nº 14 de 17.11.1853, a elevação da Missão do Andirá à categoria de freguesia retirou do Frei Pedro de Ceriana o exercício da função religiosa e indigenista que acumulava, como bem queriam os deputados provinciais e não satisfeitos por Manoel Gomes Corrêa de Miranda, anteriormente. Diante disso, o então presidente da província, Herculano Ferreira Penna, decide dar ao frei capuchinho outro destino, notícia esta que aparece apenas em seu relatório presidencial, em 1854:

Logo que se extinguiu a Missão do Andirá resolvi encarregar o Capuchinho Frei Pedro de Ciriana da fundação de outra nas margens do Purús, para onde partio em 24 de julho p.p, levando alguns tecidos, ferramentas, e outros objectos, que devem ser distribuidos como brindes aos Indios. A existencia d'esta Missão, cujo centro será designado á vista do resultado dos exames, a que mandei proceder, poderá interessar a numerosas Tribus já conhecidas, e até hoje entregues a lamentável abandono, e contribuir para que seja mais frequentado aquelle grande rio³⁷.

Este caso ilustra uma variedade de informações colhidas em duas tipologias de fontes – anais da assembleia e relatórios presidenciais – lidas em conjunto por meio do cruzamento de dados que nos permitiu observar alguns testemunhos voluntários e involuntários sobre o Frei Pedro de Ceriana, envolvendo os deputados provinciais e os

³⁵ AMAZONAS, Província do. Catechese e Civilização dos Indigenas. In: Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853, em que abrio a sua 2.ª sessão ordinaria, pelo Presidente da Provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Amazonas – Typographia de M. S. Ramos, 1853, p.53-54.

³⁶ AMAZONAS, Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do. Annos de 1852 e 1853, p.57.

³⁷ AMAZONAS, Provincia do Amazonas. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de agosto de 1854, em que se abrio a sua 3ª sessão ordinaria, pelo Presidente da Provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro, Typographia de M. S. Ramos, Rua da Palma, 1854, p.59-60.



presidentes de província. Observe-se que, nos relatórios presidenciais, os dados são mais escassos e não dão conta do acontecido na assembléia provincial, daí a importância do diálogo entre as fontes. A partir disso, descobrir as motivações para as atitudes dos agentes envolvidos é o trabalho que se mostra indispensável aos pesquisadores e pesquisadoras. As situações apresentadas a partir dos projetos de lei são pontos de partida para inúmeros trabalhos de pesquisa e que podem ser ainda mais iluminados por esta documentação.

Os Deputados Provinciais e sua atuação

Juro aos Santos Evangelhos promover fielmente quanto em mim couber o bem geral desta Província do Amazonas, dentro dos limites marcados na Constituição do Imperio e suas reformas: Assim Deos me ajude.³⁸

Com este juramento, os deputados provinciais eleitos e que tinham o seu diploma eleitoral validado, eram considerados aptos a iniciarem a sua atuação na Assembleia Legislativa Provincial. No entanto, este é um tema que necessita de investigações profundas e apenas nos damos conta disso quando lemos seus nomes nas placas em diversas ruas, principalmente na região central de Manaus, indicando-nos aqueles personagens de outrora. Ainda é bastante incipiente o conhecimento sobre a vida dos homens públicos que fizeram parte do corpo legislativo provincial no Amazonas: de onde vieram, qual tendência política defendiam, com quem rivalizaram, quais cargos ocuparam, com quem se aliaram, o que legislaram, em quais polêmicas se envolveram. Estas são algumas das questões ainda desconhecidas para a maioria de nós³⁹. Saber mais sobre isso pode nos ajudar a compreender qual era a personalidade desse grupo e o seu papel na condução da província dentro do modelo civilizacional planejado pelo Império brasileiro, mas que não deixou de atender aos próprios interesses.

O corpo legislativo provincial era formado, em sua maioria, por militares, mas também por engenheiros, médicos, advogados, professores e padres. Para além do exercício de funções ligadas às suas áreas de formação, muitos também exerceram cargos ligados às estruturas administrativas, comerciais e judiciárias da província. Eram

³⁸ AMAZONAS, Coleção das Leis da Província do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo II, Art. 16. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.72.

³⁹ Para um primeiro contato, ver *Dicionário Amazonense de Biografias – Vultos do Passado*, de Agnello Bittencourt (1976).



arrematantes de serviços e fornecimentos públicos, agentes das companhias de navegação, subdelegados e delegados de polícia, capitães de porto, inspetores do tesouro público provincial, diretores de instrução pública, juizes municipais, redatores de periódicos, secretários de governo, entre outros. Isso proporcionava a esses agentes públicos uma mobilidade social ampla, além de inseri-los nessa camada social conhecida como “elite”, assim definida por Ana Maria Daou: “*As elites são minorias que se distinguem por sua preeminência em diferentes aspectos da vida social. Status, poder e riqueza são critérios utilizados com frequência para a definição desses grupos de alta posição na hierarquia social*” (DAOU, 2014, p.32). Contudo, “[...] a formação de um grupo de elite está associada, no caso do Amazonas, ao exercício de funções político-administrativas, o que se evidencia com a constituição da Província do Amazonas e com a consequente implantação das instituições da monarquia imperial” (DAOU, 2014, p.38). Assim, por exercerem funções diretamente ligadas às estruturas político-administrativas da província, os deputados provinciais são considerados parte da elite local.

Algo importante a ser observado, durante a análise desta documentação, é de que forma os deputados provinciais exerciam a sua função legislativa junto às Comissões Permanentes – “*órgãos acessórios de apoio legislativo*” (PAZIN, 2005, p.51). Essas comissões eram formadas por três deputados, que eram responsáveis por conhecer, deliberar e dar pareceres sobre toda a documentação a eles destinada. Eram onze: 1ª Poderes e infração da constituição e das leis; 2ª Fazenda Provincial; 3ª Agricultura, comércio, artes e navegação; 4ª Propostas e representações das câmaras; 5ª Estatística, catequese e civilização dos indígenas; 6ª Instrução pública; 7ª Obras públicas; 8ª Negócios eclesiásticos; 9ª Força provincial; 10ª Redação e; 11ª Polícia interna⁴⁰. Dentre elas, serão abordadas algumas atuações dos deputados provinciais junto à Comissão de Instrução Pública.

Primordialmente, a instrução pública foi um tema recorrente e amplamente debatido entre os deputados, constantemente presente nas preocupações dos presidente de província e diretores de instrução pública. Nos Anais da Assembleia Provincial existe uma copiosa quantidade de informações sobre este setor, incluindo requerimentos, abaixo-assinados, indicações, regulamentos e ofícios. Grande parte

⁴⁰ AMAZONAS, Coleção das Leis da Provincia do. 1872, Tomo XX – Parte I. Resolução nº 245, de 24.05.1872, Capítulo VI, Art. 44. Manáos, Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, 1872, p.77-78.



concentra-se em solicitações ligadas à cobrança de ordenados, licenças, remoções, aposentadorias, gratificações, subsídios para custeamento de despesas com estudos fora da província, entre outros. No entanto, alguns desses pedidos chamam a atenção por descortinarem demandas individuais e coletivas bastante expressivas, tornando visível uma certa “mobilidade” por parte da população. Para exemplificar esta situação, na sessão de 29.04.1869 foi encaminhado à assembleia um ofício – anteriormente enviado à Secretaria da Presidência da Província – *“remetendo uma petição dos habitantes de Codajaz, pedindo a criação de uma cadeira de ensino primário”*⁴¹. O ofício foi destinado à Comissão de Instrução Pública, a fim de ser avaliado. No dia seguinte, na sessão de 30.04.1869, a mesma comissão apresentou o seguinte parecer:

A Comissão de Instrução Pública, a cujo Parecer foi submetida uma petição de 14 cidadãos residentes em Codajaz pedindo a criação de uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino daquela freguesia; tendo examinado a referida petição e a relação nominal de trinta e nove matriculandos a ela anexa; é de Parecer que seja ali criada a cadeira requerida e por isso oferece à consideração desta Assembleia o seguinte projeto [...]⁴².

Com o parecer favorável, foi apresentado o PDL nº 12/1869, proposto pelos deputados Pe. Daniel Pedro Marques de Oliveira, João Carneiro da Silva Rego e Thomaz Luiz Sympson, autorizando a criação de *“uma cadeira de 1.as letras para o sexo masculino na freguesia de Nossa Senhora da Graça de Cudajáz [...]”*⁴³. O projeto foi aprovado em 24.05.1869 e sancionado pela Lei nº 193 de 26.05.1869. Este exemplo nos coloca diante de uma situação que nos permite fazer algumas avaliações. Primeiramente, foi uma demanda destinada ao presidente da província, mostrando que aqueles moradores sabiam a quem deviam solicitar as melhorias almejadas. Encaminhado à Assembleia Provincial, o ofício foi avaliado e aceito pela Comissão de Instrução Pública, sendo transformado em projeto de lei. Uma demanda que surgiu a partir de um grupo de moradores alcançou seu objetivo.

Outra petição semelhante se deu com os habitantes da povoação “Capella do Paraná Miry de Silves”, também enviada à Secretaria da Presidência da Província e encaminhada à assembleia. A Comissão de Instrução Pública, formada pelos deputados

⁴¹ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1868 a 1869. Manaus, impresso da Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á praça 28 de setembro, 1882, p.52.

⁴² AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Biennio de 1868 a 1869. Manaus, impresso da Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á praça 28 de setembro, 1882, p.54-55.

⁴³ AMAZONAS, Collecção das Leis da Provincia do. 1869, Tomo XVII – Parte 1.ª. Lei nº 193 de 26 de Maio de 1869. Manaus, Typographia de Antonio da Cunha Mendes, Rua da Palma, canto da travessa da União, ao Atterro, 1869, p.31.



João Carlos da Silva Pinheiro, Thomaz Luiz Sympson e Irenio Porfirio da Costa, apresentou o seguinte parecer junto com o PDL nº 39/1873:

A Comissão de Instrução Pública, em relação à representação dos habitantes da povoação denominada - Capella do Paraná Miry de Silves - que acompanhou o ofício do Secretário da Presidência, remetido á comissão, é de parecer que seja adotado o seguinte projeto: A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas resolve: Art. Único. Fica transferida a cadeira de primeiras letras do sexo masculino da povoação de Sant'Anna do Atumá - para a povoação denominada - Capela do Paraná Miry de Silves, revogadas as disposições em contrário [...].

Sancionado por meio da Lei nº 273 de 26.05.1873, eis mais uma petição satisfeita, que atendeu aos interesses dos moradores daquela localidade. Apesar disso, demandas desse tipo nem sempre foram atendidas. Um desses exemplos aconteceu com um abaixo-assinado feito pelos moradores da “Colônia Maracajú”, desta vez encaminhado diretamente à Assembleia:

Um abaixo assignado, de 50 moradores da colonia 'Maracaju' solicitando da assembléa a criação de uma cadeira do sexo masculino na referida colonia e a effectividade na dita cadeira do ex-professor Antonio Luiz Alves Muniz, visto estarem satisfeitos os mesmos com a educação que elle tem dado a seus filhos⁴⁴.

Além da quantidade expressiva de moradores solicitando a criação de uma cadeira para o sexo masculino, o mais interessante é a exigência de manter o professor no exercício da função, por se mostrarem satisfeitos com o mesmo. Observa-se não somente a noção de que ele devia ser um bom professor, mas que aqueles moradores sabiam que estavam recebendo boa instrução. Esse é um indicativo da percepção da população sobre a qualidade da instrução ofertada naquela localidade. Infelizmente, após ser encaminhado à Comissão de Instrução Pública, não consta na documentação o andamento desta reivindicação, nem o parecer da comissão. Outros que tiveram destino semelhante se deram com os pedidos dos moradores de Anamá, Lago do Purupurú, Cachoeira Grande, Freguesia do Andirá, Moreira, povoação de Sant'Anna, Tauapessassú, entre outros.

Ainda assim, houve aqueles que se dispuseram a buscar meios de atender a população com os próprios recursos. Em 1880, em requerimento de Antonio d'Assis Mendes, enviado à Secretaria do Governo e encaminhado à Assembleia, expressa essa atitude: *“Um requerimento de Antonio d'Assis Mendes, em aditamento à súplica que fez*

⁴⁴ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Primeira Sessão Ordinaria da 18.^a Legislatura organisados pelo tachygrapho Sebastião Mestrinho. Manáos, impresso na Typographia do Jornal do Amazonas de Antonio Fernandes Bugalho, 1886, p.19.



à Assembleia, propondo-se no caso de ser atendido, estabelecer à sua custa em sua fazenda uma escola do ensino primário para os filhos dos operários e moradores do lugar”⁴⁵. Apesar de não estar explícito qual a súplica feita anteriormente, nem quais eram as atividades desses operários e dos demais moradores, é interessante essa iniciativa. Pela documentação não é possível saber o índice de demandas próprias nesse sentido, pois certamente muitas escolas foram construídas em localidades de difícil acesso sem o conhecimento da assembleia. Este pedido nos fornece uma dimensão pouco explorada, ou seja, a preocupação de pessoas com a instrução elementar dos moradores, principalmente nas localidades mais distantes da província. Na documentação não aparece a tramitação deste requerimento, de modo que não é possível saber se o Sr. Mendes foi atendido ou não. Ainda assim, é importante chamar a atenção para estes aspectos, porque assim temos a oportunidade de ampliar a visão sobre os grupos que movimentaram parte dos interesses legislativos e que, por motivações diversas, conseguiram ter suas solicitações atendidas. Diante disso, é fundamental analisar essa gama de documentos que fizeram parte do dia-a-dia do âmbito legislativo provincial, revelando não só a maneira como os deputados atuavam diante destas solicitações, mas também identificar um protagonismo bastante peculiar por parte da população.

Por outro lado, a quantidade de solicitações pedindo subsídios à assembleia foi substancial. Subsídios era quantias em dinheiro concedidas pela Assembleia em favor do requerente e nesse caso, serviram para custear os estudos de vários jovens, entre eles João Carlos da Silva Pinheiro, que estudou Matemática na Europa e teve o subsídio aprovado pela Resolução nº 56 de 11.07.1855; Guilherme Amazonas de Sá, estudou Direito na Faculdade do Recife e teve o subsídio concedido pela Lei nº 112 de 27.05.1862; e Thomaz Luiz Sympson – que mais tarde seria eleito como deputado provincial na Assembleia –, estudante de Direito e que recebeu o subsídio pela Lei nº 142 de 04.08.1865. Atente-se para o fato de que grande parte deste jovens eram filhos da elite, ou seja, descendentes dos primeiros agente públicos que faziam parte da estrutura político-administrativa da província e que, ao que tudo indica, facilitou o recebimento destes benefícios, tendo em vistas as relações sociais envolvidas. Aliás, este também é um aspecto que necessita de maiores investigações.

⁴⁵ AMAZONAS, Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do. Primeira Sessão Ordinaria do Biennio de 1880 a 1881. Manáos, Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos á Praça 28 de Setembro, imp. Hildebrando Luiz Antony, 1880, p.29.



Os deputados provinciais tinham possibilidades amplas de atuação, entre elas, o exercício da função junto às comissões permanentes da Assembleia, como a de Instrução Pública. A maneira como eles atendiam as solicitações revelam as escolhas e os destinos concedidos aos requerentes, bem como atendiam a interesses de seus pares, como fica claro por meio dos projetos de lei concedendo subsídios a estudantes. Ainda assim, essas práticas faziam parte de uma complexa rede de relações sociais, algo que necessita de mais investigações e os Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas podem nos fornecer esses elementos, enriquecendo novas propostas de pesquisa e ampliando futuros debates sobre a Província do Amazonas.

Conclusão

Diante dos dados apresentados a partir das fontes citadas, acredita-se que é possível visualizar inúmeras possibilidades de pesquisa, principalmente a partir dos discursos dos agente públicos e da farta documentação que transitou entre os vários setores do governo, como os requerimentos e abaixo-assinados. Apesar de se tratar de relatórios com uma linguagem formal e própria desses ambientes políticos, eles revelam testemunhos voluntários e involuntários bastante significativos, que podem enriquecer futuras pesquisas históricas. Acompanhar a tramitação dos projetos de lei, por exemplo, nos permite captar indícios dos interesses tanto da parte da população, quanto dos membros da elite, aqui representados pelos deputados provinciais. Além disso, pode-se perceber que as relações interpessoais influenciavam direta ou indiretamente no andamento dos projetos e acabavam por dar a eles um destino favorável ou não. Por outro lado, temos a oportunidade de conhecer as temáticas mais e menos abordadas pelos deputados, quais argumentos eram usados para defender ou rejeitar projetos e como as discussões eram conduzidas por eles. Isso nos fornece elementos fundamentais para compreender não só a mentalidade daquela elite, mas suas práticas, principalmente no exercício da função legislativa.

Outro item presente neste acervo é a quantidade expressiva de dados sobre a instrução pública, em seus mais variados aspectos: regulamentos, criação de cadeiras e escolas, concessão de subsídios, transferência de cadeiras entre as localidades da província, jubramento de professores, concessão de aposentadorias, licenças, pagamento de ordenados, abaixo-assinados, petições, etc. Sem falar nos debates envolvendo o Estabelecimento de Educandos Artífices, o Colégio Nossa Senhora dos



Remédios, o Museu Botânico, o Liceu Provincial ou a Biblioteca Pública, por exemplo. A documentação nesse sentido é notável, bem como as discussões durante os projetos que trataram sobre esses temas. A dificuldade está em sistematizar esses dados e estabelecer as conexões, daí a importância dos mapeamentos para facilitar o cruzamento de dados, além de se tratar de uma documentação extensa e densa. Apesar disso, conhecê-la é extremamente enriquecedor, não só por ter sido produzida durante o período provincial, mas porque é uma fonte que pode iluminar – e muito – as futuras pesquisas históricas sobre a Província do Amazonas.

Outro aspecto importante é ler a documentação juntamente com outras fontes, pois elas se complementam. No caso dos Anais da Assembleia, faz-se necessário confrontá-la com os Relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes de Província e as Leis Provinciais, anteriormente indicada como a “trilogia” básica do período provincial. Estas são as principais fontes que tratam desse recorte temporal e ao promover o diálogo entre elas, tanto as falas quanto os silenciamentos são colocados em questionamento, tornando essas barreiras mais fluidas. Essa perspectiva é promissora e alentadora ao mesmo tempo, pois para haver pesquisa é preciso ter fontes. E os Anais da Assembleia são uma alternativa que, certamente, irá trazer novas e maiores possibilidades à pesquisa histórica.

Data de Submissão: 30/05/2020

Data de Aceite: 11/07/2020



Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. Os testemunhos. In: **Apologia da história**, ou, Ofício de historiador. Tradução: André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.76-81.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos Caminhos da Acumulação**: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-35. Niterói, 2007, 274f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação de História Social) – UFF, 2007, p.2.

DAOU, Ana Maria. “Instrumentos e sinais da civilização”: gênese e consolidação da elite. In: **A Cidade, o teatro e o “Paiz das seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014, p.31-62.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. – 8. ed. – Curitiba: Positivo, 2010, p.43.

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. Órgãos de apoio legislativo: as comissões de deputados. In: **Produção Documental do Legislativo no Império – Gênese e Tipologia**: o caso da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889). São Paulo, 2005, 177f. Dissertação (Mestrado) – USP/ FFLCH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005, p.51.

Fontes

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1888. Manaus: SEC – Secretaria de Estado de Cultura / CCPA – Centro Cultural Povos da Amazônia: Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

AMAZONAS, Provincia do Amazonas. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de agosto de 1854, em que se abriu a sua 3ª sessão ordinaria, pelo Presidente da Provincia, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro, Typographia de M. S. Ramos, Rua da Palma, 1854, p.59-60.

AMAZONAS, Provincias do Pará e. Prologo. In: **Grammatica da Lingua Brazilica Geral**, fallada pelos aborigenes das Provincias do Pará e Amazonas por Pedro Luiz Sympson. Manáos, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, propriedade de Gregorio José de Moraes, 1877.

Colecções de Leis da Província do Amazonas, 1852-1888. Manaus: SEC – Secretaria de Estado de Cultura / CCPA – Centro Cultural Povos da Amazônia: Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (org.). Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845 – Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios. In: **Rastros da Memória**: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006, p.298-309.



A PESQUISA HISTÓRICA: ENTRE A TEORIA E AS FONTES

VITÓRIA COMIRAN¹



Resumo

Entendendo a importância da pesquisa histórica no meio acadêmico torna-se necessário compreender de que forma esta ocorre e quais são os passos a serem seguidos durante sua elaboração, tanto no que diz respeito à teoria, metodologia quanto à análise das fontes. Deste modo, este artigo busca discutir o papel dos Arquivos Históricos no processo de constituição das pesquisas, como local de armazenamento das fontes históricas, assim como seu papel como patrimônios documentais. Para a realização do artigo, assim, utiliza-se a revisão bibliográfica de autores que tratam sobre esta temática, pretendendo, com isso, após a discussão principal, demonstrar alguns exemplos relacionados à pesquisa em Arquivos Históricos.

Palavras-chave: Pesquisa histórica. Fontes. Patrimônios Documentais.

Abstract

Understanding the importance of historical research in the academic environment, it is necessary to understand how it occurs and what are the steps to be followed during the elaboration, both in terms of theory and methodology of source analysis. In this way, this article seeks to discuss the role of Historical Archives in the process of constituting research, as a place for storing historical sources, as well as their role as documentary heritage. To carry out the article, therefore, use a bibliographic review of authors dealing with this theme, intending, with that, after the main discussion, showing some examples related to research in Historical Archives.

Keywords: Historical research. Sources. Documentary Heritage.

Introdução

Na área de História o debate teórico-metodológico é a base pela qual se desenvolve e fundamentam-se perguntas, questionamentos, hipóteses, assim como o caminho principal delimitado pelo historiador para seguir ao longo da pesquisa.

Assim, desenvolver leituras que sustentam o trabalho, a partir de um bom referencial teórico é, sem dúvidas, uma das principais questões a serem potencializadas em um trabalho histórico, pois como um historiador produz uma pesquisa sem discutir, a partir da teoria, as questões fundamentais de seu estudo?

Deste modo, este artigo pretende discutir, a partir do referencial de alguns autores como José Carlos Reis, Sabina Loriga e Wilhelm von Humboldt, as questões teórico-metodológicas da pesquisa histórica, assim como debater a importância da análise e do

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Passo Fundo (UPF). E-mail: vicomiran@gmail.com.



uso das fontes no trabalho do historiador. Desde o processo do documento presente no Arquivo Histórico até a sua seleção para transformar-se em fonte e ser utilizado na pesquisa histórica, compreendendo, assim, a importância do espaço de armazenamento e produção do conhecimento que são os casos dos Arquivos como patrimônios documentais.

O Historiador e seu trabalho metodológico

Para a realização da pesquisa histórica torna-se necessário, primeiramente, a delimitação de um tema de estudo, seu problema, hipóteses, assim como aplicar uma metodologia baseada nas teorias apropriadas à área da História em que o tema de pesquisa se encontra. No entanto, a utilização de uma metodologia adequada no trabalho do historiador depende, sobretudo, de qual fonte ele utiliza em sua pesquisa. Cada fonte presente em uma pesquisa histórica demanda de uma metodologia que sirva de alento para a leitura e interpretação daquilo que o material tem a responder. Assim, a delimitação destes processos serve para depreender em que âmbito da História o pesquisador está se movendo, a partir da teoria utilizada, ao mesmo tempo em que se efetua um dos principais trabalhos do historiador, a análise das fontes.

De acordo com José Carlos Reis no texto “O Lugar da Teoria-Metodologia na Cultura Histórica” compreende-se a necessidade por parte do historiador de ter sua fundamentação teórica ao longo de uma pesquisa histórica. Para o autor há a indispensabilidade de uma crítica-histórica, ou seja, “O historiador deve assumir uma “atitude crítica”, que reúne credulidade e ceticismo.” (REIS, 2011, p. 6).

O que José Carlos Reis evidencia é que para a realização de uma pesquisa o historiador deve olhar para suas fontes com um olhar crítico, com perguntas e com hipóteses, longe dos vínculos de uma história empirista que se agarrava aos fatos, buscando sempre uma “verdade” histórica, única. Assim, os documentos não dizem por si, mas respondem aquilo que o historiador pergunta.

A partir da delimitação de um problema de pesquisa, compreendendo e selecionando quais fontes serão utilizadas, o processo seguinte é a formulação de hipóteses, que são perguntas previamente elaboradas que orientam a leitura e a interpretação das fontes, como descreve Reis:

A questão e a hipótese constituem a fonte, ou melhor, elas transformam a fonte em “prova”. Assim, o que pode ser provado não é o “evento tal como se passou”, mas a hipótese que o representa. Como problema e hipótese, a

historiografia torna-se uma subjetividade em busca de informações sobre a experiência vivida. (REIS, 2011, p. 8).

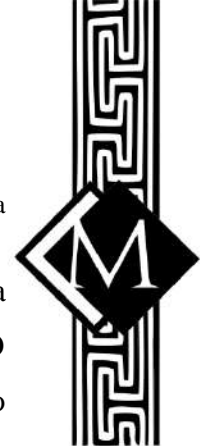
Destarte, deve-se ir até as fontes com o problema, pergunta fundamental da pesquisa, e hipótese, desenvolvidas, interpretando aquilo que a fonte revela. O pesquisador não deve limitar-se ao que a fonte deve responder, e, assim, no andamento da pesquisa pode surgir à possibilidade de mudar as perguntas e hipóteses a partir daquilo revelado pelas fontes.

A pesquisadora Sabina Loriga auxilia na compreensão sobre a pesquisa histórica e como o historiador deve se relacionar com a mesma. A principal questão levantada na obra "O Eu do Historiador" é se o pesquisador deve, ou não, se relacionar diretamente com a pesquisa e projetar sua vivência com o presente em seu estudo histórico, ou seja, o que a autora questiona é se "É possível separar-nos do presente para apreendermos o passado, na sua alteridade, ou estamos sempre projetando sobre o passado os nossos próprios fantasmas, interesses e preconceitos?" (LORIGA, 2012, p. 248). Esta é, sem dúvidas, uma importante questão que o pesquisador deve refletir ao longo da formulação de seu estudo.

Utilizar uma teoria adequada ao seu problema de pesquisa, desenvolver uma metodologia que corresponda à necessidade de seu problema e hipóteses, ir com as perguntas à fonte não são as únicas responsabilidades do historiador. Deve-se ter, sobretudo, o cuidado com o que se leva até a pesquisa, e, também, o modo como se conduz. Muitas vezes as questões atuais não cumprem sua função no tempo e espaço histórico que se pesquisa e, assim, pode correr o risco de cometer graves erros, como o anacronismo, por exemplo.

Pode-se entender o modo como o historiador conduz sua pesquisa quando se percebe a conduta que a autora divide, ao longo do seu texto, os historiadores. Estes em cronistas e artistas. O primeiro é aquele que se encontra distante e à parte durante sua pesquisa, já o segundo "[...] acrescenta-se um pouco de si." (LORIGA, 2012, p. 248). Pode-se interpretar aqui a questão da imparcialidade e neutralidade durante o estudo histórico, mas o quanto a imparcialidade é necessária ou apropriada durante a elaboração de uma pesquisa?

A atitude de distanciamento do presente é muitas vezes criticada, pois o que circunda e está vigente no cotidiano pode interferir no modo com que a leitura sobre o passado e a interpretação das fontes é desenvolvida. Pode-se compreender esta situação a partir do que expõe a autora:





O passado é concebido como um espelho capaz de refletir apenas os traços daquele que nele se olha, mas os traços daquele que se olha não têm nada de pessoal. O pesquisador não é nada além do produto de suas inscrições sociais: classe social, área cultural, gênero etc. (LORIGA, 2012, p. 253).

Compreende-se, assim, com a visão da impossibilidade de tratar a pesquisa histórica de modo objetivo, pois os caminhos suscetíveis ao longo do estudo são norteados pelas próprias dúvidas e hipóteses do pesquisador, sujeitos com subjetividade e que formulam suas perguntas baseadas, como citado pela autora, nas suas “inscrições sociais” (LORIGA, 2012, p. 253). Consequentemente, as fontes não dizem nada por si mesmas, mas a partir do olhar e das perguntas que se leva até ela, por essa razão a incapacidade de se distanciar completamente da pesquisa.

Visto, portanto, como se torna necessária a teoria e a metodologia para a História, assim como a escrita e a sua questão subjetiva, entrelaça-se estas duas questões discutidas com a obra do autor Wilhelm von Humboldt, “Sobre a Tarefa do Historiador” palestra de 1821 transformada em texto e presente na obra “A História Pensada” organizada pelo pesquisador Estevão de Rezende Martins, que ampara com ambas discussões já realizadas e elucida, de modo mais amplo, o trabalho do historiador ao longo de sua pesquisa.

O texto “Sobre a Tarefa do Historiador” discute, sobretudo, a responsabilidade de representação do passado e como esta deve ser feita pelo pesquisador. Assim, o autor expõe que:

a verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma a distância dos olhos. Pelo mesmo motivo, os fatos da história, em suas singularidades e circunstâncias intrincadas, e por serem verossímeis em si e se adequarem bem ao todo em que se inserem, são pouco mais que o resultado da tradição da pesquisa, cuja veracidade simplesmente se aceita (HUMBOLDT, 1821, p. 83, apud, MARTINS, 2015, p. 83).

Podem-se analisar neste trecho duas questões, primeiramente os fatos da história, em que a criatividade do pesquisador o leva até estes fatos com suas próprias inquietações, assim, para ele “[...] o historiador é autônomo, e até mesmo criativo.” (HUMBOLDT, 1821, p. 83, apud, MARTINS, 2015, p. 83), e a tradição da pesquisa, que leva o historiador à prática da escrita e de registro destes acontecimentos da História.

Compreende-se aqui a questão referente aos fatos da História, com os fragmentos das fontes que revelam para além, muitas vezes, das próprias perguntas do pesquisador, e com a conciliação destes fragmentos para a constituição da pesquisa. Aqui se une a visão de Humboldt, a do historiador ligado ao poeta, que lida com os elementos para



formar o todo, utilizando a criatividade, mas sem deixar de lado a ação de criticar a fonte.

Para o autor:

Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultaneamente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos; em um segundo momento há de articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado no primeiro meio. Aquele que segue somente o primeiro caminho ignora a essência da própria história, e quando despreza corre o risco de falsificar as particularidades. [...] Mesmo na história nenhuma especificidade pode ser encontrada através do segundo caminho. Apropriando-se da forma de todos os acontecimentos, o espírito deve limitar-se a compreender melhor o material investigado na realidade, fazendo com que os acontecimentos se reconheçam melhor nele do que seria possível, por meio da mera operação do entendimento. Tudo depende da assimilação da força de investigação do objeto pesquisado. A tarefa do historiador terá tanto mais se aproximado da perfeição quanto mais profunda for, através do engenho e do estudo, a sua compreensão da humanidade e de suas ações [...] (HUMBOLDT, 1821, p. 84-85, apud, MARTINS, 2015, p. 84-85).

Como define na citação acima a tarefa do historiador, para ser perfeita, deve, principalmente, ser crítica e profunda. Utilizar os fragmentos das suas fontes para a constituição de um todo ocorre a partir da intenção e força que se dá durante todo o processo de pesquisa histórica.

As Fontes e o Patrimônio Documental

Para iniciar o processo da pesquisa histórica a escolha das fontes se torna fundamental. A seleção ocorre, muitas vezes, a partir do que se tem disponível no local de pesquisa, este podendo ser um Arquivo, por exemplo.

Os Arquivos, segundo Duranti, no texto “Registros documentais contemporâneos como provas de ação” representam “[...] os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação.” (DURANTI, 1994, p.50). Os Arquivos Históricos têm à disposição do historiador diferentes acervos documentais que proporcionam um amplo instrumento de pesquisa. Nestes locais de armazenamento de documentos diferentes são os acessos disponíveis à informação que o pesquisador possui.

Os Arquivos são importantes espaços do patrimônio documental, pois refletem e constituem a memória de um grupo ou sociedade. Estes registros são materializações do conhecimento que, sendo inscrições através do tempo, servem como fontes de pesquisa nos mais diferentes âmbitos e aspectos do estudo histórico, como se pode observar:

O arquivo, nessa compreensão, adquire uma nova postura, não apenas de guardião da memória, mas, sobretudo, como um espaço de referência da

produção do conhecimento, que incita a efervescência da informação de maneira dinâmica e atualizada. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57).

A documentação presente em Arquivos Históricos é, além da materialização do conhecimento e de registros de uma época, a memória quanto monumento. De acordo com Le Goff (1996) os monumentos podem ser compreendidos como aquilo herdado do passado, o conhecimento registrado. A partir de um amplo acervo dos monumentos herdados do passado o historiador possui, assim, profusa área de estudo e estes monumentos tornam-se fontes a partir da escolha e da seleção realizada pelo historiador durante sua pesquisa.

Os documentos utilizados pelo pesquisador são importantes quando compreendidos como registros que, além da interpretação do passado, podem designar respostas para questões vigentes no presente. Assim, ao serem selecionados entre um leque de possibilidades presentes no Arquivo os documentos tornam-se fontes pelas quais através da lente do historiador ele analisa o passado.

Assim, para transformar os documentos presentes nos Arquivos em fontes históricas torna-se necessário construir o tempo histórico. Este, segundo Reis (1996), é a elaboração de um terceiro tempo, formado na intercadência do tempo físico e o tempo da consciência.

O terceiro tempo ao se relacionar com o tempo físico – natural e contínuo – e o tempo da consciência – das mudanças humanas e descontínuo – busca exteriorizar as mudanças, rupturas e movimentos que ocorreram no processo histórico analisado nas fontes.

Assim, o trabalho do historiador no intermeio do terceiro tempo é reportar as mudanças do seu tema, a movimentação das ações humanas, inquietações. Destarte, mostra-se importante as perguntas e hipóteses demonstradas anteriormente ao longo do texto. Sem essas as fontes são apenas registros do passado humano.

A notável crítica às fontes ocorreu com veemência durante os séculos XIX e XX através da cientificidade pelo qual a História passou, diferenciando-se da história quanto fato. O processo metodológico e científico necessário para o estudo da História pode ser compreendido a partir do que José D'Assunção Barros descreve que:

a História dedica-se a estudar a própria história. Não raro esta coincidência entre o nome de uma disciplina e a designação de seu próprio objeto de estudos produz ambiguidades, razão pela qual frequentemente a História – enquanto campo de conhecimento ou prática disciplinar – costuma ser referida também como “Historiografia”. (BARROS, 2011, p. 30).





Deste modo, o objeto de estudo da História sendo a própria História a pesquisa requer de uma rigorosa interpretação e crítica às fontes. Com o auxílio e preservação dos documentos pelos Arquivos Históricos o papel do historiador torna-se amplo e possível a partir da escolha de suas fontes conforme seu problema de pesquisa.

Pode-se compreender a partir da citação abaixo influência do Arquivo no trabalho do historiador:

Concebido como locus interativo entre o pesquisador e o objeto, por meio da revisita e da equiparação das teorias existentes, o arquivo possibilita o progresso e a humanização destas teorias e, ao mesmo tempo, o cultivo do pensar crítico e criativo do pesquisador. Servindo-se, assim, do arquivo, o pesquisador constrói a sua própria produção, para responder ao desafio da socialização do conhecimento (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 58).

Não seria possível realizar uma pesquisa histórica sem a existência dos locais como os Arquivos que realizam a manutenção e conservação dos mais diversos acervos documentais.

Arquivos Históricos: possibilidades e fontes

O exercício da pesquisa ocorre no Arquivo, mas também pode se dar pelo Arquivo, pois, como instituição, ele pode servir de base para a pesquisa histórica daqueles que desejam investigar e analisar o processo de organização, manutenção e construção do conhecimento desenvolvido por essas entidades.

Deste modo, os Arquivos, como lugares de memória e construção de conhecimento podem ser instrumentos de pesquisa para aqueles historiadores que desejam dedicar-se à interpretação do papel destas unidades em uma comunidade específica, sua importância para preservar a memória e a documentação presente em seu espaço. De acordo com Barros:

A complexidade do “sentido” do arquivo reforça a importância do seu estudo e de práticas de investigação histórica e documental face à necessidade de produção de conteúdo com base nas informações contidas em seus conjuntos documentais. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57).

Assim, como parte do processo de constituição do conhecimento histórico, a prática de pesquisa em Arquivos Históricos e sobre estes é, sem dúvida, o alicerce para o desenvolvimento do trabalho do historiador em todos os âmbitos e períodos que este busca compreender o passado.

Para Barros:



Percebe-se, então, que esse status do arquivo não condiz apenas com o testemunho da identidade de uma sociedade e, tampouco, com uma instituição de guarda e preservação dos discursos de um povo. Constituído em base sólida, sua atuação extrapola tais conceituações: ele é gerador de conhecimento. Por isso, ele se impõe como lugar indispensável para o exercício da pesquisa. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57).

Algumas das outras possibilidades de pesquisa nestes locais de armazenamento, estudo e construção do conhecimento histórico são, por exemplo, o uso da documentação de seções específicas, como Comissões de Terras, por exemplo, para entender a organização de entidades que agiam, por exemplo, sobre a propriedade da terra.

O estudo de questões relacionadas à propriedade da terra pode evidenciar ao historiador como uma sociedade em um tempo específico se organizava, gerenciava sua produção, a partir do tamanho do lote das propriedades, por exemplo, quais eram os principais agentes que produziam nestes locais e de que forma trabalhavam, observando relações que envolvem modernidade, tecnologias etc. Os pesquisadores que analisam questões relacionadas ao mundo rural, história agrária, podem utilizar destes documentos como fontes em suas pesquisas, tanto os relacionados a companhias públicas de administração de lotes rurais, quanto companhias privadas.

Considerações Finais

Entende-se, assim, na discussão desenvolvida através da leitura dos autores que dissertam sobre a questão teórico-metodológica da pesquisa histórica a importância da formulação de alguns pontos para o desenvolvimento da pesquisa histórica, sendo estes: problema, hipóteses, a criticidade em relação às fontes e um embasamento teórico sobre o que se pesquisa. A partir da teoria histórica pode-se, dentro da temática proposta para a pesquisa, desenvolver os saberes com propriedade, dominando o que se torna necessário para efetivar a pesquisa.

A teoria auxilia na compreensão de conceitos importantes de cada tema de pesquisa. Ao passo, portanto, que se delimita a vertente teórica utiliza-se do problema de pesquisa como intermédio para a análise das fontes, uma forma de filtro que abre caminhos, mas que também podem revelar outros e fazer com que se mude o problema e as hipóteses iniciais de cada estudo no decorrer do processo da pesquisa histórica.

O artigo discute que os resultados só podem surgir se todo o processo de pesquisa for realizado de modo completo e minucioso, com atenção aos detalhes e de forma crítica, principal função potencializada pelo historiador. A criação de hipóteses se torna



necessária durante a leitura das fontes, pois estas devem ser interpretadas e lidas de modo particular.

A partir destas questões, compreende-se que os Arquivos Históricos se tornam, assim, lugares importantes para os historiadores, pois é a partir de seu processo de organização, constituição de um acervo e manutenção dos documentos presentes em seu ambiente que estes podem se tornar as fontes necessárias para a pesquisa histórica.

Outrossim, a fonte de uma pesquisa histórica não precisa estar necessariamente presente na organização dos Arquivos Históricos, pois ela pode ser o próprio Arquivo como instituição, sendo possível uma discussão sobre sua organização, importância em determinada comunidade, assim como o modo com que manipulam seu acervo de documentos sendo importantes patrimônios documentais para a construção da História.

Data de Submissão: 10/05/2020

Data de Aceite: 16/07/2020



Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes [et. al.] **A dinâmica do historicismo**: revisando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- BARROS, José D´Assunção. **Teoria da História**. 5 v. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARROS, José D´Assunção. **Teoria da História**. 2 v. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARROS Dirlene Santos; AMÉLIA Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, 21(1): p. 55-61, jan./abr., 2009
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, v.7, n.13, p.49-64, 1994.
- HARTOG, François. **Evidência da História**. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a Tarefa do Historiador. In: (ORG.), Estevão de Rezende Martins. **A História Pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015. p. 82-100.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996
- LORIGA, Sabina. O eu do historiador. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n 10, p. 247-259, dezembro de 2012.
- REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História**. Ano 3, Número 6, p. 04-26, dezembro de 2011.
- REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 23, n. 73, 1996.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

BOLSA DE MANDINGA, PROTEÇÃO E PERIGO EM JACOBINA: TRÊS HOMENS NEGROS NAS GARRAS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA (1745-1756)

JHON LENON FERREIRA¹



Resumo

No período colonial do Brasil, africanos e crioulos realizavam práticas religiosas consideradas heréticas pela Inquisição portuguesa. Essa instituição tinha como principal objetivo investigar a vida de Cristãos-novos, mas, além disso, ela repreendeu manifestações culturais de africanos e seus descendentes, que eram interpretadas como crime. Procuramos entender, através da análise da documentação oficial produzida na década de 1750, no âmbito do Tribunal da Inquisição de Lisboa, como e por que, três homens negros foram presos por usar bolsas de mandinga no ano de 1745 na Vila de Jacobina. Buscamos compreender o significado da expressão cultural desses homens e como esta era entendida pela sociedade Colonial.

Palavras-chave: Bahia. Bolsa de mandinga. Negros.

Abstract

In the colonial period of Brazil, Africans and Creoles performed religious practices considered heretical by the Portuguese Inquisition. This institution's main objective was to investigate the lives of New Christians, but in addition, it rebuked cultural manifestations of Africans and their descendants, which were interpreted as a crime. We tried to understand, through the analysis of the official documentation produced in the 1750s, within the scope of the Lisbon Inquisition Court, how and why, three black men were arrested for using mandinga bags in the year 1745 in Vila de Jacobina. We seek to understand the meaning of the cultural expression of these men and how it was understood by Colonial society.

Keywords: Bahia. Bolsas de mandinga. Blacks.

Inquisição na Bahia

Na Bahia colonial, pessoas suspeitas de cometer crimes eclesiásticos poderiam ser denunciadas, processadas e até mesmo presas. Elas sabiam disso e viam a Inquisição com grande temor devido à proporção de suas punições. O medo não estava somente em praticar um crime contra o catolicismo, saber do delito do outro era mais um motivo de preocupação.

A paz era perturbada quando se sabia de alguém que cometia crimes religiosos, muitas vezes, a solução para este problema poderia ser encontrada numa possível confissão ou delação durante uma visitação do Santo Ofício, que enviava seus

¹ Mestrando na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: jhonjesus5@gmail.com.



funcionários a fim de investigar e/ou prender supostos criminosos. Como mecanismo de controle inquisitorial na Bahia, esses visitantes atuavam sob “uma inspeção periódica, que por determinação do Conselho Geral do Santo Ofício, realizava um delegado seu para inquerir do estado das consciências em relação à pureza da fé e dos costumes”². As visitas foram importantes no que diz respeito ao combate de heresias, porém, não foram suficientes para acabar com os “pecados” e “heresias” cometidos no Estado, tão pouco na Colônia.

Em *Confissões da Bahia*³, Siqueira relata que durante a visitação do licenciado Marcos Texeira as pessoas mesmo sem serem chamadas, se dirigiam à mesa para confessar suas culpas, a fim de receberem misericórdia pelo que tinham feito. Essa havia sido a segunda visitação da Bahia, a primeira tinha acontecido entre 1591-1593.

Segundo Bonfim Souza, a Bahia contou com o apoio de 685 familiares, 54 comissários, 19 qualificadores e 14 notários⁴. Esses eram os segmentos que apoiavam a Inquisição portuguesa na Colônia, era com eles que o Santo Ofício contava para impor sua ideologia. Para exercer estes cargos era preciso ter pureza de sangue e conduta moral. Os comissários foram os que tiveram maior autoridade de representação inquisitorial, eles mantinham os inquisidores informados de tudo o que acontecia na Colônia, ele só agia sob a autoridade dos mesmos.

Na historiografia brasileira, os negros inicialmente, não eram alvo de análise cuidadosa, a imagem deles era automaticamente associada ao trabalho escravo. Ao longo da história este quadro foi mudando e o agenciamento dos africanos e seus descendentes passaram a ser estudados com maior rigor. A partir desse momento, percebemos que esses sujeitos buscaram formas de apreciar a liberdade, bem como formas de sobreviver diante de um regime tão violento como foi o escravista⁵. Para isso, eles recorriam a uma bagagem de experiências culturais elaboradas na África e aqui adaptadas.

A influência da África contribui bastante para entendermos as práticas culturais dos negros na Colônia. Não só ela, mas, Portugal também tem sua importância nessas

² SIQUEIRA, Sonia. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p.183.

³ SIQUEIRA, Sonia. **Confissões da Bahia** (1618-1620). 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2011.

⁴ BONFIM SOUZA, Grayce Mayre. **Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)**. (Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, p.83.

⁵ Ver SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR. O autor aponta que no ano de 1988, no centenário da abolição da escravidão no Brasil, a historiografia brasileira passou a analisar o negro como protagonista na formação histórica do país. A partir desse momento, temas que abordavam as práticas culturais dos africanos e descendentes ganharam destaque nos trabalhos de estudiosos da escravidão.



práticas que eram reelaboradas conforme as necessidades dessas pessoas. O diálogo entre esses dois ambientes ganhou continuidade no Novo Mundo. Esse será o nosso foco de análise no decorrer do texto.

Religiosidade Negra: as bolsas de mandinga

“As principais formas de poder nas sociedades escravas do mundo luso-africano não eram a força física e a coragem, mas sim a religião e a espiritualidade”⁶. Esse foi o principal mecanismo de luta dos negros pela sobrevivência na Colônia. Essas manifestações poucas vezes visavam abolir a escravidão, mas funcionavam como mecanismo de negociação entre escravos e senhores para a reformulação do sistema escravocrata⁷.

Os africanos trazidos para o Brasil foram obrigados a viver uma nova forma de cultura. É evidente que havia uma dominação senhorial sobre a vida dessas pessoas, mas isso não quer dizer que eles tiveram uma vida completamente moldada por essa autoridade, pelo contrário, muitos elaboraram novas formas de existência aos seus próprios moldes e, por vezes, influenciando parte da sociedade colonial, o exemplo mais evidente e recorrente disso foi a prática religiosa. Na verdade, “os senhores passaram a aceitar a padronização das instituições dos escravos como parte da realidade cotidiana, uma realidade a que também eles tinham que se adaptar”⁸.

Não apenas os africanos, mas os seus descendentes também eram praticantes de algum tipo de religiosidade com esse caráter. Por exemplo, Luís Pereira de Almeida, Mateus Pereira Machado e José Martins, todos nascidos no Brasil declaravam-se cristãos, mas mesmo assim foram presos no ano de 1745, na vila de Jacobina, por fazer uso de bolsa de mandinga. Eles foram encarcerados em cadeia comum até o ano de 1752 quando enviados à Lisboa para serem processados no Tribunal do Santo Ofício⁹. Esses objetos

⁶ SWEET, James. **Recrutar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 20.

⁷ Ver REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e REIS, João José. **Povo Negro. Revista USP**: São Paulo, 1995-1996;

⁸ MINTZ & PRICE mostram como os escravizados da África reinventaram uma nova cultura no novo mundo, tendo como base que esses escravos tinham que se adaptar a uma nova forma de organização social, passando assim por um processo de criouliização. MINTZ, Sidney.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro; Pallas; Universidade Candido Mendes, 2003, p. 19.

⁹ O caso aparece, também, nos trabalhos de SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das letras, 1986; SILVA SANTOS, Vanicléia. **As bolsas de mandingas no espaço Atlântico: século XVIII**. 2008. 255f. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração História Social). Departamento



poderiam se originar de diferentes partes da África, mas devido o fluxo de tráfico de africanos oriundos das regiões África Ocidental e Centra-ocidental no Novo mundo, trabalhamos com a ideia de que eles se originaram¹⁰ na Costa da Mina e em Angola¹¹.

Luís Pereira de Almeida relata que em um diálogo seu com Mateus, este revelou que “sabia de muitas pessoas que tinham bolsas com partículas consagradas, e que nem por isso se lhe fazia mal algum”¹². Não sabemos quem eram as pessoas que faziam uso destes amuletos que ele relata, mas em um amuleto que pertencia a José Martins, o mesmo que ele apanhou na casa de Luís, deixada por Mateus, continha uma oração manuscrita¹³. Esse material revela muita coisa sobre a prática religiosa em Jacobina.

José, Mateus e Luís quando interrogados pela inquisição em Lisboa, disseram que não sabiam ler nem escrever. Então quem escreveu aquela oração contida no interior do objeto? O que sabemos é que na sociedade colonial poucos sabiam ler e escrever, a educação era algo reservado à elite, neste caso pessoas brancas. Poucos negros eram alfabetizados. Talvez, não se pode afirmar por certo, Mateus Pereira estivesse falando de um comércio entre negros africanos e crioulos¹⁴.

No século XVIII, entre as manifestações religiosas praticadas na Colônia por pessoas negras, fossem elas livres ou escravas, estava o uso de bolsas de mandinga. O termo mandinga tem relação com o povo Mandê, que herdou o antigo império do Mali que fica localizado na Alta Guiné. O Mali tinha em seu poder “todo o antigo império da Gana (exceto o extremo setentrional, controlado pelos berberes) as águas do alto Níger, do Gâmbia, do Senegal e dos rios que lhe são tributários, e também a Casamansa, e ainda Bambuk e Buré”¹⁵. Havia diversidade política nesse Estado, desde aldeias aconselhadas por anciões até reinos e cidades-Estado. Mesmo sendo heterogêneo em sua organização,

de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008; MOTT, Luiz. Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa. In: **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

¹⁰ SWEET. James. **Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa, Edições 70, 2007, p.212.

¹¹ Para dados sobre a origem dos africanos traficados para a Bahia no período de escravidão ver: VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX**. 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo nº 1134 (1752-1756), f. 32.

¹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo nº 1131(1752-1756), f. 12.

¹⁴ “Na viragem do século XVII, as virtudes das bolsas africanas eram já bastante conhecidas em Lisboa, e a sua natureza africana começava a afirma-se. [...] alguns escravos geriam negócios bem sucedidos, vendendo bolsas a brancos e a negros. Em 1700, por exemplo, um escravo cabo-verdiano chamado Francisco vendeu em Lisboa uma variedade de bolsas a brancos”. SWEET. James. **Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 215.

¹⁵ SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. 3 ed. revista e ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.326.



o Mali foi um dos maiores impérios africanos, econômica e politicamente, foi próspero enquanto existiu.

Costa e Silva nos apresenta importantes características dos mandingas, bem como se vestiam, usavam

[...] camisas compridas, que ficam dando um palmo por cima dos joelhos e uma maneira de calças muito atufadas, digo calções muito aveludados, estreitos e justos por baixo nas pernas, os quais ficam dando por debaixo dos joelhos como os nossos; trazem as pernas nuas, e nos pés uns alpercatos de couro cru; e nas cabeças umas carapuças do mesmo pano de algodão, ao modo de diademas; os cabelos da cabeça trancados, espadas de três palmos e meio, sem guardas, com as empunhaduras chãs, ao tiracolo; e facas de palmo e mais na cinta, em lugar de punhais. São grandes cavalgadores, boa gente de guerra; e são os que usam milícia bem disciplinada [...].¹⁶

Como podemos observar, a partir do trecho acima, os Mandingas eram “boa gente de guerra” e “cavalgadores”. Portanto, viviam perigos constantes em suas viagens e batalhas. Encontravam nas bolsas de mandinga uma fonte de proteção para lidar com os acontecimentos cotidianos. Enfatizaremos a ideia de que esses amuletos tinham função protetora no decorrer deste trabalho.

O conteúdo das bolsas não era homogêneo, pelo contrário, podia variar dependendo de quem produzia, utilizava e quais eram os seus objetivos. As orações contidas nos amuletos obedecem muito a essas afirmações. Esses amuletos poderiam ganhar novos sentidos conforme a sua necessidade e a capacidade de quem os elaborava, essa foi uma das formas que os povos africanos encontraram para recriar suas tradições no Novo mundo através das bolsinhas.¹⁷

Foi em Portugal que tais objetos ganharam cenário para serem divulgadas. Segundo Lahon,

em Portugal, a utilização de bolsas fazendo função de amuleto já era conhecida desde a Idade Média. Mas, a partir do fim do século XVII e sobretudo durante as primeiras décadas do século XVIII, um novo tipo de bolsas começou a difundir-se através de alguns escravos e forros vindos diretamente da África ou depois de ter transitado pelo Brasil. Conhecidas doravante sob o nome de bolsa de mandinga, tinham a fama de proteger contra as feridas de armas brancas ou de fogo e fizeram muito sucesso entre a população negra em razão dos inumeráveis confrontos, rixas e ajustes de contas que ensanguentavam as noites da capital.¹⁸

¹⁶ SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. 3 ed. revista e ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.299.

¹⁷ SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. 3 ed. revista e ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 200.

¹⁸ LAHON, Didier. **Inquisição, pacto com o demônio e “magia” africana em Lisboa no século XVIII**. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 9-70. p. 26.



Tomando como base a citação acima, verificamos que africanos e brasileiros que tiveram contato com o império português foram os responsáveis pela divulgação das bolsas de mandinga no Brasil¹⁹, os negros eram o público mais interessado no poder que os amuletos poderiam oferecer. Ainda assim, acreditamos que, por meio do tráfico transatlântico, o conhecimento desses amuletos chegou ao Brasil sem a necessidade de um contato direto com Portugal.

Os portugueses nomearam o amuleto protetor de nômimas. Nessas bolsas “eram colocados nomes ou retratos de santos, versículos de evangelhos e outras orações, com objetivo de livrar as pessoas de tentações e de outros perigos.”²⁰ Há indícios de que elas (as nômimas) estiveram presentes na sociedade portuguesa antes mesmo do século XVI. “No momento em que [os missionários portugueses] entraram em contato com os Mandingas, na África, e visualizaram as bolsinhas islâmicas, denominaram de ‘nômina’”²¹.

Com o passar do tempo, estes amuletos passaram a ser cada vez mais associados a figura do diabo, reflexo da tradução que os europeus faziam das práticas africanas, apropriadas pelas pessoas de suas sociedades. Assim, o uso de mandinga deveria ser combatido e criminalizado pelo Santo Ofício por contrariar a fé católica. Na verdade, o que se queria era a proteção do corpo. A escravidão gerou uma série de perigos para aqueles que eram escravizados, o seu caráter violento fez com que os negros buscassem alguma forma de proteção para aliviar o sofrimento a que estes eram submetida.

¹⁹ “Segundo Paiva, A utilização de bolsas que desempenhavam a função de amuletos era já desde há muito conhecida em Portugal, quando a partir de finais do século XVII, mas sobretudo nas primeiras décadas do século XVIII, se começou a divulgar uma prática, através de alguns escravos ou negros forros oriundos de África e do Brasil, que publicitavam as virtudes de <<bolsas de mandinga>> para um indivíduo não ser ferido em pelejas. Digo publicitar porque muitos, para demonstrar os poderes de tais bolsas que depois vendiam, faziam publicas demonstrações da sua eficácia em algumas praças de cidades, pondo-se em tronco nu e deitando-se sobre espadas com a ponta apontada ao peito sem que se ferissem, como contam testemunhas de tais sessões'. A profusão destas práticas deve ter começado a intrigar de tal forma os inquisidores que, de 1690 em diante, se conhecem pelo menos 23 casos de indivíduos processados por usarem estas bolsas. O primeiro processo inquisitorial deste gênero de que há notícia é o de um Patrício de Andrade, negro forro, natural de Cabo Verde, que, em junho de 1690, por tal delito foi sentenciado a abjurar de leve suspeita na fé”. SANTOS JUNIOR, Dimas Catai. **Colonizar o inferno, ocupar o purgatório: feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade no Brasil colonial (século XVIII)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 93. PAIVA, Jose Pedro. **Bruxaria e Superstição num país sem "caça às bruxas"**: Portugal 1600-1774. Lisboa, Notícias Editorial, 1997, p. 113-114.

²⁰ SILVA SANTOS, Vanicléia. **As bolsas de mandingas no espaço Atlântico: século XVIII**. 2008. 255f. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 50.

²¹ JESUS, Priscila Natividade de. **Escravidão, Feitiçaria e Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial (1730-1756)**. Santo Antônio de Jesus/BA – 2015, p. 42.



Um exemplo de busca por proteção nas bolsas mágicas é o caso de João da Silva. Ele assim como Mateus, Luís e José Martins foi preso em Jacobina por portar amuletos mágicos em Jacobina. No ano de 1742, na fazenda Olho de Peixe, ele ajudou um escravo fugido chamado Manuel de Barros, dando-lhe comida e hospedagem para que aguentasse a viagem, este vinha do sertão da Bahia e ia para a cidade de Salvador. Em forma de agradecimento, Manuel deu a João uma bolsa dizendo-lhe que servia contra valentias, para não ser ferido e fugir da escravidão. João acabou contando para algumas pessoas que conhecia a eficácia da bolsinha, a notícia acabou se espalhando pela cidade. A informação chegou até o senhor de João através de Manuel da Silva, que era empregado da fazenda vizinha e, foi a ele que João primeiro recorreu para falar do objeto que havia recebido. Mas não foi só a João que ele falou a respeito do assunto, acabou mostrando a bolsa a uma mulher chamada Teresa, ela foi responsável por causar o falatório na Vila de Jacobina. Por causa deste fato seu senhor lhe denunciou ao vigário João Mendes, não lhe restando alternativa, devido a proporção que tomou o caso, por fim o falatório coadunou na prisão de João.²²

Em 1729, um escravo nascido na costa de Ajudá, no Daomé, chamado Luís de Lima disse que havia feito uso de bolsas em Pernambuco no Brasil e em Porto (Portugal). Na sua confissão ele “afirmou que nunca sentia medo de nada quando usava bolsas de mandinga”²³ Ele revelou que sendo esfaqueado várias vezes não sofreu ferimento algum. Sua prisão foi em Portugal, mas antes disso ele havia morado por algum tempo no Brasil²⁴.

Bolsas de mandinga na Bahia

Na tentativa de compreender como se deu a entrada de bolsas de mandinga na Bahia duas autoras com desenvolveram pesquisas nesse âmbito, são elas Daniela Buono Calainho²⁵ e Vanicléia Silva Santos²⁶. Analisando o mesmo tema as autoras chegam a conclusões diferentes.

²² ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 502. fl. 15.

²³ SWEET, James. **Recrutar África**: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa, Edições 70, 2007, p.216.

²⁴ Idem, p.216. ANTT, Inquisição Coimbra, Processos, nº 1630. Outro caso envolvendo o mesmo escravo, em 1731 é ANTT, Inquisição Lisboa, Processos, nº 16479.

²⁵ CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandingas**: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime. Garamond, 2008.

²⁶ SILVA SANTOS, Vanicléia. **As bolsas de mandingas no espaço Atlântico**: século XVIII. 2008. 255f. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração História Social).



A primeira autora parte de dois pontos análise, buscando rastrear a rota dos diferentes povos que estiveram em Portugal e a rota dessas bolsas. Ela percebe que havia circularidade deste amuleto em Portugal bem como sua difusão entre povos africanos antes de chegar à Bahia. Portanto, a difusão deste objeto se deu por causa da propagação de conhecimentos e saberes entre africanos primeiro na metrópole e depois na Colônia. No Reino, os negros acompanhavam os seus proprietários, isso possibilitava o encontro de africanos de diferentes partes da África, dessa forma compartilhavam valores culturais. A difusão desses amuletos seria resultado dessas trocas culturais segundo Calainho²⁷.

É verdade que algumas pessoas entre moradores e comerciantes, aprenderam a confeccionar as bolsas em Portugal, porém, não se pode dizer que foi de lá a origem desse objeto, o uso de amuletos sagrados já se fazia antes mesmo da difusão das bolsas de mandinga²⁸. Calainho disse que estes amuletos eram de

[...] origem africana islamizada, difundiram-se por grupos de origem banta, outros grupos africanos e caminharam para fora da África, marcando presença já com diferentes conteúdos em Portugal e no Brasil colonial, e na Salvador de 1835.²⁹

Para Vanicléia Silva Santos, a historiadora Daniela Calainho comete um equívoco ao dizer que os mandingas que levaram as bolsas para a Bahia pertenciam ao grupo Iorubá³⁰, por isso ela discorda afirmando que o povo mandinga pertencia ao ramo Mandê que habitava a Alta Guiné e não eram Iorubás. Ela ainda afirma que “a origem dos escravos da revolta dos malês em 1835, em Salvador, que portavam amuletos com inscrições árabes, não era da Alta Guiné”³¹. Entretanto, Calainho faz referência as bolsas utilizadas no século XIX, a autora não tenta atribuir a um grupo específico a origem das bolsas de mandinga.

Para Silva Santos, os diálogos culturais que ocorreram na Colônia entre os povos que nela habitavam, trouxeram elementos capazes de ressignificar a utilização de bolsas

Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

²⁷ CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandigas**: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime. Garamond, 2008, p. 172.

²⁸ SWEET, James. **Recriar África**: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa, Edições 70, 2007, p. 133.

²⁹ CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandigas**: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime. Garamond, 2008, p.183.

³⁰ CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandigas**: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime. Garamond, 2008, p. 182.

³¹ SILVA SANTOS, Vanicléia. **As bolsas de mandingas no espaço Atlântico**: século XVIII. 2008. 255f. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 107.



de mandinga. Assim os contatos pelo Atlântico foram de grande importância para que na América Portuguesa elas ganhassem características próprias, remetidas a um processo de criouliização³², diferente das utilizadas pelos mandingas e das nominas,

A partir do século XVIII, na confecção das bolsas passaram a ser inseridos símbolos do catolicismo na Colônia. Essa apropriação sincrética era feita em busca de aumentar a eficácia desses amuletos, segundo Silva Santos³³. Foi nesse período que as esses amuletos se popularizaram na América portuguesa:

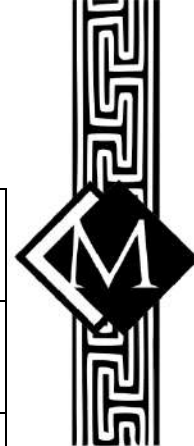
Tabela 1: Processo de pessoas denunciadas no Brasil durante o século XVIII³⁴

Nome	Qualidade (cor)	Origem	Ano de prisão
Manuel João	Preta	Maranhão	1668
Antônia Maria	Preta	Recife	1715
João de Siqueira Varejão Castelo	Branca	Recife	1725
João da Silva	Preta	Angola	1752
Manuel da Piedade (escravo)	Preta	Bahia	1730
Joseph Francisco Pereira (escravo)	Preta	Ajudá, Costa da Mina	1731
Jose Francisco Pedroso (escravo)	Preta	Ajudá, Costa da Mina	1731
Miguel Moniz	Pardo	Cachoeira (Bahia)	1749

³²“Criouliização e africanização, portanto, devem ser entendidas como categorias interdependentes, imbricadas uma na outra: a africanização só podia dar-se num contexto já criouliizado, enquanto a criouliização só tem sentido como transformação de formas africanas. O Candomblé é um bom exemplo dessa ambigüidade, pois pode ser duplamente interpretado como um fenômeno emblemático do processo de criouliização, enquanto síntese interafricana (e até africana e européia, se considerarmos a influência do Catolicismo) e, ao mesmo tempo, como uma expressão de resistência à aculturação européia e, portanto, como uma forma de africanização da sociedade colonial.” PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador: UFBA, n. 33, p. 87-132, 2005, p.94.

³³ Esse é um dos principais argumentos da Tese de Doutorado da autora. SILVA SANTOS, Vanicléia. *As bolsas de mandingas no espaço Atlântico: século XVIII*. 2008. 255f. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

³⁴ No Império atlântico português, cerca de trinta pessoas foram processadas por utilizar bolsas de mandinga. Ver: CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandigas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Garamond, 2008, ANEXOS.



Luís Pereira (escravo)	Preta	Jacobina (Bahia)	1745
Mateus Pereira Machado (escravo)	Preta	Jacobina (Bahia)	1745
José Martins (Livre)	Preta	Jacobina (Bahia)	1745
Salvador Serra	Pardo	Vila do Príncipe (MG)	1761
Antônio de Carvalho Serra	Preta	Serro Frio (MG)	1764
Anselmo	Índio	Vila Bem Fica (Pará)	1764
Joaquim Pedro	Índio	Vila Beja (Pará)	1764

Fonte: MELLO E SOUZA, Laura de. Op. Cit., pp.210-26. Adaptado.

No quadro acima, a partir dos indivíduos processados, podemos ver que o século XVIII foi o auge da propagação das bolsas de mandinga³⁵. Além disso, podemos observar que a maioria dos processados, no Brasil, era habitante da Bahia³⁶, capital da Colônia. O Santo Ofício, através de seus funcionários, percebeu que havia aumentado, na América portuguesa, o uso de mandinga, prática considerada herética pela Igreja Católica, e as prisões atuaram como uma forma de repressão exercida por oficiais inquisitoriais na América portuguesa³⁷.

³⁵ Sweet encontra apenas um caso para o século XVII, para o século XIX a perseguição contra os mandingueiros diminui a partir de 1760, na era pombalina. SWEET, James. **Recrutar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 214.

³⁶ “Em maior ou menor grau, os escravos livres e libertos atuaram como figuras principais no processo de disputa de poderes e afirmações perante as autoridades eclesiásticas e seculares. As contendas que surgiram durante o período em que as denúncias analisadas foram escritas nos revelam sempre a participação dos africanos de forma direta ou indireta. Ainda que estes sujeitos, em muitos casos, sejam referenciados de forma indireta, conseguimos acompanhar os seus protagonismos representados na fala de personagens como Constantino de Parma e José César de Meneses, que, durante todo o entrave que estabeleceram sobre o caso dos batuques, deram visibilidade às ditas manifestações culturais empreendidas pelos africanos e pelos seus descendentes.” SILVA SANTOS, Vanicléia. **As bolsas de mandingas no espaço Atlântico: século XVIII**. 2008. 255f. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 136.

³⁷ Com exceção para o caso de Manuel da Piedade que foi preso em Portugal. ANTT/TSO IL Proc. N.º 99972.



Através do quadro, observamos também, que o uso desses objetos não estava restrito apenas a pessoas negras, pois pessoas indígenas e brancas utilizavam e elaboravam esses amuletos³⁸. Desta forma, podemos concluir que houve diálogo entre diferentes culturas na confecção das bolsas, observando que, por causa dos interesses sociais, a recorrência a esses objetos nem sempre era pela mesma necessidade.

De quem são as bolsas? O caso de Mateus Pereira Machado, Luís Pereira de Almeida e José Martins

No ano de 1745 na vila de Jacobina arcebispado da Bahia, três homens foram presos pelo vigário da localidade chamado João Mendes. Havia rumores de que negros estavam fazendo uso de bolsa de mandinga, algo que era proibido, pois os envolvidos além de fazer o uso de um amuleto, eram também acusados de ter pacto com o diabo.

Num primeiro momento, os envolvidos foram: Luís Pereira de Almeida de “pouco mais ou menos vinte e três anos de idade”, casado com Maria Ferreira, escravo de D. Antonia Pereira de Almeida e do sargento-mor Faustino Pereira de Brito, natural da Vila da Jacobina e morador do sítio do Riachão, Arcebispado da Bahia do século XVIII. Luís era filho de João Correa, escravo de João Rodrigues Santiago e Ignacia Pereira, preta forra, ele natural do Reino de Congo, e ela da Jacobina³⁹. Também foi preso Mateus Pereira Machado escravo de Veríssimo Pereira Machado e posteriormente de Francisco Arão, natural do Sítio de São José da Pororoca, morava no mesmo Sítio do Riachão (Vila de Jacobina). Filho de José de Castro, escravo de Custodio de Castro, e Jacinta Andrade Nogueira, preta forra. Ambos, naturais e moradores da Freguesia de São José da Pororoca.

Mateus estava por mando da senhora de Luís numa jornada das Minas da Canavieira, o qual pediu para que Luís guardasse uma camisa e, juntamente com ela uma bolsa de couro vermelha sem informar o que havia dentro dela. Sem expressar curiosidade, Luís disse para Mateus pendurar o objeto em um torno que estava pregado na parede enquanto ele olhava.

Nesse momento, o escravo de D. Antônia Pereira disse que estava em uma cama doente “no sítio ou paragem de Riachão a sete léguas de distância da vila de Jacobina”⁴⁰.

³⁸ Ver, por exemplo: CORRÊA, Luís Rafael. **Feitiço caboclo**: um índio mandingueiro condenado pela inquisição. Jundiá: Paco Editorial, 2018. Nessa obra o autor, analisa através da micro história, a trajetória do índio Miguel Pestana, que se tornou um famoso mandingueiro no século XVIII.

³⁹ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 1134.

⁴⁰ Idem. f.13.



Depois de ter deixado o amuleto, Mateus partiu para a jornada. Chegando até as Minas da Canavieira, o sobrinho do seu senhor tirou do mesmo outra bolsa e, imediatamente, entregou ao seu pai. Esta era semelhante a aquela que ele havia deixado com Luís.

Tendo curiosidade por saber o que havia dentro dela, Manoel Arão (irmão do senhor de Mateus Pereira) a abriu e encontrou “um pedaço de pedra d’Ara e uns papéis que continham palavras blasfemas”⁴¹. Sabendo provavelmente que o seu uso era proibido, foi entregá-la ao Padre João Mendes (o vigário). Além de ter entregado ao padre, Manoel Arão repreendera Mateus Pereira, não se sabe se por medo ou por entender que o uso de tal objeto contrariava a fé católica, ou mesmo pelos dois motivos.

Mateus Pereira, talvez assustado com a reação de Manoel Arão, confessou que além da bolsa que o filho de seu senhor achara, ele possuía outra que havia deixado com Luís Pereira. Então, Manoel Arão informou a Dona Antonia Pereira⁴² o que havia acontecido. Os dois (Manoel e Antonia) foram até Luís Pereira para pedir o objeto que Mateus disse que havia deixado com ele, porém, já não se encontrava mais em seu poder.

Antes de Manoel Arão e D. Antonia Pereira irem ao encontro de Luís, o preto forro José Martins tinha o visitado e avistado o objeto que Mateus havia pendurado no torno da casa de Luís. Interessado no que viu, sem hesitar, José Martins dependurou-o e levou consigo dizendo para Luís que Mateus fosse pegá-lo com ele. O preto forro José Martins havia vendido aquela bolsa para Mateus e agora tinha a pego de volta. Ela foi encontrada em poder de José Martins e em seguida foi entregue ao Padre João Mendes. Nesta segunda, foi achada uma partícula⁴³ que não se sabia se era consagrada ou não.

Esses três crioulos⁴⁴ foram presos e encarcerados na cadeia de Jacobina antes de serem enviados aos cárceres do Santo Ofício de Lisboa, por estarem envolvidos com essas

⁴¹ Idem. f.13.

⁴² Luiz Mott em seu artigo “Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa” diz que o nome da senhor de Luis Pereira é Antonio Pereira, conferindo o processos de Luis Pereira, podemos verificar que o senhor do escravo se chamava Manoel Arão. Reconhecemos a importância do trabalho de Luís Mott, citamos este equívoco apenas como uma contribuição para que este caso seja melhor entendido. Ver MOTT, Luiz. **Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa**. In: *Bahia: inquisição e sociedade* [online]

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A3oesociedade.pdf

Acesso em 23 de Julho de 2020. Salvador: EDUFBA, 2010., p. 105. Ver ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 1134. Disponível em: <<http://antt.dgarq.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/>>.

Ver ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 508.

⁴³ Leia-se hóstia.

⁴⁴ O termo crioulo é utilizado aqui pelo fato de que os três personagens que estudamos neste trabalho nasceram no Brasil. REIS & SILVA indicam que “(...) os africanos eram sempre designados de pretos, em contraste com crioulos, a conhecida designação dos pretos brasileiros”. REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 45. Ao longo dos processos os negros são identificados como pretos e crioulos.



duas bolsas aqui citadas. Ou seja, eles passaram sete anos presos como criminosos comuns.

O primeiro a ser preso foi José Martins que tentou atribuir as maiores responsabilidades pelo infortúnio a Luís Pereira e a Mateus Pereira Machado. José disse que havia sido Mateus que tinha lhe dado aquele amuleto e pediu para Luís guardá-lo em sua casa. Disse ainda que tinha informado a Luís o seu conteúdo, falou que continha uma hóstia consagrada⁴⁵. José Martins sabia que era muito difícil ser inocentado por ter sido encontrada em seu poder uma mandinga, a única coisa que lhe restava era tentar diminuir a sua culpa apontando para alguém que poderia estar mais envolvido do que ele, neste caso ele escolheu o jovem Mateus de nove anos de idade⁴⁶.

Dentre esses três homens, José Martins, talvez por ser o mais velho (tinha trinta anos), tentou de todas as formas enganar os inquisidores em seu depoimento. Porém, quando eles foram interrogados sobre o envolvimento no crime, os inquisidores não os encaminharam por ordem, ou seja, não interrogou o primeiro a ser preso (José), mas sim o último, neste caso Luís Pereira. Os inquisidores inverteram a ordem. Talvez por Luís ter tido contato com Mateus Pereira e com José Martins momentos antes da prisão deles em Jacobina. Os inquisidores sabiam que Luís Pereira era uma figura importante, pois os dois negros o haviam visitado antes de o caso ser levado ao Padre João Mendes.

Sem o depoimento de José Martins, talvez Luís Pereira pudesse facilmente se safar da mira dos inquisidores. Mas não só José Martins complicou a vida de Luís Pereira, Mateus Pereira quando disse que além da bolsa que o filho de seu senhor havia tirado dele, havia outra que estava com Luís, fez o escravo de D. Antonia virar alvo de investigação. Além de aquele objeto ter sido deixado com este negro, que disse que se encontrava “doente em uma cama”⁴⁷, José Martins disse que ele sabia o seu conteúdo.

Mateus Pereira e José Martins não queriam ser os únicos culpados pelos crimes, logo, acharam em Luís Pereira uma possibilidade para aliviar as suas penas, ou até mesmo safarem-se da situação, uma vez que ambos passaram pela do escravizado antes de serem investigados. Luís sabia disso, e em seu depoimento, faz questão de relatar sobre Mateus

⁴⁵ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 1131.

⁴⁶ Quando o processo de Mateus é encerrado ele tem 20 anos de idade. Como o período que ele ficou preso no Brasil e em Portugal durou onze anos, estipulamos que ele tinha 9 anos de idade no momento de sua prisão. Se utilizássemos os parâmetros de classificação atuais para estágios da vida humana, notaríamos que Mateus foi preso quando era apenas uma criança!

⁴⁷ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 1134.



Pereira que “ouvia suas gritarias ao que falsamente contra ele diz”⁴⁸. Além disso, fizeram uso de Luís para descarregar sua ira por aquele infortúnio.

Havia alguma intenção que não pode ser ignorada quando eles faziam uso de amuletos como os que foram encontrados. Neste caso, as bolsas serviam para proteção do corpo⁴⁹. Mesmo com todos os problemas de um processo elaborado por pessoas que viam de forma pejorativa a intenção desses homens, seus processos servem para que possamos fazer uma análise cuidadosa do caso⁵⁰.

O conteúdo das bolsas encontradas com os três negros: as orações

As bolsas de mandinga poderiam ser compostas por diferentes elementos conforme as necessidades de seu portador, normalmente elas poderiam ser compostas por “dedos de mortos, pedaços de animais, sangue derramado pelo proprietário da bolsa ou do feitiçeiro, excrementos, unhas, cabelos e até mesmo restos de corda utilizadas em enforcamento eram inseridos como compostos”⁵¹. No caso das encontradas com negros em Jacobina, além de conter objetos, continham também orações, os outros objetos eram: pedra d’ara, hóstia consagrada e sanguinho⁵².

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ [...] “delito que cometeu o referido Mateus em tirar partícula consagrada de sua boca se dizia e estando tão bem prezo na mesma cadeia o sobredito Mateus; disse este por várias vezes na grade da mesma cadeia que ele tinha tirado da boca uma partícula consagrada a qual trazia na bolsa que lhe dera a guardar, e que obrara isto por conselho de Joseph Martins ao qual comprara por quase mil reis a outra em quem se achara o sanguinho e um pedaço de pedra de ara e que delas usava para as suas valentias.” Idem, p.13.

⁵⁰ “As confissões forçadas colocam dúvidas sobre a dimensão real de certas práticas, como a feitiçaria. Ainda que estas preocupações não sejam de somenos importância, é necessário reconhecer que muitas práticas especificamente africanas que são descritas nos casos de Inquisição podem ser confirmadas e verificadas por outras fontes, não só em África como na diáspora. Por exemplo, comparando os relatos de missionários em África com os casos de Inquisição no Brasil e em Portugal, podemos demonstrar que as acusações de <<feitiçarias>> envolviam actividades que eram, na verdade, práticas africanas muito específicas. Para além disso, devemos também reconhecer que a Inquisição deu oportunidade aos réus africanos para dizerem de sua justiça em situações de denúncia, confissão e interrogatório” SWEET. James. **Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)**. Lisboa, Edições 70, 2007, p.24.

⁵¹ SANTOS JÚNIOR, Dimas Catai. **Colonizar o inferno, ocupar o purgatório: feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade no Brasil colonial (século XVIII)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p.94.

⁵² “A pedra d’ara era um altar móvel, espécie de pedra de mármore contendo símbolos católicos, local onde acontece a consagração do corpo e do sangue de Cristo, representada nas missas pela hóstia e pelo vinho, que eram consagrados sobre a pedra d’ara. O desejo de ter um pedacinho desse local representava uma maior proteção, ou seja, assim como o altar consagrou o sangue de Cristo, poderia fazer o mesmo e proteger o corpo dos usuários. (...) O sanguinho simbolizava o pano sagrado com resquício do sangue de Cristo. Com ele, é enxugado o cálice de vinho nas missas, cujo ritual se faz presente ainda hoje. Enquanto ingrediente da bolsinha, tornou-se tão necessário e poderoso para afastar os perigos e males. Quanto à hóstia consagrada, representação do corpo de Cristo na eucaristia, tinha a função de fechar o corpo do usuário. A hóstia se tornava, para os mandingueiros, uma espécie de armadura.” JESUS, Priscila Natividade de. **Escravidão, Feitiçaria e Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial (1730-1756)**. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus/BA – 2015, p. 44.



Como já dissemos aqui, foram encontradas duas bolsas com Mateus, Luís e José. Ambas pertenciam a Mateus, ele as utilizava para proteção de seu corpo. A primeira, encontrada com ele no Canavial, foi lhe dada por uma mulher branca chamada Mariana, já a segunda que ele havia comprado a José Martins, havia sido capturada pelo próprio vendedor na casa de Luís.

Dentro da bolsinha encontrada com José Martins havia uma oração direcionada à pedra d'ara, vejamos o que havia escrito nela:

Digo eu Antônio que o mar me dê as suas frotas, Jesus Cristo o seu poder, ó minha pedra d'ara que no mar o fostes criada, em terra achada, em Roma confirmada, peço-vos e rogo-vos pelas sete donzelas, e para sete comadres, e para sete casadas, e para os sete religiosos, e para os sete bispos, e para os sete arcebispos, e como os sumos pontífices não podem celebrar missa sem ti, peço-te e rogo-te pelos sete enforcados, pelos sete arrastados e por sete mortos a ferro frio de valente que é Barrabás, é Satanás, é Califás, é Lúcifer, que é meu rei, meu duque, príncipe das minhas batalhas, vencedor do exército, estes todos se achem no meu favor, a socorro dos meus intentos e a mim, me tragam em ventos como soldado de campanha.⁵³

O objetivo dessa oração era buscar proteção contra inimigos e adquirir coragem para enfrentá-los. Além de ser uma oração direcionada à pedra d'ara, nesta é invocado o nome de Satanás⁵⁴, dos sete enforcados, dos sete mortos e arrastados. Era um pedido para estes seres, que possuem poderes sobrenaturais, um diálogo entre o mundo real e o sobrenatural. Podemos notar a presença da religiosidade cristã no constante uso do número sete, que representa perfeição, além disso, é invocado o nome de Jesus Cristo. A dualidade maniqueísta entre o bem e o mal é ignorada aqui, pois se recorre a ambos para alcançar proteção. Acreditava-se que os mortos tinham poder de proteção:

A explicação dessa crença reside no fato de se considerar que os espíritos dos mortos por meio violentos (enforcados ou “a ferro”) permanecem ligados por longo tempo ao cadáver (e ao mundo terreno), irredutíveis aos ritos funerários de apaziguamento e afastamento.⁵⁵

A segunda oração foi encontrada na bolsa que estava em poder de Mateus, observemos o seu conteúdo:

Eterna vida é que, da carne a ressurreição, dos pecados a remissão, dos santos da comunicação, católica igreja da santa, santos espírito creio, e os mortos aos vivos alegrar vir a declarar de vinda sua esperando estavam já que poderes dos santos as almas o terceiro dia e ressuscitou internos do saiu, sepultado e morto crucificado foi, Pilatos de Pontos poder no seu padeceu virgem Maria nasceu,

⁵³ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo N°. 508, fl.12.

⁵⁴ Por ser um manuscrito transcrito, ou seja, a oração estava escrita em outro papel, não presente no processo, não se sabe se o inquisidor relacionou outro nome a este que foi citado.

⁵⁵ BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia**: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 132.



santo do Espírito poder pelo concebido foi o qual, senhor nosso filho seu só um Cristo Jesus creio e da terra dos céus criador, poderosos todo o poder em Deus creio.⁵⁶

Como podemos observar, esta oração trata-se de nada mais do que o credo ao contrário⁵⁷. Ela não invoca nenhum tipo de proteção, como a oração anterior. O uso de bolsas de mandinga era uma prática demonizada pela Igreja, encontrar este escrito foi de suma importância para que fosse caracterizado o crime de heresia.

Presos e condenados

Além do vigário João Mendes, notamos que familiares da Inquisição atuaram na prisão de dois dos três homens. Luís Pereira foi entregue aos familiares do Santo Ofício Manoel de Mello Lima e Fernandes Guimarães, pelo juiz ordinário Caetano Jacome da Fonseca. Já José Martins foi preso pelos familiares Domingos Gomes e Jerônimo Francisco Pinto, que foram buscá-lo em sua casa, ele reagiu à prisão tirando uma faca e uma arma de fogo, ameaçando os familiares⁵⁸.

Nenhum dos três denunciados conseguiu se livrar da condenação do Santo Ofício. Seis anos se passaram até eles serem enviados a Lisboa em 1751. A primeira audiência deles foi em 1752, suas sentenças saíram apenas em 1756. Durante esse tempo eles ficaram presos na cadeia de Jacobina, viajaram até Lisboa e posteriormente ficaram presos nos cárceres da inquisição. Todo esse processo levou onze anos.

Com certeza, nenhum dos donos dos escravos queriam perdê-los para a inquisição. Mateus e Luís eram garimpeiros e jovens. Tendo em vista o alto preço de um escravo⁵⁹ no período em que eles foram presos, perder mão de obra para a inquisição não era nada bom para um senhor.

⁵⁶ ANTT Processo Nº 508, fl.11. A escrita do credo às avessas podia variar, ver QUEIROZ, Josinaldo de Sousa. **Entre a permissão e proibição: conflitos entre africanos, capuchinhos italianos e a administração secular na capitania de Pernambuco.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2018, p. 32.

⁵⁷ A tendência de inverter os ritos da Igreja constituía um dos traços ligados à intervenção do diabo na vida humana; manifestava-se não apenas no sabá – missas às avessas – mas também nos sortilégios que tiravam partidos dos ritos e que até padres chegavam a utilizar. SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das letras, 1986, p. 285.

⁵⁸ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 508, fl.7.

⁵⁹ “Os negros adultos de primeira escolha ou do primeiro lote foram tabelados em 140\$000. As negras ou moleconas de primeira escolha corresponderia o preço de 90\$000. Teriam o preço mais baixo os molequinhos ordinários (masculinos e femininos – 40\$000”. Gorender, Jacob. **O escravismo colonial.** 2.ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.



Mateus, talvez o maior responsável pela descoberta das bolsas (porque já havia boatos na cidade sobre as mandingas e mesmo assim ele carregava uma), foi acusado de sacrilégio por ter roubado uma hóstia consagrada a mando de José Martins. Em suas audiências Mateus demonstrava estar arrependido do que fez e assumiu a responsabilidade por suas culpas, porém não falou sobre Mariana uma mulher branca que possivelmente estaria envolvida com o furto da hóstia. Foi Luís Pereira que pediu audiência

para declarar que no tempo em que tinha por companheiro [nos] cárceres o preto Mateus Pereira Machado o persuadira este a ele declarante para que nesta prosa dissesse que Mariana solteira filha de Luís Pereira Porto, natural, Lusados e Aguedo Nogueira natural e morador dos Campos da Cachoeira, e tornou a dizer que era moradora na Jacobina com o dito seu pai senhor do dito preto ou cunhado Francisco Arão tirara da boca e lhe dera por relíquia a partícula consagrada que lhe tinha sido achada.⁶⁰

Mateus não havia revelado nada sobre Mariana em seu processo. Teria ele grande apreço por ela e por isso quis livrá-la de qualquer culpa? Ou estaria ele mentindo para culpá-la? Não sabemos. O que podemos dizer é que por ter sido pego em flagrante com um amuleto, Mateus sofreu nas mãos dos inquisidores. Nada o livrou da tortura, mesmo tendo declarado que ele e seus pais eram cristãos, os inquisidores queriam saber se ele tinha ou não pacto com o diabo. Mesmo sob tortura, Mateus não relatou nenhuma forma de pacto com o diabo. Ele foi sentenciado a receber instrução na Fé, penitência espiritual e abjuração veemente. Foi condenado a degredo por quatro anos para Castro Marim. Castro Marim era uma vila portuguesa que pertencia ao Distrito de Faro. No fim de seu processo, Mateus tinha vinte anos, ou seja, ele foi preso em 1745 com cerca de nove ou dez anos de idade na cadeia de Jacobina.

Luís Pereira de Almeida, mesmo não tendo sido encontrado com amuleto mágico-protetor, não conseguiu fugir de sua sentença. Aos olhos dos inquisidores ele parecia o menos culpado dentre os três, porém o seu nome estava relacionado à prática de feitiçaria. Luiz Mott nos conta que “consta que há anos passados ele próprio [Luís Pereira] já fora açoitado pelas ruas públicas da Vila de Cachoeira, por ordem da justiça secular, sendo executor do castigo o sargento-mor Jerônimo Sodré, acusado de trazer diabólica bolsa de mandinga coberta com baeta encarnada”.⁶¹

⁶⁰ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 1134. f. 15

⁶¹ MOTT, Luiz. **Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa**. In: *Bahia: inquisição e sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 106.



Ele foi condenado por sacrilégio assim como Mateus. Por não ter sido achada nenhuma bolsa em seu poder, ele recebeu uma pena mais “leve” que os outros e foi o único a não ter sido torturado. Como podemos perceber ao longo deste trabalho, os depoimentos de Luís foram de grande importância para que os inquisidores conseguissem atingir os seus alvos. Ele foi sentenciado a dois anos para Lamego em Portugal, abjuração de leve, receber instrução na Fé Católica e penitências espirituais.

José Martins foi o que cometeu o pecado mais grave na visão dos inquisidores, além de ter vendido uma bolsa de mandinga a Mateus, o que o caracterizava como comerciante de feitiço, ele induziu Mateus a roubar uma hóstia consagrada, foi denunciado pela senhora de Luís (D. Antonia), que disse que José, acompanhado de um primo, vivia fazendo mandingas invocando forças maléficas e provocando terremoto, tendo ouvido isso por “bocas de pretos”⁶².

Além de tudo isso, após ser torturado, José confessou que tinha visto o demônio quando estava no navio embarcando para Lisboa, mas mesmo assim, não ficou claro para os inquisidores que ele havia feito pacto com o demônio. Ele foi condenado a açoites em público, abjuração de veemente, receber instrução na fé, penitências espirituais e quatro anos de degredo para Miranda do Douro, (atual Distrito de Bragança).

Por fim, percebemos que foram os negros, sejam eles escravizados ou livres, as principais figuras no que diz respeito ao uso de amuletos mágicos no Brasil, pelo menos é o que demonstra os casos inquisitoriais (ver Tabela 1). As recorrências às bolsas de mandinga aumentaram durante o século XVIII, algo que preocupou a Inquisição por representar heresia contra a fé Católica. Quando pessoas eram denunciadas por fazer tal uso, os inquisidores buscavam encontrar relação com o pacto demoníaco, mas nem sempre conseguiam provar isso, aliás, foi sob tortura que alguns dos processados fizeram uma “confissão” dessa espécie. Porém, havia um fato em comum entre os denunciados: a crença na proteção do corpo por meio das bolsinhas.

Considerações Finais

A Inquisição atuou de forma implacável na América portuguesa denunciando, perseguindo e prendendo pessoas por terem práticas contrárias a fé católica⁶³. Sua atuação

⁶² MOTT, Luiz. **Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa**. In: *Bahia: inquisição e sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 109.

⁶³ Ver MOTT, Luiz. Terror na Casa da Torre: tortura de escravos na Bahia colonial. In: REIS, João José. **Escravidão e Invenção da Liberdade**: Estudos sobre o negro no Brasil. Brasiliense. São Paulo, 1988.



deixou heranças na sociedade, assim como havia o medo de ter contato com alguém que caminhava fora dos trilhos católicos por causa de uma possível denúncia, hoje, mesmo não havendo mais a atuação dessa instituição, o temor ainda se faz presente por meio da intolerância religiosa tão vigente em nosso país.

Analisando os processos dos três principais personagens desse estudo percebemos que o principal objetivo deles era alcançar proteção em um período tão violento como foi o de escravidão no Brasil. Numa sociedade em que a cor é algo determinante para o status social e que ser negro pode fazer alguém enfrentar perigo e sofrimento, utilizar amuletos mágicos era uma forma de lidar com os problemas cotidianos a que estavam sujeitos.

Como podemos constatar, aqueles homens queriam proteger os seus corpos de infortúnios, uma vez que se sentiam ameaçados diariamente. O processo de crioulização que as bolsas de mandinga passaram explica muito bem este fato. A busca por proteção está presente no conteúdo desses amuletos, que na Colônia ganhou novos elementos e significados.

Quando não estava identificada através das orações, verificamos que a busca por proteção se fazia presente por meio das palavras dos portadores das bolsas, que diziam que elas serviam para “valentias”. A maior parte dessas pessoas não sabia ler e escrever, porém, a fé foi algo determinante na propagação desses amuletos na Colônia. Alguns deles sabiam dos perigos que estavam correndo, mas existia algo mais forte do que o medo de ser preso, os problemas diários precisavam de soluções emergenciais, e isso eles encontravam nas bolsas de mandinga.

Por fim, este estudo teve como objetivo mostrar que práticas religiosas, diferentes da crença do dominante, se fizeram presentes na América portuguesa, através do contato de diferentes culturas. A Inquisição não aceitou isso e demonizou o que era diferente, porém, a autonomia dos sujeitos históricos não foi aniquilada por este motivo, pelo contrário, eles procuraram e encontraram formas de exercer sua religiosidade. Notamos que preconceito e intolerância religiosa não coisas tão na sociedade brasileira, pelo contrário, é um problema antigo, mesmo respeitando a diferença entre as épocas, é possível perceber que este é um problema que se repete. Continuamos investigando a história afim de que ela seja conhecida e sejam lançados novos olhares interpretativos para a diversidade cultural existente no Brasil.

Data de Submissão: 21/10/2019

Data de Aceite: 22/07/2020



Referências

Fontes manuscritas

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, processo n° 508. Disponível em: <<http://antt.dgarq.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, processo n° 1131. Disponível em: <<http://antt.dgarq.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, processo n° 1134. Disponível em: <<http://antt.dgarq.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/>>.

Referências Bibliográficas

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins Colonial: Vivências escravistas em Arraias (1739- 1800)**. Ed. 2. Kelps. Goiânia, 2007

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BURKE, Peter. **Repensando os Trópicos: uma retrato intelectual de Gilberto Freyre / Peter Burke**, Maria Lúcia Pallares-Burke. Editora UNESP. São Paulo, 2009.

CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandigas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime**. Garamond, 2008.

_____. **Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial**. Bauru: Edusc, 2006.

CARNEIRO, Édison. **Religiões Negras/Negros Bantos**. R.J, Civilização Brasileira, [1936/1937]1991.

CERQUEIRA, Aline da Silva. **Escravidão e práticas religiosas no sertão baiano do século XVIII**. Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30. Ed. Câmara Brasileira do livro. São Paulo, 2003.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 2.^a Ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.

GUINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
volume 1, 1991.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



_____. Feitiçaria e piedade popular: Notas sobre um processo modenense de 1519. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

JESUS, Priscila Natividade de. **Escravidão, Feitiçaria e Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial (1730-1756)**. Santo Antônio de Jesus/BA – 2015.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional de Pesquisa, 1992.

MINTZ, Sidney.; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro; Pallas; Universidade Candido Mendes, 2003.

MOTT, Luiz. **Quatro mandingueiros de Jacobina na inquisição de Lisboa**. Revista Afro-Ásia, n.16, Salvador,1995, p.148-160.

NOVINSKY, Anita Waingort. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1994

PARÉS, Luís Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro- Ásia**, Salvador: UFBA, n. 33, p. 87-132, 2005.

QUEIROZ, Josinaldo de Sousa. **Entre a permissão e proibição: conflitos entre africanos, capuchinhos italianos e a administração secular na capitania de Pernambuco**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Povo Negro. **Revista USP**: São Paulo, 1995-1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS JUNIOR, Dimas Catai. **Colonizar o inferno, ocupar o purgatório: feitiçaria, praticas magicas e religiosidade no Brasil colonial (século XVIII)**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B.A historiografia dos primeiros tempos do Brasil. Tendências e desafios das duas últimas décadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

SIQUEIRA, Sonia. **Confissões da Bahia (1618-1620)**. 2. Ed. João Pessoa: Ideia, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. 3 ed. revista e ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006



_____. **Um rio chamado atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. 5 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de santa Cruz:** Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

SWEET, James. **Recriar África:** Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa, Edições 70, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. São Paulo: Campus, 1989.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX.** 3. ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VOZES EM UMA BIOGRAFIA: O CASO DO EX-ESCRAVO M.G. BAQUAQUA

ANDREY SOARES PINTO¹



Resumo

O presente artigo busca analisar a obra biográfica acerca da vida do ex-escravo Mahommah Gardo Baquaqua, originário de Djougou e que passou por experiências como cativo no Brasil, nas regiões de Pernambuco e Rio de Janeiro, e nos Estados Unidos, local em conquistou a sua liberdade. A fonte histórica foi escrita e editada pelo abolicionista Samuel Moore de vertente religiosa batista. Busca-se aqui tentar apreender as duas vozes que surgem no decorrer do texto – sendo a primeira de Moore, o biógrafo, e a segunda de Baquaqua, o biografado. Para tanto, uma breve reflexão acerca do gênero biográfico é feita para entendermos a versatilidade desse tipo textual na apreensão das representações postas por Baquaqua e Moore sobre a escravidão. Assim, procuramos nos debruçar sobre passagens da fonte que demonstram a presença dos discursos emitidos por esses dois sujeitos, reconhecendo suas proximidades e dessemelhanças; e manifestando, inclusive, visões distintas acerca do entendimento do próprio abolicionismo.

Palavras-chave: Biografia. Análise do discurso. Narrativas de escravos e ex-escravos.

Abstract

This article seeks to analyze the biographical work about the life of the former slave Mahommah Gardo Baquaqua, who was born in Djougou and who had experience as a captive in Brazil, in the regions of Pernambuco and Rio de Janeiro, and in the United States, where he conquered his freedom. The historical source was written and edited by the abolitionist, Baptist religious strand, Samuel Moore. We try to apprehend the two voices that appear throughout the text - being Moore's first, the biographer, and Baquaqua's second, the biographed. For this, a brief reflection on the biographical genre is made to understand the versatility of this textual type in the apprehension of the representations made by Baquaqua and Moore on slavery. Thus, we try to look for passages of the source that demonstrate the presence of the discourses emitted by these two subjects, recognizing their proximity and dissimilarities; and even manifesting different views on the understanding of abolitionism itself.

Keywords: Biography. Discourse analyze. Slave narratives.

Introdução

Na historiografia e nas pesquisas acerca da escravidão existe uma busca pelas visões e interpretações de mundo dos sujeitos que se encontravam na posição de cativos, algo que vem crescendo cada vez mais. Devido as lacunas documentais, e por uma construção sócio-histórica que marginalizou e omitiu as falas desses milhões de seres humanos, quase não há fontes escritas por esses próprios sujeitos que possam ser usadas

¹ Mestrando em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: andreyrhp@gmail.com.



nas operações exercidas pelos historiadores, para a reconstrução das memórias e representações dos que sofreram nessa instituição. Mas uma “luz no fim do túnel” para essas intenções historiográficas pode ser identificada com as chamadas *slave narratives* – narrativas de escravos e ex-escravos – (DAVIS; GATES, 1985), muitas vezes intituladas de biografias, que se manifestaram vigorosamente presentes no contexto do século XIX, principalmente voltadas para as ações abolicionistas (CABRAL; CAROLA, 2019, p. 117). Tal gênero documental viabiliza um leque de opções de análise para nos aproximarmos desses sujeitos do passado.

Na busca de compreender essas personalidades silenciadas, este artigo tomará como fonte de estudo a biografia e narrativa de Baquaqua, que foi publicada pela primeira vez no ano de 1854, cujo título é *Biography of Mahommah G. Baquaqua, a native of Zoogoo, in the interior of Africa* escrita pelo editor abolicionista Samuel Moore². O intento é desenvolver uma reflexão sobre sua estrutura e a forma como são apresentados os discursos emitidos tanto pelo biografado quanto pelo editor sobre a natureza da escravidão e os propósitos abolicionistas. Para tanto, reflexões acerca do gênero biográfico serão indispensáveis para se analisar este caso.

Quando se toma uma biografia como fonte, como no caso de Mahomma Gardo Baquaqua e as análises discursivas que podem ser executadas acerca do exemplo desse protagonista, certos cuidados – e algumas doses de atenção – devem ser tomados pelo olhar do historiador.

No caso do escrito sobre Baquaqua, o documento possui certa versatilidade, característica que não é exclusiva de uma biografia, mas, que acompanha as variadas fontes usadas por historiadores, dependendo, principalmente, do olhar e questionamento feito pelo pesquisador. Embora seja possível tanto captar representações periféricas, quanto as que eram originárias de um centro hegemônico, muitas vezes as vozes parecem pactuar um ideal de sociedade livre da escravidão comum. Porém, uma análise acurada dos discursos presentes no texto pode revelar fraturas que apontam posições dissonantes no que tange aos locais de fala de onde são emitidas as expressões abolicionistas.

Ao identificarmos as vozes de Baquaqua e de Samuel Moore, é possível fazermos certas acareações entre essas duas falas no que se refere as semelhanças, mas também as

² Nos utilizamos das seguintes traduções: BAQUAQUA, Mahommah Gardo. Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro. Tradução Robert Krueger, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. Série Prometeu; LARA, Sílvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. In: Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 16, 1989.



distinções presentes na forma de se pensar a abolição. A narrativa nos apresenta a coexistência de duas visões: de um lado, o abolicionismo crítico, mas ainda repleto de um viés colonizador e civilizador, ilustrado pela voz de Samuel Moore; e do outro lado, um abolicionismo oriundo de um indivíduo que teve sua própria vida marcada pelos grilhões da escravidão e que resistiu, de maneiras distintas, as perspectivas colonizadoras.

O protagonista dessa história nasceu em Djougou – na África Central –, em uma família muçulmana, provavelmente no ano de 1824 (LOVEJOY, 2002). Em 1844, foi capturado e tornado escravo – por um governante local. Em seguida foi trazido ao Brasil, para a região de Pernambuco, onde foi vendido a um padeiro, sob cujo domínio permaneceu por dois anos. Depois de ser vendido para fora de Pernambuco, tornou-se escravo do capitão (e co-proprietário) do navio “Lembrança” no Rio de Janeiro (VÉRAS, 2014, p. 232). Executando trabalhos a bordo desse navio, chegou a realizar viagens ao Rio Grande do Sul. Em 1846 – em uma viagem de exportação de café para Nova York – conseguiu fugir para os Estados Unidos. Com a ajuda de abolicionistas norte-americanos buscou refúgio no Haiti, onde converteu-se ao cristianismo em 1848 (LOVEJOY, 2002, p. 12). Ao retornar aos Estados Unidos, frequentou o Central College durante três anos – 1850-53 – no Estado de Nova York em McGrawville. Em 1854 tomou a decisão de publicar a sua história com a ajuda do abolicionista e futuro editor da obra, Samuel Downing Moore.

Baquaqua possuía o propósito de retornar a sua terra natal. Por meio de contatos com a Missão Livre Batista Americana na busca por assistência, tentou fazer parte da Missão Mendi em Serra Leoa (1853-54); uma maneira de poder voltar ao continente do qual foi tirado a força. Todavia, aparentemente a missão nunca foi enviada. Depois dos acontecimentos mencionados, até o momento não foram encontradas outras fontes que viabilizem rastrear a trajetória posterior de Mahomma (LOVEJOY, 2002, p. 12).

Como dito anteriormente, a principal fonte que nos possibilita entrar em contato com o nosso personagem é justamente o escrito biográfico, o qual surgiu da iniciativa de Baquaqua, porém, teria sido editado e escrito por Samuel Moore. Portanto, logo de início cabe uma pergunta simples, mas que pode fazer total diferença: o documento que apresenta a vida de Mahomma G. Baquaqua pode ser considerado uma biografia ou uma autobiografia?

O gênero biográfico: as vozes do biografado e do biógrafo



Algumas considerações acerca da natureza do gênero documental da biografia enquanto fonte se faz mister. A biografia se constitui como a narrativa do trajeto de vida de uma pessoa, escrita por um terceiro. A autobiografia se enquadraria como a escrita dessa vivência pela pessoa que a vivenciou. Nesse caso, podemos fazer uma comparação com a própria ação hermenêutica/interpretativa feita pelos historiadores para com o fato/acontecimento. Enquanto o fato é aquilo que ocorreu no passado, a forma de se interpretar tal evento pode ser dado de diferentes maneiras – no entanto, sempre atrelado as fontes que comprovem tal ocorrido, dando limites ao ato interpretativo; uma nítida relação entre heurística e hermenêutica (RUSEN, 2010).

O historiador François Dosse (2009) em uma frutífera obra acerca da categoria biográfica, trouxe importantes reflexões para se pensar e esmiuçar esse tipo de escrita. Uma característica marcante, defendida repetidamente pelo autor, é a aproximação da biografia com o romance – a elaboração artística. A princípio, o olhar biográfico busca reproduzir na grafia o caráter humano daquele que é objeto dessa produção. Procura captar um pouco da subjetividade do ser e posicioná-la – de maneira compreensível – na superfície de um papel. Porém, tal empreitada seria um tanto quanto presunçosa ao tentar ser capaz de tanger plenamente a complexidade que é a subjetividade humana. Pois, além de ser quase impraticável lidar com essa complexa multiplicidade, existem inúmeras lacunas e vazios que o biógrafo terá que enfrentar para finalizar o seu trabalho (BOURDIEU, 1998).

É aqui, então, que surge a necessidade do uso da ficcionalidade. Ficção não no sentido de “simulação” e “mentira”, mas, como uma criação/construção. Assim como uma linha de costura que se dedica a “tampar os buracos” de um velho tecido; preenchendo os vazios para que haja algo uniforme e regular para ser apreciado. Todavia, esse “fio da ficcionalidade” não pode ser confundido com a ficcionalidade em si, que é justamente a ferramenta usada pelos poetas e romancistas no momento em que constroem mundos, universos, contextos, sentidos e personagens para suas obras; devido ao fato de que ainda há um compromisso para com a vivência concreta do biografado. Voltando à comparação entre o historiador e o biógrafo: ambos não seriam demiurgos – criando experiências e fatos ao seu bel-prazer.

Por conseguinte, Dosse traz a categoria da biografia como sendo uma espécie de retrato (2009, p. 56). Uma representação ou pintura sólida e fixa do real; buscando exibir toda a vivacidade possível, porém, ainda assim permanece como uma imagem congelada da realidade. Já aquele que é retratado de maneira iconográfica possui uma vida pulsante.



Esse sujeito respira além do retrato. Experimenta novas vivências, muda de ideias, muda de roupagens e sofre modificações e transformações ao longo do tempo. Tal relato se coloca como a representação de um momento, por isso, não podemos – de forma alguma – pensar que essa manifestação aborda de modo absoluto o sujeito que é representado. Deve-se ter cautela com certas problemáticas ao lidar com essa categoria documental, no quesito de tentar captar aspectos identitários de um indivíduo, sendo o “caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição” como um dos pontos principais (LEVI, 1998, p. 169).

No caso de Baquaqua, quando sua biografia foi publicada ele teria em torno de trinta anos de idade (LOVEJOY, 2002, p.12). Ainda se encontrava em idade que propiciava muitas vivências e mudanças em seu futuro, dessa forma, a obra somente captou uma parcela de sua vida – principalmente a que foi marcada pelo cativeiro –, mas não demarcava todas as experiências vividas por ele.

Os tipos biográficos seriam puras representações e interpretações daquilo que é o real, sempre rastreando verossimilhanças do biografado. Em vista disso, esse gênero textual – pelo fato de ter sua flexibilidade de acordo com o olhar de quem analisa – possibilita uma miríade de imagens e panoramas possíveis acerca de uma personalidade. Mas e quando o autor da biografia é justamente o próprio biografado? Surge, em tal caso, uma nova configuração. A autobiografia traz a tona relatos ligados intrinsecamente com a memória, as lembranças pessoais e a vivência de seu próprio autor – que ao mesmo tempo é o personagem central em sua escrita. Há um relevante contato com os chamados “biografemas” que são citados por Dosse (2009, p. 306); estes seriam os pequenos detalhes que trazem, com maior força, ricas informações que oportunizam uma observação do lado humano do sujeito; sejam os gostos e preferências, as posições políticas, a forma de entender o mundo, a maneira como se colocar nas relações com os demais. Todo esse conjunto torna possível uma aproximação para com as experiências pessoais.

Contudo, ainda estamos falando de uma imagem, uma pintura, que é levada ao leitor. O que há no trabalho autobiográfico são as representações do próprio biografado – a biografia do eu (DOSSE, 2009, p. 308) –; o qual pode dar ênfase a determinados pontos de sua vida, enfeitar determinadas informações e lembranças, até mesmo omitir certos fatos – ainda mais quando estamos abordando relatos encobertos de violência e humilhação, tanto físicas como psíquicas. Assim como na oralidade, devemos lembrar que o fato de permanecer em silêncio possui uma significação, e que nem tudo é dito de



forma aberta pelo sujeito. E quando é dito, é porque há intencionalidades ao exercer tal fala.

O sociólogo Pierre Bourdieu já chamou a atenção acerca da natureza narrativa, e até certo ponto literária – de teor ficcional – da escrita biográfica. Pois, trata-se da composição de um ordenamento entre memórias, lembranças e relatos para que se produza sentido. Uma pura transformação da vivência do biografado em uma história, com significação e direção, havendo uma “ilusão retórica” (BOURDIEU, 1998, p. 185), e não se pode negligenciar o fato de que há intenções por trás de tal ação construtiva.

Ou seja, entre a “biografia” e “autobiografia” existem representações distintas, mesmo que ambas estejam relatando a mesma vivência. E tal distinção pode ser marcante para a forma como se analisa um documento como esse. Acerca disso, poderíamos observar as próprias pesquisas de autores que se debruçaram sobre o caso Baquaqua. O historiador Robert Krueger, que traduziu para o português a biografia de Mahommah, relata como é exercida com certa dificuldade a hermenêutica dessa fonte:

Estabelecer a ontogenia do texto é problemático e impossível. Como muitos dos textos escravos nos Estados Unidos, esta narrativa é uma colaboração entre um copista e um narrador ex-escravo. O ato-fala de Baquaqua é mediado pela ingerência estética e ideológica do editor abolicionista e cristão. A hermenêutica completa do texto é, por isso, impossível, já que não há maneira de estabelecer a dicção infletida de Baquaqua. (BAQUAQUA, 1997, p. 12)

A análise interpretativa de tal texto, para a busca da voz desse sujeito que foi escravizado possui barreiras e obstáculos, porém, Krueger ressalta que “um mapa sintônico localiza no texto, a voz de Moore e a de Baquaqua, até sentir-se o estilo e o tom da exposição oral de Baquaqua. [...] É uma autobiografia escravizada, porém uma biografia.” (BAQUAQUA, 1997, p. 12-13).

O autor norte-americano não nega a existência da fala obstinada de Mahommah em tal documento, ao ponto de concluir que – mesmo sendo uma biografia – há um viés autobiográfico no interior do texto. Não seria somente Krueger que defenderia esta posição, tantos autores como Robin Law e Paul Lovejoy ressaltam as potencialidades autobiográficas evidenciadas ao longo da fonte (VERÁS, 2014). Esta posição pode ser afirmada por meio de outros vestígios documentais que comprovam os acontecimentos ditos na narrativa oriunda da fala de Mahommah, como informações de jornais da época que relatam certas passagens que foram descritas na biografia (como o caso da fuga dos “tripulantes escravos” do navio Lembrança, que também levaram à produção de



documentos legais e jurídicos); além de cartas escritas pelos amigos missionários de Baquaqua e por ele mesmo (LAW; LOVEJOY, 2007).

A vista disso, podemos responder a pergunta feita nas páginas anteriores como sendo, de fato, uma biografia, mas havendo também uma resistente presença autobiográfica. Baquaqua se faz presente nesse escrito; suas memórias, sua dor, suas vontades e sua voz se conservam e se manifestam ao longo da escrita – em alguns momentos de forma mais enfática, em outras de maneira subliminar.

Um exemplo nítido dessa correlação entre as duas vozes, e da coexistência entre escrita biográfica e autobiográfica seria o trecho em que Moore concede espaço para a fala de M.G. Baquaqua:

Agora vamos, imediatamente, nos voltar à porção mais interessante da história de Mahommah, a que trata do seu cativeiro na África e a subsequente escravidão. Falaremos do assunto quase como se fossem suas próprias palavras.

“Como já dito, quando se vê alguém ganhar posição eminente na nação, ele é imediatamente invejado, e tomam medidas para afastá-lo. [...] fui escolhido como objeto de vingança por uma invejosa classe de meus compatriotas, enganado e vendido a escravidão. [...] Quando me levantei ao amanhecer, era prisioneiro, e todos os meus companheiros desaparecidos. Horror! Então descobri que tinha sido traído pelas mãos dos meus inimigos e vendido como escravo. Jamais esqueço dos meus sentimentos naquele momento; lembranças de minha pobre mãe me atormentaram muito, e a perda da minha liberdade e da honrosa posição junto ao rei afligiram-me muitíssimo.” (BAQUAQUA, 1997, p. 71-72.)

Na própria construção do texto é possível perceber uma mudança de ângulo e de narrativa. O editor, no momento em que entra na parte mais relevante da obra – que é justamente o início do sofrimento de Baquaqua na sua entrada a condição de escravo –, busca trazer a voz de Mahommah. Algo constatado na mudança para a escrita em primeira pessoa. Entretanto, ele coloca “quase como se fossem suas próprias palavras”, isto é, ainda é uma voz mediada pela escrita do copista. O discurso que é emitido pelo nativo de Djougou é constantemente transpassado pela redação de Moore, mas baseado em suas narrativas.

Por isso, podemos afirmar que é nessa ação do relatar e do narrar que a fala desse protagonista se posiciona possibilitando um caráter autobiográfico. Quando se é mostrado acerca de seus sentimentos e sensações de surpresa, de horror e medo, seria a demonstração de vivências próprias daquele que foi escravizado, mesmo que sendo escrito por outro. Como dito por Krueger (1997), o texto é uma autobiografia escravizada na mediação exercida pelo editor, mas, ainda assim, persiste como autobiografia no momento que encontramos a voz que narra aquilo que foi vivido.



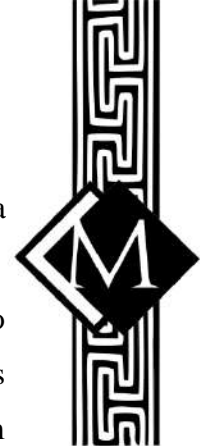
Dessa forma, o fato de ser uma biografia de caráter autobiográfico nos leva ao contato para com duas falas distintas, dois discursos que vão se enredando no decorrer da obra – a primeira sendo do editor, Samuel Moore, e a segunda sendo a de Mahommah. Uma relação que se desdobra na própria estrutura em que é organizado o escrito.

Isto posto, vale ressaltar as formas em que a operação historiográfica pode se servir para tirar melhor proveito do texto biográfico. Giovanni Levi (LEVI, 1998, p. 174) cita uma tipologia, baseada em quatro maneiras de estudar tais documentos: a prosopografia/biografia modal; a biografia e contexto; biografia e os casos extremos; e por fim, a biografia e hermenêutica. O primeiro se preocuparia com a análise biográfica de um indivíduo no intuito de perceber as características do grupo em que faz parte, tendo foco em sua coletividade. O segundo atenta-se ao biografado, mas observando o contexto em que este viveu, para melhor compreender as lacunas e ações do mesmo. A terceira forma faz o inverso, foca nas ações extremadas – marginais – do indivíduo para apreender os padrões existentes na conjuntura social. Já a última é centralizada na análise do sentido ao ato biográfico, a biografia torna-se intrinsecamente discursiva (LEVI, 1998, p. 178). Esta e a segunda categoria são as principais perspectivas que nos utilizamos neste artigo, pois estamos indo de encontro aos discursos presentes nessa fonte e o contexto sócio-histórico em que foram emitidos.

A obra se constitui em oito partes: o prefácio, feito por Moore; o capítulo 1º até o 6º (que tratam sobre a vida anterior a escravização de Baquaqua, a forma que se dava o governo, a agricultura, artes, os costumes e rituais de matrimônio de sua terra natal), são marcados por forte presença das interpretações de mundo de Moore. Já o 7º capítulo é a parte que contém a vivência de Baquaqua no cativo, seu sofrimento, sua liberdade e suas impressões – aqui é onde percebemos a voz do protagonista de forma mais nítida, como que tomando o controle da narrativa. (BAQUAQUA, 1997).

Uma análise voltada as relações discursivas desse documento e a existência de uma retórica autobiográfica deve ser realçada nas pesquisas feitas acerca desse caso histórico. Inclusive, para uma melhor compreensão sobre como as relações entre discursos se dão nas experiências sociais e de representações de mundo, para uma apropriada compreensão acerca das dessemelhanças e as possibilidades de uma influenciar a outra, e vice-versa.

Em razão de propormos uma identificação desses atos de fala (que em certos momentos aparentam se distanciar um do outro e em outros instantes ocorrem certas



aproximações), torna-se imprescindível utilizarmos como categoria metodológica a chamada análise de discurso – apresentada pela autora Eni P. Orlandi (1999).

A escritora traça uma esquemática que possibilita o entendimento da correlação entre os chamados interdiscurso e intradiscurso. O primeiro seria fruto dos processos sócio-históricos que constituem e formam os campos mais amplos de nossa vida em coletividade. Já o segundo conceito é justamente aquilo que é emitido dentro do interdiscurso pelos sujeitos, grupos, instituições. Este último conceito, de acordo com a autora, seria influenciado pelo primeiro, pois, para ter sentido, o ato de fala teria que já possuir sentido no campo do interdiscurso (ORLANDI, 1999, p. 33). Caso contrário, não compartilharia das significações existentes.

Todavia, quando abordamos essa influência daquilo que é amplo (interdiscurso) para com os discursos emitidos pelos sujeitos, não podemos confundir como sendo um forjar/moldar os atos individuais, devido ao fato de que é uma relação em que tais indivíduos se manifestam como sendo seres ativos e atuantes. Ou seja, são seres políticos, contribuindo para a reprodução ou transformação dos contextos vivenciados pelos sujeitos.

Sobre esse viés ativo dos agentes sociais, o historiador John Pocock (2003) comenta sobre os contextos linguísticos em que há a formulação desses discursos, os quais possuem mobilidade e fluem por todo o corpo social, possibilitando o movimento dos mesmos. Dessa forma, podem ser colocados como atos de fala que buscam conservar a situação vigente, reproduzi-la, rerepresentá-la em um novo formato, até mesmo de maneira crítica, insurgente, incitando a possibilidade de modificação das estruturas de linguagem – algo árduo de ser executado, mas não impossível.

Podemos fazer a analogia com um cenário que se organiza como sendo um jogo, com suas regras, normas e limites, porém, estes aspectos não anulam os sujeitos, uma vez que, sendo jogadores, constroem estratégias e manobras táticas para atingir seus interesses – lances, como dito por Pocock (2003, p. 39). Ou até mesmo modificar as normas, constituir um novo ordenamento para este jogo social.

No capítulo em que ocorre a descrição da passagem de Mahommah pelo tumbeiro, o navio negreiro, pode-se observar aquilo que é colocado pelo historiador:

Que horror! Ó! Quem pode descrever? Ninguém pode verdadeiramente descrever seus horrores como o pobre desafortunado, miserável, que ali foi confinado. Ó amigos da humanidade, tende piedade do pobre africano, que tem sido enganado e vendido para longe de seus amigos e de sua casa; e condenado aos porões de um navio negreiro para esperar ainda mais horrores e misérias



numa distante terra, **entre religiosos e benévolos. Sim, até mesmo entre eles (escravagistas);** [...] Deixai que aqueles “indivíduos humanitários”, que favorecem a escravidão, consintam tomar o lugar do escravo no porão do navio negreiro, apenas por uma viagem da África à América, e sem entrar nos horrores da escravidão. Se eles não se converterem em abolicionistas convictos, então eu não tenho nada mais a dizer a favor da abolição. Mas penso que seus sentimentos e perspectivas sobre a escravidão serão mudados em algum grau. (Grifo meu) (BAQUAQUA, 1997, p. 84-85).

Ao demonstrar a cruel realidade pelas quais passavam os indivíduos que faziam o cruzamento do Atlântico, na condição de mercadorias, é apontada a indiferença e insensibilidade de grupos da sociedade americana, sendo o caso mais problemático – e que é citado de forma enfática no texto – o dos ditos religiosos e benévolos. Uma das táticas usadas para defender o abolicionismo e desenvolver uma opinião pública contrária ao escravismo, seria demonstrar essa contradição entre religião e escravidão.

Tal manifestação linguística pode ser associada com a ideia, que se mostra constante no decorrer desse escrito oitocentista, de “atos de fala indiretos” (SEARLE, 1995, p.47) em que, no momento que é feito um ato ilocucionário expondo um determinado pensamento ocorre, de forma simultânea, a referência a outra ideia que é inserida de forma sutil no interior do discurso. O falante, no caso, comunica ao ouvinte mais do que realmente diz (SEARLE, 1995, p. 50). Na situação demonstrada da biografia, não era somente o inconformismo do escravizado, mas o questionamento e denúncia da incompatibilidade entre o posicionamento das perspectivas humanistas/religiosas para com o escravismo.

Porém, nesse trecho, assim como as demais passagens da biografia, aparenta que a voz de Moore acompanha a fala de Mahommah. Certamente, ambos concordavam com essa denúncia que era feita acerca do contato entre o sistema escravista e o olhar religioso. Mas talvez a fala de Baquaqua teria sido ofuscada pela do editor. Sendo que, novamente, ela se torna nítida quando trata da vivência mais íntima:

Fomos jogados no porão em estado de nudez, os homens muito apertados num lado e as mulheres no outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar de pé, mas obrigados a agachar-nos no chão ou sentar-nos. Dia e noite eram iguais para nós, sendo privados do sono por causa da posição apertada dos corpos, e ficávamos desesperados pelo sofrimento e cansaço.

[...] A única comida que tivemos na viagem foi milho seco cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos presos assim, mas pareceu um tempo muito longo. Sofremos muita sede, mas negaram a água que necessitávamos. Uma caneca por dia foi a dose permitida, nada mais; e muitos escravos morreram na travessia. Havia um pobrezinho que ficou tão desesperado de sede que tentou pegar a faca do branco que nos trazia água; foi levado ao convés e eu nunca soube o que se passou com ele. Creio que foi jogado ao mar. (1997, p. 84-86)



As memórias e as lembranças, que são bem explicitadas nessa narrativa, mesmo que mediadas por uma construção textual de um terceiro – um “retrato”, como dito por Dosse (2009) –, ainda traz ao leitor uma imagem daquilo que foi vivido por uma pessoa. Aqui percebemos um vestígio da narrativa autobiográfica do protagonista. Seriam justamente os chamados “biografemas”, citados anteriormente por Dosse, que representam os aspectos mais íntimos e profundos do sujeito. Pois a dor e o trauma podem chegar a constituir marcas e cicatrizes, não somente no corpo, mas também na alma/psique. Da forma como dito por Mahommah “Enquanto existir lembrança nesta mente maltratada, vou lembrar-me sempre. O coração até hoje adoce só em pensar naquilo.” (1997, p. 85).

Além do mais, ainda que o relato por Mahommah possa ter sido reinterpretado e reposicionado pelo copista, as recordações da violência são idênticas às relatadas por outros sujeitos que tiveram as mesmas experiências. Ao ler estas descrições, é possível relembrarmos de experiências muito parecidas com as que foram colocadas no poema de Castro Alves, “O navio negreiro” (1869).

Entretanto, quando analisamos o ato de fala de M. G. Baquaqua e de Samuel Moore, devemos lembrar que são discursos emitidos por sujeitos diferentes. Assim sendo, podemos encontrar no abolicionista norte americano traços de um abolicionismo crítico – objetivando o fim da instituição escravista – mas ainda permeado por uma mentalidade civilizadora, impondo as concepções ocidentais. Já do outro lado, temos Baquaqua, que experimentou horrendos anos na escravidão, tendo que modificar aspectos de sua identidade originária; contudo, sempre lembrando de sua terra, sua cultura, sua família, procurando emitir sua voz de forma resistente para com a mesma instituição em que sofreu. Dois personagens que exercem locais de fala distintos.

No tocante ao entendimento do pensamento abolicionista, torna-se de extrema importância ressaltarmos as distinções entre este movimento no Brasil dos oitocentos e nos Estados Unidos na mesma temporalidade histórica, visto que Mahommah teve suas experiências nas duas nações, sendo que na última conquistou de fato a liberdade. A historiadora Célia Maria M. Azevedo, em uma obra significativa, aponta quatro fatores que devem ser observados para compreendermos as diferenças do abolicionismo desses dois países. A primeira seria o modo em que se deu a independência política, sendo que nos EUA houve uma ruptura drástica levando à vitória da República, já no contexto brasileiro houveram permanências que podem ser representadas pelo modelo político adotado – monarquia –, um ponto que ensejou formas diferenciadas no como os



abolicionistas pensaram a identidade nacional, a cidadania, a igualdade social e política (AZEVEDO, 2003, p.24). O segundo trata acerca da amplitude da escravidão, a qual no Brasil era transpassada em toda a ordem social, tendo uma população negra e mestiça de grande proporção, inclusive de libertos; longe do que ocorria nos EUA, em que a mão de obra cativa se concentrava no sul e que a população negra livre era menor em comparação ao caso brasileiro. A experiência da imigração europeia, apontada como o terceiro fator, também influenciou para tais distinções; esse país do norte recebeu levas significativas de imigrantes europeus em detrimento do país latino. Por último, mas não menos importante, havia dessemelhanças entre as religiões protestantes, de um lado, e católica, do outro, inclusive nas relações que cada uma obteve com as tradições de origem africana, algo que levou a uma ética distinta entre abolicionistas dos EUA e do Brasil (AZEVEDO, 2003, p. 25).

Além do mais, ainda referente a esse ponto derradeiro, havia uma semelhança entre o “liberalismo iluminista” e a “reação evangélica” no quesito de haver uma confiança na lenta evolução de um plano divino ou natural de progresso histórico (AZEVEDO, 2003, p.28). Aspecto muito marcante no protestantismo norte americano, como será visto mais a frente no discurso do editor da biografia de Baquaqua. Por conseguinte, os atos discursivos desses dois sujeitos devem ser analisados no contexto em que foram inseridos.

Sendo assim, surge a necessidade de reconhecer a presença da fala do editor Samuel Moore e, como foi dito por Krueger (1997), observar as ingerências estéticas e ideológicas desse agente. Nesse caso, temos uma nítida e clara ilustração dessa fala nas primeiras partes da obra. No prefácio, onde é visualizado somente a voz de Moore, percebemos a intencionalidade abolicionista que permeia todo o escrito – algo em comum entre os dois indivíduos, tanto em Baquaqua quanto Moore. Pelo fato de ser de tradição religiosa batista, o copista coloca variadas referências da perspectiva cristã para abordar a questão da escravidão e o sofrimento que o povo africano veio sofrendo sob tal estatuto – assim como visto na passagem do navio negreiro. Pode-se observar outro momento em que é indicada a incoerência existente no fato de uma sociedade que se diz de base cristã ter, ao mesmo tempo, uma estrutura escravista. Conforme colocado por Samuel Moore no prefácio:

[...] como poderia alguém que se orgulha de ser cristão apoiar a escravidão? Não, não poderia. O sistema de escravidão e as doutrinas de Cristo são opostos, não fazendo diferença o que dizem os defensores! Leitores, julgai por vós mesmos, e agi por vós mesmos. Não dependais dos dogmas de qualquer



homem nem classe social, mas lede, marcai, aprendei e digeri o assunto destas páginas e comparai o tratamento dessas pobres criaturas sob a escravidão com o Evangelho de Cristo, vós logo concluireis que ele não resiste a qualquer comparação com nenhuma porção do bom Livro [...]” (BAQUAQUA, 1997, p. 22).

A obra biográfica sobre M.G. Baquaqua ao mesmo tempo em que narra a vida desse personagem, também funciona como ferramenta de militância, denúncia, crítica ao *status quo* escravista. Mas nesse trecho vemos somente a voz de uma militância própria de Moore, que vai constituindo suas táticas de argumentação baseadas em seu olhar evangelizador batista, em que estão assentadas representações baseadas em seus ideais e cultura.

Stuart Hall (2016) nos mostra como a cultura – sendo um termo amplamente discutido nas ciências humanas – se manifesta como um processo de produção e intercâmbio de sentidos/significações feitos acerca do mundo em torno de nós, e todos os elementos externos aos sujeitos. Porém, tais sentidos são elaborados em “diferentes áreas e perpassados por vários processos ou práticas” (2016, p. 21), os quais são intitulados pelo autor como “circuito da cultura”. As representações também fazem parte de todo esse processo de constituição cultural, pois engendram valores e sentidos que são embutidos nos objetos e fatos sociais. Temos, então, no caso das representações do copista sobre a escravidão e o sentido da abolição, uma visão baseada em sua cultura e concepção de mundo que é influenciada por sua base religiosa.

Nessa situação, é interessante lembrar como as próprias perspectivas religiosas não são homogêneas e sofrem metamorfoses ao longo do tempo. Desde os primeiros séculos da era moderna, o pensamento religioso conviveu e até mesmo justificou a instituição escravista. Eugene Genovese mostrou como tal linha de pensamento contribuía para amansar os cativos, torná-los submissos, manifestando-se como um mecanismo de controle das massas. Todavia, ao comentar de forma crítica a perspectiva de Nietzsche acerca da filosofia cristã, o historiador observava também outro lado do discurso religioso que fornecia argumentos de luta e resistência. Para ele, os dois principais legados do entendimento de mundo cristão seria a doutrina da liberdade espiritual e de igualdade perante Deus (GENOVESE, 1988, p. 261), pontos centrais nas argumentações do movimento abolicionista e do cristianismo engendrado pelas populações negras nos EUA, os quais foram nitidamente utilizados na construção da biografia de Baquaqua.



Desse modo, na passagem do século XVIII para o XIX, ocorriam mudanças – lentas e graduais – nas perspectivas ideológicas para com o escravismo. Citando Luther P. Jackson, Eugene aborda uma divisão da história do cristianismo dos negros na Virgínia em três períodos: de 1750-1790; de 1790-1830 e 1830-1860 (GENOVESE, 1988, p.286). No primeiro momento a religião obteve um aspecto popular, levando à inserção de pessoas negras nos grupos religiosos, ao ponto de exercerem a função de pregadores. Os Batistas e Metodistas já esboçavam ideais antiescravistas, cobrando um tratamento humano para os escravos. Mas vale ressaltar que em outras regiões, além da Virgínia, o conservadorismo escravocrata permaneceu firme, como no caso da Carolina do Sul.

No período seguinte (1790-1830), a pressão das aristocracias escravistas – que estavam presentes nas instituições fundamentais da sociedade daquele período – levou a uma dissolução do viés crítico das igrejas para com a escravidão. Havia leis contra a existência de pregadores negros, proibindo os cativos de aprenderem a ler e escrever. Surgiu, da mesma forma, querelas entre os grupos e ordenamentos religiosos acerca do posicionamento para com o escravismo. Por último, a partir de 1830, como colocado por Azevedo (2003, p. 28), ocorre uma grande mudança no abolicionismo americano desencadeando um “imediatismo no pensamento antiescravista”. Havendo uma forte influência religiosa e participação crescente de pessoas de ascendência africana, livres ou escravas, o movimento passou a ser mais ferrenho e militante (AZEVEDO, 2003, p.29).

A fala de Moore e as ações missionárias em políticas abolicionistas, são reflexos dessas transformações, que também originavam litígios entre as próprias correntes e ordenamentos religiosos devido suas perspectivas.³ Um exemplo seria a Sociedade da Missão Livre Batista Americana, oriunda do Movimento Batista da Livre Vontade, que rompeu com a igreja Batista principal devido as posições distintas para com o escravismo – inclusive foi desse primeiro grupo que Baquaqua participou e com quem manteve redes de contato (LOVEJOY, 2002, p. 27). Ou seja, conflitualidades discursivas – e até um certo ponto, políticas – transitavam em tais grupos sociais e religiosos.

No entanto, algo que vai se colocando de forma ressaltada na composição de Moore, é uma ideia de trazer Mahomma a posição de um futuro missionário. Um escravo que poderia levar não somente a luta contra a escravidão, mas a expansão da

³ Devemos destacar que, nesse trabalho, não iremos abordar de forma aprofundada a relação que era dada entre a perspectiva religiosa cristã e a escravidão. Para tal temática, sugerimos as obras “Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860” de Rafael de Bivar Marquese e “Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos” de Jorge Benci S.I.



perspectiva religiosa ocidental para seus conterrâneos no continente africano – algo colocado de forma mais entusiasta pelo editor. Nesse caso, certas indagações podem surgir para os olhares de historiadores e pesquisadores da contemporaneidade. Haveria mesmo essa intenção por parte de M. G. Baquaqua? Ou estaria ele simplesmente buscando uma estratégia que possibilitasse seu retorno à sua terra? São questões para as quais poderíamos construir hipóteses e deduções, mas que talvez não seja possível achar uma resposta assertiva e definitiva.

Apesar disso, poderíamos mencionar passagens em que essa problemática hermenêutica é encontrada. Elas também contribuem para entender como se dá o entrelaçamento dessas vozes. Um exemplo seria o trecho em que Mahommah relembra os castigos e a frieza do capitão do navio “Lembrança”, o qual fora seu senhor durante um determinado tempo, antes de obter a liberdade:

A escravidão é má, a escravidão é errada. Este capitão fez muitas outras crueldades que seria horrível relatar. Ele tratava as escravas com muita crueldade. Tinha tudo a sua disposição; não havia ninguém que intercedesse por nós. Ele foi, naquele tempo, o “monarca que tudo via”, o “rei da casa flutuante”, ninguém se atrevia a se opor ao seu poder nem a controlar sua vontade. Mas virá o dia em que seu poder será transferido a outro, e de seu comando terá que prestar contas. Ai! Como irá ele prestar contas dos crimes cometidos sem piedade contra os trêmulos corpos daquelas pobres criaturas sob seu comando. Quando acabar seu reinado e for chamado a juízo, como responderá ele? Qual será sua pena? Isso será conhecido somente quando se abrir o grande Livro. Que Deus o perdoe (na sua misericórdia infinita) pelas torturas infligidas a seus semelhantes, embora de cor diferente. (1997, p. 102-103).

Baquaqua relembra da aflição e do martírio que era vivido naquele período, principalmente do domínio e do poder autoritário que o capitão possuía sob seus cativos e servos. Logo em seguida, foram feitas referências ao dia do “Juízo final” e a abertura do “grande livro”, menção ao livro do apocalipse da Bíblia. Nesse mesmo instante, foi feita a predição da chegada da justiça divina, do fim da escravidão do povo africano – assim como o dia em que a escravidão dos hebreus, no Egito, teria chegado ao fim. No entanto, por demonstrar uma leitura aprofundada desses aspectos da tradição cristã, podemos supor que haveria uma maior presença da ótica de Moore do que a de Baquaqua – apesar de haver suas lembranças nesses trechos e de que Baquaqua já se encontrava convertido ao cristianismo. Os últimos termos colocados nesse trecho, “embora de cor diferente”, também chama a atenção, pois, ainda demarca uma diferenciação. Sendo que, mesmo considerando os africanos e afrodescendentes seus semelhantes, ainda assim, não os considera iguais. Poderia ser outra demonstração das impressões de Moore no texto?



Devemos ressaltar que o uso da memória se dá como um processo político, ela pode ser fruto de embates acerca de entendimentos da própria contemporaneidade, a vivência em sociedade, constituição de uma identidade coletiva. Pocock (2003) nos relembra como no interior dos contextos linguísticos são perceptíveis certas conflitualidades e contendas: a própria política seria – até certo ponto – o enfrentamento entre múltiplas vontades. As memórias seriam alvos de disputas e as maneiras como são interpretadas revelam certos interesses, sejam eles políticos, de crenças, de sustentação de perspectivas de mundo, entre outros. Apesar das recordações e lembranças serem do próprio Baquaqua, o editor da biografia exerce uma “competição” pelo modo de interpretá-las.

Dessa maneira, não podemos esquecer que quem possui o poder da escrita é justamente o copista. E como dito anteriormente, a fala de Mahommah é transpassada a todo instante pela construção textual de Samuel. Sendo assim, pode-se chegar à voz de Baquaqua por meio das lembranças, da memória presente no relato, os ditos “biografemas”. Porém, ainda assim, entramos em contato com sua fala de maneira indireta, maquiada pelo uso do “fio da ficcionalidade” de Samuel Moore.

Além disso, ao trabalharmos com a memória devemos nos atentar com o risco do esquecimento, seja causado pelas situações extremadas ou levadas por omissões deliberadas, tanto por parte de Mahommah como de Moore. Nielson Rosa Bezerra, ao tratar dessa biografia, aponta prováveis omissões de informação no decorrer do texto, como a possibilidade de Mahommah ter convivido com uma variedade maior de pessoas no decorrer das viagens a bordo do “Lembrança”, já que era um navio de grandes proporções e voltado para longas distâncias (BEZERRA, 2015, p. 168.). Retratar tais indivíduos talvez não fosse do interesse do autor e seu editor, pois, estamos lidando com uma “pintura” feita pelos dois sujeitos, e esses artistas se utilizaram das cores que desejavam. Ou competiram para ver qual cor seria usada e qual seria desprezada.

Outro instante em que ocorreu esse encontro entre memórias e o ato da escrita é o relato de M.G. Baquaqua acerca de seu contato com o catolicismo, quando estava sob a posse de um padeiro, em Pernambuco. As práticas de oração desse senhor se davam regularmente duas vezes ao dia; acerca disso, é dito por Baquaqua:

Ele tinha um relógio grande na entrada da casa onde havia umas imagens feitas de barro, que eram usadas na cerimônia. Todos nós tínhamos que ajoelhar diante delas, a família na frente e os escravos atrás. Fomos instruídos a cantar algumas palavras cujos significados não sabíamos. Também tínhamos que fazer o sinal da cruz várias vezes. Enquanto rezávamos, o meu senhor segurava

um chicote na mão, e aqueles que davam sinais de desatenção ou sonolência eram rapidamente trazidos à consciência com uma forte aplicação do chicote. Isso recaía mais sobre as escravas, que muitas vezes dormiam apesar das imagens, dos sinais-da-cruz, e outras pecinhas de divertimento. (1997, p. 89)

É perceptível o estranhamento e choque de culturas que teria sido vivido pelo nativo de Djougou. Ele que vinha de uma tradição islamizada provavelmente enxergava tais costumes e práticas como algo estranho, sem compreender o sentido e a simbologia por detrás dessas ações e ritos. Ele se viu em uma situação de coerção simbólica e não via outra forma de agir a não ser simplesmente se submeter aquela prática – pois, além de coerção simbólica, também havia a física.

Mas as palavras usadas para exercer a descrição desse contato com a religião católica – como “pecinhas de divertimento” referindo-se aos santos católicos, etc. – ilustram não somente o estranhamento de Mahommah, mas também a representação do “anticatolicismo” de Moore, de acordo com a citação de Allan D. Austin (1997, p. 137). De um lado, teríamos as representações do nativo de Djougou, que nos apresenta o seu contato com o catolicismo na posição de escravo; um contato sem muitos sentidos e significados para ele, mas que seria representado como uma extensão de sua condição de cativo. Porém, para Moore, haveria uma ilustração de como essa vertente religiosa – dominante na América Latina – era intrinsecamente associada ao escravismo, a barbaridade e violência; algo que, para ele, seria distinto do protestantismo norte-americano. Novamente, a narrativa propicia um vislumbre do contato entre as perspectivas de ambos os indivíduos.

Contudo, voltemos a analisar a voz de Samuel Moore. O primeiro capítulo da obra procura descrever um pouco da vida de Baquaqua em sua nação, Djougou. Ali é engendrada uma breve descrição da vida familiar, mas principalmente dos costumes religiosos praticados pelo seu povo. Como dito anteriormente, o contexto em que esta biografia foi escrita se encaixava em um período no qual houveram variadas produções das chamadas “narrativas de escravos e ex-escravos”, sendo que alguns eram originários do continente africano. Por esse motivo, capítulos que se dedicavam a expor hábitos, vivências, relações entre os indivíduos nessas regiões africanas eram uma ação de praxe – principalmente para familiarizar os leitores para com as terras desconhecidas pelos mesmos (DAVIS; GATES, 1985). Não teria sido diferente na biografia de Mahommah.

Neste trecho, há um momento em que Moore parece ceder, novamente, espaço para Baquaqua, deixando que os relatos fossem ditos por ele. Logo após escrever “Procedamos com os detalhes expostos pelo próprio Mahommah” (BAQUAQUA, 1997,





p. 28), as próximas frases são escritas de um modo que simbolizam a fala de Baquaqua. No relato, percebe-se que o pai do personagem era um maometano rigidamente dedicado aos exercícios devocionais, sempre executando quatro momentos de adorações e preces por dia (às quatro da manhã, ao nascer do sol, ao meio-dia e ao pôr-do-sol).

Entretanto, chama atenção uma breve passagem entre os relatos dos hábitos devocionais, um instante em que se aborda os espaços voltados para as devoções públicas, chamados no texto de *Gui-ge-rah*: “Este lugar, consagrado à **devoção do falso profeta**, é um dos ‘Primeiros Templos de Deus [Alá]’” (grifo meu) (1997, p. 29). O autor Allan D. Austin, em uma nota de rodapé, lança a seguinte indagação “de quem são as palavras ‘o profeta falso?’” (BAQUAQUA, 1997, p. 128). A resposta para essa pergunta é um tanto quanto problemática e exemplifica a dificuldade em se trabalhar na interpretação de tal fonte, pois, estaríamos observando a voz de Mahommah – e suas impressões – ou seria o discurso e palavra do próprio Moore? Tudo leva a crer que seria uma interferência de Samuel Moore.

Prossigamos nas observações acerca das falas do editor no decorrer das primeiras partes da obra. A escrita que vai sendo concebida no transcorrer das páginas é totalmente voltada ao trabalho de apresentar um panorama acerca do modo de governo, da representação do rei, da maneira como são tratados certos crimes (como o roubo e o adultério, que também era visto como um delito), da forma como lidavam com dívidas e sua cobrança.

Um pouco acerca da geografia, clima e a arquitetura da cidade de Djougou são abordados de relance. Em certos instantes são feitas algumas comparações entre a cidade africana e conhecidas cidades europeias, como Londres, talvez uma estratégia para trazer uma melhor visualização dessa região para os leitores americanos, tendo como referência uma localidade famosa e conhecida.

Alguns aspectos da agricultura e pecuária também são mencionados, sempre representados como de caráter rudimentar, porém, lembrando das potencialidades produtivas dessas terras; assim como dito na frase: “E supondo que tivessem os recursos e o cultivo, os mesmos que há nos países civilizados, a África seria capaz de prover sua imensa população” (1997, p. 40). Interessante observar como a característica “rudimentar” e “rústica” sempre é direcionada para a terra natal de Baquaqua.

Quando se trata dos costumes, Moore demonstra admiração para com o grande respeito e veneração que há aos anciãos de Djougou. De acordo com o texto eram ensinadas as crianças, desde pequenas, ações de apreço e afeição aos mais velhos, referido



sempre como pais ou mães. Uma educação que preza pela tradição de reconhecer a importância e autoridade dos idosos dentro dos costumes dessa sociedade. O abolicionista norte americano dedica alguns parágrafos para uma análise desse fator:

Não deveriam esses fatos envergonhar as maneiras dos filhos para com os idosos neste país? [...] É aqui que deve começar a grande regeneração moral do nosso país (EUA). As crianças devem ser instruídas desde cedo a prestar obediência e respeito aos seus superiores [...] Que o leitor perdoe essa digressão, que é apresentada com a finalidade de chamar a atenção para um assunto, que é de vital importância ao bem-estar de qualquer comunidade: que a juventude seja apropriadamente educada no bom caminho, para quando crescer não se desviar dele. E se **esse contraste na conduta dessas pobres crianças africanas com a conduta das crianças da nossa iluminada nação** puder ser um passo para a melhoria [...], o compilador dessas páginas se sentirá amplamente recompensado pelo pequeno esforço conferido a estas linhas extras. (Grifo meu) (1997, p. 44).

Samuel Moore, nesses trechos, acentua um aspecto dessa região africana como sendo um tipo de espelho em que a própria cultura ocidental – nesse caso, de maneira mais específica, a dos Estados Unidos – deveria se utilizar como um exemplo a ser seguido. A educação dos jovens no tocante a como se posicionar as autoridades e aos integrantes mais velhos dessa sociedade, visto como algo que estava se perdendo aos poucos na América, poderia ser resgatada por meio da lição demonstrada pela cultura de Djougou. Todavia, a exposição feita pelo compilador aparenta demonstrar a presença de poucos pontos considerados como positivos entre os aspectos culturais dessa cidade. Na frase colocada por ele próprio – e em outros momentos de sua escrita – é marcado uma representação hierárquica sutil, mas que pode ser percebida ao se atentar em expressões como “pobres crianças africanas” e as “crianças da nossa iluminada nação”, onde ocorre um nítido contraste entre os dois grupos/povos – apresentando os EUA como uma “terra iluminada”; algo que vai se manifestando amiúde na escrita desse autor. Já quando Moore se refere à África, adjetivos como rudimentar, pobre, feiticeiros, ignorantes, apontam para uma ideia recorrente do continente como um lugar em que não se configura a racionalidade moderna.

Em outras situações do texto é possível constatar tais ideias de maneira clara e límpida. Quando trata da crença em “feitiçarias” e “entidades sobrenaturais” – tidas como supersticiosas –, Moore aponta tais práticas e concepções de mundo como sendo frutos de uma “grosseira ignorância”:

Essa prática assemelha-se ao que era praticado nos estados do leste dos EUA, na maior parte da Inglaterra antiga e, decerto, pela Europa, em geral “nos dias passados”. Com certeza, em muitas partes da Inglaterra, em pequenos povoados e em vilas isoladas, o mesmo se faz hoje, pois tais crenças são fruto

da mais grosseira ignorância, daí a necessidade de educar as massas em todas as partes do mundo. (1997, p.50-51)

A identificação desses costumes, práticas e representações de mundo (posicionadas como simples superstições) são reconhecidas como algo que não seria exclusividade da terra natal de Mahomma G. Baquaqua, pois, como dito pelo editor, também eram existentes no ocidente, tanto nos EUA – nos primórdios da colonização –, quanto no continente europeu – tendo o exemplo da Inglaterra. Porém, o autor escreve de imediato que tais fatores eram características dos “dias passados” dessas nações ocidentais, justamente um momento temporal em que não haveria “conhecimento” e entendimento científico do mundo. Quando Moore aponta que essa ignorância e falta de ciência se encontrava manifestada em Djougou, seria para identificar que a cultura e a sociedade dessa localidade estavam “atrasadas no tempo”. Tais povos seriam incivilizados, ou chamados “primitivos” – expressão frequentemente usada em textos acadêmicos do século XIX para se referir aos povos que não compartilhavam dos mesmos modos de vida política, social e cultural da Europa (SILVEIRA, 2000).

A representação colocada por Samuel Moore poderia ser comparada aos discursos da ciência no Oitocentos, baseados nos ideais evolucionistas que resultavam em uma ótica segregacionista das diferenças, muito bem ilustrada pela lógica do darwinismo social. A própria antropologia surgia nesse contexto como um conhecimento que contribuía para o processo de dominação e colonização dos continentes asiático e africano, sem falar na expansão territorial dos EUA que se dava em nome do chamado “destino manifesto” em que imputava a essa sociedade o dever de levar o progresso para os nativos americanos (SILVEIRA, 2000).

Tais ideias e percepções estão presentes na fala de Moore desde o momento em que se refere a sua nação como uma “terra iluminada” até o instante em que cita a necessidade de “educar as massas em todas as partes do mundo” e a obrigação de levar a iluminação para esses “pobres” povos afundados em “grosseira ignorância” – segundo o próprio abolicionista estadunidense.

Cabe nessa mesma lógica argumentativa, o reconhecimento de certas doses de etnocentrismo; uma perspectiva em que – no momento em que se entra em contato com outra cultura/etnia – há a interpretação desse diferente por meio de uma visão centrada no “eu cultural” (SILVEIRA, 2000). Onde entendo a cultura do outro por meio de meus referenciais culturais, tendo a minha visão de mundo como modelo. Sendo assim, este





outro acaba por ser classificado como inculto e ignaro pelo fato de não compartilhar das minhas concepções; posicionadas como corretas.

Esse discurso de expansão das “luzes” ocidentais, que estava em voga no contexto vivido por essas duas personalidades, pode ser percebido nas passagens em que ocorrem referências religiosas, na escrita de Moore. No mesmo segmento onde há descrições referentes a variados costumes – alguns sobre a formação dos matrimônios – mencionam-se as constantes querelas e contendas que ocorriam entre reinos, muitos dos quais resultavam em embates sangrentos, além de outros fatores que acabavam levando ao mesmo resultado, como no caso da própria instituição escravista em solo africano. Sobre tal questão, Samuel Moore coloca da seguinte forma:

Isso, infelizmente, tem sido frequentemente causa de guerra, não só na África, mas em todas as partes onde luta sangrenta se trava. Quando o Evangelho com suas belas verdades for totalmente entendido e apreciado pela gente em geral, a paz e a boa vontade reinarão supremas e jamais haverá “guerras e rumores de guerras”.

Que estranho que as nações, que se orgulham de ser governadas pelo iluminismo e pelo poder do glorioso Evangelho de Cristo, possam se engajar no corpo a corpo nessas cenas de carnificina e de destruição. Como podem nações cristãs pensar no êxito de sua missão de converter o pagão quando, em suas próprias casas divergem tanto das belas verdades expostas no sagrado Livro? [...] Mas não está distante o dia quando do ermo brotará a roseira enfeitada para a decoração da paz e da santidade. Cristãos e professos das doutrinas do Evangelho devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para banir a guerra. Então seria seu “jugo fácilimo e seu peso mais leve”, e o trabalho da conversão, mais rápido. (BAQUAQUA, 1997, p. 54-55)

Ocorre no relato a construção de uma imagem em que, existindo a propagação das percepções de mundo ocidentais – tanto científicas como religiosas –, haverá a resolução de qualquer problemática vivida pelos povos da África. Porém, ao mesmo tempo em que o editor estadunidense vê a expansão do evangelho cristão como forma de dar fim às contendas e guerras no continente africano, ele reconhece a existência desses mesmos problemas nas nações do ocidente, ditas “Iluministas” e cristãs. Há a identificação de certa contradição entre essas próprias sociedades que se colocam como modernas e progressistas, mas que, mantêm em suas práticas tais tipos de barbaridades e violências. A guerra e o conflito seriam alguns desses traços de arcaísmo, todavia, um tipo de permanência arcaica é destacada e constantemente citada no decorrer da obra como um todo: o sistema escravocrata.

Apesar de um discurso encharcado de proselitismo, há uma estratégia em demonstrar o quanto a instituição da escravidão representa um fator arcaico, violento, bárbaro e – acima de tudo – não atrelado ao modo cristão de vida. Ou seja, fora de todo



tipo ideal de progresso. Tal fala é posicionada em prol da abolição, mas, ainda assim, pode ser um argumento que contribua para o ideal de disseminação daquilo que é visto como moderno e civilizado – a ótica de mundo ocidental (SILVEIRA, 2000). Não a toa, Moore coloca o trabalho de conversão dos chamados “pagãos” como um dos principais objetivos:

“A África é rica em tudo (menos em conhecimento). Falta a sabedoria do homem branco, mas não seus vícios. Falta a religião do homem branco, porém muito mais o espírito da verdadeira religião, como a Bíblia ensina, “amor a Deus e amor ao próximo”. Quem irá a África? Quem levará a Bíblia para lá? **E quem ensinará ao pobre africano ignaro as artes e as ciências?** Quem fará tudo isso? Que seja pronta a resposta, que esteja cheia de vida e de energia! Que se cumpra o mandamento do Redentor: ‘Ide vós pelo mundo e pregai o Evangelho’. Salvai todos que estão morrendo por falta de conhecimento que tendes vós o poder de dar. Não mais hesitei, pois é chegada a hora, a hora certa, ‘vem a noite quando o homem nem pode trabalhar’, e o dia (nosso dia) está rapidamente se desvanecendo. Oh! Amigos cristãos, levantai-vos e executai a obra.” (Grifo meu) (BAQUAQUA, 1997, p. 62).

Nesse trecho fica visível qual o entendimento que Moore possuía acerca do conceito de civilização/civilizado, era propriamente aquilo que se associava ao conhecimento, religião, ciência e arte do homem branco europeu. O africano é posicionado, em seu discurso, como um ser ignaro, com nenhuma sabedoria, detentor de nenhum aspecto positivo do homem branco, porém, seria cheio dos vícios e mazelas que este último também teria. Seria associado somente a problemas e disfunções, sendo, ao mesmo tempo, demonstrado o ideal do pobre selvagem que deve ser resgatado, educado, iluminado e assimilado. Dado que, nos meados dos oitocentos, a infantilização e animalização das sociedades africanas eram explícitas nas produções da época (SILVEIRA, 2000).

Enfim, poderíamos fazer um apanhado das representações colocadas pelo copista que contribuiu para a construção da biografia de Baquaqua. O que observamos é uma fala, uma voz, que se posiciona de maneira crítica ao escravismo, porém, ainda seria um discurso com vestígios de visão colonizadora/civilizadora. Ora, durante muito tempo a própria escravidão era justificada por argumentos civilizatórios, a exemplo das interpretações desenvolvidas por jesuítas no Brasil colonial⁴, onde esse sistema não era somente visto como forma de obtenção de mão de obra, mas como ferramenta para “salvar as almas desses pobres sujeitos” (MATTOS, 2001, p.145). Vestir, alimentar e evangelizar faziam parte dos deveres dos senhores para com seus cativos. Contudo, os contextos

⁴ Principalmente nos casos de André Antonil em “Cultura e opulência do Brasil” e a obra, citada anteriormente, de Jorge Benci S.I.



históricos mudaram pouco a pouco e assim, a visão sobre escravidão também se alterou. Essa instituição passou a ser vista como uma grande falha do discurso progressista, a qual teria que ser mudada. Entretanto, o olhar civilizador permaneceu – não da mesma maneira e formato, mas mantendo certos resquícios. Nessa conjuntura, o discurso racial se edificava como argumento constantemente trabalhado na ciência e na lógica de ações civilizadoras, algo institucionalizado nas representações políticas e culturais do século XIX (SILVEIRA, 2000, p. 89).

O sociólogo Edward Shils (1992), em um escrito onde analisa as relações e o estabelecimento entre o que é centro e o que é periférico na organização social, demonstra um entendimento que aborda a pluralidade de grupos e discursos tanto naquilo que é considerado como “centro”, quanto na região classificada como “periferia”. Apesar de serem dois lados distintos, não seriam homogêneos e uniformes, e haveria certas ideias – muitas oriundas desse centro – que permeariam todo o corpo social, inclusive as regiões periféricas. Dessa forma, utilizando a teoria de Shils, poderíamos enxergar no abolicionismo de Moore um ato crítico e contrário a um fator proveniente do discurso central e hegemônico, todavia, ainda possuindo aspectos desse mesmo centro. O ideal de expansionismo daquilo que é “civilizado” e “superior” – que se encontra presente na voz de Moore – pode ser tido como um exemplo.

No entanto, quando observamos a figura de Baquaqua e o fato de ter ocupado uma posição periférica, de ter sido compelido a vivenciar as margens de uma lógica de mundo senhorial/escravista, em que opressão física e simbólica eram tidas como fatores costumeiros, trazia a esse sujeito uma bagagem de experiências que proporcionavam um entendimento de mundo diferente da do copista – apesar de algumas semelhanças. Tais vivências, com certeza, influenciaram inclusive na forma como era entendido o ideal abolicionista por esse sujeito, pois, para Mahommah não era somente acabar com um aspecto arcaico em prol de um processo civilizador baseado no modelo ocidental, era dar fim a uma sistemática de desumanização da qual ele fora vítima e que já, inclusive, buscava variadas formas de resistir; ou seja, de manter a sua humanidade.

Paul Lovejoy cita que em toda a trajetória desse nativo de Djougou em busca de sua liberdade há a demonstração de um caminho de múltiplas identidades ocupadas por esse indivíduo (LOVEJOY, 2002, p.10), tal estratégia poderia ser entendida como forma de autopreservação de sua personalidade e de sua subjetividade. Nesse quesito, uma questão trabalhada pela autora Katia M. de Queirós Mattoso, referente a quebra da personalidade (2016, p.126), contribui para melhor ilustrar esse ponto, pois, quando



estamos falando de um sujeito, o qual possuía sua cultura, crenças, costumes, um cargo relevante no governo de seu país, sua família, estamos tratando de condições que se encontram como a base da formação física e psicológica dessa personalidade. No instante em que ele é tornado cativo, uma propriedade, e que passa pelo tráfico de escravos – como uma simples *commodity* – para uma terra estranha, e em uma cultura estranha, ocorre uma implacável ruptura na própria psique desse indivíduo. A viagem pelo navio negreiro, como mostrado anteriormente, representaria o marco dessa quebra da subjetividade.

Apesar disso, por questões de sobrevivência do ser e para manter a sua individualidade, é pretendida uma constante reconstituição de sua personalidade. A etnicidade, aqui, é apresentada como uma roupagem que pode ser trocada, modificada, para disfarçar o indivíduo. Ou seja, seria como uma miragem (LOVEJOY, 2002, p.10) da qual o sujeito se utiliza dependendo dos contextos experimentados por ele.

Um trecho da biografia permite observar as estratégias diárias usadas por Baquaqua para lidar com o seu senhor, durante o período em que estava em Pernambuco:

Logo melhorei a habilidade com a língua portuguesa enquanto estive ali, e aprendi em pouco tempo contar até cem. Fui então mandado a vender pão para o meu senhor, [...]. Sendo bastante honesto e persistente, logo eu vendia tudo, mas às vezes não tinha tal sorte, então o chicote era o meu pagamento. Meus companheiros na escravidão não eram tão confiáveis quanto eu, sendo dados à bebida, assim não eram tão rentáveis ao meu senhor. Aproveitei-me disso para elevar-me na estima dele, por ser bem atento e obediente. Mas dava no mesmo, fizesse o que fizesse. [...] Então, entreguei-me à bebida também [...] procurei ver o que poderia beneficiar-me se fosse infiel e preguiçoso (BAQUAQUA, 1997, p. 90).

Na ânsia em constituir um melhor viver na condição de escravo, Mahommah procurou se apresentar como um bom cativo, obediente e aplicado para com as tarefas exigidas pelo senhor, porém, não obteve o resultado desejado – ainda sendo tratado com violência e truculência. Após tantas tentativas nessa estratégia, Baquaqua resolveu se utilizar de uma tática totalmente oposta, a de ser “indolente” e se entregar à bebida como os demais companheiros de cativo.

Tais modificações de comportamento podem ser caracterizadas como a reconstituição de sua individualidade e como agir nos contextos em que ele era submetido. São puros mecanismos de defesa da sua própria subjetividade, na tentativa de juntar os pedaços, que se encontravam fragmentados, em busca de se preservar como sujeito. Outra questão importante que é demonstrada nesse trecho seria a sua adaptação ao idioma local; uma peça fundamental para compreender o mundo a sua volta, e assim poder agir nele.



Por esse ângulo, podemos utilizar como suporte teórico e metodológico um arranjo elaborado pela autora Denise Jodelet (2009) acerca das representações sociais, a sua gênese e funções. Tal esquema é composto por três esferas que interagem entre si: a esfera subjetiva, a intersubjetiva e a transubjetiva. No campo subjetivo, haveria a formulação dos entendimentos – e pensamentos – dos sujeitos para com os objetos e o mundo ao redor, algo que se dá no íntimo do indivíduo. Na esfera intersubjetiva há as concepções elaboradas na interação entre os sujeitos (feitos por meio da comunicação, da linguagem e dos discursos). Na transubjetividade é onde encontramos aquilo que atravessa os níveis subjetivos e intersubjetivos; o que dá o “pano de fundo” oferecendo os critérios de codificação e de classificação da realidade, possibilitando a intercompreensão (2009, p. 698). Nesse último conceito, pode-se fazer uma analogia com a ideia de interdiscurso trabalhada por Orlandi.

O campo subjetivo, se demonstra “cercado” pelas outras esferas, mas é nessa área que podem ser vistas as posturas e práticas dos sujeitos, seja na intenção de reproduzir o *status quo* ou de criticá-lo, ambicionando a sua mudança. Baquaqua, na conjuntura em que viveu, posicionava-se e manifestava a sua voz, assim como em uma das passagens em que recordou os castigos que sofreu nas mãos do capitão do navio “Lembrança”:

Os três homens me agarraram e me prenderam de braços sobre o canhão; foram ordenados a açoitar-me, o que fizeram com bastante diligência; ele então exigiu que eu me submetesse e lhe implorasse por misericórdia, mas isso eu não faria. Eu disse a ele para me matar se assim quisesse, mas por misericórdia em suas mãos eu não iria implorar! [...]; naquele dia, enquanto examinava meu corpo dilacerado sangrando, refleti que, **embora estivesse machucado e despedaçado, meu coração não estava subjugado** (grifo meu) (LARA, 1989, p. 280).

Mesmo na dor, na tortura de observar e sentir seu corpo ultrajado por açoites, Mahommah continuava como dono de si ao pressupor que a escravização era indigna, surrupiava dos escravizados suas subjetividades, que de maneira alguma eram bárbaras e ignaras, como supunha o copista. Sua voz, mesmo sendo abafada pela relação de dominação e opressão, ainda se mantinha viva, ao pressupor a necessidade da reintegração da liberdade plena aos escravizados com a possibilidade de retorno à terra de origem, à terra mãe! Ainda que sendo a sua voz interna, ela persiste em se manter íntegra, não convergindo com as representações de Moore sobre como deveria se dar a abolição e os sentidos por detrás da mesma. É justamente a ação originada do campo subjetivo que busca ecoar nas demais esferas, tanto a intersubjetiva quanto a



transubjetiva. Por meio de sua biografia, Baquaqua tem o objetivo de alcançar a última área – também vista como o interdiscurso.

Considerações Finais

Diante do exposto em tela, é possível afirmar que o discurso sobre a escravidão seja algo heterogêneo. Situada em um tempo e espaço, essa fonte permite a emergência de representações distintas de como tal heterogeneidade foi apreendida e narrada pelos discursos que tentaram compreender o processo de subjugação dos povos negros de origem africana. O trabalho biográfico, que foi fruto das contribuições das lembranças e memórias de Mahommah junto à composição editada por Samuel Moore, não simboliza somente a luta contra um sistema opressivo, mas também as diferentes visões de mundo geradas em regiões distintas – uma no campo periférico e a outra em uma região central.

Essa fonte histórica, além de demonstrar o lado que foi marginalizado e omitido em nossa construção sócio-histórica, exterioriza um exemplo do como há a existência – e coexistência – de variados discursos, vozes e falas que são emitidas nas conjunturas sociais; as vezes próximas entre si em determinados aspectos, mas ao mesmo tempo possuindo dessemelhanças. É o constante entrelaçamento entre as alteridades que vão contribuindo para a formação dos contextos sociais/políticos e para as atuações dentro desses contextos, sejam contatos de solidariedade, alianças ou de embates e conflitualidades.

Na voz de Moore, percebe-se de forma evidente a presença daquilo que era intitulado pelo poeta inglês, Rudyard Kipling (1899), de “o fardo do homem branco”. A ideia de que o homem europeu – com sua ciência e “sabedoria” – tinha o árduo dever de ensinar, evangelizar, apagar a “grosseira ignorância” dos povos africanos, asiáticos e ameríndios por meio das “luzes” ocidentais; um discurso nitidamente colonizador e imperialista. Já a de Baquaqua, é a emissão de uma luta diária em busca da reconstituição de sua subjetividade e individualidade; de manutenção de sua identidade. Pois, apesar das passagens na escravidão, de ser subjogado a simbolismos institucionais e religiosos, ele não se esquece de suas raízes. Aliás, dedica-se para retornar a sua terra natal; e mesmo com sua conversão ao cristianismo, com a qual poderia adotar um nome de origem cristã/ocidental, mantém o seu nome de origem Maometana, até os finais de sua vida: Mahommah Gardo Baquaqua.



Data de Submissão: 24/09/2019

Data de Aceite: 22/07/2020

Fontes:

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. **Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro**. Tradução Robert Krueger, comentários de Allan D. Austin, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. Série Prometeu.

_____; MOORE, Samuel. **Biography of Mohammed Gardo Baquaqua: a native of Zoogoo, in the interior of Africa**. Detroit: Geo. E. Pomeroy & Co., 1854.

LARA, Silvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. In: **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro: ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 16, 1989.

Artigos:

CABRAL, Gladir da Silva; CAROLA, Carlos Renato. **A escrita de si e a busca de liberdade: A narrativa de Mohammah Baquaqua**. In: **ANTARES: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p. 116-141, jan./abr. 2019.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. In: **Afro-Ásia**, 27 (2002), 9-39.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. In: **Afro-Ásia**, Salvador: Ed. UFBA, n.23, p.87-144, 2000.

VERÁS, Bruno Rafael. Resenha: Memórias diaspóricas de Djougou para as Américas. In: **Revista África(s)**, v.1, n.1, jan./jun. 2014. p. 227-236.

Poemas:

ALVES, Castro. **O navio negreiro. 1869**. Ex! Editora. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_Navio_Negreiro.html?id=LTrYCwAAQB

[AJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/O_Navio_Negreiro.html?id=LTrYCwAAQB&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

KIPLING, Rudyard. **The White Man's Burden**. Modern History Sourcebook, 1899.

Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/kipling.asp>



Referências Bibliográficas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

AZEVEDO, C. M. M. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

BENCI S.I., Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**:(livro brasileiro de 1700) /Jorge Benci; estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira, Claudinei M. M. Mendes. São Paulo, SP :Grijalbo,1977.

BEZERRA, Nielson Rosa. The trajectory of Mahoman Bardo Baquaqua in Brazil: slavery, freedom and emancipation in the Atlantic World. In: Elaine Pereira Rocha; Nielson Rosa Bezerra. (Org.). **Another black like me: the construction of identities and solidarity in the African Diaspora**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015. p. 159-174.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 183-191.

DAVIS, Charles T.; GATES, Henry Louis, Jr. (ed.). **The Slaves' Narrative**. New York: Oxford University Press, 1985.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu: Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LAW, Robin; LOVEJOY, Paul. **The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua His passage from slavery to freedom in Africa and America**. 2. ed. Priceton: Markus Wiener Publishers, 2007.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 167-182.



MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org). **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX.** Tradução de Sonia Furhmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

PATTERSON, Orlando. A condição da escravidão. In: **Escravidão e morte social: um estudo comparativo.** São Paulo: EDUSP, 2008. p. 249-299.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SEARLE, John R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SHILLS, Edward. **Centro e periferia.** Lisboa: Difel, 1992.

INTERDIÇÕES RÉGIAS, INCULTOS E A ALIMENTAÇÃO CAMPONESA EM PORTUGAL NO REINADO DE D. JOÃO I (1383 – 1433)

MATHEUS BASTOS TARJANO SANTOS¹



Resumo

Esse trabalho busca compreender, no contexto português baixo medieval, compreendendo o período de ascensão da Dinastia de Avis com D. João I como marco inicial da análise, de que forma as ações régias contribuíram diretamente para a alteração e cerceamento de práticas camponesas baseadas nos direitos consuetudinários e, em decorrência, como a prática estatal afetou diretamente a reprodução dos núcleos familiares e até mesmo das vilas camponesas durante esse período. Estando a alimentação camponesa diretamente associada ao uso das regiões supracitadas – os chamados cinturões dos incultos, ou áreas e terras comunais – é necessário dimensionar de que forma a sociedade medieval como um todo – e os camponeses, mais especificamente – acessava os meios de sua própria subsistência, ou seja, qual era o peso da agricultura, da caça, da coleta, e da pesca para essa população.

Palavras-chave: Portugal medieval. Terras comunais. Alimentação. Direito consuetudinário.

Abstract

This work seeks to understand, in the low medieval Portuguese context, understanding the period of the rise of the Avis Dynasty with D. João I as the starting point of the analysis, how royal actions directly contributed to the alteration and curbing of peasant practices based on rights customary and, as a result, how state practice directly affected the reproduction of family nuclei and even peasant villages during this period. Peasant food being directly associated with the use of the aforementioned regions - the so-called belts of the uneducated, or communal areas and lands - it is necessary to measure how medieval society as a whole - and peasants, more specifically - accessed the means of their own subsistence, that is, what was the weight of agriculture, hunting, gathering, and fishing for this population.

Keywords: Medieval Portugal. Communal lands. Food. Customary law.

I - Caçadores-Coletores e a Idade Média agrícola

À luz do revigoramento das áreas da história ambiental e da história da alimentação – sem contar a importância que vem ganhando o campo da história florestal –, este trabalho busca conjugar dois temas caros ao período medieval: os acessos e usos de determinadas regiões, tais como bosques, florestas, pastos, rios, mares e etc., e suas

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista do CNPq. Membro do laboratório *Translatio Studii*. E-mail: matheustarjano@gmail.com



determinações diretas sobre a vida da população no medievo, sobretudo quando se trata da alimentação e da subsistência do campesinato.

Se observarmos atentamente, em um espectro temporal mais amplo, chegamos à conclusão de que durante os aproximados 350 mil anos de existência da humanidade, apenas recentemente nossa espécie realizou a domesticação de grãos e cereais.

The Fertile Crescent along the Eastern Mediterranean and Mesopotamia still presents the earliest evidence for domesticated grains, emmer and einkorn wheat and barley, from around 9500 B.C.E. Rice cultivation probably developed independently, based on separate forms of wild rice, in the Ganges Valley of India and in the Yangzi Valley of China, where domesticated rice predominated over wild versions by around 7500 B.C.E.²

Na busca por alimentos, mais especificamente a utilização de carnes e derivados de animais, teve por consequência a domesticação de diversas espécies que poderiam ser utilizadas para a alimentação das populações. Se a domesticação de grãos e cereais ocorreu apenas por volta de 9500 a.C., a domesticação de animais demorou um tempo maior para ocorrer, segundo o historiador Sterling Evans,

Archaeological and genetic evidence indicates that dogs were the first animal to be domesticated, for food, in East Asia some 15,000 years ago. The first true livestock were sheep and goats in the Fertile Crescent area of Mesopotamia, and pigs in China, both around 8000 B.C.E. Cattle were taken under human management in Mesopotamia, India, and probably North Africa as well, about the same time as chickens in Southern China or southeast Asia, around 6000 B.C.E. Other species, horses, donkeys, and water buffalo, were domesticated a couple of thousands of years later, llamas and alpacas (in the Andes of South America) around 3500 B.C.E. and camels (both in Arabia and Central Asia) around 2500 B.C.E. Most animals were domesticated for meat; archaeologists now believe that milking cows, perhaps as part of a religious ceremony, began in Southwest Asia and spread slowly, in part because of adult lactose intolerance.³

² EVANS, 2012, pp. 6-7. O Crescente Fértil ao longo do Mediterrâneo Oriental e Mesopotâmia ainda apresenta as mais antigas evidências de grãos domesticados, farro, trigo *einkorn* e cevada, por volta de 9500 A.E.C. O cultivo de arroz provavelmente se desenvolveu independentemente, baseado nas formas separadas de arroz silvestre, no Vale do Ganges na Índia e no Vale do Yangtzé na China, onde o arroz domesticado predominou sobre as versões silvestres por volta de 7500 A.E.C.

³ Ibid., p. 8. “Evidência arqueológica e genética indica que os cachorros foram os primeiros animais a serem domesticados, para alimentação, na Ásia oriental há 15.000 anos. O primeiro rebanho, de fato, era de ovelhas e cabras na região do Crescente Fértil na Mesopotâmia, e porcos na China, ambos por volta de 8000 A.E.C. Gado bovino foi submetido à gestão humana na Mesopotâmia, Índia, e provavelmente na África Setentrional, ao mesmo tempo que as galinhas no sul da China ou no sudoeste asiático, por volta de 6000 A.E.C. Outras espécies, cavalos, burros e o búfalo-asiático, foram domesticados há mais ou menos 2000 anos, lhamas e alpacas (nos Andes da América do Sul) por volta de 3500 A.E.C, e camelos (tanto na Arábia quanto na Ásia Central) por volta de 2500 A.E.C. A maioria dos animais foram domesticados para obtenção de carne; arqueólogos acreditam que as vacas leiteiras, talvez por fazer parte de cerimônia religiosa, começou no sudeste da Ásia e se espalhou lentamente, em parte por causa da intolerância a lactose em adultos.”



Se pensarmos no desenvolvimento da agricultura tal como a conhecemos hoje – com técnicas de desmatamento e queimadas para a abertura de clareiras e fertilização do solo, complexos sistemas de irrigação, áreas de monocultura que não se confundem e etc. –, só podemos afirmar a sua existência por volta do início da Era Comum, portanto, pouco mais de 2000 atrás, e que estabeleceram as bases para a formação dos chamados “impérios agrícolas” na bacia do Mediterrâneo, no sul e no leste da Ásia, e nas Américas.⁴ Antes de todo o desenvolvimento agrícola experimentado pela humanidade ao longo desses anos, o que prevaleceu anteriormente foram as comunidades e as práticas caçadoras e coletoras. Durante a maior parte da história da humanidade o movimento que permitiu o ser humano se alimentar e, portanto, subsistir, foram as ações de caçar e pescar animais e coletar diversos outros alimentos disponíveis na natureza.

Tendo em vista a púbere prática agricultora, principalmente aquela que tem maior impacto na transformação do ambiente – criando zonas agrícolas artificiais, como foi dito anteriormente –, as práticas da caça e da coleta não se perderam. Pelo contrário, diante do lento avanço tecnológico – comparado ao da sociedade industrial – com o objetivo de aumentar a produção e sanar as necessidades das sociedades e do comércio, como podemos observar durante a Idade Média, as práticas de caça e coleta tiveram peso significativo para a manutenção da vida no período. Principalmente, da vida camponesa, como foi supracitado.

No sistema feudal, pode-se afirmar que há uma conjugação entre as práticas produtivas agrícolas e o uso das porções incultas para complementar a reprodução da vida da classe camponesa. Segundo Massimo Montanari, bosques e terrenos incultos deixaram de ser vistos como obstáculos à produção – tendo em vista as práticas de queima e desmatamento para a viabilização do plantio – e passaram a ser vistos como aliados da produção após a dominação política e social das tribos germânicas no período da Alta Idade Média. A orientação de tipo silvo-pastoril, portanto, ganhou importância nesse período, alterando, inclusive, a dieta daquelas sociedades.

O lugar da carne tornou-se central no regime alimentar, enquanto a importância da cerealicultura diminuía. Uma atenção particular foi dada à caça, à pesca em água doce (mais do que à pesca marítima, privilegiada pelos gregos e romanos) e, sobretudo, à pastagem dos porcos: conforme um costume de origem tipicamente germânica, começou-se a avaliar a importância dos bosques baseada no número de porcos que estes podiam alimentar (*silva ad saginandum porcos...*).⁵

⁴ Ibid., p. 2-3.

⁵ MONTANARI, 2006, p. 37.



Foi no contexto de senhorialização da Europa ocidental que a mistura das proteínas animais, alimentos coletados e alimentos cultivados caracterizaram a alimentação da população, ainda que – segundo Montanari – em níveis de importância qualitativamente diferentes, sendo indispensável para a “sobrevivência cotidiana da maioria, ou o prazer da elite”⁶. No entanto, a possibilidade de manutenção desse tipo misto de regime alimentar pelo campesinato na Alta Idade Média era possibilitada pelo acesso efetivo aos recursos presentes nas áreas comunais, os direitos consuetudinários à caça, à pesca, às práticas extrativistas e à pastagem de gado sofriam menos resistência no quadro de expansão do regime senhorial. Esse cenário parece se alterar já nas primeiras décadas da Idade Média Central. Devido ao caráter extensivo do modo de produção feudal, o número de relatos de desmatamentos para a produção de cereais se multiplica entre o período de “1050 e o final do século XIII”⁷. Na mesma linha argumenta o historiador Peter Linebaugh ao dizer que dois movimentos foram realizados pelos senhores das terras no contexto de escassez de áreas cultiváveis durante os séculos XI ao XIII. O primeiro movimento foi o de colonização de regiões para cultivo, abrindo clareiras em bosques e florestas para que fossem utilizadas para a lavoura. A partir disso, o segundo movimento foi a pressão que os senhores passaram a exercer sobre o campesinato empobrecido e que ameaçou os direitos costumeiros e as áreas comunais, essenciais aos pequenos produtores.⁸

Mas, quão importante e essencial são os direitos costumeiros sobre as regiões incultas durante o medievo? O próprio Linebaugh nos fornece parâmetros ao citar um trecho de *French Rural History* do medievalista Marc Bloch,

“In an age when the primeval instinct of foraging was nearer to the surface than it is today,” wrote Marc Bloch, the great scholar of the Middle Ages, “the forest had greater riches to offer than we perhaps appreciate. People naturally went there for wood, a far greater necessity of life than in this age of oil, petrol, and metal; wood was used for heating and lighting (in torches), for building material (roof slats, castle palisades), for footwear (sabots), for plough handles and various other implements, and as faggots for strengthening roadways.”⁹

⁶ Ibidem.

⁷ Ibid., p. 39.

⁸ LINEBAUGH, 2008, p. 26.

⁹ Ibid., pp. 31-32. “Em uma era em que o instinto primordial de forragear estava mais próximo da superfície do que está hoje” escreveu Marc Bloch, o grande estudioso da Idade Média, “a floresta possuía maiores riquezas a oferecer do que talvez valorizemos. As pessoas naturalmente as acessavam para buscar madeira, uma necessidade da vida muito maior do que nesta era de petróleo, gasolina e metal; a madeira era utilizada para aquecimento e iluminação (em tochas), para material de construção (ripas de telhado, paliçadas de castelo), para calçados (tamancos), para cabos de arado e vários outros instrumentos, como feixes de madeira para fortalecer estradas”



Segundo Linebaugh, madeira era a fonte de energia mais importante da época. Sem contar as áreas para o pasto, geralmente áreas arborizadas, nas quais os camponeses utilizavam para alimentar seu gado: bois que tinham alto custo e eram utilizados como força motriz na lavoura, porcos que serviam como refeição, e o gado ovino que tinha relação direta com a alimentação baseada em laticínios, assim como eram, também, fornecedores de lã.

Outro historiador que nos ajuda a caracterizar as áreas comunais é o historiador português João Bernardo, em sua obra *Poder e Dinheiro*, no qual o autor afirma que

Desde areais e pântanos, passando pelas ervagens, até os bosques e os rios, os lagos, as costas dos oceanos – tudo são incultos. O bosque era a componente fundamental, mas mesmo aí a variedade era grande, desde maciços densos até espaços penetrados por clareiras e incluindo uma gama de formações vegetais intermédias.¹⁰

Seguindo sua caracterização deste cinturão, o autor lista as diversas formas de aproveitamento camponês a partir dos incultos: a mineração como fornecedora de matéria prima, a pesca para obtenção de alimentos, a caça que – além da obtenção de alimentos – permitia o uso da pele e do couro de determinados animais para compor o vestuário ou fabricar equipamentos. Além disso, a caça também era realizada para a defesa de certas culturas contra animais selvagens, tais como javalis, cervos e outros. Nas regiões incultas era onde se praticava a criação de gados, como o suídeo, ovídeo, bovídeo e equídeo, tendo em vista que nessas áreas os animais encontravam seus alimentos de pastagem. Além da alimentação dos animais podemos incluir até mesmo a alimentação humana através da coleta de frutos, glandes, cogumelos, raízes e tubérculos, folhas, ervas, mel e cera através das abelhas. Coletavam, também, adubo, madeira, cascas das árvores, substâncias corantes, palha e etc.¹¹ As hortas e os incultos eram as principais fontes de alimentação humana, e o consumo de carne pelos camponeses era realizado, basicamente, através do consumo da carne de porco, enquanto os outros tipos de gado forneciam em sua maior parte leite e seus derivados.

Ao citar Marc Bloch, João Bernardo afirma que nenhum sistema tecnológico foi tão dependente de um único material como essa sociedade foi da madeira. O emprego da madeira era tão substancial que servia como combustível para realizar manufaturas. Como é o caso da metalurgia, da produção do sal, do vidro, da cerâmica, da cal e do gesso. Era utilizada para cozinhar, para aquecer e iluminar. As cinzas provenientes da queima

¹⁰ BERNARDO, 1995, p. 318.

¹¹ Ibid., p. 320.



da madeira serviam para o fabrico de sabão e detergente, para a tinturaria, para o fabrico de vidro e como fertilizante. Outra serventia da madeira era na construção, principalmente de edifícios, fortificações, paliçadas e outras vedações, pontes, navios e outros meios de transporte. E, por fim, era utilizada também no fabrico de alfaias agrícolas, mobiliários, recipientes, utensílios para comer, apetrechos militares e outros utensílios em geral.¹²

É válido ressaltar que no modo de produção feudal a terra é o elemento que gera relações sociais, portanto, um senhor e um camponês estão ligados justamente pela parcela de área cultivável que o primeiro disponibiliza ao segundo, criando uma relação de submissão entre dois segmentos, no qual os senhores da terra exercem o papel da dominação sobre a classe camponesa. O acesso à terra por parte do campesinato, como sabemos, ocorre mediante apropriação da produção excedentes dos camponeses pela classe senhorial, tais excedentes que chegam às mãos dos senhores por meio de rendas pagas pelos camponeses. Logo, a riqueza da aristocracia advinha da dominação sobre o campesinato e de sua capacidade de coagir esse segmento da população com o objetivo de se apropriar de parte do seu trabalho. Não apenas da apropriação da produção direta do campesinato a classe senhorial assegurava a dominação e sua reprodução enquanto classe dominante, a aristocracia possuía a permissão e a capacidade de exercer certos direitos que eram negados a outras classes, como, por exemplo, o direito de cobrar o transporte de mercadorias por determinadas estradas, cobrar pela pastagem em certos lugares e etc., o que fornecia um instrumento indireto de apropriação da produção.

Na teia do poder aristocrático, principalmente após o movimento de expansão que caracterizou o período da Idade Média Central, tanto a distribuição de parcelas de terras e servos quanto a distribuição dos direitos de cobrança foram fundamentais para a manutenção da classe senhorial. Garantir os rendimentos da aristocracia era um fator chave na manutenção do modo de produção. Dessa forma, como aponta Linebaugh, os direitos comunais que foram paulatinamente ameaçados em conformidade com as regiões incultas estão diretamente associados aos direitos de cobrança da aristocracia sobre determinadas áreas, estas que foram colonizadas – ou regulamentadas – com o intuito de manter um certo nível de arrecadação que pudesse dar conta dos anseios senhoriais.

E.P. Thompson demonstra em seu belíssimo trabalho sobre os Negros de Waltham e as origens da Lei Negra na Inglaterra setecentista como alguns cargos ligados à proteção de bosques e florestas podiam se converter em honorários para os funcionários que

¹² Ibid., pp. 321-22.



exerciam tais atribuições. Os cargos, no entanto, eram restritos à aristocracia e pressupunham a defesa dos incultos contra a caça, pesca e práticas extrativistas. Além dos honorários recebidos, a chamada “burocracia florestal” utilizava uma série de prerrogativas derivadas de seu ofício, como por exemplo, venda de autorizações para caças. Sem contar com as vantagens pessoais que possuíam, como a utilização de cabanas, acesso a pomares, caça e venda de cervos, extração de madeira e turfas, entre outros¹³.

Nesse sentido podemos afirmar que, em certa medida, as interdições das regiões incultas também representavam o desenvolvimento do *modus operandi* feudal e a necessidade de obtenção de rendas e distribuição de benefícios para manter a lógica da suserania e vassalagem e da dominação. Em menor proporção, mas que não pode ser desconsiderada, tais incultos – florestas e bosques, principalmente – foram restritos ao uso da população para atender a lógica de demonstração de poder da aristocracia, o que era mais comum à Corte, como se pode observar o número de florestas e bosques reais, as quais eram reservadas para a caça esportiva do rei e de seus pares. A caça esportiva era uma das formas de demonstração do poderio militar exclusivo da classe senhorial, evidenciando aqueles que podiam cavalgar, se armar, e ressaltar todo o vigor e a capacidade de abater suas caças.

Ainda que importantes, talvez esses dois elementos não deem conta de explicar de forma substancial o ponto central da natureza das proibições de direitos e acesso às áreas comunais. Seguindo, ainda, a linha de argumentação de Thompson, ciente das especificidades espaço-temporais que diferem os contextos que o autor analisa em sua obra e o que se propõe nesse estudo, o mesmo elemento pode ser identificado nas restrições impostas às comunidades da Inglaterra nas primeiras décadas do século XVIII e nos séculos finais da Idade Média. A restrição aos incultos tinha o objetivo específico de controlar a mão de obra em uma sociedade setecentista em que se maturavam as relações capitalistas – e que necessitava, portanto, de uma classe totalmente despossuída com a necessidade de vender sua mão de obra –, assim como garantir o controle da mão de obra na sociedade baixo medieval.

Em termos de apropriação de excedente que, como vimos, é a base da riqueza da qual dependente a aristocracia para se manter como classe dominante, direitos como o de caça, pesca, pastagem, coleta, além das outras possibilidades que eram dadas pelo acesso aos incultos, tornavam-se obstáculos ao aumento da produção camponesa, ou seja, o

¹³ THOMPSON, 1997, p. 122.



cultivo agrícola que era fundamental aos anseios da classe senhorial. Pela importância dos incultos que vimos até aqui, pode-se afirmar que estes permitiam um outro modo de vida ao campesinato, um modo que não passava exclusivamente pelo cultivo nas parcelas de terras disponíveis nas senhorias e que mesmo assim fornecia garantias de subsistência. Sobre essa subsistência, diz Thompson,

[...] dependia da sobrevivência de direitos de uso pré-capitalistas sobre a terra e de uma forma de organização social (como a que contava com os antigos tribunais florestais, Oficiais Judiciais e Observadores) que pudesse reconciliar pretensões conflitantes a direitos de uso sobre a mesma terra e madeira.¹⁴

Já nos fins da Idade Média podemos presenciar de forma mais acentuada a desarticulação do comunitarismo imposto pela lógica de restrição de direitos milenares do campesinato. A prática que ganha forma mais definida no século XIV ao se observar as ações régias nesse sentido da desarticulação parece ter começado ainda na Idade Média Central a partir dos vínculos locais e do poder pessoal exercido nos senhorios e nos municípios, até chegar em um momento que se torna uma incumbência da monarquia garantir tal desarticulação e os interesses da classe senhorial. A fim de consolidar uma nova prática que ocorria de forma não institucionalizada – se é que podemos chamar assim –, o Estado passa a promulgar e estabelecer séries de leis e determinações régias a pedido de membros da aristocracia, que tinham por objetivo instaurar uma nova norma, um novo direito, sobre as práticas realizadas pelo campesinato nas regiões incultas. A instauração de uma nova norma, é claro, suplanta o direito consuetudinário das comunidades.

A lei ou as normatizações se tornam então instrumentos para controlar a mão de obra e assegurar a dissolução do comunitarismo em um contexto de diminuição das rendas e até mesmo da própria mão de obra na Baixa Idade Média, principalmente se tomarmos a questão demográfica associando crises alimentares com a incidência da peste.

Desse ponto de vista, a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma “superestrutura” que se adapta por si às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção. Como tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante *de jacto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime – e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe.¹⁵

¹⁴ Ibid., p. 325.

¹⁵ Ibid., pp. 349-350.



II - Alimentação, campesinato e senhoriação dos incultos

Ao analisar Portugal no contexto baixo medieval, pode-se constatar o aumento na incidência de normatizações a respeito da proibição de acesso aos incultos promulgados pela Coroa portuguesa. As interdições régias que começam, ainda que tímidas, no reinado de D. Dinis e aumentam de forma significativa nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando, tem um crescimento substancial após a ascensão de Avis. O número de interdições régias feitas por D. João I, desde os primeiros anos de seu reinado, supera o número da soma das interdições realizadas nos reinados anteriores.

No processo de senhoriação das regiões incultas alguns sintomas começam a se manifestar no reino português. É possível perceber que desde meados do século XIII alguns problemas evidenciam mudanças que estavam ocorrendo nas esferas do trabalho e da produção, como por exemplo, uma preocupação da classe senhorial com os chamados “jornaleiros”, trabalhadores rurais assalariados que recebiam pela jornada. O trabalho assalariado não surgiu, obviamente, nesse período, mas o seu peso dentro do quadro produtivo em Portugal ganhou dimensão a ponto de ser normatizado pela primeira vez na Lei da Almoçaria de 1253, a qual regulamentava a questão dos salários dos jornaleiros. No entanto, o que levou ao crescimento dos trabalhadores assalariados nos campos a ponto de precisar normatizar certos pontos em favor da aristocracia? O historiador A.H. de Oliveira Marques nos ajuda a entender melhor essas mudanças ao demonstrar quem são, basicamente, aqueles que compõem o grupo dos jornaleiros. Segundo Oliveira Marques, os peões ou “seareiros” – portanto, aqueles que se lançam às áreas de terra cultiváveis e de sementeira – são trabalhadores que durante a Baixa Idade Média resvalavam, constantemente, para a condição de assoldados.¹⁶

O próprio termo “resvalar” nos indica que a mudança de função realizada pelos seareiros é impulsionada por algum fator que os coloca em outra condição. Esse fator é, justamente, a subsistência camponesa que foi posta em risco devido às crescentes interdições aos espaços incultos. Com a redução do acesso aos camponeses a estas áreas, o campesinato começou a buscar outras formas de complementar sua subsistência e garantir a sua reprodução material, tendo em vista que a utilização dos espaços incultos era de fundamental importância para a economia camponesa que, ao perder o acesso a

¹⁶ MARQUES, 1987, passim.



determinados espaços, ficou debilitada pela sua restrição de produzir apenas nas áreas específicas de cultivo destinada às famílias – o cinturão agrícola.

Não é coincidência que desde meados do século XIV o empobrecimento camponês se tornou cada vez mais evidente nas leis e nas discussões das Cortes a partir do problema da vadiagem, ou seja, camponeses que foram compelidos a deixar suas terras pela impossibilidade de continuar pagando as rendas estipuladas ou pela situação degradante na qual se encontravam, o que tornou a fuga para cidades e o aumento da população errante em imperativos. As queixas contra a vadiagem aparecem melhor delineadas a partir das Cortes Gerais de Lisboa de 1371, definindo aqueles que se encaixam na condição de vadios – como por exemplo, todos aqueles que não trabalham na lavoura ou em qualquer outro ofício e possuem menos de quinhentas libras, assim como os ociosos que vivem da mendicância (exceto idosos, deficientes, enfermos ou algum mendicante ligado a alguma ordem religiosa) – e fornecendo soluções para se lidar com o problema da vadiagem. Portanto, a solução encontrada pela Coroa é, mais uma vez, o constrangimento da liberdade dos camponeses despossuídos obrigando-os a servir por salários fixados. A dimensão da violência estatal aumenta quando a pena estipulada é o açoitamento para aqueles que se recusam a servir. Ainda no reinado de D. Fernando, é promulgada a Lei das Sesmarias em 1375 e, mais uma vez, a questão da vadiagem é um elemento que aparece diversas vezes no texto da lei.

Essa problemática tem um peso tão grande que, duas décadas depois de 1371, passado o momento da ascensão da dinastia de Avis ao poder, D. João I foi questionado pelos concelhos do reino pelo mesmo fator durante as Cortes Gerais de Viseu em 1391. As queixas dos concelhos faziam referências a reinados anteriores, no quais, segundo os seus membros, os servidores eram constrangidos “e dados aaquellas pessoas, que os merecessem, e mais tivessem de fazer [...]”¹⁷, logo, demandam que o mesmo seja feito durante seu reinado tendo em vista que aqueles que possuem bens, grandes fazendas e carregos de cavalos não os podem aproveitar devido à falta de mão de obra, e que essa falta seria a causa do “dapno aos nossos póvoos”.¹⁸ Em resposta ao apelo dos concelhos, D. João I determina que os ditos servidores morem e sirvam como era feito nos tempos de outros reis. Entre os anos de 1394 e 1395 o assunto é novamente retomado pelos concelhos nas Cortes de Coimbra, alegando que os moradores do reino foram muito

¹⁷ Ordenações Afonsinas L. ° IV, T. XXVIII.

¹⁸ Ibidem.



prejudicados em decorrência da “mingua de servidores”¹⁹, que muito perderam seus bens por falta de mão de obra. A questão dos altos salários demandados pelos servidores também se repete nos pedidos dos concelhos ao rei português, e mais uma vez o apelo é encerrado com o pedido de que os servidores fossem constrangidos ao trabalho pela Coroa e, dessa vez, que fossem constrangidos os filhos desses servidores para servir e morar por um salário. Esta última parte é negada pelo monarca. As Ordenações Afonsinas apontam que o mesmo problema foi levantado pelos concelhos em duas Cortes realizadas em Coimbra – provavelmente nas Cortes de 1394-95, e nas de 1400 –, nas Cortes de Guimarães de 1401 e nas Cortes de Évora de 1408.

A solução proposta pela Coroa para combater o problema da vadiagem e do controle dos corpos campesinos resultou em duas frentes principais de ação. A primeira foi a intensificação da violência perpetrada pelo Estado, portanto, cada vez mais a população despossuída sofreu com a repressão régia. Penas pecuniárias, prisão e açoitamentos passaram a ser pontos facilmente encontrados nas legislações que versavam sobre este assunto, e o intuito dessas leis era basicamente conter essa massa da população e redirecionar a força de trabalho de volta para a produção – seja na lavoura ou nos mesteirais. A segunda frente foi a intensificação – um aumento muito significativo – das interdições régias sobre os incultos, os chamados coutamentos. O alinhamento dessas duas frentes de ação pretendia dar conta do controle da mão de obra camponesa num período de dificuldades produtivas pela qual Portugal atravessava durante os fins da Idade Média. Apesar da grande variedade que as interdições dos incultos podem tomar, pretende-se focalizar, neste trabalho, em proibições e restrições que tenham incidido diretamente na alteração dos regimes alimentares, logo, as determinações referentes à caça, pesca, e pastagem de gado.

É interessante observar que, ainda no período da guerra que marcou a transição de uma dinastia para outra nos anos de 1383 a 1385, D. João I realiza uma série de determinações competentes ao monarca sem ainda ter se oficializado como rei de Portugal. Em 1384 se tem a primeira interdição régia do primeiro rei de Avis em mercê a Lopo Afonso, o qual possuía uma propriedade no termo da cidade de Elvas. A determinação imposta pela chancelaria régia proíbe a qualquer um que utilize essas terras para pastagem de gado, se apropriar de madeira e caçar dentro dos limites da propriedade, estabelecendo penas pecuniárias para aqueles que transgredissem esta determinação.

¹⁹ Ibidem.



Os anos iniciais do reinado de D. João I não foram marcados pela recorrência de interdições às regiões incultas, ao contrário. Entre os anos de 1384 a 1387 podemos encontrar apenas três ações do monarca com o intuito de restringir determinadas áreas e impedir o acesso da população. Até então o número de coutamentos realizados sob o recente reinado de Avis não tinha diferenças destacáveis se compararmos com a quantidade de interdições feitas nos reinados anteriores, principalmente nos reinados de seu avô, D. Pedro, e seu irmão, D. Fernando. No entanto, após esse período, o número de interdições passa a aumentar vertiginosamente, o que leva a crer que passado o período de convulsão social decorrente das guerras, a nova monarquia começou a se estabilizar naquele cenário. Com o estabelecimento da nova dinastia foi necessário, também, a consolidação do poder régio em relação à classe senhorial, portanto, o estreitamento dos laços entre aquele que seria o “suserano-mor” com a aqueles que seriam sua base de apoio, seus vassalos espalhados pelo reino português. Dessa forma, o ano de 1388 concentra seis interdições régias sobre incultos – o dobro de interdições dos quatro anos anteriores juntos –, anunciando a intensificação dessa prática que ocorreria nos anos subsequentes.

Logicamente, o campesinato não testemunhou de forma apática a liquidação de seus direitos mais remotos, a ausência das áreas comunais para essa classe era, claramente, a desarticulação de um modo de vida comunitário que garantia uma mínima proteção contra a degradação de sua subsistência e um freio à exploração senhorial. A partir do momento em que a alimentação desse grupo fica ameaçada em consequência das proibições de caça, pastagem de gado e até mesmo a coleta de alimentos, os camponeses buscam meios de garantir seus direitos costumeiros. Ainda que não apareça diretamente casos de revoltas ou ações explícitas do campesinato contra a senhoriação dos incultos, podemos captar de forma indireta em que nível ocorre essa resistência: a utilização dessas regiões mesmo depois das proibições de uso. Podemos observar em diversas chancelarias a necessidade de reafirmação dos coutamentos – as vezes, em reinados diversos – pelo possível fato de estar sendo desrespeitado. Não é sem razão que nas determinações régias o monarca conclame as justiças locais a acatarem as cartas de coutamento e julgarem de acordo com o que nelas foi estabelecido, o que parece em outros momentos que não era o que acontecia. Uma chancelaria de março de 1391 ajuda a ilustrar alguns desses pontos.

[...] duas cartas scritas em purgamjnho de nosso auoo el rrey dom affomso a que deus perdoe selladas dos seus seellos pendentes huñ colgado per hũa tira



de purgamjnho e outro per huũ cordam uermelho em a qual de hũa dellas era contheudo hũa carta d el rrey dom denjs nosso bisauoo pelas quaaes se mostraua que o dicto nosso auoo e bisauoo coutarom a Rodrigo frolas caualleyro e a tareyia annes sua molhe a sua herdade que aujam em termo dessa villa d eluas [...] ²⁰

Além da propriedade sofrer interdições nos reinados de D. Afonso IV e de D. Dinis, durante o reinado D. Fernando a prática também se repetiu,

Porem mandamos a uos e a todallas outras nossas / Justiças a que esta carta for mostrada que veiades as dictas cartas que o dicto Ruy gonçalluez assy tem do dicto nosso auoo e bisauoo e do dicto nosso Jrmaão e lhas cumprades e guardedes em todo e per todo como em ellas he contheudo e lhe nom uaadens nem consentades a nemhuũ que lhe contra ellas uaa em nemhũa guisa que seia sob a pena em ellas contheuda [...] ²¹

Além da confirmação de diversas interdições realizadas em tempos anteriores, o reinado de D. João I foi responsável pela criação de diversas outras. A prática não só se tornou cada vez mais recorrente como as regiões protegidas pela iniciativa régia a pedido dos membros da aristocracia eram áreas vastíssimas, prejudicando diversas vilas e cidades que estivessem localizadas nas regiões interdidas a certos usos. Esse é o caso, por exemplo, de uma ordenação régia, de 1412, que proibiu a caça dentro das comarcas de Entre Tejo e Odiana e de Estremadura. A título de dimensionamento, a comarca, situada entre os dois rios Tejo e Guadiana, corresponde a uma grande parte do sul de Portugal. A proibição também foi estendida por estradas até chegar à região do Porto. Nessa chancelaria fica determinada a proibição de caçar porcos monteses, ursos e cervos que se encontrassem nessas regiões, mas a proibição não atingia, por exemplo, membros da aristocracia e da cavalaria, “Porem mandamos que os possam correr e matar de dia caualleiros e scudeiros e quaaesquer outras pessoas nas dictas terras da dicta comarca dAntre Teio e Odiana comtanto que os corram e matem de cauallo e com caães per aquella guisa que se deua e costuma fazer [...]”. ²²

Torna-se evidente a diferenciação de acesso aos alimentos por parte do campesinato e por parte da aristocracia, enquanto o primeiro grupo passa a ter cada vez mais dificuldade no acesso à proteína animal durante os anos finais da Idade Média, o segundo grupo mantém seus privilégios da caça esportiva e continua tendo fácil acesso à carne garantido por sua posição social. Os próprios coutamentos são claros ao especificar que somente aqueles que tiverem autorização dos senhores de cada propriedade é que podem caçar, alimentar o gado, colher frutos e etc., o que explica a abundância de proteína

²⁰ Chanc. D. João I, L.º 3, fl. 24.

²¹ Ibidem.

²² Chanc. D. João I, L.º 3, fls. 133-133 v.



animal na dieta da classe senhorial enquanto os grupos excluídos das regiões incultas se alimentavam cada vez pior. Massimo Montanari afirma que,

A abolição ou pelo menos a regulamentação dos direitos de exploração dos espaços incultos – que prosseguiu de maneira cada vez mais sistemática a partir de meados da Idade Média – é talvez o acontecimento maior da história alimentar das camadas subalternas. Ela provocou uma diferenciação social dos regimes alimentares, ou melhor, uma tendência desta diferenciação social (que de certa forma sempre existiu) exprimir-se especificamente em termos de qualidade.²³

O movimento de extinção dos direitos consuetudinários era tão danoso para o campesinato que, por vezes, a Coroa era forçada a reconhecer que tais interdições prejudicavam os moradores do reino. O direito a caça, por exemplo, é permitido em uma região que estava sob coutamento régio na forma de privilégio aos moradores dos termos de Pedrógão e de Figueiró, em 1404, tendo em vista que os porcos monteses estavam trazendo prejuízo a esses moradores²⁴. Em 1406 é dado o privilégio aos moradores da região de Sertã para que se exerça o direito de caça aos porcos monteses e veados “que elles lhe destruyem e dampnam os paães e vinhas e lhes fazem outros muytos danos em suas noujdades”.²⁵

Não se pode deixar de notar que, nos dois casos, a licença dada para caçar os animais mencionados não vem de uma objeção da comunidade pela situação alimentícia que a proibição da caça acarretou, mas ela decorre de reclamações da comunidade por causa dos danos que tais animais trazem às plantações. Apenas dessa maneira é que se encontram esforços do Estado para permitir que a comunidade camponesa tenha acesso a determinados direitos: quando – direta ou indiretamente – a produção realizada nos domínios senhoriais passa a ficar ameaçada.

Um outro exemplo do chamado “prejuízo aos moradores” pode nos servir para ilustrar melhor como se movimenta a classe senhorial através do poder estatal nesses casos. Em 1402, D. João I interdita uma herdade numa região chamada Abodaneira, nos termos de Évora, a pedido de Álvaro Periz Sarrazinho. Na chancelaria é posto que tal interdição não faria mal aos habitantes da cidade, salvo os vizinhos daquela herdade, que agora não poderiam mais pastar com seus gados, caçar e nem colher ervas.²⁶ Em uma chancelaria de 1405, o monarca interdita uma região em Viana, nos termos de Évora, a pedido de João Esteves Lourinho. O requerente afirma que naquela região há uma grande

²³ MONTANARI, 2006, p. 39.

²⁴ Chanc. D. João I, L.º 3, fl. 6.

²⁵ Chanc. D. João I, L.º 3, fls. 51 v.-52.

²⁶ Chanc. D. João I, L.º 3, fl. 20 v.º- 21.



criação de gado, e que tal criação estaria trazendo danos diretos a sua lavoura. Na confirmação da interdição, D. João I não reconhece nenhum prejuízo à vizinhança – que pelo visto depende da criação de gado – ao proibir a pastagem de gados na região.²⁷

Considerações finais

Os efeitos dessa prática são visíveis no outono da Idade Média, não é uma coincidência que os maiores colapsos populacionais do medievo tenham ocorrido durante seus últimos séculos, tanto por crises alimentícias e subnutrição quanto pela incidência da peste. A peste, não tão democrática quanto alguns costumam achar, foi facilitada devido ao quadro de fraqueza imunológica provocada pela degradação da dieta camponesa, enquanto grande parte da classe senhorial não sofreu, proporcionalmente, o número de mortes que pôde ser observado nas camadas mais baixas da sociedade.

Nesse artigo buscou-se entender a questão da alimentação sobre o prisma da relação de classes, tendo em vista que um dos principais elementos responsáveis pela alimentação camponesas, os incultos, são objetos de disputa entre a classe senhorial e o campesinato. A tentativa de controle das forças produtivas pela aristocracia resultou na degradação da vida e da dieta camponesa, levando a consequências desastrosas, como o aumento exponencial da pobreza no reino português, da incidência de fome, incidência de peste, do abandono das terras por parcelas do campesinato e o aumento da vadiagem. Na tentativa de garantir o movimento de reprodução do modo de produção feudal, a consequência para o campesinato foi a piora em diversos aspectos de sua vida. A desarticulação do comunitarismo e dos direitos costumeiros foram responsáveis por encerrar – diversas vezes – com práticas essenciais que eram carregadas há séculos pelas comunidades agrícolas desde os tempos das comunidades caçadoras e coletoras. Outra conclusão que se pode chegar é que, as interdições feitas pelo Estado português durante a Baixa Idade Média nos espaços incultos foram as primeiras formas de privatização absoluta e que forneceram bases para o surgimento posterior do capitalismo, tendo em vista que essa prática foi a primeira forma de separação do campesinato de uma parte de seus meios de produção até que se chegasse a separação total.

Data de Submissão: 01/04/2020

Data de Aceite: 06/08/2020

²⁷ Chanc. D. João I, L.º 3, fl. 51.



Referências Bibliográficas

- BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro: Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV: Volume I*. Porto: Afrontamento, 1995.
- EVANS, Sterling. *Agricultural Production and Environmental History*. In: PILCHER, Jeffrey. *The Oxford Handbook of Food History*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. 642 p. p. 275-296.
- LINEBAUGH, Peter. *The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2008.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MONTANARI, Massimo. *Alimentação*. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. 2 v. p. 35-46.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Fontes

- Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. I, tomo 1, 1384-1385*. Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de Pedro Pinto; Revisão de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. - Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004, 344 pp.
- Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. I, tomo 2, 1385*. Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de Pedro Pinto; Revisão de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. - Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 316 pp.
- Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. I, tomo 3, 1384-1388*. Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de Pedro Pinto; Revisão de A. H. de Oliveira Marques e de João José Alves Dias; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. - Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 302 pp.
- Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 1, 1385-1392*. Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de José Jorge Gonçalves; Revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e de Pedro Pinto; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira



Marques. - Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 392 pp.

Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 2, 1387-1402. Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de José Jorge Gonçalves; Revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e de Pedro Pinto; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. - Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 312 pp.

Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 3, 1391-1407. Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de José Jorge Gonçalves; Revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e de Pedro Pinto; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. - Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, 382 pp.

Ordenações Afonsinas: Livro IV. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 410 pp.

TERRA PODE TER NOME DE MULHER? CONSIDERAÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA (ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1944-1960)



HENRIQUE DIAS SOBRAL SILVA¹

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a questão das mulheres e a propriedade da terra em uma experiência de colonização dirigida pela União, durante o Governo Vargas (1930-1945), no núcleo colonial de Santa Cruz, estado do Rio de Janeiro. Para analisar as experiências e os projetos camponeses dessas mulheres, será empregada uma abordagem metodológica tributária da história social, na qual serão analisadas táticas e estratégias construídas por essas personagens em suas lutas cotidianas. Dessa forma, essa discussão será realizada a partir da exposição das histórias de quatro mulheres, com distintas experiências e condições socioeconômicas, todas atravessadas pela questão da terra. Nossas considerações apontam que, no período em apreciação, a segregação dos direitos para a mulher do campo pode ser melhor explicada através da manutenção de uma mentalidade possessória arcaica, bem como por fatores de ordem cultural, criando entraves a consolidação do direito de propriedade para as mulheres, negando a elas a condições de colônias.

Palavras-chave: Colonização dirigida. História das mulheres. Direito à propriedade.

Abstract

This article presents considerations on women and land property in a Union-led colonization experience in the colonial core of Santa Cruz (1930-1968), Rio de Janeiro state. To analyze women's experiences and their peasant's projects, we opted for a methodological approach that evaluates the "history from below," as well as an analysis of the tactics and strategies built by these agents in their struggles for the land. Thus, this discussion will be held from four women's history, with different experiences and socioeconomic conditions, each involving the land issue. Our considerations point out that, in this time slot, segregation of rights for the woman in the countryside can be explained by the maintenance of an archaic possessive mentality as well as by cultural factors, creating limits for the consolidation of their property rights, denying them the settler's conditions.

Keywords: Guided colonization. Women's history. Property right.

Introdução

O objetivo desse texto é problematizar a condição feminina e a questão da propriedade em uma experiência de colonização dirigida no Brasil do século XX. Tal preocupação nasce

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: henriq_sobral@hotmail.com.



de um retorno a um ponto de nossa agenda de pesquisa no campo das temáticas ligadas a uma História agrária do Governo Vargas, iniciado na graduação e continuado no mestrado em História.

Nesse momento, é nossa intenção é discutir alguns dos desafios enfrentados por mulheres, bem como suas lutas pela propriedade da terra. Trata-se, para nós, de uma preocupação primordial transgredir a invisibilidade social e política das mulheres nas análises sobre o campo brasileiro, sob uma perspectiva histórica. Desse modo, preocupados com as relações entre gênero e propriedade, aproveitando para indagar as fontes e os relatos sobre a mulher na colonização agrícola com a pergunta: “Terra pode ter nome de mulher?”.

Para pensarmos essa discussão, vamos iniciar explicando o nosso lócus de análise, o núcleo colonial de Santa Cruz². Instalado no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro e no sul do município de Itaguaí, na Baixada Fluminense, representou a última iniciativa do governo Washington Luís e a primeira do governo de Getúlio Vargas em propor uma saída às crises de carestia e altos preços de gêneros agrícolas que assolavam a capital federal nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, uma área de propriedade da União - a Fazenda Nacional de Santa Cruz, da qual o núcleo é homônimo - passou por um longo processo de saneamento ambiental e obras de contenção de enchentes e, no início de 1930, foi dividida em glebas e executada a divisão de lotes para produção agrícola por colonos.

Para lá migraram brasileiros e japoneses, notadamente aqueles que tinham famílias e uma quantidade expressiva de filhos, com o compromisso de cultivar a terra e com os proventos de seus trabalhos executariam o pagamento das parcelas dos lotes. Esse projeto de colonização agrícola tratou-se de um laboratório prático para programas de colonização agrícola dirigida pelo governo federal em áreas do Centro-Oeste brasileiro, na conhecida Marcha para Oeste³.

Instaurado esse panorama, é nosso objetivo pensar a questão das mulheres na colonização mobilizando a categoria gênero a partir de uma perspectiva capaz de relacionar experiências vividas por mulheres com os demais sujeitos históricos presentes em suas tramas no contexto da colonização. Nessa oportunidade, optamos aqui por uma concepção de gênero a partir da discussão de Joan Scott (1990) que argumenta sobre as formas de utilização desse conceito como categoria analítica. Para a autora o gênero trata-se de um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças

² Doravante identificado pela sigla NCSC.

³ A despeito de um corpus documental expressivo, infelizmente essa experiência de colonização ainda é pouco estudada.



percebidas entre os sexos [...] sendo um primeiro modo de dar significação às relações de poder” (SCOTT, 1990). Sob essa perspectiva, interpretamos o conceito como uma forma de analisar as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, as quais foram construídas socialmente em função da divisão sexual do trabalho em nossa cultura.

Assim, considerando concepção de gênero relacional de Joan Scott, ou seja, aquela pertencente às relações sociais entre os sujeitos como um modo de significar as relações de poder, nos debruçamos sobre o caso das mulheres do núcleo colonial de Santa Cruz (NCSC), pressupondo que esse poder encontrava-se materializado também no acesso a propriedade da terra (SCOTT, 1990).

A partir dessa definição, compõem ainda o significado de gênero da autora quatro vertentes analíticas para se entender a categoria: os símbolos culturais; os conceitos normativos sobre masculino e feminino, forjados nos espaços religiosos, políticos, científicos e educacionais; a educação e o sistema político e a identidade subjetiva compreendida na construção histórica (SCOTT, 1990).

Nesse sentido, interpretamos que a questão de gênero no núcleo é atravessada pela cultura e o simbólico nas relações entre mulheres e homens, tarefa em que não são possíveis antigos reducionismos biológicos ligados à força da mulher versus a do homem ou discussões derivadas desta. Preocupa-nos, aqui, a forma como estavam colocadas as relações de gênero com as circunstâncias históricas do acesso à terra pelas mulheres e na forma como o Estado, através da legislação sobre a colonização e a propriedade, engendrou desigualdades de gênero no interior do núcleo colonial (PEDRO, 2005).

Em um retorno histórico, desde o início da república no Brasil o acesso à propriedade era vetado às mulheres, sendo-lhes garantida a propriedade somente quando da morte do cônjuge e do pai, sendo este direito frente à figura paterna, assegurado somente na falta de irmãos homens, nos termos do Código Civil (BRASIL, 1916). Sobre os aspectos normativos e políticos, o poder centrado na figura do Estado e nos seus aparatos burocráticos convergia para uma legislação sobre a propriedade notadamente masculina e excludente para com a mulher, sendo toda e qualquer atitude sua mediada e sujeita à aprovação masculina.

Tal condição jurídica excludente se propagava em comportamentos e determinações autoritárias do Estado. Também se projeta às relações afetivas, amorosas e de trabalho entre mulheres e homens. Acerca do trabalho, tema que também será tratado aqui, havia a noção da incapacidade biológica da mulher no exercício do trabalho com a



terra, condição que deslegitimava sua atuação nesse meio e que, mais uma vez, impunha barreiras a um possível exercício da propriedade.

Se nos aproximarmos do locus do sítio na colônia, alcançaremos uma divisão sexual do trabalho familiar em que os colonos se apresentavam como repetidores e incentivadores de um discurso popular e médico do período, que falava acerca da força masculina em contraste e diferença à fragilidade feminina, sendo a elas reservadas as tarefas domésticas, a criação dos filhos e os cuidados com as chamadas criações de quintal.

Esta condição demarca o papel da mulher como coadjuvante nas tomadas de decisões, na relação de produção e na apropriação das técnicas de produção. Trata-se de um fator decorrente da construção dos papéis de gênero a partir das diferenças sexuais ao longo da história (BARDUNI FILHO, 2010). Assim, estruturado esse panorama, nos indagamos: teríamos casos de contestação a essas lógicas patriarcais e opressoras à mulher? Seria possível a elas terem sua condição de colonas/proprietária reconhecida?

Para respondermos a essas perguntas, começamos pensando na seleção das famílias como candidatas a um lote no núcleo. Ao longo do período de existência do NCSC, a prerrogativa da seleção e futura aquisição de um lote era somente masculina e tributada à figura do marido e/ou pai. Embora se privilegiasse a família na seleção dos concessionários a um lote, vale lembrar que o conceito de família ventilado nos editais elaborados pela comissão fundadora do centro agrícola de Santa Cruz⁴, presente no Código Civil, vigente desde 1917 – era a família constituída do homem casado e seus dependentes, reiterando o modelo patriarcal do período (BRASIL, 1931).

Portanto, a categoria colona e proprietária não seria uma denominação jurídica autônoma aceitável no período, tampouco nos dicionários, visto que a definição de colono em um dos maiores dicionários de língua portuguesa do período dá conta do termo colono como masculino e referia-se a “membro de uma colônia. Cultivador” (FIGUEIREDO, [1899] 1947)⁵. Nesse embaraço que, para além de nominativo, é jurídico e de gênero, instauramos a questão do título: “terra pode ter nome de mulher?”, abrindo a possibilidade de investigação para possíveis respostas a partir de quatro casos de mulheres e suas relações com a propriedade no NCSC.

Em meio a busca por questões ligadas ao núcleo de colonização, essas mulheres foram encontradas após longos exercícios de análise e problematização de fontes. Suas histórias nos chegaram por meio de cartas, matérias de jornais e legislações de variados tipos.

⁴ Centro agrícola de Santa Cruz é a forma como o escritório da administração do núcleo colonial era denominado.

⁵ O mesmo verbete é apresentado, sem alterações nas edições de 1913 e de 1947.



Na sequência apresentaremos, por meio de um extenso processo de cotejamento de fontes, as circunstâncias que aproximaram essas mulheres e a terra. Vejamos a seguir algumas dessas histórias de luta.

Laudelina e Maria: Quando a propriedade não se efetiva

Em 25 de maio de 1944, em uma pequena casa na parte central do bairro de Santa Cruz, zona oeste carioca, a viúva Laudelina conseguiu uma brecha em meio aos cuidados dos seus cinco filhos menores, quando se colocou a escrever uma carta ao presidente Vargas. Seu pedido era, “Um lote de terra, no núcleo colonial em Santa Cruz; a fim de trabalharmos e com mais facilidade poder sustentar aos meus filhos. Favor, este; que desde já lhe agradece sua humilde serva”⁶. Com esperança em ter seu pedido aceito, Laudelina enviou a carta com a fé de que seu pedido chegasse às mãos do presidente.

A carta de Laudelina demonstra uma tentativa de dialogar com o regime. Afinal, no Estado Novo varguista consolida uma propaganda governamental que franqueava a escrita das cartas com a promessa de que seriam lidas e respondidas, ainda que suas demandas não fossem aprovadas. Em meio a esse campo aberto, se estabelece a construção de uma relação em que o chefe de governo se afigura como representante dos interesses da parcela da população mais pobre. Tal qual o paternalismo analisado por Thompson, o personalismo característico do período do Estado Novo varguista servia muitas vezes, acreditamos, como instrumento da população para obter benefícios, sobretudo na tentativa de defender aquilo que julgavam justo (THOMPSON, 1998).

Ainda sobre a carta, ela foi enviada quase um mês mais tarde, em 21 de junho, sendo protocolada junto à Divisão de Terras e Colonização e, a partir daí, iniciou-se o périplo da missiva. Dias após, em 28 de junho, a pequena carta de Laudelina chegou às mãos da auxiliar executiva Célia do Prado Jucá, que, em avaliação ao pedido, emitiu um curto parecer burocrático, onde se lia, “De acordo com a portaria nº4 de 27 de janeiro de 1941, do sr. Diretor, só permitindo concessões de lotes aos varões de 18 anos, a requerente não é favorecida”⁷.

Em 03 de julho, o chefe da Seção de Terras, Otávio Rodrigues da Cunha ratificou o parecer anterior, encaminhando-o à Laudelina com o acréscimo da seguinte passagem:

⁶ ARQUIVO NACIONAL, Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República. Carta pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz. Processo 19680/1944 BR. RJ. AN. RIO. 35.0. PRO. 10450.

⁷ ARQUIVO NACIONAL, Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República. Carta pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz. Processo 19680/1944 BR. RJ. AN. RIO. 35.0. PRO. 10450.



“Só varões podem gozar dessa regalia, as mulheres somente quando herdeiras de concessionários falecidos. Eu tenho essa medida como boa. Os encargos de um lote são por demais pesados para os braços de uma mulher com cinco filhos”⁸.

Com essa resposta, percebe-se a existência de uma mentalidade possessória estritamente masculina, que apartava a mulher da possibilidade de conquista da terra, referendada através de dispositivos legais feitos *por* homens e *para* homens. Além disso, a presença do argumento, muito em voga naquele período, da fragilidade feminina frente ao trabalho com a terra, como se fosse um dom masculino a força para o trabalho pesado.

Ainda em 1944, uma nova mãe apareceu nos pedidos da divisão de terras e colonização, órgão responsável pelo encaminhamento dos colonos e dos demais encargos da colonização em âmbito federal. Era a cearense Maria Virtuosa de Carvalho, que narrava os desafios para a manutenção de sua vida e a história de seu filho.

Nascido em Itapipoca, no estado do Ceará, Sebastião Jardim dos Anjos era filho de Virtuosa e ocupava o lugar de soldado e padeiro no navio Araraquara. Em 1934, aos 31 anos, migrou com sua mãe para o Rio de Janeiro e tornou-se concessionário do lote 266 no NCSC. Nota-se que Sebastião Jardim dos Anjos não se encaixava em nenhum dos grupos a serem atendidos pela política de colonização, visto que era militar, configurando-se em um claro desvio da política de colonização (BRASIL, 1935, p. 2768).

Contudo, em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Araraquara foi torpedeado por submarinos do Eixo nas águas do Sergipe (DIÁRIO DA NOITE, 03775, p. 07). Nesse desastre, Sebastião veio a falecer. Contudo, ele não havia pagado nenhuma prestação em virtude de uma moratória decretada pelo governo federal⁹. Assim, fica a pergunta: o que seria feito desse lote e dessa mãe?

Em meio à dor da perda do filho, Virtuosa requereu à divisão de terras e colonização a titularidade do lote, referenciando seu desamparo e sua condição de herdeira do filho único. O deferimento de seu pedido foi assinado pelo próprio ministro da agricultura Apolônio Sales, que fez menção em seu parecer ao decreto-lei nº2.009 de 09 de fevereiro de 1940. Segundo a lei, em seu artigo 32, caso fosse verificada a extrema pobreza dos herdeiros dos concessionários de lotes, o ministro poderia relevar a dívida total contraída, pela aquisição do lote, casa e benfeitorias, determinando a expedição do título definitivo (BRASIL, 1940).

⁸ Idem.

⁹ No ano de 1936 foi decretada uma moratória a dívida dos colonos por conta de enchentes ocorridas na região do NCSC que arrasaram os cultivos dos colonos.



A decisão de Apolônio Sales sobre o caso ganhou notas em dois dos principais jornais cariocas e, não curiosamente, o destaque maior no entorno da demanda de Maria Virtuosa encontrava-se na legislação que revelava “[...] de modo eloquente, a elevação de sentimentos de quem a decretou, caracterizando a figura inconfundível do presidente Getúlio Vargas”¹⁰. Ainda que essa deferência dos periódicos revelasse suas formas de engajamento junto à ditadura do Estado Novo, essa era também uma forma de pôr na penumbra a demanda feminina e, mais uma vez, supervalorizar a figura de poder e mando do presidente.

Todavia, um novo embargo à propriedade plena para uma mulher se apresentava. No decreto ministerial, o amparo à Maria Virtuosa estava condicionado à observância de um procurador público (DIÁRIO DA NOITE, 03775, p. 07). Apesar de viver no lote 266, garantindo a ocupação deste contra possíveis reclamações de abandono da administração do NCSC, a suplicante não tinha a garantia da condição de colona e seria assistida pelo Estado a partir da defensoria pública.

O caso em apreciação aponta para a negação da titularidade do sítio a uma mulher, momento em que mais uma vez era vetada a possibilidade de acessar a terra legalmente. O desamparo da idosa em relação à perda do filho mobilizou-a à luta pela garantia dos direitos que eram do finado Sebastião. O uso do termo “desamparo” por Maria Virtuosa carrega nas entrelinhas uma crítica à sua posição social subordinada, quando pede para si a posse do lote.

Importante registrarmos que a posse do lote de Maria Virtuosa estava condicionada à intervenção da defensoria pública, órgão governamental que seria responsável por isso. Após a sua conquista, o lote passara a ser identificado como “espólio de Sebastião Jardim dos Anjos”, identificação que demonstra o alijamento da mulher da documentação burocrática, apresentando claramente que sua posse da terra não era reconhecida como tal.

Porém, interessa-nos nesse momento saber: qual era a condição da mulher que trabalhava no campo? Seria ela uma colona? Vejamos a seguir a história de Jordelina Fernandes dos Santos Martins.

Jordelina: Por que não colona?

¹⁰ A matéria foi publicada em dois dos grandes periódicos cariocas do período: A Manhã, “Amparada a mãe de um colono morto no torpedeamento”, 18 de maio de 1943, Edição 00542, p.06; A Noite, “Amparada a mãe de um colono morto no torpedeamento”, 18 de maio de 1943, Edição 11229, p.13.

“Cresci olhando a vida sem malícia/Quando um cabo de polícia despertou
meu coração/E como eu fui pra ele muito boa/Me soltou na rua à toa,
desprezada como um cão”.



Na batucada da vida é o nome do samba que abre a epígrafe desse tópico, uma composição de Ary Barroso, gravada originalmente por Carmen Miranda em 1934 e posteriormente por Elis Regina em 1974. Ela narra a vida de uma mulher pobre que, em meio a muitas experiências, teve um tórrido matrimônio que a desiluiu. Logicamente, essa composição não foi composta para a nossa personagem Jordelina Fernandes dos Santos Martins, mas bem poderia como veremos.

Nascida em 1929, aos 14 anos, em 1943, a jovem Jordelina se apaixonou pelo cabo de polícia reformado Sebastião da França Cortapasso e seguiu junto dele para um barraco de sapê, situado no lote 899 no NCSC, na gleba Santa Rosa. Nas palavras de Jordelina, “com toda a dedicação entreguei-me ao trabalho do amanho da terra. Plantei tudo.” (A NOITE, 14943, p. 05).

A lavradora contava apenas com sua força no cultivo do sítio, visto que seu “companheiro dormia o dia todo. Jamais moveu os braços para qualquer atividade”. Segundo o relato de Jordelina, anos depois ela soube que Sebastião foi reformado por conta de uma doença. Motivo que fez com que ela não parasse de “trabalhar feito uma escrava no campo” (A NOITE, 14943, p. 05), como afirmou.

Assim, na labuta de sol a sol, passaram-se alguns anos. Em 1954, Sebastião expulsou a colona de seu lote, sendo até mesmo “ameaçada de morte, caso não sumisse das suas vistas” (A NOITE, 14943, p. 05). Segundo o relato, o cônjuge também se afastou do sítio, tendo vendido os cultivos produzidos por Jordelina.

A colona então recorreu ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, gestor da política dos núcleos coloniais no Brasil a partir de 1954, solicitando a posse do lote cultivado, ancorada na cláusula do direito a posse de terras em colônias que dizia que a posse seria preservada somente àqueles que mantivessem cultivos. A colona ocupou-se ainda de contar sua história nas páginas de *A Noite*, na tentativa de “apelar para os titulares daqueles órgãos – as autoridades farão justiça ao meu caso” (A NOITE, 14943, p. 05).

Posteriormente, em conferência aos editais dos colonos selecionados, não foi encontrado o nome de Jordelina. O caso dessa colona importa, visto que desenvolvia a função de fato e, independentemente da ação de seu cônjuge, cultivava e fazia a manutenção produtiva do lote. Sob uma perspectiva jurídica, Jordelina não teria garantias naquele período por não ser casada, mantendo somente uma relação estável. Nas leis de



então, a garantia de direitos às mulheres casadas em relação à propriedade era quase nulo, visto que o Código Civil de 1916, ainda em vigor em 1955, através do artigo 242 não autorizava a mulher, sem o consentimento do cônjuge, em dispor de imóveis e executar procedimentos de compra e alienação, qualquer que fosse o regime dos bens (BRASIL, 1916). Tal condição restringia juridicamente a ação feminina acerca da propriedade e deixava a mulher sem garantias e relegada à própria sorte.

Ademais, acerca das condições de trabalho de Jordelina, a incorporação do trabalho no campo, proposta ao longo do governo Vargas, chegava em 1955 ainda sem considerar e atender as trabalhadoras rurais. O mesmo ocorria com o trabalho feminino urbano, sendo este considerado com o aumento das lutas do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970. Para as mulheres do campo, a valorização do trabalho só viria com os movimentos autônomos na década de 1980 (SCHWENDLER, 2000). A nosso ver, negar o acesso direto da terra à mulher estava tão fortemente enraizado na tradição patriarcal do período que tocar nela significaria, sem propriedade sobre os bens da família e as demais decisões no âmbito privado e público era de responsabilidade da figura paterna (AGUIAR, 1997).

Assim, uma vez que discutimos aspectos da figura masculina e patriarcal, no caso a seguir acompanharemos como essa presença atrelada a questões de classe influenciaram a relação entre gênero e propriedade. Vejamos o caso de Margarida Betim Paes Leme.

Margarida: Classe, gênero e propriedade

Apesar das diversas negativas às mulheres, em 22 de julho de 1963, anos após o fim do projeto de colonização e ainda com pendências com relação a titulação dos lotes do NCSC, o INIC¹¹ executou a escritura definitiva dirigida a uma mulher, a proprietária Margarida Betim Paes Leme (BRASIL, 1963, p. 2381). Entretanto, de que maneira ela conseguiu alcançar a propriedade da terra? Seria uma viúva ou efetivamente uma antiga colona? Vejamos possíveis respostas a essas perguntas.

Em 1932, seu filho Sebastião Betim Paes Leme Filho, auxiliar da fiscalização dos impostos internos no departamento de estradas de rodagem, ingressou com uma petição junto ao Ministério do Trabalho, então gestor do NCSC, para executar a passagem da concessão do lote n° 102 para sua mãe, Margarida Betim Paes Leme, pedido esse deferido

¹¹ A partir de 1952 a gestão do NCSC passou ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Sua criação foi acompanhada pelo encerramento e absorção das atividades da DTC, do Conselho de Imigração, Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Podem-se consultar mais informações em: Lei n°2.163, de 5 de janeiro de 1954.



pelo então ministro e chancelada no núcleo (BRASIL, 1932, p. 2453). Com a transferência executada em 1934, Margarida agora se encontrava como pretendente a concessão de mais um lote, agora sem a intervenção do filho, não obtendo êxito (BRASIL, 1934, p. 58). O que houve para que tal pedido, que ia em direção oposta às determinações da propriedade naquele período, fosse executado? Interpretamos como uma questão social e econômica. Mãe e filho pertenciam à abastada família Paes Leme, representada pelo coronel Sebastião Betim Paes Leme, industrial e grande proprietário de terras nas cidades de Barra do Piraí e Vassouras, ambas no perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz (JORNAL DO BRASIL, 00190, p. 10). Mesmo após o falecimento do marido, Margarida continuou a viver no grande sobrado da família, instalado à Rua Pereira da Silva, no bairro de Laranjeiras, zona sul carioca.

Logo, os Paes Leme não se encontravam em nenhuma das categorias a serem contempladas no projeto de colonização, condição que também apontava para a existência de concessionários absenteístas e ricos entre os ingressantes no NCSC. Além do mais, o segundo pedido surge como uma espécie de veia aberta da ilegalidade nas concessões, apesar do não aceite, o que atribuímos à concorrência acirrada. Em 1934, ano em que havia 90 lotes de terra para concessão, os interessados chegavam a 894 candidatos (BRASIL, 1934, p. 58). Essas apropriações indébitas eram mantidas pela ingerência da administração que, afeitas a investigações e a coerção aos colonos pobres, deixava que sítios sem qualquer atividade agrícola se mantivessem subproveitados enquanto seus concessionários nutriam expectativas especulatórias sobre as terras.

Em síntese a história de Margarida Paes Leme nos faz pensar na coextensividade das questões de gênero e classe. Em acordo com Hirata e Kergout (1994), avaliamos que a análise sob essas duas perspectivas nos permite captar o lugar da mulher na produção e na reprodução das assimetrias sociais e de gênero em relação à propriedade.

A suposta conquista de Margarida pode ser interpretada como uma prova de que, apesar da força da exclusão das mulheres ao direito de propriedade, o poder econômico poderia atravessar essas barreiras, permitindo o acesso à posse da terra para mulheres abastadas. Entretanto, não perdemos de vista que a propriedade de Margarida pode ser encarada como um acordo entre figuras masculinas, respectivamente a de seu filho Sebastião e os representantes do ministério da agricultura. Não obstante, supomos a possibilidade que esses acordos tenham sido executados dentro das práticas do patriarcado e interpretados como parte da seguridade do patrimônio familiar.



Considerações finais

A título de conclusão, nossa intenção nesse artigo foi registrar a não submissão dessas mulheres às exclusões, e às imposições da lei e dos costumes. Não se esperava, pela moral do período, manifestações públicas de mulheres, uma vez que se acreditava que essa seria atribuição das figuras masculinas (MARTINS, 2008). Todavia, nossos casos mostraram que, na falta do elemento masculino, essas mulheres tiveram que romper algumas fronteiras para, assim, denunciarem suas condições, seja como mãe solteira, idosa desamparada ou mulher abandonada.

Suas situações de dificuldade são centelhas para que as três primeiras mulheres acreditassem na legitimidade em suas solicitações, defendendo o que entendiam por direito. Suas posturas políticas de cobrança mostram também seus pedidos de valorização e dignificação, exigindo o seu quinhão de reconhecimento pela efetiva participação no trabalho na propriedade.

Nos três primeiros casos, a propriedade é vista como fator fundamental na manutenção da vida dessas mulheres e suas falas demonstram o aprofundamento de um senso de justiça e luta por direitos, no último, o recorte de classe se desenha como um fator que compõe a realidade das mulheres que requisitaram terras no NCSC. Contudo, é importante registrarmos a existência de três condições de propriedade para essas quatro mulheres: a primeira consiste na luta pela terra de trabalho, na forma dos pedidos de Laudelina e Jordelina que clamam, respectivamente, pelo acesso e pela permanência no lote. Enquanto para Maria Virtuosa acreditamos que por conta da idade elevada, importava a terra como título de propriedade que, ainda que fosse sua única intenção, tratava-se de um direito assistido por lei que, contudo, não poderia ser usufruído por ela sem a intermediação de um órgão público, unicamente por se tratar de uma mulher. Por último, em uma chave de leitura da terra como fonte de especulação, o caso de Margarida Betim Paes Leme colabora com uma análise de classe e de apropriação indébita da terra.

Retornando as cartas, a tônica dessas fontes não é a da crítica às instâncias governamentais, mas sim a de convidá-las a agir a seu favor. Há, nessa iniciativa, uma percepção de justiça, ainda que como uma abstração teórica, sobre o que se julgava como um direito (WELCH, 2009, p. 13). Entretanto, a resposta do Estado, em suas diferentes apresentações nas cartas, é a reiteração de representações estereotipadas relacionadas à posição social mais baixa e ao papel secundário da mulher, reiterando que estas não eram sujeitos de direitos.



Na contramão das lutas femininas pela terra, somos lembrados pelo caso de Margarida de que a questão de gênero não deve ser distanciada de uma perspectiva de classe. Seu caso ilumina uma contradição entre os lugares sociais dessas quatro mulheres: a propriedade, para Margarida, pode ser interpretada como expansão de patrimônio. Tal situação aponta também para as formas como eram lidas as leis de homens para homens, sendo elas também flexíveis às investidas do capital, enquanto negavam lugar às demandas das mulheres pobres.

Por último, a pergunta inicial do título, “terra pode ter nome de mulher?”, foi uma tentativa de alertarmos para a importância da ação feminina no núcleo colonial através da recuperação do que consideravam lícito esperar do Estado e talvez, de forma mais profunda, para a forma como foram levados em conta os anseios dessas mulheres por espaços também seus em um cenário em que as leis e a propriedade se apresentavam como dádivas masculinas.

Data de Submissão: 06/09/2019

Data de Aceite: 07/07/2020



Fontes

- A NOITE. Depoimento de Jordelina Fernandes dos Santos Martins. 25 de fevereiro de 1955, edição n° 14943, p. 05.
- ARQUIVO NACIONAL, Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República. Carta pedindo um lote de terras no núcleo colonial de Santa Cruz. Processo 19680/1944 BR. RJ. AN. RIO. 35.0. PRO. 10450.
- BRASIL. Boletim Eleitoral, 07 de dezembro de 1935, n°141, Ano IV, p. 2768.
- BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei n°3.071, de 1° de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>
- BRASIL. Diário Oficial da União (DOU). 18 de outubro de 1931, Seção 1, p. 15966.
- BRASIL. Decreto-lei n°2.009, de 09 de fevereiro de 1940.
- BRASIL. Diário Oficial da União (DOU), 22 de julho de 1963, Seção 2, p. 2381.
- BRASIL. Diário Oficial da União (DOU), 01 de junho de 1932, Seção1, p.2453.
- BRASIL. Diário Oficial da União (DOU). 28 de setembro de 1934, Seção1, p. 58.
- DIÁRIO DA NOITE. Amparada a mãe do lavrador que morreu no afundamento do “Araraquara”. 18 de maio de 1943. Edição n° 03775, p. 07.
- JORNAL DO BRASIL. Notas de falecimento. 09 de agosto de 1930. Edição: 00190, p.10.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, N. (Org.). **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde à perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos, 1997. pp.161-191.
- BARDUNI FILHO, J. et al. As novas perspectivas das relações de gênero no meio rural: O papel feminino em (re) construção. Grupo de Trabalho 4: Família, gênero e geração. In: **Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2010.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.
- MARTINS, A. P. V. Dos pais dos pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.12, n.2/3, p.209-235,2008.
- PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**. 2005, vol.24, n.1, p.77-98.
- SCHWENDLER, S. F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo PAULILO, Maria Ignez

(org.). **Lutas Camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. 1ª edição. São Paulo e Brasília: UNESP e NEAD, 2000, v.2, p. 209.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

THOMPSON, E. P. La economía “moral” de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII. In: **Tradicion, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Critica, 1998.

WELCH, C. et al. (Org.). Apresentação à coleção. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas: v.1. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2009. p.13.



BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST

KAROLINE MARTINS MOREIRA¹
ROBERTO MEDEIROS DA COSTA JÚNIOR²



Resumo

O presente artigo busca apresentar um levantamento bibliográfico sobre a História do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), investigando com base em cinco livros do campo das Ciências Humanas. Buscamos compreender como essa narrativa de memória e essa produção de discurso vem sendo construída, entendendo a partir de Foucault como o discurso enquanto poder pode refletir na sociedade e operar na manutenção e organização de um dos maiores movimentos sociais da América Latina.

Palavras-chaves: MST. Reforma agrária. Poder. Movimento Social. Campo.

Abstract

This article search to present a bibliographical survey on the History of the MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), investigating based on five books in the field of Human Sciences. We seek to understand how this memory narrative and discourse production has been constructed, understanding from Foucault how discourse as a power can reflect on society and operate in the maintenance and organization of one of the largest social movements in Latin America.

Keywords: MST. Agrarian reform. Power. Social Movement. Countryside.

Panorama sobre a investigação do estudo

Este estudo apresenta um levantamento bibliográfico dentro das áreas das Ciências Humanas que procura abordar a História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para que a partir deste, se perceba quem está construindo esta narrativa de memória e como ela está sendo escrita.

Para investigarmos a construção do discurso sobre o MST, recorreremos a Foucault, com sua obra “A ordem do discurso” que analisa e levanta a hipótese de que o discurso pode ser controlado, principalmente a partir de princípios de exclusão. A partir desta tecnologia de controle, quem tem esse domínio, tem a possibilidade de dominar os mecanismos de poder e os corpos na sociedade.

¹ Mestranda em História Social, na linha de Cultura, Poder e Representações, pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: karolinemoreira@edu.unirio.br

² Graduando em História e membro bolsista do Centro de Estudos Agroambientais da América Contemporânea da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: robertomedeiros@edu.unirio.br



Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8 e 9).

Considerando estas afirmativas, este trabalho busca entender como está sendo a produção dos discursos intelectuais sobre o MST. O artigo se dará principalmente por cinco obras publicadas em livros, por entender a relevância do tipo de publicação e da facilidade de acesso, e também por serem considerados como clássicos do tema. Os livros utilizados foram: *Rompendo a Cerca*, escrito por Sue Branford e Jan Rocha, *Pioneiros do MST*, de Eduardo Scolese, *História da Luta Pela Terra e o MST*, de Mitsue Morissawa, *A Formação do MST no Brasil*, de Bernardo Mançano Fernandes e *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, de Roseli Salette Caldart. Escolhemos organizar as obras em ordem cronológica, por questões metodológicas.

Como uma perspectiva para o campo da História, buscamos o Banco de Teses e Dissertações da Capes, para compreender como os novos historiadores estão lidando com o tema, que buscam pensar a história do MST; se filtrarmos por História como área específica, ao todo foram 72 resultados, são 51 dissertações de mestrado e 21 teses de doutorado, de 1996 até 2019. Ficou perceptível que existe um cuidado ao tratar do assunto, tanto que as pesquisas não se mostram amplas, voltam-se para um recorte a partir de uma História Regional, resultando assim na ausência de estudos nacionais sobre o objeto. A análise deste recorte contribuirá para novas questões, como a historiografia e sua dificuldade de lidar com temas recentes; evidenciando a necessidade de maior aprofundamento sobre a História do tempo presente.

Terra para quem nela trabalha e vive - A construção do MST

Através de uma reflexão e estudo dos conflitos pela terra no Brasil, nota-se que as formas de luta e resistência dos trabalhadores do campo ao monopólio da propriedade da terra no país, já acontecem há séculos, principalmente através de movimentos sociais. Para explicá-los partimos da caracterização da socióloga Maria Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil (GOHN, 1997, p. 251).

No final do século XIX, se tem uma das principais experiências de resistência campesina, a guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897 no interior do estado da



Bahia. O embate envolveu o exército brasileiro contra os grupos de comunidades sociais rurais e religiosas, que liderados por Antônio Conselheiro lutavam por latifúndios caracterizados historicamente como improdutivos.

No século XX se deu outro movimento de luta pela terra, as Ligas Camponesas. Tiveram seu início na década de 1950, com origem no Engenho Galileia, em Pernambuco. Seu objetivo inicial era:

Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para caixõezinhos de madeira destinados às crianças, que naquela região morriam em proporções assustadoras. (O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como a aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica.) (JULIÃO, 1962. p.24)

Construída principalmente por José dos Prazeres, elas projetaram líderes ao longo da atuação das Ligas, como Francisco Julião e Elisabeth Teixeira, emergindo assim, à cena política nacional a luta dos trabalhadores rurais. Funcionando como inspiração e apoio ao campesinato para enfrentar os donos dos latifúndios, principalmente na região Nordeste, em 1964 foram postas na ilegalidade pelo governo militar e perseguidas. As Ligas Camponesas tiveram uma influência um pouco mais presente na construção do MST, que desenvolveu seus princípios a partir do aprendizado de suas experiências durante os anos de atividade³.

Assim como as Ligas, outra entidade que auxiliou o processo de construção do MST foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização religiosa, baseada na Teologia da Libertação⁴. Sua criação foi em 1975, em um Encontro Pastoral da Amazônia Legal, com os objetivos de organizar os trabalhadores do campo. Teve uma importante atuação nacional, que para eles era de extrema necessidade. E já na década de 1980 passou a influenciar várias lutas pela terra, inclusive influenciando pessoas que se tornaram líderes do MST.

Na trajetória da CPT ganha um destaque seu papel na denúncia sobre diversas formas de violência que se abatem sobre os trabalhadores do campo e que se desdobrou na construção de banco de dados e em um trabalho pioneiro de sistematização de informações vindas dos mais diferentes pontos do país. O esforço de produção regular de dados quantitativos, com uma metodologia

³ STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.20.

⁴ Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutinam agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social [...] ao mesmo tempo, incorporou metodologias desenvolvidas pelo Marxismo. (STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p.2)



inicialmente ainda rudimentar, sobre as diferentes faces da violência, iniciou-se no final dos anos 1970. O primeiro relato foi publicado em 1980 (MEDEIROS; CPT; 2016, p.59).

Segundo a própria CPT, a organização de um banco de dados nacional tinha os seguintes objetivos:

a) identificar e traçar um quadro geral, um mais completo possível, dos conflitos de terra no Brasil e b) elaborar um texto simples, contendo os dados e análise dos mesmos, para servir de auxílio na ação pastoral e nos demais trabalhos desenvolvidos juntos aos lavradores (CPT, 1983; apud: MEDEIROS; CPT; 2016, p.60).

Segundo Fernandes (2001) podemos afirmar que a partir das décadas de 1960 e 1970, o campo passou por profundas transformações, intensificadas pela ditadura militar (1964-1985). Essas mudanças foram resultantes da implantação da estratégia de dominação no campo baseada a partir do terror militar⁵ e da instauração de um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária e do agronegócio, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Este processo fora denominado por Silva (1982) de modernização dolorosa⁶.

O MST foi influenciado a partir de todo este histórico de luta pela terra, pela organização dos trabalhadores do campo e principalmente pelo contexto político de ditadura militar. O Movimento teve início com suas primeiras ocupações, em sua gestação entre 1979 e 1984⁷, até o seu nascimento de fato, em janeiro de 1984 no I Encontro dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. No ano seguinte o MST reuniu 1500 delegados e 22 estados no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra.

Nesse encontro foi elaborado um conjunto de resoluções que envolviam a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as propriedades com área acima de 500 hectares, distribuição imediata de todas as terras em mãos dos estados e da União, expropriação das terras das multinacionais, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”. Além disso, as ocupações de terras ociosas ou públicas foram consideradas como caminho para a realização da reforma agrária, dentro do lema: “Terra não se ganha, se conquista” (MEDEIROS; 1989, p. 166).

⁵ MOURA, Clóvis. Sociologia Política da guerra camponesa de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p.127.

⁶ Refere-se a análise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 1970, que modernizou as tecnologias e dinamizou a territorialização do capital no campo, mantendo a concentração da propriedade nas mãos de poucos, que resultou na exclusão social. Ver em: SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. p.50.



A partir deste lema o MST tem se organizado em âmbito nacional pela reforma agrária através das ocupações de terra, sendo considerado um dos maiores movimentos sociais da América do Sul. Dado sua relevância histórica, este artigo tem o papel de contribuir para a divulgação deste movimento tão importante para a História do Brasil. pesquisa se dará, como dito anteriormente, a partir da análise de obras que são fundamentais para o entendimento do MST, refletindo sobre como as narrativas apresentam o Movimento dentro de suas áreas do conhecimento.

A formação do MST no Brasil. Bernardo Mançano Fernandes, 2000

Concebido como sua tese de doutorado na USP, a obra foi publicada pela editora Vozes em 2000. O autor analisa os processos de formação e territorialização do MST, em 22 estados onde o Movimento está organizado, desde sua origem nas primeiras ocupações em 1979, até 1999 ano de conclusão da tese.

Dessa forma, por meio da pesquisa memorial, entrevistei 156 pessoas: sem-terra, religiosos, prefeitos, parlamentares, sindicalistas, assessores e pesquisadores, que relatam suas participações na construção do MST. As questões colocadas nas entrevistas são referentes a formação espacialização e territorialização do Movimento nos estados. [...] por meio das entrevistas, busquei recuperar o princípio da organização do Movimento, as instituições que apoiaram as lutas, as diferentes experiências de resistência, a construção da autonomia política, das instâncias de representação e dos setores de atividades (FERNANDES; 2000, p.20).

Uma dessas 156 entrevistas para a conclusão de sua tese gerou outro livro, o Brava Gente, publicado pela editora Fundação Perseu Abramo e composto por uma longa entrevista que se deu durante três dias e foi realizada em 1998. A entrevista fora feita somente com João Pedro Stedile, um dos fundadores do movimento social, formado em economia pela PUC-SC. Através de perguntas e respostas, Bernardo busca compreender a partir das experiências de Stedile, a História do MST, suas origens na luta pela reforma agrária, como são seus princípios organizativos e que projetos são desenvolvidos nos assentamentos. Para além da pesquisa memorial utilizada na obra, o autor adota outro procedimento metodológico, que foi a pesquisa documental. Sua proposta para o livro fora:

Procurar compreender o processo de formação e territorialização do Movimento a partir dos conteúdos das entrevistas, dos estudos realizados por pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Humanas, e dos dados colhidos por meio da pesquisa documental (FERNANDES; 2000, p.21).



Através do campo da Geografia, Fernandes em seu estudo se aproxima dos conceitos de territorialização e espacialização da luta pela terra, como condição essencial para compreender a formação do Movimento em suas dimensões social, econômica, política e nacional. A partir da caracterização do trabalho de base feito no movimento o autor expõe os conceitos:

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de um outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação (FERNANDES; 2000, p.282 e p.283).

Trata-se de um estudo acadêmico aprofundado que procura dar voz ao MST, apresentando uma narrativa contra hegemônica. Após a análise da obra concluímos que é de grande contribuição à História do MST, a partir da perspectiva da geografia da luta pela terra no Brasil, e principalmente por ser um trabalho complexo e minucioso, tornando-se uma importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras.

Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Roseli Salette Caldart, 2000

Para adentrarmos no campo da pedagogia sobre a história do MST, buscamos o livro Pedagogia do Movimento Sem Terra, escrito por Roseli Salette Caldart, formada em pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, que se propõe a analisar a construção do Movimento através da ótica educacional.

O texto, produto de sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicado em 2000 pela editora Vozes, na tentativa de entender o sentido educativo do MST, destaca a questão dos processos sociais que ocorrem no Movimento, apresentando-o como um prelúdio educativo, reconstruindo sua história e o método de construção da mudança do indivíduo a partir da escola adequada à realidade dos Sem Terra como parte da educação.

O que estou propondo neste trabalho é que olhemos para a história da formação deste novo sujeito social chamado Sem Terra buscando enxergar nela uma pedagogia, ou seja, um modo de produzir gente, seres humanos que assumem



coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino, social e humano. [...] No trabalho descrevo e analiso como acontece o processo que constitui o que estou chamando de Pedagogia do Movimento, e como a escola acaba sendo ocupada pela intencionalidade pedagógica do MST (CALDART; 2000, p.16).

Ao apresentar a experiência de formação humana dentro do movimento, a autora estabelece a noção de que o MST tem um sentido sociocultural. Para ela, o que se forma a partir dessa experiência educacional é um novo sujeito social e cultural, uma transformação profunda, principalmente através de sua forma dinâmica de luta e dos valores que estão presentes no cotidiano.

A autora se baseia em três fontes: a realidade do MST e de que modo a sociedade enxerga o movimento, o legado teórico da história social marxista para entender os procedimentos das transformações sociais, e princípios da teoria pedagógica em seu enfoque cultural, que possibilitam analisar a questão da formação ampla do processo educativo.

Depois de sustentar sua perspectiva para com o MST, Caldart articula ao processo de formação dentro do movimento, buscando detalhar o processo sociocultural considerado indispensável para sua dinâmica. Dois aspectos são cruciais para esse entendimento: o âmbito histórico do Movimento relacionado a conjuntura em seu surgimento e desenvolvimento de sua organização e de seu projeto social; e a amplitude da experiência humana, com a influência de ações e vivências sobre as pessoas participantes. Com relação a esse sentido, a pedagoga explica o seu método para entender o MST:

Penso que nada fortalecerá mais o Movimento hoje do que saber-se, pensar-se como parte de um processo histórico mais longo, amplo e complexo, e como enraizado em uma cultura que projeta um mundo, ou um tipo de organização da sociedade que ainda não existe, mas cuja ideia resiste no imaginário de um povo que não sucumbiu ao domínio da ideologia do ‘fim da história’ e do chamado pensamento único. (CALDART; 2000, p.30)

Após essa breve análise da obra, podemos concluir que a pesquisa de Caldart faz entender que a história da educação está profundamente ligada ao estabelecimento de uma cultura política pública, que promova o aprendizado, a igualdade, a terra, como prioridade garantida a todos. Para além disso, o estudo tem a importância de trazer essa perspectiva pedagógica e cultural para compreendermos a história do MST, suas lutas e sua educação.

A História da luta pela terra e o MST. Mitsue Morissawa, 2001



Esta obra trata-se de um livro didático, lançado pela editora Expressão Popular. Seu intuito é trazer para jovens, de forma clara e objetiva, a História da luta pela terra e o caminho que levou a criação do MST. Nas palavras da autora, na apresentação do livro:

Este livro foi escrito para os jovens, em especial para os jovens do MST, mas ele pode ser lido com certeza por todos os que desejem conhecer a história de uma luta da qual só têm a visão entrecortada oferecida pela quase sempre suspeita mídia escrita, falada e televisionada (MORISSAWA, 2001. p.3).

Como já demonstrado, a autora tem a preocupação de tratar o assunto diferente das formas hegemônicas, como um livro didático, a proposta é trazer a reflexão para o leitor. Inicia mostrando como a terra está envolvida particularmente com o capitalismo e as relações sociais de poder que envolvem o capital.

Em pequenos textos, o livro é dividido quatro partes. A primeira trata-se de contextualizar a o surgimento do Estado, sua relação de poder e o surgimento do capitalismo como a principal forma econômica. Assim, ela explica qual a relação da terra, enquanto propriedade privada, e passa pelos grandes acontecimentos históricos que tendem a explicar o mundo atual; como a Revolução Francesa, o Imperialismo, as Guerras Mundiais e Fria e a Era da Globalização e as demandas da desigualdade. Tudo isso explicados em pequenos textos, seguindo a lógica história mundial para contextualizar o surgimento do Movimento.

A segunda parte do livro já é pensando especificamente o Brasil, seu trabalho minucioso começa na Colônia, pensando sempre a relação social da terra x capital. Ela escreve sobre a escravização dos negros e indígenas, que obviamente é um ponto importantíssimo para quem quer aprender sobre a luta pela terra, e a necessidade de uma reforma agrária. Inclusive ela já pontua o problema racial na divisão das terras logo no início na divisão das Capitânicas Hereditárias, e nas concessões de Sesmarias.

O sesmeiro tinha o direito de posse, mas o rei lá em Portugal, ficava com o domínio. Explicando: a terra não era propriedade do sesmeiro. Se ele não a usasse para produzir num determinado prazo, muitas vezes de dois anos, teria de devolvê-la ao rei. Este, por sua vez, podia concedê-la a outra pessoa. As benfeitorias feitas pertenciam de direito a quem a tivesse feito ou mandado fazer. Por exemplo, se um agregado da fazenda construísse nela sua própria casa, tornava-se proprietário de casa em terra alheia e podia vendê-la a um terceiro. Até pelo menos o século XVIII não podiam receber sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Assim os hereges, os índios, os negros, os mouros e os judeus não podiam ter terra no Brasil (MORISSAWA, 2001. p.58).

Ainda na segunda parte a autora se compromete a falar sobre a luta pela terra de 1888 a 1964, considerando a abolição e o fim do regime democrático. No pós golpe de



64, Morissawa adentra para os graves problemas da lutas dos movimentos sociais em um período ditatorial. E neste caminho a segunda parte passa pelos governos democráticos e sua relação com a questão da terra, até o período atual, que no caso era 2001.

Assim, contextualizando detalhadamente os percursos da luta pela terra no Brasil, Morissawa dedica a terceira parte do livro ao MST, sua história e perspectivas. A autora trata desde o início do “pré” MST, as lutas e ações que levaram até a organização do movimento, como explicado na introdução deste artigo. Além de traçar um panorama regional, para que o leitor entenda que a questão da terra é uma questão de todos, não só dos camponeses.

Por se tratar de uma narrativa contra hegemônica, algumas preocupações são necessárias, como pontuar alguns conceitos que são utilizados de forma negativa pela grande mídia, como “ocupação e invasão”, assim Morissawa deixa claro:

Na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra invasão, em vez de ocupação, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. [...] A ocupação é para o MST uma ação voltada a abrir espaço para a luta e resistência. Com ela se cria uma outra condição para o enfrentamento. Ao realizá-la, os sem-terra conquistaram a possibilidade de negociação (MORISSAWA, 2001, p.132).

Na terceira parte, é possível entender detalhadamente qual foi processo de formação do MST e sua organização enquanto movimento nacional. Desde os primeiros congressos, os encontros nacionais e as respostas da classe dominante. Há também a desmistificação das formas de luta como, acampamentos, manifestações, ocupações, marchas, na tentativa de sempre trazer para o autor a visão do MST e não da mídia. A quarta parte é mais voltada para a reflexão das formas de produção e organização do MST, pensando a prática pedagógica do movimento e sua influência para a sociedade como um todo.

Refletindo sobre a proposta do livro, o conteúdo e a didática da linguagem utilizada, conclui-se que a obra é de extrema importância para o campo da educação. É um importante recurso para ser utilizado em sala de aula, para apresentar uma história tão densa e importante.

Rompendo a Cerca- A História do MST. Sue Branford e Jan Rocha, 2004

As autoras Sue Branford e Jan Rocha são jornalistas inglesas, que adotaram o Brasil para morar e trabalhar por um tempo e assim acompanharam o cotidiano e a



narrativa dos sem-terra por dezoito meses. A obra fora publicada pela editora Casa Amarela no ano de 2004 e é desenvolvida em quatro fases. Logo de início, Branford e Rocha expressam sua proposta para o livro assinalando que:

Escrevemos esse livro para relatar uma das maiores histórias ainda não contadas do Brasil moderno: a dramática luta de milhares de homens e mulheres para fugir da pobreza e da degradação e encontrar uma nova vida, tornando-se cidadãos ativos, em vez de pessoas de segunda classe, a margem da sociedade. Durante 18 meses, viajamos pelo Brasil, de avião, ônibus, canoa e carroça, para ouvir as histórias de dezenas de sem-terra, os homens e mulheres que lançaram o MST, um dos movimentos populares mais poderosos do mundo"(BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17).

As autoras aprofundam-se sobre a trajetória e expansão do MST na primeira fase da obra, traçando um panorama histórico do mesmo, desde sua origem até a sua consolidação como um movimento nacional. A partir disso, detalham brevemente sobre os antecedentes dos conflitos agrários no Brasil, para logo após apresentarem o surgimento do Movimento e suas mobilizações, relacionando-o com o cenário histórico e político do país.

Após trabalharem a caminhada e a difusão do MST, na segunda fase da obra as escritoras expõem a respeito da forma estratégica do movimento para conquistar a terra através de sua metodologia fundamental, a ocupação de terra. É discorrido sobre realizações após a ocupação, já que o movimento busca ir além da conquista, dedicando-se ao aprofundamento em suas bandeiras de luta, como a agricultura e o acesso à educação, por isso, “Onde quer que haja uma ocupação, acampamento ou assentamento do MST, há uma escola.” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.157).

Na terceira etapa da obra, são apresentados os principais empecilhos enfrentados pelo MST, como a repressão exercida pelo Estado para com os integrantes, a ofensiva do governo FHC na tentativa de enfraquecimento do MST e a penetração intensa do capital da agricultura brasileira, que reprime umas das bandeiras principais do MST, a agricultura sustentável.

Na quarta e última etapa, Branford e Jan demonstram como o MST responde as dificuldades históricas que vem enfrentando, a partir do desenvolvimento de uma nova possibilidade econômica, que representa uma agricultura orgânica e saudável, como uma alternativa ao modelo implantado pelo Estado que favorece o agronegócio. No final, as autoras destacam e contextualizam outros movimentos históricos que se apresentam de forma semelhante.



Com relação à narrativa do livro, as autoras constroem a história da trajetória do movimento e dos acontecimentos da História do Brasil entrelaçados numa caminhada marcada por luta e repressão, dando ênfase a vinculação do MST com o cenário histórico e político do Brasil. É de se destacar a preocupação das autoras de colocar o MST no meio da prática jornalística, diferentemente da prática realizada pelas mídias de massa tradicionais, como os telejornais e jornais impressos nacionais, que depreciam os fatos ou descaracterizam o movimento ao apresentar outra face.

É possível fazer esta afirmativa devido aos fatores observados durante a análise do livro-reportagem, como, o tempo dedicado para o aprofundamento e pesquisa sobre o tema, a própria composição de sua narrativa e pelo tratamento dispensado, seja expondo sua trajetória de luta ou dando voz aos integrantes. Configurando assim um trabalho jornalístico que busca humanizar o sujeito e não espetacularizar ou criar estereótipos preconceituosos sobre o que se trata o movimento.

A vivência no movimento também é importante para a construção da narrativa. Em um dado momento é relatado pelas autoras que “Certa noite, nós e 40 sem-terra dormíamos nas barracas de lona preta de um acampamento quando chegaram 30 pistoleiros para expulsar-nos dali” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.17). Com base em sua experiência nos assentamentos, as autoras entendem que o MST vai para além da questão agrária somente, e incluem trabalhos sociais importantes para um desenvolvimento humano digno.

“O MST mostra que há um outro caminho. Como aconteceu inúmeras vezes, o movimento recebeu dependente de drogas, crianças de rua emocionalmente perturbadas e até criminosos violentos e cooperou para que eles se tornassem cidadãos produtivos e realizados” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.18).

Por fim, acredita-se que as jornalistas procuraram realizar um trabalho de apuração aprofundada sobre o assunto procurando estar nas condições que os sem-terra no momento de uma ocupação, por exemplo. A partir dessa experiência, descrevem o que significa esse movimento, expondo que sua luta tem um caráter mais amplo do que somente a terra, a luta é por transformações concretas na sociedade. E apresentaram perspectivas de forma contra hegemônica realizando uma representação contributiva sobre a História do MST.

Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Eduardo Scolese; com fotos de Sergio Lima, 2008



Trata-se de um livro-reportagem, publicado em 2008 pela Editora Record e escrito pelo jornalista Eduardo Scolese com o fotógrafo Sérgio Lima, ambos trabalhavam para a Folha de São Paulo. A proposta dos autores foi rodar o Brasil inteiro em busca dos 20 fundadores do MST e contar suas histórias, somente 17 foram encontrados, 15 homens e 2 mulheres. A produção das entrevistas dura 45 dias, 11 mil km rodados pelo Brasil.

A viagem começa no Rio Grande do Sul, onde surgiram as primeiras ocupações de terra nos 1970, que daria origem ao MST na década seguinte. As entrevistas são muito voltadas para a participação individual da pessoa no processo de construção do Movimento. As narrativas são compostas com quase um início, meio e fim, da trajetória de participação do militante dentro do MST.

A proposta de Eduardo é entender as trajetórias dos fundadores, de que forma se desenvolveu a ideia de um movimento social, como se organizavam e pensavam, para buscar entender como as trajetórias individuais se cruzavam para construir o movimento. As entrevistas constroem-se numa narrativa cronológica caminhando para o atual momento da vida de cada um. Ao decorrer do texto, além da vida pessoal, aparecem críticas ao processo de fundação do Movimento e das ações que foram tomadas até o momento. A leitura fornece algumas informações do MST, mas o foco é a vida daqueles que participaram da criação do mesmo.

Uma crítica importante é em relação ao olhar do autor aos problemas relacionados ao gênero, como a maternidade. A maioria das pessoas envolvidas tinham filhos, e quando a entrevista era feita com homens, a condição de ser pai não era um peso tão determinante para o direcionamento da conversa. Vários integrantes deixaram seus filhos em outros lugares, com outras pessoas, ou sobrecarregando a esposa e isso nem sempre era questionado ou posto negativamente. Mas no caso de uma entrevista feita com uma mulher, o tom foi bem diferente. A impressão de julgamento foi muito forte, pois para o autor isso era uma questão determinante para o andamento da conversa. “Reuniões em São Paulo com a direção nacional do movimento e audiência em Brasília com comando do Inbra a afastavam dos três filhos.” (SCOLESE, 2008, p. 69). A entrevistada conta brevemente sobre ameaças de morte que sofrera enquanto diretora regional do MST, em um debate ao vivo pela TV, e logo em seguida o autor continua:

Semanas depois do debate na televisão, a diretora do MST teria, mais uma vez, de deixar os filhos no assentamento Padroeira do Brasil, em Nioaque, para percorrer o interior do estado e lidar com as demandas do movimento (SCOLESE, 2008, p.72).



E no decorrer do texto o autor dedica 4 páginas para contar um acidente que a filha da entrevista havia sofrido, acidente este que nada teve a ver com a militância da mãe, ou com a ausência da mesma, foi inclusive em um momento onde ela havia dado uma pausa na atuação dentro do MST. Porém Scolese continua com o tom de abandono materno, anos após o acidente: “A casa de Santina mais parecia uma enfermaria do povoado, e ,por muitas vezes, ela deixava de cozinhar para os filhos para cuidar dos doentes vindos da floresta “(SCOLESE, 2008, p. 79); Sendo que esta fala refere-se a uma parte da vida da entrevistada que duas dos três filhos já tinham 14 e 21 anos. E para acentuar ainda mais este lugar feminino dado pelo autor, o nome deste capítulo é “Campo e cozinha”, sendo que em nenhum momento a entrevistada refere-se à cozinha como um lugar que ela esteve por muito tempo.

Por parte de Scolese, fica perceptível em alguns momentos que a narrativa se porta como uma interpretação subjetiva com relação a fala do entrevistado, em determinados pontos. Como quando o autor classifica a militância como algo negativo, por exemplo: “Geraldo chegou empolgado à nova terra, mas logo foi engolido pelo vício da militância” (SCOLESE, 2008, p.54). Enquanto o entrevistado termina a entrevista referindo-se ao MST não como um fardo, que seria o vício, mas como tesouro, “A organização é o principal tesouro que a gente tem.” (SCOLESE, 2008, p.61).

Em alguns capítulos o autor inicia uma crítica, relacionada ao Movimento ou política, mas não contextualiza, muito menos se aprofunda, o que por vezes deixa o texto vago. Um exemplo é em um capítulo que Scolese escolhe na frase em destaque uma crítica ao Bolsa Família, o texto indica que o programa é responsável por uma desmobilização do camponês para com o MST, mas sem nenhuma referência ou dados que comprovem sua fala.

Carro-chefe da área social do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família transformou-se num perigo de desmobilização para o MST. Os lavradores sem-terra e os demais desempregados com potencial para integrar o movimento, inflar acampamentos e realizar ocupações de terra se sentem compensados com a transferência de renda e, ao mesmo tempo, desestimulados a viver debaixo de uma barraca de lona à espera de um assentamento. Geraldo, nas andanças pelo estado encontra essa realidade (SCOLESE, 2008, p. 57).

Por fim, por melhor que seja a proposta de Scolese e Lima, a narrativa por vezes torna-se caricata, ou com pontos soltos. No geral trata-se de uma boa leitura por contar com detalhes subjetivos das entrevistas, que somados às fotografias dão um tom artístico para a obra. Para um olhar mais crítico, ou acadêmico, o livro torna-se insatisfatório para



a compreensão do Movimento. Pensando a proposta deste artigo, a obra de Scolese contribui para a narrativa hegemônica em relação ao MST, pela postura adotada pelo autor ao contar a história, principalmente por não adentrar nos pontos relevantes à desmistificação do movimento social. E também pela escolha de um vocabulário que contém um tom acusatório, em alguns momentos até negativo.

E pensando através de Foucault, e sua relação com o poder que contém o discurso, fica a pergunta deixada pelo mesmo, “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1996. p.8).

Conclusão

Ao longo do trabalho pudemos entrar em contato com diversas áreas do conhecimento, cada uma com suas preocupações ao compreender o MST e sua relação com a luta pela terra e pela reforma agrária. Este artigo buscou entender como estas narrativas são construídas, através de quais fontes e principalmente a partir de qual lente, hegemônica ou contra hegemônica, academicista, informativa e/ou literária.

Além disso, outra questão se fez presente na análise bibliográfica proposta, seria possível achar um denominador comum em diferentes produções? Mesmo com diferentes formas de produção de conhecimento e de narrativa, o MST fora retratado de forma homogênea em todos os campos. Entendendo que em algumas obras, principalmente jornalísticas, o olhar hegemônico da grande imprensa pode pesar nas escolhas da produção do discurso.

Como já vimos anteriormente no texto, a partir da perspectiva de Foucault sobre o discurso, existe um perigo da classe hegemônica monopolizar a produção dele, e esse, reverberar em toda a sociedade, contribuindo para a manutenção dos princípios de exclusão.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p.10).

Então, entende-se que para além da produção de uma mera narrativa, o discurso tem o poder de criar uma realidade e principalmente produzir significados dentro de uma



sociedade, que pode se traduzir em aceitação ou exclusão, ou seja, o discurso tem o poder de criar inimigos ou aliados. Por isso é sempre importante questionar a produção de narrativa do MST, pois pode ser cara ao Movimento social como um todo.

É imprescindível o olhar para o passado do MST visualizando as lutas que o antecederam, o contexto político que o Brasil se encontrava em meados das décadas de 1960 e 1970, de anos fechados em uma ditadura civil militar. Para todas as obras foi também extremamente necessário perceber o contexto social onde as pessoas, os trabalhadores sem-terra, estavam envolvidos e vistos como sujeitos históricos. Pensar o MST, e outros movimentos sociais, é entender que nele há movimento real, e que há uma forma de agir que atravessa o indivíduo e a partir dele nasce um coletivo, que vive e pratica a ideologia que o construiu e que faz com que permaneça vivo e necessário.

Data de Submissão: 29/05/2020

Data de Aceite: 21/07/2020



Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CALDART, Roseli Salet. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança. / Comissão Nacional de Formação da CPT. 1eD. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997
- JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1962.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE. 1989.
- MITZUE, Morissawa. A História da luta pela terra no Brasil e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- ROCHA, Jan e Branford, Sue. Rompendo a cerca. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- SCOLESE, Eduardo. Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA. José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente Brasileira: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

CAPITANIA D'EL REY: CONSTRUTOS E ASPECTOS POLÊMICOS DA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE¹

PAMELA CRISTINA DE LIMA²



Resumo

O historiador Moysés Vellinho apresentou concepções historiográficas polêmicas acerca da formação do Rio Grande do Sul, conforme o próprio autor deixa claro. Primando pelo elemento português na figura do bandeirante, justificando o apresamento de indígenas pela ação daquele último e, ainda, criticando as Missões Jesuíticas de forma veemente, o autor corroborou com o que defendia a *matriz dominante* da historiografia, na figura do IHGRGS e IHGB. Analisaremos estes e outros aspectos, ambos presentes na obra *Capitania d'El Rey*, publicada pelo autor em 1964.

Palavras-chave: Bandeirantismo. Lusitanidade. Missões Jesuíticas.

Abstract

The historian Moysés Vellinho presented controversial conceptions about the formation of Rio Grande do Sul. Primarily by the Portuguese element in the figure of the *bandeirante*, justifying the capture of natives by the action of the latter and still criticizing the missions vehemently, the author corroborated with what he defended the dominant matrix of historiography, in the figure of the *IHGRGS* and *IHGB*. We will analyze these and other aspects, both present in the work *Capitania d'El Rey*, published by the author in 1964.

Keywords: Bandeirantismo. Lusitanidade. Missões Jesuíticas. Historiografia.

Introdução

Moysés de Moraes Vellinho nasceu em Santa Maria, no ano de 1902 (faleceu em 1980). Sua atuação profissional foi diversa, uma vez que o intelectual fora escritor, jornalista e político. Em sua carreira como crítico literário, que antecede seu ofício de historiador, utilizara o pseudônimo *Afonso Arinos*, escrevendo para vários jornais, como *A Federação* e o *Correio do Povo*, ambos de Porto Alegre. Seus estudos dizem respeito a questões que englobam, principalmente, temas de fronteira e de formação, abordando distinções entre o gaúcho platino e o sulino, por exemplo.³ Um dos empreendimentos de destaque foi a criação da revista *Província de São Pedro*, em 1945, que funcionou como

¹ "Este artigo é vinculado ao projeto de pesquisa "Os sentidos da Farroupilha: entre a poética, a epistemologia e o agir", ligado ao PPGH UPF, linha "Cultura e Patrimônio", e ao grupo de pesquisa NEMEC UPF (Núcleo de Estudos de Memória e Cultura). A coordenação é do prof. Dr. Fabrício Antônio Antunes Soares."

² Graduada em História pela Universidade Federal de Passo Fundo (UPF). E-mail: 174267@upf.br.

³ SALVARO, Gesi Panizzon. *A Revista Província de São Pedro*. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, p. 35-50, 1990. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16134/10595>. Acesso em: 8 jan. 2020.



um meio importante de circulação de textos de intelectuais sul-rio-grandenses às demais regiões brasileiras. Em sua carreira política, atuou pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e Partido Republicano Liberal (PRL).⁴

Capitania d'El Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense foi publicada por Moysés Vellinho no ano de 1964,⁵ em um contexto marcado pela atuação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e pelo IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), que primavam pela *lusitanidade* do Brasil e pela *lusobrasilidade* do Rio Grande do Sul. O contexto de produção da obra diz muito sobre seu conteúdo. Conforme o historiador Quentin Skinner, há a relação entre o contexto, o autor e a obra, o que ele chama de *contextualismo linguístico*.⁶ Além disso, para Skinner, apenas será possível compreender os significados de algum texto ou enunciado por meio das intenções autorais. Em outras palavras, pode-se dizer que é preciso entender não apenas o que está escrito no texto, mas também o que está em suas entrelinhas: jogos de poder, ideais teóricos, etc. Skinner salienta que é preciso também fugir das “mitologias históricas”, ou seja, das formas de interpretação que podem levar a conclusões equivocadas sobre dado texto, ou dada época em si. A atenção despendida por Skinner sobre as mitologias demonstra sua preocupação quanto à possível ocorrência de anacronismos. Justamente por isso o contexto é valorizado: entender uma obra e um autor nos limites e ideologias de seu contexto seria, para Skinner, a melhor forma de entender as intenções autorais e, conseqüentemente, os significados de uma obra.

Partindo das premissas de que o contexto interfere de maneira significativa nas formas de pensar, escrever e construir conceitos e, ainda, de que para uma melhor interpretação é preciso recorrer a explicações menos simplificadoras e mais condizentes com a problemática estabelecida, analisaremos alguns dos aspectos presentes em *Capitania d'El Rey*. Para tal, precisamos considerar os escritos em seu tempo e contexto. Na obra, encontramos as mais variadas formas de justificação, seja para a legitimidade da *lusobrasilidade* em meio à heterogeneidade do todo, seja para as “táticas” um tanto duvidosas de miscigenação, como aquelas pautadas na *exploração sexual* das indígenas.

⁴ DELFOS: Espaço de documentação e memória, 2017. Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=vellinho>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁵ VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005. [original: 1964].

⁶ Sobre o tema, ver SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner*. **Revista de História e Estudos Culturais**, dez/2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 01/jun/2019.



Cairíamos em uma mitologia caso olhássemos para os escritos de Vellinho com nossos óculos atuais.

Na década de 1960, período de produção de *Capitania*, muitos destes conceitos ainda estavam em processo de *solidificação*.⁷ Além disso, a época retratada pelo autor na obra (os séculos XVII-XVIII) nos é ainda menos palpável com as “mãos de agora”, sendo necessário interpretar seus escritos inseridos em seu contexto de produção; para Vellinho, uma época remota, cerceada por *barbaridades* e fadada ao insucesso caso não houvesse a intervenção bandeirante.

O título da obra nos põe frente a polêmicas. Aliás, o próprio autor insere este termo em seu subtítulo, reconhecendo que os assuntos que trata são, no mínimo, delicados. O uso deste termo evidencia uma certa autoconsciência de Vellinho, uma vez que o próprio autor, a nosso ver, tem ciência de que sua escrita da história abrange assuntos diversos, e envoltos por contradições, em grande parte. Trabalhar com a *formação* do Rio Grande do Sul suscita temas controversos: tiveram as Missões um papel colaborativo na gênese sulina? Como se deu a formação do *gaúcho*, de um ponto de vista étnico? Sendo o *pampa* território “comum” a *gaúchos* e *platinos*, haveria contrastes entre ambos os tipos sociais? Qual o papel do elemento indígena, e como era concebido em meio ao contingente europeu? São questões complexas que foram protagonistas do “palco de antagonismos”, mas que, devido à sua sincronia com a corrente que predominava na historiografia do período,⁸ acabou por levar os antagonistas a um papel menos importante dentro das concepções historiográficas do contexto do terceiro quartel vintista (anos 1950 até meados da década de 1970).

⁷ Desde há muito se pratica atos de violência, ou se discrimina o outro por diferenças que ele apresenta em relação a si. Muito antes de se ter um vocábulo, ou um conceito específico para se referir a tais atos, eles existiram e foram praticados. Portanto, havia nos escritos de Vellinho uma forte carga de discriminação e preconceito, seja racial, seja sexual. A questão, aqui, é que na época em que o autor escreveu estes assuntos não estavam tão em voga como estão atualmente, e os conceitos não nos eram tão “palpáveis” como são atualmente. O conceito de exploração, por exemplo, será um conceito transversal, bem como agrupador. Transversal por remeter a processos que recortam as mais variadas realidades nos mais variados contextos, uma vez que havia exploração do trabalho escravo desde Roma, bem como no Brasil açucareiro dos séculos XVII-XVIII. Agrupador por oferecer uma classificação ampla, ou seja, abrigar outros conceitos em si: exploração trabalhista, exploração sexual, exploração material, exploração mineral, exploração territorial... por isso, entendemos como cabível e pertinente o uso de *exploração sexual*, bem como do conceito de *preconceito*, à análise dos escritos de Moysés Vellinho. Sobre o tema dos conceitos e seu uso, ver BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

⁸ As tendências dominantes da historiografia do século XX apontaram para o caminho da unicidade étnica, ou seja, para a legitimação do contingente português como colonizador, civilizador e introdutor de progresso em meio ao estado primitivo com o qual teriam se deparado nas terras que hoje formam o Brasil. Autores que se opuseram a essa corrente acabaram legados à margem, uma vez que não havia espaço, na historiografia do período, para a admissão da multiplicidade étnica, sobretudo na figura do espanhol.



O contexto de valorização da *luso-brasilidade* provém do século XIX. Ao ser criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em outubro de 1838, cria-se também o órgão que daria “significado” à história brasileira, ou melhor, a uma versão dessa história. Contando com autores que *historiavam* no tempo livre em meio a suas profissões (mas que eram os historiadores do período, sabendo que neste contexto o ofício historiográfico estava em processo de formação), o que se viu foi uma produção intelectual que pontuava uma questão comum e, com isso, possuía uma função. O remonte às origens para resgatar a *lusitanidade* do brasileiro de modo a legitimar um “Brasil português” foi um dos intuitos do IHGB. Desse modo, a viabilização do projeto de “sistematização” da escrita da história brasileira se deu no bojo da consolidação do Estado Nacional:

A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a " Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.⁹

Ancorado ao Instituto “nacional” surgiu, no ano de 1920, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que veio a corroborar com esse viés *lusitano*. Este Instituto teve como temática-chave, desde seus primeiros anos, a Revolução Farroupilha e as divergências de interpretação sobre ela. Ao propor um revisionismo e uma reinterpretação ao evento, alguns autores acusaram sua intenção separatista, outros a viram como forma de manutenção da ordem no Império.¹⁰ Esta ideia de reinterpretar chega ao terceiro quartel do século XX: a partir de então, percebemos uma produção intelectual que vai “à procura” das origens da formação sociocultural rio-grandense. Vellinho é um exemplo: buscando contrastes entre o Estado sulino e a região platina, opondo as Missões portuguesas às espanholas e elencando premissas que justificassem seus construtos, o autor escreveu alinhado àquela ideia de *luso-brasilidade* já acima

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 22/10/2019.

¹⁰ “Revisar” a Farroupilha significou (re)interpretá-la. As divergências em torno de como foi concebida foram notáveis; o principal ponto de discrepância foi a questão do separatismo, uma vez que os autores que escreviam alinhados ao IHGB e IHGRGS primavam pela ideia de não-separatismo e, consequentemente, buscavam justificar as maneiras pelas quais o *gaúcho* sentia-se *brasileiro*, ou seja, demonstrar que o estado sulino pertencia ao Brasil, seja territorial ou “emocionalmente”, por meio da ideia de identidade e pertença. Sobre tal questão, ver GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.



mencionada, ou seja, primando pelo elemento português como colonizador e *formador* do *gaúcho*.

O IHGRGS passou a atuar como o espaço oficializado de escrita da história. O Rio Grande, mesmo contando anteriormente com intelectuais que “historiavam” (muitos deles eram críticos literários, como é o caso de Vellinho), apenas em 1920, com a criação do Instituto sulino, passou a contar com um órgão “oficial” de produção historiográfica. Um dos motivos principais da criação de uma “filial” do IHGB em território sulino foi o descompasso existente entre a produção intelectual do Rio Grande e a nacional e, ainda, da perda de espaço dos sul-rio-grandenses no campo central de poder. Desse modo,

Esta dificuldade dupla (política e cultural) impôs à intelectualidade gaúcha duas frentes de atuação complementares: primeiro, a construção de um discurso “legítimo”, que ressaltasse a identificação do Rio Grande com o Brasil; segundo, a criação deste discurso requeria a formação de um espaço social institucionalizado, que agrupasse os intelectuais para que o discurso produzido tivesse legitimidade para impor-se como “cultura legítima”. Trata-se, portanto, do processo de institucionalização do “saber histórico”. Entendendo desta forma, a criação do IHGRGS foi resultado da conjugação de fatores internos e externos à intelectualidade local, e foi produto das relações e tensões, dentro das estruturas de poder, entre agentes sociais e entre instituições fundadas sobre interesses e coações intelectuais, sociais e políticos, na intersecção entre o regional e o nacional. Neste processo complexo, a legitimidade do discurso sobre a “identidade rio-grandense” dependia e, ao mesmo tempo, reforçava a legitimidade institucional do IHGRGS. A elaboração do discurso sobre a identidade regional e a construção da própria identidade dos intelectuais ligados ao IHGRGS comungavam essa origem e esse sentido, e se relacionavam com a tensão e acomodação entre o discurso regional e o nacional.¹¹

Mesmo estando Vellinho entre os membros de IHGRGS, tendo ingressado em 1949, e escrevendo pelo viés lusitanista predominante no Instituto, o autor conheceu antagonistas, como é o caso de Manoelito de Ornellas, que, em sua escrita da história, valorizara questões como a multiplicidade étnica e a cultura popular, enquanto o primeiro primava pelo elemento português como colonizador por excelência.¹² Suas obras, a nosso entendimento, são importantes para compreender uma das formas de escrita da história existentes no passado, devendo ser compreendidas em seu contexto de produção, interesses que a rondavam e repercussão entre os contemporâneos. Assim, deve-se perceber que *Capitania*, objeto do presente artigo, fora escrita em um contexto marcado

¹¹ MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese (Doutorado em História) - PUC-RS, Porto Alegre, 2015, p. 30. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 14 jan. 2020.

¹² ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.



por interesses nacionalistas, isso é, pelo intuito de demonstrar um Rio Grande coeso ao restante do Brasil, e, ainda, que repercutiu positivamente no IHGRGS e entre intelectuais que compartilhavam do viés lusitano com o qual Vellinho escrevera, mas que, em meio a isso, houve outros intelectuais que discordaram da tese do autor, como Ornellas, referido acima.¹³

Se, no período contemporâneo à escrita da história de Vellinho suas obras repercutiram de forma positiva, consideravelmente, na atualidade muitos são os autores que revisitam suas obras e as analisam pelos mais variados vieses. Como exemplo, temos a tese de Mara Rodrigues, onde a autora discorre sobre o IHGRGS, seus intelectuais e, sobretudo, a trajetória intelectual e os aspectos da escrita da história de Vellinho. A tese de Rodrigues é um dos expoentes, em termos historiográficos, dos estudos sobre intelectuais do IHGRGS, seus vieses de interpretação e constructos presentes em seus escritos. A autora analisou a história enquanto prática intelectual, as ligações entre história e literatura e, ainda, a maneira com Vellinho aborda os temas de formação do Rio Grande. Para nosso artigo, tal tese se fez fundamental, uma vez que contribuiu para a escolha de nosso objeto de estudo. Conforme a autora propõe,

O autor [Vellinho] pretendia, antes de tudo, resolver alguns equívocos de longa permanência na literatura e historiografia brasileiras a respeito do Rio Grande do Sul. Buscava representar a região adequadamente em duas dimensões histórica, social e cultural, corrigindo versões veiculadas pelos próprios historiadores gaúchos e aproximando o estado do restante da nação.¹⁴

A autora prossegue analisando o contexto historiográfico contemporâneo à escrita de *Capitania*. Segundo Rodrigues, a historiografia da década de 1930 propusera uma releitura da Farroupilha. Tal empreendimento se repetia na obra de Vellinho, mas com um objeto diferente:

No caso local, tratava-se de narrar o surgimento da região em sua articulação com a história da nação, descobrindo e revelando ao público leitor quais teriam sido os heróis responsáveis pela instituição e manutenção do laço social que atava a parte ao todo. *Capitania d'El Rei* se compôs pela reunião dos ensaios concebidos por Moysés Vellinho durante os anos 1940 e 1950: “tardia” era mais a sua publicação do que a elaboração.¹⁵

¹³ Mesmo em meio a críticas de outros intelectuais, a repercussão da escrita da história de Vellinho fora positiva, em grande parte. Um exemplo disso foi sua participação em cursos de faculdades, ocorridos de 1950 – 1970, que abrangiam temas abordados pelo autor, como questões de formação, e a própria Revolução de 30. Ver RODRIGUES, Mara de Matos. Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2006.

¹⁴ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 154.

¹⁵ *Ibid.*, p. 157.



Deste modo, conforme a análise de Rodrigues, um dos principais intuitos de Vellinho ao escrever *Capitania* fora construir, por meio da história, um “laço” consistente, capaz de unir o local ao todo. A abordagem escolhida para tal, neste caso, fora a das origens do Rio Grande, sobretudo no que tange aos temas de formação. Por meio de sua escrita da história, o autor buscou demonstrar um Rio Grande coeso à nação brasileira, desde os mais longínquos episódios de sua história e constituição.

Analisaremos a introdução do livro *Capitania*, demonstrando os construtos nele presentes e relacionando-os com as concepções do autor sobre os indígenas, as Missões e o bandeirante vicentista, no escopo da oposição que o autor traça entre Portugal e Castela, presentes em toda a obra. Também, analisaremos o segundo capítulo da obra, intitulado *Os jesuítas*, onde os aspectos citados anteriormente estão em maior evidência.

Polêmicas da obra de Vellinho: algumas considerações

Polemizar significa, em termos de intelectualidade, causar controvérsias. No caso de Vellinho, as controvérsias e os antagonismos foram aspectos presentes em seus escritos, uma vez que o autor abrangeu assuntos da *formação* do Rio Grande. Ao falar sobre como se formou o elemento étnico-social do Estado sulino, Vellinho elencou os contingentes que dele fizeram parte e, conseqüentemente, trabalhou com aspectos que excluíram outros. Quando discorre sobre a importância do bandeirantismo, por exemplo, o autor exalta o contingente empenhado em apresar indígenas, e mesmo reconhecendo seus *rasgos de violência*, o autor os exalta devido à *missão* que desempenham, ou seja, ao fato de que, por meio de sua cultura e de sua *raça*, pela assimilação ou contato sexual, estariam sendo agentes de civilização em um território fadado ao insucesso devido à incapacidade de desenvolvimento e *barbaridade* de seu povo.

Um segundo ponto relevante, no quesito *polêmica*, é a forma como o negro é descrito na obra de Vellinho. Não há o reconhecimento da importância de sua cultura e conhecimentos, uma vez que o negro era apenas o trabalhador em regime de escravidão nas Missões de Castela, que realizava as tarefas mais duras, com vistas a manter o sustento do *empreendimento espanhol*. Portanto, além de pouco referido nos escritos de Vellinho, o negro é visto apenas como *o que trabalha*.

Outro ponto que destacamos é a exploração sexual das indígenas. Mais à frente veremos que estiveram presentes justificações que atenuaram tal prática. É mencionado, na argumentação do autor, o quão hostil e isolado era o ambiente ao qual estavam



adentrando os bandeirantes, e que esse isolamento seria compensado pelo amor das nativas, um *amor submisso*.¹⁶

Um elemento-ação importante para *Capitania* foi a “atenuação”. Os rasgos de violência do bandeirantismo, expressão usada pelo próprio autor, foram *atenuados* e justificados pela ação de bravura e coragem deste grupo, que teria levado a *civilidade* a um Brasil fadado a ser *índio-cretino* caso não tivesse havido a incursão portuguesa e, junto a esta, a introdução de costumes e hábitos *civilizados*. A exploração sexual das indígenas foi *atenuada*, uma vez que, para Vellinho, a miscigenação fora uma das maneiras de introduzir os *bons modos* entre os nativos.

Para além dos *aspectos polêmicos* que o próprio Vellinho reconhece existir em sua escrita da história, sobretudo em *Capitania*, há outro elemento que merece destaque: as fontes empregadas (ou não) pelo autor em seus “estudos de formação” do Rio Grande. Vellinho menciona autores que convém à tese que defende, e critica outros que, intelectualmente, tomam posição diferente da sua, como é o caso das críticas que profere a Alfredo Varela, autor que, ao contrário do primeiro, considera importantes as relações do Rio Grande com o Prata.¹⁷ Além de autores do Rio Grande, Vellinho faz referência a outros que estavam em voga no período, como é o caso de Gilberto Freyre. Este autor fora um dos intelectuais que escrevera em meio à influência do *determinismo mesológico*, que “enquanto estabelecimento de relações de causalidade entre os fenômenos geográficos e as sociedades humanas”¹⁸, fora notável em obras que relacionavam meio geográfico e indivíduo. A influência freyriana na tese que Vellinho defende em *Capitania*, portanto, se dá na relação que este traça entre o *gaúcho* e o meio, seja o pampa e as estâncias, seja o meio simbólico que o nacionalismo configura em sua escrita, ou seja, a ideia de pertencimento do Rio Grande ao Brasil que o autor reforça em sua escrita da história. Assim, em *Capitania*, Vellinho traça uma relação de sentimento e apego entre o sujeito e o território, tanto a nível local (gaúcho e pampa), quanto a nível nacional (Rio Grande e Brasil).

Rio Grande do Sul: de “corpo estranho” a “pedaço do Brasil”

¹⁶ Cabem, aqui, algumas reflexões. O “amor submisso” tratava não de uma docilidade ou obediência, como também aludia à exploração sexual como forma de *civilizar* e, ainda, como “recompensa” pelo isolamento ao qual estavam fadados desde o início da exploração territorial do interior.

¹⁷ VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

¹⁸ GOUVEIA, Jaime Ricardo – “Para uma nova episteme do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750)”. *História Unisinos*, 2017, p. 305. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.02>. Acesso em: 14/jan/2020.



A introdução de *Capitania* é, por si só, reveladora. Vellino inicia a parte introdutória da obra trazendo ao leitor um caso do ano de 1948, no qual ocorrera o V Congresso Eucarístico, em Porto Alegre. É relatada a experiência de uma senhora baiana, “excelente senhora”, nas palavras do autor, que viera ao Rio Grande do Sul pensando encontrar pessoas estranhas, diferentes das quais estava acostumada, que seriam portadoras de hábitos e costumes que não os seus. Assustada e amedrontada, veio apenas em razão do Congresso, desejosa de participar. Mas

[...] tivera uma surpresa tranquilizadora: via que se achava entre um povo que era afinal o seu próprio povo, a mostrar, no fundo, o mesmo jeito de ser e de sentir dos demais brasileiros. Confessava agora, num constrangido desabafo, que ficara mesmo desoprimida pois – palavras suas! – viera ao Rio Grande com certo medo!... vencida pelo desejo de participar do Congresso, acabara vindo, mas aqui chegou apalpando o terreno, como quem entrasse pela primeira vez num mundo que não era o seu, estranho como a gente, talvez hostil... só depois dos primeiros contatos se livraria do impalpável temor que vinha cozendo por dentro.¹⁹

Vellino demonstra o quão estereotipado e malvisto pelo restante do Brasil era o Rio Grande. O autor enfatiza o fato de que a referida senhora sentia medo de vir ao Estado, e que se tranquilizou apenas quando chegou e percebeu que o local, as pessoas e os hábitos não lhe eram estranhos. Percebemos, assim, uma estratégia de Vellino: ao apresentar uma pessoa “de fora” que reconhecia seus próprios hábitos em *nossas terras*, o autor legitima a premissa de que o Rio Grande não é diferente dos demais e, ainda, que os *gaúchos* possuíam os mesmos *modos* dos “demais brasileiros”. Ao usar esta expressão, o autor afirma o Rio Grande como brasileiro: se a baiana e seu povo eram “um dos demais”, significa que os *gaúchos* faziam parte desta totalidade.

Apontar a ideia de estranhamento que as pessoas *de fora* tinham sobre o Rio Grande ancoraria as críticas feitas por Vellino. O autor elenca alguns intelectuais do período e, de maneira subsequente, suas “falhas” para com o Estado. São nomes de destaque a nível nacional, mas também “gente da casa”.²⁰ Seriam, portanto, “infratores da historiografia”, que denegriam a imagem do Rio Grande. Vellino aponta os pontos falhos destes intelectuais. Analisaremos as críticas deferidas a Oliveira Viana.²¹ Vellino

¹⁹ VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei*; aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005, p. 7.

²⁰ É criticado o P. Balduino Rambo, que na visão de Vellino foi negligente, uma vez que “[...] impressionado, além da medida, pela incidência do fator econômico, ignorou de todo a ação absorvente, decisiva, que os fatores culturais, e entre estes particularmente os de natureza política, desempenharam da elaboração histórica do Rio Grande” (*op. cit.*, p. 12)

²¹ Oliveira Viana foi um sociólogo, historiador, professor e jurista brasileiro, nascido em 1883 e falecido em 1951. Entre suas obras, destacam-se *O ocaso do Império*, escrito em 1925, que narra sobre o movimento abolicionista, a gênese do ideal republicano e seu êxito, com a queda do Império, entre outros temas.



ataca o sociólogo por traçar uma espécie de “paralelo” entre as revoluções de 1835 e 1893, fundindo-as como se fossem um só movimento. Além do mais, a crítica mais ferrenha vem na direção da comparação que Viana faz entre as revoluções mencionadas e as “instituições do banditismo”, por ele estudadas. Vellinho aponta que Viana trata do Rio Grande do Sul como um “mundo luso-brasileiro”, que se põe frente a outro, adverso: o hispano-americano. Mesmo que Viana tenha apresentado esse caráter de oposição entre os “dois mundos”, Vellinho o acusa de ser ambíguo, uma vez que teria tornado ambíguo o próprio Rio Grande.

Depois, como se o autor [Oliveira Viana] voltasse de chofre contra os argumentos por ele próprio mobilizados, contra as conclusões por ele mesmo propostas, sem se julgar sequer no dever de dar ao leitor a menor explicação, eis que no prefácio, como se até ali nada fosse para valer, se chama ao esquecimento de tudo, para acabar metendo o Rio Grande em posição ambígua, entre duas amarras, a representar, de um lado, as forças da cultura lusitana, mas “dominado”, de outro, pela cultura espanhola e pelo cenário platino [...].²²

Vellinho vai além. Não só critica Oliveira Viana e outros intelectuais do período,²³ como também evoca o “testemunho” de um estrangeiro, Saint-Hilaire,²⁴ o qual teria referido, em 1820, que “essa capitania tinha sido, em certo sentido, uma escola para as pessoas de atividade, um espírito militar e um espírito nacional que não existe lá, e que a guerra sempre dá à luz”.²⁵ A citação de Saint-Hilaire, feita por Vellinho em *Capitania*, introduz o próximo tema a ser tratado: as guerras. Para o autor, o Rio Grande do Sul possuía uma herança guerreira, por isso o *gaúcho* era vigilante; era esse seu dever para com o todo, e fazer parte do todo era sua vocação. O Rio Grande não era uma unidade dissociada. Pelo contrário; conforme já afirmara a senhora baiana, o Estado sulino lhe era familiar, e sua gente também. Conforme colocara Saint-Hilaire, havia um espírito nacional entre os gaúchos, um sentimento de pertencimento ao Brasil.

Vellinho chega ao ponto culminante da introdução de *Capitania* clarificando que o Rio Grande era parte do todo. O autor reitera que há um “jogo de incompreensões” sobre o Estado sulino mas que, quando pessoas de fora do Estado adentram o Rio Grande, percebem que há elementos comuns com o todo. O elemento principal citado por Vellinho

²² *Ibid.*, p. 17.

²³ Vellinho faz referência, ainda, a Alfredo Varela, Humberto de Campos, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, entre outros.

²⁴ Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, francês nascido em Orleans no ano de 1779, foi um estudioso de botânica, bem como naturalista. Em pesquisas no território brasileiro, o estudioso reuniu milhares de amostras, com as quais desenvolveu pesquisas. A estada no Brasil se deu de 1816 – 1822, durante o período no qual a Coroa Portuguesa reinava em solo brasileiro.

²⁵ SAINT-HILAIRE *apud* VELLINHO, *idem.*, p. 11. Tradução livre.



é a língua, que é a mesma dos demais estados brasileiros, sem que nela soem elementos castelhanos. No entanto, o autor disferencia uma crítica aos “patrícios” vindos de outras regiões.

Sim, envolvidos, silenciosamente contaminados pelas teorias discriminatórias, teorias que não puderam, por mesquinhas, assimilar nem apreender a realidade brasileira em sua magnífica pluralidade, esses bons patrícios como que ignoram que o Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço do Brasil, o Brasil que cresceu de si mesmo. Quem sabe, porém, se tudo isso não corresponde, de algum modo, às contingências vitais de um país como o nosso, tão grande, tão vário na sua esplêndida unidade?²⁶

Assim, ao fim da introdução de *Capitania*, Vellinho deixa perceber nas entrelinhas suas concepções, que nortearão sua escrita da História nos capítulos subseqüentes da obra. O drama de fronteira, abordado pelo autor, e marcado pela tensão dos pampas *gaúcho* e *platino*, vem a ser consequência de dois fatores. Em primeiro lugar, da herança guerreira do *gaúcho*, que o tornou protagonista das tensões entre os *dois lados*; em segundo, o antagonismo e contrastes entre portugueses e espanhóis, seja nas formas de colonização, seja no empreendimento jesuíta. Estes são os aspectos viriam a permear seus escritos e mostrar claramente seu viés *lusobrasileiro*.

Missões de Castela: gentio para o Reino de Deus, quinhão no Reino de César

Vellinho narra o episódio das Missões, especificamente dos Sete Povos, como um *duplo empreendimento*: os jesuítas de Castela, ao fundar as primeiras missões, teriam o intuito de aldear os indígenas em nome da fé, em comunhão nas reduções por meio do “cristianismo feliz”. Porém, para o autor, este ideal religioso escondia um segundo objetivo: a Companhia de Jesus, cuja bandeira estaria hasteada em nome de Castela, teria ambições que saíam do plano espiritual e chegavam ao político. Em outras palavras, a acusação de Vellinho às Missões é a de que pairava sobre elas o interesse de construir uma espécie de “império teocrático”, que se iniciaria pelo processo de evangelização e chegaria a uma possível emancipação. Afirmando isso sobre os jesuítas espanhóis, o autor indaga sobre os jesuítas lusitanos: “contentar-se-iam os jesuítas lusitanos só com a dilatação da fé e a conquista espiritual do gentio, ou, como os de Castela, perseguiram ao mesmo tempo objetivos de natureza menos evangélica?”²⁷

²⁶ *Ibid.*, p. 17 – 18.

²⁷ *Ibid.*, p. 49.



A questão que permeia os escritos de Vellinho, conforme já referimos, vem a ser o contraste, a contraposição entre portugueses e espanhóis. A partir da indagação sobre os propósitos dos jesuítas lusitanos, o autor inicia a descrição de diferenças entre religiosos espanhóis e portugueses, seja enquanto jesuítas, seja pelo viés de interesses. O autor reconhece a atuação jesuítica na educação das crianças, porém critica os interesses de Castela sobre o empreendimento jesuíta; para Vellinho, portanto, a atuação dos Reis Católicos viria a ser muito mais com objetivos econômicos do que propriamente religiosos ou espirituais. O projeto de aldear os indígenas, portanto, ambicionava riquezas terrenas.

Ao tratar do contingente indígena, Vellinho destaca a condição de segregação econômica e social à qual tal grupo estava exposto. Tal premissa serviria de base à colocação posterior, onde o autor afirma que as reduções portuguesas se encontravam sob jurisdição de Lisboa, uma vez que os jesuítas portugueses eram patriotas. O caso espanhol, porém, era diferente: as reduções de Castela era uma espécie de “viveiro guarani”, contando com poderio militar próprio. Há, por parte de Vellinho, acusação clara aos interesses de Castela.

Tudo era possível esperar da supersticiosa complacência de Castela. Dispostos a todos os rasgos em defesa da integridade da fé ameaçada pela Reforma, os Reis Católicos iriam até o sacrifício de parte de seus domínios para que fosse possível à Companhia de Jesus instituir um suporte geográfico e econômico que lhe propiciasse os recursos tensamente reclamados pelos compromissos de sua cruzada na Europa.²⁸

Assim, justificando o empreendimento jesuíta como uma tentativa de frear o protestantismo (objetivo religioso) e de prover rendimentos à Coroa de Castela (objetivo material), Vellinho demonstrara o quanto havia de preocupação econômica por trás do viés religioso de evangelização, tão disseminado quando da implantação das Missões. “Os planos temporais dos jesuítas espanhóis descobriram-se logo, tornaram-se mesmo agressivos, chegando a alarmar, no seu desenvolvimento ulterior, a própria Corte de Madri.”²⁹ Aqui percebemos mais uma contraposição: se os jesuítas portugueses encontravam-se sob jurisdição de Lisboa, era devido a seu patriotismo; se os jesuítas espanhóis chegavam a alarmar a Corte de seu país, é porque sua organização militar e anseio de “independência” frente a ela eram características significativas e consideráveis.

²⁸ *Ibid*, p. 50.

²⁹ *Ibid*, p. 55.



Bandeirantismo: dos “rasgos de violência e sangue” à “dívida” dos *brasileiros*

Vellinho desenvolve a ideia de que poderia ter havido uma espécie de “enlace” entre os missionários espanhóis e portugueses. Pois bem, a área então ocupada pelas Missões era uma “área natural”, “sem dono”. Para a Companhia de Jesus, tal *união* seria proveitosa, uma vez que ambos os lados (missões lusitanas e espanholas) tinham o bandeirante como inimigo comum.

Mas se porventura sobreviessem conflitos de jurisdição entre uns e outros [lusitanos e espanhóis], a pendência seria fatalmente resolvida em favor dos regulares de Castela, mais próximos que estavam de seus focos de irradiação e cobertura, além de que pareciam tocados por determinação mais animosa no sentido da conquista de um amplo suporte geográfico para a Companhia.³⁰

Ou seja, Vellinho reiterava a tese de que os espanhóis estavam comprometidos com um duplo empreendimento, que via nas Missões uma forma de ampliar a zona territorial e política de Castela, sendo capaz de prover recursos à Coroa.

Vellinho traz, de maneira sintética, alguns aspectos da resistência missionária sob as incursões bandeirantes e, ainda, sobre a venda dos indígenas no “mercado”. O autor argumenta que se pensou, durante muito tempo, que os indígenas aldeados, e as Missões, se deixavam dominar. Ele aponta que havia resistência, inclusive levantes armados liderados pelos padres, que faziam vistas a não permitir a invasão dos bandeirantes. Porém, mesmo em meio a reveses, estes últimos conseguiram adentrar nos aldeamentos e conduzir “levas de bugres” ao local de venda. Estes indígenas, usados no trabalho compulsório dali por diante, eram chamados por Vellinho de *peças de serviço*. Em outras palavras, percebe-se que a concepção que o autor tem sobre os indígenas levados a São Paulo é a de que seriam objetos cuja função era trabalhar. O autor denota que, em sua concepção, os indígenas apresados deixam de ser *humanos* para se tornar *objetos de trabalho*.

Ao apresentar o grupo bandeirante, Vellinho o define como parte de um movimento de expansão. Por meio da violência, admite o autor, se deu a conquista. Porém, destaca-se o instinto de criação política e, junto a isso, a uma *missão histórica*, que seria a de integrar a América Portuguesa. Para Vellinho, os bandeirantes estavam “acima do bem e do mal”, devido ao meio e à época onde se deu o bandeirantismo: o meio era inóspito, barbarizado e marcado pela ação jesuíta, bem como pelo *duplo interesse* espanhol; a época demandava avanço e integração territorial, e o trabalho

³⁰ *Ibid*, p. 55 – 56.



indígena era *essencial* ao desenvolvimento. Por meio de tais premissas e construtos, o autor lança sua conclusão: a ação bandeirante não se constituiu como um simples apresamento indígena, ou como uma forma de adquirir recursos por meio da venda dos *gentios*, mas sim como resultado do aguçado instinto político, que visava à integração das porções territoriais portuguesas.

Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirantismo. Além da descoberta das minas, além da disseminação de roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das raias de um império [...]. Não sabemos se dentro do relativismo da história a causa da civilização não se deve mais ao bandeirantismo, com todas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais.³¹

Assim, justificando a ação bandeirante pelo viés da expansão política e, ainda, atribuindo a este contingente o papel principal de “civilizador” do Rio Grande, com suma importância para o Brasil como um todo, Vellinho dá o primeiro passo do que viria a ser uma série de justificativas para uma gama de elementos que envolvem o bandeirantismo. Destacamos dois deles. Em primeiro lugar, a justificação para a invasão das Missões. Se o indígena era útil no trabalho missionário, o era ainda mais para os bandeirantes.³² Vellinho chama atenção para o fato de haver certa sensibilidade sobre o apresamento indígena porque nós, leitores contemporâneos, seríamos sentimentais. Porém, a prática bandeirante se deu em uma época marcada pela *barbaridade*,³³ o que é exemplificado pelo autor por meio da antropofagia. Além disso, o autor argumenta sobre como os próprios jesuítas percebiam o trabalho indígena como necessário. Sobre tais questões, Vellinho indaga:

Se os missionários reconheceram que o cativo era imanente às condições de vida da Colônia, e se dele se serviram em escala notória, sem exclusão da gente da terra, por que bradaram tanto contra os escravizadores leigos? A resposta não estará, por certo, no impalpável terreno das coisas espirituais.³⁴

³¹ *Ibid*, p. 59.

³² Vellinho explica que se punha em dúvida a humanidade do índio, “se era gente mesmo ou se era bicho” (*Ibid*, p. 63). O regime de escravidão não era discutido no quesito legitimidade. Nesse âmbito, as missões seriam claros sistemas de servidão, do qual os jesuítas se serviam e o qual a eles era vital. O uso de trabalho de negros também é mencionado. Para o autor, sem o trabalho negro nas missões, a alma seria sustentada, mas o corpo estaria suscetível a perecer.

³³ O termo *barbaridade* remete a estado de barbárie, a um estágio primitivo.

³⁴ *Ibid*, p. 64.



Portanto, para o autor, aldear os indígenas se constituiu numa estratégia missioneira para obter mão de obra numerosa, por meio da justificativa da evangelização e cristianização dos nativos. Assim, os bandeirantes, ao invadir tais aldeamentos, tinham o mesmo ideal dos missionários jesuítas: usar os *gentios* para o trabalho. Se os jesuítas uniram grupos indígenas pela fé, os bandeirantes o fizeram pela luta, mas ambos com uma mesma finalidade, dada a importância do trabalho para a manutenção da “estabilidade colonial”. A “escravidão laica” fora conceituada por Vellinho como mais desumana do que a “escravidão religiosa”, mas o autor reitera que ambas as formas suprimiam a liberdade do indígena, seja pela violência, seja pela imposição de costumes e religiosidade.

Em segundo lugar, destacamos a justificativa da *exploração sexual* das indígenas.³⁵ Vellinho sugere que as “tentações do demônio” persuadiam até mesmo os padres. A mulher nua, indígena, “provocava”, “tentava” os homens. O que dizer então dos bandeirantes, que estavam fadados ao isolamento da região? Buscar o “amor das nativas” compensava tal isolamento e, além disso, teria propiciado a miscigenação daquele povo *bárbaro*, o indígena, com o bandeirante, *civilizado*. A miscigenação, dada pelo *coito civilizatório*, propiciaria um *melhoramento* racial; o mestiço saído desta “combinação de raças” seria um dos formadores do elemento *gaúcho*.

Se naquela confusão primitiva os próprios padres seculares comprometiam tantas vezes a austeridade da batina, se mesmo os jesuítas eram os primeiros a confessar, em sua correspondência, o arquejante esforço a que os obrigavam as tentações do demônio, era natural que os pioneiros – portugueses ou filhos de portugueses – afrouxados de todos os freios e impedimentos, buscassem no amor versátil e submisso das nativas uma compensação às durezas do isolamento.³⁶

A figura da mulher tentava o padre e o bandeirante. Este último não tinha “freios”, não tinha limites. O isolamento que sua atividade demandava era compensado pelo “amor” das índias guaranis. Essa ação é descrita por Vellinho como algo natural, e o “amor das nativas” é referido como algo submisso. Denota-se, assim, que a *exploração sexual* do bandeirante sobre a mulher indígena fora algo naturalizado e justificado pelo autor, e as indígenas encontravam-se em estado de submissão. Para o indígena, uma submissão ao trabalho e ao apresamento; para a indígena, uma submissão ao trabalho, ao apresamento e aos desejos dos bandeirantes.

³⁵ Embora seja um termo contemporâneo, *exploração sexual* condiz com o que ocorria. Juntamente com a exploração do trabalho do indígena, o bandeirante explorou a mulher indígena em termos sexuais.

³⁶ *Ibid.*, p. 60.



Sete Povos: um capítulo da história fora da História

Vellino remonta, em *Capitania*, ao fim do século XVII, especificamente 1687. Nessa época, segundo o autor, não havia mais atividade bandeirante de maneira concisa, o que favoreceu a expansão dos Sete Povos sob o domínio de Castela, com território patrulado pelos próprios índios missioneiros. A área litorânea, no entanto, esteve fora do domínio espanhol, servindo como um “corredor de tropeiros”; foi pelo litoral, portanto, que os portugueses tiveram espaço para transitar rumo ao restante do território brasileiro.

As terras que pertenciam à Castela compõem a geografia do Rio Grande do Sul, e no período de possessão espanhola figuravam-se como uma “cortina de isolamento”. Os guaranis, para Vellino, eram vassalos dos Reis Católicos, o que demonstra o modo hostil como se davam as relações entre jesuítas e aldeados. Vellino refere, inclusive, à possibilidade de se constituir um império teocrático, conforme referido anteriormente. O que se daria, no período, seria a expansão dos interesses ao âmbito social, político e econômico.

A organização missioneira constituía um poderoso sistema de postos inimigos estrategicamente encravados num território que a fatalidade histórica pusera ao alcance do surto expansionista dos luso-brasileiros, pois a contar do sonho vertiginoso dos mais remotos desbravadores as chaves naturais da América Portuguesa eram a bacia do Amazonas e o Prata.³⁷

Percebe-se, assim, que o autor enfatiza o antagonismo e a rivalidade entre as Missões de Castela e de Portugal. Em se tratando dos Sete Povos, Vellino afirma que foram aos poucos sendo convertidos em núcleos de preparação militar, onde havia necessidade de defesa e, ainda, treinamento para uma possível ofensiva. Além do mais, o autor enfatiza a cooperação ininterrupta dos Sete Povos com Castela. Sobre a questão da militarização dos indígenas, Vellino argumenta que

Os guaranis, além das lides do pastoreio e do serviço das lavouras, eram submetidos a intensos exercícios militares sob a direção de irmãos adestrados na arte da guerra, antigos oficiais europeus admitidos na Ordem [de Santo Inácio]. Paralelamente às cerimônias religiosas, [...] os curas não se descuidavam de trazer em constante prontidão seu exército numeroso e aguerrido.³⁸

Vellino prossegue afirmando que a Província Jesuítica do Paraguai, numerosa em homens e armas, teria se tornado uma potência militarizada, que causava temor, e teria

³⁷ *Ibid*, p. 68.

³⁸ *Ibid*, p. 68.



gerado certa inquietação em Castela: com o avançado aparato econômico-militar, até quando a Província manteria a fidelidade à Coroa? Seguindo sua análise, o autor desqualifica o elemento indígena, uma das razões pela qual os Sete Povos não “mereceria” entrar na História do Rio Grande. O indígena é descrito como obscuro em sua tradição cultural, vivendo como os bichos da floresta e, ainda, sendo um *material humano* pouco aproveitado no quesito civilização. Vellinho apresenta certo descrédito.

Difícilmente se poderia, com efeito, construir qualquer coisa de estável e duradouro sobre o casco indígena, pobre gente que talvez nem se pudesse considerar como padrão de raça primitiva, mas já em estado de franca regressão. Sabe-se que sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até aos doze anos.³⁹

Assim, percebemos as razões pelas quais Vellinho não considera os Sete Povos como parte da História do Rio Grande. Além de ser parte do empreendimento espanhol, corroborando com os interesses de Castela, a quantidade de indígenas nas Missões tornava inviável um maior desenvolvimento por parte dos nativos, uma vez que estariam “enclausurados”, não suscetíveis aos avanços proporcionados pela miscigenação (já que o sistema missionário buscava impedir a penetração portuguesa, que teria condições de levar *civilidade* à região e a seu povo). A região das Missões de Castela, além do mais, tendia a formar um Império independente, não estando mais sob os auspícios da Coroa, o que se percebia na quantidade de indígenas preparados militarmente⁴⁰ além do grande aparato bélico e, ainda, no quão tendenciosos eram os jesuítas espanhóis.

Pensando contrastes

Por meio da argumentação e justificações de Vellinho, expostas acima, todos presentes em *Capitania d’El Rey*, percebe-se claramente que o autor escreveu tendo como âncora a ideia de *contraste*. Em nossa análise, o conceito de contraste se faz presente com um significado que remete à oposição, a comparação. Mas não só isso: o autor não só compara os *tipos* português e espanhol, como também diminui o segundo em relação ao primeiro. Ou seja, glorifica a ação do contingente português enquanto deteriora a imagem espanhola, não admitindo tal etnia como formadora étnica e social do Rio Grande do Sul.

³⁹ *Ibid*, p. 70.

⁴⁰ Vellinho cita a correspondência do P. Antônio Sepp, na qual ele afirma que a Província do Paraguai contava com cerca de 30 mil indígenas, todos sobre cavalos, sabendo como manejar a espada e reunindo-se em esquadrões, participando tanto de defensivas quanto de ofensivas.



Mas, por que tal glorificação da ação portuguesa e menosprezo à espanhola? Conforme referimos acima, no início do presente artigo, a historiografia não era neutra. Aliás, nunca foi, embora já tenha sido pensada como tal.⁴¹ A historiografia vintista *exalava lusitanidade*, mas não oferecia espaço para *fragrâncias étnicas* que não fossem as portuguesas. Utilizando a metáfora dos perfumes, podemos dizer que a historiografia do século XX, até pelo menos os anos 1980, viria a ser um frasco de perfume *sólido*, onde apenas a fragrância da *lusobrasilidade* tinha espaço, e onde outra essência étnica poderia tirar a “originalidade” da primeira fragrância. Em outras palavras (não-metafóricas), agregar elementos étnicos variados tiraria a peculiaridade de *formação brasileira*: o elemento português e seu protagonismo na figura do bandeirante.⁴²

Sim, uma historiografia escrita com propósito. Mas, como foi construída em Vellinho? O autor, ancorado ao IHGB e ao IHGRGS, não só manteve seus escritos voltados à unicidade étnica, como também buscou elementos que tornassem sua análise plausível, enaltecendo os portugueses em simultâneo à depreciação de elementos vindos de Castela. O meio encontrado pelo autor para opor os dois *tipos sociais* veio a ser o contraste, a oposição, o antagonismo. Quando o autor destaca o tema das Missões e, por meio dele, diferencia as formas de funcionamento delas quando portuguesas ou espanholas, ele está *contrastando* vários elementos: as formas de trabalho, de aldeamento, de relação entre colonizadores e colonizados, de exploração, de intencionalidade... ou seja, *contrastar* vem a representar a oposição entre portugueses e espanhóis, com vistas a enaltecer os primeiros e desconsiderar os segundos, no âmbito da *formação rio-grandense*.

Considerações finais: Do Rio Grande “corpo estranho” ao Rio Grande *lusobrasileiro*

Se Vellinho inicia sua obra pela visão de uma “excelente senhora” que estivera amedrontada e receosa em relação ao que encontraria em sua vinda ao Rio Grande do Sul, ao final da introdução de *Capitania* já se percebe o quão integrado ao restante do território

⁴¹ O positivismo do século XIX esteve ancorado na premissa de uma *fazer historiográfico* científico e neutro. O historiador, sendo neutro ao escrever, seria científico. Com o eclipse de tal paradigma e o advento do Historicismo alemão, tal ideia de neutralidade acabou suprimida por outra, a da subjetividade do historiador em seus escritos, bem como sua possibilidade de interpretação pela hermenêutica. Sobre o tema, ver HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da História*. Passo Fundo: PPGH UPF, 2013.

⁴² Conforme já pontuamos, o IHGB e o IHGRGS participaram ativamente na construção de uma História Oficial do Brasil, pautada no protagonismo português.



o Estado sulino parecia. Mas não apenas ao território: se o *povo daqui* parecia semelhante ao *povo de lá*, conterrâneo da *excelente senhora*, é porque *nossa* cultura, *nossos* hábitos e *nossa* língua se assemelhavam à cultura, hábitos e língua *deles*, ou seja, das outras partes integrantes do Brasil. Assim era porque a mão lusitana tocou nos mais variados territórios, ali deixando suas marcas e seus costumes às gerações vindouras. Assim era porque os rasgos do bandeirantismo se fizeram presentes e, conseqüentemente, a *civilidade* lusitana adentrou a barbárie *nativa*, dissolvendo modos rudes fadados ao insucesso. Assim era, enfim, porque o colonizador português fora o verdadeiro introdutor da civilização, *aqui* ou *lá*.

A importância dos Sete Povos à história do Estado sulino, bem como sua relegação às margens da história do Rio Grande, merece atenção. Ao afirmar as missões portuguesas como benéficas aos nativos, e as espanholas como predatórias e escravistas, Vellinho *retira* as reduções de Castela da história rio-grandense, uma vez que, na História Oficial que estava sendo escrita, não havia espaço para destacar um empreendimento espanhol, ainda mais se este fosse também extra religioso, abarcando pretensões político-econômicas, conforme colocou o autor.

Contrastar *gaúchos brasileiros* e *gaúchos platinos* vem a ser uma estratégia de demonstrar o quão importante fora a atuação portuguesa para o país e, além disso, como os lusitanos primavam pelo bem do indígena, em relações de boa convivência. Tal quadro era *contrastado* com o *lado espanhol*, a parte platina onde, segundo Vellinho, havia relações de hostilidade, ressentimentos e constante tensão entre colonizadores e colonizados. O *gaúcho brasileiro*, portanto, fora fruto da vocação política bandeirante em meio à barbárie; o *gaúcho platino*, por sua vez, nascera em meio à tensão e conflito.

Escrevendo alinhado ao IHGB e ao IHGRGS, Vellinho fez o que os Institutos *esperavam* dele: alçou constructos teóricos que primavam pelo elemento português como *formador social* do *gaúcho brasileiro*, desconsiderando a ação de Castela como benéfica (ou existente de forma influente) ao Rio Grande do Sul. Construiu teoricamente um *Rio Grande do Sul luso-brasileiro*, que devia considerar a importante contribuição bandeirante de *civilizar* os gentios condenados ao insucesso e à barbárie. Tais premissas eram reforçadas, sobretudo, por meio do contraste com Castela, o que levaria a perceber os espanhóis missionários como ambiciosos, tendenciosos e gananciosos, bem como os ideais religiosos e civilizatórios dos lusitanos e, além disso, seu duplo empenho e esforço pelo Brasil: os bandeirantes teriam buscado a salvação física, introduzindo a *civilidade* e

conduzindo o território e os nativos ao progresso, enquanto que os missionários a teriam buscado espiritualmente para os gentios.

Data de Submissão: 22/04/2020

Data de Aceite: 04/08/2020





Referências Bibliográficas

- BARROS, José D' Assunção. Os conceitos. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- DELFO: Espaço de documentação e memória, 2017. Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=vellino>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo – “Para uma nova epistême do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750)”. História Unisinos, 2017, p. 305. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.02>. Acesso em: 14/jan/2020.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, 1988, p. 5 – 27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 22/10/2019.
- GUTFREIND, Ieda. A historiografia rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MARTINS, Jefferson Teles. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) - PUC-RS, Porto Alegre, 2015, p. 30. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- ORNELLAS, Manoelito de. Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- RODRIGUES, Mara de Matos. Da crítica à história: Moisés Vellino e a trama entre a província e a nação 1925-1964. Tese de doutorado (História). UFRGS, 2006.
- SALVARO, Gesi Panizzon. A Revista Província de São Pedro. Letras de Hoje, Porto Alegre, p. 35-50, 1990. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16134/10595>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner. Revista de História e Estudos Culturais, dez/2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf. Acesso em: 01/jun/2019.
- VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução. Porto Alegre: Editora Globo, 1933.

VELLINHO, Moysés. Capitania d'El-Rei; aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre. Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005. [original: 1964].



O ANONIMATO DO VISCONDE DO RIO GRANDE

FELIPE YANN CAVALCANTI GONÇALVES¹



Resumo

A obra da Ciência Brasileira oitocentista, *O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum* (1875) não é atribuída à autor algum em sua edição original. Entretanto, nomes renomados como Silvio Romero e Augusto Blake apontam com convicção que o autor dessa obra seria o Visconde do Rio Grande, José de Araújo Ribeiro. O intuito deste artigo é elaborar hipóteses e, possivelmente, lançar de luz sobre o suposto anonimato do senador Araújo Ribeiro, a recepção da obra e do Darwinismo no Brasil.

Palavras-chave: José de Araújo Ribeiro: O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso comum. Evolucionismo no Brasil. História da Ciência no Brasil.

Abstract

A work of brazilian ninth century Science, *O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum* (1875) is not assign to any author in its original edition. However, famous names like Silvio Romero and Augusto Blake appoint with conviction that the author of this work would be José de Araújo Ribeiro, Viscount of Rio Grande. This article seeks to elaborate hypothesis and possibly shed light into the alleged anonymity proceeding from senator Araújo Ribeiro, along with the acceptance of the work and Darwinism in Brazil.

Keywords: José de Araújo Ribeiro: O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso comum. Evolutionism in Brazil. History of Science in Brazil.

Introdução

O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum é uma obra publicada em 1875 no Rio de Janeiro. O nome do autor não consta na publicação, o que permite o levantamento de diversas questões, já que para uma obra de tamanha pretensão, como é o caso desta, fato que pode ser constatado já em seu título, seria necessário um autor versado nos diversos campos da Ciência oitocentista. Sendo assim, esse autor, além de atuar como um receptor e divulgador de ideias sobre Geologia, Biologia, Física e Química, almeja contribuir para o debate levantando questões e teorias ao apresentar uma tese própria. Essa tese principal da obra afirma que a Terra e até mesmo o Sol estariam em constante evolução, alimentando-se através da atmosfera e aumentando de volume. Segundo essa concepção a matéria inorgânica estaria submetida ao mesmo processo que ocorre com a orgânica, ou seja, nascer, expandir e decair. Nesse contexto o estudioso mais citado pelo autor é Sir Charles Lyell, geólogo britânico que desenvolveu a teoria do

¹ Graduando em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: felipe.yann.goncalves@gmail.com.



uniformitarismo, a qual questiona que a Terra tenha sido transformada por diversas catástrofes, defendendo a ação de mudanças lentas e imperceptíveis, como a erosão. A teoria de Lyell foi tão impactante em sua época que até mesmo Sir Charles Darwin postulou o evolucionismo como uma espécie de “uniformitarismo biológico”. Portanto, diante da pretensão que a tese sobre a evolução da Terra possui, é necessário que o autor seja alguém conhecedor da Ciência de seu tempo, pois é uma teoria adotada isoladamente, sem nenhum outro aparente interlocutor. Mas será que José de Araújo Ribeiro, o Visconde do Rio Grande, se encaixa em tal perfil? Qual seria o motivo de publicar tal trabalho como anônimo? Este artigo não pretende trazer respostas conclusivas, mas lançar luz sobre uma questão que parece não ter despertado o interesse dos historiadores, já que não foi encontrado nenhum debate acerca desta questão.

De início, iremos abordar o suposto autor da obra, José de Araújo Ribeiro, para então prosseguir com o boato que atribui a autoria da obra ao Visconde. Em seguida, serão levantadas algumas hipóteses a partir do contexto da época e da recepção da obra.

O suposto autor

De acordo com Augusto Blake (1916), José de Araújo Ribeiro foi o primeiro Barão e depois Visconde do Rio Grande, senador da província de seu nascimento, comendador da Ordem de Cristo, oficial da legião de honra da França e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Formado em Direito Civil na Universidade de Coimbra, foi nomeado em 1826 como secretário da legação brasileira em Nápoles, sendo que posteriormente, em 1828, passou a servir na França. Também foi encarregado de negócios nos Estados Unidos da América e enviado extraordinário na Grã-Bretanha. Retornou ao Rio Grande na época da Revolução Farroupilha, no período de 1836 a 1837. Ingressou no IHGB em 1º de dezembro de 1838, como sócio correspondente. Desempenhou outras missões especiais na França e Inglaterra. Também foi deputado de sua província. Ainda de acordo com Blake, publicou *O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum*, um “livro philosophico, profundamente meditado, e publicado sob o anonymo” (BLAKE, 1916, p. 316)

Além da opinião de Augusto Blake sobre a obra, temos a crítica feita por João Cruz Costa, nas notas suplementares de sua obra *Contribuição à História das Ideias no Brasil* editada em 1956, que afirma:



“De pouco valor para a filosofia do Brasil, embora o seu autor tenha se ocupado de fatos brasileiros, de geologia sobretudo, é o livro que apareceu anônimo em 1875, mas cujo autor é José de Araújo Ribeiro, que foi diplomata e político, escreveu um curioso livro de geologia e, em parte, de filosofia que é o O Fim da Criação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum” (CRUZ COSTA, 1956, p.553)

Assim, 80 anos após a publicação da obra por um anônimo, a autoria não é questionada, já que por conta do boato levantado por Silvio Romero, a autoria é atribuída ao senador José de Araújo de Ribeiro. Porém, como o Visconde poderia ter escrito uma obra de natureza científica? E por que publicar como anônimo?

Assim, como é possível notar, Araújo Ribeiro possui um vasto currículo voltado para a política e o comércio, porém não há muito que possa indicar suas ligações com ideais evolucionistas ou estudos sobre geologia e filosofia. Blake (1916) reforça isso, visto que afirma que suas outras publicações eram referentes à política, ao comércio e economia. O trecho da obra de Cruz Costa contribui para este questionamento, já que situa Ribeiro como um diplomata e político. Nesse sentido, à escassez de registros permite apenas fazer inferências e deduções sobre como Ribeiro poderia ter escrito essa obra, em quais condições e por qual motivo ela foi publicada sem um autor. Reichardt levanta essa questão e afirma “admira-se como esse homem, além das muitas ocupações políticas e preocupações políticas e diplomáticas tinha vagares para reunir tão vasto cabedal e científico” (REICHARDT, 1961, p. 255) e que “A efervescência de ideias no século XIX, que explica da filosofia de O Fim da Criação.” (REICHARDT, 1961, p. 258)

O boato

Silvio Romero, em sua obra *A filosofia no Brasil* afirma

O anonymo, porém, dizem sêr o Snr. José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande, nosso antigo ministro junto ao governo francez. Este boato parece bem fundamentado, pois acompanhava cada um dos volumes expostos á venda uma tira de papel manuscripto com a firma do digno Visconde. Este, ao que tenho podido saber de sua biographia, é um legista, um homem formado em direito, como se diz vulgarmente, e um membro mudo do senado brasileiro. Não é sem propósito que lembro estas duas qualidades do illustre titular. (ROMERO, 1878, p. 95)

A autoria da obra, portanto, estaria baseada em um boato que surge a partir de uma tira papel manuscrita com a assinatura do Visconde do Rio Grande, José de Araújo Ribeiro, que acompanha os volumes expostos para venda. A partir disso, é possível pensar em algumas questões. Por qual motivo a autoria não constava diretamente na obra e estava em um pedaço de papel com assinatura do Visconde? Afinal, seria mais prático colocar



diretamente na obra. Também é possível pensar o quão um boato é confiável, mesmo que bem fundamentado, já que isto surge de algo que não é de plena certeza. Até mesmo é possível questionar o que Romero quis dizer com boato, já que ele parece acreditar, sem muita dúvida, que o autor da obra seja Araújo Ribeiro. Outro ponto importante é que, aparentemente, Araújo Ribeiro nunca havia exposto suas ideias anteriormente, como afirma Silvio Romero

O que é certo é que o nobre visconde ia passando despercebido, e talvez, porque não dizel-o? —passando por medíocre, porque nunca fallou!.. —O caso e grave n'este paiz. Ser "deputado ou senador e não orar é demonstrativo signal de fraqueza ou de ignorância. Todo o parlamentar de bons quilates tem sempre o que dizer" (ROMERO, 1878, p. 98)

Assim, o suposto autor nunca havia exposto suas ideias anteriormente, então qual seria sua intenção em expô-las agora? Principalmente através de uma obra publicada anonimamente e atribuída ao seu nome através de uma tira de papel. Isso é uma questão que o próprio Silvio Romero pode nos ajudar a compreender.

Na própria obra de Silvio Romero é perceptível um dos possíveis motivos do suposto anonimato, já que

Quem suporia, por exemplo, que no senado brasileiro, classe que não brilha muito pela sua illustração, tínhamos um sectário intelligente e adiantado das idéias de Darwin, nome que muitos alli não pronunciam sem primeiro se benzerem? (ROMERO, 1878, p. 99)

Desse modo, Araújo Ribeiro diferia de seus pares, visto que não apenas conhecia o pensamento de Darwin, mas também de outros naturalistas da época, como Lyell e Meunier. Assim, alguém que havia apenas publicado tratados de comércio, política e economia, possivelmente entrou em contato com o pensamento científico de sua época a ponto de almejar ser um divulgador das teorias evolucionistas e, em sua maneira, elaborar uma teoria própria. Suponho que isso seja possível por meio do contexto em que a obra foi produzida, já ela foi publicada em 1875 e nela há uma citação direta de *A Origem das Espécies*, obra de 1859. Sendo assim, é plausível que a obra tenha sido escrita entre a década de 60 e 70 do século XIX, em um contexto que será examinado em seguida. Ao intentar reconstruir como as ideias evolucionistas, principalmente o darwinismo, foram recepcionadas no Brasil, possível elaborar outras hipóteses sobre a controvérsia da autoria de *O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum*, visto que o autor, quem que seja, foi diretamente influenciado pela conjuntura em que estava inserido.



O contexto

Suponho que para compreender como ocorria essa divulgação e circulação de ideias evolucionistas seja necessário lançar luz sobre o contexto da recepção desses pensamentos no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Deste modo, é necessário que saber que

A recepção da teoria de Darwin no Brasil, nas décadas seguintes à publicação de *A Origem das Espécies* (1859), foi controversa tanto no meio científico quanto no meio intelectual.

Isso ocorre principalmente, pois

Diversas áreas do conhecimento interpretaram e ressignificaram as teorias de Darwin. Argumentos tidos como fundamentais da teoria darwinista passaram a fazer parte das análises em diferentes perspectivas. Seu impacto foi grande, sua recepção gerou adesões e repulsas, marcadas por grande polêmica tanto no espaço científico quanto fora dele, e a apropriação e a ressignificação dos princípios darwinianos muitas vezes se deram no intuito de justificar questões de cunho social. (CARULA, 2014, p.55)

Dessa forma, o Brasil não somente foi um dos lugares que forneceu evidências para a teoria da seleção natural, já que Darwin passou quatro meses no Brasil em 1832, como também foi um dos lugares em que os naturalistas logo ofereceram suporte ao darwinismo. Creio que o principal exemplo seja Fritz Müller, naturalista e imigrante alemão que habitava na província de Santa Catarina. Müller,

Em 1864, ficou conhecido no meio científico internacional pela publicação de um pequeno livro *Für Darwin*, no qual demonstrou, através de estudos embriológicos em crustáceos, a teoria de Darwin. (DOMINGUES E SÁ, 2003, 99)

Assim, de acordo com Carula (2014), a partir de Müller é que o darwinismo é introduzido no Brasil. Entretanto,

O texto de Müller repercutiu pouco no meio científico brasileiro, porém teve boa aceitação na Alemanha e na Inglaterra. Foi traduzido para o inglês por sugestão do próprio Darwin, que se tornou seu correspondente. (CARULA, 2014, p.53)

Dessa forma, é presumível que seja possível perceber que recepção obtida Brasil pela obra *Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum* é maior que o da obra *Für Darwin*. A primeira circulou e foi recebida por de um dos principais intelectuais brasileiros do período, Silvio Romero, o que parece ser o contrário do que ocorreu com Müller, que teve sua obra bem recebida na Alemanha e na Inglaterra. Concebe-se que o eixo para entender essa diferença esteja na questão da autoria, já que



uma obra foi publicada anonimamente, mas atribuída a um dos grandes nomes do Império Brasileiro, enquanto que segunda foi escrita por um alemão radicado no Brasil, que “demonstrava o pensamento darwinista por meio de estudos embriológicos em crustáceos.” (CARULA, 2014, p.53)

Ao comparar a recepção das duas obras, é possível pensar em duas questões, uma delas diz respeito à recepção e a outra a autoria de *Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum*. Elas estão diretamente ligadas, haja vista que, como dito anteriormente, o boato de que uma obra foi escrita por um Visconde, um dos grandes nomes do Império, fez com que ela fosse, de certa forma, recepcionada, enquanto que um naturalista alemão não obteve o mesmo sucesso no país em que residia, apesar de ser correspondente de Darwin.

A recepção

Dentro desse contexto de recepção do Darwinismo também há outro importante ponto abordado por Gualtieri, o qual afirma que três aspectos da evolução darwiniana eram compreendidos de maneira diferente: “A ideia de seleção natural, a incorporação do ser humano no reino animal e a exclusão de um Criador agindo diretamente no processo de transformação orgânica.” (GUALTIERI, 2008, p. 20-21) Assim, não ser adepto de alguma dessas ideias não significava ser antidarwinista, já que havia uma mescla entre os pensamentos evolucionistas e naturalistas no período. Segundo Schall, um exemplo desse fenômeno seria o intelectual Huxley: “conhecido por ser um ferrenho defensor do darwinismo, chegando a ganhar o apelido de bulldog de Darwin, não era adepto da seleção natural.” (SCHALL, 2014, p.7) Acredito que outro exemplo desse nível seja a obra *O Fim da Creação*, que mescla o evolucionismo de Darwin, principalmente a exclusão de um Criador agindo na transformação orgânica, com o Uniformitarismo de Lyell, que enxerga os acontecimentos geológicos como resultados de um processo gradual e lento.

Do mesmo modo,

“diversas áreas do conhecimento interpretaram e ressignificaram as teorias de Darwin. Argumentos tidos como fundamentais da teoria darwinista passaram a fazer parte das análises em diferentes perspectivas.” (CARULA, 2014, p.55)

Dessa maneira,



para o pesquisador Álvaro Girón Sierra, não é adequado estabelecer uma distinção rígida entre o darwinismo, enquanto ciência, e o darwinismo social, como uma ideologia. O autor frisa que, nos anos de 1870 e 1880, não havia distinção entre o darwinismo (teoria científica) e sua aplicação no âmbito social e político, o darwinismo social (2005: 40), considerando esta expressão “infeliz”. Para ele, o darwinismo foi social desde o início, haja vista a pluralidade de leituras feitas da teoria do naturalista inglês.” (CARULA, 2014, p.55)

Portanto, suponho que o autor de *O Fim da Creação* esteja inserido diretamente nessa pluralidade de leituras que foram feitas de Darwin, engendrando sua própria teoria ao mesclar o Darwinismo, o Uniformitarismo e concepções próprias sobre Geologia e História Natural, dentre outras teorias.

Assim, principalmente por causa da hipótese deste autor ser José de Araújo Ribeiro, considera-se que uma das possibilidades para que o autor de *Fim da Creação* tenha publicado seu trabalho dessa forma seja justamente a recepção, já que as tendências da obra são naturalistas e darwinistas, negando o papel do Criador, o que de acordo com Costa Cruz (1956) “a um Visconde não parecia bem confessá-las de público, durante o Império (e talvez mesmo depois) e, por isso nunca êle escandalizou as pouquíssimas pessoas que o leram.” Dessa forma, apesar de o evolucionismo encontrar entusiastas no Brasil durante o último quarto do século XIX, as motivações políticas e sociais parecem ser uma boa hipótese para a questão principal deste artigo. Isso reforça o argumento de Carula sobre como a recepção de Darwin foi controversa, já que aparentemente Ribeiro teve de lançar-se ao anonimato por conta de sua atuação política e social no Império. Entretanto, se o boato que consta no trabalho de Silvio Romero for verdadeiro, qual seria o intuito de expor uma obra sem seu nome, mas com uma tira de papel com sua assinatura?

Uma outra teoria, que também envolve a recepção, acredita que o autor poderia temer ser tido como um louco, um excêntrico, por conta de suas ideias, que de certa forma extrapolam o pensamento de Darwin. Assim, o autor teria receio de ser desacreditado e rechaçado pelos intelectuais de sua época, tendo sua carreira manchada e até mesmo sua lucidez questionada. É uma hipótese que ganha força ao retomarmos o pensamento de Carula contido no parágrafo anterior, o qual afirma que a recepção de Darwin foi controversa. Creio, então, que alguém que estivesse indo além do pensamento evolucionista, em uma obra de tamanha pretensão, pudesse causar uma polêmica ainda maior.

Dentro disso, outro ponto importante é que



Evoluir, no Brasil do século XIX, significava, dentre outros aspectos, derrubar a monarquia, tornar livre o trabalho, privilegiar a livre concorrência, reexaminar a concepção de Estado. (GUALTIERI, 2003, p.48)

Esse trecho reforça como o pensamento do autor estudado neste artigo, principalmente o conceito de evolução, não estava de acordo com os intelectuais de sua época, o que reforça a hipótese de que o anonimato poderia ter relação direta com o receio da recepção que a obra poderia receber dos intelectuais do período.

Assim, outra hipótese relacionada com a recepção é a questão religiosa. A partir do pressuposto que Araújo Ribeiro seja o autor, deve-se ressaltar que o Império do Brasil era oficialmente católico, o que torna um tanto quanto controverso um senador envolver-se com ideias naturalistas, que negam em tese o criacionismo. Os argumentos expostos em sua obra são deste tipo. Afinal, a tese da obra é que

“a terra é dotada de vida própria e que se nutre como os indivíduos organizados, e que deve como estes indivíduos crescer de volume, colhendo nas regiões do espaço, por intermédio de sua atmosfera, a atmosfera necessária á sua nutrição e crescimento.” (RIBEIRO, 1875, p.4)

Deste modo, as ideias darwinistas nunca foram oficialmente condenadas pela Igreja Católica, nem a obra *A Origem Das Espécies* foi banida, porém as Igrejas cristãs foram por muito tempo avessas a Darwin, visto que a teoria da seleção natural estava em conflito direto com a aceção bíblica literal da criação. Entretanto, de acordo com Schall (2014), a recepção das teorias de Darwin no Brasil pareceram menos problemáticas que em outros países católicos. Isso ocorreu por três motivos: D. Pedro II, imperador do Brasil, não era totalmente contrário ao pensamento de Darwin; as elites católicas enxergaram no darwinismo um mecanismo para legitimar a supremacia branca e o escravismo; quem controlava os principais instituições científicas brasileiras (os museus e as faculdades) eram simpatizantes a Darwin. O próprio Imperador, segundo Schall, foi chamado “de católico limitado” (SCHALL, 2014, p. 11) por Joaquim Nabuco, já que estaria conciliando uma concepção cristã de mundo com os ideais evolucionistas de sua época. Pedro II, em uma carta a Quatrefages, afirma que "A doutrina da evolução é muito decepcionante, embora se apóie sobre muitos fatos" (D. PEDRO II, 1878). Assim sendo, acredito que o autor de *Fim da Creação* intenta romper com o pensamento cristão e reafirmar os ideais evolucionistas e naturalistas, o que estaria em oposição ao Imperador e a Igreja Católica, o que pode explicar a publicação da obra como um anônimo. Contudo, em outra carta a Quatrefages, de 1886, Pedro II afirma que “O estudo da geologia é um dos que mais me atraem e gosto muito de ver os fatos constatados por autoridades como



vós.” (D. PEDRO II, 1886) Pressuponho que o *Fim da Creação* seja, acima de tudo, um estudo de Geologia, haja vista que a tese da obra é um estudo sobre a Terra, suas rochas, montanhas e todo o processo de formação. Assim sendo, será possível supor que Pedro II, como um entusiasta tanto de Geologia como do pensamento evolucionista, leu o *Fim da Creação*? Creio que não existem evidências que corroboram esta afirmação, todavia, o autor da obra deve ter tido algum interlocutor, alguém com quem dividia suas ideias, suposições e pensamentos, pois mesmo Darwin, de acordo com Stephen Gould, tinha seus correspondentes, dentre eles Lyell e Alfred Russel Wallace. Portanto, acredito que não há Ciência sem debate, sem exposição de ideias e sem crítica, visto que sem isto, o pensamento científico não avança.

Ao considerar que Ribeiro seja o autor, há também o fato de que sendo um comendador da Ordem de Cristo, título honorífico, ele pode ter optado por não revelar ser o autor da obra justamente, como já dito anteriormente, por causa da recepção que a obra poderia ter. Esse temor é exposto na própria obra, visto que há a seguinte citação na obra:

“Entrarei agora nas averiguações que me parecem conducentes a mostrar que a terra tem um crescimento, e começarei por prevenir o leitor de que nas materias connexas com este objecto e de que me vou occupar, serei algumas vezes constringido a me pronunciar contra opiniões geralmente recebidas e adoptadas por sabios a quem muito considero, o que não só já me foi causa de muitos esmorecimentos, como me collocará na precisão de justificar-me, e de entrar para isso em discussões talvez mais longas do que comportaria a minha breve tarefa , e o desejo que tenho de não ser fastidioso.” (RIBEIRO, 1875, p. 8 e 9)

Ao supor que o autor seja Ribeiro, quem seriam os sábios que ele muito considera a ponto de se constranger ao pronunciar seus próprios pensamentos? Além disso, retomando ao ponto anterior, acredito que é possível que o Visconde tenha interlocutores, debatedores das ideias naturalistas, possivelmente fora do Brasil. Entende-se que essa seja uma hipótese válida, pois Silvio Romero afirma que Ribeiro nunca expôs suas ideias, sendo um cientista que passou quase despercebido em seu próprio país, apesar de ter tido sua obra recepcionada por Romero, ao contrário do que ocorreu com outro naturalista, Fritz Müller. Assim, essa hipótese de que Ribeiro possa ter se correspondido com intelectuais da Europa é válida, já que ele desempenhou a função de diplomata e realizou missões especiais na França e Inglaterra, países em que nomes importantes da Ciência do século XIX residiam. Entretanto, não há documentação para comprovar que Ribeiro teria se correspondido com algum intelectual estrangeiro, como também não há nenhum registro de debates ou conversas com pensadores brasileiros. Como no caso da autoria da



obra, só é possível fazer inferências e elaborar hipóteses de como um nobre e político brasileiro, conhecido por ser encarregado de negócios, poderia escrever uma obra científica deste nível. Novamente o contexto pode ser utilizado para preencher essa lacuna documental, pois de acordo com Reichardt “O Século XIX, época em viveu o autor, foi um período fecundo para o desenvolvimento dos conhecimentos, sobretudo do naturalismo científico.” (REICHARDT, 1961, p. 255) Reitero, contudo, que apesar de o contexto auxiliar na elaboração de hipóteses para responder as questões traçadas, não permite um preenchimento total deste vazio que surge devido a falta de documentação.

Conclusão

De acordo com os autores abordados neste artigo, a recepção das ideias evolucionistas e naturalistas no Brasil da década de 1870 foi controversa. Houve uma pluralidade de leituras que culminaram em diferentes obras, uma delas publicada anonimamente, *O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum*. Este artigo elaborou hipóteses sobre a autoria da obra sobretudo a partir do boato exposto por Silvio Romero de que o autor seria José de Araújo Ribeiro, senador do Império e Visconde do Rio Grande, porém também foram discutidas teorias contrárias a este rumor. Afinal, esse boato é a única evidência sobre a autoria da obra, mas que, aparentemente, foi suficiente para consolidar o nome de Ribeiro como autor da obra. O fato de a autoria não ser questionada, apesar de ser baseada em um rumor, permitiu que fossem elaboradas algumas hipóteses acerca disto neste artigo, mas que não esgotam as possibilidades de resposta para esta questão.

Assim, creio que as hipóteses aqui levantadas são de natureza variada, mas, apesar disso, não se anulam, pois, por exemplo, Ribeiro pode ter optado pelo anonimato devido tanto a sua carreira política como pelo fato de que sua teoria nega o criacionismo, pondo fim à criação. Caso o autor da obra não seja o Visconde e sim outro intelectual, a situação é parecida, já que, de acordo com os autores aqui citados, o contexto de circulação de ideias evolucionistas foi propício e fecundo para o desenvolvimento do naturalismo científico, o autor não quer se justificar com seus pares e o debate de suas ideias lhe causou um profundo desânimo. Portanto, a questão da autoria necessita ser pensada, debatida e discutida, já que representa um capítulo da História Intelectual do Brasil.



Data de Submissão: 31/05/2020

Data de Aceite: 15/08/2020

Referências Bibliográficas

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1893.

Carta de Pedro II a Quatrefages: 14 de dezembro de 1878 (Arquivo de l'Academie des Sciences de Paris)

Carta de Pedro II a Quatrefages: 06 de fevereiro de 1886 (Arquivo de l'Academie des Sciences de Paris).

CARULA, Karoline. “Apontamentos acerca da recepção do darwinismo no Brasil e no México”. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 50-78, dez. 2014.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil; o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956

DOMINGUES, M. B. & SÁ, M. R. 2003. “Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX”. In: DOMINGUES, M. B., SÁ, M. R., GLICK, T. F. (org.). **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 97-123

GOULD, Stephen Jay, **O polegar do panda. Reflexões sobre História Natural** (S. Paulo: Martins Fontes, 2004)

GUALTIERI, R. C. E. 2008. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus 1870-1915**. São Paulo: Editora Livraria da Física

GUALTIERI, RCE. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., and GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 45-96. História e saúde collection.

RIBEIRO, José de Araújo. **O Fim da Creação ou a Natureza Interpretada pelo senso commum**. São Leopoldo: Typographia Esperança, 1875. 657 p.

REICHARDT, Herbert Canabarro. “José de Araújo Ribeiro, visconde do Rio Grande, e sua obra "O fim da criação"”. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, v. 252, jul./set. 1961, p. 251-269.

ROMERO, Sílvio. **A filosofia no Brasil: ensaio crítico**. Porto Alegre: Tipografia de Deutsche Zeitung, 1878. 192 p.

SCHALL, Brunah. **Fronteiras entre ciência e religião: darwinismo e catolicismo no Brasil dos séculos XIX e XX**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia,

Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.



AS PROPOSTAS CONSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1891-1946)

FRANCISCO RAIRAN DOS SANTOS VILANOVA¹
ANY ELLE VARANDA SPÍNDOLA²
JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO³



Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar historicamente a educação brasileira desde a instituição da República até meados do século XX, a partir da legislação constitucional federal. A relevância da discussão decorre da complexa problemática verificada como realidade no país durante o referido período. A metodologia escolhida é a análise das cartas constitucionais de 1891, 1934, 1937 e 1946, juntamente ao levantamento bibliográfico de artigos, livros e outros escritos. O artigo consiste em uma pesquisa qualitativa, trazendo pesquisadores em educação, como Silva (2009), Souza (2016) e Vieira (2007). Para uma análise teórica, utilizou-se Freire (2001) e Foucault (1999). Os resultados permitiram identificar a importância crescente proporcionada à educação na agenda pública, destacando-se a influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na estruturação de um sistema educacional brasileiro, que se contrapunha à constituição de uma sociedade condenada ao atraso e aos ideais conservadores.

Palavras-chave: História. Educação. Constituições Federais.

Abstract

This article aims to historically analyze Brazilian education from the institution of the Republic until the mid-twentieth century, based on federal constitutional legislation. The relevance of the discussion stems from the complex problem found as a reality in the country during that period. The chosen methodology is the analysis of the constitutional letters of 1891, 1934, 1937 and 1946, together with the bibliographical survey of articles, books and other writings. The article consists of a qualitative research, bringing researchers in education, such as Silva (2009), Souza (2016) and Vieira (2007). For a theoretical analysis, Freire (2001) and Foucault (1999) were used. The results allowed to identify the growing importance given to education in the public agenda, highlighting the influence of the Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova in the structuring of a Brazilian educational system, which opposed the constitution of a society condemned to backwardness and conservative ideals.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Porta Torquato Neto, em Teresina-PI. E-mail: franciscorairanvilanova@gmail.com

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Porta Torquato Neto, em Teresina-PI. E-mail: anyellevs@gmail.com

³ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Exerce a função de Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Departamento de História, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. É Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Alexandre Alves, em Parnaíba. Realiza pesquisas nos campos de História da saúde, História da infância, Políticas públicas, Filantropia, Gênero, Ensino de História e História da educação. É líder do Grupo de Pesquisa História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero - GRUPEHCGE. E-mail: joseannezsm@gmail.com



Keywords: History. Education. Federal Constitutions.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar como a agenda educacional esteve pautada na política brasileira ao longo do período compreendido entre os anos de 1891 e 1946, período no qual o país foi regido oficialmente por várias Constituições Federais. A compreensão sobre a necessidade de quatro cartas constitucionais em um período de apenas cinquenta e cinco anos de história revela-nos a possibilidade da existência de uma época marcada por um processo visando a conquista de direitos e o fortalecimento da democracia brasileira.

Busca-se nesse trabalho analisar as Constituições Federais do Brasil dos anos de 1891, 1934, 1937 e 1946, tendo-as como fontes primárias. Além disso, a contribuição de outras pesquisas relacionadas ao tema, é também fundamental ao entendimento dessa demanda, que, até os dias de hoje, ainda se mostra bastante precária. Analisando as fontes, procura-se entender a prioridade dada à questão do ensino estabelecido em cada texto constitucional, bem como, as responsabilidades de cada esfera de governo com o setor, além das estratégias de financiamentos que a lei estabelecia para a manutenção do ensino público.

Nesse sentido, é relevante a referência ao educador brasileiro Paulo Freire (2001), em seu livro *Política e Educação*, sobre a compreensão dos limites da prática educativa que demanda sem discursão, a clareza política dos educadores com relação ao seu projeto, que exige ao educador assumir a politicidade da sua prática.

É preciso, mais do que nunca, pensar a educação enquanto instrumento de luta política. Somente assim é possível que a sociedade seja repleta de pessoas genuinamente cidadãs, conhecedoras de seus direitos e obrigações. Para Freire (2001), o indivíduo pode tomar consciência de sua relevância enquanto sujeito crítico e questionador das decisões tomadas por quem o governa e, acima de tudo, pode entender toda a dinâmica dos reais interesses por trás de uma política que visa à formação educacional de um grupo em detrimento de outros. Contudo, é preciso lembrar, porém, que a educação, na maioria das vezes, é utilizada como instrumento de controle social e que, portanto, os governos se utilizam desses mecanismos para moldar a sociedade conforme seja mais adequado para o momento ou para o alinhamento político do qual eles fazem parte.



A Constituição Federal, como a lei máxima do Estado, é, portanto, o principal meio articulador dessas decisões, o que explica o motivo de ela ser o nosso principal objeto de análise e desenvolvimento deste trabalho.

O modelo liberal da Constituição Federal de 1891

Em 24 de fevereiro de 1891, três anos após a Proclamação da República, foi promulgada, no Rio de Janeiro, em Assembleia Constituinte liderada pelo então chefe do governo provisório, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, a primeira Constituição brasileira voltada para um viés republicano. O relativo rompimento com as estruturas monárquicas fez com que os líderes do governo buscassem defender a unidade nacional acerca dos interesses liberais da economia de livre mercado. Segundo João Carlos Silva (2009), doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, o liberalismo caracteriza-se pela desigualdade, que é o resultado natural da evolução dos indivíduos e não da estrutura econômica. Portanto, essa ideia fornece base para as concepções de sociedade e de educação, incorporadas ao referido texto constitucional. O laicismo também se torna um ponto de destaque nesse ideário, tanto que o artigo 72, da referida Constituição estabelece a igualdade de direitos a todos os cidadãos perante a lei, além da liberdade de exercício de toda e qualquer atividade religiosa e do leigo ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

Segundo Silva (2009), esse liberalismo, na prática, limitou-se apenas à oferta de igualdade de direitos civis. A igualdade social não integrava o repertório de direitos anunciados até então. Desse modo, as ideias de autores clássicos do liberalismo, como Adam Smith e John Locke, chegavam a um ponto em comum a respeito das diferenças de cada indivíduo, enquanto fenômeno natural do desenvolvimento da sociedade, que marcou também a diferença com relação à educação entre as classes sociais.

No Brasil, no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, a industrialização fez com que esse discurso contraditório compelsse as autoridades a reconhecerem a necessidade de uma educação mínima e de qualidade, uma vez que o mercado demandava a formação de uma mão-de-obra aperfeiçoada para a produção em alto nível. Assim, durante algum tempo, sucederam-se muitos debates, no intuito de promover uma modificação no texto constitucional que garantisse, de maneira concreta, a oferta de educação para todos, através da implantação de um sistema nacional de ensino, em razão do atraso na modernização social e econômica do Brasil.



O texto constitucional de 1891 deixa claro que a preocupação com o ensino da população atendia por um termo bastante semelhante ao que entendemos hoje como educação. “Instrução” era o termo adotado para tratar das questões relacionadas a formação intelectual dos cidadãos. Essa questão semântica é reforçada ainda pela publicação do livro “Centenário” do escritor paraense José Veríssimo, ainda no final do século XIX, que entre outras coisas, tratava da relação entre instrução pública e imprensa, além de estabelecer a ideia de construção do país alicerçada pelo investimento no ensino público. No capítulo IV, que trata das atribuições do Congresso nacional, mais especificamente no Art. 35, é expresso o seguinte:

Art 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:
1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;
3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;
4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (Constituição Federal, 1891)

Como se observa, a preocupação do governo com relação ao conhecimento sobre a educação não era universalizada. As escolas secundárias eram a prioridade no Rio de Janeiro, o então Distrito Federal. A interpretação disso não é muito difícil. Para o historiador brasileiro, Nicolau Sevcenko (2003), durante os anos 1910, o Brasil, especialmente a cidade do Rio, passa a querer se integrar à *Belle Epóque* a todo custo. Isso significava a adoção de padrões de comportamento inspirados sobretudo nos hábitos franceses. Os espaços públicos sofreram grandes transformações, as quais privilegiavam os setores sociais mais abastados, que permaneciam no centro da cidade, enquanto os pobres e desprovidos de qualquer instrução formal ficavam às margens disso tudo. Portanto, nada mais interessante do que uma educação de qualidade e com atenção especial voltada a essas pessoas, a fim de se construir um ambiente democrático.

Os estados recebiam da União as instituições de ensino superior e as escolas de educação secundária, porém é preciso analisar dois pontos que faziam com que essas estruturas não alcançassem o contingente populacional adequado. O primeiro ponto é que, como condição para se ingressar no ensino secundário, era preciso ter frequentado o ensino primário, o que não era oferecido regularmente pelo Estado e, portanto, ficava a cargo dos próprios interessados, que precisavam procurar se instruir por meio do ensino com professores particulares ou escolas privadas. Dessa forma, nas regiões interioranas do Brasil, poucos eram aqueles que tinham fácil acesso a essas escolas, dadas as



condições financeiras discrepantes entre as famílias. O segundo ponto é que muitas vezes essas instituições ficavam concentradas apenas nos grandes núcleos urbanos estaduais ou quase sempre nas capitais, o que dificultava o acesso àqueles que viviam nas regiões mais distantes do estado, ou seja, não era uma educação que chegava para todos.

O país também tinha a tarefa de promover seu desenvolvimento por meio das letras, artes, ciências, assim como a imigração, agricultura e indústria. De acordo com a educadora Vanilda Pereira Paiva (1972), no livro “História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos”, o termo “educação pública” era justamente substituído pelo ensino das letras, pois isso remetia a um intelectualismo do qual as classes mais abastadas passavam a se apossar, a exemplo da poesia, História e Filosofia. Enquanto isso, os Estados ficavam sozinhos à cargo de promover o ensino popular, já que havia a interpretação de que segundo artigo 45, capítulo IV da Constituição, a União não poderia interferir na ação dos governos locais relacionadas à sistematização do ensino.

Ainda segundo ela, a Constituição Federal – CF de 1891, diferentemente do texto constitucional de 1824, eliminava a exigência do acesso à cidadania através da renda, entretanto, impunha o obstáculo da seleção para se ter acesso ao ensino. Até esse momento, ser analfabeto não era sinônimo de inferioridade social, já que processo histórico tricentenário escravocrata transformava a sociedade brasileira em um povo majoritariamente privado do conhecimento. Somente quando a educação se transforma em um instrumento de mobilidade social, identificação das classes e, é claro, de ingresso ao ambiente escolar, é que começa a se espalhar pelo país o preconceito com relação àqueles que não tinham educação. O analfabetismo passa a ser associado a incompetência e a incapacidade. Possivelmente como forma de fuga a esse estigma, a busca por instrução foi posta em ritmo crescente, o que contribuiu para uma preocupação do Estado junto ao aperfeiçoamento da estrutura educacional. (PAIVA, p. 93, 1972)

Entretanto, ao abandonarmos a perspectiva negativa e ao deixarmos de lado as circunstâncias políticas que marcaram a transição do período monárquico para o republicano, assegura-se, de acordo com a análise da educadora Sofia Lerche Vieira, que a CF de 1891 significou avanços e trouxe particularidades que, inclusive serviram para a consolidação dos ideais republicanos no Brasil. A laicidade do Estado, a eliminação do poder moderador, criado ainda durante o Primeiro Reinado, bem como uma melhor definição dos limites entre os poderes da República, foram elementos que resultaram da mobilização estatal em torno do ensino idealizado durante uma época ainda marcada



pelos conflitos e entre deodoristas e florianistas acerca das decisões sobre o futuro do país.

A educação na Constituição Federal de 1934

As pesquisadoras Marisa e Mariluce Bittar (2012) do Departamento de Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos classificam o período compreendido entre os anos 1930 a 1960 como uma época marcada por intensas mudanças que contribuíram bastante para a demarcação de um plano nacional de educação para Brasil. Estruturalmente, o país vivia uma aceleração do modo capitalista de produção, o que fazia com que deixasse de ser essencialmente agrário e exportador e gradualmente se tornasse industrial e urbano. Isto é, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York no final dos anos 1920 gerou uma crise nas exportações de café do Brasil, ao passo que a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas incentivou o trabalhismo e impulsionou assim, uma das frentes necessárias ao desenvolvimento industrial do país, a classe trabalhadora.

Elas argumentam ainda que o cenário político era caracterizado pela emergência de dois projetos distintos de nação brasileira. De um lado, tinha-se o projeto encabeçado pelo político gaúcho Getúlio Vargas, que após tomar o poder durante a Revolução de 1930, pensava a industrialização do país por meio ação coletiva nacional, evitando assim, as intervenções estrangeiras. O projeto getulista atraiu os olhares dos setores mais progressistas do país e contou com a colaboração de grande parte da classe trabalhadora. Em contrapartida, o projeto de nação idealizado pelas oligarquias rurais, que até então, vinham se revezando no poder, trazia em seu arcabouço um plano de desenvolvimento baseado no fortalecimento do setor agroexportador e subordinado a intervenção norte-americana.

O resultado dessa polarização, reforçada pelo cenário internacional que também já vinha sendo comprometido pelo antagonismo entre as forças socialistas e capitalistas, culminou em disputas ideológicas dentro do território brasileiro, que por sua vez, acabaram contaminando a política e a educação. A rivalidade entre os setores mais conservadores da sociedade, representado principalmente pela Igreja Católica e grupos progressistas liderados por liberais e até mesmo parte da esquerda, inspirados no ideário da chamada Escola Nova, tinham como proposta, uma educação pública que atendesse às necessidades de crianças e jovens com idade entre sete e quinze anos. Essa disputa tinha



como objetivo obter o controle sob os moldes da educação no país, complementam Marisa e Mariluce Bittar (2012).

Conforme assegura Paulo André de Souza (2016), o ambiente democrático e de patriotismo, associado à aspiração por mudanças significativas no cenário político do Brasil, fez com que a Constituição Federal de 1934 fosse considerada a mais avançada da época. No que diz respeito aos investimentos em educação, a nova Constituição contava com dezessete artigos relativos ao setor, sendo onze organizados em um único capítulo. Acrescenta Messias Costa, educador e autor do livro “A educação nas constituições do Brasil: dados e direções”: “a educação ocupou lugar de destaque na Constituição, vindo a ser tratada no ‘Capítulo II’ e em outros artigos ao longo do texto legal, que incorporava várias ideias discutidas e proposta por educadores e intelectuais da época.” (SOUZA, 2016, p. 1368 apud COSTA, 2002, p. 15). Além disso, é correto afirmar que foi a partir daí, conforme estava descrito no artigo 148, que a União, os estados e os municípios passaram a ser responsabilizados pelo desenvolvimento das ciências, artes, letras, cultura de modo geral, cuidar de objetos de interesse histórico, patrimônio artístico, assim como passaram a proporcionar melhores condições laborais ao trabalhador intelectual.

O novo texto constitucional contava com um título inteiro do preâmbulo dedicado ao setor educacional, intitulado “Da Família, da Educação e da Cultura”, em que, no artigo 149, estabelecia-se que a educação era um direito de todos e deveria ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. É também a partir desse momento que passa a existir uma preocupação em torno de um plano nacional de educação, que teria a função de coordenar e fiscalizar a expansão das instituições de ensino em todo o território brasileiro. Outra característica importante a ser destacada é a aplicação especial de recursos no ensino das áreas rurais do país. A União tinha o dever de reservar, no mínimo, 20% das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. Com isso, tanto a existência de um plano nacional de educação, que é uma realidade ainda hoje, como a destinação específica de dinheiro às escolas dos rincões do Brasil, dá-nos a impressão de que a educação passava, a ter um alcance mais efetivo da população.

Ainda de acordo com Souza (2016), o contexto de centralização do poder após a Revolução de 1930 fez com que a discussão acerca das diretrizes educacionais ficasse a cargo do poder legislativo, embora possibilitasse a participação dos estados desde que de forma suplementar. Contudo, a participação da sociedade nas questões educacionais foi ampliada a partir do momento em que o Conselho Nacional de Educação passa ser incorporado pelo texto constitucional de 1934. O ensino primário passa a ser considerado



direito de todos e a educação religiosa, uma faculdade, desde que atendesse a todos os tipos de credos como matéria escolar.

O financiamento da educação era garantido desde que os Estados se responsabilizassem por contribuir com 20% da renda proveniente da arrecadação de impostos, enquanto a União e os municípios contribuía com metade desse percentual. União, Estados e o Distrito Federal ficavam obrigados a reservar parte de seus patrimônios territoriais a fundos de manutenção do ensino público, que deveriam ser utilizados única e exclusivamente em obras de natureza educacional, bem como no auxílio a estudantes mais carentes. (SOUZA, 2016, p. 1369 apud MARTINS, 1999, p. 158).

O ensino técnico priorizado pela Carta Federal de 1937

Em 10 de novembro de 1937, enquanto estava no poder, Getúlio Vargas concretizou um Golpe de Estado no Brasil sob a justificativa de ameaça da aproximação comunista. A partir daí, com o apoio militar, seria implantado no país o que foi denominado de Estado Novo. Com o fechamento do Congresso Nacional, Vargas passou a governar sob Decretos-leis. A elaboração da nova Constituição Federal ficou a cargo do professor e jurista Francisco Campos. João Cardoso Palma Filho afirma em seu artigo “A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas” publicado em 2005, que a nova Carta constitucional foi, em grande parte, baseada na constituição fascista da Polônia, levando, portanto, à implementação de um Estado corporativista⁴ no Brasil.

No tocante à educação, o texto constitucional de 1937 mantinha o que já estava estabelecido nos artigos 128 e 134 da Constituição Federal anterior, porém a obrigação do Estado passa a ser menos atuante (PALMA FILHO, 2005). A obrigação da União se restringe a contribuir de forma direta ou indireta no estímulo ao desenvolvimento de instituições artísticas, científicas e de ensino, deixando de lado a obrigatoriedade de um plano nacional de educação. Em outras palavras, o poder público precisava apenas favorecer o ensino àqueles que demonstrassem poucas condições financeiras de ingressar em escolas particulares. Portanto, a partir de então, o ensino profissional volta a adquirir

⁴ De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, órgão ligado à Fundação Getúlio Vargas – FGV, corporativismo é uma doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Graças à solidariedade dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político (CPDOC, 2020).



maior importância para o Estado, sendo destinado principalmente às famílias das classes menos favorecidas.

Deste modo, mostra que a educação pública nunca foi no Brasil uma prioridade, ela serve como aparelho ideológico e sempre pesando para o lado mais pobre. As elites agrárias brasileiras se beneficiaram do analfabetismo das grandes massas, deste tecnicismo proposto pela Constituição de 1937, para gerar mais mão de obra, trabalhadores técnicos, ou seja, cidadãos formados para trabalhar em empregos com mão de obra barata. Educação e cultura foram, e ainda é, no país, mecanismo de poder simbólico das elites oligárquicas. Educação aparece no texto constitucional como uma forma de fixação de significados, de construir uma nova cidadania. O Estado toma para si a formação física, moral e intelectual da infância e da juventude. A inserção da educação como um mecanismo de inclusão surge assim no Brasil não como uma necessidade democrática, mas como "criação" de um texto constitucional de inspiração fascista.

Considerado um retrocesso, quando comparado à Constituição de 1934, o novo texto trazia menção à palavra “educação” apenas onze vezes, privilegiando, em seu artigo 129, como já mencionado, o ensino técnico e as instituições particulares, sendo dever do Estado assegurar a fundação de escolas técnicas e favorecer o recebimento de uma educação adequada às faculdades, aptidões e tendências vocacionais dos estudantes. Estabelecia ainda que era dever e direito natural dos pais garantir a educação integral dos filhos, sendo o Estado apenas o ator principal ou subsidiário facilitador na execução do processo e supridor das deficiências da educação particular. Era prevista ainda a responsabilidade da União em zelar pelos cuidados e educação da infância e da juventude, em caso de abandono físico, moral ou intelectual por parte dos pais, o que era considerado uma falta grave.

Palma Filho (2005) diz que o ministro da educação, Gustavo Capanema, esteve à frente do processo de organizar e estruturar o ensino técnico, e, inclusive, participou da elaboração do documento. O ginásio e o ensino secundário ficavam reservados às elites, que dirigiam a sociedade, enquanto a educação profissionalizante era direcionada às camadas populares, que, conseqüentemente, sofriam com as decisões tomadas pelos setores abastados. Contudo, os setores pobres continuaram a perder espaço nas escolas para os filhos dos mais ricos, os quais ao obterem aprovação nos testes admissionais das séries iniciais, preferiam continuar os estudos nas escolas secundárias em detrimento das escolas técnicas, pois sabiam que somente assim teriam acesso ao ensino superior.



Em uma análise acerca das relações entre a sociedade e o líder ditatorial do Estado Novo, que resultou na aparente e estranha harmonia entre ambos os lados, pode-se refletir sobre o que disse Michel Foucault (1999):

Ora, nos séculos XVII e XVIII ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento - deveríamos dizer a invenção - de uma nova mecânica do poder, que tem procedimentos bem particulares, instrumentos totalmente novos, uma aparelhagem muito diferente e que, acho eu, é absolutamente incompatível com as relações de soberania. Essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita (p. 42).

A indagação que se faz é: aplica-se ao referido período o tal mecanismo descrito por Foucault? E por que isso acarreta no bom ou mau funcionamento da educação? Para responder, devem ser analisadas algumas características próprias do momento e de todo regime totalitário. Antes de tudo, é preciso evidenciar a interpretação realizada pelo filósofo. Ele chama atenção para o surgimento de um novo modelo de soberano, isto é, aquele que age primeiro sobre os povos e suas diversas formas de pensar, e que, além disso, não é conhecido pela vigilância e pela imposição de sistemas de tributos e obrigações. Seu mecanismo implica muito mais a coerção material do que o aparecimento do soberano, apesar de que isso tenha mudado um pouco aqui no Brasil e em outras experiências mundo afora, a exemplo da propaganda de autopromoção investida por Vargas e Hitler. A questão é que em todos os regimes ditatoriais há exceções desse tipo, existindo frequentemente uma preocupação a partir das opiniões que são formadas e, de imediato, já se propõe uma interferência no intuito de barrar pensamentos contrários, ou até mesmo de estimular uma opinião moldada e que agrade aos setores privilegiados economicamente. No caso do Estado Novo, Vargas, por meio das ações de incentivo à educação, procurou definir uma economia soberana, capaz de fazer surgir as forças sujeitadas e o potencial daquilo que as sujeitavam.

As propostas constitucionais para a educação pós-Estado Novo

No artigo intitulado “A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto” publicado em 2007, Sofia Lerche Vieira afirma que a década de 1940 no Brasil foi inaugurada pela instabilidade do governo Vargas, devido ao cenário internacional



comprometido pela Segunda Guerra Mundial. Além disso, uma onda de manifestações tomou conta do país e a insatisfação, inclusive, levou alguns militares a se oporem ao governo. Embora a influência de Getúlio ainda fosse sentida, aos poucos, o país começou a tomar rumos para a redemocratização, e, no final de 1945, foi eleito para Presidente da República o general Eurico Gaspar Dutra. Ao assumir a presidência no ano seguinte, Dutra promulga a nova Constituição Federal, mais voltada para princípios liberais e democráticos.

Quanto à área da educação, o texto constitucional de 1946 traz de volta alguns aspectos da Constituição de 1934, acrescidos de algumas novidades (VIEIRA, 2007). A União readquire a responsabilidade sobre a legislação de diretrizes e bases da educação, o ensino religioso constitui aditivo para a compreensão dos conflitos ente católicos e liberais, com matrícula facultativa e previsão de ser ministrado conforme a manifestação do aluno ou de seu responsável legal, assim como o acesso à educação volta a ser um direito de todos, moldado em princípios interligados como citado por Moaci Aves Carneiro no livro “LDB fácil”:

Compulsoriedade do ensino primário para todos e sua gratuidade nas escolas públicas; gratuidade do ensino oficial nos níveis superiores, para alunos carentes; obrigatoriedade de oferta de ensino primário gratuito por partes de empresas com mais cem empregados e, ainda, exigência as empresas industriais e comerciais de assegurarem aprendizagem aos trabalhadores menores; Ingresso no magistério através de concurso de provas e títulos; fornecimento de recursos por parte do Estado para que o direito universal de acesso à escola primária fosse assegurado, buscando-se, desta forma, a equidade social; responsabilidade educativa compartilhada pela família e pela escola, podendo haver oferta pública e privada em todos os níveis de ensino; oferta obrigatória de ensino religioso, embora fosse de matrícula facultativa para os alunos. (2015, p. 31-32)

A Constituição Federal de 1946 representa alguns ganhos para o período, pois retoma aspectos da CF de 1934. Dentre as principais características, a definição de educação vista como um direito de todos, sendo repassada tanto no lar como em estabelecimentos de ensino. Além disso, ela deveria ser inspirada em princípios da liberdade e da solidariedade humana. A censura passa a perder espaço no cenário, enquanto a liberdade de pensamento recomeça a aflorar e, enfim, o país volta a respirar alguns ares mais democráticos. “Assim é que o artigo 141, § 5º, declara livre o pensamento sem que dependa de censura prévia. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público” como afirma Palma Filho (2005, p. 17). Era proibida a cobrança de impostos sobre instituições educacionais e de assistência social,



entre outras, com a condição de que suas rendas fossem aplicadas no país apenas nos respectivos fins.

Embora se falasse em uma transição para um regime democrático ou redemocratização, algumas questões permaneciam arraigadas no cenário brasileiro, como o apego à figura populista de Getúlio Vargas, que se manteve exercendo influência na política. Palma Filho (2005) garante que o período de vigência da Carta de 1946 foi marcado por profundas transformações socioeconômicas e de considerável desenvolvimento industrial e que isso tudo foi resultado das ações tomadas durante o primeiro governo Vargas. Ainda de acordo com Palma Filho (2005), as leis educacionais, não conseguiram concretizar ações que garantissem o cumprimento dos princípios liberais expressos nos textos constitucionais de 1934 e 1946.

Conclusão

Diante da análise, pode-se concluir que a educação no Brasil, durante o período de 1891 a 1946, passou por um processo com avanços e recuos, inclusive, deixando de receber uma importância mais adequada. Outro ponto que também podemos observar é que, assim como estava estabelecido em cada Carta Constitucional, a educação sempre esteve ligada aos interesses de quem estava no poder governamental, funcionando até como uma espécie de instrumento de controle social, como já havíamos sugerido antes. É pertinente destacar que, dentre as quatro constituições analisadas, apenas a de 1934 esteve mais perto de atingir objetivos educacionais mais efetivos. Talvez por ter sido influenciada pelo Manifesto dos Pioneiros de 1932, recebendo contribuições de educadores, esse texto constitucional é considerado um dos mais bem elaborados no que se refere à educação, podendo ser essa a chave para o sucesso educacional de que necessita a sociedade brasileira atual.

Em sua pesquisa, Palma Filho (2005) abordou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como sendo um documento resultante das diferenças entre as forças ideológicas que marcaram toda a década de 1930 nos campos político, econômico e educacional, tanto nacional como internacional, a exemplo da ascensão das ideias fascistas, nazifascistas e stalinistas. A disputa colocava, de um lado, intelectuais, socialistas, liberais e comunistas, formando um grupo que atendia pelo nome de Escola Nova. O outro grupo, formado por representantes da Igreja Católica e conservadores, reivindicava a criação de um ambicioso projeto de renovação educacional conservador para o país.



As divergências entre os dois grupos giravam em torno de quatro pontos essenciais: obrigatoriedade para todos acerca do ensino elementar; gratuidade da educação; currículo escolar laico; coeducação dos sexos. Depois das infrutíferas tentativas de chegarem a um acordo na criação de um projeto educacional solicitado por Getúlio Vargas no final de 1931, vinte e seis participantes da Conferência Nacional de Educação nomearam o crítico literário Fernando Azevedo para a construção do que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Convém ressaltar que, em meio a inúmeros retrocessos ao longo dos anos, a educação passou por uma série de derrotas, que resultaram na situação problemática que se verifica no século XXI. Falta de professores e de salários dignos, salas com problemas estruturais, insuficiência de vagas nas escolas etc. São situações que só podem ser resolvidas com muito investimento financeiro no setor, com esforço direcionado a combater os desvios de recursos e também com ações fiscalizadoras que façam cumprir as propostas dos Planos Nacionais de Educação.

Data de Submissão: 30/05/2020

Data de Aceite: 20/07/2020



Referências Bibliográficas

- BITTAR, Marisa.; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.
- CARNEIRO, Moaci. Alves. Breve História das Leis e Diretrizes e Bases Nacionais. In: _____. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 20.ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 27-45.
- CPDOC, FGV. Corporativismo. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/corporativismo>>. Acesso em 28 maio 2020.
- PAIVA, Vanilda. Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1972.
- PALMA FILHO, João. Cardoso. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas**. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- PLANALTO. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 23 jul. 2019.
- PLANALTO. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 23 jul. 2019.
- PLANALTO. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 De Novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 23 jul. 2019.
- PLANALTO. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 24 jul. 2019.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, João. Carlos. **Estado, sociedade e educação: o público e o privado na Constituição de 1891**. In: Anais do 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Cascavel: UNIOESTE. Disponível em <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario4/trabcompletos_estado_lutas_sociais_e_politicas_publicas/Trabcompleto_estado_sociedade_educacao.pdf> Acesso em: 14 jul. 2018.
- SOUZA, Paulo. André de. **Avanços da educação brasileira garantidos pela Constituição Federal de 1934**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-005.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.
- VIEIRA, Sofia. Lerche. Educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 219-309, 2007.

AS REPRESENTAÇÕES DO NEGRO E DO ÍNDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS (1970-2000)

RAINIEL LOPES BARBOZA¹



Resumo

Os grupos indígenas e negros, no Brasil, além de terem sofrido na pele séculos de opressão, também enfrentaram, séculos mais tarde, desafios em torno das formas como foram representados nos livros didáticos. No presente trabalho buscou-se analisar e refletir sobre as representações do índio e do negro nos livros didáticos de História do Brasil publicados entre as décadas de 1970 e 2000, período em que, mediante avanços de debates e ações afirmativas, verificam-se profundas mudanças, que vão do esquecimento à visibilidade.

Palavras-chave: Representação. Livro didático. Ensino de História.

Abstract

The indigenous and black groups in Brazil, in addition to having suffered centuries of oppression on their skin, also faced, centuries later, challenges around the ways in which they were represented in textbooks. In the present work, we sought to analyze and reflect on the representations of the Indian and the black in the textbooks of History of Brazil published between the 1970s and 2000s, a period in which, through advances in debates and affirmative actions, profound changes are verified, ranging from oblivion to visibility.

Keywords: Representation. Textbook. History teaching.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão crítica sobre a representação do negro e do índio nos livros didáticos brasileiros dos anos 70 até o ano 2000 do século passado no Brasil. Com o avanço dos direitos no país, ativistas e professores construíram juntos novas maneiras de repensar tanto a representação do negro e do índio em livros didáticos. Consequentemente, há maior preocupação com a apresentação da diversidade étnico-racial para as novas gerações. As formas de representação podem revelar detalhes ricos da cultura de uma etnia como também passar conceitos de respeito à diversidade. Assim a falta ou a representação deturpada de algumas culturas conduzem a um conceito e uma aceitação passiva de valores eurocêntricos em detrimento das etnias negras e indígenas.

A importância desta investigação consiste em pensar os motivos que fizeram as culturas negras e indígenas terem pouca ou nenhuma representação nos livros didáticos o

¹ Sem informação no lattes. E-mail: rainiellopes@yahoo.com.br.



objetivo geral é refletir as mudanças na representação do negro e do índio nos livros didáticos brasileiros durante o período de 1970 até 2000. E temos como objetivo específico entender como a luta pela representação dos índios e do negro nos livros didáticos transformou-se em um discurso de resistência à formação da nação com a contribuição de três etnias.

A natureza do trabalho será exploratória e qualitativa. Exploratória porque fará um levantamento bibliográfico sobre livros, artigos, obras acerca das mudanças representacionais de indígenas e negros nos livros didáticos ao longo do tempo. Para tanto, serão utilizadas tais plataformas/bibliotecas/acervos. Nessas plataformas, as seguintes palavras-chave: “Representação”; “livro didático”; “ensino de História”, nortearão os mecanismos de busca. A dimensão qualitativa permitirá a análise dos livros com atenção nas palavras, conceitos e narrativas – uma análise de conteúdo -, mas também debruçando-se sobre imagens e recursos audiovisuais.

O desenvolvimento desta investigação está dividida nas seguintes seções: no item 2.1 será abordada a representação do negro e do índio de 1970-1980; no item 2.2 a representação do negro e do índio de 1980-1990 e no 2.3 a representação do negro e do índio de 1990-2000. Por fim apresentaremos nossas considerações finais.

Esta seção buscou constituir um aparato teórico que pudesse respaldar e fundamentar o presente estudo, na intenção de compreender melhor o livro didático, sua trajetória de produção e o ensino de história por intermédio desse instrumento. A história da produção e da pesquisa sobre o livro didático é apresentada como fundamento do estado da arte e da análise posterior.

Ensino de História e o livro Didático

Esta seção buscou constituir um aparato teórico que pudesse respaldar e fundamentar o presente estudo, na intenção de compreender melhor o livro didático, sua trajetória de produção e o ensino de história por intermédio desse instrumento. A História da produção e da pesquisa sobre o livro didático é apresentado como fundamento do estado da arte e da análise posterior.

A princípio, no texto intitulado *Traiter le manuel scolaire comme source documentaire: une approche historique*, Alain Choppin preocupa-se em mostrar complexidade inerente às pesquisas envolvendo livros didáticos, quando estes são entendidos como documentos históricos. Em seu pensamento, a complexidade reside no



fato de o livro didático assumir funções multifacetadas das quais, nós, enquanto pesquisadores, selecionamos aquelas que se aproximam aos nossos objetivos.

Em pesquisas históricas, principalmente aquelas voltadas à história cultural, há esta complexidade como um elemento central, é o que explica Silva (2011). No sentido de responder questões a respeito da utilidade prescrita do livro didático, sua materialidade, utilização prática e até mesmo sua relação com as políticas educacionais, há a necessidade de expandir as análises recorrendo a outros tipos de documentos, como determina o autor.

Na linha de raciocínio do autor supramencionado, outros como Emmel (2011) e Soares (2011) afirmam que o livro didático não possui uma história própria no Brasil. Os autores orientam a consulta no endereço eletrônico do Ministério da Educação (MEC) que comprovam a existência apenas de leis e decretos desde 1930 sobre a existência do livro didático no Brasil. Em fato, apesar da longevidade existente acerca dos livros didáticos no país, os estudos sobre livros didáticos se iniciaram na Europa, na primeira metade do século XX, porém os interesses dos historiadores por este material se deu a partir do momento em que compreenderam a relação entre os livros didáticos de história a formação dos estados modernos e a constituição das identidades nacionais (SOARES, 2011).

No Brasil, embora as inúmeras portarias, decretos e leis existentes a respeito dos livros didáticos desde 1930, este ano, pode ser considerado um marco, pois o livro didático é elaborado também pela busca do embasamento científico. Elucidando esta realidade, Silva (2000 *apud* Emmel, 2011 p. 22) diz que o livro didático apresenta teor ideológico, conseqüentemente reproduz o discurso oficial, com o aval de editoras que:

[...] com essa prática, desde as primeiras publicações, aliavam interesse comercial ao poder político. Com isso, conquistavam os espaços abertos pela burocracia e pela incompetência do poder político (SILVA, 2000, p. 25).

Esta questão política prevaleceu até 1945, quando uma nova ordem política impôs uma nova relação entre governo e governados, redimensionando as funções hierárquicas da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Em 1966, o MEC acordou com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com a finalidade de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático (SILVA, 2000).

As pesquisas sobre livros didáticos no Brasil surgiram no fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980, sofrendo forte influência norte-americana, pois era uma era



tecnicista com conceitos de input, output, feedback, administração por objetivos, ensino por competências etc., obrigando revisar o modelo do livro didático no ensino brasileiro. Contudo, em decorrência dos marcos históricos decorridos, os livros didáticos precisavam acompanhar novos tempos da vida nacional, adequando-se à nova estrutura pedagógica e administrativa do currículo (SILVA, 2000). Neste bojo, foi criado pelo Governo Federal, na intenção de reestruturar a educação brasileira e basilar para a política, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), financiado pelo Banco Mundial, que atendeu de forma gradativa alunos com necessidades especiais, deficiência audiovisual, alunos de 1ª a 8ª séries sendo distribuídos para todos os componentes curriculares, incluindo história.

Entende-se que estudar ou analisar a história é procurar estabelecer um diálogo entre o presente e o passado (CHESNEAUX, 1977), tendo como referência a história vivenciada, acompanhada pelo conteúdo historiográfico e também pelas memórias deixadas pelos homens. No que concerne a representação dos negros e índios nos livros didáticos, é mister mencionar Chauí (2013) que afirma a permanência do discurso de mito fundador do Brasil, associada, segundo a autora, como uma ideologia de setores dominantes, do que a história propriamente dita. Ou seja, os interesses ideológicos são baseados em questões narrativas as quais justificam as ações repercutidas sobre a imagem das identidades étnicas.

Nas obras didáticas, assim como em estudos acadêmicos, o negro e o índio por muito tempo foram alvo prioritário de antropólogos e etnógrafos, pois eram povos sem história, isto é, povos que por não possuírem escrita não criaram registros históricos e, portanto, não interessavam aos estudiosos da área (LAMAS, 2016). Desde o século XIX, esse vaticínio promulgado por Vanhargen afastou os historiadores da pesquisa sobre os povos étnicos. Desde então, quando aparecem em livros didáticos, os negros e índios executam um papel subsidiários, que de acordo com Almeida (2009, p. 27) “agem sempre em função dos interesses alheios”. Neste prisma, havia apenas a ideia de um contato entre culturas distintas, sendo uma superior (a europeia) e a outra inferior (negros e índios).

Os preconceitos que impediam os pesquisadores de aprofundarem-se na temática etnográfica ajudavam os professores a reforçarem os estereótipos sobre a pouca contribuição no progresso do país, induzindo pensamentos de que negros e índios eram preguiçosos e inaptos a qualquer tipo de trabalho. Não obstante, havia silenciamento por parte dos professores às minorias étnico-raciais, porém, as transformações desta realidade estão intrinsecamente relacionadas às questões sociopolíticas e econômicas do país nos últimos 30 anos.



Os professores ainda reproduzem em sala de aula uma visão de mundo que parte do lugar masculino, branco e burguês. Eles enfrentam muitas dificuldades de incorporar em suas práticas pedagógicas e teorias de ensino os novos paradigmas sociais e culturais que visam trazer para o centro dos debates as experiências de múltiplos sujeitos. Nesse sentido, o ensino ministrado pelos professores precisa acompanhar o desenvolvimento da historiografia, cada vez mais preocupada com questões de classe, de raça e de gênero. Assim, os professores terão maior sucesso na discussão sobre a perpetuação de estruturas desiguais e preconceituosas. Um ensino de história preocupado com a diversidade e com os desafios enfrentados por alunos que vivem à margem do status quo pode aproximar os mundos de alunos, professores e pesquisadores. Os livros didáticos, dessa maneira, são instrumentos importantes, entretanto, os professores ainda encontram:

[...] nos livros didáticos textos, expressões e até mesmo ilustrações e figuras que reproduzem e reforçam a visão de uma sociedade elitista e excludente, que tenta mascarar as contradições sociais e os conflitos de classe e desprezar o papel das minorias sociais, tais como índios, negros e mulheres no processo histórico. (ORIÁ, 1995, p. 155).

Pela percepção do autor da citação acima, é possível concordar que o livro didático, ao cumprir a sua função educativa de informar e formar gerações, contribui também para difundir e perpetuar determinadas ideias, valores, preconceitos e estereótipos. Sem perder de vista as questões trazidas por essa abordagem, Bittencourt (2004) informa que os livros didáticos operacionalizam o uso de imagens e é importante que o professor faça os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos, criando-lhes oportunidades, em todas as circunstâncias, tornando o conhecimento histórico fundamental e não apenas algo arbitrário.

Por isso, a construção do currículo e a escolha do material didático tornam-se então questões importantes, não devendo estar focados apenas naquilo que os alunos precisam aprender, mas também considerar a realidade que o aluno vivencia. No sentido de elucidar o currículo como elemento de transmissão de conhecimento e visões sociais particulares, Moreira e Silva (2002, p. 8) incutem que o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

O direito ao acesso ao livro didático é garantido no país através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 4º que garante, entre outros, “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e



assistência à saúde” (BRASIL, 1996). Esta garantia é regulada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), destinado a:

[...] avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (MEC).

Compete aos professores e equipe pedagógica das escolas analisarem as resenhas contidas no Guia do Programa Nacional do Livro Didático para escolherem os livros a serem utilizados no triênio escolar que melhor se adequam ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e o currículo desta.

Em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei Nº 10.639, que torna obrigatório o ensino nas escolas sobre História e Cultura Afro-Brasileira:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Após a promulgação foi observado muitas produções de livros e materiais, didáticos e paradidáticos, que contribuísse com a valorização de textos e imagens dos negros para poder tornar possível o cumprimento da lei. Em 2008 o FNDE disponibilizou uma série de livros sobre a temática racial para distribuição em escolas da rede pública de ensino, tanto nas redes municipais e estaduais.

Em 10 de março de 2008 é sancionada a Lei Nº 11.645 que modifica a Lei Nº 10.639 para tornar obrigatório o estudo da história e cultura indígena além da história e cultura afro-brasileira:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008).

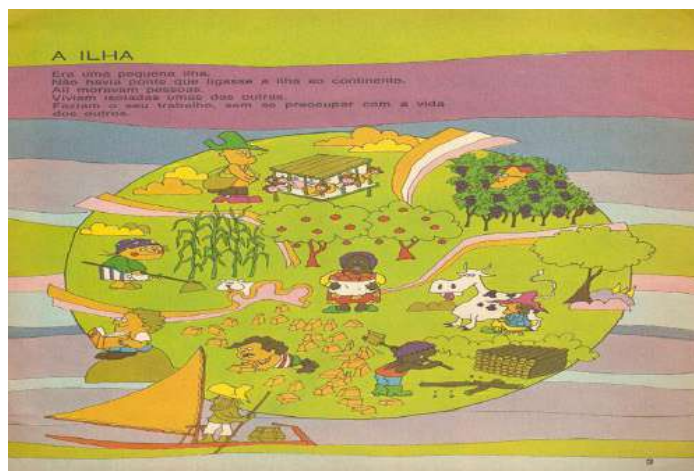


Novamente ocorre uma nova leva de produção de livros e materiais, didáticos e paradidáticos para o cumprimento da nova lei.

Análise das representações de negros e índios nos livros didáticos

As figuras abaixo ilustram a representação do negro e do índio em livros didáticos durante as décadas:

Figura 1 – Cartilha Nossa Ilha de 1977



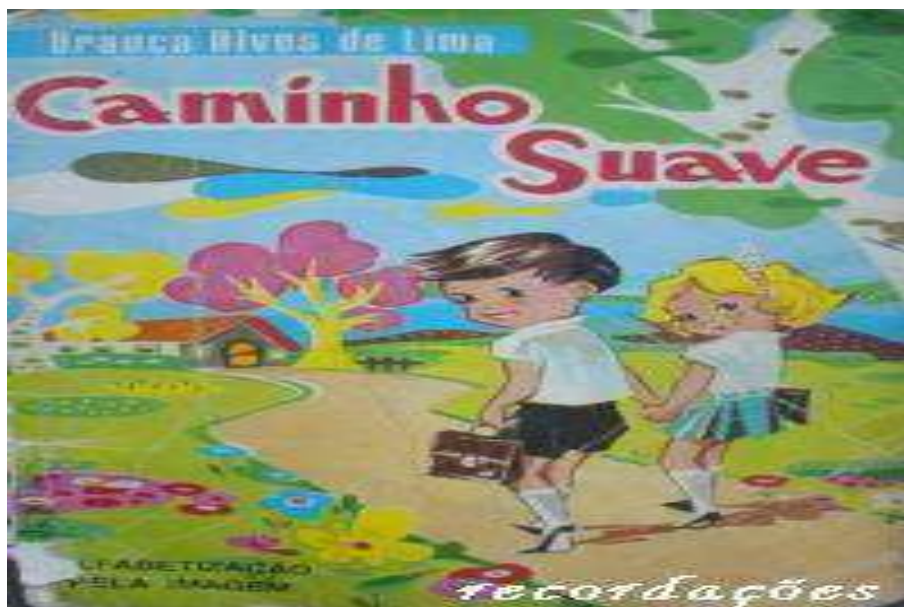
Na figura 01 a pessoa branca é representada como a intelectual, a quem é destinado o trabalho de “Pensar pela nação”, ditar seus rumos, enquanto resta aos negros e índios o trabalho braçal.

Com o auxílio de Negrão (1988), as ideias de inferioridade física e psicológica dos negros foram gradativamente incorporadas à escrita literária brasileira, contribuindo para estereótipos e estigmas negativos. Em contribuição, Holanda (1957) destaca o racismo e o preconceito expressos em proposições, como a figura 1, que mostra inferioridade “natural” dos negros e índios por questões sociais, paralelamente à ideia de superioridade dos brancos quanto à beleza e inteligência.

Para concluir, Filho (2005) destaca que apesar dos avanços, os livros didáticos ainda privilegiam, em especial no período colonial e imperial o escravismo, o tráfico negreiro e a resistência dos negros à escravidão, negligenciando o cotidiano dessa população e suas múltiplas vivências socioculturais. Sendo assim, apesar de alguns avanços continuam contribuindo para a permanência de estereótipos no que se refere ao papel da população negra na sociedade brasileira.

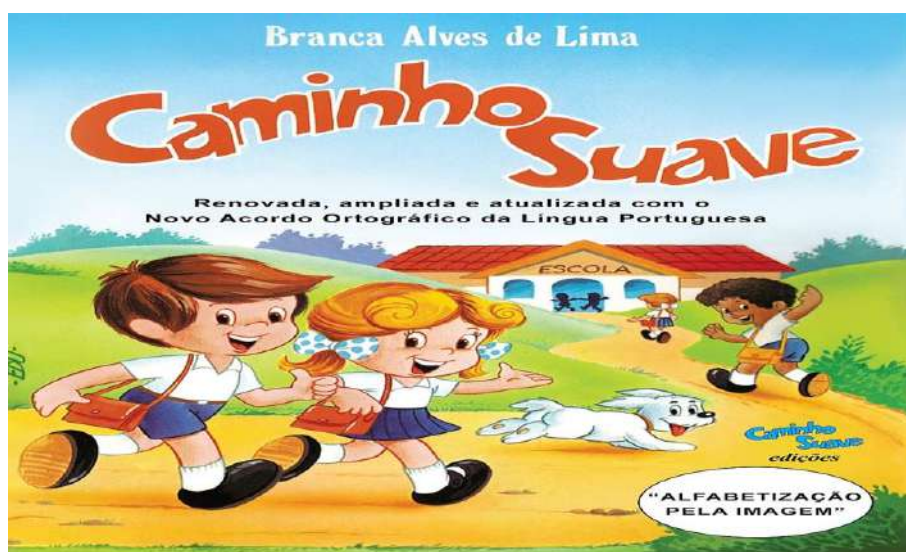


Figura 2 – Cartilha da década de 1980



A capa da figura 02 mostra alunos brancos, sem a presença de negros ou índios na escola. Na visão de Negrão (1988) é notória a discriminação etno-racial em livros didáticos brasileiros, posto que a não representação do negro encontra-se em situação social inferior à do branco. O enfoque da raça branca como mencionado pelo autor, é vista como sendo a mais bela e a de mais poderosa inteligência.

Figura 3 – Cartilha da segunda década de 2000, após o novo acordo ortográfico.



A figura acima mostra um aluno negro junto com alunos brancos, um aluno homem e sem a presença de indígenas.



Ao surgirem movimentos sociais favoráveis aos negros e índios a partir de denúncias e reivindicações pelo tratamento diferenciado aos negros, a temática passou a ganhar mais adeptos e então o PNLN proibiu a circulação de livros didáticos que expressassem preconceitos de origem, cor e gênero.

As representações do negro e do índio nos livros didáticos entre 1970 e 1980

Na década de 70 do século 20 a presença do branco nas ilustrações era visível. Os coletivos e multidões eram personagens brancos e eles também ocupavam posições de proeminência; eles eram diversificados e mostravam maior gama de atividades ocupacionais, denotando posições de prestígio e poder. As ilustrações do negro e do índio serviam para reforçar estereótipos como físico avantajado e eram mostrados em funções humildes, estando ausentes em ilustrações de multidões (PINTO, 1987).

Nos textos, havia uma maior proporção de personagens históricos e famosos entre os brancos do que negros e índios e o negro era mostrado mais do que o índio e apresentava maior percentual de personagens negativos. Em textos fictícios personagens brancos eram apresentados com nome próprio e dados maior importância, estando vivos em sua maior parte. Os brancos são mostrados como praticantes de diversas religiões e exercendo atividades profissionais variadas enquanto o negro e o índio têm que ser especificados no texto pela sua cor e raramente vivendo em contexto familiar em histórias (PINTO, 1987).

As representações do negro e do índio nos livros didáticos entre 1980 e 1990

Na década de 1980 começa-se a atentar para a visibilidade do negro e do índio e sua apresentação no ambiente escolar e acadêmico. Tassimari *et al* (2002) colocam que:

[...] pesquisadores sobre populações indígenas (antropólogos, linguistas, educadores) atentaram para o hiato existente entre os estudos acadêmicos, suas contribuições, conclusões e recomendações e, de outro lado, as imagens e informações divulgadas sobre as populações nos meios de comunicação, nas salas de aula, nos livros didáticos.

Negrão coloca que o tratamento da personagem negra nos livros é tratado com postura de desprezo e mostra “a visão do negro como alguém digno de piedade; o enfoque da raça branca como sendo a mais bela e a de mais poderosa inteligência; o combate ao preconceito através da História do Brasil” (NEGRÃO, 1988, p. 53).



As representações do negro e do índio nos livros didáticos entre 1990 e 2000

A partir de 1990 o movimento Negro ganha mais força e escritores e ilustradores tentam apresentar no papel as “transformações da representação social do negro tanto nos seus textos quanto em suas ilustrações” (SILVA, [s.d], p.4). A temática indígena ainda não tem força em seus Movimentos para garantir uma mudança mais real. O índio é mostrado como o escravo e não há atividades ligadas ao entendimento da cultura indígena, como coloca Ribeiro (1995, p.202):

Os indígenas já viviam nas terras onde hoje é o Brasil milhares de anos antes da chegada dos portugueses. Apesar disso, com poucas exceções, aparecem nos livros escolares. E, muitas vezes, são mostrados apenas como vítimas, e não como sujeitos da História.

Além disso, diferentes povos indígenas são muitas vezes chamados pelo nome de índio, como se fossem todos iguais.

A representação do negro e do índio nos livros didáticos começaram a mudar por força de lei a partir da década de 2000, mas como vimos no desenvolver da investigação desta mudança foi precedida nas décadas anteriores por uma militância ativa que não aceitava os rígidos padrões eurocêntricos. O Brasil é um país misto e os descendentes das três raças que povoaram o Brasil tem direito de estarem representados da mesma maneira e serem valorizados da mesma forma. Um direito que por muitos séculos foi silenciado como vimos nesta investigação.

Considerações finais

A discussão sobre o racismo num país como o Brasil que convive há séculos com o mito da democracia racial nos traz nuances delicadas e requer uma análise criteriosa do preconceito subentendido. Analisar a representação do índio e do negro nas décadas 70, 80 e 90 do século XX nos faz entender os movimentos forte que surgiram a partir dos anos e que pregavam mudanças pela lei para inserir o negro e o índio em vários espaços onde ele não estava ou tinha uma representação equivocada.

Ao analisarmos a representação dos livros didáticos das décadas de 70, 80 e 90 do século XX visualizamos um processo de resistência em marcha para a correção desta falta de representação ou da representação equivocada destas duas etnias, através dos movimentos criados pela própria etnografia para que sua realidade fosse representada adequadamente nos materiais didáticos de história cultura. Esta resistência procurou modificar a ausência de representação e combater os estereótipos e preconceitos comuns nos livros didáticos em relação ao negro e ao índio.

O avanço dos direitos de escolarização e a luta pela inclusão dos povos afrodescendentes e das populações indígenas levaram os educadores e os ativistas da área a uma reflexão mais cuidadosa em relação aos livros didáticos que serão referenciais da nova geração. A representação equilibrada das três etnias que povoam o Brasil tem um sentido importante para que todos se sintam representados e os livros didáticos sejam feitos com conteúdo significativos para todos e também que todas as etnias possam perceber o peso de uma sociedade injusta feita da invisibilidade de muitos.



Data de Submissão: 05/05/2020

Data de Aceite: 11/08/2020



Referências bibliográficas

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. Lei Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

CHICO Santa Rita. Nossa Ilha. Disponível em: <http://chicosantarita.com.br/jornais-revistas-tv/>

FUNDO Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). Dados estatísticos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: Os projetos de trabalho.** Porto Alegre – RS: Ed. ArtMed, 1998.

MINISTÉRIO da Educação (MEC). PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>

MOREIRA, Antonio F. B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio F. B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

NEGRÃO, E. V. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. Formação e atuação do professor na sociedade contemporânea: Implicações e Possibilidade. **Campinas**, n.44, p. 47-56, dez 2011

ORIÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Texto apresentado como comunicação no XVIII Simpósio Nacional de

História, realizado em Recife-PE, em julho de 1995, como parte integrante do módulo de atividades intitulado "Zumbi: Memória, História e Identidades". P. 154-165. Disponível em:

<http://www.innovatio.org.br/download/cursos/historia%20da%20africa/Leitura%205.pdf>

PINTO, Regina Pahin. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cad. Pesquisa** (63), Nov, 1987. P. 88-92

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TASSINARI, Antonella M. Imperatriz; OLIVEIRA, Melissa Santana de; GOBBI, Izabel. Aprendendo com a diversidade cultural: uma experiência de intercâmbio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.



ENTRE O ERUDITO E O POPULAR: A COMPANHIA EDITORA NACIONAL, A FORMAÇÃO DA BRASILIDADE E OS LIVROS DIDÁTICOS DE *HISTÓRIA DO BRASIL* DE JOAQUIM SILVA (1930-1945)



FELIPE AUGUSTO SANTOS DO VAZ¹

Resumo

Objetos indispensáveis às práticas pedagógicas, os livros didáticos podem ser interpretados como aparatos substanciais às intencionalidades que propiciam a legitimação de um determinado modelo de cultura - pautado, no mais das vezes, pelas pretensões de se desenvolver uma sociedade conformada nos moldes da cultura letrada. Com efeito, este foi o modelo que, em certa medida, tentou se consolidar junto aos projetos de modernização do país na Era Vargas - seja pelos esforços do Estado, seja pelas iniciativas privadas, como no caso da Companhia Editora Nacional (CEN). Esta, vista como um importante pivô no desenvolvimento da cultura letrada no país, estabeleceu uma respeitável tradição - não apenas editorial, mas também na promoção de uma pedagogia da nacionalidade. Tal pedagogia, assentada pela necessidade de despertar um sentimento nacionalista nos indivíduos, buscava constituir um modelo específico de cultura nacional - apreendida aqui como produto de uma reciprocidade que marca a relação entre a cultura popular e a cultura erudita. Tendo em mente que esta relação se refletiu, sobretudo, no âmbito educacional, o trabalho que ora se apresenta toma como propósito debruçar sobre as narrativas veiculadas por alguns manuais escolares de História do Brasil - escritos por Joaquim Silva e publicados pela CEN nas décadas de 1930 e 1940.

Palavras-chave: Culturas erudita e popular. Cultura nacional. Companhia Editora Nacional.

Abstract

Essential objects for pedagogical practices, textbooks can be interpreted as substantial devices to the intentions that provide the legitimation of a given model of culture - guided, more often than not, by the pretensions of developing a society conformed to the literate culture. Indeed, this was the model that, to a certain extent, tried to consolidate itself with the country's modernization projects in the Vargas Era - either through the efforts of the State, or through private initiatives, as in the case of Companhia Editora Nacional (CEN). This, seen as an important pivot in the development of literate culture in the country, established a respectable tradition - not only editorial, but also in promoting a pedagogy of nationality. Such pedagogy, based on the need to awaken a nationalist feeling in individuals, sought to constitute a specific model of national culture - apprehended here as the product of a reciprocity that marks the relationship between popular culture and erudite culture. Bearing in mind that this relationship was reflected, above all, in the educational field, the work presented here aims to focus on the narratives conveyed by some schoolbooks of History of Brazil - written by Joaquim Silva and published by CEN in the 1930s and 1940.

¹ Mestrando em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: fevaz18@gmail.com.



Keywords: Classical and popular cultures. National culture. Companhia Editora Nacional.

Considerações iniciais

Ferramentas pedagógicas depositárias de uma considerável complexidade, os livros didáticos se pautam como objetos de cultura centrais nas práticas de ensino. Visto como um "(...) um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado" (BITTENCOURT, 2017, p. 71), eles podem ser compreendidos como consideráveis instrumentos de normalização da cultura e surgem como material intimamente ligado aos anseios de conformação das sociedades letradas.

Por certo, seria inequívoco ressaltar que este foi, em partes, o modelo de sociedade idealizado pelas demandas das propostas de modernização do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, que se concretizariam não apenas através dos **esforços** mobilizados pelo Estado, como também por meio das iniciativas privadas - como foi o caso da Companhia Editora Nacional (CEN).

Fundada em 1925 por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, a Nacional buscou, no decorrer de seu funcionamento, promover uma inundação de livros pelo país com a finalidade de civilizar a nação através da crença em um poder transformador destes materiais. Desenvolvendo-se concomitante às reformas educacionais do ensino secundário, o empreendimento tomou para si o *status* de uma verdadeira "(...) agência da educação moderna do público leitor" - estabelecendo, para isso, uma cultura da leitura que se fundamentava tanto na instituição de uma tradição editorial quanto em um projeto pedagógico de formação e ratificação da nacionalidade.

A conformação desta nacionalidade apoiava-se numa ideia específica para o nosso nacionalismo - concebido aqui como um fator de grande relevância às relações humanas ao longo do tempo. Visto, também, como um elemento que antecede a formação da nação, ele visa "(...) inculcar certos valores e normas de comportamento (...)" (HOBSBAWM, 1984, p. 9), apontando que as unidades política e nacional devem se organizar como elementos correlacionados. Para mais, é a partir desta correlação que o Estado passa se desenvolver enquanto nação - interpretada aqui como uma "comunidade imaginada" (ANDERSON, 1983).

Esta comunidade desperta nos sujeitos uma identidade com o coletivo, apresentando um relevante conjunto de normas e significados que impulsiona o



compartilhamento de um conhecimento que se respalda em determinados aspectos da cultura - esta, entendida como um fator que se estabelece a partir dos significados comuns e individuais (WILLIAMS, 2011) e que, no que se refere à "questão nacional", pode ser definido como um verdadeiro diferencial entre os países, comportando-se então como uma criação inerente de sua própria nação.

Tomada como um processo que resulta de uma "tradição seletiva", esta criação pode ser caracterizada como produto de um passado significativo, no qual determinados significados e práticas são estabelecidos e realçados enquanto outros são omitidos e excluídos. Para além, compreende-se que esta seleção é o que define os elementos que, de fato, passam a constituir a matriz da cultura nacional - que pode ser compreendida também como uma arena de elementos em conflitos que resulta da pressão do nacionalismo sobre um conjunto de recursos, na qual há sempre uma troca entre o escrito e oral, o dominante e o subordinado (THOMPSON, 1998 apud PINTO JÚNIOR, p. 12).

De fato, ressalta-se que esta é a troca permeia e caracteriza a relação, tomada como primordial à produção da cultura nacional, entre a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternizadas, configurando uma verdadeira circularidade cultural (BAKHTIN, 1987). Esta, por sua vez, assinala a existência de uma reciprocidade entre as culturas subalternizadas e hegemônicas - situação que, no que diz respeito ao ideário nacionalista, acaba por determinar para cada qual uma destas suas respectivas finalidades nos mecanismos de construção e ratificação da identidade nacional.

Tendo em mente estas considerações, a pesquisa que ora se apresenta busca analisar parte dos esforços empregados na articulação entre a cultura popular e a cultura erudita - entendida como dispositivo estrutural na construção da identidade e cultura nacional brasileira durante a Era Vargas. Compreendendo que esta articulação refletiu, sobretudo, no âmbito educacional - seja por meio das disposições oficiais do Estado, seja pela iniciativa privada - opta-se aqui por debruçar sobre as narrativas veiculadas por alguns livros didáticos de História do Brasil escritos por Joaquim Silva e publicados pela Companhia Editora Nacional a fim de sanar alguns questionamentos como: qual o lugar de poder da CEN nos intentos que propunham a formação identidade brasileira durante a Era Vargas? Quais as estratégias empregadas na preservação deste lugar de poder? Em que medida a Companhia toma a cultura popular como um fator fundamental às suas intencionalidades? Nesse sentido, quais são os elementos de cultura popular mobilizados nas obras analisadas? Qual a importância destes ao processo de construção e afirmação



da cultura nacional? E como a reciprocidade entre as culturas erudita e popular se assegura pela Nacional?

Nação, nacionalismo e o ensino de história nacional no Brasil da Era Vargas (1930-1945)

A multiplicidade de reflexões que se tem construída sobre o Brasil da década de 1930 configura um vultoso debate a respeito dos delineamentos políticos, econômicos, sociais e culturais que marcaram o período em questão. Ora tomado como resultado de um golpe, ora visto como produto de uma revolução, os anos 30 apresentou um expressivo conjunto de mudanças marcadas por novas propostas de modernização que se materializariam através dos contínuos processos de industrialização e urbanização da sociedade brasileira.

Concomitante a este propósito de modernização, desencadeou-se no país um notável conjunto de discursos que propunham novas formas de interpretação sobre o passado de nossa história nacional², fomentando em certa medida o projeto arquitetado pelo Estado voltado à construção e manutenção de um novo modo de se pensar os aspectos definidores da brasilidade – estabelecida a partir da reorganização dos elementos que estruturavam o nosso nacionalismo.

Assimilado por Oliven (2018) como um fator eminente às relações humanas ao longo do tempo, o nacionalismo pode ser tomado como uma dimensão que se sustenta por um conjunto de práticas que “(...) visam inculcar certos valores e normas de comportamento (...)” (HOBSBAWM, 1984, p. 9). Para mais, compreendido por Hobsbawm (1990) como um elemento que antecede a formação da nação, ele se caracterizaria como um princípio primordial que aponta que as unidades política e nacional devem ser congruentes.

De fato, não seria incorreto pontuar que esta congruência se constitui como um suporte elementar na estruturação dos Estados enquanto nações - que, por sua vez, devem ser compreendidas como verdadeiras “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983). Estas seriam “(...) pensadas por meio de práticas culturais e administrativas dos estados

² Sobre esta questão, Abud (2004, p. 32) destacou que “(...) os historiadores apontam 1930 como um marco da retomada da concepção de Estado Nacional e da busca de uma identidade para o povo brasileiro”. No bojo desta retomada, alinhada às novas circunstâncias que colocavam fim a Primeira República, surgem intelectuais que, em certa medida, se dispunham a promover estas novas formas de interpretação do processo histórico brasileiro, como Sérgio Buarque de Holanda; Caio Prado Jr.; Gilberto Freyre - cada qual tecendo certo conjunto de críticas e, sobretudo, enaltecimentos acerca do passado.



modernos a fim de estimular os sujeitos a definir suas obrigações enquanto membros de um grupo que, supostamente, é especial e homogêneo pela própria natureza" (MOLL NETO, 2017, p. 286).

A julgar por tais apontamentos é justamente este estímulo do qual se fala que desperta um sentimento de pertencimento nos indivíduos - estabelecendo-se, dessa forma, sua identificação com o coletivo. Tal identidade, depositária de um conjunto de normas e significados, promove o compartilhamento de um conhecimento comum que toma como fundamento determinados aspectos da cultura – compreendida como componente primordial à coletividade.

Entendida por Raymond Williams como um elemento que se constitui pelos modos de vida do social pontua-se que a cultura é configurada pelos "(...) significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo" (WILLIAMS, 2011, p. 12). Para além, no que toca à "questão nacional", ela pode ser considerada como um verdadeiro diferencial entre os países, comportando-se como uma criação específica de sua própria nação³.

Em certa medida, tal criação se justifica, sobretudo, através daquilo que Williams (2011) classifica como "tradição seletiva". Esta se caracterizaria como o "passado significativo", "(...) a forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos" (Ibid, p. 54).

Dessa forma, ressalta-se que é a partir deste processo de seleção que se definem os elementos que, de fato, passam a constituir a matriz da cultura nacional – esta, uma "(...) verdadeira arena de elementos conflitivos (...)" que, segundo Domingues (2011), se caracterizaria pela heterogeneidade de interesses que configuram as experiências sociais. Para mais, a cultura nacional poder ser entendida como um sistema que resulta da pressão exercida pelo nacionalismo sobre "(...) um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado (...)" (THOMPSON, 1998 apud PINTO JÚNIOR, p. 12).

³ A respeito desta afirmativa, Perry Anderson argumenta, por exemplo, que "(...) as sociedades capitalistas modernas podem assemelhar-se bastante umas às outras em todas as características estruturais – distribuição da força de trabalho, grau de urbanização, perfil demográfico, tamanho e funções do Estado – permanecendo, ao mesmo tempo, significativamente diferentes em culturas: ninguém confundirá a Bélgica com o Japão" (ANDERSON, 1996. p. 148).



Não seria demais levar em conta que esta troca permeia e caracteriza a relação, tomada como basilar à estruturação da cultura nacional, entre a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternizadas, que configuram, em certa medida, uma verdadeira circularidade cultural (BAKHTIN, 1987). Segundo Ginzburg (2006), esta circularidade apontaria que "(...) entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu (...) um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (...)" (GINZBURG, 2006, p. 10). Para mais, visto aqui como prática inevitável no jogo de tensões mobilizado na legitimação de um modelo de cultura nacional, este movimento determinaria aos seus participantes suas respectivas funcionalidades no processo de construção e ratificação do ideário nacionalista.

Este ideário, mobilizado pelo Estado brasileiro como parte de um empreendimento político, pode ser compreendido como um projeto orquestrado por sujeitos ligados à cultura dominante - no mais das vezes, elitizada - que, para além de mobilizar elementos intrínsecos de seu âmbito cultural, empregam também componentes específicos das culturas populares - que, nos termos propostos por Williams (2011), se pautariam como elementos "residuais" incorporados pela cultura hegemônica. Ainda, ressalta-se que esta incorporação encontra justificativa na necessidade de a cultura dominante estabelecer certos sentidos à cultura residual, garantindo seus mecanismos de controle e manutenção⁴.

Frente a estas considerações, destaca-se que no Brasil das décadas de 1930 e 1940, este mecanismo se fez profundamente ativo e buscou consolidar, através de uma política populista⁵, uma integração mais ampla entre os brasileiros, buscando validar uma lógica que propunha intercalar a ideia de "nação" à de "povo" ao instituir

... uma tradição muito forte que privilegiou, nos estudos históricos, a constituição de uma nação organicamente articulada, resultante de um processo caracterizado pela contribuição harmoniosa das diversas classes sociais, pela conciliação e pela organização de um 'bem comum', processo, portanto, que privilegiava o passado vivido e recuperado sem conflitos, divergências ou contradições (NADAI, 2010, pp. 29-30).

⁴ No que toca à referida necessidade de controle da cultura dominante sobre a cultura residual, Williams (2011, p. 56) ainda pontua que ele se faz imprescindível "(...) sobretudo se o resíduo é proveniente de alguma área importante do passado".

⁵ O conceito de populismo aqui empregado toma como fundamento o mesmo entendimento que Cláudio Dumont e Francis Cotta fizeram do termo no contexto da Era Vargas, ou seja, um modelo clássico de governo caracterizado pelas tentativas de dominação da classe popular brasileira via política protecionista. Para além, não seria exagero ressaltar a ideia de "tentativa", visto que apesar de corresponder a um modo de manipulação de massas, nunca foi, de fato, absoluto (DUMONT; COTTA, 2016, p. 4).



Este processo, fortemente assentado no apaziguamento dos conflitos sociais, se amparou no estabelecimento de um conjunto de discursos imprescindíveis às tentativas de compreensão acerca de uma idealizada unicidade à identidade nacional brasileira – pensada, por sua vez, a partir de uma suposta cordialidade que teria definido profundamente as relações sociais desencadeadas ao longo da história do país⁶.

Com efeito, não tardou para que a veiculação deste presumido caráter do nacionalismo brasileiro se efetivasse - a fim ser autenticado como um verdadeiro símbolo de nossa cultura -, e foi por meio do sistema educacional que a circulação destas ideias, ratificadas pelo Estado, se manifestou de maneira profunda.

Marcado por expressivas mudanças nos delineamentos de seu funcionamento, o campo educacional brasileiro experimentou, no decorrer dos anos 30, uma reorganização de suas estruturas - que buscava, em certa medida, atender as novas demandas de modernização do país. Essa era, sem dúvida, a tônica da reforma educacional orquestrada por Francisco de Campos em 1931, que irrompia como uma forma de validar as disposições políticas projetadas pelos interesses que permeavam o Estado.

Nessa lógica, assentada por uma série de medidas centralizadoras, a reforma em questão impeliu um enérgico controle sobre as diversas etapas que constituíam o processo de ensino-aprendizagem. Para mais, este controle - que se consubstanciava através de uma série de regulamentações práticas e prescritas - estabeleceu uma verdadeira rigidez que se fazia evidente, sobretudo, nos programas curriculares direcionados ao ensino secundário.

Este, interpretado por alguns historiadores da educação como um nível de ensino depositário de um caráter elitista (DALLABRIDA, 2009; ROMANELLI, 2009; PILETTI, 2006), "(...) era o único curso pós-primário que preparava e habilitava os estudantes para o ingresso nos cursos superiores, diferenciando-se dos cursos técnico-profissionalizante e normal" (DALLABRIDA, 2009, p.186). Para além, voltado à "(...) formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional (...)" (ROMANELLI, 2009, p.136), ele se destacava como uma importante ferramenta de manutenção do poder, com programas que apresentavam

⁶ Esta noção de cordialidade se desenvolve concomitantemente ao conceito de Homem Cordial, que tem origem em Ribeiro Couto em 1931. Outros intelectuais se apropriaram desta noção para endossar a ideia de nossa suposta cordialidade - como no já conhecido caso de Gilberto Freyre, cujas produções saudosistas a respeito de nosso passado colonial traziam à tona esta característica como um dos comportamentos básicos da sociedade brasileira.



... um *corpus* de representações e normas que fixam e preservam de antemão *o que e como* se deve pensar, agir e sentir, com a finalidade de produzir uma universalidade imaginária da qual depende a eficácia da ideologia para produzir um imaginário coletivo... (CHAUÍ, 1980 apud. ABUD, 2004, p. 28).

Nesse bojo, a história escolar pautava-se como uma disciplina primordial, uma vez que fortaleceria este imaginário através da construção do "(...) espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional" (ABUD, 2004, p. 34). Seus programas "(...) continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando, no sentido de levá-lo à compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo" (Ibid, p. 34).

Esta continuidade, que desde o século XIX havia se construído com base nas considerações que priorizavam a valorização da unidade administrativa e territorial - enaltecendo-se, portanto, os feitos políticos e econômicos -, procurou, a partir de 1930, "(...) encontrar também uma unidade étnica, no caso a branca, para o povo brasileiro, tentando transformar a miscigenação que nos tornaria inferiores, dada a maciça presença do negro, num processo de branqueamento" (Ibid, p. 38). Contudo, certo é que esta busca também passou a enfatizar as influências populares que as culturas africanas e indígenas teriam exercido no processo de formação da cultura brasileira – contribuindo ao exercício de certos costumes que se faziam presentes nas experiências contemporâneas do cotidiano social.

Nesse sentido, não seria demasiado compreender que tal situação exemplifica as tentativas de assimilação dos componentes culturais populares na constituição da brasilidade, vinculando-os profundamente às suas respectivas origens étnico-raciais. Por essa lógica, compreender a formação biológica do povo brasileiro - enquanto resultado da miscigenação entre brancos, negros e indígenas -, requeria levar em conta também seus reflexos no próprio âmbito cultural - constituindo as características inerentes de nossa cultura.

Por certo, a este modelo de cultura nacional, que se estabelece sob a predominância de uma cultura de elite - no caso, branca -, a presença dos aspectos populares negros e indígenas se faziam indispensáveis, buscando estabelecer uma ideia de inclusão que poderia sustentar maior adesão das camadas populares à lógica da coletividade nacional. Na prática, esta adesão não apenas se limitaria a ratificar o pretendido projeto nacionalista, como também o próprio predomínio político da cultura hegemônica – que tornava seus elementos protagonistas do processo histórico brasileiro



e, concomitantemente, legava às culturas africanas e indígenas o *status* de meras contribuintes de nossas historicidades.

De certo modo, este modelo da história nacional se fez presente nos currículos de História do Brasil não só ao longo dos anos 30, mas, principalmente, no decorrer da década de 1940 – num contexto acentuadamente marcado pelo controle do regime de Estado Novo, cujo maior reflexo no campo educacional fora a reforma promovida pelo ministro da educação Gustavo Capanema, em 1942.

Proposta que tomava como objetivo reorganizar as estruturas de alguns ramos do ensino, a Reforma Capanema não deve ser compreendida como uma mudança radical do quadro então estabelecido com Francisco de Campos, mas sim como um aperfeiçoamento da burocratização de alguns níveis de ensino como, por exemplo, o próprio secundário - cujas finalidades adquiriram um tom acentuadamente nacionalista, com a presença de um discurso que não escondia os anseios de se formar as "individualidades condutoras da nação" por meio da elevação da consciência patriótica e humanística destes adolescentes⁷.

Tal consciência, delineada, dentre outras coisas, pela já citada busca das origens do povo brasileiro, procurou enfatizar a valorização do processo de miscigenação, enxergando a sociedade brasileira como uma "(...) 'população diferente, mesclada, fruto de três elementos diversos que se aceitaram e se fundiram" - vale a ressalva: biológica e culturalmente.

A importância da abordagem desta "fusão" no ensino de história do período em questão se ratificou nas disposições do programa de História do Brasil, que tomava como pauta as historicidades de nossa "formação étnica" – termo que, para além de se apresentar em destaque no documento oficial, intitulava a unidade voltada especificamente ao tratamento do tema⁸, dispondo *o que e como* deveria ser trabalhado pelo docente.

Sem dúvida, a presença deste assunto nos programas e currículos se pautou, claramente, como um expressivo indicativo das intencionalidades do Estado na promoção

⁷ Segundo as disposições oficiais, "(...) o que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser um, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem um ensino capaz, além disso, de criar no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem e seu destino" (BRASIL, 1952, p. 20).

⁸ "Unidade III – A FORMAÇÃO ÉTNICA: 1) O elemento branco. 2) O indígena brasileiro. 3) O negro. 4) A etnia brasileira" (BRASIL, 1942).



de seu ideal nacionalista - que tomou o campo educacional como uma ferramenta essencial às possibilidades de sua veiculação e efetivação. Contudo, certo é que tanto a circulação quanto as oportunidades de concretização de tais princípios não se limitaram apenas às políticas públicas voltadas à construção dos currículos, mas também reverberaram de maneira profunda no processo de elaboração, produção e usos dos livros didáticos - reputados como notáveis instrumentos pedagógicos e verdadeiros reflexos dos programas curriculares.

Produzindo livros didáticos e legitimando a identidade da nação: o caso da Companhia Editora Nacional

Objetos de cultura que apresentam uma notável centralidade nas práticas pedagógicas, os livros didáticos podem ser compreendidos como materiais complexos (BITTENCOURT, 2008), cuja produção se constitui como um processo marcado por uma série de interferências (MUNAKATA, 2012) – determinadas por um conjunto expressivo de regulamentações que se estabelecem a partir da atuação dos diversos sujeitos e instituições envolvidos. Para além, interpretadas por Bittencourt (2017, p. 71) como "(...) um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado", estas ferramentas de ensino se destacam como aparatos cruciais às tentativas de normalização da cultura (BENITO, 2012) e se encontram, da mesma forma, intrinsecamente ligadas às intencionalidades que fomentam a constituição das sociedades letradas (BITTENCOURT, op. cit, p. 15).

Por certo, este foi o modelo de sociedade idealizado pelas demandas da modernização brasileira ao longo dos anos 30 (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 3) que, para além de se apresentarem através dos esforços mobilizados pelo poder público, se manifestaram também por meio de algumas iniciativas privadas como, por exemplo, no caso da Companhia Editora Nacional - uma das maiores e mais ilustres casas editoriais do século XX (TOLEDO, 2001).

Fundada em 1925 por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, esta editora foi

... herdeira de um projeto, de inspiração iluminista, acalentado por setores da intelectualidade republicana brasileira dos anos 10 e 20, dos quais Lobato foi parte integrante, e que convencidos de que o país além de pouco alfabetizado era 'alérgico a livros', contavam em civilizar a nação, através do poder pedagógico e transformador dos livros (DUTRA, 2004, p. 6).



Decerto, foi a crença neste poder transformador que fundamentou as atuações da Nacional e entusiasmou o desdobramento de um programa que propunha desencadear uma “inundação” de livros pelo país (CALHEIRO, 1957 apud DUTRA, 2004). Propiciada, sobretudo, graças ao movimento de “(...) expansão do mercado editorial brasileiro (...)” (PINTO JÚNIOR, op. cit., p. 2), esta pretensa inundação se fez como resultante de um expressivo conjunto de acontecimentos – os quais se destacam

... o crescimento demográfico, a industrialização, a intensificação do processo de urbanização, o aumento da renda dos trabalhadores (SEVCENKO, 1998), a ação reformadora do Estado na área de educação e os projetos socioculturais de grupos civis e religiosos que impulsionaram a expansão escolar (REZNIK, 1992) (Ibid., p. 3).

Dentre tais eventualidades, é válido pontuar que a referida reestruturação da educação, bem como as tentativas de expansão do sistema de ensino se estabeleceram como fatores imprescindíveis ao funcionamento da Companhia, cujo crescimento inicial havia se dado concomitantemente às reformas do ensino secundário – nível para o qual Octalles orientou o trabalho editorial didático de sua empresa (HALLEWELL, 2012).

Segundo Hallewell (2012), este direcionamento havia se caracterizado como uma decisão comercial saudável ao empreendimento⁹, que buscava, dentre outras coisas, tornar-se uma verdadeira “(...) agência da educação moderna do público leitor” (TOLEDO, 2010, p. 146) através do incentivo à produção de uma “cultura da leitura” (DUTRA, 2004) - que, no que lhe concerne, teria se atrelado a uma determinada concepção pedagógica de afirmação da cultura nacional¹⁰.

Consequentemente, reforçada pela instauração de uma influente tradição editorial, esta afirmação cultural buscou consolidar a ideia de que “(...) a Nacional constitui e reproduz em suas publicações a cultura nacional e universal, contribuindo para o desenvolvimento da nação brasileira¹¹” (TOLEDO, op. cit., p. 146). Sem dúvidas, foi esta a lógica que acabou por se tornar o

⁹ Para a CEN a produção de livros escolares se pautava como a atividade editorial de maior rendimento financeiro. O sucesso da editora se fez de maneira tão evidente que rendeu à Companhia, praticamente, o monopólio da produção e comercialização de livros didáticos no país ao longo de toda sua existência (HALLEWELL, 2017).

¹⁰ De acordo com Dutra (2004, p. 1), no Brasil da década de 1930 “(...) as iniciativas de modernização e consolidação da indústria do livro, sintetizadas de maneira exemplar pela Companhia Editora Nacional, e as estratégias utilizadas para formação de uma ‘cultura da leitura’ integram o empreendimento de constituição de uma cultura brasileira”.

¹¹ Uma das estratégias empregadas pelo empreendimento à fim de evidenciar sua contribuição ao desenvolvimento da cultura nacional está na divulgação de seus catálogos que, no mais das vezes, apresentavam informações como: “Leitor! Acompanhe com interesse o desenvolvimento da COMPANHIA EDITORA NACIONAL que coopera com o crescente progresso de São Paulo e do Brasil, pondo os seus leitores ao par da cultura universal” (TOLEDO, 2004, p. 4).



... eixo fundamental da formação do empreendimento, a começar pelo próprio nome da empresa, que, por um lado, propõe a unificação do território em termos de distribuição comercial e, por outro, sugere a identidade cultural consumida pelos livros por ela produzidos (Ibid., p. 146).

De certo modo, esta identidade se assentou na lógica de uma nova pedagogia da nacionalidade¹² - que buscou traduzir a situação do sistema escolar pós-1930 e, ao mesmo tempo, reafirmar as novas interpretações acerca da identidade nacional brasileira. Para além, foi com base nesta mesma pedagogia que a Nacional impulsionou este novo modelo escolar – pensado em prol da organização de uma sociedade civilizada.

Certamente, o sucesso da Nacional foi tamanho que obteve um expressivo reconhecimento por parte do Estado "(...) pelos serviços prestados à cultura brasileira e também à educação no Brasil, sobretudo pelo seu empenho na publicação de livros didáticos" (DUTRA, 2004, p. 15). Tal empenho, por sua vez, havia se definido pelo comportamento peculiar da editora acerca de seus investimentos técnicos e tecnológicos; por sua postura comercial frente ao crescimento do mercado editorial¹³; bem como por sua adequação às regulamentações estabelecidas pelos programas oficiais - conjunto de fatores que assegurou "(...) de forma inequívoca, o vínculo entre a política editorial da Companhia, o nacionalismo cultural e o reformismo pedagógico" (Ibid., p. 21) - situação que garantiu a manutenção de um lugar de poder crucial à CEN.

Para além desta questão, também não se pode perder de vista a noção de que este mesmo conjunto de fatores incidu, em certa medida, na formação da clientela da escola secundária – composta pelos "cidadãos"; pelas "individualidades condutoras"; por aqueles que mantinham coeso o corpo da nação (ABUD, 1993). Foram estes sujeitos que conformaram o verdadeiro público-alvo da política editorial da CEN, ao mesmo tempo em que desfrutaram do reformismo educacional que, por seu turno, esteve intrinsecamente ligado à sanção de um modelo específico de nosso nacionalismo cultural.

Conceituado aqui, conforme já pontuado, como um projeto corolário de uma suposta relação harmoniosa entre os elementos da cultura popular e os componentes da cultura hegemônica, este nacionalismo instigou, em certa medida, a organização dos

¹² Com bem pontuou Bittencourt (2008), essa pedagogia tem início no Brasil no século XIX – contexto marcado pela formação do Estado Brasileiro e suas tentativas de legitimação.

¹³ Um dos indicativos mais significativos a respeito desta postura comercial se consubstancia através das propagandas mobilizadas pelo empreendimento, que trouxe à tona, e a todo o momento, a noção do "melhor": "(...) a idéia do 'melhor', publicado em qualquer gênero, preenche as apresentações dos livros nos catálogos da Nacional: 'os melhores livros de ficção em língua portuguesa'; 'a mais criteriosa coleção para moças publicada em nossa língua'; 'a melhor e a mais rica coleção para crianças'; 'o mais rico documentário com que se poderá tentar compreender e acompanhar o longo esforço do pensamento humano'; etc" (TOLEDO, 2004, p. 4).



programas curriculares - para os quais os livros didáticos, sobretudo aqueles voltados ao ensino de História, “(...) exerceram um papel significativo no processo de consolidação de determinados conteúdos (...)” (PINTO JÚNIOR, 2011, p. 1).

Esta permanência, intrinsecamente assentada nas pretensões de abordagem estabelecidas com as "instruções metodológicas" das disposições curriculares, esteve profundamente imbricada aos propósitos estabelecidos à história ensinada - dentre os quais se destacam a necessária instrução política dos alunos e, em consequência, sua imprescindível formação patriótica. Desse modo, não seria exagero afirmar que os manuais escolares destinados ao ensino da disciplina em questão se corresponderam à própria materialização destas intencionalidades, corroborando às tentativas de sua efetivação nas condições materiais da cultura escolar.

De certo forma, ressalta-se que a materialização das referidas intenções corresponde à própria materialidade do objeto - conformada por um conjunto de características que evidenciam os modos como estes instrumentos pedagógicos se apresentam, tanto no que se refere às abordagens acerca do conteúdo mobilizado quanto no que diz respeito às formas como estes saberes estão ordenados ao longo da obra. Segundo Chartier (1990), é justamente este conjunto de informações que confere determinados sentidos aos livros - tomados então como suportes dos textos que carregam.

Não obstante o protagonismo do editor na composição destes suportes, o autor também figura como um componente capital na produção destes materiais, visto que cabe a ele o processo de escrita do texto. Este processo é consideravelmente complexo e apresenta, em seu decorrer, uma série de intervenções que parte, no mais das vezes, do próprio editor - aquele que, de fato, confere ou impede a autoridade do autor. Tal autoridade concede ao autor sua legitimação perante o campo de produção do conhecimento no qual está inserido, garantindo não apenas o sucesso de suas considerações como também a permanência de suas perspectivas no referido domínio do saber. Este foi o caso de Joaquim Silva - que, no que se refere à realidade das práticas editoriais da Companhia Editora Nacional, se pautou como um dos principais autores de livros didáticos de História do Brasil do século XX.

Entre o erudito e o popular: o nacionalismo nas páginas de *História do Brasil* de Joaquim Silva



Nacionalista; positivista; republicano e letrado, Joaquim Silva carregou consigo um expressivo conjunto de atributos que definia, em partes, uma noção específica do que seria tomado um “cidadão moderno” (PINTO JÚNIOR, 2010). Figura ilustre da São Paulo de início do século XX, atuou em grande parte de sua vida como professor do ensino secundário e foram as

... experiências em escolas públicas e privadas, suas redes de relações sociais, além da constante atividade de escrita desde a juventude que aproximaram Joaquim Silva da CEN e viabilizaram o trabalho de produção de livros didáticos que foram publicados aos milhares a partir da década de 1930¹⁴ (Ibid., p. 124).

Direcionados aos alunos que "(...) acompanhavam os novos ritmos da vida moderna (...)" (Ibid., p. 202), os didáticos escritos por Joaquim Silva, direcionados ao ensino de História do Brasil, corresponderam aos mais vendidos ao longo da Era Vargas¹⁵. Apresentando uma narrativa marcada por "(...) perspectivas socioculturais ambivalentes (...)" (Ibid., p.14), estes materiais passavam a atender às demandas de seu público alvo - "(...) as elites dominantes do país –, aos programas oficiais da disciplina e, sobretudo, aos discursos nacionalistas homogeneizadores do Estado Novo" (Ibid., p. 208) - paradoxalmente caracterizados por uma natureza hierarquizadora e marginalizadora.

Este caráter se expressou especialmente no processo de construção das narrativas a respeito da formação étnica do Brasil - que se constituiu a partir da miscigenação entre os elementos culturais africanos, indígenas e portugueses. Destacando a contribuição que cada uma destas etnias teria dado à criação de nossa cultura nacional, o autor chama atenção, por exemplo, a presença dos elementos indígenas na constituição do folclore brasileiro:

Acreditavam em inúmeros gênios ou espíritos que presidiam a guerra, a morte, a caça, as montanhas, as florestas e sôbre os quais fizeram interessantes lendas que enriquecem nosso folclore. Os deuses maléficos causavam geral terror: assim, Anhangá, Jurupari, que traziam os sonhos maus e os pesadelos; os Urutaus, o Saci, pequeno índio duma perna só, que andava pelos campos com um barrete vermelho à cabeça; o Curupira, de pés voltados para trás; o Caapora; as poéticas Iaras ou Uiaras, habitantes das águas, que encantavam os navegantes incautos e faziam naufragar ubás e igaras (SILVA, 1942, p. 97).

¹⁴ Essa aproximação entre autor e editora se pautava como algo imprescindível ao próprio funcionamento da lógica da Nacional, visto que "(...) o experiente professor Joaquim Silva, na área do ensino de História, assumiu um importante papel dentro dos projetos editoriais da CEN" (PINTO JÚNIOR, 2010, p. 202).

¹⁵ Segundo Pinto Júnior (2010, p. 14), as obras de Joaquim Silva teriam se tornado uma das mais vendidas graças às estratégias empregadas por autor e editora em estabelecer diálogos mais amplos com diversos setores sociais.



Para além desta questão, a cultura indígena também teria influenciado o desenvolvimento dos costumes portugueses ao longo da colonização, seja na "(...) casa e na roça, na paz e na guerra, na cidade e no sertão. Poucos e esparsos, os portugueses se deixaram dominar pelos hábitos da terra: na mesa, no trabalho, na viagem, na luta e no repouso" (Idem, 1943a, p. 98).

Destes costumes, o autor nos lembra de que os portugueses passaram a "(...) nutrir-se de farinha de pau, a abater, para o prato, a caça grossa, a embalar-se na rede de fio, a imitar os selvagens na rude e livre vida". Contudo, para além destas considerações, ao que se torna perceptível segundo as perspectivas do autor, a maior contribuição indígena à cultura nacional teria se dado no âmbito da linguagem, dado que a

... própria língua dos colonos sofreu o influxo dos aborígenes; não só numerosos lugares ou nomes de acidentes geográficos, pessoas, plantas, animais são de origem tupí, mas, ainda, até o começo do século XVIII, era corrente o uso da língua dos índios ao lado da portuguesa¹⁶ (SILVA, op. cit., p. 98-99).

Por certo, para além da influência indígena sobre este ponto, em certa medida as narrativas dos manuais também creditaram à cultura africana sua contribuição. De acordo com Silva (1942, p. 102), também houve uma introdução de numerosas palavras de origem africana no vocabulário nacional, como "(...) angú, banguela, banzé, batuque, bengala, birimbau, búzio, bombo, cachaça, caxumba, cacimba, caçula, cafua, calombo, camondongo, madinga, marimondo, moleque, muxoxo, quiabo, quindin, quitute, quitanda, quizila, senzala, urucungo, xingar”.

Da mesma forma, a cultura africana teria influenciado em outros âmbitos da cultura nacional, como, por exemplo, na poesia popular, nos contos e tradições (Idem, 1943b, p. 102) ou também em certos costumes e usos como "(...) certas dansas (congadas, cateretês) e, na arte culinária, particularmente nalguns estados, a confecção de grande número de iguarias como o vatapá, o carurú, bobó, o acarajé, o mugunzá, o cuscuz” (SILVA, 1945, p. 102). Ainda, segundo as narrativas, as

... crendices, as superstições dos pretos, com sua afetividade, refletiram-se na formação de nossa gente que dêles herdou ‘uma certa negligência creoula, uma resignação heróica para suportar a miséria, uma concepção um pouco fatalista e quiçá leviana da vida, sem grandes preocupações do futuro, o hábito do trabalho sem amor, mas também sem revolta, e, enfim, a melancolia impressa

¹⁶ “Entre centenaes doutros podem citar-se: araponga, arara, abacaxi, caboclo, caipira, capim, carioca, embaúba, gaturamo, jandaia, goiaba, garapa, taquara, sabiá, pipoca, Itacolomi, Paraná, Piauí, Itanhaen, Sorocaba, Itú, Jacareí, Icarai, Itatins, Mogiguaçu, Ipameri, Jandira, Iracema, Uiara, Moema, Itapeva, pitanga, jaboticaba” (SILVA, 1942, p. 99).

mais na música e na poesia do que no estado de alma habitual do povo” (Ibid, pp. 102-103).

Reflexo de uma perspectiva histórica "(...) organizada a partir de recortes já consagrados (...)" (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 140) sobre o passado histórico do Brasil, estes discursos - construídos por Joaquim Silva e atestados pela Companhia Editora Nacional - apresentaram uma dupla incumbência: a primeira, definida pelas disposições oficiais e marcada, portanto, pela necessidade de se abordar o referido conteúdo; a segunda, frisada pelas intencionalidades da classe dominante e assinalada, por conseguinte, pela imprescindibilidade de se apresentar o conteúdo em questão de maneira exótica - e, desse modo, inferiorizando-os.

Considerações finais

Haja vista as ponderações até aqui traçadas, o estudo em questão tomou como propósito promover algumas reflexões sobre a articulação entre os elementos da cultura popular e da cultura erudita - compreendida como politicamente hegemônica - no processo de construção da identidade e cultura nacional brasileira durante a Era Vargas. Levando-se em conta que esta articulação se espalhou de maneira significativa no campo educacional, optou-se aqui por analisar sua presença nas narrativas veiculadas por alguns livros didáticos de História do Brasil escritos por Joaquim Silva e publicados sob o selo da Companhia Editora Nacional no período em questão.

Com efeito, como pôde ser observado, as abordagens acerca dos elementos culturais populares que constituem, segundo as obras analisadas, parte de nossa formação cultural se restringem às narrativas sobre o período colonial brasileiro - momento em que se iniciou o processo de miscigenação entre africanos, indígenas e portugueses e, concomitantemente, o caldeamento de seus respectivos elementos culturais. Há, portanto, uma notável lacuna a respeito dos demais períodos que compreendem a história do Brasil - o que nos levaria a pensar que os discursos, mobilizados da maneira como foram, se preocuparam apenas em traçar determinados preceitos a fim de dar provas ao mito fundacional da cultura e da nação brasileira.

Para além desta questão, é perceptível também a inexistência de uma abordagem que aponte o conjunto de elementos culturais portugueses como algo atrelado à noção de "popular" - diferentemente dos elementos étnicos africanos e indígenas, intimamente ligados à ideia do "povo". Isso, por sua vez, nos leva a refletir sobre a valorização de uma cultura tomada como superior - no caso, branca; elitizada; de origem europeia e condutora





dos fatos históricos - e a desestima acerca dos componentes culturais intrinsecamente vinculados às culturas africanas e indígenas - ambas apresentadas como algo exótico, cuja contribuição à cultura nacional se limita tão somente às particularidades de nossos hábitos e costumes linguísticos e culinários.

Ainda, partindo da relação entre o projeto político nacionalista do governo Vargas; o papel pedagógico da história ensinada, estabelecida pelos programas oficiais; e a política editorial da Companhia Editora Nacional, torna-se inequívoco afirmar que a editora em questão correspondeu a um empreendimento que, depositário de um importante lugar de poder, validou a lógica da circularidade cultural como estratégia elementar na perpetuação de um modelo de cultura da nação.

Nesse sentido, interpretada como uma instituição erudita - e que, certamente, buscou veicular esta erudição alinhada a um ideal nacionalista -, a Nacional procurou mobilizar a valorização de certos aspectos das culturas populares, alterando não apenas as estruturas do que caracterizaria o "erudito" e, conseqüentemente, os modos de construção da brasilidade que até os anos 30 se faziam vigentes, mas modificando também os próprios elementos das culturas populares que, para se constituírem como parte dos mecanismos que configuram a cultura nacional, teriam que passar por um sistema profundamente marcado por uma série de seleções e adequações - mecanismo que simplificaria, ou melhor, reduziria a real importância dos elementos populares no processo histórico brasileiro.

Data de Submissão: 14/05/2020

Data de Aceite: 15/08/2020



Referências bibliográficas

ABUD, K. “Currículo de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária”. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. “O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931”. In: **Revista Brasileira de História**, v. 13, n.25/26, pp. 163-174, 1993. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bO8ELzFm9ZwJ:https://www.anpuh.org/arquivo/download%3FID_ARQUIVO%3D3732+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15 set. 2019.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1983.

BENITO, A. E. “El manual como texto”. In: **Pro-posições**, v. 23, n. 3, pp. 33-50, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer. v. 1**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

DALLABRIDA, N. “A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário”. In: **Educação**, v. 32, n. 2, pp. 185-191, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520/4015>. Acesso em: 10 set. 2019.

DUTRA, E. F. “Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil”. In: **I Seminário sobre o Livro e a História Editorial**, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.



HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. de. “O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD”. In: **Revista Brasileira de História**, n. 48, v. 24, pp. 123-144, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

MOLL NETO, R. “A Nação como ‘comunidade imaginada’ nas relações internacionais: o caso das narrativas sobre o papel dos Estados Unidos diante da revolução na Nicarágua e da guerra civil em El Salvador nos anos 1980”. In: **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 3, n. 1, pp. 283-305, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7387/1/TdM_v3_n1_Na%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

MUNAKATA, K. “O livro didático: alguns temas de pesquisa”. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 3, pp. 179-197, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276007574_O_livro_didatico_alguns_temas_de_pesquisa. Acesso em: 8 set. 2018.

NADAI, E. “O ensino de História e a ‘pedagogia do cidadão’”. In: PINSKY, J. (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEN, R. “A atualidade da Nação”. In: SALLUM JÚNIOR, B. et al. (org). **Identities**. São Paulo: EDUSP, 2018.

PINTO JÚNIOR, A. “A história ensinada através dos livros didáticos de Joaquim Silva: uma educação moderna dos sentidos”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308184738_ARQUIVO_TextoAnpuh2011def.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SILVA, J. **História do Brasil: para a terceira série do ginásial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

_____. **História do Brasil: para a terceira série do ginásial**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943a.

_____. **História do Brasil: para a terceira série do ginásial**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943b.

_____. **História do Brasil: para a terceira série do ginásio**. 16. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

TOLEDO, M. R. de A. **Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. 271 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. (mimeo).

WILLIAMS, R. “A cultura é algo comum”. In: _____. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 3-28.

_____. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 43-68.



ENTRE OS CÉUS E OS GRAMADOS: OS LIMITES DO FANATISMO DENTRO DAS QUATRO LINHAS

ALEXANDRE FIRMO DOS SANTOS¹



Resumo

O presente artigo busca compreender se há uma relação entre o fenômeno religioso e o futebol nos mais diferentes desdobramentos dos mesmos como também suas possíveis implicações. Ademais, será de grande importância discorrer sobre esse fanatismo que emerge como um produto do fenômeno religioso e desemboca nesta prática esportiva em suas diversas facetas. Sabe-se que um nem sempre esteve tão distante assim do outro até porque este esporte é agregador de elementos que, por vezes, podem ser antagônicos. Será levado em consideração a presença constante do fanatismo nos estádios, já que este componente está diluído nos vários torcedores que os frequentam.

Palavras-chave: Esporte. Futebol. Fenômeno Religioso.

Abstract

This article seeks to understand whether there is a relationship between the religious phenomenon and football in the most different developments of the same as well as its possible implications. In addition, it will be of great importance to discuss this fanaticism that emerges as a product of the religious phenomenon and ends up in this sports practice in its various facets. It is known that one was not always so distant from the other because this sport is an aggregator of elements that, at times, can be antagonistic. The constant presence of fanaticism in the stadiums will be taken into account, as this component is diluted in the various fans who attend them.

Keywords: Sport. Soccer. Religious Phenomenon.

Introdução

Sabe-se que o fenômeno religioso nem sempre esteve tão distante assim do futebol até porque este esporte é agregador de elementos que, por vezes, podem ser antagônicos. No entanto, não basta verificar a existência de uma relação entre eles como também a intensidade dela, pois exige-se um esforço considerável para compreender tal fenômeno em todos os seus desdobramentos, dentre eles, o fanatismo – aliás, este é o eixo temático dessa comunicação. Uma vez que a religião se dissolve no mundo futebolístico de diversas formas que só se expressam de maneira singular no ser humano, no qual este atende pelo nome de torcedor.

O futebol com o passar do tempo foi ganhando mais notoriedade e atraindo novos olhares, por exemplo, tem-se os investidores de diversos segmentos nos quais passam a

¹ Graduado do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: alexandre.firmo.98@outlook.com.



se interessar por esse esporte muito em função dos fins lucrativos que podem ser alcançados. Porquanto isso poderá acarretar uma série de inconformidades que emergem a partir de determinadas mudanças no meio futebolístico atingindo não somente os clubes, mas também o bem maior deles que é sua torcida. Visto isso, cabe aqui dar ênfase ao torcedor fanático e lançar a seguinte questão: O que sustenta esse fanatismo desse torcedor pelo seu time frente a onda de modernização do futebol? A propósito, não se pode perder de vista o processo de mercantilização do futebol, já que este elemento tem se sobressaído ultimamente podendo ser observadas algumas implicações no dito “futebol moderno”. Dois casos de agremiações futebolísticas serão fontes ilustrativas de que o futebol está ancorado em outros elementos, visto que sempre haverá margem para aqueles que não entende nada sobre esta prática esportiva; sobrará incompreensão por quem não faz parte deste meio social.

Para fundamentar este artigo se fez necessário o cotejamento de autores como Eduardo Galeano (2004) e Jonathan Wilson (2016) na articulação do futebol como um elemento inerente ao indivíduo. A contribuição de Figueiredo (2017) é de grande valia para inserir a perspectiva deste esporte como uma mercadoria em detrimento daquilo que já é tradicional para o clube. No que diz respeito ao fenômeno religioso, vale salientar a contribuição de Émile Durkheim (1996) para conceituá-lo e reforçar a busca pelo propósito desta produção textual. Além das análises informativas que constam nas bases do jornal El País, do Futebolmagazine, do jornal Público bem como do blogue Papo Desportivo. Desta maneira, o presente artigo busca compreender se há uma relação entre o fenômeno religioso e o futebol nos mais diferentes desdobramentos dos mesmos como também suas possíveis implicações. Ademais, será de grande importância discorrer sobre esse fanatismo que emerge como um produto do fenômeno religioso e desemboca nesta prática esportiva em suas diversas facetas.

Um fenômeno chamado futebol: do subjetivo ao coletivo

A prática do futebol tem ganhado ultimamente vários adeptos, mas nem todos que se aproximam desse esporte são necessariamente torcedores, existem os simpatizantes como também os curiosos e aqui pode-se inserir as pessoas que estudam o futebol, enquanto cultura ou fenômeno social. Independente da perspectiva a ser observada o futebol surge como um elemento unificador e segregador ao mesmo tempo, embora isso pareça estranho, mas esse esporte é capaz de reunir características antônimas.



Apesar de suas versões rudimentares, o futebol só ganharia forma e uma tipificação que conhecemos hoje a partir de sua sistematização na Inglaterra, contudo isso não aconteceria de uma hora para outra. Houve todo um processo no qual exigiu o fornecimento dos “ingredientes”, por exemplo, a inserção das regras para formá-lo. Conforme Bernardo Reinke (2019), esse conjunto de regramento aplicado ao futebol é o componente fundante do que viria ser a profissionalização desse esporte e não é para menos, pois somente em 1885 foram realizadas as primeiras partidas de cunho profissional. Todo esse esboço apresentado até aqui é ilustrado da seguinte forma:

No começo havia o caos, e o futebol não tinha forma. Então apareceram os vitorianos, que o codificaram; e depois deles, os teóricos, que o analisaram. A tática, como algo que se assemelhasse a seu sentido moderno, não foi reconhecida ou discutida antes [...]. Em sua forma mais remota, no entanto, o jogo não conhecia nenhuma sofisticação (WILSON, 2016, p.28).

O autor Jonathan Wilson (2016) descreve de maneira ilustrativa a origem do futebol desde os seus primórdios até uma concepção mais moderna. No início desta citação é perceptível uma semelhança com um discurso mítico, logo pode-se observar que em poucos trechos ele discorre uma evolução do futebol, reafirmando todo o processo de desenvolvimento pelo qual este esporte passou até alcançar suas peculiaridades em que o torna diferente das demais práticas esportivas. Oliveira (2012, p.171) dirá que “a prática do futebol não era considerada um esporte entre os séculos XVI e meados do XIX, uma vez que praticar esportes era uma atividade exclusiva da nobreza [...]”, pois existiam outras predileções que serviam como “passatempo” para os nobres na Inglaterra o problema é que eles deixavam de lado afazeres importantes para o funcionamento da sociedade em detrimento desta prática esportiva.

Parte da estética esportiva não está ao alcance de quem observa apenas a forma. Desse ponto de vista o futebol mais parece uma sequência de lances inócuos, repetitivo e sem sentido [...]. O prazer estético depende do entendimento da dinâmica do jogo, o que pressupõe aprendizado e, de outra parte, concordância em relação a alguns significados. Um desses significados partilhados pelos futebolistas é que o jogo é uma guerra mimética. Talvez este seja um dos paradoxos do esporte; ele é uma guerra, mas apenas simulada [...] (DAMO, 2001, p. 86).

Tomando Damo (2001) como referência logo entenderemos que o futebol atrai pelas táticas articuladas dentro de campo, pelos esforços empreendidos na busca da melhor performance; por isso, conforme o autor, são as táticas que dão o brilhantismo na partida e, passando a entendê-las, o olhar será outro. No entanto, o tempo se passou e hoje a prática futebolística tem conquistado a muitos por conta do entusiasmo causado pela proximidade do torcedor com o time no qual ele é adepto ou pela alegria gerada após a



bola balançar a rede, seja lá como for o futebol atrai a atenção dos mais novos aos mais velhos, pois não existe uma idade exata para tal.

Segundo Sandro Rosa (2014, p.1126), “[...] as pessoas se reúnem no estádio/templo em esperança por um único objetivo, a vitória do seu time do coração”, portanto há quem diga que o futebol se tornou um elemento quase que indissociável do próprio indivíduo por exprimir as emoções mais latentes do ser, inclusive, ele “traduz” os sentimentos não apenas de uma única pessoa, mas de um contingente de sujeitos que se vinculam não só com algum time, tal qual conecta-se com o outro que geralmente torce pelo mesmo clube. A propósito, isso não exclui a subjetividade do apreciador desse time, uma vez que antes de ir a uma partida de futebol, ele se reveste de atavios repletos de significados, possui suas superstições, age de maneira incomum sob a ótica daqueles que não compreendem o seu amor ao clube no qual, em sua consciência, considera-se o torcedor número um. No fim das contas, ele é mesmo um adepto das cores, do brasão, do hino, ou melhor, de tudo aquilo que lhe traz a convicção do pertencimento para aquilo que julga ser a razão do seu contentamento.

Futebol é cultura porque este absorve todo agrupamento de simbolismos, expressões e tradições, externalizando-os na mais autêntica representatividade. No entanto, podemos compreender o que vem a ser cultura desta maneira: “Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...], a cultura não é um poder [...]; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 1989, p. 10), pensando a partir dessa definição as bandeiras, os brasões, as camisas, poderiam ser enquadrados como “signos interpretáveis”, ou seja, há uma compreensão dos significados destes elementos por parte de uma determinada torcida – uma forma de codificação exclusiva. Já fora abordado neste escrito que o futebol é composto por características antagônicas, pois da mesma forma como põe em lados opostos uma cidade ou até um país inteiro por motivos diversos é o mesmo que coloca vários indivíduos a compartilharem o mesmo espaço. No que se refere a estes motivos, pode-se inferir que fatores locais, econômicos, sociais, políticos, religiosos e afins podem ser suficientes para desencadear rivalidades, vínculos afetivos, ódio, violência e paz, contudo isso dependerá da “dosagem” que estes ingredientes são atribuídos aos torcedores.



Esse esporte já teve uma usualidade indesejada – o uso político, só a título de exemplo, no auge da Ditadura Civil-Militar² no Brasil a Copa do Mundo de 1970, em que o Brasil se sagrou tricampeão, foi utilizada como um reflexo positivo da governabilidade. Essa conquista serviu de parâmetro para que o então governo de Médici (1969-1974) expressasse o quanto o país ia “bem”. Desse modo, percebe-se como o futebol pode servir de instrumento propagador de ideias ou até mesmo ser manipulado conforme os interesses alheios. Enfim, este não é o propósito do artigo, porém se fez necessário exemplificar um dos diversos usos que o futebol pode ter.

“Alastra-se aos ‘templos’ esportivos evocando paixões onde o grito de gol pode ser representação inefável da existência” (ROSA, 2014, p. 1123), o gol é a expressão mais repleta de potencialidade do próprio ser em que sobressai do fundo da alma um bramido alegre e contagiante porque este é expansivo e alcança os que estão ao redor. Porquanto o contentamento chega a ser tão grande que os próprios torcedores agem, por vezes, como se fossem crianças, isto é, como se estivessem em um momento pueril. “[...] e a multidão delira e o estádio se esquece que é de cimento, se solta da terra e vai para o espaço” (GALEANO, 2004, p. 22), e é aí que se percebe a ausência de limitações que impeçam a alegria tomar conta do indivíduo como um todo, no entanto, há quem diga que até a gravidade neste instante de êxtase é desconsiderada, pois os torcedores ao comemorarem nem lembram das leis gravitacionais.

Analisando o futebol moderno pode-se concluir que já não se tem a mesma essência dos tempos pretéritos, em razão do surgimento de novas exigências dentro desse esporte sejam nas regras ou no plano organizacional dos clubes. De uma coisa é sabida, o futebol não tem sido o mesmo, tornou-se um mercado financeiro de ações aonde se joga em determinado clube se este lhe proporciona um salário exorbitante, premiações e títulos a serem conquistados, deixando de lado o “amor pela camisa” ou o eu jogo no meu “time de infância”, enfim, houve uma mudança e isso é inegável. E que fique bem claro que apenas estar sendo exposto aqui um fato inerente ao novo “mundo da bola” nada contra a esta mudança.

Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar só pelo prazer de jogar. Neste mundo de fim de século, o futebol profissional condena o que é inútil, e é inútil o que não é rentável. Ninguém ganha nada com essa loucura que faz com que o homem seja menino por um momento, jogando como o menino que brinca com o balão de gás [...] (GALEANO, 2004, p.14).

² Sobre esse conceito, ver: FICO, 2014, p. 9.



Para tanto, pode-se dizer que existe uma espécie de mercantilização do futebol em que atribuirá novas perspectivas no “mundo” da bola, sobretudo, as que possuem interesses na monetização obtida com esse esporte. O futebol brasileiro está inserido nesse ramo lucrativo no qual se sobrepõe as verdadeiras manifestações de fanatismo por parte de torcedores leais que resistem a todo esse processo. Sendo assim, o torcedor obcecado pelo seu clube jamais permitirá que o descaracterizem, pois por mais que essa “modernização” futebolística traga benefícios por um lado; por outro, acaba sobrepondo as inovações sob as tradições – a título de exemplo, tem-se a modernização de um estádio histórico no qual faz parte do acervo patrimonial do time.

O Futebol, presente no cotidiano do brasileiro, se tornou um elemento cultural de composição da identidade nacional e de integração social, bem como se expressa na dimensão do esporte como espaço de acumulação capitalista, exploradas pelas entidades de administração do esporte, empresários e clubes de futebol (FIGUEIREDO, 2017, p. 85).

Acertadamente o capitalismo encontrou no esporte um elemento propulsor de ganhos, reduzindo-o à condição de mercadoria, cujo o poderoso mercado constituído a partir dele é desenvolvido e com ele cresce os interesses em lucrar (FIGUEIREDO, 2017). Não obstante a toda essa mudança o futebol não perdeu o seu encantamento ou dito de outro modo, o famoso “futebol raiz” àquele que ainda mantém a proximidade da torcida com os jogadores dentro dos estádios e que preserva os torcedores mais ilustres do clube – é o caso dos que vão ao campo com o seu inseparável rádio de pilha, ou seja, o fanático resiste em meio as ditas transformações; tendo em vista que é o vínculo firmado entre este torcedor e o seu clube o motivo necessário para que esse tipo de adepto do time permaneça indo aos estádios. Portanto, o futebol ainda sobrevive nesse antagonismo de realidades, na qual pode ser verificada através das multiplicidades de matizes elementares que se agregam ou agregaram a este esporte.

Futebol e Religião: a sacralização do profano

No tópico anterior observamos que o futebol pode ser enquadrado como um fenômeno cultural, embora possa estar imerso em outros âmbitos sociais entrelaçando o sentimento mais íntimo ao fanatismo, ou ainda, a uma obsessão desenfreada do indivíduo que se dispõe a torcer por um clube. A proposta deste tópico é descrever a relação do futebol com a religião ou até tentar compreender esse sujeito religioso que atende por nome de torcedor. De antemão será necessário apresentar um conceito de religião, mesmo não sendo uma tarefa fácil, mas é de grande valia estabelecê-lo assim,



[...] a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos. [...], elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos [...] (DURKHEIM, 1996, p. XVI).

Nas palavras de Durkheim percebe-se que o fenômeno religioso possui uma representatividade coletiva, na qual expõe-se as características primárias do homem com o sagrado manifestado nos mais diversos ritos, portanto estas representações são capazes de alcançar muitos “fiéis” e reuni-los em torno de um propósito. Semelhantemente não seria assim no futebol? Quando alguém decide torcer para qualquer agremiação futebolística, certamente ele fará sua escolha a partir de alguns critérios que certifiquem sua predileção e em pouco tempo, estará integrado a uma coletividade. No que se refere aos ritos, segundo Galeano (2004), há uma espécie de “manual” do torcedor que, por exemplo, não se contenta apenas em comprar a camisa, mas também decide ir ao estádio a ter que acompanhar pela televisão, pois, para ele, quanto mais perto do seu time, maior é a sua condição de êxtase diante da vitória, maior será também sua devoção ao clube como forma de ritual voltado para à “glória”³.

O amor aos clubes é a mola propulsora dos esportes coletivos, especialmente o futebol. Ainda que tenhamos torcedores não-praticantes, é raro encontrar praticantes que não tenham seu clube do coração. Torcer por um clube de futebol é a chave para a entrada num universo dominado pelo movimento e pela prática corporal [...], ironicamente, discutir é mais importante do que praticar – mesmo que, em discussões mais acirradas, o praticante possa evocar sua experiência como dispositivo de autoridade. O domínio dos códigos futebolísticos garante o acesso a certas discussões que ocorrem em momentos de sociabilidade intensa [...]. Opina-se a partir de um referencial, como torcedor de uma dada agremiação, embora seja possível, evidentemente, discutir-se futebol em termos abstratos (DAMO, 2001, p. 87).

Esse amor descrito por Damo é o “combustível” que permite a afirmação de um vínculo afetivo para com um time de futebol, faz o torcedor deixar de ser um mero espectador passando a ser mais participativo nas rodas de conversas, nos bares, em casa com os amigos. Para além disso, o torcedor dentro do estádio é o mesmo que “empurra” a equipe para cima do seu adversário objetivando a vitória, portanto isso demonstra que o conhecimento futebolístico não está unicamente ligado aos praticantes.

E o que dizer de quando os elementos considerados profanos, por exemplo, as superstições entram em campo junto com os jogadores ou ficam nas arquibancadas com os torcedores, estes que levam objetos e suas manias para o jogo a fim de trazer sorte.

³ Entende-se como rumo as conquistas, ganhos.



“Os atletas de futebol, além de estarem presentes na sociedade atual – que por si só já motiva a busca a uma crença em algo que possa ajudar, estão vinculados a um meio onde é plena a instabilidade e a incerteza” (HARO, 2009, p.23), e isso pode ser constatado ao assistir a uma partida de futebol, em que os atletas, geralmente, estão fazendo suas preces cada um do seu jeito, mas objetivando o mesmo desejo: a vitória. Porquanto, existirá aqueles adeptos aos gestos religiosos como é o caso do sinal da cruz durante uma partida⁴, todavia não é só de gestos que vivem os amantes de futebol. Há aqueles que usem objetos santos, a saber: crucifixo, camisas com dizeres bíblicos (ou que fazem alusão bíblica), terços, imagens de santos, entre outros. Ainda se encaixam nesse emaranhado elementar as famosas expressões clichês empregadas no futebol, seja ela utilizada nas entrevistas no início e no final das partidas, seja na comemoração de um título como é o caso da frase “se Deus quiser a gente sai com a vitória”.

Toda essa abordagem foi feita para enfatizar que o futebol tem uma certa relação com a religião, embora isso não tenha sido sempre assim até porque as pessoas ligadas ao futebol deixaram transparecer, ultimamente, mais a sua fé ou crença. Não é que isso seja errado, muito pelo contrário, esta situação demonstra que no futebol há espaço para a liberdade de expressão desde que se respeite outrem ou qualquer posicionamento de predileção alheia. “A maioria dos seres humanos busca agregarem e viver de acordo com determinados valores e princípios e é na religião que grande parte das vezes eles os encontra” (FERREIRA, 2010, p.7), a partir destes dizeres pode-se inferir que a religião se apresenta como uma depositária das mais altivas emoções do ser humano, sobretudo, ela é também a fonte de princípios moralizadores que o nortearão durante sua existência.

Toda Religião é também marcada por símbolos e esses não podem ser desprezados nem alvo de juízo de valor por aqueles que de fora os observam; muitos desses símbolos são carregados de significados e necessidades pessoais que estão hoje não somente voltadas pra um mundo externo da salvação da alma, como também para os atos e consequências desses em vida (FERREIRA, 2010, p.14).

Então pode-se dizer que existe uma ressignificação nos simbolismos usados pelos envolvidos com o futebol, uma vez que a denotação de determinados gestos, ritos, objetos ou dizeres podem sofrer alterações exclusivas. Estas mudanças são operadas, especificamente, por intermédio de um grupo, dito de outro modo, todo esse conjunto elementar poderá receber novos sentidos ao serem utilizados pelas torcidas de futebol, por exemplo. Alguns desses itens podem ser mal interpretados pelos que não estão

⁴ Sinal feito tanto por torcedores como também por jogadores e alguns profissionais envolvidos na partida.



envoltos das suas acepções, tratando-os até como usualidades para fins de escárnio ou fanatismo.

Cabe aqui pontuar um outro fato que não está dissociado do futebol: as apostas. Sim, as apostas têm feito muitas pessoas a se entregarem as jogatinas em nome do lucro que esse esporte pode trazer, daí que surgiram as mais variadas casas de apostas para alimentar a compulsividade de muitos torcedores nos quais se põem na condição de apostadores. De acordo com Chagas (2016, p.38) com “a invenção da internet, certamente, revolucionou também o mercado de apostas esportivas, propiciando a proliferação dos operadores por todo o mundo”, contribuindo com esse “vício” pautado por discursos otimistas por parte dos apostadores que se apoiam em suas religiosidades.

Pois bem, o que isso tem a ver com religião? Tudo. Em razão dos apostadores fazerem sua “fezinha” sempre estão fazendo suas preces pelos cantos ou até usam os seus terços como amuletos para lograr êxito em sua aposta. Não se pode negar que o mundo da bola envolve muito dinheiro, por outro lado, causa diversas ações desonestas, mas esse não é o foco do artigo, apenas mencionou-se essa situação pelo simples motivo do uso de elementos religiosos em apostas na modalidade do futebol, na qual esta usualidade pode ser considerada “profana” a depender de quem a observe.

“The Old Firm”⁵: uma batalha campal de ideologias

O clássico escocês é um exímio exemplo de embate ideológico, pois põe frente a frente o Celtic e o Rangers ambas equipes são da cidade de Glasgow. A rivalidade entre essas duas equipes vai muito além de uma partida de futebol propriamente dita, aliás existem outros ingredientes que contornam esse derby⁶, como questões religiosas e questões políticas nutrem ainda mais o acirramento entre esses clubes. Para compreendermos esse clássico é de bom alvitre analisarmos todo enredo que movimenta a cidade de Glasgow, dividindo-a em duas alas totalmente opostas ideologicamente.

Segundo Fábio Ramos (2016), o Rangers foi fundado pelos irmãos Moses e Peter McNeill, Peter Campbell e William McBeath todos eles de origem escocesa, este novo clube era adepto do protestantismo anglicano e corroborava com o Reino Unido.

⁵ “Em inglês, ‘Old Firm’ significa literalmente ‘velha empresa’ e alude aos benefícios financeiros gerados pela contenda entre os dois gigantes de Glasgow”. Disponível em: <<https://papodesportivo.wordpress.com/2016/03/26/classicos-pelo-mundo-9-celtic-x-rangers/>>. Acesso em: 27 de mar. de 2020.

⁶ Em linhas gerais, é um jogo disputado entre equipes da mesma região geográfica.



Diferentemente do Celtic que fora fundado por um Monge Marista Irlandês⁷, surgindo em oposição ao seu rival, isto é, definiam-se como uma equipe católica e conivente com o separatismo.

Desde a fundação das equipes já fica visível o quanto elas se distinguem completamente, mas é claro que a rivalidade dentro de campo não começou no exato momento em que as equipes pisaram pela primeira vez no gramado e duelaram. Levou um certo tempo para que a rivalidade fosse ganhando contornos acentuados por fatores extracampo, porém eles sempre fizeram parte do clássico. A propósito, vimos que no principiar das equipes estes elementos que fogem ao mundo da bola já surgiram, mesmo que em um certo grau, com elas e isto é inegável. Conforme Ramos (2016), dentro de campo é comum constatar a ausência da bandeira da Escócia, pois os torcedores do Celtic preferem usar a da Irlanda durante o clássico, enquanto a torcida do Rangers leva a bandeira do Reino Unido.

A violência passou a figurar no cenário deste clássico que já tinham “ingredientes” suficientes como elementos provocadores do enfrentamento físico entre as torcidas. Infelizmente, isso tem se repetido em outras localidades em que existem rivalidades entre equipes de um mesmo país ou região, contudo não é em todo lugar que um clássico é sempre marcado por brigas, com entrada de policiais ou de torcedores em campo. O caso abordado aqui é de duas equipes que rivalizam dentro e fora dos gramados; portanto, quando eles se encontram seja em uma rodada pelo campeonato local ou qualquer outra oportunidade, há confusão.

E só de pensar que os jogadores são tão representativos para os clubes que haviam muitas divergências e conflitos não só entre as torcidas como declara Guilherme Padin (2016), mas também houve um tempo em que não se podia nem pensar em ver um atleta católico jogando no Rangers e vice-versa, pois essa prática sectarista era levada a sério desde as primeiras contratações dos clubes. “Todo e qualquer esporte é criado visando certo nível de competição, e nunca buscando a violência”(NETTO, 2009, p.23), portanto não poderia ser diferente com o futebol, embora eles consideram o clássico como se fosse uma batalha aonde as duas torcidas parecem mais com exércitos prontos para o ataque. No que se refere as torcidas, eles literalmente vestem as camisas dos seus respectivos

⁷Fundado pelo católico Andrew Kerins, o ‘Irmão Walfrid’ [...]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/09/deportes/1473453485_035376.html>. Acesso em: 01 de mar. 2020.



clubes e não importa o posicionamento na tabela ou a condição financeira da equipe, pois quando se trata de um “Old Firm” aí muda-se o discurso.

Uma vez por semana o torcedor foge de casa e vai ao estádio. Ondulam as bandeiras, soam as matracas, os foguetes, os tambores, chovem serpentinas e papel picado: a cidade desaparece, a rotina se esquece, só existe o templo. Neste espaço sagrado, a única religião que não tem ateus exibe suas divindades. Embora, o torcedor possa contemplar o milagre, mais comodamente, na tela de sua televisão, prefere cumprir a peregrinação até o lugar onde possa ver em carne e osso seus anjos lutando em duelo contra os demônios da rodada (GALEANO, 2004, pp. 19-20).

Eduardo Galeano (2004) descreve todo o ritual de preparação de um torcedor fanático por seu time, ele ainda apresenta o fenômeno religioso como um fator unificador em torno de um propósito. Analogamente essa descrição pode ser facilmente definidora dos torcedores do Celtic e do Rangers, pois todos quando vão ao “templo” estão alinhados não só com os seus clubes do mesmo modo como estão vinculados aos seus ideais. Quando estão em campo não é só um jogo qualquer, é uma história mais que centenária, um antagonismo ferrenho entre as equipes porque ninguém quer sair derrotado de campo e se o jogo for valendo taça aí que o negócio fica mais intenso.

Já foi mencionado neste escrito a forte política sectarista entre as duas diretorias e não é para menos, pois elas são as guardiãs desta tradição que acompanha os clubes desde sua fundação. Padin (2016) dirá que essa política sectarista seria quebrada em 1989, quando o Rangers contratou Maurice Thomas Johnson⁸, a partir daí já fica presumível o imbróglio que isto ia gerar entre os clubes. Precisa nem dizer que este jogador foi odiado pelos dois clubes, inclusive, os torcedores de seu ex-time consideravam-no um traidor, era visto como um “Judas” mesmo. Agora imagine ter um jogador de sua própria equipe que ao marcar o gol passa a ser odiado pelo seu novo clube, realmente era complicado agradar os torcedores escoceses.

Vimos que o fenômeno da violência e da intolerância compõe o enredo do “Old Firm”, mas eles sempre foram as causas de cenas lamentáveis do clássico, apenas a título de ilustração foi o que ocorreu na final da Copa da Escócia de 1980⁹, uma grande briga se propagou dentro do estádio Hampden Park após o título do Celtic. Um outro acontecimento fatídico desse clássico ocorreu no ano de 1971, sobre ele Padin (2016) declara que foi um acontecimento inesperado no qual resultou em 66 mortes e mais de 200 feridos marcando a história do encontro das duas equipes de Glasgow. Esse episódio

⁸ Jogador católico e ex-atleta do Celtic.

⁹ Sobre este assunto ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/09/deportes/1473453485_035376.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.



ficou conhecido como “Desastre de Ibrox” manchando a história do derby de Glasgow que, aliás, é tido como um dos mais violentos do mundo.

Outrossim, é a presença real do proselitismo, a tentativa incansável de convencer o outro de que seu time é o melhor. Quando atinge o seu objetivo é uma verdadeira festa. Mas do outro lado, torcedor que vira a casaca é considerado um traidor, ‘vira casaca’, não é digno de confiança. A camisa do time é o que chamam os torcedores de ‘manto sagrado’, intocável (ALVARENGA, 2007, p.103).

Essa tentativa de convencimento no qual se refere Alvarenga (2007) surge mediante a constatação da subjugação de um time sobre o seu rival, ou melhor, este esforço é a prova cabal da superioridade de um clube sobre outro. “Apesar de a violência estar presente na sociedade em todos os seus segmentos, no esporte esse padrão vem ganhando maior ênfase na mídia, obtendo o mesmo nível de repercussão de fatos sociais como assaltos, homicídios, latrocínios, entre outros” (NETTO, 2009, p.24), os telejornais passam a ganhar mais uma pauta para noticiarem como se não bastassem as que já existem. Enfim, até mesmo uma paixão nacional, infelizmente, está vulnerável a intolerância e a violência por parte dos próprios torcedores como analisamos nesse tópico, pois como se pôde constatar que o amor ao time, quando este é confundido com ódio e aversão ao clube rival, perpassa todo e qualquer princípio de respeito ou de bom senso ocasionará múltiplas dissensões dentro e fora de campo.

Derry City: o ponto fora da curva

No tópico anterior conhecemos um pouco sobre o clássico de Glasgow ou mais conhecido como “Old Firm”, um jogo que transcende o espírito esportivo e muito competitivo deixando sobressair os ideais que acirravam a partida. Agora é a vez do Derry City, fundado em 1928, é sediado na cidade de Londonderry que fica na Irlanda do Norte, possuindo uma história um tanto curiosa. Essa equipe tem uma certa semelhança com os clubes escoceses, contudo ela detém um aperitivo diferenciador que vale a pena ser destacado neste escrito.

Marco Vaza (2013) relata que desde sua origem esse clube norte-irlandês não se propusera a tomar uma determinada postura de caráter sectário, ou seja, não faria escolha entre torcedores simpatizantes com o catolicismo ou protestantismo até porque o que realmente interessava era ter o apoio da torcida, por essa ação o Derry passou a pagar o preço, mesmo que involuntariamente, pelo seu posicionamento geográfico. Os motivos



religiosos foram as causas para determinadas decisões que foram tomadas ao longo de sua história.

No futebol, sublimação ritual da guerra, onze homens de calção acabam sendo a espada vingadora do bairro, da cidade ou de nação. Estes guerreiros sem armas nem couraças exorcizam os demônios da multidão e confiaram sua fé: em cada confronto entre duas equipes, entram em combate velhos ódios e amores herdados de pai para filho (GALEANO, 2004, pp.30-31).

Esses “velhos ódios” como declara Eduardo Galeano emergem como fundamentos para a instauração de um espírito prosélito dentro do futebol insular, aliás todo esse cenário colocou o Derry City em uma condição quase que desesperadora a tal ponto que o obrigou a literalmente transpassar as divisas entre as duas “Irlandas”. Na década de 60 o que se percebia nesse território insular era uma espécie de guerra civil como bem descreveu Vaza (2013), em que os conflitos entre protestantes e católicos não se restringiam apenas nas ruas como também adentravam aos estádios de futebol, esse sentimento religioso começou a tomar os habitantes dessa ilha que agora dividia-se por interesses totalmente diferentes, os quais causariam muita violência nos anos subsequentes.

Conforme o entendimento de Marco Vaza (2013), o sentimento religioso moldava as ações dessa sociedade insular forçando a jogar os seus jogos em casa numa cidade protestante por quase um ano e vale salientar que o Derry City tinha o desejo de regressar ao seu próprio estádio, mas a organização do campeonato norte-irlandês rejeitou o seu pedido sendo o motivo suficiente para a equipe debandar do torneio nacional. Vaza (2013) ainda declara que o Derry City passou um bom tempo esperando ser chamado de volta para o campeonato nacional da Irlanda do Norte, porém a cada ano que passava via-se mais distante da competição como se fosse uma equipe anônima, posto isto a única solução encontrada pelo clube foi desvincular-se da liga norte-irlandesa algo que não ficou bem visto pelos clubes locais, ainda mais quando descobriram que iria para o outro lado da ilha.

Para se ter uma noção de como as duas “Irlandas” estavam alinhadas com algum aspecto político ou religioso pode ser encontrado nos imigrantes irlandeses, que por serem católicos, não era incomum encontrar os que se simpatizavam com o Celtic. Sendo assim, nos dias de clássico em Glasgow ocorre uma grande viagem entre as capitais Dublin e Belfast¹⁰, onde se tem um deslocamento de torcedores como se fosse uma espécie de

¹⁰ Capitais da República da Irlanda e da Irlanda do Norte respectivamente.



compromisso estabelecido no ano (FUTEBOLMAGAZINE, 2018). Cabe aqui salientar que esta prática era fundamentada nos princípios que os moviam na busca dos seus propósitos, estes estão alinhavados com os desígnios dos adeptos do clube escocês.

A rivalidade do clássico escocês, em dia de jogo, ganhava um “reforço” a mais, sobretudo, para o lado católico que como já vimos é representado pelas cores do Celtic. O Derry City ganhou diversos títulos jogando no campeonato irlandês, tanto é que não demorou muito para chegar à condição de equipe mais forte do país, detalhe que ele era norte-irlandês e chegou a tal nível. Atualmente está sendo cogitada a possibilidade de se criar uma liga nacional da Irlanda, ou seja, unir os clubes das duas partes da ilha em um único torneio nativo. A prática do futebol na Irlanda pode ser um instrumento unificador de sentimentos, transformar aquilo que era ódio e desavença em cooperação em torno de uma liga nacional, deixando para trás as diferenças políticas e ideológicas (FUTEBOLMAGAZINE, 2018), portanto espera-se uma postura diferente dos clubes em face dessa proposta que objetiva trazer dias melhores para estes países.

Considerações Finais

Ao longo desse artigo foi discorrido sobre o futebol e tudo que o envolve, além do mais ficou perceptível que este esporte é um fenômeno cultural por permitir o uso e aparição de elementos simbólicos e tradicionais que, convenhamos, as torcidas sempre os conservam em sua memória e faz transparecer todo esse amor através dos cânticos dentro dos estádios, das camisas com as cores do clube, das faixas com dizeres estritamente ligados ao time etc. Haja vista que o futebol também é um fenômeno social, pois de quando em quando retrata os mais íntimos sentimentos de um povo, de uma nação, ou seja, retrata o contexto no qual está sendo vivenciado. O futebol não é restrito somente aos torcedores, já que todo mundo quer ter sua parte ou participar dele, configurando-se assim suas diversas utilidades.

A priori, constatamos a existência de uma relação entre o futebol e a religião seja ela qual for sua categoria, visto que é indiscutível a sua presença no meio futebolístico através da aparição do objeto de estudo deste trabalho: o fanatismo. Ela pode ser expressa entre o clube e a torcida, entre os próprios torcedores ou pelos jogadores, uma vez que quando se precisa recorrem aos seus “oráculos”, aos seus altares e suas preces objetivando um trunfo sobre o adversário. Ficou esclarecido nesta produção textual que o torcedor é



um ser envolto de religiosidade, ainda mais quando se trata de sua equipe ele se põe na condição de fiel ou de devoto para que o seu desejo seja realizado.

Pode-se dizer então que o fenômeno religioso faz parte do futebol de uma maneira ou de outra, a verdade é que em meio a uma coletividade subsiste a subjetividade e aqui só cabe ao indivíduo, pois reflete o mais íntimo do sentimento humano. O torcedor sempre tem sua crença, por mais que seja estranha ao outro é sua e só ele a compreende. Este é o mesmo torcedor que vai ao estádio como se fosse um compromisso marcado, dirige-se ao “templo” e aos deuses do futebol quando se é necessário tudo para desejar o melhor para o seu time.

No que se refere a proposta do artigo, esta pôde ser analisada a partir do que foi exposto neste escrito e também através dos dois casos abordados, a saber: The Old Firm e Derry City. Estes clubes apresentam características informacionais que compõem as diversas facetas da relação entre o fenômeno religioso e o futebol, apresenta-nos que não é só o futebol que age unicamente no cenário mundial, ele age juntamente com outros segmentos da sociedade, dentre eles, se encontra a religião. Além de que o futebol, ultimamente, está suscetível as mudanças como pudemos constatar que o tradicional foi colocado em xeque pela modernização ou ainda que o torcedor fanático foi “escanteado” por essa avalanche de interesses calcados no lucro, os quais transformam este esporte em mercadoria.

O fanatismo é a ligação perfeita entre o futebol e o fenômeno religioso, ou melhor, é um produto do sincretismo destes elementos que pôde ser percebido em seus desdobramentos. No que se refere as implicações do fanatismo, estas foram apresentadas ao longo desta comunicação, são elas: a modernização do futebol, as apostas, as expressões, as superstições, entre outras. Agora, depreende-se que entre os céus e os gramados de futebol não há limitação para a atuação do fenômeno religioso dentro das quatro linhas, já que este se manifesta de diversas maneiras e, por vezes, na mais estrita autenticidade. Os adeptos do futebol podem até não ser praticante de uma religião, mas no fundo eles têm uma inclinação para os elementos da religiosidade tudo isso feito para o seu clube como uma forma de amor e devoção.

Data de Submissão: 14/05/2020

Data de Aceite: 28/07/2020



Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Leonardo Gonçalves de. Fut-Baal: a relação entre futebol e religião. **Revista Eletrônica Correlatio**, São Paulo, n. 12, p. 98-105, dez./2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/COR/article/view/1685/1681>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CHAGAS, Jonathan Machado. **A (Im)possibilidade de Regulamentação das Apostas Esportivas no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. 2016. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166160>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e Estética. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 82-91, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300011&lng=pt&tlng=p> . Acesso em: 30 jul. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERREIRA, Lucas Vinícius de Oliveira. **Educação Física, Esporte e Religião: interferências e relações**. 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/effto/biblioteca/monografia/100/>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol: copa para quem?** 2017. 325 f. Tese – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31415>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

FUTEBOLMAGAZINE. **Irlanda, o sonho de uma liga comum**. 14 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.futebolmagazine.com/irlanda-o-sonho-de-uma-liga-comum>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Tradução de Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.



HARO, Guilherme Krummenauer. **Futebol e Valores Religiosos**: uma revisão da literatura. 2009. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18900>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

NETTO, Alfredo Euclides Dias. **A violência nos estádios de futebol na perspectiva dos policiais militares de Curitiba**: um estudo de caso. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2009. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/286>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

OLIVEIRA, Alex Fernandes de. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 4, n. 13, p. 170-174, maio/2020. Disponível em: <<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/154>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PADIN, Guilherme. A história por trás do Old Firm, o clássico que transcende o futebol na Escócia. **EL PAÍS**. São Paulo, 09 set. 2016, Esporte, [S.I]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/09/deportes/1473453485_035376.html>.

Acesso em: 27 mar. 2020.

RAMOS, Fábio. Clássicos pelo mundo #9: Celtic x Rangers. **Papo Desportivo**. 26 mar. 2016. Disponível em: <<https://papodesportivo.wordpress.com/2016/03/26/classicos-pelo-mundo-9-celtic-x-rangers/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

REINKE, Bernardo. A origem do futebol. **Leitura de Jogo**. 07 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.leituradejogo.com.br/a-origem-do-futebol/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ROSA, Sandro Santos da. Uma hermenêutica entre culto, futebol e religião: experiências que perpassam a coincidência. In: Congresso Internacional da Faculdades EST, 2., 2014. São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: EST, 2014. pp. 1108-1021. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/374>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

VAZA, Marco. Derry City, campeão das duas Irlandas. **Público**. Porto, 25 maio 2013. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2013/05/25/desporto/noticia/derry-city-campeao-das-duas-irlandas-1595520>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

WILSON, Jonathan. **A pirâmide invertida**: a história da tática no futebol. Tradução André Kfourí. Campinas-SP: Editora Grande Área, 2016.

RELATO DA EXPERIÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PROGRAMA SÃO PAULO SEM PAPEL – DOCUMENTOS DIGITAIS

LEANDRO TEIXEIRA ESTRELLA¹



Resumo

Desde pelo menos o fim dos anos 1990 o Arquivo Público do Estado de São Paulo busca iniciar a gestão e produção de documentos arquivísticos digitais no Governo do Estado. Após sucessivos ofícios, iniciativas, orientações técnicas e normas arquivísticas, em agosto de 2017 foi criado um Grupo de Trabalho na Secretaria de Governo que concluiu em novembro do mesmo ano pela implementação de um sistema nos órgãos e entidades do Poder Executivo Paulista: o “Módulo de Gestão de Documentos” do “Sistema Integrado de Gestão Administrativa” - o SIGA-doc, sistema do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). De forma geral, o SIGA-doc adere a maioria dos requisitos arquivísticos. Em 2019, o sistema, alterado, integrando o Programa São Paulo Sem Papel, foi implantado na Administração Direta e iniciaram-se propostas para aprimorar o acesso, privacidade e preservação de longo prazo.

Palavras-chave: Gestão documental. Documento Digital. Arquivo Público do Estado de São Paulo. SIGA-doc. TRF-2.

Abstract

Since at least the late 1990s, the Arquivo Público do Estado de São Paulo has sought to initiate the management and production of digital archival documents in the State Government. After successive letters, initiatives, technical guidelines and archival standards, in August 2017 a Working Group was created at the Government Secretariat which concluded in November of the same year by the implementation of a system in the organs and entities of the São Paulo Executive Power: the “Module Document Management System” of the “Integrated Administrative Management System” - SIGA-doc, system of the Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). In general, SIGA-doc adheres to most archival requirements. In 2019, the changed system, part of the São Paulo Sem Papel Program, was implemented in the Direct Administration and proposals were initiated to improve access, privacy and long-term preservation.

Keywords: Document management. Digital Document. Arquivo Público do Estado de São Paulo. SIGA-doc. TRF-2.

Introdução - Escolha do SIGAD e projeto piloto

O Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), unidade da Secretaria de Governo, é o órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP, instituído pelo Decreto Estadual nº 22.789/1984), é responsável pela orientação e

¹ Mestre em Teoria Geral do Estado pela Universidade de São Paulo (2017). Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). E-mail: ltestrella@sp.gov.br



coordenação dos SIC, Serviços de Informações ao Cidadão, instituídos pela Lei de Acesso à Informação e regulamentados pelo Decreto Estadual nº 58.052/2012. Desde o fim dos anos 1990 a instituição vem atuando para promover a produção e gestão de documentos arquivísticos digitais nos órgãos e entidades do Governo do Estado. Com o Decreto nº 48.897/2004, a instituição consolidou o núcleo de conceitos, procedimentos e regras essenciais da política estadual de arquivos e de gestão de documentos que permitiriam nos anos seguintes sustentar grandes trabalhos e resultados, fundados principalmente na elaboração, aprovação e aplicação dos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, garantindo a guarda e eliminação racional de documentos de arquivo. Em 2009, a partir do modelo de requisitos do Arquivo Nacional, o e-ARQ Brasil, o APESP elaborou e aprovou a Instrução Normativa APE/SAESP 01/2009 para orientar a gestão, preservação e acesso a documentos digitais, inclusive definindo um conjunto de requisitos e metadados para regular o funcionamento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos digitais. Circunscrito o contexto institucional do APESP e de suas atividades com foco no que se relaciona mais diretamente ao objeto do presente relato, o aporte teórico fundante de suas atividades em geral e da experiência ora relatada com o Programa SP Sem Papel – Documentos Digitais, referente ao período de 2016 até o primeiro semestre de 2020 é marcadamente aquele das normas e procedimentos de gestão de documentos presentes na legislação, bem como seu âmbito de reflexão, competência e ação são os órgãos e entidades da administração pública, os quais exercitam a função executiva do Poder Público no âmbito do Estado de São Paulo. A disciplina da gestão de documentos ganhou unicidade e tratamento científico a partir do século XX (JARDIM, 2015, p. 19).

A partir de 2016, aumentou o interesse e necessidade dos gestores públicos estaduais pela produção e gestão de documentos digitais, o que resultou, no ano seguinte, na aquisição de soluções próprias (o programa Papel Zero na atual Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, por exemplo) e na manifestação de interesse por adotar ferramenta gratuita disponível em âmbito federal: o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, (por exemplo, Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda).

Em agosto de 2017, foi criado um Grupo de Trabalho no Governo do Estado de São Paulo composto por representantes de diversos órgãos, visando à seleção de uma solução tecnológica corporativa gratuita que proporcionasse economia de recursos gastos



com papel e postagem, que desonerasse a Administração Estadual dos custos decorrentes de desenvolvimento, transporte e equipamentos, bem como que aumentasse a celeridade na produção e tramitação de documentos. De sua parte, o APESP manteve-se comprometido em selecionar uma ferramenta para produção de documentos digitais que observasse requisitos da gestão arquivística de documentos, que permitisse a aplicação de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos e estivesse aderente às normas e procedimentos da política estadual de arquivos.

Diversas notas técnicas elaboradas pelo APESP definiram requisitos mínimos obrigatórios que o sistema a adotar ou observar. As notas técnicas se sucederam no tempo devido ao gradativo aprofundamento das análises executadas pelo grupo de trabalho.

A conclusão do grupo, em novembro do mesmo ano, foi pela adoção do “Módulo de Gestão de Documentos” do “Sistema Integrado de Gestão Administrativa” (SIGA-doc) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Paulista com o objetivo de substituir gradualmente a produção de documentos em papel pela produção digital.

Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), o SIGA-doc é uma solução gratuita licenciada como software livre, cujo desenvolvimento observou os principais requisitos arquivísticos. Dada sua característica de software livre, com poucas restrições à mudança de seu código e sem a necessidade de se obter autorização do desenvolvedor para utilização, o Estado São Paulo teria condições de realizar alterações ou evoluções no sistema para adequá-lo à realidade estadual.

O acesso ao código fonte e à documentação do sistema foi realizado na página do projeto SIGA do GitHub, o que permitiu à equipe de técnicos da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) analisá-lo quanto aos aspectos de qualidade do código fonte, robustez e escalabilidade. Tais testes são fundamentais para garantir a viabilidade tecnológica da solução e definir estratégia de implementação adequada.

Como resultado dos testes realizados em 2017, concluiu-se que se tratava de uma solução que melhor atendia às necessidades da Administração Estadual. O apoio da equipe técnica do TRF-2 garantiu segurança ao andamento dos testes, profundidade nas análises e confiabilidade nos resultados. Diante desse cenário, concluiu-se pela existência de condições objetivas para o sucesso dos pilotos e da expansão do projeto para constituir programa corporativo de Governo.

De forma geral em relação as outras alternativas, o SIGA-doc mostrou-se mais aderente aos requisitos de negócio, sendo capaz de manter a relação orgânica entre os



documentos e assegurar a sua integridade e a sua autenticidade. O sistema se mostrou suficientemente alinhado ao arcabouço jurídico e normativo nacional e estadual, atendendo aos requisitos do e-ARQ Brasil e às normas e procedimentos previstos na política estadual de arquivos. Além disso, a adesão a um software livre com código aberto desonerou o Estado de custos de licenças e uso. A produção digital de documentos também permitiu a redução de custos com logística para o transporte de malotes ou deslocamento de agentes públicos, economia com papéis, tintas, impressoras e a eliminação criteriosa de documentos, evitando despesas desnecessárias com o armazenamento.

Após a seleção da ferramenta, iniciou-se os projetos piloto. Em dezembro do mesmo ano foram selecionados 8 (oito) documentos referentes a três diferentes secretarias. Um destes foi selecionado para realização de prova de conceito (PoC) e os demais foram destinados à realização de testes piloto. Para a PoC, o documento selecionado foi indicado pela (à época) Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG), documento referente às atividades de Acompanhamento Legislativo, atividade-fim (específica) desse órgão.

Em 4 de janeiro 2018, por meio da Portaria UAPESP nº 1 instituiu-se em caráter temporário no APESP um Grupo de Trabalho para realizar os estudos necessários visando à transferência para o ambiente digital dos principais requisitos da Política Estadual de Arquivos e Gestão de Documentos e dos princípios arquivísticos na realização da prova de conceito e dos pilotos no ambiente SIGA-doc.

Um exemplo desse esforço, foi a identificação e análise de documento da SPG, referente à sua atividade legislativa, inclusive com estudo do fluxo do processo, a partir dos depoimentos dos técnicos responsáveis por sua produção.

Com o escopo definido e documentado na estrutura analítica do projeto (EAP) realizada pelas equipes do APESP, PRODESP e CETIC, foram definidos prazos finais e os responsáveis pelas macro entregas.

Durante o mês de janeiro de 2018, com a colaboração da equipe técnica do TRF-2, a equipe do APESP produziu os modelos de documentos, conjuntos de configurações a partir das quais foi possível modelar os documentos a serem produzidos no SIGA-doc, garantindo maior racionalidade por meio da padronização de forma e conteúdo e automatização de procedimentos. Considerou-se indispensável para a rápida evolução do projeto, naquele momento, a entrega de modelos de documentos em conformidade com a política arquivística estadual.



A contribuição do TRF-2 neste período se deu tanto nos aspectos tecnológicos quanto em relação às regras de negócio, envolvendo também reflexões sobre as diferentes formas de conceber os documentos digitais a partir da análise de suas preexistentes versões no suporte papel. A definição do processo de trabalho para a construção de modelos de documentos foi fundamental para garantir a aderência da produção digital às regras arquivísticas já praticadas na produção de documentos em papel.

No processo de modelagem, foram definidas quatro etapas principais de trabalho: a) mapeamento do(s) fluxo(s) de trabalho(s) ligado à produção do documento; b) análise diplomática e do significado jurídico-administrativo dos exemplos documentais coletados; c) modelagem de todas as partes que compõem o documento para este ser produzido e adequadamente manifestado no sistema; d) teste e validação do resultado obtido, comparando com o que era antes produzido em papel. Posteriormente a Portaria APESP/SAESP n. 2, de 4 de dezembro de 2018 definiu o procedimento oficial de modelagem, alterando inclusive a nomenclatura e etapas mas este foi o formato inicial que realizou o mapeamento inicial que possibilitou iniciar a implementação. Hoje o mapeamento de documentos e fluxos de trabalho e atividade que vem sendo exercida pelo Centro de Coordenação dos Protocolos Estaduais (CCPE) junto às Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) dos órgãos e entidades e a modelagem de documentos é um processo de trabalho que envolve a definição de modelos a partir de estudos e demandas dos órgãos ao CGPDD e elaboração dos mesmos no sistema pela PRODESP.

A equipe do APESP optou pela utilização de ferramentas inspiradas nos métodos ágeis de gerenciamento de projetos de desenvolvimento de software. Especificamente, a opção nesse momento do grupo de trabalho foi pelo uso quadro kanban no controle das atividades do projeto.

O trabalho organizado em ferramentas de gestão visual e a prática de reuniões periódicas curtas, com feedback em ciclos mais curtos, possibilitou investigar a causa raiz de eventuais obstáculos, e resultou em grande efetividade de resultados.

Implementação

O governo que assumiu o Estado de São Paulo em 2019 demonstrou grande interesse em agilizar e simplificar os processos de trabalho e rotinas administrativas com o uso de tecnologia da informação, nos moldes praticados na Administração Federal.



Esclareça-se, a propósito, que muitos dos gestores que assumiram cargos no novo governo estadual, eram ex-integrantes do governo federal que conheceram e utilizaram o sistema informatizado SEI.

Logo após a eleição de novo governo existe um período em que as atividades são conduzidas por uma equipe de transição, envolvendo integrantes do governo anterior e integrantes do novo governo. Trata-se em geral de um período de tensionamento, em que não raro há disputas entre manutenção e transformação de ações e programas de governo e mesmo no nível procedimental e operacional de como os servidores e agentes públicos devem trabalhar em suas respectivas atribuições decorrentes de cargo e lotação.

Nesse momento o APESP teve o desafio de, num contexto de processos decisórios e interlocutores ainda pouco definidos, defender todo o trabalho em andamento para garantir que o Estado continuasse firmemente comprometido com objetivo de realizar uma transição segura para a produção de documentos arquivísticos digitais. Para isso houve exponencial envolvimento em diversos níveis do APESP, da Coordenadoria e suas equipes, do Departamento de Gestão do SAESP e do corpo técnico dedicado ao projeto em muitas comunicações e reuniões com a PRODESP e diversas secretarias entidades da administração indireta e seus gestores. Foi um período instável: houve mudança de grande maioria dos secretários e chefes de gabinete; anúncio de fusões de pastas e entidades, alterações de nome, alterações de vinculações, bem como extinções. Não é demais dizer que coube ao APESP colocar e manter a pauta dos documentos digitais na agenda do governo com a devida importância.

Em decorrência desse conhecimento prévio do SEI por integrantes do novo governo, questionou-se o resultado das análises do grupo de trabalho estadual que recomendou SIGA-doc. Por essa razão, a análise, os testes e projetos piloto que fundamentaram a recomendação do SIGA-doc foi submetida a nova reavaliação. Apesar dos trabalhos anteriores defendendo a preferência pelo SIGA-doc, o corpo técnico do APESP revisitou o SEI e realizou intensos trabalhos a partir desse sistema apresentando ao Governo cenário de como seria a implementação caso a opção fosse por adotá-lo.

Verificados os cenários possíveis e os estudos realizados para assegurar a aderência da solução a ser adotada pelo Estado às normas arquivística e de segurança da informação, bem como em relação à estrutura tecnológica necessária para atender à escala de produção de documentos da Administração Pública Estadual, a adoção do SIGA-doc foi mantida como opção de governo, validando os trabalhos que o APESP protagonizou. Um fato que auxiliou na manutenção da escolha foi o amplo apoio obtido do TRF-2 desde



o início do projeto, sem paralelo com qualquer das outras opções consideradas naquele momento.

Partindo da Portaria UAPESP/SAESP nº 1, de 4 de dezembro de 2018 sobre a modelagem de documentos, foram realizados também trabalhos e estudos referentes à modelagem dos documentos pelo APESP e um enorme esforço para definir um marco legal para a produção de documentos digitais no âmbito da Administração Estadual. Para isso, foram elaboradas pelo APESP inúmeras versões de minutas de decreto a fim de regular a produção e gestão arquivística dos documentos digitais. Em decorrência desse trabalho, chegou-se à aprovação do Decreto Estadual nº 64.355/2019 que institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança, bem como estabelece competências de implantação e treinamento, principalmente para a Secretaria de Governo, o APESP e a PRODESP.

Com a instituição do Programa SP Sem Papel, no mesmo Decreto Estadual nº 64.355/2019, foram criadas duas novas unidades na estrutura do APESP: o Centro de Gestão e Preservação de Documentos Digitais (CGPDD) e o Núcleo de Desenvolvimento e Evolução de Sistemas Informatizados (NDESI). Tais estruturas foram criadas devido à posição ativa que o APESP e a política estadual de arquivos e gestão de documentos assume no programa, de modo que o mesmo decreto define expressamente atribuições ao APESP. Trago algumas atribuições para demonstrar sua definição como agente ativo nesse processo de transformação digital da administração pública estadual (SÃO PAULO, 2019):

Artigo 14 - O Comitê de Governança Digital será integrado por representantes e respectivos suplentes designados pelo Secretário de Governo, na seguinte conformidade:

{...}

b) o Coordenador da Unidade do Arquivo Público do Estado, órgão central do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP

Artigo 15 - À Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo cabe:

I - secretariar as atividades do Comitê de Governança Digital;

II - assessorar o Comitê de Governança Digital na fixação de diretrizes e parâmetros de implementação e manutenção do ambiente digital de gestão documental, em conformidade com a política estadual de arquivos e gestão documental;

III - promover a modelagem e a padronização da produção de documentos digitais, de forma coordenada com os órgãos e as entidades da Administração Pública;

IV - auxiliar e orientar os órgãos e as entidades da Administração Pública na implantação, execução e manutenção do Programa SP Sem Papel, observadas as deliberações do Comitê de Governança Digital;

V - promover estudos e propor critérios para a migração de dados, a interoperabilidade ou a integração com sistemas legados;

VI - orientar a identificação, análise tipológica, padronização do fluxo e modelagem de documentos digitais.

Na sequência, e de maneira bastante acelerada, foi realizada uma série de melhorias e adaptações no sistema, bem como preparação de infraestrutura tecnológica necessária para suportar a implantação de um sistema em toda a Administração Estadual Paulista. Além disso, a fim de garantir o suporte aos usuários e a agilidade da implantação, foi preparado um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) com treinamentos EaD e ferramentas de apoio aos treinamentos na modalidade presencial, a fim de iniciar a implantação em julho de 2019. A partir daí se inicia um conjunto de atividades de implantação e adaptação que tomam todo ano de 2019, envolvendo o APESP direta e indiretamente, e que, por fim, logram êxito em concluir a implantação do sistema em todos os órgãos estaduais integrantes da Administração Direta. Tanto o ambiente oficial de produção de documentos quanto o material de treinamento e capacitação do programa, histórico, atualizações são acessados na página spsempapel.sp.gov.br. (página oficial de acesso ao programa e ao ambiente virtual de aprendizagem que lhe dá suporte).

Perspectiva de próximas ações

Assim que superada a situação de calamidade pública da pandemia de COVID-19, o Governo do Estado de São Paulo deve iniciar a implantação do programa SP Sem Papel nas entidades que integram a Administração Indireta e possivelmente dar início à implantação do programa nos municípios paulistas. Em paralelo, a partir da análise das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) de cada órgão/entidade, bem como estudos e análises do APESP, Secretaria de Governo e PRODESP gradativamente pretende-se implantar um conjunto de melhorias, procedimentos e modelos de documentos que garantam o uso adequado e padronizado do sistema por toda a Administração.

Já no primeiro semestre de 2019 a PRODESP contratou e integrou a Fundação Vanzolini ao projeto, a fim de expandir a implantação do programa como solução corporativa de governo e dar treinamento (presencial/EaD) e atendimento aos usuários junto ao APESP e à PRODESP. Ademais o Programa SP Sem Papel conta com o Comitê de Governança Digital, constituído para atuar em conjunto com os órgãos e entidades estaduais para a substituição dos documentos em papel pelos documentos digitais, para a definição de ações estratégicas de capacitação em larga escala, para a divulgação do





sistema e sensibilização de gestores e para subsidiar as tomadas de decisão frente aos assuntos de governança digital.

Em números, o SP Sem Papel – Documentos Digitais compreende 28 órgãos/entidades; 165.744 mil usuários; mais de 4 milhões de documentos (produzidos e capturados). Até o momento, o APESP tem realizado junto aos órgãos mapeamentos de fluxos de documentos e a adequação ou criação de normativas complementares sobre gestão documental com vistas ao uso dos documentos digitais: houve criação ou adaptação de grande número de resoluções pelas Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) de cada órgão com o apoio das equipes do Departamento de Gestão do SAESP (DGSAESP). A equipe técnica dedicada ao SP Sem Papel elaborou novos procedimentos e conceitos, muitos a partir de releitura do Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para Administração Pública do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 60.334/2014. Não houve edição de norma definindo revogação ou substituição plena de procedimentos neste caso, pois há ainda tramitação excepcional no suporte físico material papel e há necessidade de regulamentações junto aos competentes órgão centrais dos sistemas administrativos de como processos de trabalho específicos deverão ser feitos no SP Sem Papel. É importante compreender que a diferença do suporte torna obsoleto ou pouco efetivos alguns procedimentos e conceitos antes tidos como essenciais ao mesmo tempo que cria novos ou transforma os preexistentes.

Como desenvolvimentos futuros, além do atendimento às questões pertinentes ao acesso à informação, proteção de dados pessoais, módulo de consulta externa e módulo de envio de documento por agentes externos, merece destaque a necessidade de projetar a implementação de um repositório digital confiável para os documentos digitais (RDC-Arq), para garantia da preservação daqueles destinados à guarda permanente. Trata-se de algo tão importante quanto viabilizar a própria produção e gestão arquivística de documentos.

Data de Submissão: 29/05/2020

Data de Aceite: 15/08/2020



Referências Bibliográficas

ALVES, Alexandre Realino et. al. Gestão de documentos digitais no Estado de São Paulo: SIGA-Doc, uma nova ferramenta. **Revista do Arquivo n°6 – dossiê temático tecnologia da informação aplicada aos arquivos**. São Paulo, ano 3, n° 6, p. 218-223. Arquivo Público do Estado, 2018. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/especial_seminario_apresentacao_03.php. Acesso em: 28 mai. 2020.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Revista Acervo**, ano , v. 8 n°2, v. 28, p 19-50. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/607/640>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n° 22.789/1984**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n° 48.897/2004**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai. 2020

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n° 55.479/2011**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/159044>. Acesso em: 25 mai. 2020

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n° 58.052/2012**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n° 60.334/2014**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual n° 64.355/2019**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Instrução Normativa APE/SAESP - 1, 10/3/2009**. Arquivo Público do Estado. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Portaria APESP/SAESP n. 1, de 4 de dezembro de 2018**. Arquivo Público do Estado. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao> . Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Portaria APESP/SAESP n. 2, de 4 de dezembro de 2018**. Arquivo Público do Estado. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao> . Acesso em: 25 mai 2020

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SG-57, de 30-9-2019**. Secretaria de Governo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>. Acesso em: 25 mai 2020

ACERVO J. G. ARAÚJO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ARQUIVO

ROOSEWELT TEXEIRA SENA¹



Resumo

O trabalho aqui apresentado é fruto das atividades desenvolvidas na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico entre os anos de 2016 e 2018. A partir do entendimento dos princípios arquivísticos foi possível executar as tarefas concernentes ao Fundo J. G. Araújo alocado nas dependências do Museu Amazônico. O objetivo é mostrar como o diálogo entre a Arquivologia e a História se faz importante nas atividades exercidas em arquivos, dada a necessidade que o historiador tem ao fazer o uso de técnicas arquivística que servirão para um maior aproveitamento do conteúdo das fontes. Esta possui como material de análise os arquivos e documentos, fomentando a acessibilidade à informação contida nestes processos, além do mais, sua natureza de investigação é limitada justamente pelo seu objeto de estudo.

Palavras-chave: Arquivística. História e patrimônio. J.G. Araújo. Museu Amazônico.

Abstract

The work presented here is the result of activities carried out in the Historical Documentation Division of the Amazonian Museum between the years 2016 and 2018. From the understanding of the archival principles, it was possible to perform the tasks concerning the J. G. Araújo Fund allocated on the premises of the Amazonian Museum. The objective is to show how the dialogue between Archivology and History is important in the activities carried out in archives, given the need that the historian has when making use of archival techniques that will serve to make better use of the content of the sources. It has archives and documents as analysis material, promoting accessibility to the information contained in these processes, moreover, its nature of investigation is limited precisely by its object of study.

Keywords: Archival. History and heritage. J.G. Araújo. Amazonian Museum.

Introdução

O trabalho do historiador no interior dos arquivos é mais que um processo mecânico fundamentado por métodos. Trata-se de uma atividade que consiste em atribuir sentido aos eventos que compõem as conjunturas do passado. Uma tarefa árdua e meticulosa, semelhante ao da bordadeira (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009). Servindo-se de objetivos e problemáticas o historiador debruça-se sobre as fontes alocadas em arquivos documentais que possuem a finalidade de preservar a memória histórica de uma determinada sociedade. Muitos desses locais possuem acessibilidade dificultada, por

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: roosewelt.acervo@gmail.com



razões burocráticas ou físicas. Felizmente essa não é uma regra geral e muitas instituições fomentam e incentivam à pesquisa por meio de projetos e outros mecanismos institucionais. Dessa forma a pesquisa histórica tem passado por grandes avanços nos últimos anos.

Para além da acessibilidade, é importante para aqueles que possuem interesse em dar seus primeiros passos na pesquisa histórica estejam munidos de informações básicas relativas aos conceitos arquivísticos como: tipologia documental, paleografia, classificação e ordenamento documental. É notório que muitos cursos de História ainda não possuem disciplinas voltadas para essas práticas em sua grade curricular, trazendo como consequência uma aflição nos alunos, especialmente naqueles que necessitam de um contato maior com as instituições arquivísticas. (BACELLAR, 2005).

O envolvimento do historiador junto à área de documentação e arquivos (públicos, particulares, judiciários, legislativos, paroquiais entre outros) possibilita um fazer histórico sem os fetiches de coisificações do passado e proporciona um sentido mais amplo à massa documental dando-lhe o devido resgate histórico (LOPEZ, 1999) Essa relação historiador-arquivo apresenta alguns desafios a serem vencidos tais como: o processo de formação do acervo e a interpretação do passado a partir dos seus vestígios. Para tanto, o historiador deve lançar mão de conhecimentos arquivísticos que envolvam o processo de organização e classificação de documentos dentre outros métodos que o auxiliará a ter uma melhor leitura do arquivo, desde a sua composição e organização, até o seu conteúdo propriamente dito. Esses dados fornecem ao pesquisador uma base de sustentação para empreender o seu trabalho com maior fluidez, assim como o prepara para prováveis problemas que o acervo poderá apresentar, como, por exemplo: organização documental heterogênea, datações irregulares, entre outros.

Ademais, ao implementar seu projeto de pesquisa o historiador poderá se deparar com limitações do documento, as quais podem dificultar o diálogo entre a pesquisa documental e a temática proposta. Aqui deve-se ter a premissa fundamental da pesquisa em acervos para se alcançar os resultados esperados: fazer as perguntas corretas às fontes, sabendo que estas foram produzidas a partir de um determinado contexto, possuindo razões e usos diferentes daquelas em que o pesquisador está imerso.

Junta-se a isso a experiência concreta de pesquisa que alude às escolhas e prioridades do investigador, estas são advindas do meio social no qual o indivíduo está inserido, pois, ao aplicar seu método no interior dos arquivos, o profissional em história não está deslocado das posições e teorias que o envolvem, social, política, econômica e



culturalmente. Não se trata de um ser exógeno à sociedade em que está incluso. O historiador pode tornar seu papel social utilitarista e questionável, buscando uma possível neutralidade em seu ofício (DINIZ, 2012)

A matéria-prima do trabalho do historiador são os documentos, estes devem ser analisados com o apoio de técnicas que estão inseridas na áreas das ciências da informação. Nesse sentido, torna-se essencial o diálogo do historiador com disciplinas como arquivologia, biblioteconomia e museologia (LOPEZ, 1999). Tal campo disciplinar capacita o historiador com técnicas de manuseio e organização de documentos levando-o a um aproveitamento mais eficaz das fontes, como veremos adiante.

De acordo com Bellotto (2002), a Arquivística possui como material de análise os arquivos e documentos, fomentando a acessibilidade à informação contida nestes processos, além do mais, sua natureza de investigação é limitada justamente pelo seu objeto de estudo. Assim, é primordial que o historiador domine as técnicas e métodos relativos à Arquivística para ter maior êxito ao explorar fontes documentais de diversas naturezas. Portanto, para uma boa aplicação das técnicas arquivísticas

[...] é imprescindível possuir conhecimentos do contexto administrativo da produção do documento, especialmente aqueles referentes à estrutura organizacional e às funções do organismo produtor, que podem possuir um papel fundamental na solução das dúvidas e dificuldades, teóricas e práticas, que surgem na definição de um fundo de arquivo (CABRAL, 2013, p.13).

Tal conhecimento garante ao historiador maior segurança ao tratar com os documentos disponíveis no acervo, além de ampliar a compreensão do conteúdo e da forma dos mesmos.

As fontes históricas são produzidas dentro de um contexto social que influencia diretamente a análise final feita pelo historiador. Essa atividade do historiador, bem como a seleção de determinado conjunto documental está mais vinculada ao próprio contexto social em que o profissional está inserido do que necessariamente àquela em que a documentação é utilizada (LE GOFF, 1990, p. 548). Segundo o autor supracitado, o documento

[...] é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 549).

Dessa forma, o documento coloca no jogo do tempo o fato que ele próprio rememora, porém isso só é possível a partir da intervenção do historiador que o decodifica



e resgata seu contexto através do diálogo com outros documentos. Essas coletâneas, por vezes encontram-se organizadas de acordo com determinadas normas, dependendo de quem as ordenou.

Os arquivos nos quais os pesquisadores realizam sua tarefa possuem pelo menos duas características fundamentais: a primeira diz respeito à salvaguarda das produções documentais administrativas, jurídicas e contábeis das instituições públicas e privadas. Assim, a atividade arquivista está diretamente associada ao poder, seja ele estatal/financeiro ou simbólico.

O primeiro disponibiliza estrutura e pessoal que tratam devidamente da documentação; monta e equipa o arquivo com inovações tecnológicas; e determina o que será guardado ou descartado. Levando em consideração o poder simbólico, o arquivo caracteriza-se como o lugar de “repouso” da “verdade”, isso lhe atribui uma singularidade de conteúdo, sendo que ali estariam alocados documentos que possuem prerrogativas legais e verídicas e, por isso, sustentam uma ‘suposta verdade’, de acordo com a aplicação e postura dada pelo profissional que o investigará.

Os arquivos também se constituem em centros de memória, em que os historiadores tornam-se agentes ativos da organização de acervos, levando-os a refletirem sobre seu papel nesses espaços e a buscar conexão com outras ciências que proporcionará resultados mais eficazes.

O trabalho aqui apresentado é fruto das atividades desenvolvidas na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico entre os anos de 2016 e 2018. A partir do entendimento dos princípios arquivísticos foi possível executar as tarefas concernentes ao arquivo do museu. Esse serviço foi desenvolvido durante a vigência do Programa Bolsa Trabalho, para o qual fui selecionado no último semestre do ano de 2015.

De acordo com o Edital nº 002/2016, cujo programa, instituído no ano de 2007, por meio da portaria Nº 387/2007 de 26 de fevereiro do mesmo ano, tinha como finalidade primeira proporcionar auxílio financeiro, prioritariamente, aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estimular a participação do estudante na dinâmica da administração universitária por meio de projetos oriundos de setores acadêmicos e administrativos da UFAM.

Fui beneficiado nesse ambiente, pelo fato de ter sido alocado na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico na qual pude ter contato com documentos históricos e executar processos que dialogavam diretamente com área de História, na qual sou graduando.



Com efeito, o espaço no qual exerci minhas atividades harmonizava-se diretamente com o campo das ciências humanas, atuando como órgão de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão nas áreas fundamentais para o conhecimento das culturas amazônicas. Para instrumentalizar as atividades do Museu Amazônico, a norma do Artigo 3º, VI informa que o conjunto de funções e objetivos alinha-se no sentido de:

Promover intercâmbio com os departamentos acadêmicos da UA, que lhe são afins; com as demais unidades e organismos pertinentes; bem como com outras instituições nacionais e estrangeiras, mediante projetos de pesquisa, formação e extensão, em todos os níveis. (BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO, 1991, p. 30).

Em consonância com o regulamento citado acima é possível afirmar que a origem do Museu Amazônico está vinculada às várias iniciativas pedagógicas da Universidade Federal do Amazonas, no final do século passado, a fim de se consolidar como Universidade (GONÇALVES, 2012).

Logo, a implantação do Museu Amazônico preenchia a necessidade de haver na região amazônica um centro de pesquisa onde pudesse haver a organização sistemática das fontes históricas e demais materiais relativos à temática amazônica, para, então, facilitar a condução da produção histórica regional. (BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO, 1991).

Além de incentivar a produção histórica da região o museu transcende seu papel histórico e interage no meio social por meio de sua dinâmica, funcionando como um lugar de trocas sociais. “Esta preocupação deve perpassar toda a instituição, não somente ao que se refere ao contato com o público, como também na política de constituição de acervos e numa constante discussão sobre seu papel” (ROCHA, 2007, p. 262).

Localizado na Rua Ramos Ferreira, 1036, centro histórico de Manaus, a instituição comporta várias divisões: o prédio principal onde estão instaladas as exposições; divisão de museologia, em que existem diversos artefatos indígenas; biblioteca, espaço com literaturas voltadas para temáticas amazônicas; e a Divisão de Documentação Histórica, foco desse trabalho.

Descrição dos acervos da divisão de documentação histórica

A Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico abriga um grande número de documentos referentes à história da Amazônia. Parte dessa documentação refere-se aos documentos fiscais e correspondências da Firma J.G. Araújo que será



apresentada mais à frente. Outra parcela, não menos importante, do conjunto documental é composta pelo Acervo Amazônia Colonial, uma série de documentos microfilmados a partir dos originais presentes nos arquivos públicos do Pará e de Portugal.

Este material foi o resultado da atuação da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (CEDEAM), órgão de pesquisa da Universidade do Amazonas (UA), que atuou de 1979 à 1987, quando foi extinta e sua documentação foi recolhida para a Biblioteca Central da Universidade do Amazonas (BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO, 1991).

O período abrangido pela documentação refere-se à época da Amazônia Colonial cujo conteúdo, em sua maioria, trata da temática indígena, demarcação de terras, presença missionária na Amazônia e outros temas afins. Também há documentos relativos ao Período Imperial, que são as cópias dos Relatórios de Presidentes de Província do período de 1851 a 1889, Nesse conjunto documental também podem ser encontradas as Atas da Associação Comercial do Amazonas (ACA) do período de 1871 a 1946.

Também compõem o acervo, algumas coletâneas, em menor número, que são essenciais para o fomento de pesquisas em áreas como história, literatura e artes plásticas: Coleção Silvino Santos; Fundo Márcio Souza; Fundo Serviço de Proteção do Índio – SPI; Fundo Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas.

Os documentos que compõem o acervo da Faculdade de Direito do Amazonas referem-se ao período de 1909 a 1974. Em 1917, a Faculdade de Ciências Jurídicas, nomenclatura original da instituição, saiu da jurisdição da Universidade e passa a ser administrada pela União, sendo novamente incorporada em 1962 a partir da criação da Fundação Universidade do Amazonas. Em 2008 ocorre a doação do acervo para o Campus Universitário, devido a sua precariedade, onde passou a ser armazenado e organizado. É composto por folhas de pagamentos, ofícios, atas, provas, registros de matrículas, bem como outros documentos institucionais e administrativos.

Acervo J.G. Araújo

Em 1989 o acervo fiscal e contábil da empresa J.G. Araújo foi doado para a Universidade Federal do Amazonas, por autorização de um dos netos do fundador empresa, Sr. Agesislau de Souza Araújo. Por sua vez, a Universidade transferiu o acervo para as dependências do Museu Amazônico onde foi organizado e tratado para posterior acesso da comunidade acadêmica.



O acervo J. G. Araújo foi escolhido para ser analisado no presente trabalho por ter sido meu objeto de atividade durante a vigência do estágio. Sua organização e catalogação encontram-se em andamento, sendo coordenada pela equipe de pesquisadores da Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico.

Durante todo estágio tive contato direto com as correspondências comerciais e demais documentos contábeis da empresa. Para melhor aproveitamento das atividades foi essencial o acesso às diversas obras sobre a História socioeconômica do Amazonas que compreendiam o período de atuação da empresa de 1887 a 1985.

Conforme STEIN, S. & B (1977), as firmas portuguesas dominaram o mercado interno amazonense a partir da segunda metade do século XIX. O cenário econômico que se constituía ao final da época colonial apontava para uma recusa do domínio de comerciantes franceses e norte-americanos sobre as economias nacionais latino-americanas, coube, portanto, aos ibéricos a articulação do mercado interno latino-americano como aponta os autores

[...] ao nível do comércio atacadista verificou-se uma divisão ou especialização desenvolvida de acordo com as origens dos artigos importados, permitindo, desarte, que os ibéricos compartilhassem o comércio com os recém-chegados. Nessa partilha, aos ibéricos coube o comércio de produtos tradicionais (vinhos e gêneros alimentícios) (STEIN, S. & B. 1977. p. 118).

Dentre as firmas que ganharam destaque no cenário regional encontra-se a firma J.G. Araújo, fundada em 1877 por José Gonçalves de Araújo Rozas em sociedade com seu irmão Joaquim Gonçalves de Araújo, sob a razão social de Araújo Rosas & Irmãos. Nessa primeira fase² a empresa atuava na área de secos e molhados, fazendas e retalho e suas importações contavam principalmente com produtos para aviamento como sal, batata, carvão, botas, capas, material de construção, instrumentos para pesca, manteiga, armas, munições, pólvora e artigos semelhantes. Sua área de fornecimento abrangia as localidades de Codajás, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. Também nessa mesma fase a firma já exportava borracha, castanha e piaçava para outros estados do Brasil além, de Portugal.

Assim, desde os primeiros anos de sua fundação já era notável a dinâmica comercial que a firma estava incluída. É importante salientar que a família Gonçalves

² Importante salientar que a nomenclatura *fases* é posta aqui com a finalidade de dividir os períodos de atividade da empresa e está de acordo com as razões sociais encontradas nas correspondências comerciais da mesma. Estas por sua vez alteram-se conforme a entrada ou saída de sócios da Firma. Primeira fase (1877-1896) Araújo Rosas & Irmãos; segunda fase (1892-1904) Araújo Rosas e Cia; terceira fase (1904-1925) J.G. Araújo; quarta fase (1925-1989) J.G. Araújo & Cia Ltda.



Araújo já estava estabelecida na região desde, pelo menos, a década de 50 do século XIX. Isso, portanto, facilitaria as importações dirigidas às diferentes localidades do interior da região. Contudo, não foi somente sua presença na região que facilitou as trocas comerciais, mas sua participação no comércio intrarregional, como observado anteriormente.

Na primeira década de atuação da firma, houve um crescimento significativo na exportação de borracha, por causa da influente rede comercial na qual a firma estava envolvida, mostrando a inclusão da empresa na economia gomífera que despontava naqueles anos. Paralelo ao crescimento da empresa, a cidade também se desenvolvia, e devido ao grande número de estrangeiros na cidade, tornou-se necessário a colocação de novas mercadorias para atender a demanda dessa nova camada social, salientando ainda mais o real envolvimento da firma em diferentes áreas do comércio regional, não somente o da borracha.

Os anos iniciais da firma também foram marcados pela admissão de novos sócios como Francisco Leite da Silva e Otello de Sá Antunes (1883) e a compra dos ativos da firma Rodrigues Vieira e Cia (1895). Com essa nova admissão a razão social mudou para Araújo Rosas e Cia, inicia-se assim a segunda fase da empresa³. De acordo com Benchimol (1994), sob esta nova denominação e com a expansão dos negócios da borracha, a empresa cresceu consideravelmente tornando-se grande empório, fornecedor e aviador de mercadorias para o interior do estado, além de se tornar um polo de recebimento de borracha dos seringais, se firmando, assim como o principal intermediário entre o seringal e o mercado externo. Para um melhor esclarecimento da dinâmica do aviamento na região amazônica, Mauro Cherobim destaca que:

Neste sistema, o aviador é a pessoa que efetua o aviamento, isto é, fornece os bens de consumo e de produção; o aviado é o que recebe. Na produção e circulação da borracha, (...) o seringueiro extrator é sempre o aviado, pois as suas relações econômicas restringem-se ao fornecimento dos produtos extraídos da floresta como pagamento das mercadorias que lhe foram aviadas; o aviador, por outro lado, é aviado do comerciante que lhe fornece as mercadorias e aviador para aqueles que adquirem suas mercadorias; há os grandes aviadores, em pequeno número e estabelecidos nas grandes cidades, e os pequenos aviadores que intermediam as mercadorias até chegar nas mãos do produtor e/ou extrator (CHEROBIM, 1983, p. 105).

³ Apesar da, já mencionada, compra de ativos da firma Rodrigues Vieira e Cia ter ocorrido definitivamente em 1895, anos antes já é possível notar através da documentação contábil da empresa uma lenta transição de nomenclaturas, apontando, já em 1892 para o início da aglutinação da nova firma. Posto isso, a segunda fase da empresa pode ter seu início ou partir dos primeiros registros nominiais presentes nas correspondências (1892) ou na aquisição definitiva dos ativos da nova firma (1895).



Este sistema caracterizou a economia gomífera da região da região amazônica com base nos seringais e seus elementos formadores como visto acima. Logo, a firma aqui estudada se adaptou solidamente a este sistema, por meio das relações com outros comerciantes portugueses no interior, criando uma rede comercial bem articulada.

Na segunda fase (1895 a 1904), a firma ampliou suas atividades para outros países como Estados Unidos, Alemanha e França, exportando pirarucu, banha de tartaruga, salsa, copaíba e madeira.

A diversidade das importações também aumentou, produtos como vinhos, bacalhau, ameixa, azeite cerveja, instrumentos musicais, calçados eram aviados para as localidades do interior com o objetivo de abastecimento destas. Nesse quesito a firma se sobrepôs às demais empresas, trabalhando no ramo de aviamento. A análise das correspondências nos dá um panorama das relações estabelecidas entre a firma e seus clientes no interior.

Dessa forma, as atividades da empresa aviadora se firmaram em enviar gêneros alimentícios para as localidades interioranas, nas quais muitas vezes tinha um seringal e neste havia trabalhadores que necessitavam de artigos alimentares e outros itens para suprir suas necessidades imediatas. Logo, o envio de gêneros para localidade era realizado pela troca do materiais produzidos ali, seja a borracha ou sernamby, o pirarucu ou a banha de tartaruga.

Nesta segunda fase, a empresa tornou-se agente da Companhia Brasileira de Navegação à Vapor, passando a ser responsável pelo transporte fluvial a longa distância no interior do Estado. Assim, o mercado do interior ficou cativo das organizações J.G. Araújo e muitas firmas concorrentes decidem sair da região ou vender suas propriedades⁴, e, enquanto os outros faliam, a firma continuava aumentando seu patrimônio financeiro e mobiliário com novas aquisições e expandindo sua rede de estabelecimentos⁵.

A terceira fase (1904 a 1925) da empresa foi marcada pela expansão das suas atividades para Porto Velho, localidades do Rio Madeira, Iquitos, Rio Branco e Santa Izabel do Rio Negro. Criou-se a Empresa Brasil Hévea para beneficiamento da borracha e melhoria da qualidade do produto para comercializar no exterior e inaugura também

⁴ Autores como Roberto Santos e Bárbara Weinstein apontam que o crescente mercado exterior da borracha, incentivado pelo cultivo da Hévea em plantações asiáticas, afrouxou a competição estrangeira na região amazônica o que levou várias empresas estrangeiras a investirem seu capital em áreas recém-criadas. Ver: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia: 1820-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980; WEINSTEIN, Bárbara. The Amazon Rubber Boom. 1850-1920. Stanford: Stanford University Press, 1983.

⁵ Ver Samuel Benchimol, 1994, p. 25.



uma usina de beneficiamento de castanha. A firma também inicia seus negócios em novo setor comercial, a pecuária, com campos de criação em Roraima.

O jornalista Benchimol (1994) aponta que no fim da década de 1940, surgem os primeiros sinais de decadência da firma: O Banco da Borracha passou a ter o monopólio da compra e venda de borracha, a partir das negociações estabelecidas no Acordo de Washington; Rubber Development Corp. (RDC) organização americana que incentivou a produção da borracha na Amazônia em razão da perda de suprimentos de borracha das plantações asiáticas invadidas pelos japoneses; problemas de sucessão como morte prematura de sócios importantes da firma e do próprio comendador J.G. Araújo, se junta a isso inúmeras dificuldades na transição comercial; falta de dinamismo como a falta de investimentos no novo mercado que surgia (BENCHIMOL, 1994).

Mas, como observado até aqui, esses fatores indicados pelo autor ligam tão somente a empresa à economia da borracha, julgando que seu crescimento, apogeu e decadência estão intimamente ligados àqueles ocorridos com a economia gomífera na região. Mas ao consultarmos a documentação comercial da empresa podemos verificar que esta se diversificou em suas exportações e importações como já estamos apontando nesse texto.

Essa diversificação mostra que ao contrário de tantas outras empresas que tiveram um rápido crescimento e posterior decadência no período, a firma J.G. logrou êxito ao se harmonizar com outras áreas da economia regional.

Em sua quarta e última fase, a firma J.G. Araújo, com a crise da economia gomífera, incentivou a criação de outras empresas que atuaram em diversos outros ramos. Nesse sentido foi criada a Empresa Manacapuru Industrial Ltda., que era uma serraria e fábrica de pregos, diversificando mais ainda as atividades da empresa, também houve a criação da J.G. Araújo Exportação que representava e exportava os produtos regionais.

Neste mesmo período outros empreendimentos foram realizados: foi implantada a Fábrica Rosas, que funcionava como drogaria e produção de perfumes à base de pau-rosa para exportação especialmente para a Argentina; Retomaram-se as atividades de panificação com produtos de confeitaria e derivados; e, foi criada a empresa Sociedade de Comércio e Transportes com suas atividades voltadas para navegação e agropecuária.

A empresa também se tornou representante nacional da Texas Company (TEXACO) comércio e representação de produtos derivados de petróleo, expandindo seus negócios para a região do Purus, Juruá e Madeira. Diante de tal quadro comercial difuso é incoerente afirmar que a empresa faliu, pois seu patrimônio foi canalizado para



outros setores econômicos, como observado até aqui. O ideal seria apontar que a firma encerra suas atividades na década de 1980, e seu capital, após a morte do comendador J.G. Araújo, passou a ser administrado por outros membros da família que não tinham a mesma visão que este.

Metodologia

Como visto até aqui, os documentos de arquivos contém informações essenciais relativas aos eventos históricos ou mesmo referências às pessoas físicas e jurídicas. Tais dados devem ser devidamente conservados para que seu uso imediato e futuro não sejam comprometidos. Para tanto, é necessário cumprir certas etapas: higienização, organização, classificação e descrição entre outros.

Durante o período do estágio fui inserido em algumas etapas, a partir de orientações feitas pelos responsáveis da Divisão, e em outros momentos por meio das leituras desenvolvidas no curso de história em disciplinas como *Leitura de Manuscritos dos Séculos XVIII e XIX*. Além disso, as leituras e debates realizados nas disciplinas sobre Amazônia foram essenciais para a compreensão do contexto em que as correspondências foram geradas.

A primeira etapa a ser apresentada aqui é a higienização. Essa é a primeira a ser executada quando um acervo chega à instituição que irá abrigá-lo. No caso do acervo documental da empresa J.G. Araújo, certa parte já se encontrava em bom estado, sendo necessário seguir à etapa de organização e classificação.

Os demais documentos que precisavam ser higienizados foram alocados em outro prédio, para evitar qualquer contaminação com os demais documentos, com espaço e condições específicas para esse fim assim como o uso de suportes para armazenagem, ambiente climatizado e ferramentas para a higienização. Esta, por sua vez, se divide em: retirada de objetos que comprometam o papel, como cliques e grampos e limpeza do papel com pincéis de cerda.

Alguns cuidados são importantes no decorrer do processo de higienização: a limpeza dos documentos ocorria em mesas com altura padrão; a higiene do local era realizada para não comprometer trabalhos futuros, e tão pouco, a documentação que já estava sendo trabalhada. Outros materiais também foram utilizados como luvas, toucas, máscaras e jalecos, para proteção contra as impurezas contidas no papel. Outro ponto essencial foi a organização do documento ainda na fase de higienização, para a



preservação da sua ordem original, portanto, foi necessário recolocar o documento na mesma ordem e posição encontrada.

A fase posterior do processo de organização arquivística foi a classificação e ordenamento dos conjuntos documentais. Esta, como já dito anteriormente, foi feita respeitando a metodologia adotada na empresa. Na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico os documentos do acervo J.G. Araújo estão organizados em estantes e armários. Nas estantes ficavam as caixas-arquivos identificadas pelas tipologias documentais nelas depositadas como recibos, guias de embarque, faturas entre outros, bem como as datas limites em que foram produzidas.

A organização dessas caixas-arquivos se dispõe em uma ordem numérica com a finalidade de facilitar o acesso. Por sua vez, os armários de aço comportam as correspondências comerciais da empresa, estas são guardadas em pastas suspensas por conta da sua fragilidade. Um número total de seis armários, contendo em cada quatro gavetas. Em cada gaveta estão armazenadas pastas suspensas contendo uma média de 30 documentos cada.

O ordenamento das correspondências segue a cronologia das fases da empresa, desde a sua criação até o final da década de 1950. Após uma observação mais atenta desse conjunto documental foi possível notar que para além da ordem cronológica, cada pasta obedecia também outra ordem: os documentos que estavam em uma única pasta eram de remetentes de uma região próxima à mesma calha de rio. Isso foi notado a partir do momento que pude constatar que havia um número de documentação bem variado em determinada pasta em comparação com a outra logo adiante.

A última etapa refere-se à descrição da documentação. Nesse momento foi essencial o conhecimento obtido na disciplina de leituras de manuscritos, pois os documentos, com os quais trabalhei eram todos manuscritos que exigem maior atenção, assim como a utilização de dicionários de abreviaturas⁶. Inicialmente era preciso separar os documentos que haveriam de ser descritos, estes se encontravam nos armários e em determinadas gavetas. Retirados dos armários podíamos analisar os documentos mais detidamente, com o auxílio de lupas.

Alguns problemas eram encontrados no decorrer das leituras: letras ilegíveis, dificuldades em compreensão de termos muitos específicos; documentos que tinham trechos inteiros danificados ou extraviados, por motivos vários (aqui é importante frisar

⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX., 2 ed. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.



que o manuseio dessas cartas era feito com luvas para não danificar o papel). Felizmente essas dificuldades, apesar de ocorrerem com certa frequência não prejudicaram o andamento das atividades. Quando esses elementos surgiam em excesso registrávamos em relatórios. Esses relatórios seriam parte do produto final dessa etapa, falarei deles mais adiante.

A descrição documental, para fins mais adequados, deve seguir critérios que atenda aos interesses dos consulentes, em especial, os pesquisadores. Portanto, tal conjunto de procedimentos deve visar a identificação dos documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisas. Para isso, a descrição compreende a análise de conteúdo, a tipologia documental e identificação do espaço e tempo de produção. Em um arquivo permanente o processo de descrição permite a pesquisa, estando voltado para um público mais amplo e trazendo à luz os elementos mais relevantes do conjunto documental.

Posto isso, na descrição do documento foi necessário colher elementos como data de produção, remetente, destinatário e localidade. No corpo da carta era feita uma leitura acurada e, a seguir a produção de um resumo que refletia as informações mais relevantes do texto. Na maioria dos casos o conteúdo da carta referia-se a pedidos de mercadorias, remessas, balanço fiscal, preços de comercialização de produtos, pagamentos de dívidas, solicitações de créditos entre outros.

Modelo de extração e descrição de dados

1886, Dezembro, Carvoeiro
CARTA de Corrêa e Filho, informando que enviaram 30 arrobas de peixe bom e novo, mais 30 tartarugas, sendo 24 grandes 4 pequenas

Fase 01 Pasta: 329 F: 01 arm.: 02 Gav.,: 02

Fonte: Acervo J.G. Araújo (Museu Amazônico/UFAM)

O quadro acima informa os dados colhidos a partir da análise de uma carta comercial. Os dados mostram que o documento foi redigido no mês de Dezembro do ano de 1886, primeira fase da empresa, na localidade de Carvoeiro. A tipologia é apresentada em caixa alta e em negrito, no caso acima sabemos que se trata de uma carta.



O remetente possui a razão social Corrêa Filho. A seguir encontramos a síntese do documento que se trata do envio de mercadorias. A última linha do registro trata da localização da carta no acervo: pertence à fase 01; encontra-se na pasta 329 do armário 02 e gaveta 02. Esse modelo servirá de verbete que comporá o catálogo do acervo.

Considerações finais

A experiência em um acervo documental é de suma importância na trajetória acadêmica dos estudantes, em especial do curso de História. Se, desde o início, é fornecido suporte técnico e teórico para o docente, esta experiência torna-se bem mais produtiva. Para isso, torna-se essencial que, desde os primeiros anos da graduação seja incluída na grade curricular disciplinas que estejam conectadas com a arquivística.

O diálogo com a ciência da informação, como a arquivologia e a biblioteconomia, por exemplo, oferece aos estudantes uma possibilidade de ampliar seu conhecimento e métodos de trabalho. O trabalho realizado na Divisão de Documentação Histórica do Museu Amazônico proporcionou um contato com uma rica documentação sobre a história econômica, social e cultural da região Amazônica.

A princípio, foi dificultoso para mim, enquanto aluno do segundo ano do curso de História me envolver com a documentação por não ter bases técnicas e teóricas suficientes para exercer as atividades propostas. Consegui os conhecimentos por iniciativas próprias, e também por meio da participação em algumas disciplinas que o curso ofereceu. Para compor meu arcabouço teórico referente aos procedimentos realizados no interior de arquivos, precisei procurar auxílio em outros cursos como Arquivologia, por exemplo.

Acredito que se o curso de história oferecesse desde o seu período inicial disciplinas voltadas para o trabalho em centros documentais, teria sido um suporte eficaz tanto a mim quanto aos demais estudantes. É importante, salientar que houve a oferta da disciplina de *Leitura de Manuscritos do Século XVII ao XIX*, porém, como optativa, isto é, não fazia parte de disciplinas obrigatórias ofertadas anualmente. Outra disciplina que tratava do trabalho em acervos e dos procedimentos de pesquisa foi *Metodologia do Trabalho Científico*, esta, porém, é ofertada somente na fase final do curso como pré-requisito para as disciplinas de monografia.

Todo esse envolvimento com áreas afins ao curso de História, o acesso a uma bibliografia específica da região, encontrada na própria Divisão, e também na biblioteca



do Museu Amazônico me forneceu bases teóricas para a compreensão do material que estava organizando, transcrevendo e descrevendo.

No ambiente da Divisão de Documentação Histórica, a carência de pessoal para trabalhar com a documentação foi, e ainda é um problema. À época de vigência do meu estágio, apenas eu e outras duas estudantes estavam trabalhando na Divisão, meses depois, um técnico administrativo foi aprovado em concurso e alocado para o setor. Portanto, o trabalho sempre esteve dependente de bolsistas fornecidos pelo projeto Bolsa Trabalho, ou por meio de Estágio Voluntário.

Esse cenário comprometeu bastante o andamento do projeto de Preservação e Conservação do Acervo J.G. Araújo, impossibilitando que as técnicas arquivísticas sejam implementadas com maior eficácia, e o conteúdo do acervo esteja disponível para a comunidade em geral.

A disponibilização em catálogos já foi feita com parte da documentação. Mas ao que se refere ao fundo J.G. Araújo, esse processo ainda não está completo, sendo que no momento está sendo feita a descrição da primeira fase da empresa que são as cartas comerciais. Os catálogos são essenciais para consulta da comunidade acadêmica, e da comunidade em geral. Juntamente, a digitalização dos documentos e sua posterior disponibilização em rede. Porém para isso ocorrer, depende de material tecnológico, investimento financeiro e principalmente, profissional com competências comuns às áreas de História, Arquivística e Economia.

As áreas citadas anteriormente também formam o conjunto no qual os documentos presentes na Divisão, fazem diálogo. A História econômica da região amazônica, por exemplo, é o destaque da documentação. Porém, houve durante meu estágio pesquisadores de áreas como Pedagogia e Letras que usaram os acervos da Divisão para suas pesquisas.

É importante frisar, que pelo fato dos acervos serem poucos trabalhados, há pouca produção sobre os mesmos. Haja vista a riqueza dessa documentação, sua divulgação e incentivo de pesquisas acadêmicas nesse espaço trazem à sociedade o real valor de tão estimado material que há anos vem sendo salvaguardado pela instituição.

Data de Submissão: 16/05/2020

Data de Aceite: 19/08/2020



Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: o historiado como artesão das temporalidades. IN.: NEGRO Antônio; SOUZA, Everton; BELLINI, Lígia.

Tecendo Histórias: espaço, política e identidade: Salvador: EDUFBA. 2009.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mal uso dos arquivos. PINSK. Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo. Associação de Arquivista de São Paulo. 2002.

BOLETIM informativo do Museu Amazônico. Manaus, v.1. n.1. jul/dez. 1991.

CHEROBIM, Mauro. **Trabalho e comércio nos seringais amazônicos.** Perspectivas, São Paulo, p. 101-107, 1983.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **Fragmentos da memória:** o historiador e os arquivos pessoais. In Anais [do] IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina: Universidade Estadual (UEL), 195-207. 2012.

GONÇALVEZ, C. B. **Museus, espaços promissores para a divulgação da Ciência:** o caso do Museu Amazônico da UFAM. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas. 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória Campinas,** SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia Documental de partidos e associações políticas brasileiras.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ROCHA, Amara Silva de Souza. Os museus na fronteira do contemporâneo. In.: **Anais do Museu Histórico Nacional.** vol. 39, 2007.

STEIN, S. B. **A Herança Colonial da América Latina:** ensaios de dependência econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

TRABALHO E GÊNERO: MULHERES NO TRABALHO DA JUTA NA VILA AMAZÔNIA (PARINTINS/ AM)

MAYRA DE OLIVEIRA UCHÔA¹



Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o universo do trabalho feminino no processo de produção da juta na comunidade de Vila Amazônia em Parintins (AM). O texto foi dividido em três partes: 1) uma discussão sobre novas tipologias do mundo do trabalho; 2) novas conexões do mundo do trabalho na Amazônia: migração e agricultura da juta; 3) mulheres nos mundos do trabalho da juta. Foi utilizado o método de revisão bibliográfica em artigos, dissertações, teses, documentos, livros e obras sobre o tema. Para discutir as ideias abordadas foram consultados autores referentes ao Mundo do Trabalho, entre eles Marcel Van der Linden e Chitra Joshi, estudo de gênero com Jordão Horta Nunes Nunes e Revalino Antonio Freitas, obras relacionadas a imigração japonesa Elisa Massae Sasaki e Alfredo Kingo Oyama Homma e trabalhos relacionados ao processo de trabalho com a fibra de juta.

Palavras-chave: Trabalho na Juta. Mulheres trabalhadoras. Estudo de gênero.

Abstract

The aim of this article is to discuss the universe of female labor in the jute production process in the Vila Amazônia community in Parintins (AM). The text was divided into three parts: 1) a discussion about new typologies in the world of work; 2) new connections from the world of work in the Amazon: migration and jute agriculture; 3) women in the worlds of jute work. To achieve this goal, it was through bibliographic review of articles, dissertations, theses, documents, books and works on the subject. To ferment the ideas addressed, authors from the world of work will be used, such as Marcel Van der Linden and Chitra Joshi, gender study with Jordão Horta Nunes Nunes and Revalino Antonio Freitas, works related to Japanese immigration Elisa Massae Sasaki and Alfredo Kingo Oyama Homma and works related to women workers in the Jute process.

Keywords: Jute work. Working women. Gender study.

Introdução

O texto que ora se configura é fruto da reestruturação do meu projeto de pesquisa para adentrar ao mestrado em História Social da UFAM. Inicialmente, a ideia era discutir a imigração japonesa para a Amazônia e a inserção dessas mulheres imigrantes no mundo do trabalho na região, mais especificamente das plantações de juta².

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade La Salle Manaus, mestranda em História, pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: mayrauchoa1@hotmail.com

² A ideia de fazer essa pesquisa emerge da minha formação em Relações Internacionais e o intento de juntar a história e relações internacionais em uma única pesquisa articulado pelo mundo do trabalho feminino.



Passados seis meses de pesquisa e depois de duas idas a Parintins, o projeto já se reconfigurou, apontando não apenas para as limitações de minha proposta inicial com as mulheres japonesas, mas abrindo, por outro lado, caminho insuspeitos para uma nova investigação.

Não encontrei as mulheres japonesas que esperava. Encontrei algumas mulheres, lá em Parintins e aqui em Manaus, que trabalharam na juta entre os anos 40 e 80 e que participaram de uma cooperativa de mulheres que existe até hoje em Parintins e que me encantaram com a possibilidade de enveredar por esse caminho que não havia pensando. Talvez seja esse mesmo o fascínio da pesquisa: descaminhar o pesquisador, levando-o para lugares não pensados. Somando-se a essa mudança de percurso, as disciplinas feitas no semestre também puderam fornecer instrumentos analíticos e conceituais, além de discussão historiográfica, que me ajudaram, uma outsider, a caminhar com mais segurança nas trilhas da história.

Nesse sentido, articulo a discussão do presente tema em três vertentes: uma discussão conceitual e metodológica sobre as novas formas de dialogar com os mundos do trabalho livre e não livre e de como isso pode ajudar a pensar a Amazônia; uma discussão contextual sobre a Amazônia na década de 1930 e migração japonesa para a região; a primeira incursão com os dados das duas viagens realizadas a Parintins e a tentativa de uma reflexão mais detida.

Desenvolvimento

Novas tipologias e os Mundos do Trabalho da Juta no Amazonas

As discussões travadas no âmbito da disciplina Formas de trabalho não-livre no mundo contemporâneo permitiu revisitar, a luz de autores como Marcel Van der Linden, Chitra Joshi e Silvia Petersen o mundo do trabalho de mulheres na região a partir da economia extrativista da juta.

Analiticamente, o que está em jogo nas pesquisas realizadas pelos historiadores e historiadoras acima mencionadas é o questionamento das formas clássicas de divisão do Mundo do Trabalho entre trabalho livre e trabalho escravo. Van der Liden, por exemplo, chama atenção para as formas transacionais ou intermediárias do mundo do trabalho, que se configuram como aquelas marcadas pelo trabalho compulsório.

O trabalho compulsório não se configura estritamente como trabalho escravo, pois o trabalhador não é legalmente escravizado, porém, o nível de exploração da força de



trabalho é de tão monta que chega a se aproximar das modalidades de trabalho da escravidão.

Lendo sobre a história global do trabalho de Linden, é possível perceber as categorias levantadas pelo autor para pensar os tipos de mercantilização da mão de obra que podem variar entre o trabalho escravo, o trabalhador assalariado livre, o trabalhador autônomo e o chamado *lumperproletariado*. O autor destacar quatro pontos que podem, metodologicamente orientar as pesquisa: 1) que qualquer análise dessas formas intermediárias deve centrar-se nos estudos empíricos precisos, sem a preocupação com grandes teorias; 2) não devemos estudar separadamente os diversos tipos de trabalhadores subalternos, levando-se em conta, sempre que possível, as ligações entre eles; 3) entender os sujeitos dentro de suas redes de sociabilidade (família, parentesco, clubes e irmandades) e 4) atentar para as formas de classificação dos subalternos que emergem do Estado- Nação (LINDEN, 2013, p. 43).

Ainda no campo da discussão conceitual e metodológica, a historiadora de gênero indiana Chitra Joshi chama atenção para as formas de mobilização do trabalho das mulheres dentro e fora do espaço doméstico e de como essa autonomia ou subordinação altera as relações de gênero, como o aumento da violência contra a mulher porque ela trabalha fora de casa e ocupa um lugar (com ganhos financeiros e sustento do lar) que era tido como apenas dos homens.

Para a historiadora do Mundo do Trabalho Silvia Pertersen, torna-se necessário o enriquecimento de estudos do mundo do trabalho no Brasil, discussões com âmbito numa fronteira analítica e disciplinares no sentido de dialogar com pesquisas que não estejam apenas no eixo Rio-São Paulo, o pensamento de uma dinâmica do trabalho nas chamadas comunidades amazônicas do interior e suas “populações tradicionais”, a relação entre trabalho, etnicidade e processos de racialização no Brasil e outros temas e problemas mais contemporâneos.

Migração japonesa para Amazônia: reconectado a região ao mundo através da juta

No século XX, o Japão atravessa por um período de relevantes reformas políticas, contraindo com isto, grande insatisfação social em razão de seu regime político em foco, que caracteriza-se inclusive, rigidamente controlador de suas fronteiras e dos canais de



entrada e saída dos emigrantes.³ Bem como, revela-se detentor de diversos problemas internos⁴ decorrentes do período pós-guerra, o que culmina por impulsionar os governantes japoneses a recorrerem aos mecanismos da diplomacia para a flexibilização de sua inserção e maior participação no cenário internacional.

Enquanto isso, no cenário brasileiro, as lavouras de café estavam a todo vapor, visando conquistar uma posição no mercado internacional. Diante de seus interesses, adotava manter posição flexiva de relações político-econômicas com outros países, principalmente com aqueles que objetivavam o estabelecimento de parcerias e realizações de acordos de interesses em comuns. Para o Brasil, este período ficou marcado pela abertura dos portos para o ingresso de estrangeiros, facilitando os tramites burocráticos da imigração.⁵ Nessa fase é de importância destacar que o Brasil consolidou seus laços diplomáticos com o Japão, através do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação⁶.

Neste contexto, a partir de negociações internacionais entre os dois países, a partir de 1929, os japoneses aportaram em diversas regiões brasileiras dentre elas, destacou-se o Sudeste e o Norte, que segundo Homma⁷ (2009), com objetivo principal de força braçal e trabalhadores agricultores para trabalharem com plantações de juta, o Japão obtinha de muitas técnicas e estudos relacionados a agronomia e formas de plantações.

O objetivo principal dessa aproximação entre os dois países foi para o Brasil, a viabilidade de mão de obra para a agricultura. Para o Japão a abertura de portas para o uso de políticas que permitiam que o país estivesse ativo no cenário internacional, como mecanismo de resolução de seus problemas internos.

A partir de 1930, com a segunda leva de migração japonesa, aportaram ao Amazonas com o primeiro destino ao município de Maués, com o objetivo de trabalharem no cultivo de guaraná. Devido à problemas locais com a epidemia da malária, os japoneses retiraram-se e migraram para uma região próximo à Parintins, formando assim a colônia japonesa conhecida como Vila Amazônia. Logo após o desenvolvimento da

³ FOEGER, Andreia; DADALTO, Maria Cristina. Imigrantes japoneses no Espírito Santo e mídia capixaba. Espírito Santo: Revista Iniciacom, 2010.

⁴ Neste período o Japão se vê diante de uma situação grave de excesso populacional, de sensíveis flutuações econômicas que provocam crises periódicas de penúria na população. (SHAKURAI, 1995, p. 35).

⁵ SASAKI, Elisa Massae; Assis, Gláucia de Oliveira. Teoria das Migrações internacionais, 2000.

⁶ O tratado assinado 5 de Novembro de 1895, representou a iniciativa de selar amizade, o tratado visava aproximação, logo depois negociações e incentivos sobre imigração, o que possibilitou futuramente grande acordos entre os mesmos.

⁷ Alfredo Kingo Oyama Homma é Engenheiro-agrônomo com Doutorado em Economia Rural, e possui grande relevância nos estudos de imigração japonesa para o Amazonas, pela contextualização nos trabalhos referente agronomia, praticas, desenvolvimento agrícola da região e mão-de-obra.



agricultura na Vila Amazônia, homens e mulheres começaram a trabalhar com a plantação de juta na região.

A trajetória dos japoneses para o Amazonas, está ligada com a proposta de mão-de-obra japonesa para trabalhar no Brasil, começou através do governo de Efigênio Salles e as negociações com o governo japonês, que abriu oportunidade e possibilitou a vinda dos japoneses. A história da imigração japonesa no Amazonas começa no Pará, com um acordo firmado entre o governo paraense e o governo japonês que visava a concessão de alguns hectares de terras para imigrantes.

O governador Efigênio Salles do Estado vizinho, preocupado com a falta de perspectivas com a decadência da borracha, e na tentativa de salvar o sistema aproveitou a ideia e também ofereceu sua parte: um milhão de hectares amazonenses foram destinados a quem se comprometesse a trazer novas opções agrícolas à região.⁸

Entretanto, em 1941, com uma epidemia de malária, ocasionou em perdas de várias famílias, o que ocasionou aos japoneses se mudarem para a colônia japonesa na Vila Amazônia, próxima ao município de Parintins, porém, antes da chegada desses japoneses ao local, lá estavam os primeiros colonos, os *koutakuseis*, que já tinham migrado alguns anos antes, pois já haviam sido mandados nas primeiras remessas antes da Segunda Guerra Mundial.⁹

Os imigrantes japoneses, a pedido do governador do Estado do Amazonas, foram instalados primeiramente aos municípios de Parintins e Maués. Deste modo, cedido a disponibilidade territorial, suporte financeiro, destinado ao desenvolvimento agrícola da região, a juta foi o principal impacto econômico causado por eles naquele período. Desta forma, desenvolveram com grande destaque os mecanismos de agricultura, expondo assim parte de sua cultura na região.

No município de Parintins, os japoneses se estabelecerem chamada Vila Amazônia, onde desenvolveram os processos de plantação de Juta. A Vila Amazônia, encontra-se na região próximo a Parintins para nos situarmos podemos ter um norte geográfico, o que diz respeito a questões ambientais desta localização, tem um solo rico em minérios, próximo ao rio para designar alguns processos da fibra de juta, como a lavagem, segue abaixo a citação.

Vila Amazônia - a comunidade de Santa Maria - fica cerca de meia hora de barco de Parintins (estado do Amazonas). As terras que compõem Vila

⁸ A saga dos Koutakuseis no Amazonas, 2011.

⁹ A saga dos Koutakuseis no Amazonas, 2011.

Amazônia compreendem mais de trezentos mil hectares, sendo compostas por inúmeras comunidades. (MEDEIROS, 2013, p 1)

A região encontra-se estrategicamente próxima do município de Parintins, para ter acesso a região, são trinta minutos de barco, uma região rodeada pelo rio, que por sua vez faz parte do processo de plantação da juta, um solo rico, úmido, onde a fibra vingou e um dos seus processos precisa ser lavada, por sua vez era uma localização estratégica, próximo ao leito do rio.

A partir de 1931, o pedaço prometido para os japoneses, foi criado um foi criado um instituto de pesquisa da Amazônia, com setores de saúde, agricultura e pesquisa, e a partir dessa forma houve crescimento, nasciam estrada entre os rios, casas para os funcionários, hospitais, etc, o que assim causou maior crescimento para a Vila Amazônia.¹⁰

O trabalho agrícola realizado pelos japoneses, neste processo, envolvia toda a família na mão de obra de plantações, neste ponto tem-se a assertiva abaixo por incluir a mulher, foco deste trabalho em identificar a importância da mesma sua participação no processo de trabalho.¹¹

Trata-se de uma atividade altamente intensiva em mão de obra necessária para tratos culturais e, sobretudo, por ocasião da colheita, com envolvimento de homens, mulheres e crianças. Numa época em que a legislação trabalhista não fazia nenhuma cobrança com relação ao emprego de mão-de-obra infantil e de mulheres, a colheita de pimenta-do-reino era uma oportunidade de auferir renda familiar extra, onde passavam o dia inteiro nos pimentas. (HOMMA, 2009, p 121)

Importante destacar que no período em que havia o trabalhando na colheita de juta, não existia legislações trabalhista, e era considerado ajuda e envolvimento da mão de obra de mulheres nos campos.

Parintins e a cooperativa feminina

No município de Parintins, existiu uma cooperativa feminina para trabalhadoras de juta, chamada de COOPJUTA (Cooperativa Feminina), e na também a ASCOOF (Associação Cooperativa Feminina de Juta) como forma de valorização e a participação das mulheres no processo da juta, discorrendo sobre a questão de gênero, onde as normas e realidade de uma sociedade colocavam mulheres dependentes do maridos, o que as

¹⁰ ARAUJO, Carlos. Histórico da Imigração Japonesa no Estado do Amazonas, 1998; (1998 p.12-13).

¹¹ HOMMA, Alfredo. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém: Somanlu, 2009.





levam por uma luta de espaço dentro do sistema.

No cultivo e no beneficiamento da juta não foi diferente. Em Parintins nos anos 70 e 80, reconhecida como uma região onde havia a maior produção da fibra de juta em todo Amazonas. Neste processo envolvia famílias inteiras, mulheres e criança também participavam do trabalho. Na cidade de Parintins com o advento da juta as mulheres passaram a adentrar nas fábricas e cooperativas de beneficiamento do produto, isso se dava para garantia de renda e melhores condições de vida para toda a família. (MARQUES, 2017, p 5)

Importante destacar quando trata-se de trabalho e da divisão do mesmo entre homens e mulheres, é julgado por diversos motivos, principalmente a força braçal. No processo de cultivo da Juta, homens e mulheres trabalham juntos, desde a plantação até separação dos fios da juta, há processos que trabalham mais homens que mulheres por conta de se classificar pesado, e trabalhos femininos considerados mais pacientes e habilidosos.¹²

Gênero e divisão do trabalho

O debate em torno da divisão sexual do trabalho, implementado por Hirata, traz conclusões significativas no que diz respeito à posição das mulheres no setor produtivo. Por meio das máximas ideológicas patronais, tem-se a ‘proibição’ do emprego feminino em certos ramos, em virtude dos trabalhos perigosos, pesados e insalubres, mas a autorização ante trabalho leves e limpos. (NUNES; FREITAS, 2011, p. 47)

A visão relacionada as questões da divisão de trabalho que sempre estão presentes nas discussões sobre gênero no mundo do trabalho. “As questões de gênero revelam processos sociais que levam a distinguir as formas de organização de trabalho e a indicar novas possibilidades”. (COSTA, 2001, p.119)¹³.

Quando colocamos a mulher em foco, sua participação no mercado de trabalho, cargos, salários, tratamentos, responsabilidades, jornadas dupla e entre outros termos abordados. Os autores trazem abordagens sobre a típica tradição da mulher, doando-se mais aos trabalhos domésticos.

Considerações finais

As discussões e textos que foram desenvolvidos na disciplina “Formas de trabalho

¹² Marques, Andreza Barbosa. “Emancipação e valorização da mulher ” Proposituras da Associação Cooperativa Feminina COOPJUTA ASCOOF/COOPJUTA 1985-1993. Parintins, 2017

¹³ PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie. Mulher, gênero e sociedade. Ed. Relume Dumará, 2001;



não-livre no mundo contemporâneo” permitiu revisitar, a luz de autores como referentes ao mundo do trabalho de mulheres, em específico na região amazonense a com assertiva sobre a economia extrativista da juta.

Com isso o tema deste trabalho está presente na agenda da Historiografia Brasileira, proporcionando análises aos avanços e retrocessos do nosso período, dentro de categorias que envolvem-se no mundo do trabalho. Nos tempos atuais, se tornou importante colocar em investigação as formas de trabalho contemporâneas.

Após a decadência da borracha houve grande impacto na economia do Estado do Amazonas, e com a vinda dos japoneses para a região, e a incerteza de florescer ou não as sementes de juta, e o grande sentimento de esperança do pai da Juta o Sr. Riota Oyama, os avanços da plantação, tentativas e acertos, técnicas e práticas fizeram com que a Juta vingasse e o estado começou a engrenar novamente sua economia.

A mão de obra japonesa, as práticas e técnicas ensinadas e compartilhadas aos nosso nativos foram bem significantes para o desenvolvimento da região. Destaca-se a Vila Amazônia, região próxima a Parintins que foi estratégica o local para plantação de Juta, e lugar aonde os trabalhadores se estabeleciam.

A participação da mulher na Juta, a força de trabalho feminina, traz a discussão de gênero, as divisões de trabalho, homens fazem trabalho mais “pesados” e mulheres com trabalhos “mais leves”, diálogo que pode ser observado por autores que compõem estudos no âmbito do mundo do gênero.

Os japoneses fazem parte da história do trabalho no Brasil, a mão de obra, força de trabalho e principalmente ensinamentos deixados, e na retomada da economia do Estado, principalmente as mulheres guerreiras parintinenses que estiveram presente neste cenário.

Data de Submissão: 31/05/2020

Data de Aceite: 28/07/2020



Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Carlos. Histórico da Imigração Japonesa no Estado do Amazonas. UA, 1998;
- BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História Social do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n.23/24, p.87-104, jan./dez.2006;
- FOEGER, Andreia; DADALTO, Maria Cristina. Imigrantes japoneses no Espírito Santo e mídia capixaba. Espírito Santo: Revista Iniciacom, 2010;
- HOMMA, Alfredo. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém: Somanlu, 2009. ano 9, n. 1, janeiro/junho;
- JOSHI, Chitra. Além da Polêmica do Provedor: mulheres trabalho e História do Trabalho. In: Revista Mundos do Trabalho. n. 10.vol 2, 2010.
- KOUTAKUKAI, Amazon. A saga dos Koutakuseis no Amazonas. Manaus: Associação Koutaku do Amazonas, 2011;
- LINDEN, Marcel Van der. Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.
- MARQUES, Andreza Barbosa. “Emancipação e valorização da mulher” Proposituras da Associação Cooperativa Feminina COOPJUTA ASCOOF/COOPJUTA 1985-1993. Artigo UEA - Parintins, Universidade do Estado Do Amazonas, 2017;
- MEDEIROS, Mônica Xavier. Memórias, Histórias e Reforma Agrária em Vila Amazônia (Parintins/AM). Artigo, VII Encontro Nacional Sul de Historia Oral. 2013;
- NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio. Trabalho e Gênero entre a solidariedade e a desigualdade. Ed. PUC. Goiânia, 2011;
- OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro; FLORES, Fulvio Torres. Mulheres em perspectiva: Relações de gênero, trabalho e saúde. Ed. CRV. Curitiba, 2014;
- PETERSEN, Silvia. Repensar a História do Trabalho. In: Espaço Plural. Ano XVII. n34. 1 semestre de 2016. p.13-36.
- PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie. Mulher, gênero e sociedade. Ed. Relume Dumará, 2001;
- SASAKI, Elisa Massae; Assis, Gláucia de Oliveira. Teoria das Migrações internacionais, 2000.
- SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada-1908-1941. In: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Caxambu-MG, Outubro, 1998;

REGISTROS PARA A ETERNIDADE: FOTOGRAFIAS MORTUÁRIAS NA CIDADE DE MANAUS (SÉCULOS XIX E XX)

FÁBIO AUGUSTO DE CARVALHO PEDROSA¹



Resumo

A invenção do daguerreótipo, predecessor das modernas câmeras fotográficas, criação do pintor e cenógrafo francês Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851), revolucionou a prática de registrar determinados momentos do cotidiano, fossem eles particulares ou não, ao redor do mundo. Um novo leque de possibilidades se abriu. Dentre esses registros estão os mortuários, de pessoas no leito de morte ou no velório, que se popularizaram em diferentes regiões. No presente trabalho buscou-se analisar a prática das fotografias mortuárias na cidade de Manaus. Além dos anúncios de serviços fotográficos publicados em periódicos da segunda metade do século XIX, foi estudado um conjunto desses registros fotográficos produzidos na cidade entre as décadas de 1900 e 1990, visando compreender a confecção e os significados dos mesmos.

Palavras-chaves: Fotografias. Morte. Manaus.

Abstract

The invention of the daguerreotype, predecessor of modern photographic cameras, created by the French painter and scenographer Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851), revolutionized the practice of recording certain moments of everyday life, whether they were private or not, around the world. A new range of possibilities has opened. Among these records are the mortuary, of people on the deathbed or at the wake, which became popular in different regions. In the present work, we sought to analyze the practice of mortuary photographs in the city of Manaus. In addition to the advertisements for photographic services published in periodicals in the second half of the 19th century, a set of these photographic records produced in the city between the 1900s and 1990s was studied, with a view to understanding their production and meanings.

Keywords: Photographs. Death. Manaus.

Representações imagéticas da morte, o daguerreótipo e as fotografias mortuárias

Desde os tempos mais remotos o homem buscou representar diferentes momentos de sua vida. Nas cavernas Pré-Históricas, do período conhecido como Paleolítico, que de acordo com pesquisas do historiador espanhol Jorge Juan Eiroa García “es la etapa más larga de la historia humana, desde la aparición de los primeiros seres humanos hasta el

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Amazonas. Autor do blog História Inteligente e Colunista de História do Jornal do Comercio de Manaus. E-mail: historiadorcarvalho@gmail.com



final del Pleistoceno, hace unos 10.000 años”², é possível encontrar desenhos que retratam o cotidiano de caça, pesca, rituais e morte. Essa última etapa da vida sempre despertou temores, crenças e representações, sentimentos que podem ser compreendidos através da arqueologia funerária:

“La Arqueología de la Muerte pretende investigar aspectos de la estructura social a partir de las practicas funerarias, así como o.tros aspectos antropológicos del grupo, ya que se parte de la idea de que las estructuras implícitas e.n las prácticas funerarias expresan la realidad social o sus principios simbólicos y, por tanto, constituyen una base potencial de estudio para obtener información”³.

Além das pinturas rupestres, os homens pré-históricos, sobretudo da fase do Paleolítico, também representavam seus semelhantes falecidos com objetos, sendo o principal deles o crânio. Georges Didi-Huberman, historiador e crítico da arte francês, afirma que ele “[...] era a parte do corpo que, na morte, não devia cessar de representar o ser que o habitava”⁴. O crânio era enfeitado, cultuado e guardado em respeito ao falecido. Didi-Huberman encontrou essa prática em antigas culturas da Europa, da América, da Ásia, da África, do Oriente Médio e da Oceania.

Uma das representações imagéticas mais interessantes da Antiguidade são os retratos mortuários de Fayum, cidade do Médio Egito. Datados dos séculos I a.C. a III d.C., época da dominação grega Ptolomaica e posteriormente da anexação pelo Império Romano, eram feitos sobre tábuas de madeira de cedro, carvalho e cipreste, através das técnicas de encáustica (pigmentos de cor diluídos em cera quente, para dar brilho) e têmpera, sendo pintados ainda em vida e guardados nas casas dos retratados. Após a morte destes, eram fixados nas faces de seus caixões e sarcófagos.

O tratamento dado ao corpo, mumificado, e os locais em que era depositado, caixões e sarcófagos, eram elementos egípcios, enquanto a arte dos retratos é greco-romana, com as figuras expressivas, pintadas com detalhes fisionômicos, diferente da frontalidade da arte egípcia, como pode ser visto na Figura 01. Nos caixões e sarcófagos, lembrando a religião egípcia, figuras de divindades como Anúbis, Hórus e Seth. Os retratos, na religião romana, eram peças importantes no culto aos ancestrais, lembrança das linhagens patrícias, dos predecessores que continuariam a proteger os lares⁵.

2 EIROA GARCÍA, Jorge Juan. **Nociones de Prehistoria general**. 3º edición actualizada. Barcelona (ES): Editorial Ariel, 2003, p. 43.

3 Ibidem, p. 60.

4 DIDI-HUBERMAN, Georges. “O rosto e a terra. Onde começa o retrato, onde se ausenta o rosto”. **Revista Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 1-128, maio 1998, p. 69.

5 VALTIERRA, Ana. Pintar la muerte: Los retratos de el Fayum. Madrid (ES). **Adiós Cultural**, n° 123, año XVIII, abril 2017. p. 20-21.



Figura 01: Um dos vários exemplares dos retratos de Fayum. Fonte: <http://adrastuscollection.org/los-hechos-encera-jose-maria-cano-2/>. Acesso em 23/07/2019.

Na Idade Média e mesmo na Idade Moderna, a morte foi largamente representada nos *memento mori*, imagens e esculturas que lembravam as pessoas de sua condição mortal. Os corpos eram representados em três estágios: vida, morte e decomposição. Os *transi*, tumbas com efígies do cadáver em decomposição, eram utilizados pelas classes mais abastadas. Serviam para mostrar, como o nome sugere, que a vida era uma transição de estados físicos.

A historiadora da Arte Juliana Schmidt, em estudo sobre o imaginário do cadáver em decomposição na Idade Média, afirma que esse tipo de representação iconográfica, das etapas de deterioração do corpo humano, tem relação com o contexto de grande mortandade em que se vivia durante a Baixa Idade Média, marcado por epidemias como a de Peste Negra. Dessa forma, “insiste-se na exposição da podridão, em especial do abdômen – estufado ou aberto e abarrotado de vermes exaltados, ou vazio, com as peles penduradas”⁶. Um dos exemplares mais expressivos é o *Transi* de René de Chalon (Figura 02).

6 SCHMITT, Juliana. O Imaginário do Cadáver em Decomposição: Das Danças Macabras ao Roman-Charogne. *Ilha do Desterro (UFSC)*, v. 68, p. 083-097, 2015, p. 84.



Figura 02: *Transi* de René de Chalon, do escultor francês Ligier Richier, circa 1544-1557. Fonte: <http://morbidanatomy.blogspot.com/2008/09/transi-de-ren-de-chalon-ligier-richier.html>. Acesso em 23/07/2019.

A invenção da fotografia, no século XIX, revolucionou a forma do homem representar seu último momento.

As fotografias mortuárias surgem, na Europa, paralelamente à invenção do daguerreótipo, predecessor das modernas câmeras fotográficas, criação do pintor e cenógrafo francês Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851). Antes de sua popularização entre 1840 e 1860, as pinturas mortuárias, mais conhecidas como *mourning portraits*, nas quais o morto era retratado em seu leito, eram os meios utilizados, pelas classes mais abastadas, além das máscaras mortuárias, para preservar a memória do falecido.

Dava-se continuidade a uma prática antiga, a de perpetuar, através de uma imagem, o extinto. Essa perpetuação da memória, a constituição de uma lembrança do ente falecido, tornou-se mais realista com a invenção de Daguerre, que “congelava” perfeitamente aquele momento. As fotografias mortuárias se disseminaram rapidamente para outros continentes. Essa expansão, de acordo com o Doutor em Ciências da Comunicação Paulo César Boni, tem a ver com questões econômicas e práticas,

“pois o custo de pinturas e máscaras mortuárias era alto; logo a fotografia se tornou a forma mais barata e oportuna. Também a reprodutibilidade técnica



com a invenção da Carte de Visite, em 1854, por André Adolphe Eugène Disdéri, permitia o envio de fotografias do morto a parentes distantes”⁷.

O fotógrafo francês André Adolphe Eugène Disdéri (1819-1889) foi um dos pioneiros na produção e divulgação das fotografias mortuárias. Apesar de ter sido um dos primeiros a trabalhar com elas, Disdéri manifestava um certo estranhamento com essa prática:

“Por nosso lado fizemos uma multidão de retratos após o falecimento, mas confessamos com franqueza; com uma certa repugnância [...] Toda vez que fomos chamados para fazer um retrato após falecimento, vestimos o morto com as roupas que ele usava habitualmente. Recomendamos que lhe deixassem os olhos abertos, sentamo-lo junto a uma mesa e, para operar, aguardamos sete ou oito horas. Dessa maneira, conseguimos captar o momento em que, tendo as contrações da agonia desaparecido, era-nos possível reproduzir uma aparência de vida”⁸.

O contato com o cadáver manifestava o estranhamento e mesmo a repugnância, explica a historiadora Marcelina das Graças de Almeida. O que antes era trabalho de pintores e moldadores de máscaras mortuárias, ficava agora a cargo dos fotógrafos. No entanto, conforme a historiadora, “[...] a montagem cênica, a preparação, aguardando inclusive, um espaço-tempo para a dissipação das evidências da morte permitiam, através do recurso fotográfico, encenar um simulacro de vida”⁹.

Da Europa, a prática das fotografias mortuárias chegou às Américas, à África e à Ásia. O pesquisador norte-americano Jay Ruby identificou que na América do século XIX existiam três estilos de fotografias mortuárias: “Dois deles projetados para “negar a morte”, isto é, para insinuar que os defuntos não morreram realmente, e o terceiro que buscava revelar uma tentativa de retratar os mortos como um objeto de dor circundado por entes queridos enlutados”¹⁰.

Os dois primeiros estilos foram por muito tempo os mais utilizados no período Vitoriano. Os fotógrafos posicionavam os mortos em cenas cotidianas, em cômodos da casa ou em cenários produzidos em estúdios, de forma a transmitir a impressão de que estes não estavam realmente “mortos”. O terceiro estilo retratava os mortos em seus caixões, rodeados por membros da família e conhecidos. Esse terceiro estilo fotográfico seria um dos elementos utilizados como recordação no processo de enfrentamento do luto.

7 BONI, Paulo César. **Fotografia: múltiplos olhares**. 1. ed. Londrina – Paraná: Midiograf, 2011, p. 293.
8 DUBOIS, 1993, p. 231 apud ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Imagens fotográficas – a presença do ausente**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p. 7.
9 ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Imagens fotográficas – a presença do ausente**. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011, p. 7.
10 RUBY, Jay, 2001, p. 97, apud OLIVEIRA, Valter Gomes Santos. **Fotografia Mortuária Na Bahia: Uma Abordagem Sobre Suas Práticas Nos Sertões**. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 5, art. 8, p.130-150, Set. /Out. 2015, p. 133.



De acordo com a Filósofa e pesquisadora da História da Arte Maria das Graças Vieira Proença dos Santos, desde o início da década de 1830 o francês Hercules Florence (1804-1879), radicado na capital do Império Brasileiro, fazia experimentos na impressão de imagens. O daguerreótipo, diz Proença, “[...] chegou ao Brasil em 1840, trazido pelo abade Compté”¹¹. Pouco mais de uma década depois de sua chegada, já fazia sensação no Corte, sendo anunciado nos jornais locais:

“Daguerreotypo.

Novo estabelecimento, entrada pela rua do Cano n. 52, esquina da rua dos Ourives, tirão-se retratos desde as 8 horas da manhã até as 4 da tarde, vão-se tirar **retratos de defuntos**, bem como de pessoas inhabilitadas a virem ao estabelecimento, por preços razoáveis”¹².

Algumas das mais antigas fotografias mortuárias feitas no Brasil, de anjinhos (crianças mortas), são de autoria do fotógrafo carioca Militão Augusto de Azevedo (1837-1905), podendo ser encontradas no Museu Paulista da USP. Elas foram analisadas pelo historiador Luiz Lima Vailati em estudo sobre as representações e transformações da percepção da morte infantil no Brasil no século XIX¹³.

Serão analisadas no presente estudo onze fotografias mortuárias feitas em Manaus entre as décadas de 1900 e 1990. Seis delas fazem parte de um álbum de família, tendo sido cedidas por Eros Augusto Pereira da Silva. Uma foi publicada em uma revista de colonismo social e as quatro últimas, as mais antigas, encontradas em túmulos do Cemitério de São João Batista.

Se têm o conhecimento de que o recorte temporal do trabalho é deveras extenso para um artigo, e que as fontes utilizadas não constituem um corpus documental característico de uma abordagem serial da História, que conforme o historiador José D’ Assunção Barros,

“Trata-se, neste caso, de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepâncias reveladoras”¹⁴.

11 PROENÇA, Graça. **História da Arte**. SP: Ática, 16^o Ed., 2005, p. 226.

12 Grifo nosso. Correio Mercantil, RJ, 13/09/1857.

13 VAILATI, L. L. As fotografias de "anjinhos" no Brasil do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 14, p. 51-71, 2007.

14 BARROS, José D’ Assunção. A história serial e a história quantitativa no movimento dos Annales. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012, p. 206.



No entanto, não buscou-se dar por encerrada essa temática, mas contribuir para uma compreensão inicial dessa prática e futuros trabalhos, que poderão ser mais apurados na medida em que mais álbuns familiares forem encontrados e divulgados.

Fotografias mortuárias em Manaus

A prática de fotografar pessoas mortas chegou na cidade de Manaus, na época capital da distante Província do Amazonas, na segunda metade do século XIX. É o que se concluiu através de anúncios de serviços fotográficos compulsados em periódicos. Entre as décadas de 1860 e 1890 é possível encontrar, nas páginas desses jornais, brasileiros e estrangeiros oferecendo seus serviços fotográficos, dentre eles o de fotografar pessoas mortas.

Por volta de 1864, Eduardo José de Souza, estabelecido na rua Formosa (atual Theodoreto Souto), fazia fotografias pelos sistemas de ambrótipo e cromótipo e, mediante ajuste especial (um adicional nos valores estabelecidos), ia em casas particulares e também fotografava pessoas falecidas. Além da fotografia, fazia retratos a óleo e consertava “caixas de muzica e realejos com todo o esmero e promptidão”¹⁵. Em 1867, anunciava-se que na casa do Major Tapajoz, na Praça Tamandaré, tiravam-se fotografias pelos sistemas mais modernos, de casas particulares e de pessoas falecidas. Da mesma forma que no estabelecimento de Eduardo José de Souza, consertava-se “caixas de musica, e realêjos, com todo o esmero e promptidão possível, galvaniza-se a ouro por menos preço que em outra qualquer parte”. A dúzia dos retratos custava 10 mil réis¹⁶.

Nos anos finais da Província e com o crescimento das atividades ligadas à extração do látex, os serviços ofertados na capital tornaram-se mais refinados para atender um público consumidor cada vez mais interessado nas comodidades e praticidades do mundo moderno. Francisco Candido Lyra, em 1888, oferecia seus serviços fotográficos, das 8 da manhã às 16 horas, em seu ateliê estabelecido na rua Marcílio Dias, além de também realizar viagens periódicas para o interior do Estado, onde tinha clientes:

“Tirao-se retratos de todos os tamanhos, em grupos, a oleonicraion, assim como se executa qualquer trabalho fora da officina, como seião: vistas de chalets, **retratos de pessoas mortas**, e todo e qualquer trabalho pertencente à arte photographica, tudo com e, maior perfeição, asseio e modicidade de preços”¹⁷.

15 O Catequista, 30/01/1864.

16 Amazonas, 30/01/1867.

17 Grifo nosso, Jornal do Amazonas, 22/07/1888.



Em 1895, o mesmo Candido Lyra anunciava ter renovado seu ateliê, oferecendo, além do já citado serviço de fotografar pessoas mortas, o de fotografar “anjinhos”, crianças mortas¹⁸. Os anjinhos, diz o historiador e sociólogo Carlos Eugênio Marcondes de Moura, eram “crianças mortas na primeira infância, ataviadas em seus caixõezinhos, enfeitados com guirlandas e arcos de flores artificiais, derradeira expressão de um sentimento que hoje nos parece mórbido”¹⁹. Entre os brasileiros do século XIX era arraigada a crença de que essas crianças, ao morrerem, tornavam-se pequenos anjos, seres celestes que poderiam interceder pelos familiares.

Bastante organizado era o Ateliê Artístico Photographico do italiano Arturo Luciani, na rua Henrique Martins. Luciani fazia “[...] vistas de edifícios, **retratos de mortos** ou de qualquer outro genero de trabalho”. Também fazia reprodução de “[...] desenhos, plantas autographicas ou industrial”, tendo especialidade em “retratos de tamanho natural, ao crayon, ao photo-crayon e a oleo”. Seu ateliê funcionava das 8 da manhã às 16 horas, sendo recomendadas roupas escuras para ser fotografado e que “a luz da manhã é preferivel a da tarde”²⁰.

Não foram encontradas fotografias mortuárias do período em que esses anúncios foram publicados. As fotos com que se teve contato e realizou-se o trabalho são de décadas posteriores: 1910, 1920, 1931, 1938, 1940, 1964 e 1992. Excetuando-se a de 1940, as demais foram cedidas por Eros Augusto Pereira da Silva e encontradas no Cemitério de São João Batista.

Fotografias tumulares

As fotografias mortuárias mais antigas foram encontradas no Cemitério de São João Batista, fundado em 1891. A partir das décadas de 1900 e 1910 elas passam a figurar com maior frequência nos túmulos e jazigos familiares, tornando-se mais um elemento simbólico e decorativo dos mesmos, ao lado de esculturas e objetos sacros. Como veremos mais adiante, as fotografias mortuárias dos cemitérios são diferentes das familiares:

“Embora atualmente os retratos mortuários causem desconforto e até alguma aversão, isso não acontece com os retratos presentes nos cemitérios, pelo

18 Amazonas Commercial, 10/03/1895.

19 MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX** (org.) SP: UNESP, 1999, p. 391.

20 Diário Oficial (AM), 17/01/1896.

simples motivo de que nesse caso as fotografias representam os mortos quando ainda estavam vivos”²¹.

Enquanto os registros familiares, em sua maioria, são feitos poucas horas após a morte da pessoa, em seu leito ou durante o velório, os tumulares foram feitos em algum momento da vida do falecido.

Conforme estudo do historiador Miguel Augusto Pinto Soares, as fotografias tumulares devem ser analisadas levando-se em conta os demais elementos presentes nos túmulos (jarros, cruzeiros, esculturas etc), seu entorno e a própria constituição do cemitério²². A primeira fotografia encontrada é da senhora Maria Leopoldina Cavalcante de Lemos (1882-1911). Ela encima o jazigo da família Cavalcante de Lemos (Figura 03), que tem como destaque uma escultura em tamanho natural da fotografada.

Ao observar a escultura e a fotografia, percebe-se que a primeira teve como base a segunda, pois as vestes são idênticas. Na escultura Maria é representada com seus três filhos, e na fotografia traz no pescoço um crucifixo. O conjunto de elementos imagéticos potencializa sua figura de mãe, esposa e cristã dedicada.



Figura 03: Fotografia tumular de Maria Leopoldina Cavalcante de Lemos (1882-1911). Foto: Fábio Augusto, 2019.

A segunda fotografia (Figura 04) é da criança Augusta do Carmo Moreira (1908-1913), que ornamenta seu túmulo individual. O registro tem como base um baixo-relevo

21 SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da Morte: Fotografia e Memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 122.

22 Ibidem, p. 125.



de flores de lírio, que simbolizam a pureza e a inocência da homenageada. O epitáfio, juntamente à foto e aos lírios, expressa o sentimento da morte infantil: “*A innocente Augusta do Carmo Moreira. Nascida a 26 de dezembro de 1908. Fallecida a 6 de janeiro de 1913. Eternas saudades de seus desolados paes e irmãos*”. Augusta está bem vestida, apoiada em uma pequena mesa, possivelmente parte do cenário de algum estúdio fotográfico.



Figura 04: Fotografia tumular de Augusta do Carmo Moreira (1908-1913). Foto: Fábio Augusto, 2019.

O terceiro registro tumular é de Antônio José de Almeida (1876-1924). Sua foto está em uma moldura, no centro da cruz e ladeada por duas esculturas de anjinhos suplicantes. Miguel Augusto Soares, que em sua Dissertação também estudou fotografias tumulares, no caso as do Cemitério de São Miguel e Almas, em Porto Alegre, identificou que

“Muitos túmulos possuem composições entre a fotografia e o relevo, ou entre a fotografia e a estatuária. Na maioria dos casos a representação fotográfica do falecido é reverenciada por um anjo, ou por uma santa; em outros casos a fotografia integra-se a símbolos religiosos”²³.

A localização da fotografia no jazigo da família, em destaque, mostra a importância que o falecido tinha para a unidade familiar, como patriarca e mantenedor. Assim como nas fotografias anteriores, o falecido está bem trajado.

23 Op. Cit. 2007, p. 133.



Figura 05: Fotografia tumular de Antônio José de Almeida (1876-1924). Foto: Fábio Augusto, 2019.

A quarta fotografia (Figura 06) é da pequena Maria Anette Rego Maio (1937-1938). Pela brevidade de sua vida, identificada no epitáfio, supõe-se que aquele foi o seu único registro. De acordo com a historiadora Marcelina das Graças de Almeida,

“O uso das fotos em porcelana como decoração dos túmulos, muito embora, em sua maioria não seja o registro do morto após sua morte, muitas das vezes uma imagem feita em vida, em algum momento feliz ou significativo, segue a trilha dos retratos mortuários”²⁴.

Essa última fotografia tumular vai de encontro com a afirmação de Marcelina das Graças de Almeida, pois é visível como Maria Anette Rego Maio foi retratada em um ambiente familiar, sentada em uma cadeira acolchoada e rindo. Mesmo tendo sido produzidos em vida, esse registros tumulares do Cemitério de São João Batista têm o mesmo sentido das fotografias mortuárias: o de preservação e perpetuação da memória do falecido.

24 Op. Cit. 2011, p. 9.



Figura 06: Fotografia tumular de Maria Anette Rego Maio (1937-1938). Foto: Fábio Augusto, 2019.

Fotografias pós-morte

A partir desse ponto serão analisadas fotografias pós-morte produzidas durante os velórios dos retratados.

A primeira é de 1931 (Figura 07). Trata-se do avô de Eros Augusto Pereira da Silva, Carlos Pereira da Silva (1894-1931). O velório foi realizado em sua casa, na rua Visconde de Porto Alegre, no Centro da cidade. Os velórios nas residências, apesar de não serem mais tão frequentes, ainda são uma realidade. Podem ser vistas cadeiras ao lado do caixão, assim como castiçais e um resplendor com crucifixo, paramentação tradicional de velórios cristãos católicos. O cadáver foi vestido com um terno preto e adornado com flores brancas. Nesse registro, diferente dos que serão vistos posteriormente, o cadáver está sozinho, sem a presença de familiares, o que indica que a fotografia pode ter sido produzida antes do início da cerimônia.



Figura 07: Velório de Carlos Pereira da Silva (1894-1931). Fonte: Álbum da família de Eros Augusto Pereira da Silva.

A foto seguinte, de 1940 (Figura 08), por sua composição, permite uma análise mais detalhada. Sebastiana Gomes, filha do Capitão Euphrosino Gomes, do Seringal Joanino, no Rio Juruá, faleceu em Manaus aos 14 anos. Seu caixão está no centro, ornamentado com várias flores. Um ramo delas foi colocado entre suas mãos. O crucifixo, ao fundo, bem como a estrutura que o emoldura, indicam que o velório pode ter sido realizado no interior de uma capela. Ao redor do caixão, crianças e jovens em sua maioria (provavelmente membros da família e conhecidas), com duas mulheres adultas identificadas. Algumas observam o fotógrafo, fixando o olhar na câmera, enquanto outras observam o cadáver.

Sebastiana e as pessoas presentes em seu velório, a maioria mulheres, usas vestes brancas. A cor branca lembra a pureza da alma das crianças e, no caso das jovens, conforme estudo de Luiz Lima Vailati, a inocência e “ausência do ato sexual”²⁵. O registro do cadáver de Sebastiana foi publicado em uma revista de colunismo social do Rio de Janeiro, possivelmente a pedido do Capitão Euphrosino, revelando a questão do status social por trás da fotografia mortuária. Segundo estudos do historiador Sandro Blume:

25 VAILATI, L. L. As fotografias de "anjos" no Brasil do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 14, p. 51-71, 2007, p. 60.



“[...] a recordação dos mortos através da fotografia era também um momento de representação do morto na família e na sociedade, de representação da família do morto na sociedade, como indicador da importância da estrutura familiar onde ele se encontrava inserido, na escala de poder da sociedade”²⁶.

As pessoas que eram retratadas junto ao falecido buscavam utilizar suas melhores roupas, de preferência pretas ou brancas. Seus semblantes são sérios, sóbrios, e as posições rígidas, quase estáticas. Aquele registro era uma recordação produzida para a posteridade. Dessa forma, os presentes deveriam estar apresentáveis não apenas para a ocasião, mas também para os que os veriam ao lado do caixão.



Figura 08: Velório de Sebastiana Gomes. Foto de 1940. Fonte: Revista Excelsior, RJ, 15/02/1940.

A fotografia mortuária de 1964 está dividida em três momentos. A registrada é Januária Lago (1866-1964), bisavó de Eros Augusto Pereira da Silva. O primeiro registro (Figura 09) mostra seu velório, com o autor da foto relativamente distante do caixão, sendo dado destaque aos presentes, netos, bisnetos e filhos. Seu caixão é bastante ornamentado, aveludado e com vários detalhes nas bordas e nas laterais. Os caixões funerários eram objetos caros, mesmo os mais simples. A riqueza de detalhes é um indício do alto poder aquisitivo da falecida e de sua família.

26 BLUME, Sandro. Fotografia mortuária: imagens da boa morte. ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – **Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades**. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013, p. 6.



Figura 09: Velório de Januária Lago (1866-1964). Fonte: Álbum da família de Eros Augusto Pereira da Silva.

O segundo registro foi realizado bem próximo do cadáver, com o objetivo claro de capturar a totalidade de sua face (Figura 10). Um registro tão próximo pode ter várias significados e sentidos, mas como bem salientou a Doutora em Arte e Cultura Visual Déborah Rodrigues Borges, “a preservação da memória é uma das razões mais fundamentais para se fazer a fotografia de um defunto”²⁷. Aquela seria a última imagem que a família teria de Januária. Na última foto (Figura 11) o caixão já está fechado, sendo carregado em direção ao carro mortuário para a realização do cortejo fúnebre.

27 BORGES, Déborah Rodrigues. A fotografia mortuária no contexto familiar: estudo de retratos produzidos em Bela Vista de Goiás (1920-1960). **DOMÍNIOS DA IMAGEM (UEL)**, v. 7, p. 24-38, p. 29, 2013.



Figura 10: Januária Lago (1866-1964). Fonte: Álbum da família de Eros Augusto Pereira da Silva.



Figura 11: O caixão de Januária Lago sendo carregado para o carro mortuário. Fonte: Álbum da família de Eros Augusto Pereira da Silva.

As duas últimas fotografias da família Pereira da Silva são de Wild Lago (1907-1992), filho de Januária e tio-avô de Eros Augusto Pereira da Silva. Em seu caixão (Figura 12), que parece ser mais simples que o de sua mãe, foram postas flores brancas. No centro está um resplendor com crucifixo e um painel com o desenho de uma Bíblia e alguns dizeres. Ao lado dele aparecem dois familiares, um deles o pai de Eros Augusto, o advogado e procurador Eros Pereira da Silva (à esquerda). Ambos procuram manter posições e semblantes sóbrios. No que diz respeito à pose durante uma fotografia, o casal de historiadores franceses Pierre e Marie-Claire Bourdieu afirma que



“Não deixa de ser razoável admitir que a busca espontânea de frontalidade está ligada aos valores culturais mais enraizados. Nesta sociedade que exalta o sentimento de honra, dignidade e responsabilidade; neste mundo fechado em que se sente a cada momento, e sem escapatória possível, os olhares constantes dos outros, é importante apresentar aos outros a imagem de si o mais honrosa possível: a postura fixa, rígida, que tem na “posição de sentido” dos soldados a expressão máxima, parece ser a expressão dessa intenção inconsciente”²⁸.



Figura 12: Velório de Wild Lago (1907-1992). Fonte: Álbum da família de Eros Augusto Pereira da Silva.

O segundo registro (Figura 13), assim como o de Januária, foi feito bem próximo do cadáver, dando destaque ao seu rosto. Em diferentes culturas a face humana possui forte simbologia, pois ela é a parte do corpo que melhor nos define, por onde somos reconhecidos por amigos e familiares. Modificada após o início do processo de decomposição, pode ser acessada de forma “intacta” através da fotografia.

28 BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. I.], n. 26, jun. 2006, p. 37-38.



Figura 13: Wild Lago. Fonte: Álbum da família de Eros Augusto Pereira da Silva.

Das fotografias analisadas, chamam a atenção as produzidas em 1964 e 1992. Elas são bastante “recentes”, feitas em um momento em que a morte começava a tornar-se “estranha aos homens”. Para o historiador francês Philippe Ariès, “a morte, outrora tão presente, de tal modo era familiar, vai desvanecer-se e desaparecer. Torna-se vergonhosa e objeto de um interdito”²⁹. A conservação dessa prática em um período tão contemporâneo e marcado pelo tabu da morte é um indício de como, pelo menos em nível familiar, as mentalidades são resistentes às mudanças. Seria necessário um estudo seriado para uma conclusão mais abrangente a esse respeito.

Considerações finais

Portanto, apesar da exiguidade de fontes do ponto de vista serial, foi possível, em primeiro lugar, atestar a existência da prática das fotografias mortuárias em Manaus, que como pôde ser visto ao longo deste trabalho, chegou à cidade na segunda metade do século XIX, tempo em que as técnicas fotográficas estavam sendo largamente difundidas ao redor do mundo. Não foram encontradas fotografias do período em que esse serviço surge nos anúncios de jornal (1860). As que foram utilizadas no estudo são de décadas posteriores, produzidas entre 1910 e 1990. No entanto, não deixam de ser importantes fontes imagéticas para analisar as representações e as atitudes diante morte na cidade.

29 ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1989, p. 55.



Em segundo lugar, os registros cedidos por Eros Augusto Pereira da Silva possibilitaram uma compreensão inicial dessa antiga prática no contexto familiar, bem como a fotografia encontrada na revista de colunismo social. A pesquisa de campo no Cemitério de São João Batista foi bastante importante, pois nesse campo santo foram encontrados os exemplares mais antigos de fotografias mortuárias, produzidos entre 1910 e 1930.

Por último, a existência de fotografias mortuárias produzidas em períodos recentes de nossa história como a década de 1990, revelam não apenas a permanência de práticas antigas e que passaram a ser vistas como tabus, mas a manutenção de suas funções como objetos que evocam memórias.

Em álbuns, em túmulos e em revistas de colunismo social, as fotografias mortuárias eram instrumentos de preservação da memória do falecido, tornando-se peças importantes do cotidiano familiar. Essa mesma família, ao se fazer fotografar ao lado do caixão, buscava preservar a unidade familiar e a própria representação para a posteridade. O morto pereceria, mas sua imagem, registrada pela fotografia, permaneceria conservada enquanto fosse guardada por seus descendentes. A fotografia, dessa forma, constitui-se em um mecanismo moderno no enfrentamento diário que o homem trava com a certeza da finitude.

Data de Submissão: 08/05/2020

Data de Aceite: 08/07/2020

Fontes

Periódicos:

Correio Mercantil, RJ, 13/09/1857.

O Catequista, 30/01/1864.

Amazonas, 30/01/1867.

Jornal do Amazonas, 22/07/1888.

Amazonas Commercial, 10/03/1895.

Diário Oficial (AM), 17/01/1896.

Revistas:

Excelsior (RJ), 15/02/1940.



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Imagens fotográficas – a presença do ausente. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** • São Paulo, julho 2011.
- ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.
- BARROS, José D' Assunção. A história serial e a história quantitativa no movimento dos Annales. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.
- BONI, Paulo César. **Fotografia: múltiplos olhares**. 1. ed. Londrina – Paraná: Midiograf, 2011.
- BORGES, Déborah Rodrigues. A fotografia mortuária no contexto familiar: estudo de retratos produzidos em Bela Vista de Goiás (1920-1960). **Domínios da Imagem** (UEL), v. 7, p. 24-38, 2013.
- BLUME, Sandro. Fotografia mortuária: imagens da boa morte. ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013.
- BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. I.], n. 26, jun. 2006.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. “O rosto e a terra. Onde começa o retrato, onde se ausenta o rosto”. **Revista Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 1-128, maio 1998.
- EIROA GARCÍA, Jorge Juan. **Nociones de Prehistoria general**. 3º edición actualizada. Barcelona (ES): Editorial Ariel, 2003.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**. SP: UNESP, 1999.
- OLIVEIRA, Valter Gomes Santos. Fotografia Mortuária Na Bahia: Uma Abordagem Sobre Suas Práticas Nos Sertões. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 5, art. 8, p.130-150, Set./Out. 2015.
- PROENÇA, Graça. **História da Arte**. 16º ed. SP: Ática, 2005.
- SCHMITT, Juliana. O Imaginário do Cadáver em Decomposição: Das Danças Macabras ao Roman-Charogne. **Ilha do Desterro (UFSC)**, v. 68, p. 083-097, 2015, p. 84.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da Morte: Fotografia e Memória.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

VALTIERRA, Ana. Pintar la muerte: Los retratos de el Fayum. Madrid (ES). **Adiós Cultural**, n° 123, año XVIII, abril 2017.

VAILATI, L. L. As fotografias de "anjos" no Brasil do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 14, p. 51-71, 2007.



PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA EM UMA ONG: UMA EXPERIÊNCIA COM *STORYTELLING* EM UM CURSO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR

RICARDO CORTEZ LOPES¹



Resumo

Este texto trata de uma descrição da prática de ensino de história, utilizada em uma experiência docente em uma ONG porto alegreense, a Organização Não Governamental para uma Educação Popular (ONGEP), que oferece um curso pré-vestibular preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o certame da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os pressupostos teórico-pedagógicos para essa experiência foram mediados pela técnica de *storytelling*, tipo de narrativa que se utiliza de artifícios de roteirização, buscando a imersão. Esse arcabouço serviu como recurso para tornar atrativos os dados históricos envolvidos no processo de aprendizagem com o grande objetivo de torná-los "sentidos" pelos discentes. Serão apresentadas também a recepção por parte dos alunos e uma reflexão final.

Palavras-chave: curso preparatório popular; storytelling; ensino de história; ONGEP.

Abstract

This paper is a description of the practice of teaching history, used in a teaching experience at a NGO in Porto Alegre, the Non-Governmental Organization for Popular Education (ONGEP), which offers a preparatory pre-university course for the Exam National High School and for the event at the Federal University of Rio Grande do Sul. The theoretical-pedagogical assumptions for this experience were mediated by the storytelling technique, which is a type of narrative that uses script artifices and seeks immersion. This framework served as a resource to make the historical data involved in the learning process attractive, with the main objective of making it "felt" by the students. Students' reception and a final reflection will also be presented.

Keywords: popular preparatory course; storytelling; history teaching; ONGEP.

Introdução

Muito se menciona que a história de uma sociedade é sinônimo de identidade desse grupo, o que é sentido pelos indivíduos a que ele pertence criando-se, assim, o laço temporal. No entanto, o dado histórico, por si só, não consegue, isoladamente, causar o pertencimento a uma comunidade historicamente formada. Assim, mais do que sentir e formar uma identidade pessoal por meio do eu histórico, muitas vezes, o que ocorre com relação à experiência do aluno de uma aula de história é a acomodação da informação em sua memória de maneira impessoal e instrumental, o que pode contribuir para a não

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rshicardo@hotmail.com.



imersão (CSIKSZENTMIHALYI, ABUHAMDEH, NAKAMURA, 2014) no momento da aula, por sua falta de significância individual. Com isso, essa não-significância pode resultar no desenraizamento ou no enraizamento por vias dos grupos sociais.

Essa questão ganha maior relevância quando estamos nos referindo às aulas em cursos preparatórios para vestibulares - o nosso espaço de experiência didática. Nesse reduto, há um direcionamento necessário para o conteúdo disciplinar por conta da atividade-fim da organização, e o professor não conta, necessariamente, com o auxílio de uma equipe pedagógica profissionalizada - formada em pedagogia - e remunerada exclusivamente para esse fim. Nosso maior objetivo é pensar alternativas que conduzam à possibilidade da produção de uma pertença histórico-cultural por via didática, a partir dos recursos oferecidos pelo próprio curso. Proporemos, neste texto, a metodologia de *Storytelling* - conjunto de técnicas para a contagem de histórias - que foi aplicada em uma turma da ONG para uma educação Popular (ONGEP) no ano de 2019, na disciplina de história. Veremos como esse princípio teórico se desdobrou de fato no planejamento, na tradução desse saber técnico em práticas educativas. A ONGEP abriga, no mínimo, 70 alunos por turma. A fins de comparação, na educação básica, é possível abdicar-se levemente do conteúdo para o enfoque em questões de interesse do discente; porém, dentro de um curso pré-vestibular, o conteúdo de aula precisa ser muito bem trabalhado para que os alunos obtenham sua imersão, pois, do contrário, “[...] muitas vezes percebíamos a falta de atenção ou, até mesmo, a não presença do aluno na aula” (LOPES, BALDASSO, 2015, p.11). Não há, portanto, um comportamento de enfrentamento do professor por parte do aluno insatisfeito, porém há o abandono do espaço da aula, o que pode influir na evasão do curso. E a evasão se torna algo fatal para a instituição, pois seus custos operacionais são financiados pelas mensalidades dos alunos.

A experiência contou com 4 aulas, compostas de 1 hora e 10 minutos cada uma, acrescido de experiências com monitoria de tema livre mais focada em questões dos concursos a serem prestados. Os conteúdos discutidos foram os seguintes: a) Revoluções Francesa, Haitiana e Napoleão, b) Século XIX e Unificações, e c) Quarta República brasileira. O texto vai apresentar o local da prática, a ONG para uma Educação Popular, os pressupostos teórico-pedagógicos e, por fim, os recursos empregados na prática e a reação dos alunos.

ONGEP



A ONGEP é um espaço de educação popular mantido por uma ONG. Seu estilo de ensino é auto-gestionário, como bem atesta a origem anarquista da instituição. Seu início, aliás, foi voluntário e espontâneo entre alunos da graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

A Organização Não-Governamental Para a Educação Popular (ONGEP) nasceu [em 2002] de uma proposta de estudantes das mais diversas licenciaturas em uma cadeira na Faculdade de Educação da UFRGS [...] Como desenvolvimento das aulas, ministradas fundamentalmente por estudantes de licenciaturas da UFRGS a partir do 4º semestre, foram sendo criadas as condições para o aperfeiçoamento da proposta pedagógica do projeto e a expansão das atividades para a Escola Estadual Florinda Tubino Sampaio, no bairro Petrópolis. Com base em uma concepção popular de educação, foi instituída, a partir do ano de 2003, a disciplina de Cultura e Cidadania (CC). Seria a possibilidade de um espaço (1 período semanal) para a reflexão sobre aspectos existenciais e sociais, sem perder de vista os conteúdos pertinentes à prova do vestibular. Com o desenvolvimento das aulas, ministradas fundamentalmente por estudantes de licenciaturas da UFRGS a partir do 4º semestre, foram sendo criadas as condições para o aperfeiçoamento da proposta pedagógica do projeto e a expansão das atividades para a Escola Estadual Florinda Tubino Sampaio, no bairro Petrópolis (PEREIRA, 2005, p. 3)

Atualmente, “[...]as aulas acontecem em um apartamento alugado na Rua dos Andradas” (LOPES, 2018, p.229). Foi nesse endereço que as aulas foram dadas durante o ano de 2019. Cumpre notar que o professor já lecionava sociologia na mesma instituição desde o ano de 2013, optando por também lecionar história por já possuir o diploma de licenciatura nessa área e que os professores dessa ONG não possui funções apenas relacionadas como espaço da sala de aula, mas também uma participação na gestão:

A estrutura administrativa na ONGEP é composta por uma coordenadoria (dividida entre tesouraria, presidência, vice-presidência) e núcleos por disciplina (que também contam com seus coordenadores). As tomadas de decisões e planejamentos (como o calendário) são feitos em assembleias mensais, das quais os alunos são convidados a participar, e que geram atas que são arquivadas. Os núcleos são entidades autônomas que podem decidir sobre a metodologia de ensino e o calendário por si sós. Cada disciplina possui o seu núcleo, com a sua organização própria (LOPES, LUCHINI, 2018, p.229)

A nossa atuação desenrolou-se no núcleo de história da manhã - havia também um núcleo de história noturna - cujas aulas transcorreram no turno vespertino. A regência não foi una, no entanto, ela foi exercida por uma equipe com outras três professoras com experiências e formações variadas em nível de pós-graduação. O núcleo contava com um representante formal para fins administrativos, mas as tarefas eram distribuídas de maneira horizontal entre os diferentes membros. Publicamente, também foi definido um currículo mínimo a ser seguido pela equipe, expresso na figura 1:



Figura 1: foto da tabela com conteúdos e temas

CONTEÚDOS		TEMAS
Antiga Oriental/África		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Relação entre Eu e o Outro (masculino/feminino; Ocidente/Oriente; Religiosidades; Etnias) ◆ Orientalismo - representações do Oriente.
Antiga Ocidental/África		
Alta Idade Média/Baixa Idade Média		
Idade Média Oriental/África/Mundo Islâmico		
Renascimento e Reforma	Colônia I e Navegações (América Latina, EUA e BR)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Geopolítica (identificações do Globo; relações de soberania sobre a terra; formações das identidades nacionais). ◆ Relações de dominação (raça, colonização, escravidão).
Monarquias Nacionais	Colônia II (América Latina, EUA e BR)	
Mercantilismo e Absolutismo	Independências (América Latina, EUA e BR)	
Rev. Inglesa e Rev. Industrial	Primeiro Reinado e Regências	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Capitalismo e classes (operariado; burguesia) ◆ Razão e Dominação (novas formas de subjetivação)
Iluminismo e Capitalismo	Segundo Reinado	
Rev. Francesa, Haitiana e Napoleão	Primeira República	
Século XIX e Unificações	Segunda República (Café com Leite)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Estado-nação e nacionalismo. ◆ Mudanças culturais (instrumentos de poder e cultural; movimentos artísticos e sociais)
Imperialismo e neocolonialismo	Revolução de 30 – Era Vargas	
Primeira Guerra e Rev. Russa	Quarta República	
Segunda Guerra e Guerra Fria	Ditadura Civil-Militar	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Traumas históricos. ◆ Resistências.
Guerra Fria e século XX	Sexta República	
	Rio Grande do Sul	

Fonte: obtido pelo autor

Nas colunas relativas aos conteúdos, podemos observar uma divisão entre história geral e história do Brasil, cuja tábua de tópicos privilegiou uma “média” dos conteúdos abordados no vestibular da UFRGS e no ENEM. Sem essa organização, a aula perderia relevância para os alunos, e eles deixariam de a frequentar, como já afirmamos anteriormente. O que mais se deve atentar é a coluna da direita (que pertence aos temas): nela fica destacada o enfoque nas relações de poder e nas resistências, o que demarca um posicionamento pedagógico condicionado dentro da teoria crítica. Como já foi relatado anteriormente, a origem das ideias que sustentaram o começo da ONGEP estava no pensamento político do anarquismo e da autogestão, o que torna compreensível que fosse incentivado um ensino mais crítico para embasar a prática docente.

Cumpramos ressaltar que o planejamento não foi elaborado para ser uma camisa-de-força, pois os professores têm autonomia em seu espaço de atuação. Por essa razão, na prática, isso não se mostrou restritivo de outras epistemologias, e os fundamentos da aula de sociologia puderam ser adaptados para os fins didáticos da aula de história, tal como o próprio conceito de sociedade. Dessa liberdade pudemos adotar a perspectiva da teoria Durkheimiana, que se foca nas ideias dos grupos sociais: “[...] a sociedade é coisa diversa; é antes de tudo um conjunto de ideias, de crenças, de sentimentos de todas as espécies, que se realizam pelos indivíduos” (DURKHEIM, 2007, p. 74). Nesse caso, mais



do que evidenciar resistências, a disciplina se foca nas variedades das ideias dos grupos sociais causando consequências nas suas relações, às quais retumbam na conformação dos acontecimentos e na construção das identidades individuais. Esse objetivo principal, no entanto, precisa de uma estrutura de pressupostos pedagógicos e metodológicos, exposta na seção a seguir.

Pressupostos pedagógicos e metodológicos para o ensino de história

A cultura digital e o multiculturalismo colocam novos desafios para o ensino de história, que não pode mais se resumir e se justificar no jargão “conhecer para não repetir” (LOPES, 2018), de modo que é preciso uma articulação teórica adequada que ajude a repensar essas dificuldades. Os pressupostos pedagógicos e metodológicos são apoiados por alguns conceitos, aos quais vamos delimitar nesta seção, a saber: multivíduo (para caracterizar o aluno), cidadania (que é o objetivo do ensino de história); a técnica do *storytelling*; e o modo como esse arcabouço dialoga com as definições de ensino de história e suas estratégias.

A aprendizagem do aluno (e a sua posterior aprovação em algum processo seletivo) é o principal objetivo do nosso esforço pedagógico, e vamos definir esse sujeito por meio da categoria teórica multivíduo, no intuito de abarcar sua complexidade. No mundo atual de comunicação constante, há uma grande dificuldade em se estabelecer identidades, pois as trocas são constantes e as identidades individuais são fluidas. Nesse sentido, a história precisa assumir igual fluidez, e isso começa pela abordagem do perfil dos alunos. Por isso, propomos refletir pelo conceito de multivíduo, que pensa o indivíduo moderno em sua estabilidade. Desse modo, não existe *apenas* um indivíduo:

O conceito de multivíduo é um conceito mais flexível, mais adequado à contemporaneidade. Porque significa que multivíduo é uma pessoa, um sujeito, que tem uma multidão de eus na própria subjetividade. O plural de eu, não é mais nós, como no passado. O plural de eu deve ser eus. Essa constatação possibilita entender que as pessoas podem desenvolver uma multiplicidade de identidades, de eus - multivíduos; fazer uma co-habitação flutuante de diferentes selves (plural de self) que co-habitam, às vezes conflitam ou constroem uma nova identidade, flexível e pluralizada (CANEVACCI, 2008, p.17).

O multivíduo é uma multidão de “eus”, sua identidade uma composição de várias referências, que interagem entre si e formam a singularidade de cada ser e cambiam de acordo com o próprio contexto, igualmente modificável. A interação dessas identidades formam cada multivíduo, o que também explica a mudança deles ao longo da vida, pois os eus vão tomando contato com o mundo e vão se alterando, além da incorporação de



novos eus (LOPES, 2019). Entretanto, como fica o ensino de história para multivíduos e suas multidões de eus? Evidentemente, há um eu histórico para o multivíduo, que o situa dentro de uma continuidade temporal com relação a outros sujeitos que viveram em tempos cronologicamente anteriores. Essa identidade histórica, em específico, pode ser formada por muitas vias, não necessariamente pela escola; é importante, portanto, ensinar história no espaço escolar no sentido de permitir um enraizamento que possa ser desenvolvido de maneira sistemática e plural, pois os diferentes grupos ao qual o multivíduo pertence tendem a criar narrativas e processos etnocêntricos que os colocam como detentores da virtude e geralmente opõe a outros grupos.

Há um lado positivo desse processo de multividuação: preconceitos mais antigos caem diante dessas fronteiras borradas; no entanto, há também a dificuldade do enraizamento, que precede o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de empatia e de cidadania, que é o projeto da educação moderna.

Esse eu histórico é tão importante para a identidade global do ser humano que as sociedades costumam socializar nesse aspecto. Não é sem razão que a historiografia moderna substituiu a função do ancião antigo - que falava ao seu grupo sobre o mundo, o que incluía o passado (LOPES, 2018) e que, na sua versão oficial, foi utilizada para criar um passado em comum para os membros das nascentes nações (CARTOGRA, 2016). Esse eu histórico precisa de uma conexão com o passado e as instituições o percebem e a tentam construir. Paradoxalmente, a modernidade, enquanto processo, induz ao desenraizamento devido ao seu desejo pelo novo. Assim, é natural que o eu histórico seja negligenciado por muitos multivíduos, mesmo com as instituições de memória e o próprio ensino de história, os quais podem se tornar dados, como nos referimos no começo do texto. Por essa razão, vamos propor o *storytelling* como o cimento que facilita a conexão do eu histórico com uma narrativa histórica baseada em evidências.

Assim sendo, o que seria a técnica do *storytelling*, cuja tradução livre do inglês poderia ser “contagem de histórias”?

[...] entendemos *storytelling* como uma narrativa pragmática, ou seja, como o poder de uma ação interativa e relativa a negócios entre sujeitos. Trata-se de dar à narrativa uma função persuasiva, já que seu objetivo primeiro não é propriamente de informar um conteúdo, mas de ‘formatar espíritos’, segundo Salmon (DOMINGOS, 2008, p. 12).

Interação é a palavra-chave, pois o objetivo é “formatar espíritos”. O que viria a ser esse processo? Se pensarmos no ponto de vista da historiografia do começo da modernidade, formatar o espírito seria inculcar a identidade nacional, que se resultaria



uniforme em todos os discentes. No entanto, entendemos e adotamos o sentido de que formatar o espírito esteja empregado não em *determinar* um resultado, mas em procurar agir didaticamente nas questões de identidade por meio de uma narrativa embasada nas evidências científicas. Tal recurso permite gerar uma conexão entre professor e aluno por meio da narrativa a ser contada, que não necessariamente acontece apenas pela exposição (mesmo que dialogada) do conhecimento de tipo histórico. Por ser uma técnica, há alguns recursos que estão envolvidos para causar efeitos diversos, tal como, por exemplo, o *punchline* - “A punchline is a dialog act that is followed by pure laughter” (FRIEDLAND, GOTTLIEB, JANIN, 2009, p.1116) - e o *plot twist* - “The plot twist is a narrative device designed to turn the reception of a narration into an experience dominated by surprise” (PÉREZ, 2020, p.58). Essas interações permitem que haja a recompensa da surpresa ou a recompensa do humor para quem acompanha a narrativa, e utilizá-las leva a um reforço natural da atenção por conta da expectativa criada.

Essas concepções teóricas debatem diretamente com um conceito de ensino de história, e é importante ressaltar que não há consenso nesse tópico, de modo que vamos discutir algumas formulações para ilustrar essa diversidade. Segue a primeira:

Ao Ensino de História cabe um papel educativo, formativo, cultural e político, e sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos. Desse modo, no atual debate da área, fica evidente a preocupação em localizar, no campo da História, questões problematizadoras que remetam ao tempo em que vivemos e a outros tempos, num diálogo crítico entre a multiplicidade de sujeitos, tempos, lugares e culturas (SILVA, 2010, p.24)

O ensino de história, portanto, assume importância cultural, pois perpassa várias esferas da vida humana, e o seu conhecimento conduz a um homem potente, que pode exercer a sua cidadania, que é a participação nas decisões da sociedade que acontece independentemente do posicionamento social que venha a ter um cidadão (GARCIA, 2006). Assim, a estratégia didática da presente formulação é induzir à cidadania por meio de um conhecimento prático. Assim, esse ideal, por mais que possa ser estendido para uma espécie de “cidadania universal” que supera as fronteiras entre os países, tem sua raiz no ideal nacionalista anterior, criando num primeiro momento uma fraternidade restrita aos membros da tríade herderiana: língua, comunidade e território (ZOLIN-VESZ, JESUS, 2019, p.116), para em um segundo momento se expandir para a dimensão universal. Ademais, a ideia de situar os debates utilizando o passado como principal referente reforça essa ideia de narrativa de um cidadão atento a participar da deliberação pública.



Outra definição conceitual afirma que:

O ensino de História deve mostrar a realidade de forma global, na qual os fatos estão inseridos e relacionados de forma complexa. A realidade não deve ser mostrada ao aluno de forma fragmentada, isto é, dividida em aspectos políticos, econômicos etc., mas deve-se procurar ensinar o alto grau de interdependência entre os vários níveis da realidade. A história de uma pessoa ou de um episódio não existe por si mesma, mas pode compor um relato que serve para ilustrar o que é, ou se caracteriza como, próprio de uma cultura ou de uma sociedade no presente e no passado. Entre os elementos que compõem este princípio globalizador estão as noções de causalidade, intencionalidade, mudança e continuidade, que serão desenvolvidos por: leitura e análise de diferentes fontes históricas (escritas, iconográficas, orais, objetos, materiais), explorando a compreensão crítica das mesmas, distinguindo dados de informação e opinião; produção de trabalhos de síntese interpretativa e narrativa sobre fatos históricos e fontes de informação utilizando recursos tecnológicos; pesquisas e registros, desenvolvendo habilidades de manuseio de arquivos, entrevistas orais e escritas utilizando os recursos de informática (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, s/d, p.13)

A semelhança com o outro conceito está na consideração da abrangência da história, que envolveria todos os aspectos da realidade social (de uma sociedade) e que se constrói por meio das evidências (fonte). Nesse sentido, a passagem de tempo seria o parâmetro comum para todos os fenômenos, cujo estudo faz parte das ciências. Eles todos pertencem ao domínio da história porque ela dá a união de toda essa variedade de fenômenos, assim a história consegue dar uma explicação única de todas as ações humanas, e isso justifica seu ensino: a capacidade de desfragmentar a ação humana. Uma estratégia para ensino, portanto, seria holística, levando em conta a interdisciplinaridade.

Uma última definição seria essa:

[...] um espaço no qual a História possa ser o instrumento da ação social; um instrumento capaz de equipar as novas gerações com as ferramentas para ler as representações que circulam na sociedade do momento presente e que circularam no passado. Em uma palavra, fazer do ensino de História um campo de constituição de subjetividades capazes de pensar historicamente as coisas do mundo e de pensar o Outro sem aprisioná-lo no interior de nossas referências. Escrever e ensinar História é mergulhar todas as nossas crenças, todos os objetos de que nos ocupamos, todos os tipos de governo, todas as ideias políticas, no campo volátil e conflituoso da cultura (PEREIRA, GRAEBIN, 2010, p. 172)

Dessa perspectiva, é possível perceber que a história escolar é propositiva no sentido de constituir subjetividades que podem conviver com a variabilidade no mundo, mais especificamente com a diversidade cultural - o que torna sua missão semelhante com a do ensino de antropologia, que combate também ao etnocentrismo por meio do relativismo. Segundo esse trecho, a ideia é que a história consegue prover de conhecimentos empíricos essa atitude ética do apreço pela variabilidade, demonstrando por seus saberes como o ser humano é variável e deve ser relativizado. Ou seja, na força



do catálogo está a demonstração dessa filosofia da diferença. Vimos que a ideia é conectar o aluno com a diversidade como um conceito, de maneira até mesmo impessoal, mediado pelo dado histórico, que serve como argumento para desnaturalização - novamente um dos pilares do ensino de sociologia, juntamente com o estranhamento (LOPES, CAREGNATO, 2017). Nesse ponto, a estratégia é mostrar a variedade.

Como o arcabouço por nós proposto dialoga com essas definições? Acreditamos que essa narrativa cidadã e racionalista perde espaço dentro do pensamento moderno, pois a modernidade desincentiva o enraizamento cultural ao se focar no indivíduo. Dessa maneira, o passado por si mesmo, não é mais interessante do que o novo. Ainda sim, a história disciplina se coloca como guardiã do devir, e a história escolar como comunicação pedagógica e sistemática desse saber, para formar um eu histórico consciente.

A nossa proposta é conectar esse eu histórico com a disciplina por meio da *storytelling*, para construir uma imagem sobre o passado sem a intermediação total do dado histórico - nesse caso, não há uma exclusão das perspectivas cidadã, holista e relativista, pois estamos propondo a utilização de uma técnica para trabalhar os dados já elencados para a exposição.

O dado, em termos lacanianos, pode ser pensado sem fazer parte do ser (BRUDER, BRAUER, 2008), pois para o psicanalista, existimos naquilo que não precisamos pensar. Assim, é preciso que o dado se torne vivência, passando por incluí-lo na linguagem do aluno, que é também digital e está sempre na busca da sedução. Assim, o *storytelling* pode cumprir com essa função de atrair os diferentes eus para o eu histórico, o primeiro passo para a fusão identitária que cria um multivíduo historicamente enraizado, sem o ser pelo ângulo essencialista, uma vez que é direito do aluno recusar o passado de seu grupo se assim o convir.

Como todas essas dimensões se articularam em nossas aulas? Na seção seguinte vamos lidar diretamente com o enraizamento proposto por meio dos conteúdos de aula, apresentados por via do *storytelling*. Será introduzida uma ementa breve de cada uma e o modo como elas foram ressignificadas.

Execução dos storytellings nas aulas

Revoluções Francesa, Haitiana e Napoleão



Ementa: importância da Revolução Francesa para a modernidade. Processos internos e externos da Revolução Francesa. Processos internos e externos da Revolução Haitiana e sua relevância nos processos de independência das Américas. Panorama sobre a história haitiana.

Nesta aula a técnica narrativa foi a trama estendida², utilizando-se um *plot twist* na troca da temática (dos franceses para os haitianos por via de Napoleão). Em primeiro lugar, foi retomada, a partir dos tipos-ideais weberianos, a questão da relação medieval entre as três classes e o começo dos reinados na idade moderna, utilizando como cenário a série *Game of Thrones*. Foi contada a história de como vivia um rei antes da Revolução Francesa finalizando com um *punch line*. Foram contados e apresentados esquemas mentais em slides, alguns acontecimentos da revolução francesa levando em conta dois personagens, que fizeram uma metonímia dos grupos sociais envolvidos: o republicano e o monarquista (já houvera anteriormente uma aula de ciência política sobre o tema). As figuras utilizadas serviram para imergir o aluno por meio da linguagem que estes já dominam previamente.

No quadro branco foram apresentados os nomes em detalhes para a anotação dos alunos, porém o foco foi na dinâmica das interações entre os atores históricos. Essa primeira parte da aula se encerrou com Napoleão Bonaparte, que buscou expandir a república para outros países europeus. O *plot twist* acontece com a Revolução Haitiana, pois a continuidade da revolução se dá onde Napoleão não chegou a habitar, o que demonstra a força das ideias. Foi contada a história dessa revolução com foco nos grupos sociais, e foi ilustrada a liderança de Toussaint Louverture, além das presidências de Papa Doc e Baby Doc, mostrando a sua atuação política e as repercussões no Haiti. A questão da imigração haitiana foi o mote inicial da aula e foi problematizada na aula de sociologia das migrações.

A recepção dos alunos foi variada. Alguns ficaram surpresos com o professor estar nos dois núcleos simultâneos. Foi possível observar muitas anotações nos cadernos e nas apostilas - essas segundas elaboradas no ano de 2018 por outra equipe do núcleo e foram reaproveitadas para o ano letivo seguinte. Durante a aula foram perguntadas muitos detalhes sobre acontecimentos paralelos e que não são relacionados diretamente com os conteúdos dos certames, o que resultou na construção coletiva da narrativa.

² Propusemos como trama principal a Revolução Francesa e, como tramas estendidas, a Revolução Haitiana e Napoleão; a ideia não foi reforçar alguma colonialidade do saber, mas sim mostrar o efeito das ideias no seu momento de recontextualização e de como uma subtrama pode contribuir para a trama principal.



Século XIX e Unificações

Ementa: Processos de unificação das grandes potências europeias. Diferenças na formação dos estados nacionais. I Preparação para I Guerra Mundial. Alemanha. Itália. França. Portugal. Espanha. Colonialismo.

Para essa aula foi utilizada a técnica das subtramas paralelas³, uma para cada país envolvido, que ainda não eram países na época, algo que foi bem ressaltado em aula. Cada um desses países foi apresentado como o cenário para a interação dos grupos sociais, que são introduzidos como formuladores do sentimento de nacionalidade de seu próprio país e disputam a execução desses projetos. Este tipo de narrativa serve para estabelecer uma complexidade das relações sociais que abre a possibilidade para a interpretação de fenômenos da atualidade.

Os países foram apresentados em sequência e eram, após serem esgotadas suas narrativas individuais, retomados nos principais pontos da subtrama - retomada essa que ajuda na fixação e na criação da expectativa para a continuidade, pois o aluno conhecer o que foi narrado o engaja no que virá posteriormente, além de criar a sensação de paralelismo. Foi procedido um trabalho também com algumas figuras históricas, criando uma associação delas com a situação narrada, com a associação a memes da internet como forma de criar um vínculo. Por fim, todas essas situações foram amarradas pelo contexto internacional da corrida colonial.

A recepção dos alunos, dessa vez, foi um pouco mais uniforme. Aparentemente a repetição das narrativas, por meio da retomada, ajudou a conduzir mais alunos para a imersão, o que permitiu demonstrar, muitas vezes, que a dificuldade de alguns alunos está em seguir a linearidade com informações inéditas. As subtramas paralelas, assim apresentadas, permitem uma circularidade que é favorável a algumas aprendizagens.

Quarta república brasileira

Ementa: A sucessão de presidentes brasileiros na república nova. Maneira como presidentes articularam seus respectivos governos. Diálogo com o contexto internacional da Guerra Fria.

Para essa aula, foi escolhida uma metodologia de exposição um pouco diferenciada, com enfoque em conceitos aplicados, decorrendo a cronologia como

³ “subtramas [...] servem para reforçar a ideia controle [da trama principal] [...]” (FREITAS, s/d, s/p).



aplicação dessas construções teóricas. Nesse caso, a narrativa serviu como ilustração desses conceitos, criando uma espécie de introdução à economia. Os conceitos eleitos foram: (a) inflação, (b) congelamento de preços e (c) juros. Partindo desses conceitos da economia procedemos a análise da história do país nesse período. Foi possível, a partir disso, criar *links* com interesses mais imediatos dos alunos, pois muitos mostraram interesse na temática. Nesse caso, os sucessivos presidentes são colocados como indivíduos diante dos dilemas econômicos, em uma estrutura semelhante à da tragédia grega. Foi possível, também, realizar memes com base nos acontecimentos.

A resposta dos alunos a esta aula foi muito interessante, pois muitos indagaram sobre as dimensões econômicas dos conceitos e sua aplicabilidade a outros contextos, o que serve de evidência para uma aprendizagem significativa.

Recepção geral dos alunos

Como uma reflexão mais geral sobre a recepção dos alunos à proposta das aulas como um todo, podemos perceber que a aula de história permite uma imersão por meio do *storytelling*, e o fato de se intercalar outros períodos de outros professores causa um efeito “mil e uma noites”. É interessante observar que os discentes formam “memes” sobre a história, além daqueles já levados pelo professor, alimentando a narrativa trazida pelo mestre com elementos inesperados. É inevitável, no entanto, que alguns educandos se desenganem da aula, seja por motivos didáticos - alguns, em parcela menor, parecem considerar que a disciplina não pode ser apresentada por meio do *storytelling*, por motivos diversos - ou por motivos pessoais - lembrando que os alunos da ONGEP são selecionados por sua baixa renda e podem estar passando por problemas existenciais. Há, também, um perfil de aluno que sentiu falta do ar de “denúncia” da disciplina, pois os atores históricos foram apresentados de uma perspectiva mais voltada para uma antropologia simétrica. A maioria dos alunos, porém, aderiu a aula e interagiu com a narração.

O que fica de lição dessa experiência é que é impossível engajar todos os alunos por conta de sua multiplicidade, ou ao menos mantê-lo assim um ano inteiro. Da mesma maneira, esse método pode não ser aplicável para todos os professores devido à mesma multiplicidade de perfis entre os discentes, porém, a reflexão sobre o ensinar é relevante da mesma maneira. Outro ponto de limitação é que o professor dispunha de mais um



período de 50 minutos na disciplina de sociologia, o que lhe permitiu uma aula multidisciplinar e complementar.

Considerações Finais

Neste texto apresentamos uma experiência de ensino de história baseada numa proposição teórico-metodológica. A ideia foi utilizar técnicas de *storytelling* para tornar o conteúdo uma experiência para os alunos de um curso pré-vestibular popular de Porto Alegre. No texto apresentamos essas possibilidades, destacando-se a ideia de que a narrativa cria o enigma e com ele a expectativa, daí a sua desirabilidade. O passado em si não é desejável em uma cultura moderna porque dele o nosso eu já se apossou. O futuro, que está aberto a mudanças, ainda não é nosso e acopla esse enigma. Por isso, criar um futuro no passado por meio de uma narrativa pode ser um caminho viável para despertar o interesse do alunado por meio justamente do enigma.

Sociedades de *self* fechado (TAYLOR, 2007) consideram o futuro como algo mais relevante do que o passado. Por essa razão, os detalhes mais eruditos do passado da atividade humana não devem ser o foco para o ensino. Dependendo do perfil do aluno, esse aprofundamento tira a espontaneidade que conduz à construção da identidade. Por isso, propomos uma espécie de antropologia do passado que permita um "encantamento" por via da narrativa.

As diferentes reações dos alunos à metodologia também induzem a repensar os impactos da maneira de exposição da aula de história, o que ficou mais evidente pela atuação dos colegas da vertente crítica. Por essa razão, acreditamos que a perspectiva historiográfica crítica poderia, ao menos, ser repensada na dimensão didática. Acreditamos que ela não pode ser ensinada *ipsis literis* aos alunos. É preciso algum grau de mediação, pois os discentes não possuem acesso às evidências e alguns podem desenvolver uma percepção de mundo demasiadamente pessimista, e não necessariamente transformacionista. Em alguns alunos, pode causar até mesmo a impressão de que vivemos em um mundo que não vale a pena ser vivido (MOSÉ, 2018), e isto pode ter consequências dentro e fora da vida escolar.

Data de Submissão: 16/03/2020

Data de Aceite: 06/08/2020



Referências Bibliográficas

- BRUDER, M. C. R.; BRAUER, J. F. A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 513-521, 2007.
- CANEVACCI, Massimo. **Fetichismos visuais: corpos eróticos e metrópole comunicacional**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- _____. Multivíduo conectivo: Gregory Bateson. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 41-44, jan. 2012.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly; ABUHAMDEH, Sami; NAKAMURA, Jeanne. Flow. In: **Flow and the foundations of positive psychology**. Dordrecht: Springer, 2014.
- DOMINGOS, A. **Storytelling: fenômeno da era da liquidez**. Unesp: Bauru, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 2007.
- FREITAS, Tom. Como construir uma série? Sem Data. Escola de Roteiro. Disponível em: <https://www.escoladeroteiro.com.br/estrutura-de-storytelling/como-construir-uma-serie-parte-3/>. Acesso em 05/08/2020.
- FRIEDLAND, Gerald; GOTTLIEB, Luke; JANIN, Adam. Joke-o-mat: browsing sitcoms punchline by punchline. In: Proceedings of the 17th ACM international conference on Multimedia. 2009. p. 1115-1116.
- GARCIA, Joe. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. **ETD**, v. 8, n. 1, p. 124-132, 2006.
- MOSÉ, Viviane. **Nietzsche hoje: Sobre os desafios da vida contemporânea**. São Paulo: Vozes, 2018.
- LOPES, Ricardo Cortez Lopes. "CONHECER PARA NÃO REPETIR ": REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EFEITO BORBOLETA NA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA. *Gnarus*, Rio de Janeiro, v.9, n.9, set.2018, pp.44-51.
- _____. **Construindo Contextos: Uma contribuição sociológica para compreender a relação indivíduo e sociedade**. Viseu, 2019.
- _____; LUCCHINI, Nadila Albuquerque. ENSINO DE CIÊNCIAS EM UMA ONG: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS, EPISTEMOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS. In: TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. **Anais do II Encontro Regional de Ensino de Ciências**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- _____; BALDASSO, Júlio César. **Experiência de Ensino de Sociologia no curso popular ONGEP - Organização Não-Governamental para a educação popular**. In:



IV Encontro Nacional de Ensino de Sociologia no Ensino Básico (ENESEB), 2015, São Leopoldo. IV ENESEB Trabalhos GTs. São Leopoldo: Unisinos, 2015. v. 1. p. 1-13.

_____; CAREGNATO, Célia Elizabete. O estranhamento e a desnaturalização por dentro: da educação autônoma para a educação autêntica. *MovimentAção*, Dourados, v. 3, n. 5, p. 56-74, 2017.

PEREIRA, T. I. **Aprender e ensinar com Paulo Freire: por uma escola emancipatória**. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

PEREIRA, Nilton Mullet; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Abordagem temática no Ensino da História. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Ensino de História: desafios contemporâneos**. São Paulo: EST, 2010.

PÉREZ, Héctor J. **The plot twist in TV serial narratives**. Cloud Front. Draft Paper. 2020.

SILVA, Marcos Antônio da; Guimarães Fonseca, Selva. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, vol. 30, núm. 60, dezembro, 2010, pp. 13-33

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Ementas das disciplinas da Base Nacional Comum**. Curitiba: Rede Escola, sem data.

TAYLOR, Charles. **A secular age**. Cambridge: Harvard university press, 2007

ZOLIN-VESZ, Fernando; JESUS, Danie Marcelo. Práticas curriculares do curso de Letras: vigência da racionalidade instrumental e privilégio do paradigma monolíngue. In: MELLO, Dilma; VASCONCELOS, Maria Inês Vasconcelos Felice (org.). **Ensino de Línguas no curso de Letras: práticas, experiências e currículo**. Uberlândia: EDUFU, 2019

ENTREVISTA COM O PROF. DR. VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA



Líder do grupo de pesquisa registrado no CNPq “Arquivos e bibliotecas: apropriações teóricas e aplicações metodológicas”, o professor e historiador Vitor Manoel Marques da Fonseca tem sua trajetória profissional marcada por uma intensa atuação em arquivos e na Arquivologia, ministrando cursos e prestando assessorias no Brasil e no exterior, além de professor do magistério superior.

Formado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1979), mestre (1987) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2007), realizou pós-doutorado no PPGHC UFRJ (2009-2011). Foi servidor do Arquivo Nacional por mais de 30 anos e, desde 2009, é professor da Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Depto. de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Também possui experiência em diversos conselhos e comissões, como o Experts Groupon Archival Description, do Human Rights Working Group e da Programme Commission do International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos). Foi ainda presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (Conselho Nacional de Arquivos); ex-membro, em nível nacional, regional e internacional do Programa Memória do Mundo (UNESCO); assessor regional do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo (MOWLAC) e membro de outros comitês editoriais.

A proposta da entrevista veio devido a sua experiência dentro do eixo História e Arquivologia, tanto nas atividades de participação como membro de diversos comitês político-técnico, assim como, de ensino e pesquisa na área temática do dossiê, de História e Patrimônio documental.

[Questão 01] Para começar, poderia falar um pouco sobre sua formação acadêmica e sua atuação profissional, chamando atenção para sua prática dentro das áreas da História e Arquivologia?

[Vitor] eu fiz graduação em História, na PUC-Rio, em 1979, e, em 1980, ingressei no mestrado em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Durante a graduação, tive oportunidade de estagiar no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não na área de



arquivo, mas na área de documentação e dicionário, diretamente na produção do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC da FGV. Em 1981 houve a seleção para ingresso no Arquivo Nacional, que, através de um convênio do Ministério da Justiça com a Fundação Getúlio Vargas, contratou as pessoas para trabalhar no Arquivo Nacional. Tal convênio, tinha tudo a ver com a situação daquele momento, pois não havia a menor possibilidade de concurso e a Celina Vargas do Amaral Peixoto, presidente do Arquivo Nacional, que havia entrado em 1980, estava propondo fazer a modernização técnica e administrativa da instituição e precisava de gente.

Foi meu primeiro contato na área, na ocasião, fazia mestrado na área de Brasil República, período Vargas, mas fui trabalhar com a documentação colonial. Paralelamente dava aulas de História no Estado (SEDUC RJ). Fiquei assim, durante muitos anos.

Em 2009, prestei concurso para a UFF, como professor 20 horas. Em 2015, comecei a pensar na minha aposentadoria no Arquivo Nacional para ser docente 40h “DE” da Universidade. Já tinha feito, em 2007, doutorado em História, na UFF, e, em 2011, estágio de pós-doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[Questão 02] Qual o cargo que você ocupava no Arquivo Nacional quando você começou a participar dessas atividades internacionais? Na verdade, a intenção também de entender qual foi a sua trajetória de atuação mesmo de cargos dentro do Arquivo Nacional?

[Vitor] eu era um funcionário técnico e, com as mudanças administrativas ocorridas em 2003, passei para a denominação de especialista superior, uma categoria que engloba quem tivesse nível superior. Com exceção de um período de dois ou três meses, nunca tive qualquer cargo ou comissão no Arquivo Nacional, assim como nunca ganhei nada além do meu salário. Eu tinha as funções, mas nunca tive qualquer nomeação formal.

[Questão 03] Não sei se você ainda teria mais alguma coisa para falar a minha nesse aspecto, esses 35 anos de Arquivo Nacional.

[Vitor] Em 1987, participei da equipe que coordenou nacionalmente o Guia de Fontes para História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual, que levantou mais de 1200 conjuntos em todo o Brasil. Depois, fiquei por um tempo na



coordenação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e voltei para trabalhar na área de documentos escritos com a documentação do Executivo. Durante algum tempo prestei assessoria, pelo Arquivo Nacional, ao Museu Nacional, para consolidação da seção de memória e arquivo da instituição, trabalhando fundamentalmente com arquivos privados que existiam no acervo, sendo o mais relevante o acervo Bertha Lutz, que foi perdido quando do incêndio em 2019. Por volta de 2006, comecei a ficar fundamentalmente no Arquivo Nacional, com a parte internacional, e com políticas de descrição. Comecei a ficar mais distante da documentação no meu dia a dia, do cotidiano de fazer arranjo, de produzir instrumento de pesquisa etc. Isso foi ficando menor, só não desapareceu de todo porque sempre tinha que ter contato com documentos para discutir as normas de descrição.

[Questão 04] Puxando um pouco e anotando aqui os cargos os convites que você recebeu ao longo do tempo, a participar de comitês, comissões e assim por diante, a próxima pergunta entra justamente nisso. Em sua trajetória profissional, observamos a participação em vários conselhos e comitês, como do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e do Comitê da UNESCO para o Programa Memória do Mundo, assim sendo, diante de toda essa experiência, poderia falar um pouco da importância de se participar de tais espaços de decisões políticas?

[Vitor] acho a pergunta boa, mas eu só queria fazer uma pequena distinção, quando a gente usa a palavra política, é bom ter claro do que a gente tá chamando de política. Eu sempre participei de coisas políticas, mas que são políticas técnicas, que é uma política que tem uma repercussão direta sobre aquilo que você faz. Por exemplo, definir uma norma de descrição, é, ao mesmo tempo, algo técnico, mas também algo político, porque vai ter repercussão.

Essas coisas têm enorme repercussão, a questão das normas, por exemplo, participar do debate da norma, significa participar de algo que vai influenciar diretamente seu trabalho, mas se você não participa, estará perdendo a oportunidade. Obviamente haverá influências, não as suas, se você não participar, mas de outros. Esse processo é de mão dupla, por que ao mesmo tempo em que você participa, você também aprendi milhões de coisas, e, portanto, muitas das vezes também reconsidera, você também deve estar aberto para, se o outro te mostrar uma outra visão, você mudar.



Acho fundamental, um processo de crescimento enorme, que, para mim, foi uma coisa que ajudou muitíssimo, a pensar, a aprender com o outro, a ver outras visões, coisas que não necessariamente estavam ligadas ao meu trabalho normal cotidiano que eu fazia, e que tive que lidar com outras coisas para fazer diferente.

[Questão 05] O senhor participa do CONARQ desde 1999, sendo Presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística, desde sua criação em 2001, assim sendo, poderia falar um pouco do que é o CONARQ, assim como da Câmara Técnica a qual é presidente, e qual a sua percepção da importância do Conselho nas deliberações políticas para as práticas arquivísticas no Brasil?

[Vitor] eu vou tentar, agora eu queria deixar bem claro o seguinte, eu não sou do CONARQ, principalmente agora, porque as câmaras técnicas foram extintas ano passado.

Eu acho que o Conselho é extremamente importante, por várias razões. Um conselho sempre é importante, porque ele é a perspectiva de você tomar atitudes democráticas, e atitudes democráticas também são mais facilmente implementadas.

No caso do Brasil, um conselho, tem uma importância específica bastante grande, pelas características do fato de sermos um país organizado com três poderes, e que também é federalista. Então, o que acontece na verdade, quando você pensa um conselho, você está pensando em alguma coisa nacional, ou seja, você tem uma questão que terá que ser discutida nos três poderes, Executivo, o Judiciário, e o Legislativo, em três níveis, federal, municipal e estadual. A participação de instituições privadas, como era possível no CONARQ que existia¹, dava-se por associação.

[Questão 06] Acerca da ação na Câmara Técnica especificamente? Como foi a sua participação? Qual era o objetivo da técnica?

[Vitor] A Câmara Técnica tinha o objetivo de criar normas nacionais. A gente tentou que houvesse uma participação grande, inclusive criar a figura do membro correspondente,

¹ O CONARQ foi extinto em 11 de abril, no decreto de 9759/2019, que foi responsável por extinguir e estabelecer diretrizes, regras e limitações para os colegiados da administração pública federal, sendo incluindo no conceito de colegiado: conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas, e qualquer outra denominação dada ao colegiado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm Acesso em: 18 de maio de 2020.



que podia não estar participando das reuniões, mas divulgaria, incentivaria e recolheria as propostas de sua região. Na época, isso não funcionou, nós não tínhamos os recursos que agora temos, por exemplo, reunindo por internet.

Durante muito tempo, houve um esforço grande, tanto para criar quanto para apresentar as normas. O Arquivo Nacional sustentou a ida de pessoas a encontros e congressos, sustentou fazer seminários específicos sobre as normas.

[Questão 07] Acerca da participação do senhor no Conselho Internacional de Arquivos (em inglês: *International Council of Archives - ICA*), desde 1996. Poderia falar um pouco sobre o que é qual a importância do Conselho? Quais foram as suas atuações e experiências nele?

[Vitor]O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) foi criado em 1948, junto à UNESCO, no movimento que também criou o *International Council of Museums* (ICOM). A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) é anterior, mas, de qualquer forma, as três ficaram muito próximos da UNESCO, como um processo de você ter uma interlocução com a área profissional.

Durante muito tempo o CIA foi uma associação fundamentalmente de arquivos nacionais, quem tinha assento e quem tinha voto, eram os arquivos nacionais. Nos últimos anos você tem tido uma transformação nisso muito grande, o Conselho passou a aceitar e a dar direito de voto a outros arquivos, e até para pessoas.

O CIA sempre teve uma presença muito forte na questão da área técnica, foi ligado a ele que se começou a pensar em dicionários de terminologia, que se inaugurou trabalhos para criar diretrizes com relação à questão de normas de descrição, mas também de conservação e até de construção de prédios. Quer dizer, todas as discussões técnicas, sempre passaram pelo Conselho, além de questões políticas, porque o Conselho sempre teve uma perspectiva política técnica muito forte. O CIA tem a Declaração Universal dos Arquivos, que foi aprovada e assumida pela UNESCO. Tem uma série de documento sobre milhões de outras coisas, sobre acesso, sobre direitos humanos etc.

Saiu agora uma declaração extremamente interessante sobre arquivos e pandemia, que o Conselho assinou junto com outras instituições, chamando atenção da importância de se manter os registros das decisões tomadas nesse período e o acesso a essas informações. O Conselho é fundamental, entretanto, não resolve os problemas de cada país, é claro, os países fazem com o Conselho o que muitas vezes nós fazemos com



Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, esperando que de lá saia a solução, financiamento etc., mas não é assim. O Conselho é uma associação privada, é independente da UNESCO, embora se relacione muito de perto com ela, pois é um interlocutor privilegiado com relação às questões relacionadas aos arquivos e patrimônio.

Ele depende de recursos que vem das cotas dos seus membros, e essas cotas, são sempre um problema, porque os critérios são gerais, podendo não se adequarem à situação de um arquivo específico.

Mas eu acho que associações internacionais são sempre extremamente relevantes, tanto o CIA como a ALA, que é a Associação Latino-americana de Arquivos, que congrega todos os países de origem Ibérica.

No caso do Brasil, boa parte do processo de modernização técnico-administrativa do Arquivo Nacional ocorreu graças ao Conselho Internacional. Era o CIA que estimulava a vinda de técnicos estrangeiros e, em alguns momentos bancou, em outros facilitou, a ida de técnicos brasileiros para estudar, fazer cursos etc.

Eu acho que o CIA é extremamente importante, a gente sempre pode discutir, como qualquer associação, determinadas decisões, encaminhamentos dados. A questão é, se a gente questiona de dentro, ou se a gente questiona de fora. Se você questiona de dentro, você vai lá, vai ter que enfrentar e discutir, dizer qual é o problema, e participar da solução do problema. A outra coisa é você simplesmente sair, não participar, se ausentar, deixar para lá. Por quê? Porque isso não resolve o problema e enfraquece a associação. Se você está lá, independentemente de você ter problemas, ter discussões, pontos de vista divergentes, você tem possibilidade de mudar a você e aos outros.

[Questão 08] Ainda sobre o Conselho Internacional de Arquivos, como ele atua no Brasil? E pensando inversamente, qual o papel e a relevância da participação do Brasil em suas ações? O senhor acredita que haja uma invisibilidade do papel do Conselho no cenário brasileiro?

[Vitor] A visibilidade é muito pequena. O fato de ser uma associação internacional, uma associação por adesão, que significa pagamento, pelo que eu saiba, nenhuma universidade brasileira é filiada – houve uma ocasião que o arquivo da UNIRIO participava, mas eu tenho impressão que isso se dava porque a diretora, Mariza Bottino, era membro, pagando. A Associação de Arquivistas de São Paulo talvez continue sendo, por muito



tempo foi, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi também por muito tempo. Acho que, hoje, poucas pessoas e poucas instituições são associadas.

A produção do CIA também tem impacto, não necessariamente acadêmico, mas é importante do ponto de vista político, por exemplo, o princípio de acesso aos arquivos, a orientação sobre o acesso à documentação, a própria declaração universal dos arquivos, mas muitas dessas coisas só chegaram, se chegaram, às pessoas por muito poucos veículos.

O Arquivo Nacional divulgou algumas dessas coisas, ou então, por exemplo, eu consegui publicar algumas dessas coisas na Revista Informação Arquivística. Como as nossas revistas também agora estão sendo forçadas a assumir uma perspectiva mais acadêmica, textos relevantes do ponto de vista da política técnica nem sempre despertam interesse para serem publicados. Não é só o material do CIA, por exemplo, saiu uma recomendação alguns anos atrás da UNESCO sobre patrimônio, e ela nunca foi publicada em português. Meu propósito é traduzir, mas mesmo que traduza, terei muita dificuldade em publicar. Não é tão simples, porque como as revistas são voltadas fundamentalmente para a produção acadêmica, quando você tem algum tipo de material assim ele não é fácil de ser publicado, embora seja importante para fundamentar discussões acadêmicas, pois revela a forma de pensar de um determinado grupo sobre aquela questão.

[Questão 09] Tendo como temática do dossiê “História e patrimônio documental”, não poderíamos deixar de ressaltar a importância do Programa Memória do Mundo, da UNESCO, do qual você faz parte desde 2009. Qual o objetivo do Programa e quais foram as suas atuações dentro do mesmo?

[Vitor] Posso explicar como funciona. Antes, é preciso ressaltar que o Programa não acabou, o que aconteceu é que não está recebendo propostas de nomeação, o Programa continua fazendo coisas. As nomeações não estão sendo realizadas porque houve uma suspensão, na medida que em que se decidiu discutir as bases do Programa, dado fato que ele ganhou uma conotação política muito forte, e essa conotação política começou a trazer embaraços e problemas entre países membros da UNESCO.

O Programa funciona como uma vitrine, onde os acervos nominados são na verdade exemplos relevantes da memória e patrimônio da humanidade. O Programa nunca quis dar conta de todo patrimônio do mundo, porque isso é extremamente complicado do ponto de vista do contexto, até do conhecimento. Então, o que se quis



fazer é o seguinte, a gente precisa conscientizar as pessoas da importância do patrimônio, a importância da preservação desse patrimônio, a importância desses patrimônios serem acessíveis, e como é que a gente faz isso? A gente chama atenção para ele, nomina como memória do mundo, a partir de determinados critérios, e a partir disso, é feito todo um trabalho de conscientização da relevância do patrimônio, muito além daquele conjunto, que está sendo nominado. A gente faz isso com alguns conjuntos documentais, e conjuntos podem ser grandes, uma coleção bibliográfica, um fundo, pode ser até um documento conjunto pode também ser unitário. Ao chamar a atenção para alguns conjuntos, afirma-se a importância de todos.

Esse é um processo livre, qualquer pessoa pode propor um arquivo para nomeação, inclusive, as diretrizes mais gerais dizem que você nem precisa ser o proprietário, embora, no caso do Brasil, a gente buscasse a participação do proprietário – ele quer que o acervo seja considerando Memória do Mundo, ele é favorável a isso, ele está disponível a isso? E há uma extensa lista de critérios e argumentações que a pessoa tem que responder e argumentar, em defesa do acervo que ela está propondo. Então, a proposta é submetida a pessoas especializadas na área e que irão avaliar se essa nomeação reúne as condições para ganhar esse reconhecimento mundial.

Obviamente que a relevância do acervo é o critério mais importante, mas uma coisa fundamental é a maneira como, quem está propondo a nomeação, a defende. Se a pessoa faz uma boa defesa, se reúne os elementos corretos, se ela comprova as afirmações que ela faz, é mais fácil para os avaliadores exercerem a sua função. No caso do Brasil, só passavam até 10 arquivos por ano, o caso do MoWLAC (Comitê Regional para a América Latina e Caribe) não tem limite, no MoW internacional, até dois por país, mas podem ser mais no caso denominações conjuntas – se Brasil e Portugal propõem um acervo para a Memória do Mundo, essa proposta não conta nas duas de Portugal nesm nas duas do Brasil. O Brasil poderia oferecer 30, desde que só duas individuais.

[Questão 10] Ainda nesse assunto, duas questões. A primeira, então isso não tem nada a ver necessariamente se o acervo está organizado ou não para poder ser considerado memória do mundo. E a segunda questão, o senhor poderia dar um exemplo desses embaraços que foram acontecendo, do porquê da decisão de se repensar, um exemplo prático, de situação que foi criada em função disso?



[Vitor] Você tem razão, não é obrigatório estar organizado, agora, é óbvio que um acervo organizado há mais facilidade de mostrar a importância dele. Você tem mais controle do que tem lá dentro. Se seu acervo for completamente desorganizado, a tendência é que as suas afirmações sejam vagas, e a comprovação daquilo que você está dizendo, portanto, seria um problema. Mas de fato, sua organização não é uma condição *sine qua non*.

Acerca da segunda questão, recentemente ocorreram três casos, pelo menos, bastante complicados. Um caso que nem chegou a ser aceita a proposta, foi a candidatura de uma coleção de pôster relacionados à luta da Palestina, que sofreu uma série de críticas por Israel. Outro problema foi a nomeação do diário de Che Guevara, que sofreu fortes críticas por parte dos Estados Unidos, inclusive, voltou-se a falar disso quando os Estados Unidos se retirou da UNESCO. O problema mais forte, que é o insolúvel até agora, e não sei como anda, é o da documentação das chamadas “mulheres de conforto” (em inglês: *comfort women*), que eram, principalmente, chinesas e coreanas obrigadas pelos japoneses a prestarem serviços sexuais durante a Segunda Guerra Mundial. O Japão fez uma forte oposição a nomeação.

Uma observação rápida, acontece que a apreciação não é política, é técnica. Então, serão examinadas as argumentações e as fontes, se estas fontes indicam o que está sendo defendido, e se isso tem a ver com a história da humanidade. Analisa-se conjuntos documentais, e o que a gente verifica, se as fontes existem, se são autênticas, se as informações são comprovadas, se aquilo tem repercussão etc.

[Questão 11] Atualmente, o senhor, em conjunto do professor Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio, é um dos líderes do Grupo de Pesquisa do CNPq “Arquivos e bibliotecas: apropriações teóricas e aplicações metodológicas”, que têm como uma das temáticas envolvendo a História e a Arquivologia. Poderia falar um pouco sobre o grupo de pesquisa e seus desafios para se manter? E existe nele, alguma linha de estudo numa perspectiva de História das instituições, acervos e práticas?

[Vitor] A proposta do grupo é exatamente essa, de uma história das instituições, dos acervos e das práticas. Quando o grupo surgiu, tinha muito pouco estudo sobre a história das instituições e a história das práticas arquivísticas no país, e obviamente, nenhuma área pode prescindir de estudar a própria área, em saber como é que ela se forma, como é que ela se organiza, como é que ela trabalha em suas funções e suas atividades mais específicas.



Então, era essa a resposta que diria para você, hoje ainda não há tanto trabalhos nessa área, todavia, temos visto um crescimento paulatino, a própria Renata Barbatho, fez uma tese pegando um período da história do Arquivo Nacional, tem outras pessoas fazendo trabalhos, a Revista de História da ANPUH teve um número especial dedicado a isso, e agora vai ter um número da Revista Acervo, do Arquivo Nacional. Trata-se de uma empresa difícil, por vários motivos.

A própria área, por exemplo, está tão envolvida com os acervos que ela trata, que não consegue devotar uma atenção merecida para ela própria, as pessoas estão mais fazendo trabalhos com relação aos acervos existentes, do que realmente pensando suas atividades. As próprias fontes para trabalho com a instituição são muitas vezes menosprezadas – não tenho base científica para afirmar, mas eu diria, a partir de uma observação empírica, que a maior parte dos arquivos públicos não tem os seus próprios arquivos organizados, não pensam os arquivos deles próprios como arquivos que estão sob suas responsabilidades.

As fontes são poucas, as próprias coleções bibliográficas, se for procurar determinadas obras que foram muito importantes na área de arquivos, são difíceis de encontrar. Você vai procurar as publicações da área dos arquivos e não vai ter muito material, até mesmo porque muitas dessas publicações eram muito simples, sem pretensão de perpetuidade, eram trabalhos para serem usados ali, naquele momento, para fundamentar um curso, basear uma formação.

[Questão 12] Não faz muito tempo a Arquivologia era vista como uma disciplina auxiliar da História, todavia, hoje, é possível observar uma aproximação das duas áreas de forma interdisciplinar, inclusive com temáticas comuns, a título de exemplo, a História das instituições, acervos e práticas em arquivos. Enquanto historiador e atuante há anos no campo arquivístico, o senhor concorda com tal visão acerca dessa dinâmica histórica entre as duas áreas? E podemos identificar a temática exemplificada acima como sendo um desses elos de ligação entre as duas áreas? Podemos identificar outras características dessa relação hoje?

[Vitor] Obviamente há um elo das duas áreas. Eu queria fazer uma observação antes. Antigamente, não na minha graduação, quando se falava em ciências auxiliares, mas em tempos anteriores, e ainda havia alguns ecos, falava-se em ciências ancilares. Ancilares, vem do latim *ancila*, que é criada, empregada, com uma evidente conotação de



subordinação. Essa perspectiva foi muito ruim, e é uma perspectiva também muito falsa, porque todos são auxiliares, dependendo da perspectiva. Se eu estou estudando a questão da evolução das pandemias no Brasil, e se estou analisando isso do ponto de vista da saúde pública, por exemplo, se eu quero entender o processo de crescimento e contaminação, terei que recorrer à História. Neste caso, a História será auxiliar, mas não que seja menor do que a Saúde Pública, assim como, na História, quem estuda a revolta da vacina, precisará de informações da área de Medicina, e nesse sentido, a Medicina é auxiliar à minha pesquisa.

Então, essa perspectiva do auxílio, ela existe sempre e é absolutamente comum e normal – no conhecimento, sempre se somam informações que vêm de diferentes maneiras, inclusive vêm, e têm de vir, de outras áreas de conhecimento que também estudaram os mesmos fenômenos. Por isso que se fazem estudos interdisciplinares, multidisciplinares ou qualquer coisa semelhante, mas o que quero dizer enfim, em que há um concurso de especialista de diversas áreas, porque elas vão ajudar a entender um determinado fenômeno e a pensar isso.

Quando eu fiz graduação na década de 1970, alguns diziam que a História era a rainha das ciências. Na realidade, havia toda uma discussão se a História era ciência, uma discussão terrível, todo ano você tinha a semana dos estudantes que começava sempre com uma palestra sobre se a História era ou não uma ciência, era um debate que estava sempre presente. Mas por outro lado, havia a visão de que a História era a rainha das ciências, por quê? Porque, quando você trabalha com qualquer coisa, você precisa, em algum nível, trabalhar com a perspectiva histórica, o tempo está ali, não tem se escapar do tempo. Isso tem muito a ver com arquivo também. As pessoas que estão fazendo estudos, os mais sofisticados, sobre as coisas mais modernas, de ponta, não dispensam os arquivos, nem que sejam os delas, dos seus grupos, e elas não podem abrir mão da visão histórica, no sentido de como é que o processo sobre aquele fenômeno está evoluindo.

A Arquivologia não deve se considerar menor, nem nenhuma outra área deve se considerar maior, as áreas têm de trabalhar juntas, dada a impossibilidade do conhecimento total.

[Questão 13] Fazendo uma aproximação da linha temática do dossiê da Revista, com o seu interesse acadêmico acerca do tema da História das instituições, acervos e práticas, como o senhor observa o desenvolvido desta temática nos últimos anos? Podemos identificar um amadurecimento da mesma, seja na Arquivologia quanto



na História? Acha que há já espaços consolidados de debate nas áreas acerca do assunto? Quais seriam os espaços?

[Vitor] Eu não sei se eu poderia dizer se há um espaço amadurecido, quando se fala isso é um processo, é uma avaliação, e uma avaliação sobre o passado, e no meu caso inclusive, incompleto, porque eu tenho a visão específica. Estamos falando muito de patrimônio, muito de patrimônio documental, e eu ainda teria mais para você, patrimônio documental arquivístico. Se formos falar de patrimônio documental, por exemplo, bibliográfico, museológico, eu tenho menos informação, se formos falar em patrimônio imaterial, menos ainda. Acho difícil, eu não tenho como fazer uma avaliação, embora ache que, de fato, existe uma preocupação com o tema cada vez maior, as pessoas têm percebido sua importância, e várias coisas concorrem para isso.

Então, não saberei dizer se ela é mais difundida hoje do que era antes, se aumentou, se as pessoas têm isso mais claro. Não sei dizer, mas acho que um grupo muito grande de pessoas têm essa consciência da questão do patrimônio. Há problemas com a identificação do que é patrimônio, com a identificação do que é relevante, e isso é claro, é algo quase insolúvel, você não tem como garantir que todo mundo vá perceber da mesma maneira, e nem acho que isso deveria acontecer, mas acho que muita gente está preocupada com isso, porque, a ideia de perda é bastante evidente.

[Questão 14] Fizemos essa pergunta Vitor, pensando um pouco no Simpósio Nacional da ANPUH Brasil e na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ, que são os dois congressos com grande relevância nas duas áreas atualmente. Você acha que há nesses locais, espaços para o debate? A gente pode dizer que ele está consolidado?

[Vitor] Eu acho que são espaços em processo de amadurecimento e em graus diferentes. Agora, há de se observar que você está trabalhando com dois eventos bastante diferentes, inclusive na sua idade. A ANPUH tem uma dinâmica constante faz muitos anos, enquanto a REPARQ é um evento em processo de encontrar seu caminho, e que lida com a situação bastante específica da área, que está tendo uma presença maior na universidade nos últimos anos, mas que sempre teve uma presença muito mais forte entre os profissionais.

[Questão 15] Sendo a Revista Manduarisawa destinada ao público estudante de graduação e pós-graduação em História, assim como, em função da temática do



dossiê, se estendendo também aos alunos da Arquivologia e áreas afins, e diante da sua experiência nas duas áreas, o senhor poderia indicar alguma leitura para o aprofundamento no tema, assim como possíveis temáticas de pesquisa, tanto sobre História e patrimônio documental quanto sobre a História das Instituições, acervos e práticas, para aqueles que estão buscando temas para monografias e trabalhos de conclusão de curso?

[Vitor] Acho extremamente interessante você ter disciplinas relacionadas à memória e ao patrimônio na graduação e na pós-graduação. Acho que o envolvimento de alunos, principalmente os de graduação, com questões relacionadas à memória, são vitais, seja na Arquivologia, na História, em Ciências Sociais, e em outras áreas também. Programas de estágios que permitem trabalhar em instituições arquivísticas, lidar com acervos, realizar projetos, trabalhos relacionados à patrimônio, memória, história oral, história de bairros, profissões e atividades, cultura popular, todas essas coisas são extremamente relevantes.

Existe uma farta bibliografia sobre memória e patrimônio, muita coisa produzida em História, mas também muita coisa produzida em Antropologia, em Ciências Sociais. Teóricos extremamente importante para pensar memória e patrimônio, desde aqueles clássicos que a gente conhece, como Pierre Nora, Foucault, e nas revistas internacionais de arquivo também tem aparecidos textos extremamente interessantes. A gente no Brasil está contando com o esforço contínuo da UFMG, onde o Renato Venâncio tem uma participação na Editora, e tem publicado algumas obras extremamente relevantes e modernas sobre isso. Na própria UFF, a Margarete fez um trabalho extremamente interessante sobre a questão do arquivo e a custódia, que é realmente importante, relevante, e acho que você tem muita coisa que tem sido produzida nesse sentido. O importante é usar esse material e continuar pensando sobre a realidade, produzindo novas reflexões.

Entrevistadores:

Leandro Coelho de Aguiar (Faculdade de Informação da UFAM)

Renata Regina Gouvea Barbatho (Arquivo Nacional)

Data da Entrevista: 04 e 05 de maio de 2020.



MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM